



Álbum ^{Centenário do} de Pelotas

de 1922: fotografias, memória e história

TOMO I

Organizadores:

Aristeu Lopes

Mauro Dillmann

Guilherme de Almeida

Fotografias:

Eduardo Devens



Álbum ^{Centenário do} *de Pelotas*

de 1922: fotografias, memória e história

— TOMO I —

Organizadores:

Aristeu Lopes

Mauro Dillmann

Guilherme de Almeida

Fotografias:

Eduardo Devens


casaletas

Porto Alegre
2022

Copyright ©2022 dos organizadores.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. As fotografias de 2022 possuem objetivos exclusivamente artísticos e são de inteira responsabilidade do fotógrafo.

Direitos da obra reservados aos organizadores e ao fotógrafo, cedidos somente para a presente edição à EDITORA CASALETRAS.

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610 de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora ou do(s) autor(es), poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Projeto gráfico, diagramação e capa:

Editora Casaletras

Imagens da capa:

Frente: Prefeitura Municipal de Pelotas. *Álbum de Pelotas-NDH/UFPel* (1922) e fotografia de Eduardo Devens (2022). Verso: Banco Nacional do Commercio. *Álbum de Pelotas-NDH/UFPel* (1922). Mercosul/UFPel (2022)e fotografia de Eduardo Devens (2022).

Supervisão editorial:

Aristeu Elisandro Machado Lopes

Conselho Editorial

Prof. Dr. Amurabi Oliveira (UFSC)
Prof. Dr. Aristedu Lopes (UFPel)
Prof. Dr. Elio Flores (UFPB)
Prof. Dr. Francisco das Neves Alves (FURG)
Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)
Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPel)
Profº Dr. Luiz Henrique Torres (FURG)
Profº Drª Maria Eunice Moreira (PUCRS)
Prof. Dr. Moacyr Flores (IHGRGS)

Esta obra contou com apoio do PPGH/UFPel
com recursos PROAP/CAPES

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C33324 Centenário do Álbum de Pelotas de 1922: fotografias, memória e história / Aristedu Lopes, Mauro Dillmann e Guilherme de Almeida (Orgs.). Tomo I. Porto Alegre: Casaletras, 2022.

378 p.
Bibliografia
ISBN: 978-65-86625-50-9

1. História do Brasil - 2. História de Pelotas - 3. Álbum de Pelotas de 1922 - 4. Memória - I. Lopes, Aristedu - II. Dillmann, Mauro - III. De Almeida, Guilherme - IV. Título.

CDU: 981.65

CDD: 981.657003



EDITORIA CASALETRAS
R. Gen. Lima e Silva, 881/304 – Cidade Baixa
Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103
+55 51 3013-1407 - contato@casaletras.com
www.casaletras.com

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
Ana Maria Mauad	
INTRODUÇÃO	15
Aristeu Lopes	
Mauro Dillmann	
PARTE I	
PELOTAS NO ÁLBUM DE 1922	
CONSIDERAÇÕES SOBRE O ÁLBUM DE PELOTAS DE 1922: MODERNIDADE, URBANIDADE, RURALIDADE	25
Aristeu Elisandro Machado Lopes	
Mauro Dillmann	
CLODOMIRO CARRICONDE: ÁLBUM DE PELOTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES	35
Guilherme Pinto de Almeida	
CRÔNICA E FOTOGRAFIA: A CIDADE A PARTIR DO ÁLBUM DE PELOTAS.....	47
Mariana Couto Gonçalves	
A POESIA NO ÁLBUM DE PELOTAS.....	55
Luís Rubira	

A HISTÓRIA DE PELOTAS CONTADA NO <i>ÁLBUM DE PELOTAS</i> E UMA OUTRA NARRATIVA POSSÍVEL	65
Jonas Moreira Vargas	
Lorena Almeida Gill	
PELOTAS E AS ELITES DO PASSADO NO <i>ÁLBUM DE PELOTAS</i>	75
Débora Clasen de Paula	
Jonas Moreira Vargas	
ARQUITETURA PELOTENSE NO <i>ÁLBUM DE PELOTAS</i>	83
Aline Montagna da Silveira	
Ana Lúcia Costa de Oliveira	
Ester Judite Bendjouya Gutierrez	
AS MULHERES E A FOTOGRAFIA NO <i>ÁLBUM DE PELOTAS</i>	95
Taiane Mendes Taborda	
O PROTAGONISMO NEGRO SILENCIADO: QUAL O LUGAR DOS NEGROS E NEGRAS NO <i>ÁLBUM DE PELOTAS</i> EM 1922?.....	105
Carla Ávila	
Caiuá Cardoso Al-Alam	
AS INSTITUIÇÕES HOSPITALARES E DE CARIDADE NO <i>ÁLBUM DE PELOTAS</i>	115
Larissa Patron Chaves	
AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SECUNDÁRIO NO <i>ÁLBUM DE PELOTAS</i> ...	123
Giana Lange do Amaral	
COLLEGIO ELEMENTAR CASSIANO DO NASCIMENTO E COLLEGIO ELEMENTAR FELIX DA CUNHA: LUGARES DE ENSINO DESTACADOS NO <i>ÁLBUM DE PELOTAS</i>	133
Eliane Peres	
Lisiane Sias Manke	
AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS NO <i>ÁLBUM DE PELOTAS</i>	143
Jonas Klug da Silveira	

A PRESENÇA DOS HOTÉIS NO <i>ÁLBUM DE PELOTAS</i> : HOTEL BRASIL, HOTEL GRINDLER E HOTEL ALIANÇA	153
Dalila Müller	
Dalila Rosa Hallal	
AS POMPAS FÚNEBRES NO <i>ÁLBUM DE PELOTAS</i>	165
Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho	
CONFEITARIAS, CAFÉS E RESTAURANTES: ALIMENTAÇÃO E SOCIABILIDADE NO <i>ÁLBUM DE PELOTAS</i>	173
Fábio Vergara Cerqueira	
AS ATIVIDADES COMERCIAIS NO <i>ÁLBUM DE PELOTAS</i>	185
Sidney Gonçalves Vieira	
Dione Dutra Lihnov	
OS ESPORTES NO <i>ÁLBUM DE PELOTAS</i>	195
Christian Ferreira Mackedanz	
AS FÁBRICAS NO <i>ÁLBUM DE PELOTAS</i>	203
Aristeu Elisandro Machado Lopes	

PARTE II
PELOTAS DE 2022 PARA O FUTURO

A EVOLUÇÃO URBANA DE PELOTAS.....	215
Adriano Luís Heck Simon	
FOTOGRAFIAS, MEMÓRIA E HISTÓRIA DE LUGARES DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE PELOTAS.....	225
Ana María Sosa González	
Francisca Ferreira Michelon	
PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL: AS FÁBRICAS DE COMPOTAS DE PÊSSEGO NOS BAIRROS FRAGATA E TRÊSVENDAS (1950-1990).....	235
Alcir Nei Bach	

BAIRROS E LUGARES DE MEMÓRIA:A COLÔNIA DE PESCADORES Z3....	245
Jerusa de Oliveira Michel	
BAIRROS E LUGARES DE MEMÓRIA: O BAIRRO PORTO	253
Guilherme Pinto de Almeida	
A REGIÃO DO ANGLO: BALSA E NAVEGANTES.....	265
Noris Mara Pacheco Martins Leal	
ANDAR, DESCANSAR E CONVERSAR:AS ANTIGAS ESTRADAS RURAIS ..	275
Daniel Vaz Lima	
UM OUTRO OLHAR SOBRE A CIDADE: PELOTAS POR SUAS PERIFERIAS.....	285
Francisco Luiz Pereira da Silva Neto	
QUILOMBOLAS EM PELOTAS.....	293
Leandra Ribeiro Fonseca	
Rosane Aparecida Rubert	
O PASSADO INDÍGENA DE PELOTAS - E O PRESENTE	303
Rafael Milheira	
AS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS EM PELOTAS.....	311
Paulo Roberto Brum de Freitas	
Ledeci Lessa Coutinho	
Louise Prado Alfonso	
OS CLUBES CARNAVALESCOS NEGROS DE PELOTAS.....	319
Fernanda Oliveira	
O CARNAVAL DE RUA EM PELOTAS: ACONTECIMENTOS MARCANTES ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 A 1990	327
Thiago Silva de Amorim Jesus	
O LEGADO DO ENSINO SUPERIOR EM PELOTAS: DE FACULDADES ISOLADAS AO SONHO DE UMA GRANDE UNIVERSIDADE	337
Eduardo Arriada	
Elomar Tambara	

OS MUSEUS NA CIDADE DE PELOTAS.....	347
Annelise Costa Montone	
Carla Rodrigues Gastaud	
PELOTAS, A EPIDEMIA DE GRIPE ESPANHOLA DE 1918 E A PANDEMIA DE COVID-19: PARALELOS POSSÍVEIS.....	357
Renata Brauner Ferreira	
SOBRE AS AUTORAS E AUTORES.....	367

PREFÁCIO

Ana Maria Mauad

(PPGH/LABHOI/UFF)

"O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo [...] qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta roupagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos".¹

As datas comemorativas são momentos propícios para a produção de monumentos. O *Álbum de Pelotas* de 1922, produzido na ocasião do centenário da independência, reuniu um conjunto de textos e fotografias para celebrar, no fechamento de um ciclo temporal, o que a cidade se tornou. Um monumento que, ao produzir um registro do presente projetava para o futuro uma imagem da cidade. Ecoa nesta iniciativa a reflexão do historiador francês Jacques Le Goff, que serve de epígrafe a esse prefácio.

No início do século XX, a produção de álbuns fotográficos estava voltada aos registros dos aspectos das transformações das cidades que, neste momento, adequavam o seu traçado às lógicas da cultura urbana capitalista. As séries fotográficas que integravam tais empreendimentos, em geral comissionados pelo poder municipal, organizavam-se a partir de repertórios visuais que projetavam cidades ideais, verdadeiras utopias urbanas. Logradouros reformados, ruas ampliadas, calçadas demarcadas serviam para facilitar a circulação de pessoas e mercadorias; os equipamentos urbanos modernizados atuavam como signos de um progresso que servia para apagar todos os indícios de passado. A

¹ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *Encyclopédie Einaudi*, v. 1: Memória-História, Lisboa: Imprensa Nacional, 1984, p.103-104.

fotografia neste tipo de registro, isolava a parte do todo, e criava pela seriação visual um espaço urbano imaginado fotograficamente.

A fotografia pública consolidava-se como prática de registro documental associada às rotinas das agências governamentais. Algumas cidades, como o Rio de Janeiro (capital federal até 1960), contou com um fotógrafo contratado pela prefeitura para registrar a transformação da cidade. Augusto Malta, mais do que um funcionário público que cumpria os protocolos de registro estabelecido por seus superiores, foi o artífice da nova visualidade elaborada em sintonia com o projeto civilizatório capitalista. Assim, a fotografia se torna pública porque além de estar associada ao poder público, interfere diretamente na produção do espaço público visual – por sua publicação e circulação em revistas ilustradas, mas também, nos álbuns comemorativos, como o da cidade de Pelotas.

Cem anos depois da publicação do *Álbum de Pelotas*, um novo ciclo temporal se fecha, e sugere uma outra forma de comemorar. Assim, a publicação desta coletânea de artigos assume o desafio de tratar o documento como monumento, desmontando o álbum-monumento de 1922, através de um tratamento historiográfico. Ao desmontar o monumento de 1922 evidenciam as formas de plasmar visualmente a cidade imaginada, projetada para ser memória futura, indagando sobre o visível e o não visível nas imagens, sobre o que foi valorizado e o que foi ocultado, e sobre as práticas de ver e dar a ver próprias à monumentalização do passado em imagens.

Em cada uma de suas sessões, a obra buscou seguir a orientação de Le Goff, desmontando o monumento em partes. Assim, demolindo a roupagem que envolve o álbum como registro fiel do passado, desestrutura a construção do poder e indaga as condições de produção dos documentos-monumentos. Na primeira parte, os textos escritos como base para a construção da narrativa memorialista são analisados à luz das temáticas que identificam o tipo de monumento que se construiu. Seguida, pela parte dois composta por um conjunto de reflexões que, confrontam passado e presente para questionar o sentido do progresso embutido nas fotografias de 1922. Por fim, a terceira parte provoca reflexão ao indagar o patrimônio em ‘pedra e cal’, através da temática do legado patrimonial e educacional, e dos temas ausentes no álbum de 1922: os impactos da escravização antes e no pós-abolição, os arrabaldes da cidade, as heranças indígena e quilombola, os trabalhadores, a área rural, as religiões de matriz africana, entre outros temas.

As relações entre fotografia e história, nos últimos 30 anos, ganharam contornos cada vez mais complexos. Os estudos sobre as diferentes práticas fotográficas, circuitos sociais e usos e funções da fotografia consolidaram uma nova dimensão para os estudos históricos. Trata-se de reconhecer que certas experiências históricas só se tornaram possíveis de serem estudadas porque foram fotografadas. Entretanto, ainda seguindo as orientações de Le Goff, cabe não fazer o papel de bôbo e acreditar que a fotografia é uma janela que se abre para o passado. Há que se tomar a fotografia como imagem documento-monumento, como evidência não de um registro fiel do que realmente aconteceu, mas de estratégias de montagem em que o passado se lança para o futuro.

Este livro, cem anos depois, nos provoca a colocar as fotografias do *Álbum de Pelotas* de 1922 em perspectiva e mirá-las com olhos de distância. Uma estratégia que reúne texto e imagem na produção de um conhecimento crítico e atual. Boa leitura!



INTRODUÇÃO

Aristeu Lopes

Mauro Dillmann

Em 1922 o Brasil completava 100 anos da sua Independência política. Efeméride importante na história do país, o centenário foi comemorado no Rio de Janeiro, na então Capital Federal, com a realização da *Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil*, entre setembro de 1922 e julho de 1923. Em Pelotas a data foi celebrada com a publicação do Álbum de Pelotas. *Centenário da Independência do Brasil*, lançado em 1922.¹ Trata-se de uma seleção de textos e fotografias que, para além da referência ao momento festivo, celebrava o passado e o presente da cidade, apresentados a partir de determinados aspectos culturais e econômicos. O foco se concentrou em seus escritores e em fotografias do seu espaço urbano demarcado por ruas centrais, praças ajardinadas, casas residenciais e comerciais com arquitetura eclética, instalações fabris, além de seus recursos nos mais diversos segmentos – educacional, hospitalar, religioso, entretenimento, esportivo, cultural, econômico, entre outros.

O Álbum de Pelotas aproveitava as celebrações para valorizar determinada narrativa da história da urbe evidenciando, naquele momento, uma modernidade almejada, ao mesmo tempo que também possuía um objetivo memorialístico e desejo de eternização para a posteridade, na medida em que conservava em suas páginas determinada imagem da cidade do começo dos anos 1920.

A comemoração pode ser entendida como parte de um rito, o qual, nas palavras de Fernando Catroga, coloca “em cena, num tempo e num espaço revestidos de alguma sacralidade cívica, um espetáculo que, como alternativa ao caos, simboliza a ordem ideal e o sentido da História que nele se procura legitimar” (CATROGA, 2000, s/p). Segundo o autor, é justamente em datas que demarcam uma passagem de tempo de um evento que se evoca o sentido das comemorações, plasmado em certas escolhas

¹ Doravante e ao longo dos capítulos a obra será referenciada como “Álbum de Pelotas” ou apenas “Álbum”.

sobre os aspectos a iluminar. A cidade festejada no *Álbum* segue um roteiro ordenado, sem manifestar as mazelas do seu passado, marcado pela escravização, principalmente nas charqueadas do século XIX – uma parte de sua história que, naquele contexto, se auspiciava não abordar – ou os arrabaldes do século XX – locais de moradia dos pobres da cidade, muitos oriundos do passado escravocrata e da sua descendência, que se tentava esconder.² Tais referências não poderiam macular as comemorações, pois refletir sobre os problemas da cidade “moderna” não era o objetivo do *Álbum*, embora eles fossem uma parte que a constituía.

Muito mais do que se deter na Independência em si, tratava-se do uso feito desse fato histórico a ser rememorado e comemorado: destacar e legitimar as transformações urbanas e econômicas de uma cidade que se firmou como portadora de uma imagem de vanguarda, de independência, de modernidade e autonomia. O propósito principal foi sublinhar “as belezas e os progressos” de Pelotas capazes de esboçar um futuro promissor, com destaque para os aspectos que ressaltavam o “desenvolvimento” urbano, o investimento de capital nos espaços públicos centrais destinados ao lazer, os esforços privados na edificação de casas e prédios e os dispêndios dos proprietários comerciais e industriais em seus negócios. Como apontou Clodomiro Clides Carriconde, o autor do *Álbum*:

Apresentamos ao público o “*Álbum de Pelotas*”. Acima da cogitação de lucros materiais, fomos inspirados à confecção desta obra pela muito estima que votamos à Princesa do Sul. Sublinhar-lhe as belezas e os progressos, quando a Nação comemora o primeiro centenário da sua independência política, foram os intutos que nos animaram e para a realização dos quais não recuamos sacrifício algum.

Foi uma batalha de seis meses de atividades, de canceiras e de lutas, que, afinal, conseguimos transpor com a boa vontade e patriotismo de todos quantos nos regataram a sua solidariedade e colaboração.

À cidade de Pelotas aqui deixamos cristalizados nesta obra o nosso esforço, o nosso trabalho e, digamos mesmo, os dissabores que a realização deste ideal nos custou e que julgamos bem empregados, não só pelo prazer que experimentamos com a vitória do nosso trabalho, como também porque sabemos o muito de bem e de útil que ele representa a prol da culta terra a que se destina (*Álbum de Pelotas*, 1922, s/p).

Sua apresentação permite compreender que seu trabalho não foi realizado sozinho, mas contou com colaborações, certamente voluntárias e financeiras. No entanto, nem tudo transcorreu como ele esperava, houve dissabores durante os meses de preparação, embora, mostrando-se resiliente, concretizou seu trabalho. Na mesma página da apresentação, uma fotografia dele foi publicada, destacando-o como o “autor do *Álbum*”.

Carriconde foi o compilador do *Álbum* e talvez o seu maior propagador, já que percorreu diversas cidades no intuito de divulgar sua obra. O jornal *A Situação*, de Jaguarão, município localizado próximo à fronteira do Brasil com o Uruguai e não

2 Conforme Beatriz Loner: “Com a Abolição e a República, muitos deles [ex-escravizados] permaneceram na região, desenvolvendo as mesmas atividades que anteriormente nas charqueadas e também empregando-se em fábricas, na construção civil e nos trabalhos do porto. Praticamente eles eram encontrados em todo o tipo de trabalho manual, especialmente naqueles mais árduos e estafantes. [...] No início da República, as estatísticas acusavam cerca de 7.035 negros e mestiços, o que correspondia a 30,7% do total dos moradores urbanos.” (LONER, 1999, p. 3)

muito distante de Pelotas, noticiaava a visita de Carriconde à cidade: “Vindo de Pelotas, encontra-se nesta cidade o nosso correligionário Sr. Clodomiro Clides Carriconde, que viaja em propaganda do excelente ‘Álbum de Pelotas’” (*A Situação*, 23/08/1922). A redação descrevia a publicação apontando seus principais temas e trazendo informações importantes. A primeira, que o *Álbum* figuraria “na grande exposição do Centenário”, ou seja, naquela que seria inaugurada em setembro no Rio Janeiro. A segunda, que ele realizaria uma exposição da obra em Jaguarão “na vitrine da Casa Moderna”. A terceira, que logo após regressar a Pelotas seguiria “a Porto Alegre, afim de exibir aquela obra ao presidente do estado”.

A matéria exemplifica o empenho de Carriconde em dar visibilidade à sua obra e também comercializá-la, uma vez que levou 15 exemplares na expectativa de vendê-los na Casa Moderna ao preço de 60.000 réis cada.³ O jornal apresentava uma informação reveladora, a existência de uma edição especial do *Álbum*: “A capa dessa obra é quase toda incrustada a ouro, destacando-se no centro o escudo riograndense feito em ouro de 18 quilates”. Não se tratava dos mesmos exemplares que ele levou para vender, já que o jornal enfatizava que “além do *Álbum* especial, o Sr Carriconde trouxe consigo 15 exemplares”. Possivelmente, o uso da gravação com ouro, na edição especial, foi um dos motivos para o valor final da publicação, avaliada em 200.000 réis (*A Federação*, 25/07/1921, p. 5).

Pouco mais de um mês após a visita à cidade de Jaguarão, Carriconde estava no Rio de Janeiro, divulgando seu trabalho: “Por intermédio do seu organizador e diretor, o jornalista Clodomiro Carriconde, recebemos um magnífico exemplar do ‘Álbum de Pelotas’, ótima e bem cuidada publicação referente aos interesses e vida interna daquele município rio-grandense” (*O Paiz*, 12/10/1922, p. 6). Ainda conforme a pequena nota do jornal fluminense, “há um exemplar em prata, na exposição, devendo o seu diretor fazer a respeito da publicação uma demonstração na Livraria Leite Ribeiro”. Outros dois jornais do Rio de Janeiro também publicaram notas sobre o *Álbum de Pelotas* em suas coberturas sobre a exposição.

No *Jornal do Brasil* foi destacada a “contribuição de Pelotas no certâmen”, ao apontar a inclusão da publicação no Pavilhão do estado do Rio Grande do Sul: “Pelotas, a adiantada cidade do Rio Grande do Sul, tem também sua participação na Exposição comemorativa do centenário, pois na seção do Palácio dos Estados destinada ao grande estado sulino, está exposto um álbum riquíssimo em ouro e prata” (*Jornal do Brasil*, 14/10/1922, p. 8). O *Álbum*, segundo o jornal, “dá uma ideia perfeita da prosperidade de Pelotas em todas as esferas da atividade humana” salientando que todas as suas páginas apresentam “informações exatas da vida próspera da cidade, nas artes, no comércio e na indústria oferecendo um atestado valioso do que é hoje a ‘Princesa do Sul’”. Já *A Noite* afirmava que Carriconde “emprestou a essa importante obra em especial esmero e um cuidado digno de nota” (*A Noite*, 11/10/1922, p. 6). E sobre a publicação

³ A fim de melhor compreender o significado do valor do *Álbum* à época, pode-se comparar com os preços de outros impressos. O *Álbum Cinematographico “Para Todos”* custava 6.000 réis (*Ilustração Pelotense*, 16/03/1922, p. 20). No começo de 1923, o *Almanack de Pelotas* era comercializado por 3.000 réis e o *Almanack Bertrand* por 5.000 réis (*Ilustração Pelotense*, 16/01/1923, p. 26), todos anunciados pela Livraria Universal na revista *Ilustração Pelotense*.

salientava as “copiosas fotografias de estabelecimentos, aspectos urbanos e de figuras de destaque na cidade”. Os trechos dos jornais enfatizavam a relevância do *Álbum* não apenas no contexto das comemorações da Independência – constituindo parte do rito das celebrações – como também o objetivo de Carriconde em aproveitar o momento para destacar os progressos da cidade.

No ano de 1923 a revista *Ilustração Pelotense*, que já tinha abordado o *Álbum* em suas páginas, publicou uma matéria apresentando-o novamente: “Já tivemos ocasião de nos referir ao excelente trabalho que sobre Pelotas apresentou-nos o Sr. Clodomiro Carriconde” (*Ilustração Pelotense*, 01/01/1923, p. 25). Após destacar alguns temas, ressaltava que a publicação se tornou “um arquivo precioso de todas as famílias e instituições pelotenses, e constata meritoriamente o surto progressista que tem tido a nossa terra”. A revista publicou uma conclusão sobre a obra que vai ao encontro da proposta de Carriconde: a cristalização de seu trabalho em prol da cidade, tomando o *Álbum* como um registro de uma memória cuidadosamente seletiva de Pelotas.

O grande mérito do *Álbum* pode ser compreendido, hoje, como o seu conjunto fotográfico formado por mais de 400 fotografias. Elas registraram o movimento das ruas, de pessoas de destaque para a sociedade da época, políticos, poetas, o interior das igrejas e das capelas e, também, de parte das instalações de determinadas instituições. Os anúncios publicitários igualmente apresentam registros fotográficos, tanto das fachadas dos comércios e das fábricas como também das estruturas internas. Em alguns deles é possível deduzir que o fotografado era o próprio proprietário, que posava para a câmera na porta do seu estabelecimento, às vezes sozinho e, em outras fotografias, acompanhado, talvez por familiares e clientes.

Entretanto, determinadas fotografias, sobretudo aquelas que registraram as fachadas dos estabelecimentos comerciais e fabris possibilitam visualizar determinados segmentos da população pelotense. Em uma parte significativa dos registros surgem transeuntes que passavam na rua no instante da captação da imagem. Na época essas pessoas talvez poderiam se reconhecer nas fotografias, mas atualmente são figuras anônimas. Dessa forma, as fotografias apresentam cidadãos comuns, homens, mulheres e crianças – muitas fotografias com crianças! – que se perenizaram, não intencionalmente, pelas lentes dos fotógrafos.

O *Álbum* de Pelotas, além das fotografias das paisagens urbanas, dos anúncios publicitários e demais registros dos espaços urbanos, também apresentou textos literários, informativos e históricos. Em relação a estes últimos, as narrativas destacavam os momentos bélicos do estado do Rio Grande do Sul. No texto “Um episódio trágico da Revolução de 1835” é descrito o duelo entre Bento Gonçalves e Onofre Pires, que resultou na morte do último. O tema da guerra ainda constaria em “A Revolução Rio-Grandense”, texto apresentado como um “documento histórico”. Trata-se de um excerto do folheto comemorativo do 48º aniversário da Revolução, publicado em São Paulo em 20 de setembro de 1883. Outra guerra civil da história do estado foi a Revolução Federalista de 1893 contemplada no *Álbum* a partir de seu momento final em “A ata de pacificação do Estado do Rio Grande do Sul”, a qual foi assinada

em Pelotas em 23 de agosto de 1895. A ideia era assinalar a cidade de Pelotas como referência fundamental no protagonismo de eventos e de atos supostamente heroicos do estado do Rio Grande do Sul.

Ainda no conjunto de textos históricos, determinadas passagens da história brasileira, com destaque à sua Independência política, foram publicadas. No que se refere à Independência, a efeméride foi abordada em três artigos: “Figuras da Independência”, “Tiradentes” e “Na véspera da Independência Nacional”. Há um texto sobre a Proclamação da República: “Quinze de Novembro” e outro com o “Histórico da bandeira nacional”. Atrelar a cidade aos eventos e à história da nação parecia ser fundamental. Tratava-se de ressaltar os acontecimentos políticos nacionais que, na perspectiva do compilador, deveriam ser lembrados, pois considerados importantes para a operacionalização de uma memória histórica.

Em setembro de 2022 o Brasil comemora o Bicentenário da sua Independência e o Álbum de Pelotas completa 100 anos da sua publicação. A proposta desta coletânea é celebrar o centésimo aniversário do Álbum a partir de análises desenvolvidas de acordo com determinados temas veiculados em 1922 e incluindo outros, não destacados ou não contemplados há cem anos, mas considerados por nós como relevantes para a Pelotas de 2022. Desse modo, e correndo o risco da redundância ou excesso explicativo, expomos como a presente obra se apresenta: em dois tomos e organizada em três partes. No Tomo I, estão as duas primeiras partes. Na primeira estão agrupados textos que lidam com as temáticas verificadas de forma mais explícita no *Álbum*. Na segunda estão incluídos textos cujos temas tangenciaram os mesmos das páginas do *Álbum* e outros que não foram contemplados em 1922. No Tomo II é apresentado um grande conjunto comparativo entre as fotografias apresentadas em 1922 com outras produzidas no presente, entre os meses de dezembro de 2021 e abril de 2022, as quais apresentam enquadramentos semelhantes àquelas.

A Parte I é formada por 19 capítulos. O primeiro capítulo analisa as relações entre modernidade, urbanidade, ruralidade, escrito por Aristede Lopes e Mauro Dillmann. Clodomiro Carriconde, autor do *Álbum*, recebe destaque no segundo capítulo, escrito por Guilherme de Almeida. As interações entre crônica e fotografia, de autoria de Mariana Couto Gonçalves, é o tema do terceiro capítulo. A presença da produção literária, destacando os autores e as autoras publicadas, é o tema do quarto capítulo, desenvolvido por Luis Rubira. O quinto capítulo, escrito em co-autoria por Jonas Moreira Vargas e Lorena Gill, discute a história de Pelotas e uma outra história possível nas páginas do *Álbum*. Na sequência, um estudo sobre as elites compõe o sexto capítulo, de Débora de Paula e Jonas Moreira Vargas. A arquitetura pelotense no *Álbum* é o destaque do sétimo capítulo a partir da análise realizada por três autoras: Aline Montagna da Silveira, Ana Lúcia Costa de Oliveira e Ester Judite Bendjouya Gutierrez. O oitavo capítulo, de Taiane Mendes Taborda, averigua a presença das mulheres nas páginas da publicação. No capítulo seguinte, o nono, Carla Ávila e Caiuá Cardoso Al-Alam discutem qual o lugar dos negros e negras no *Álbum*. Larissa Patron Chaves apresenta as instituições hospitalares e de caridade no décimo capítulo. As instituições de

ensino são os destaques dos dois capítulos seguintes: o décimo primeiro, de Giana Lange do Amaral, trata do ensino secundário, e, no décimo segundo, Eliane Peres e Lisiane Sias Manke analisam os colégios elementares Cassiano do Nascimento e Félix da Cunha. Instituições religiosas é o tema do décimo terceiro capítulo, de autoria de Jonas Klug da Silveira. A presença dos hotéis no *Álbum* é averiguada por Dalila Müller e Dalila Rosa Hallal no décimo quarto capítulo. No décimo quinto capítulo, Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho aborda as pompas fúnebres. Fábio Vergara Cerqueira analisa, no décimo sexto capítulo, a sociabilidade e a alimentação a partir das propagandas das confeitarias, cafés e restaurantes. No décimo sétimo capítulo, Sidney Gonçalves Vieira e Dione Dutra Lihtnov apresentam as atividades comerciais. Os esportes constituem a abordagem do décimo oitavo capítulo, escrito por Christian Ferreira Mackedanz. O último capítulo, o décimo nono, de autoria de Aristeu Lopes, a presença das fábricas é averiguada.

Já a Parte II é formada por 16 capítulos. O primeiro capítulo, de autoria de Adriano Luís Heck Simon, discute a evolução urbana de Pelotas. Fotografias, memória e história de lugares de produção industrial de Pelotas são as reflexões de Ana María Sosa González e Francisca Ferreira Michelon no segundo capítulo. O terceiro capítulo aborda o patrimônio industrial a partir das fábricas de compotas de pêssego nos bairros Fragata e Três Vendas, escrito por Alcir Nei Bach. Os próximos três capítulos também abordam bairros de Pelotas. No quarto, Jerusa de Oliveira Michel apresenta a Colônia de Pescadores Z3, no quinto, Guilherme de Almeida discorre sobre o Bairro Porto e, no sexto, Noris Mara Pacheco Martins Leal aborda a região do Anglo, notadamente os bairros Balsa e Navegantes. As estradas rurais são averiguadas por Daniel Vaz de Lima no sétimo capítulo. As periferias são discutidas por Francisco Luiz Pereira da Silva Neto no oitavo capítulo. Leandra Ribeiro Fonseca e Rosane Aparecida Rubert analisam os quilombolas no nono capítulo. O passado indígena é o tema de Rafael Milheira no décimo capítulo. No décimo primeiro capítulo, Paulo Roberto Brum de Freitas, Ledeci Lessa Coutinho e Louise Prado Alfonso destacam as religiões de matrizes africanas. Os dois capítulos seguintes tratam do carnaval. O décimo segundo, os clubes carnavalescos negros, de autoria de Fernanda Oliveira, e o décimo terceiro, o carnaval de rua, por Thiago Silva de Amorim Jesus. O legado do ensino superior em Pelotas é o tema do décimo quarto capítulo, dos autores Eduardo Arriada e Elomar Tambara. Os museus na cidade de Pelotas são apresentados no décimo quinto capítulo por Annelise Costa Montone e Carla Rodrigues Gastaud. No último capítulo, o décimo sexto, Renata Brauner Ferreira, apresenta paralelos possíveis entre a Epidemia de Gripe Espanhola de 1918 e a Pandemia de COVID-19, notadamente em Pelotas.

A Parte III é formada por 424 fotografias, sendo 212 reproduzidas do *Álbum* de Pelotas, e outras 212, correspondentes àquelas, da atualidade. As primeiras foram reproduzidas do exemplar do *Álbum de Pelotas* que pertence ao Núcleo de Documentação Histórica Profª Beatriz Loner da Universidade Federal de Pelotas. As segundas foram produzidas pelo sensível e primoroso trabalho do fotógrafo Eduardo Devens. A seleção das fotografias do *Álbum* partiu de um critério específico: fotografias de paisagens urbanas – embora tenhamos incluído algumas de paisagens rurais. Na sequência, esse

conjunto previamente selecionado foi dividido em categorias: trechos de ruas, praças e arredores, fotografias panorâmicas, residências, instituições, ruas e praças, sendo que nesta última estão incluídas as fachadas das casas comerciais e dos estabelecimentos fabris. Ao final do trabalho de identificação dos logradouros na atualidade, restaram poucos endereços não identificados.

Os capítulos foram escritos por autores e autoras com formação diversificada, a saber: História, Geografia, Educação, Arquitetura e Urbanismo, Filosofia, Arqueologia, Antropologia, Educação Física, Memória Social e Patrimônio Cultural, Planejamento Urbano e Regional, Política Sociais e Direitos Humanos, História, Teoria e Crítica de Arte Planejamento Urbano, Desenvolvimento Rural e Ciências da Linguagem. Essa característica da coletânea concede aos leitores o resultado de interpretações sobre a memória e a história da cidade realizadas a partir de diferentes abordagens sobre variadas temáticas. A seleção desses temas foi realizada pelos organizadores, que os elegeram tanto no que se refere aos capítulos da Parte I como os da Parte II que formam o Tomo I. Entretanto, essa seleção não se apresenta como totalizante ou amplamente abrangente. Vários outros temas presentes nas páginas do *Álbum* e outros importantes para a atualidade da cidade, pelos limites da coletânea, não foram contemplados.

Nos últimos cem anos o *Álbum de Pelotas* de 1922 se tornou um documento relevante para a história da cidade, assim como objeto de desejo de colecionares, analisado por pesquisadores e ainda presente em muitas bibliotecas e arquivos brasileiros e em acervos particulares, constituindo-se também como parte da memória de Pelotas. No entanto, ele narra um passado específico, com problemas, interesses e preocupações do seu tempo, relacionado com uma parte dessa história, de acordo com nosso entendimento historiográfico contemporâneo. Ao celebrar os seus 100 anos, nosso objetivo foi o de contribuir para a construção de outras narrativas sobre a história da cidade de Pelotas. Com um objetivo voltado ao presente e também com vistas ao futuro, nossa intenção com a coletânea é a de atualizar as versões sobre o passado da cidade, com atenção às diversidades sociais que hoje o interpretam e que carregam seus projetos e suas expectativas. Citando Carricande: “aqui deixamos cristalizados nesta obra o nosso esforço”, um esforço coletivo dos organizadores, do fotógrafo, das autoras e dos autores que aceitaram o desafio de analisar o *Álbum* com dedicação e empenho. Constituímos uma obra coletiva que festeja os cem anos do *Álbum de Pelotas*, este produzido nos ensejos das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, enquanto nossa coletânea é lançada no Bicentenário.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

A Federação, 25/07/1921. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Noite, 11/10/1922. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Situação, 23/08/1922. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

CATROGA, Fernando José de Almeida. *As Comemorações Cívicas e os Descobrimentos*. Lisboa: Associação de Professores de História, 19/03/2000. Disponível em: <<https://aph.pt/as-comemoracoes-civicas-e-os-descobrimentos/>>. Acesso em 21/12/2021.

SILVA, Marcelo Dutra da. As questões ambientais são urgentes e mais amplas que o plantio de algumas árvores. *Diário Popular*, 10/09/2021. Disponível em: <https://www.diariopopular.com.br/opiniao/as-questoes-ambientais-sao-urgentes-e-mais-amplas-que-o-plantio-de-algunas-arvores-164269/> Acesso em 22/04/2022.

GONÇALVES, Mariana Couto. “*Andei, sempre tendo o que ver e ainda não fora visto*”: A modernização urbana pelotense a partir de crônicas e fotografias (1912-1930). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

Ilustração Pelotense, 16/03/1922; 01/01/1923; 16/01/1923. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Jornal do Brasil, 14/10/1922. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

LONER, Beatriz Ana. Negros: Organização e luta em Pelotas. *História em Revista*. Pelotas: UFPel, v.5, dezembro de 1999, p. 01-17.

O Paiz, 12/10/1922. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



PARTE I

**PELOTAS NO
ÁLBUM DE
1922**

1

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ÁLBUM DE PELOTAS DE 1922: MODERNIDADE, URBANIDADE, RURALIDADE

Aristeu Elisandro Machado Lopes

Mauro Dillmann

Este capítulo aborda as primeiras páginas do *Álbum de Pelotas* e, na sequência, apresenta algumas considerações sobre modernidade, urbanidade e ruralidade a partir de alguns anúncios empresariais. Estes permitem perceber como a cidade estava inserida em um projeto de modernidade da época, identificada, em especial, na sua principal via pública, a rua XV de Novembro. Eles também permitem realizar um comparativo entre essa cidade urbana e “moderna” com as reminiscências de sua outra faceta, predominantemente rural. O objetivo, no entanto, não é fazer um contraponto entre o urbano e o rural, mas demonstrar que, a partir das propagandas, é possível visualizar no *Álbum* tanto aspectos da almejada modernidade como também a permanência da ruralidade.

A publicação do *Álbum de Pelotas*, em 1922, está inserida em um contexto de ampliação da produção e veiculação de álbuns fotográficos e comemorativos. Ainda no século XIX, o fotógrafo Militão Augusto de Azevedo foi o responsável pelas fotografias divulgadas no *Álbum Comparativo da cidade de São Paulo, 1862-1887* (CARVALHO; LIMA, 1997, p. 245) e os irmãos Ferrari, em Porto Alegre, lançaram um *Álbum de vistas*, em 1886, colecionável em fascículos (ETCHEVERRY, 2007, p. 14). No entanto, foram nas primeiras décadas do século XX que muitos outros álbuns fotográficos foram publicados. Em Porto Alegre, o fotógrafo Virgílio Calegari publicou, no ano de 1912, o *Porto Alegre Álbum*, mais variado que o anterior, em termos de capturas de imagens do espaço urbano, e apresentando o processo de crescimento da cidade (ETCHEVERRY,

2007, p. 117). Em Sergipe, em 1920, foi lançado o *Álbum de Sergipe* (1820-1920) comemorativo ao Centenário da Independência do estado, na ocasião, “província”, a qual, no início do século XIX, constituía parte do território administrativo da Bahia.¹

Entretanto, foi no ano de 1922 que alguns álbuns foram lançados como parte das celebrações do Centenário da Independência do Brasil – entre eles, o *Álbum de Pelotas*. Na cidade do Rio de Janeiro, Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos foi o responsável pelo *Álbum da cidade do Rio de Janeiro: comemorativo do 1º centenário da Independência do Brasil, 1822-1922*.² Em Campinas, Domingos Andrade lançou o *Álbum de Campinas: Comemorativo do centenário da independência do Brazil: 1822-1922*.³ Em Porto Alegre, a Diretoria de Obras Públicas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul lançou o álbum *Obras Públicas: Primeiro Centenário da Independência – 7 de Setembro de 1922*, contendo “51 imagens fotográficas de municípios de todo o estado, das quais 23 vistas são da capital” (POSSAMAI, 2005, p. 34).

Percebe-se, assim, que várias capitais e importantes cidades do país estavam empenhadas em publicar álbuns que celebravam o centenário da independência política do Brasil. Tal comemoração fazia parte dos empenhos políticos não apenas destinados a celebrar a efeméride da emancipação política, mas também a construir e consolidar, no cenário nacional e internacional, imagens de desenvolvimento urbano, de modernização e de crescimento econômico.

Em 1923 foi lançado o álbum *O Município e a Cidade de Ribeirão Preto na Comemoração do Primeiro Centenário da Independência. 1822-1922*. Da mesma forma, também em 1923, foi lançado o *Álbum do Estado do Maranhão*, comemorativo ao centenário da adesão do estado à Independência do Brasil.⁴ De acordo com Higina Marques, “a grande maioria das fotografias tem a cidade como tema, constituindo um panorama do desenvolvimento urbano ocorrido nas duas primeiras décadas do século XX” (MARQUES, 2015, p. 170). Os álbuns, tanto aqueles do século XIX como os comemorativos da Independência, foram empreendidos por instituições diversas, tanto públicas como privadas, mas, quase sempre, com o apoio dos gestores públicos de seu tempo, que possuíam, evidentemente, interesses políticos em pauta. Concomitante, também foram produzidos por sujeitos interessados em dar maior visibilidade ao trabalho fotográfico, o qual se expandia no Brasil desde as primeiras décadas do século XX, com uma ampliação significativa dos estúdios fotográficos instalados nas grandes e médias cidades brasileiras, entre as quais, Porto Alegre (POSSAMAI, 2005), Pelotas (MICHELON, 2001) e Bagé (BRASIL, 2013).

1 Informação sobre o *Álbum de Sergipe*, ver: <http://lhgse.org.br/wordpress/2019/> Acessado em 07/08/2021.

2 A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional possui o *Álbum* digitalizado. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon325335/index.htm Acessado em: 19/08/2021.

3 Informação sobre o *Álbum de Campinas* verificada em: <https://atom.cmu.unicamp.br/index.php/am-00-00055-jpg> Acessado em: 19/08/2021.

4 O *Álbum do Estado do Maranhão* pode ser acessado em: http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272214321409188472_95931409188472_9593.pdf Acessado em: 23/08/2021.

Os exemplos acima demonstram que Pelotas estava atenta e inserida no cenário das comemorações dos 100 anos da Independência do Brasil. A efeméride, entretanto, foi aproveitada para publicar um álbum que exaltava não somente o ato da emancipação política do Brasil em relação a Portugal, mas, sobretudo, destacar Pelotas como uma cidade moderna. O álbum pelotense, ao ser comparado com aquele lançado no Rio de Janeiro, possuiu certas características idênticas. Ambos apresentam o espaço urbano com seus belos exemplares arquitetônicos, com suas ruas planejadas e suas praças ajardinadas. Entretanto, ao contrário do *Álbum da cidade do Rio de Janeiro*, constituído somente por fotografias, o *Álbum de Pelotas* traz outras informações, para além dos registros visuais, com textos sobre história, dados biográficos, literatura e propagandas dos estabelecimentos comerciais e fabris, entre outras informações.

A publicação foi uma iniciativa de Clodomiro Carricconde, projetado em grande formato (31 cm de largura por 45 cm de altura), encardenado e forrado com tecido vermelho e título em letras douradas. Possui 252 páginas, todas em papel *couché* e não numeradas. Conforme levantamento realizado por Mariana Gonçalves “Em números, o álbum oferece ao leitor 70 textos, 119 poesias, 159 anúncios comerciais e 472 imagens” (GONÇALVES, 2018, p. 20). A figura 1 apresenta a segunda página do *Álbum*, a qual enfatizava seu propósito: a celebração do centenário da Independência do Brasil (Figura 1).

Na terceira página é apresentada a finalidade da publicação, referenciando o centenário “Da Monarquia à República”. Logo abaixo, a reprodução de uma pintura de Dom Pedro I – reprodução da litografia de Urbain Massard, a qual, por sua vez, foi realizada a partir da pintura de Henrique José da Silva⁵ – identificado como “Primeiro Imperador do Brasil” e, ao lado, um retrato de Epitácio da



Figura 1: Segunda página. Fonte: *Álbum de Pelotas*.
Acervo: NDH/UFPel.

⁵ Informações consultadas em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/autor/19669/henrique-jose-da-silva> Acesso em 01/09/2021.

Silva Pessoa, o “Presidente da República” em 1922. Completam a página os brasões do Império e da República.

Na sequência das primeiras páginas constam: a planta da cidade de Pelotas, uma fotografia panorâmica da cidade, fotografias de Borges de Medeiros (Presidente do Estado do Rio Grande do Sul à época) e do Coronel Pedro Luiz da Rocha Osório (chefe político do Município de Pelotas naquele momento), cada reprodução em uma página. Logo após outra fotografia panorâmica do centro da cidade, tirada da torre da Igreja do Redentor, o *Álbum* traz dois textos que se apresentam como história de Pelotas: “Município de Pelotas”, com o retrato do intendente municipal Pedro Luiz Osório, no centro, e “Pelotas, cidade em flor. 1758-1835”, escrito por Fernando Osório e acompanhado por fotografias de trechos dos principais logradouros da cidade. Nas próximas páginas constam os “Pelotenses ilustres” e outros dois textos: “Nossas riquezas naturais” e “Centenário de Pelotas” que originalmente foi um discurso proferido por Francisco Simões Lopes. As páginas seguem abordando os mais variados temas que envolvem a cidade, tornando o objetivo da publicação bastante evidente: destacar a cidade de Pelotas. Nesse sentido, o centenário da Independência do Brasil tornava-se apenas um pretexto e justificativa viável, pois enfatizava um fato de caráter histórico e político de amplitude nacional capaz de sensibilizar os ânimos nacionalistas da elite política local e de contemplar as referências ao passado heroico da nação.

Dessa forma, na medida em que o leitor folheava o *Álbum* encontrava informações e fotografias de uma cidade apresentada como moderna, com uma urbanidade organizada a partir de ruas planejadas, praças arborizadas e construções de arquitetura requintada. O *Álbum* imprimia ênfase aos estabelecimentos comerciais e fabris diversificados, às variadas instituições, entre as quais as de ensino, as religiosas e as de caridade. Os dois teatros pelotenses, o Sete de Abril e o Guarany, e o Conservatório de Música também foram destacados. Sobre o primeiro teatro, constava que “É a mais antiga casa de espetáculos desta cidade e talvez do estado”. Ressaltava-se a localização “no ponto mais central e frequentado da cidade, com frente à praça da República”, atual Praça Coronel Pedro Osório. Em relação ao segundo, ponderava-se que era “majestoso” e “recentemente construído”. A imprensa igualmente foi contemplada, em uma página inteira, com reproduções das capas dos jornais *Diário Popular*, *O Rebate*, *A Opinião Pública* e *Arauto*.

No que se refere às propagandas, elas ocuparam uma parte relevante das páginas, sobretudo nas últimas, intercalando quadros com poesias e anúncios. O conjunto de estabelecimentos comerciais e fabris veiculados, sobretudo, ao final do *Álbum* permite verificar uma representação de uma cidade em transformação. Em outras palavras, se determinados estabelecimentos referem uma cidade moderna, do século XX, outros apresentam as reminiscências de uma Pelotas tradicional, marcada pelas experiências de vida rural. No primeiro segmento são verificados anúncios como o do Salão do Commércio, de João Ferreira de Souza, fundado em 1916: “Completo sortimento de perfumarias de todos os fabricantes nacionais e estrangeiros. Esta casa dispõe de pessoal habilitado, assim como aparelhos para massagens e lavagens de cabeça”. Outro exemplo

é o Bazar Musical, de João Abadie, casa fundada em 1897. Conforme seu anúncio, trata-se de uma “Casa especial e de confiança para vendas de músicas, pianos, pianolas, rolos, 88 notas para pianolas, brinquedos, perfumarias, jornais de modas, cordas”. O bazar era uma casa comercial diversificada que comercializava também o preparado para tingir cabelos “secret des andalous” e “coroas para túmulo”. Um terceiro exemplo é da Relojoaria e Óptica de Adolpho Neipp, que vendia “óculos, binóculos, termômetros, barômetros” e, também, “avia-se (sic) qualquer receita dos Srs Drs oculistas”. Ainda, o Ao Bazar da Moda, de Raphael Mazza, casa especializada em roupas brancas além de “completo sortimento de confecções e artigos para homens e crianças” e possui “sempre novidades em perfumarias dos principais fabricantes” e o Bazar Moderno, de Rodolpho Petrucci, que comercializava “artigos de brinquedos, gramofones, vidros fantasia e diversas miudezas concernentes ao ramo” (Figura 2).

A característica comum desses estabelecimentos era a sua localização: a rua XV de novembro, no centro da cidade. A denominação da rua, com a data da Proclamação da República, conforme Vanessa Devantier, seguiu a mesma proposta de outras cidades brasileiras que assim também denominaram ruas centrais. A rua pelotense, “por conta disto, foi considerada pela imprensa local como a “alma da cidade”, a mais movimentada, elegante e moderna rua pelotense” (DEVANTIER, 2013, p. 15) e “sintetizava os ideais de modernidade através de suas construções ecléticas, de seu rico comércio e de sua movimentação, dos melhoramentos urbanos como a pavimentação com paralelepípedos de pedra, as fiação e os postes da iluminação elétrica, dos telégrafos e dos telefones, os trilhos e os bondes movidos pela eletricidade” (DEVANTIER, 2013, p. 34-35). No entanto, ainda conforme a autora, “a Rua XV, na condição de via pública, pertencia a todos os pelotenses, mas seus códigos, práticas e sociabilidades definiam (ou

BAZAR MODERNO
DE
Rodolpho Petrucci

□ □ □

ARTIGOS DE BRINQUEDOS, GRAMOPHONES, VIDROS PHANTAZIA E DIVERSAS MIUDEZAS CONCERNENTES = AO RAMO =

TEM TELEPHONE

□ □ □



Rua 15 de Novembro n. 724
PELOTAS - Rio Grande do Sul

Figura 2: Bazar Moderno. Fonte: *Álbum de Pelotas*.
Acervo: NDH/UFPel.

tentavam definir) a quem ela pertencia” (DEVANTIER, 2013, p. 38). Na mesma rua também se localizavam vários outros empreendimentos comerciais da cidade, como Livraria Universal, A Moda Elegante, Pharmacia Cortelari, “Aos grandes Armazéns Hermínios”, Restaurante Antoninho, Casa Feliz, Casa Americana, Casa Gomes, todos anunciados no *Álbum*.

A sede da Intendência Municipal e a Biblioteca Pública Pelotense estavam – e ainda estão – localizadas na Praça Coronel Pedro Osório em frente à rua XV. Na mesma praça estavam instaladas a Confeitaria Dalila, ao lado da Biblioteca, e o Hotel Aliança, na mesma quadra do Teatro Sete de Abril, ambos próximos à rua XV. A Igreja do Redentor e a sede do jornal *Diário Popular*, cem anos após a publicação do *Álbum*, permanecem nos mesmos endereços, igualmente nesta rua. Todos anunciados no *Álbum*, mas que representavam apenas uma parte dos estabelecimentos e instituições instalados na Quinze, como é popularmente conhecida. A rua, portanto, “era uma categoria extremamente importante para o registro visual”, mas predominavam os registros daquelas “vias que contemplavam o maior número de elementos considerados modernos” (GONÇALVES, 2018, p. 114). A partir das colocações da autora é possível compreender a grande presença de imagens fotográficas da rua XV no *Álbum*, “pois agrupava os melhores cafés, confeitorias, casas de moda elegante e de comércio, restaurantes, livrarias, tabacarias, estúdios fotográficos, entre outros” (GONÇALVES, 2018, p. 114).

Pelotas seguia um crescimento urbano central relativamente ordenado. Contrastando com as casas já existentes desde o século XIX, a destacada rua XV de novembro – considerada estreita para os padrões atuais – possuía infraestrutura estável, parecia atentar para a importância dos passeios, do ir e vir, do trânsito de pedestres. Não à toa um trecho da rua coincide com uma das laterais da principal praça da cidade. O caráter comercial certamente contribuiu para a renovação dos prédios, interferindo na reconfiguração arquitetônica, assim como para a movimentação de automóveis nas imediações. Soma-se ainda a manutenção de uma política pública que atuava no sentido de estabelecer certa funcionalidade nesta área central considerada viva e pulsante da cidade. Foi no período da gestão do intendente Pedro Luis Osório (1920-1924), que coincide com a publicação do *Álbum*, que o arquiteto Fernando Rullmann elaborou o “Esboço do Projeto de Ampliamento de Pelotas”: “O projeto buscava definir o crescimento de Pelotas a partir da situação existente. Para tanto, lançou mão de uma série de novos princípios, como o da hierarquização do sistema viário, o do zoneamento funcional e o do desenho de uma cidade jardim, entre outros” (MOURA; SCHLEE, 2002, p. 21). O ambicioso projeto não foi executado, mas serviu de base para o estudo do planejamento e do crescimento urbano da cidade, sobretudo em suas expansões nos bairros e zonas pouco habitadas.

No *Álbum* alguns anúncios apresentaram a Pelotas rural. A Olaria Santo Amor, de Viúva Rosária P. da Costa & Filhos, estava localizada na colônia de mesmo nome.⁶ No anúncio, os editores do *Álbum* demonstravam que haviam visitado o estabelecimento:

6 A Colônia Santo Amor atualmente integra o território do município de Morro Redondo.

“As fotografias mostram a bela vivenda da Exma. Vva. Rosária P. da Costa e da Fábrica de tijolos. Na visita que tivemos o prazer de fazer a esse estabelecimento, ficamos satisfeitos pela maneira cavalheiresca com que fomos tratados e não podemos deixar de louvar a ordem e o método do serviço” (Figura 3). A fotografia registrava a propriedade destacando suas árvores e a residência, no centro e ao fundo, com suas paredes brancas; além de fotografar algumas pessoas, talvez trabalhadores da olaria. O fotógrafo, possivelmente um dos membros da comitiva que visitou a proprietária, optou por um enquadramento que valorizava o espaço rural, ressaltando não especificamente a fachada da casa, mas a dimensão na qual ela estava localizada. A fotografia da olaria permite a mesma observação, com um enquadramento amplo, valorizando o tamanho da fábrica de tijolos.



Figura 3: Olaria Santo Amor. Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Entre outros estabelecimentos da Pelotas rural, constam: O Armazém de Secos e Molhados de Camillo Elicio Bilhalvo, na Colônia Santo Amor. A Casa Iris, de Pedro Hallal, “a melhor e mais bem sortida casa, orgulho da Estação do Capão do Leão”, no Distrito de Capão do Leão. A Villa do Retiro, de João Schild & Filho, “casa de secos e molhados, fazendas, ferragens, louças e miudezas”, localizada na estrada do Retiro (atual Avenida Fernando Osório). A Casa de Secos e Molhados de Francisco Wienert, no distrito de Morro Redondo e o Depósito Colonial de Alberto Brod. As duas últimas na região das Três Vendas.⁷

⁷ As regiões de Capão do Leão e Morro Redondo se emanciparam de Pelotas em 1988 e 1982, respectivamente, enquanto as

A moderna Pelotas do *Álbum* não escapava de contrastar, indiretamente (pois apenas por meio das referências propagandísticas), com a paisagem rural, bastante distante considerando as condições das estradas e caminhos e as próprias possibilidades de locomoção da época. De qualquer forma, a Pelotas rural que ganha visibilidade no *Álbum* não é a das pequenas propriedades de agricultores localizados nos sítios e picadas e, sim, àquela dos estabelecimentos comerciais e fabris instalados nas regiões distritais e coloniais. Nos anos 1920, Pelotas já não era mais uma referência de prosperidade econômica como havia sido cinquenta anos antes. Não havia transformações urbanas capazes de sinalizar projeções de futuro de uma grande urbe, como abertura de avenidas e construções de viadutos. O traçado das principais ruas centrais e a disposição dos espaços já estavam dados nos anos 1920, embora, obviamente, nas décadas seguintes a cidade tenha crescido verticalmente, preenchido os terrenos vazios e ocupado ainda mais os seus arrabaldes. Sendo assim, o empenho em demonstrar uma cidade reuintada em diferentes segmentos, como no urbano, no artístico e no cultural vinha acompanhado das particularidades locais como demonstravam os anúncios de pequenos estabelecimentos em diferentes regiões do município.

A maioria desses anúncios foi veiculada em uma página na qual dividiam o espaço com outras três propagandas ou, como já dissemos, na ausência dessas, com produções literárias. Provavelmente, foi uma estratégia encontrada pelos responsáveis pelo *Álbum* para preencher espaços destinados aos anunciantes que, na falta desses, ficaram vazios. No entanto, algumas propagandas ocuparam uma página inteira, como exemplificam aquelas das seis instituições financeiras de Pelotas, sendo que as atividades financeiras também são consideradas como um indício de uma cidade moderna, com uma vida econômica ativa. O Banco Pelotense, fundado em 1906, possuía sua “casa central” na cidade e filiais em vários municípios do Rio Grande do Sul e em alguns dos estados de Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina e Distrito Federal (Rio de Janeiro). Apesar da falência e do encerramento das atividades, o prédio da instituição ainda compõe a paisagem urbana pelotense e, atualmente, é uma das agências do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Ainda figuram no *Álbum* as instituições brasileiras: Banco do Brasil, Banco da Província do Rio Grande do Sul e Banco Nacional do Comércio; e filiais de dois bancos estrangeiros: *London and Brazilian Bank Ltd.* e *The London & River Plate Bank Ltd.*, ambos com matriz em Londres. Desse modo, o *Álbum* mostrava a força financeira mantida pelos bancos na cidade, já que eles eram capazes de garantir anúncios em toda uma página.

Assim, em suas páginas e, sobretudo, no seu conjunto de fotografias veiculadas nos anúncios publicitários, o *Álbum* se construía inserindo Pelotas nas mudanças urban-industriais da época, indicando a diversidade dos padrões de consumo e atentando para as alterações nos comportamentos. Diversos domínios da vida na cidade foram pontuados de modo a construir uma imagem do moderno que estaria presente na arquitetura urbana, nos teatros, na literatura, nas artes. Seriam esses segmentos aqueles que colocavam Pelotas como cidade comprometida com a construção da nação

¹“Três Vendas” se tornou, na atualidade, um dos maiores bairros da cidade.

que celebrava o centenário da sua independência política. A atenção dispensada às temporalidades diversas da cidade, que narravam um passado glorioso, um presente intenso e conectado às suas novidades e um futuro que parecia promissor, traziam o tom modernizante. Como dissemos, mais do que comemorar a Independência do Brasil, o *Álbum* construía a cidade moderna, diversificada no comércio e nos serviços e dinâmica na ocupação do espaço e nas possibilidades de sociabilidades, embora determinados aspectos das contradições sociais, das restrições nos usos dos benefícios do espaço público e da sua ruralidade permanecessem – e ainda permanecem – em sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, Luisa Kuhl. *Retratos em (Re)vista: Do estúdio à imprensa ilustrada em Bagé, 1890-1921*. Porto Alegre, 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. *Fotografia e cidade: Da razão urbana à lógica do consumo. Álbuns de São Paulo (1887-1954)*. São Paulo: Mercado de Letras/FAPESP, 1997.
- DEVANTIER, Vanessa. *Visões do urbano: A rua XV de Novembro, Pelotas/RS*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.
- ETCHEVERRI, Carolina Martins. *Visões de Porto Alegre nas fotografias dos irmãos Ferrari (c. 1888) e de Virgílio Calegari (c. 1912)*. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- GONÇALVES, Mariana Couto. “*Andei, sempre tendo o que ver e ainda não fora visto*”: A modernização urbana pelotense a partir de crônicas e fotografias (1912-1930). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.
- MARQUES, Higina Teixeira. *Da fotografia na cidade a cidade na fotografia: Ribeirão Preto 1891-1923*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Franca, 2015.
- MICHELON, Francisca. *Cidade de papel: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- MOURA, Rosa Maria Rolim; SCHLEE, Andrei Rosenthal. *100 imagens da Arquitetura Pelotense*. 2ª Ed. Pelotas: Pallotti, 2002.

POSSAMAI, Zita. *Cidade Fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre décadas de 1920 e 1930*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.



2

CLODOMIRO CARRICONDE: *ÁLBUM DE PELOTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES*

Guilherme Pinto de Almeida

O *Álbum de Pelotas* foi um ousado projeto editorial idealizado, planejado e organizado por Clodomiro Clydes Carriconde, seu autor, que contou com o trabalho do fotógrafo Carmelo dos Santos Lopes. Para realizá-lo, a dupla instalou-se com escritório em Pelotas, na rua principal, a XV de Novembro. O livro, comemorativo do centenário da independência brasileira, foi uma das muitas iniciativas ufanistas realizadas em 1922. Em razão da augusta data pátria, álbuns similares foram elaborados em outras cidades e também estados do país, na ocasião. Mas como tudo começou? Como se deu sua realização? Quem foi Clodomiro Carriconde?

Para responder a estas perguntas recorremos a pesquisa em livros, em fotografias e na Hemeroteca Digital de nossa Biblioteca Nacional, bem como ao acervo da Biblioteca Pública Pelotense. Assim procedendo, a notícia mais antiga que encontramos a respeito de Carriconde foi em uma nota, publicada no jornal *Città di Caxias*, da cidade de Caxias do Sul, no dia 16 de junho de 1918. O texto dava conta de sua passagem por aquela cidade e informa do trabalho que desempenhava na data:

Visita

Tivemos o prazer de receber a visita do sr. Clodomiro Carriconde, **inspetor viajante** da acreditada Companhia Predial Paulista e A Internacional [sic]. *Città di Caxias*, 16 de junho de 1918) (grifo nosso).

A Sociedade Mútua Predial Paulista A Internacional foi uma empresa construtora com matriz na capital paulista. Dois anos depois, em novembro de 1920, Carriconde esteve no Rio de Janeiro, então capital da república, a fim de montar um interessante negócio, que dizia tratar-se de um serviço “de utilidade pública” em face da crise vigente.

Visitou-nos ontem o nosso antigo colega de imprensa Sr. Clodomiro C. Carriconde, chegado há dias do Rio Grande do Sul. A sua viagem a esta cidade tem um fim de utilidade pública. Com efeito, pretende montar um escritório franqueado ao público, onde todas as pessoas que ali se apresentarem gozarão de correspondência gratuita: papel, pena, tinta e envelopes para a escritura, e selos para a franquia postal (*O Paiz*, 16 de novembro de 1920).

No jornal carioca *O Imparcial*, de 17 de novembro de 1920, sob a chamada “Correio Gratuito”, foi também noticiada sua presença na cidade e a visita à redação daquela folha, acrescentando sua intenção em inaugurar agências não apenas na capital, bem como em Niterói. O projeto estava em tratativas. Dotadas a oferecer, gratuitamente, tudo que fosse necessário à correspondência para a circulação interior e internacional, o serviço tinha a propaganda como propósito comercial. Informava ainda que Carriconde pretendia também implantar um serviço de mensageria, igualmente gratuito, no perímetro urbano do Rio de Janeiro.

Uma pequena nota no jornal porto-alegrense *A Federação* de 10 de junho de 1922 indica a presença, na véspera, de Clodomiro na cidade gaúcha de Caçapava – atualmente Caçapava do Sul. A folha era, conforme expresso com clareza em suas capas, um órgão de imprensa vinculado ao Partido Republicano Riograndense. A cidade foi o local de nascimento de Pedro Luís da Rocha Osório, líder do partido na metade sul do Estado, homenageado em Pelotas com o nome de sua principal praça. O texto indica a manutenção do funcionamento do “Correio Gratuito”, e atribui a Carriconde a autoria de uma possível primeira publicação, um álbum do republicanismo político gaúcho.

CAÇAPAVA, 9 - Acha-se aqui o sr. Clodomiro Carriconde, proprietário do “Correio Gratuito” e autor do “Álbum do Rio Grande do Sul Republicano”. (*A Federação*, 10 de junho de 1922)

Não foram encontradas outras referências a respeito de tal publicação, que viessem a confirmar sua existência, na data. É possível tratar-se de um projeto. Fato é que no mês seguinte, julho, aparece no jornal pelotense *O Rebate* a primeira notícia relativa ao Álbum de Pelotas, então chamado de “Álbum Pelotense”, confirmando a incursão de Carriconde no ramo editorial:

Álbum Pelotense

O sr. Clodomiro Carriconde está empenhado num tentámen deveras louvável e que merece a aprovação e o apoio da sociedade pelotense./ Trata-se da confecção de um luxuoso álbum, para comemorar o centenário da independência do Brasil, no qual figurará a nossa terra, através de todos os ramos da atividade, nas letras, no comércio, na indústria, nas belas artes, na agricultura, etc./ Belas ilustrações enriquecerão o álbum, de par com abundante matéria em prosa e verso./ Já prometeram colaboração ao “Álbum Pelotense”, além de outras, as seguintes pessoas:/ Dr. Victor Russomanno, João Brum de Azeredo, dr. Ernesto Ronna, Jorge Salis Goulart, dr. Ildefonso Carvalho, dr. Fernando Luiz Osorio, 1º tenente Januário Coelho da Costa, dr. A. A. Maciel Moreira, M. D. Coufal, Carlos Leopoldo Casanova e Frediano Trebbi./ Várias individualidades de prestígio local secundarão os esforços do sr. Clodomiro Carriconde./ Este, deu-nos, hoje, o prazer da sua visita, que muito agradecemos./ — O “Álbum Pelotense” será luxuosamente encadernado, constará de inúmeras páginas de grande formato e será artisticamente trabalhado (*O Rebate*, 23 de julho de 1921, grifos nossos)

Percebemos que a preparação do álbum foi cuidadosamente planejada, iniciada com cerca de um ano de antecedência. Observa-se que características, como o formato em tamanho grande, com muitas páginas em acabamento de luxo, já estavam definidas

naquela data, assim como, de modo geral, os temas estavam delineados e haviam iniciado visitas às redações dos jornais, para dar e atrair publicidade e para angariar a colaboração de mais pessoas, além dos jornalistas, escritores, cientistas, intelectuais e literatos já elencados.

Ainda em julho, no dia 25, o jornal *A Federação* noticiou a organização do “artístico álbum”, contendo “vistas da cidade, dos principais edifícios, do comércio e da indústria”, ao custo de 200:000\$000 (200 contos de réis). O jornal pelotense *O Rebate*, na sua edição de quinta-feira, 9 de agosto de 1921, traz outra notícia, com o mesmo título “Álbum Pelotense”:

Está orçada em 35 contos de réis a confecção do grande Álbum Pelotense, comemorativo do centenário da independência nacional, promovido pelo sr. Carriconde./ **Esse Álbum está encontrando o melhor acolhimento**, contando já com os seguintes anunciantes:/ Col. Pedro Luiz da Rocha Osorio, *The London & River Plate Bank Limited*, Banco da Província do Rio Grande do Sul, Banco Nacional do Comércio, Banco Pelotense, F. C. Lang, Jacques Weyl, A. Bonfratello & Cia., *London & Brazilian Bank Limited*, F. Nunes de Souza, Companhia Cervejaria Ritter, Cervejaria Leopoldo Haertel, F. Pinheiro, R. Neumann & Cia., Julio Hadler, Casa Americana, João Ferreira Guimarães. (...) (*O Rebate*, 9 de agosto de 1921, grifo nosso).

Observa-se a redução do valor orçado. A nota trazia, ainda, a informação de que, além dos já mencionados colaboradores, “prometeram também o seu concurso intelectual” ao Álbum: 1º tenente Marcellino de Oliveira, dr. Alcides de Oliveira, dr. Bruno de Mendonça Lima, dr. Alberto Gigante, dr. Vicente Russomanno, dr. Helio Carriconde Pereira, dr. Manoel Luiz Osorio, Alberto R. de Souza, dr. Barcellos Ferreira, dr. Augusto Simões Lopes, dr. José Julio de Albuquerque Barros, Emilio Nunes, Leopoldo Souza Soares, Pinto Botelho e dr. Alpheu do Amaral Braga. A pronta aceitação e a expectativa criada pela iniciativa editorial de Carriconde ficam mais evidentes na nota de capa da edição de terça-feira, 13 de setembro de 1921, do mesmo jornal:

Álbum de Pelotas

Continua tendo franca aceitação, o que desde já lhe assegura completo êxito, o “Álbum de Pelotas”, promovido pelo sr. Clodomiro Carriconde, para comemorar o primeiro centenário da nossa independência política. **Esse “Álbum” constituirá um belo expoente da cultura de nossa terra**, que ali aparecerá numa demonstração de pujança e brilho indiscutíveis. (...) (*O Rebate*, 13 de setembro de 1921, grifos nossos).

A lista dos anunciantes havia aumentado, com a inclusão de:

[...] Alvaro Reis & Abrantes, Santos, Oliveira & Cia., Angelo M. Giusti, Fábrica de Biscoitos *Pelotense*, Antonio Maria Cortez, Zitzke & Seus, J. I. Oliveira & Cia., Garcia, Massot & Cia., Lino O. Leite, Fonseca & Cia., Buxton, Guiayn & Comp., Ferreira & Fernandes, Vianna & Motta, Oswaldo Fernandes da Cunha, Leonidas Cardoso, José Rodrigues Gomes, Orozimbo da Silva Vieira, Garibaldi Gentilini, Bento Agostinho Peixoto, J. Zavagna, Vva. Behrendorf & Cia., Luiz D. Cunha, Bazan & Fontoura, Xavier Irmão & Cia., Antonio L. Moreda, Antunes Maciel, Ribas & Cia., Gastão Ramos & Cia., Carlos Rodrigues, Guerreiro & Cia., Casa Nova & C., D. Souza Moreira, Carvalho & Teixeira, D. G. Moreira & Cia., Companhia de Seguros Pelotense, Pharmacia Cordeiro, Siqueira Pinto & Irmão, Manoel L. Rodrigues, Manoel de Souza Moreira, Rocco Felippe (Alfaiaaria Americana), J. F. Barboza (Casa Ao Indio), Olympio Ferreira Louzada, Carpênia & Irmão, Francisco de Paula Verzilo, Arthur Leonardis, Miguel Galanternick, João Ferreira de Souza, Raphael Mazza, Octavio Costa, J. C. Cortelari, Rodrigues & Cia., Barker & São Mamede, Bazar Musical, J. A. de Freitas, Miguel Tuma & Filhos, Sica & Teixeira, Portugal & Cia., Manoel da Silva, Jorge Nicolau Abdueb, Manfredo Locascio & Cia., F. Corrêa & Comp., Miguel Abib, Arthur J. Boechel, O Viajante (*O Rebate*, 13 de setembro de 1921).

Mais colaboradores para a produção do conteúdo em prosa e verso haviam ocorrido, nas figuras dos senhores: “dr. Joaquim Luiz Osorio [sic], dr. Barros Coelho, dr. Fortunato Pimentel, dr. Alvaro da Silva, Angelo La Porta Junior”. Atente-se ao fato de que, a partir desta notícia, a chamada das matérias passou a ser feita com o título “Álbum de Pelotas”, e não mais como “Álbum Pelotense”. É possível que isso indique alguma relação com a definição do título da publicação, em que se preferiu a forma “Álbum de Pelotas”. A matéria finalizava com o anúncio da chegada a Pelotas do fotógrafo Carmelo dos Santos Lopes, encarregado das fotografias da publicação: “Por estes dias deve chegar a esta cidade o fotógrafo sr. Carmelo dos Santos Lopes que vem trabalhar nas fotografias do Álbum”.

Carmelo Lopes, sobre quem, infelizmente, não logramos encontrar maiores informações, ficou encarregado das principais fotografias a serem feitas para o Álbum, que também contou com fotografias de outros autores e colaboradores. Algumas datavam de alguns anos anteriores, e já haviam circulado em periódicos, em relatórios oficiais da municipalidade, bem como na publicação anual *Almanaque de Pelotas*, editada entre 1912 – ano em que foi comemorado o centenário de Pelotas – e 1934 referente aos anos entre 1913 a 1935. É o caso, por exemplo, de algumas fotografias panorâmicas da então praça da República (atual Coronel Pedro Osorio) e daquela apanhada do alto da Igreja do Redentor. Certamente as fotografias de terceiros foram incluídas pela sua força de representatividade dos diversos ambientes, prédios e cenários da cidade. Importante salientar, portanto, que houve colaborações artísticas fotográficas ao Álbum; para além das textuais, geralmente mencionadas nas matérias de jornal. As fotos de Carmelo Lopes seriam a maioria na composição do Álbum.

Posteriormente, na edição de 28 de novembro de 1921 de *O Rebate* consta, na capa, o seguinte:

Álbum de Pelotas

Tendo de encerrar breve a sessão comercial do Álbum de Pelotas, previno que qualquer informação que quiserdes a respeito do mesmo, procureis o autor ou fotógrafo, que atender-vos-á a qualquer hora no atelier provisório do Álbum de Pelotas, à rua 15 de Novembro n. 571 — Telefone n. 663. C. C. Carriconde (autor) C. S. Lopes (fotógrafo) (*O Rebate*, 28 de novembro de 1921).

Destacamos neste anúncio a consolidação da forma “Álbum de Pelotas”, a definição clara das funções de autor – mais precisamente, organizador – e fotógrafo, e a informação sobre o estabelecimento da dupla responsável em um endereço fixo na cidade. A estada, provavelmente não estava ligada apenas à facilidade na elaboração do conteúdo textual e fotográfico e no recebimento de colaborações de ambos os tipos. O endereço provavelmente tenha sido aproveitado, nesse entretanto, para atendimento comercial, ao menos de Carmelo Lopes, durante a estada da dupla em Pelotas. Aliás, o atendimento comercial do fotógrafo neste e em outros municípios próximos, nos anos seguintes, foi uma das poucas informações adicionais a seu respeito encontradas. Retratos de sua autoria contendo tais referências foram verificados em sebos e antiquários locais.

Na edição de sábado, 15 de julho de 1922 do jornal *O Rebate*, lemos que o “primeiro exemplar”, provavelmente o correspondente ao que chamamos atualmente de “boneco” de uma obra – a prova gráfica ou protótipo final de uma publicação, antes de sua impressão –, estava pronto, e fora apresentado àquela redação. Segue-se uma espécie de primeira recepção do “Álbum de Pelotas”:

O Centenário

Álbum de Pelotas

O sr. Clodomiro Carriconde veio mostrar-nos, hoje, o primeiro exemplar do “Álbum de Pelotas”, comemorativo do centenário da independência do Brasil, que, com o melhor êxito possível, organizou e vem de dar [sic] à luz da publicidade./ Folheamos detidamente as páginas dessa magnífica obra, em número de 260, e ficamos deveras bem impressionados com o que vimos./ Pode-se dizer, sem medo de errar, que o “Álbum de Pelotas” excede à expectativa, tanto na organização geral, como nos detalhes. O serviço gráfico, confiado às reputadas oficinas da “Livraria do Globo”, nada deixa a desejar. É nítido e artístico, oferecendo agradabilíssimo aspecto. No que respeita a “clichés”,¹ constitui verdadeira perfeição. Está também elegantemente encadernado, em formato adequado e é, todo ele, impresso em papel superior, de bastante corpo e acetinado./ Múltiplas ilustrações de edifícios, praças, artérias principais da cidade, logradouros públicos, bem como de instituições benemeritas e de pessoas de destaque social, em todos os ramos de atividade, ornamentam o “Álbum”, que também ostenta matéria primorosa, devido a festejadas penas, abordando assuntos históricos, científicos e literários, em prosa e verso./ O “Álbum de Pelotas” apresenta ainda vasta cópia de anúncios ilustrados com as fachadas de prédios e retratos dos respectivos proprietários, dando assim uma perfeita ideia do grau de progresso e cultura de Pelotas, no ano memorável do centenário da nossa independência política./ As pessoas a quem o sr. Clodomiro Carriconde tem exibido o primeiro exemplar do “Álbum” manifestaram-se entusiasmadas com o mesmo, fazendo espontaneamente referências escritas as mais elogiosas sobre a obra, que será destinada ao maior sucesso imaginável./ Apresentarmos, pois, calorosos parabéns ao sr. Carriconde pelo êxito de sua magnífica iniciativa (*O Rebate*, 15 de julho de 1922, grifos nossos, com exceção do primeiro).

As mencionadas “referências escritas” – depoimentos – foram reproduzidas na página 25 da revista *Ilustração Pelotense* de nº 16 (Ano IV), datada de 16 de agosto de 1922. Ali estão as manifestações elogiosas dos senhores Pedro Luis Osório, então Intendente Municipal; Alberto E. Leite; o juiz de comarca Espíridião de Lima Medeiros; Manoel Luis Osorio; Maciel Moreira; Victor Russomano; Fernando Osorio (Filho); Bruno Chaves e Augusto Simões Lopes – que viria a ser o próximo intendente eleito. Muitos deles foram colaboradores com textos de sua autoria, ou tiveram sua fotografia e/ou alguma informação sua publicada. O mesmo número da revista adiantava, em uma breve nota à página 24, um novo trabalho de Carriconde em andamento, em comemoração à mesma data pátria.

O *Álbum de Pelotas* foi publicado nas dimensões 32,5cm x 46,4cm, com capa, feita em couro, disponível em mais de uma cor, das quais sabemos existirem azul, vermelho e marrom. Em seu interior, a impressão foi feita na cor sépia. Na página de apresentação – página par ao verso da folha de rosto –, na porção superior esquerda, o retrato de Clodomiro Carriconde, com semblante plácido, aparece emoldurado em recorte oval, dentro de um retângulo de contorno tenué (Figura 1). Abaixo da elipse, constam seu nome e sua função, de “autor do Álbum”. O texto de apresentação fala da estima pela cidade, da motivação do projeto e da abnegação do trabalho realizado:

¹ Refere-se às fotografias reproduzidas por esse meio.

Apresentamos ao público o “Álbum de Pelotas”. Acima da cogitação de lucros materiais, fomos inspirados à confecção desta obra pela muita estima que votamos à Princesa do Sul. Sublinhar-lhe as belezas e os progressos, quando a Nação comemora o primeiro Centenário da sua independência política, foram os intutos que nos animaram a realização dos quais não recuamos sacrifício algum./ **Foi uma batalha de seis meses de atividade**, de canseiras e de lutas, que afinal, conseguimos transpor com a boa vontade e patriotismo de todos quantos não nos regatearam a sua solidariedade e colaboração. A estes o nosso agradecimento sincero./ À cidade de Pelotas aqui deixarmos cristalizados nesta obra o nosso esforço, o nosso trabalho, e, digamos mesmo, os dissabores que a realização deste ideal nos custou e que julgamos bem empregados, não só pelo prazer que experimentamos com a vitória do nosso trabalho, como também porque sabemos o muito de bom e de útil que ele representa a prol da culta terra que se destina. C. C. Carriconde (CARRICONDE, C. C., 1922^a, grifo nosso).

Chama a atenção Carriconde não ter se furtado a mencionar “dissabores” vivenciados na execução da obra, e o agradecimento sincero e enfático aos colaboradores. Igualmente curiosa a menção do tempo de seis meses, quando, como visto, decorrera um ano desde a primeira notícia sobre a organização da obra. É possível que o período faça referência à condensação do tempo efetivamente empregado na elaboração, ou ainda que a colocação tenha sido feita com o intuito de transmitir a ideia de um maior dinamismo.

Na página 25 de sua edição para a segunda quinzena de janeiro de 1923, a revista *Ilustração Pelotense* trouxe nova recepção do Álbum:

Pelotas de hoje

Já tivemos ocasião de nos referir ao excelente trabalho que sobre Pelotas apresentou-nos o sr. Clodomiro Carriconde./ Abre o álbum uma artística página “Da monarquia à república”, com o retrato de D. Pedro I. – primeiro imperador do Brasil e Dr. Epitácio Pessoa – presidente por ocasião do Centenário e os escudos da monarquia e da república!/ Em seguida a planta da cidade e ao panorama da parte central vem, os retratos de S. Exas, – o Snr. Dr. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado, Cel. Pedro Luis da Rocha Osorio, chefe político./ Ao iniciar o histórico do Município, com amplos detalhes sobre a cidade, administrações, etc – estampa a fotografia do ilustre Intendente de Pelotas, exmo. Snr. Dr. Pedro Luis Osorio./ “Pelotas, cidade em flor” é um magnífico trabalho do nosso beletrista conterrâneo o Snr. Dr. Fernando Luis Osorio, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em que discorre com muita felicidade sobre pontos interessantes de Pelotas, freguesia e vila./ Seguem-se “Pelotenses Ilustres”, Nossas riquezas naturais pelo prof. Dr. Ernesto Ronna; O eminentíssimo Dr. Ildefonso Simões Lopes, Ministro da Agricultura visita Pelotas, sua terra natal; A Imprensa; “Revº. Bispo de Pelotas[”]; Fórum, Escola de Artes e Ofícios, Associação Comercial, Escola de Agronomia e Veterinária, Centenário de Pelotas, Instituto de Higiene, Ginásio Pelotense, Banco Nacional do Comércio, Faculdade de Direito, A Liga das Nações, “Santa Casa de Misericórdia”, Ginásio Gonzaga, Asilo de Órfãs e muitas outras instituições. Diversos aspectos de Pelotas são estudados: religião, espírito associativo, história, instrução primária, elementar e secundária.” Biblioteca Pública, sports, principalmente o foot-ball, a par de uma variadíssima coletânea literária dos melhores escritores patrícios./ O magnífico álbum de Pelotas, com 260 páginas de grande formato, impressas em fino papel couché, torna-se um arquivo precioso de todas as famílias e instituições pelotenses, e constata meritoriamente o surto progressista que tem tido a nossa terra./ Os poucos exemplares que restam da artística encadernação a couro com disticos em relevo dourado, estão à venda nas livrarias desta cidade por preço assaz módnico, acessível a todas as bolsas (*Ilustração Pelotense*. Ano V. Número 2. Pelotas, 16 de janeiro de 1923).

O número anterior da revista havia noticiado o mencionado novo trabalho de Carriconde:

Pelotas no Centenário

O esforçado moço Snr. Clodomiro Carriconde, **depois de ter feito o magnífico Álbum de Pelotas, acaba de expor à venda “Pelotas no Centenário”**[.] um belo Álbum de fragmentos da nossa cidade, impressos em papel couché./ Entre eles aparecem diversas vistas panorâmicas de excelente efeito. À venda na Livraria Universal, de Echenique & Cia. (*Ilustração Pelotense*. Ano V. Número 1. Pelotas, 1º de janeiro de 1923. p. 14, grifo nosso).

A notícia era, em verdade, uma propaganda, repetida em números seguintes da *Ilustração*. Pelotas no Centenário, um resumo do *Álbum de Pelotas*, feito em face do esgotamento da tiragem deste, foi impresso e editado pela Livraria Universal, mesma responsável pela impressão da revista. Uma fotografia do interior da livraria-editora, e inscrições do nome, da firma e assinalando seus 35 anos de existência aparece na página imediatamente seguinte à apresentação da nova obra. Também conhecida como ‘albinho’, media 23,8cm x 15,8cm em encadernação do tipo brochura e contava com apenas uma parte das fotos do *Álbum de Pelotas*, dispostas ao longo de 85 páginas (o exemplar compulsado). Algumas destas ocupavam a página inteira, outras páginas traziam um par de fotos e as panorâmicas apresentavam-se de forma desdobrável, em páginas devidamente maiores. A publicação não trazia nenhum texto além da referida apresentação, datada de setembro de 1922, da qual destacamos o trecho:

[...] O presente álbum é o resumo da grandiosa obra “ALBUM DE PELOTAS” que, devido ao alto custo e ao esgotamento completo da edição, obriga-nos a este resumido trabalho, assim de torná-la ao alcance de todos e, também, de dar a conhecer a “Princesa do Sul”, o que não conseguimos com a primeira, devido à sua, para tal, diminuta tiragem. Pelotas, Setembro de 1922. Clodomiro C. Carriconde (CARRICONDE, C.C., 1922b. *Pelotas no Centenário*. 1822-1922).

À esquerda do texto, de tom elogioso à cidade, foi reproduzido o mesmo retrato de Clodomiro presente na versão integral do *Álbum*, igualmente disposto em recorte oval e enquadrado em um retângulo, apenas seguido de um pouco mais de ornamentação gráfica.

Os trabalhos sobre Pelotas marcaram a afirmação de Carriconde no mercado editorial, permitindo-lhe ter confiança para promover outras publicações do tipo. Álbuns eram publicações bem aceitas na primeira metade do século XX, período em que predominou uma visão positivista de progresso na História. A análise de algumas destas publicações subsequentes permitiu a obtenção de mais alguns dados sobre Clodomiro Clydes Carriconde.



Figura 1: Retrato de Clodomiro Clydes Carriconde.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Em 25 maio de 1925, *A Federação* noticiou que Carriconde pretendia realizar um álbum chamado “Porto Alegre em revista”. O trabalho contou com a simpatia do então prefeito da capital gaúcha, o pelotense Octávio Rocha, e efetivamente veio a lume em 1926. No texto de apresentação *Aos Leitores*, o autor relata que o trabalho, realizado “durante um ano” se propunha a “fixar a evolução de nossa capital em todos os seus aspectos”. “Dados rápidos, mas recentes, sobre a vida política e comercial dos municípios do Estado” foram adicionados. Pelotas figura nas páginas 179 a 201.

Na página 223 – antepenúltima das 23 páginas dedicadas ao município de Jaguarão –, Clodomiro realizou um “preito de gratidão” aos seus pais, “D. Vidalvina Barbosa Carriconde” e “Capitão Pedro Maria Carriconde”, colocando suas fotos lado a lado, seguidas de breves palavras carregadas de sentimento. A localização desta página de homenagem no livro parece apontar a origem de Carriconde para aquela cidade vizinha do Uruguai. Um anúncio de página ímpar inteira, destacado em cores e douração, da Typographia Cesar Reinhardt, dos “sucessores e proprietários” Grüneberg et Trein, firma sediada em Porto Alegre, é um possível indício deste estabelecimento ter sido responsável pela impressão.

Carriconde passou a organizar álbuns que procuravam contemplar o Rio Grande do Sul de forma mais abrangente, sob o título “O Rio Grande do Sul em Revista”. O jornal republicano *A Federação* de 14 de fevereiro de 1927 trazia essa notícia, inclusive com a definição do referido título, reforçando a antecedência com que Carriconde planejava tais projetos. A iniciativa exigia viagens recorrentes ao interior. Editor-proprietário da obra, como passaria a ser referido nos jornais, Carriconde estabeleceria escritório na capital, à rua Duque de Caxias nº 490.

A folha porto-alegrense chamava frequentemente Clodomiro de correligionário, em outro atestado de sua simpatia ao partido. Sua simpatia a Getúlio Vargas foi explicitada na edição de 9 de agosto de 1929. Na edição de 24 de outubro de 1927 noticiara, em nota de congratulação, o nascimento de sua filha Cecília. Em uma manchete social, datada de 8 de fevereiro de 1928, ficamos sabendo que era casado com Laureana Pereira Carriconde.

Em setembro de 1928, ocorreu a publicação do primeiro número de *O Rio Grande do Sul em Revista*. A folha de rosto traz a indicação “Anno I” logo abaixo do título, junto à data “1928”. Impresso e editado pela matriz da Livraria do Globo em Porto Alegre, novamente contou com acabamento esmerado. Possuía capa dura em meio-couro e percalux com relevos e douração. O miolo era em papel *couché*, e totalizava 448 páginas. O formato era 24,5cm x 32,5cm. Pelotas está contemplada nas páginas 139 a 170.

Em 1º de agosto de 1929, *A Federação* publicou um anúncio da sequência dessa obra. Outro anúncio, de 30 de dezembro de 1929, dizia estar prevista para janeiro de 1930. *O Rio Grande do Sul 1930* foi também impresso e editado pela matriz da Livraria do Globo, onde era comercializado avulso a 100 mil réis a impressão em papel gessado e encadernada a luxo (meio-couro e percalux) e a 50 mil réis a impressão em papel acetinado, com capa cartonada. O miolo foi impresso em tinta azul, num total de 393 páginas, ilustradas com fotografias e anúncios. Pelotas aparece nas páginas 233-243.

Em 1932, Carriconde publicou o terceiro número de *O Rio Grande do Sul em Revista*, impresso pela *Tyopografia Thurmann*, de Porto Alegre. O padrão editorial decaíra um pouco, tendo sido utilizado um tipo de papel mais simples, sem brilho. O exemplar compulsado estava sem a capa original. A tinta utilizada no miolo foi, novamente a azul, e a quantidade de páginas restringiu-se a 210, apenas. Pelotas foi abordada nas páginas 120 e 121. Na apresentação, em tom animado Carriconde aparece retratado com farda de “oficial da revolução brasileira”.

Um dado relevante desse exemplar é o fato de que há uma terceira página relativa a Pelotas, sem numeração, “enxertada” entre as numeradas. A solução foi necessária em virtude da nomeação de Augusto Simões Lopes pelo interventor federal no Estado, General Flores da Cunha, ocorrida em momento adiantado da produção do *Álbum*. A publicação contempla ainda a primeira Miss Universo Yolanda Pereira e a jaguarense Minervina Corrêa, em matéria fartamente ilustrada sobre o templo que construíra, a capela Imaculada Conceição.

Na edição do jornal *A Federação* de 10 de janeiro de 1933, Carriconde aparece listado como um dos sócios fundadores do *Club Flores da Cunha*, em Jaguarão. O clube, fundado em 28 de novembro de 1932, tinha “caráter exclusivamente político” e, como objetivo, realizar “a propaganda e difusão” do programa do Partido Republicano Liberal naquele município.

Em 3 de janeiro de 1934, o mesmo jornal trouxe a seguinte notícia:

O Rio Grande do Sul em revista

Já está em circulação o novo número da magnifica publicação riograndense que, anualmente, o sr. Clodomiro Carriconde organiza e oferece à leitura de todas as classes cultas do nosso Estado./ Embora essa publicação se apresente com o nome de revista, é, na realidade, mais do que isto. É, cada volume, um esplêndido álbum que interessa a todos os que trabalham pelo engrandecimento material e cultural de nossa terra, pois que em suas páginas se passam em revista todas as atividades do Estado./ O presente volume é, sem dúvida, dos melhores, sob todos os aspectos, que o sr. Clodomiro Carriconde tem publicado. A sua feição material é irrepreensível e a matéria que contém é a mais interessante, pois os numerosos artigos que o volume contém são assinados pelas principais penas do Estado./ Essa obra brilhante, ilustrada com inúmeros clichês dedicada ao nosso glorioso partido, focaliza, por isso, em várias de suas páginas, os aspectos mais evidentes da intensa quadra política que atravessamos./ Apresenta, além disso, o volume que acaba de ser publicado, um panorama completo das atividades e progressos de cada município riograndense./ Uma obra, enfim, que pelo seu conteúdo e pela sua cuidada feição material interessa a todos, honrando o bom gosto e a atividade do seu organizador./ O sr. Clodomiro Carriconde teve a gentileza de nos oferecer um exemplar de “O Rio Grande do Sul em revista”.

Não tivemos, ainda, oportunidade de compulsar, tampouco achar qualquer outra informação a respeito de um exemplar desta edição. Não sabemos também de trabalhos subsequentes do tipo que porventura tenham sido realizados por Clodomiro Carriconde.

Ao lado do inovador “Côro dos Mil”, um coral de mil vozes formado por populares leigos, ensaiado e regido por Antônio Leal de Sá Pereira, professor – e então diretor – do Conservatório de Música de Pelotas para única apresentação pública, e do livro “A Cidade de Pelotas – corpo, coração e razão”, do escritor Fernando Osório Filho, elaborado com base em informações da Estatística Municipal coligidas pelo funcionário do setor e eminente cronista da Princesa do Sul, Alberto Coelho da Cunha, o *Álbum*

de Pelotas foi uma das belas e memoráveis realizações que Pelotas viveu em função do centenário da independência do Brasil. A obra permanece – e permanecerá – relevante como documento imprescindível ao conhecimento da cidade.

Carriconde e Carmelo: – Obrigado por tanto!

REFERÊNCIAS

A Federação, 1/08/1929. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Federação, 10/01/1933. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Federação, 10/06/1922. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Federação, 14/02/1929. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Federação, 24/10/1927. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Federação, 25/05/1925. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Federação, 25/07/1922. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Federação, 3/01/1934. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Federação, 30/12/1929. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Federação, 8/02/1928. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CARRICONDE, Clodomiro. C. *Álbum de Pelotas*. Centenário da Independência do Brasil. 7 de setembro 1822-1922. Pelotas: Livraria do Globo, 1922.

CARRICONDE, Clodomiro. C.. *O Rio Grande do Sul em Revista*. 1928. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928.

CARRICONDE, Clodomiro. C.. *O Rio Grande do Sul em Revista*. 1930. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.

CARRICONDE, Clodomiro. C.. *O Rio Grande do Sul em Revista*. 1932. Porto Alegre: Tipografia Thurmann, 1932.

CARRICONDE, Clodomiro. C.. *Pelotas no Centenário*. 1822-1922. [Editor Clodomiro C. Carriconde]. Pelotas: Livraria Universal Echenique, 1922.

CARRICONDE, Clodomiro. C.. *Porto Alegre em Revista*. 1926. Porto Alegre: Tipografia Cesar Reinhardt [?], 1926.

Città di Caxias, 16/06/1918. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ilustração Pelotense, 1/1/1923. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ilustração Pelotense, 16/08/1922. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ilustração Pelotense, 16/1/1923. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O Imparcial, 17/11/1920. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O Paiz, 12/10/1922. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O Paiz, 16/11/1920. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O Rebate, 09/08/1921. Acervo: Biblioteca Pública Pelotense.

O Rebate, 13/09/1921. Acervo: Biblioteca Pública Pelotense.

O Rebate, 15/07/1922. Acervo: Biblioteca Pública Pelotense.

O Rebate, 23/07/1921. Acervo: Biblioteca Pública Pelotense.

O Rebate, 28/11/1921. Acervo: Biblioteca Pública Pelotense.



3

CRÔNICA E FOTOGRAFIA: A CIDADE A PARTIR DO ÁLBUM DE PELOTAS

Mariana Couto Gonçalves

"Pelotas possui todos os elementos que exige uma cidade moderna." (*Álbum de Pelotas*, 1922).

As cidades comportam múltiplos olhares e formas de análise, cabendo ao espectador percebê-la e visualizá-la a seu modo. A partir do olhar subjetivo de Clodomiro Carriconde, autor e editor do *Álbum de Pelotas*, observamos uma narrativa acerca de uma urbe modernizada, bela e progressista, coroando as transformações obtidas pela cidade a partir da virada do século XIX para o século XX. O idealizador da publicação pretendia registrar, à posteriori, uma Princesa do Sul renovada e, para isso, enfatizou os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais – evidenciados por meio de textos, fotografias e anúncios publicitários. O presente capítulo tem como propósito analisar a relação existente entre as crônicas e as fotografias do *Álbum*, uma vez que o autor utiliza esses dois espaços para demonstrar a modernidade pelotense.¹

Na primeira página do *Álbum de Pelotas*, Clodomiro Carriconde brinda o leitor com a sua própria imagem acompanhada de um artigo de apresentação, no qual ele explicita os motivos que o levaram a organizar a referida obra: “sulbrinhar-lhe as belezas e os progressos” (*Álbum de Pelotas*, 1922, s/p) e exibi-las na exposição comemorativa do centenário da Independência do Brasil (1822–1922), que seria realizada na cidade do Rio de Janeiro. Justamente por isso, as duas imagens subsequentes relacionam-se com

¹ A década de 1910 ofereceu à cidade um ideário de modernidade, a partir das melhorias propostas pelo Intendente Municipal Cypriano Corrêa Barcellos. Sob a sua liderança, foram instalados e/ou consolidados os principais “confortos” urbanos para a população, como por exemplo, a energia elétrica, ajardinamento, higiene, calçamento, água encanada, rede de esgotos, telefone, transporte público, entre outros.

o texto de abertura e com o objetivo da publicação, na medida em que colocam lado a lado os retratos de D. Pedro I – Imperador do Brasil (1822) – e do então presidente da República Epitácio Pessoa (1922) sob o título “O centenário: da Monarquia à República” – enfatizando a transição política brasileira.

Embora o *Álbum* se proponha a apresentar a cidade de Pelotas, os primeiros registros fotográficos são de personalidades políticas. Além dos líderes da Monarquia e da República, o editor publicou fotografias de outras personalidades – Augusto Simões Lopes (suplente do juiz federal), Idelfonso Simões Lopes (ministro), Carlos Barbosa Gonçalves (senador) e José Barbosa Gonçalves (ex-intendente e deputado federal). No entanto, a ênfase recaiu para o Ministro da Agricultura, Comércio e Indústria Idelfonso Simões Lopes, visto que o editor destinou uma página com cinco fotografias sobre o seu retorno à cidade de Pelotas, acompanhando-o desde a chegada à estação férrea até o deslocamento para a sua residência.

Desta maneira, deve-se considerar que o aspecto político também era importante para Clodomiro Carriconde, tendo em vista que ele contou com o apoio da elite pelotense, conforme destacou a imprensa local ao noticiar cotidianamente os novos colaboradores do projeto, tais como: Victor Russomano, Vicente Russomano, Manoel Luiz Osório, Fernando Luiz Osório, Joaquim Luís Osório, entre outras personalidades (*Opinião Pública*, 06/08/1921, p.2). É importante compreender que para os cooperadores do campo político – e econômico – o *Álbum* configurava-se como uma vitrine para promoção pessoal e dos seus respectivos empreendimentos locais.

Além dos nomes já mencionados, outra personalidade política que ganhou destaque na obra foi o Intendente Pedro Luís Osório. A sua imagem foi registrada na primeira página do artigo intitulado “Município de Pelotas”. Na visão de Clodomiro Carriconde, o administrador municipal merecia um local de destaque na publicação, uma vez que ele “vem empregando o melhor de seus esforços, dedicando especial cuidado aos vários serviços municipais” (*Álbum de Pelotas*, 1922, s/p). Durante o seu governo, o Intendente ampliou a rede de iluminação elétrica, melhorou o calçamento da urbe, reformulou alguns jardins públicos, defendeu a construção de moradias populares, entre outras medidas (GONÇALVES, 2018). No entanto, o artigo não propõe destacar essas transformações do atual governo municipal, mas fazer um panorama do desenvolvimento da urbe e das suas características gerais.

Por conta disso, a crônica exibe dados sobre os limites da localidade, a dimensão do território, as características do relevo e da hidrografia, os distritos que compõe a região, as receitas e despesas da administração pública, os principais jornais e revistas locais, entre outros pontos. Com esse texto, Clodomiro Carriconde exprime a narrativa que será abordada no transcurso de toda a publicação e demonstra ao leitor a forma como ele interpretou a cidade:

O município de Pelotas é um dos mais ricos e influentes do Estado do Rio Grande do Sul, pela importância extraordinária de seu comércio e de sua indústria [...] Pelotas, a bela e hospitalérrima “Princesa do Sul” é, pelo seu comércio, pela sua indústria, pelo seu movimento intelectual e social, uma das cidades que mais saliente e brilhante papel desempenha no Rio Grande do Sul. De aspecto agradável e gozando excelente clima, Pelotas possui todos os elementos que exige uma cidade moderna. Numerosos edifícios, soberbos, modernos, de diferentes estilos prendem logo a atenção dos

forasteiros. Os vários hotéis que garantem todo o conforto, instalados com gosto e luxo, as inúmeras casas comerciais com modelar organização e o elevado número de elegantes cafés encantam os visitantes [...] A cidade é bem iluminada a gás e a eletricidade. Os bondes elétricos são luxuosos e confortáveis e asseguram comunicações rápidas entre todos os pontos da cidade [...] Muito tem embelezado a cidade o novo serviço de calçamento [...] nos refúgios e praças. [...] (*Álbum de Pelotas*, 1922, s/p)

A partir da transcrição desse excerto, nota-se a visão de Clodomiro Carriconde sobre a cidade de Pelotas – ela apresenta-se como um espaço moderno, com uma arquitetura imponente, iluminação elétrica, transporte público, espaço de sociabilidade, comércio, indústria e cultura. Para corroborar com esse discurso, o autor utiliza, ao longo do texto, doze fotografias² visando ilustrar ao leitor aquilo que ele quer dizer. Diante disso, o editor constrói uma cidade imaginada por ele e, ao selecionar as visualidades, cria uma narrativa sobre o município. Ou seja, o espectador ao folhear as páginas da publicação, contempla uma narrativa construída pelo autor, com o auxílio de artigos, fotografias e anúncios publicitários. Uma das imagens que mais chama a atenção do espectador refere-se a uma panorâmica da Praça da República (Figura 1):

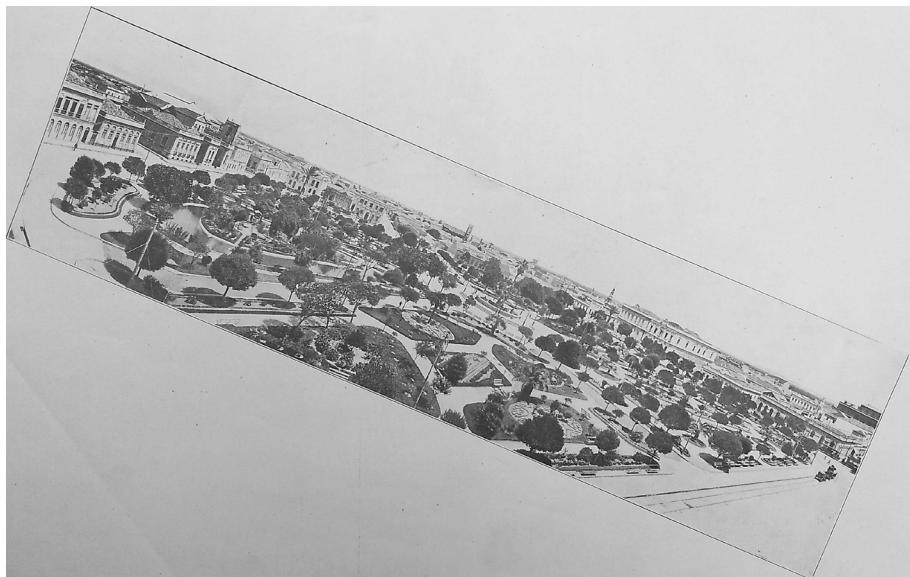


Figura 1: Vista panorâmica da Praça da República, o mais belo e formoso jardim da América do Sul. Vista tirada do alto da torre do clube Caixeiral. Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

O primeiro efeito da fotografia é gerar um estranhamento e uma surpresa no espectador, ao virar a página, o leitor se surpreende com uma fotografia publicada na diagonal, ocupando toda a lauda. Ou seja, o editor quis romper com a monotonia das

² Além da imagem citada, existem fotografias do prédio da Intendência, do Mercado Central (03 imagens), da Praça da República (03 imagens), da Praça Júlio de Castilhos, do Corpo de Bombeiros, do Gasômetro e do forno de incineração.

imagens horizontais – padrão do *Álbum* – fazendo com que o observador fixasse o olhar nos caminhos da Praça da República, observando-a em sua totalidade. A proposta da imagem era de ressaltar os jardins geometrizados e ordenados, sendo que esses elementos são destacados por meio da legenda que induz o leitor a acreditar que efetivamente naquele espaço havia o jardim mais belo da América do Sul. Como a imagem pode apresentar várias interpretações, a legenda contribui para atribuir uma explicação para a visualidade em questão.

Ao contemplar a imagem, mesmo sem o auxílio da legenda, fica claro para espectador a intenção do fotógrafo de referenciar os jardins, pois esse elemento apresenta o maior volume visual. O ajardinamento da Praça da República era uma preocupação constante dos intendentes, provocando, por isso, elogios e críticas ao governo municipal através da imprensa local. Afinal, a praça atuava como espaço de sociabilidade e cumpria aspectos estéticos. Conforme Clodomiro Carriconde, a Praça da República era “o mais formoso jardim do Rio Grande do Sul” (*Álbum de Pelotas*, 1922, s/p) e, por conta disso, publicou, ainda dentro da crônica “Município de Pelotas”, outro enquadramento do principal espaço de sociabilidade da urbe pelotense (Figura 2):



Figura 2: Um trecho da formosa Praça da República, frente à rua 15 de novembro
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Nessa fotografia, o poste de iluminação pública, localizado em um canteiro da Rua XV de novembro, divide a imagem e direciona o olhar do observador. Além disso, outro elemento que chama atenção diz respeito à presença de indivíduos bem vestidos e apresentáveis – os homens trajam ternos e as mulheres vestidos. Provavelmente, essa fotografia foi realizada após a saída da matinê no Theatro Guarany. Essa hipótese baseia-se no ângulo sob o qual o fotógrafo realizou o registro visual – entre as ruas Marechal Floriano e XV de Novembro – e na quantidade de transeuntes que circulavam na Praça – o número de pessoas nas imagens anteriormente analisadas é ínfimo se comparado ao registrado nesta fotografia. É interessante perceber que, mesmo que a imagem tenha sido obtida entre duas esquinas, apenas a Rua XV foi evidenciada através da legenda. Eventualmente, o motivo para isso tenha sido o grande contingente de automóveis (estacionados em frente à Intendência e Biblioteca) em oposição ao número de

carroças (em frente ao Theatro 7 de Abril), que constituíam um vestígio da cidade colonial.

A crônica subsequente, intitulada “Pelotas, cidade em flor” de Fernando Osório, apresenta-se como um resgate histórico da cidade – e do próprio autor – e, em certa medida, não dialoga com a narrativa presente no *Álbum*, uma vez que foca nos anos de formação da Freguesia e da Vila de São Francisco de Paula. Em contrapartida, as imagens que ilustram o texto são contemporâneas ao *Álbum*. O único ponto de relação que podemos estabelecer entre texto e as imagens, refere-se a passagem de Auguste de Saint-Hilaire pela região – citada no texto de Osório – visto que ele destacou que mesmo sendo pequeno, o lugar contava com ruas bem amplas e alinhadas (SAINT-HILAIRE, 2002, p.114) como comprovam as imagens publicadas ao longo da matéria.³ Pelotas conseguiu implementar a energia elétrica, bondes, calçamentos, ajardinamentos, entre outros, além de comportar o crescimento populacional sem realizar grandes obras públicas de reestruturação do espaço urbano central, como ocorreu, por exemplo, no Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma proposta interessante foi a construção de um jardim central na Avenida General Osório (Figura 3):



Figura 3: Um trecho da Avenida General Osório. Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

³ No artigo “Pelotas, cidade em flor” foram publicadas 23 fotografias sobre as vias públicas: Avenida Bento Gonçalves, Rua XV de Novembro (02 imagens), Rua Félix da Cunha (02 imagens), Rua Piratininga de Almeida, Rua Floriano Peixoto (02 imagens), Avenida 20 de Setembro (02 imagens), Avenida General Osório (02 imagens), Rua Paissandu, Rua Andrade Neves (02 imagens), Rua Marechal Deodoro e Rua Benjamin Constant. Além disso, foram publicadas 05 imagens referente a Praça da República e uma sobre o bairro Simões Lopes.

Evidencia-se, na imagem acima, a instalação de um jardim no meio da via pública, visando melhorar a circulação dos pedestres e automóveis, bem como baratear os custos com o calçamento da cidade, além de deixar a rua mais arborizada e bela, tornando-a um *boulevard*. Percorrendo as páginas do *Álbum* e, especificamente, do artigo “Pelotas, cidade em flor”, fica evidente que a rua era o principal agente do mundo urbano, uma vez que tudo acontecia naquele espaço: os indivíduos pegavam o bonde para o trabalho, as damas observavam as vitrines, os cavalheiros discutiam as questões políticas nos cafés, os automóveis aguardavam os passageiros na saída da *matine*⁴, as famílias dirigiam-se para os espetáculos teatrais, logo, o cotidiano acontecia naquele espaço. Mais do que isso, era na rua que todas as ideias de modernidade estavam congregadas e evidenciadas. Além do mais, a via permitia colocar, lado a lado, a burguesia e o proletariado, pois comerciantes, operários, políticos, negociantes, bancários, advogados, motoristas, vendedores, ricos e pobres circulavam e se cruzavam nesse espaço dinâmico por excelência.

As duas crônicas analisadas brevemente no presente capítulo – “Município de Pelotas” e “Pelotas, cidade em flor” – possuem propostas similares, isto é, demonstrar os principais aspectos da Princesa do Sul – fazendo um panorama desde a sua formação até os avanços obtidos durante o governo do atual Intendente Municipal. Uma das principais críticas ao uso das imagens é que elas atuam basicamente como uma ilustração – ora se relacionando com o que está sendo dito, ora não apresentando relação nenhuma, servindo apenas para “preencher espaço”. Ou seja, o potencial do documento visual é pouco explorado por Clodomiro Carriconde, servindo mais como uma comprovação daquilo que ele defende ao longo de toda a obra – o progresso e a modernidade pelotense. Justamente por isso, observamos uma reincidência de algumas vistas urbanas, isto é, mudam-se os ângulos, mas os temas selecionados são idênticos, como, por exemplo, a Praça da República e as ruas centrais.

Do ponto de vista da narrativa escrita, em certa medida, os artigos analisados atuam como uma propaganda da administração local – principalmente no texto “Município de Pelotas” – uma vez que rasga elogios a atuação do administrador municipal Pedro Luís Osório. Coincidência ou não, o artigo subsequente também faz referência a outro membro da família Osório. Como falamos anteriormente, o *Álbum* também serviu como um espaço para a elite local ser vista e referenciada. Traçando um paralelo, os textos preocupam-se em enaltecer a cidade, corroborando com o objetivo inicial da obra – apresentá-la em uma exposição na capital do país – destacando a beleza e o progresso local.

Ao folhear as páginas do *Álbum de Pelotas*, o espectador se depara com uma narrativa criada a partir do olhar e da vivência de Clodomiro Carriconde, focalizando nos aspectos urbanos e modernos. A cidade imaginada pelo editor constrói memórias e esquecimentos, combinando aspectos de visibilidade e invisibilidade sobre os pormenores da urbe pelotense.

4 Corresponde a um espetáculo - peça de teatro, sessão de cinema e/ou evento - realizado durante o dia, preferencialmente no turno da tarde.

FONTES

Álbum de Pelotas, Pelotas/RS, 1922.

Opinião Pública, Pelotas/RS, 1921.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONÇALVES, Mariana. “*Andei, sempre tendo o que ver e ainda não fora visto*”: A modernização urbana pelotense a partir de crônicas e fotografias (1912-1930). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

SAINTE-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, 2002.



A

A POESIA NO ÁLBUM DE PELOTAS

Luís Rubira

Ao organizar o *Álbum de Pelotas* para ser lançado no decurso das comemorações do centenário da Independência do Brasil, Clodomiro Carriconde colocou diante do leitor algo que não estaria presente nem em edições vultuosas como o *Álbum do Estado do Rio de Janeiro* e o *Álbum da Cidade do Rio de Janeiro* e, tampouco, naquelas realizadas em outras cidades brasileiras, a saber: a presença extensiva da vida literária de uma cidade e, mais particularmente, de sua relação com a poesia. Publicado no mês de Julho de 1922, este aspecto foi logo destacado em periódicos de circulação estadual e nacional, tal como no texto “Algumas opiniões sobre o *Álbum de Pelotas*”, de autoria de Victor Russomano: “Tem-se, assim, lado a lado, os dois formosos aspectos de Pelotas: a sua intensa vida material em permanente progresso e a sua brilhante vida intelectual (...) em perene floração de ideias” (*Ilustração Pelotense*, 16/8/1922, p. 25). Do mesmo modo, na notícia “O *Álbum de Pelotas* na exposição”, redigida pelo editor do jornal carioca: “Além das inúmeras gravuras que ilustram o *Álbum*, traz este numerosas informações sobre cousas pelotenses e do Estado, ao lado de colaboração literária de todos os escritores do próspero município rio-grandense” (*A Noite*, 11/10/1922, p. 6).

De fato, em paralelo ao uso da fotografia e da iconografia para mostrar aspectos da vida urbana da cidade, bem como de textos para resgatar elementos de sua história e de suas relações econômico-sociais, Clodomiro Claydes Carriconde inseriu no *Álbum de Pelotas* aproximadamente cem escritores, dando espaço para mais de cento e vinte poemas.¹ Por certo, não se tratava somente de dar voz a poetas pelotenses e sul-rio-

¹ É difícil quantificar o número exato de poetas, pois alguns deles, como é o caso de Silvio Romero, não se dedicavam exclusivamente à poesia. De outra parte, o *Álbum* aporta textos em prosa de autores como Jorge Salis Goulart, o qual publicava livros de poesia desde 1919. Do mesmo modo, há textos em prosa, tal como “Márcio Dias, a sua morte e a sua obra”, no qual se veiculam poemas. Não obstante, numa contagem aproximada, podemos dizer que no *Álbum de Pelotas* há oitenta e oito “poetas”

grandenses, pois pelo menos metade das poesias são de autores provenientes da maior parte do território nacional. Diante de algo tão original, como compreender, no entanto, os motivos que levaram Carriconde a organizar o *Álbum* deste modo? Se de sua parte não temos (pelo menos até agora) nenhum testemunho a este respeito (na apresentação do livro ele limita-se a dizer que buscou sublinhar “as belezas e os progressos” da Princesa do Sul), como entender, um século depois, os critérios utilizados para a seleção dos poemas? Cabe-nos então, neste momento, a tarefa de tentar reconstruir, ainda que minimamente, alguns aspectos relativos as autoras e os autores presentes no livro, de seu contexto e das possíveis motivações e fontes utilizadas. Sobretudo pelo fato de que dentre os poemas há muitos cujos/as autores/as não chegaram a publicar livros em vida, ficando relegados à vala comum da literatura.

Recordemos, em breves linhas, que as primeiras manifestações da vasta e rica tradição poética em Pelotas remontam (até onde o estágio das atuais pesquisas mostram) ao surgimento da imprensa na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em particular ao periódico *O noticiador*, editado na Vila de Rio Grande a partir de janeiro de 1832. E nele que alguns habitantes da então Freguesia (e neste mesmo ano Vila) de São Francisco de Paula encontram lugar para publicar seus poemas, tal como é o caso de Mateus Gomes Vianna (Pelotas, 1809-1839) e de outros letRADOS que nela exercem atividades profissionais, entre os quais o professor público de gramática latina Antonio José Domingues (Lisboa, 1791 - Pelotas, 1860) e o funcionário público Antonio José Caetano da Silva Filho (Jaguarão, 1817 - Rio de Janeiro, 1865). Além da imprensa, as manifestações poéticas, que que normalmente ocorriam nos tradicionais saraus privados (descritos por viajantes e estudiosos como Saint-Hilaire, em 1820), ganham novo impulso com a reabertura do Theatro 7 de Abril após o término da Revolução Farroupilha (1835-1845), com a criação do jornal *O Pelotense* em 1851, primeiro periódico local (em cujas páginas surgirá, em outubro do ano seguinte, na forma de folhetim, o romance *O Corsário de Caldre Fião*) e com o desenvolvimento das tipografias na então cidade de Pelotas. Neste sentido, cabe lembrar que Antonio José Domingues publica, neste período, seu livro *Coleção das Poesias que ao muito alto e muito poderoso senhor D. Pedro II, imperador e defensor perpétuo do Brasil* (Pelotas: Typ. de Cândido Augusto de Mello, 1852). A partir de então, escritores e poetas nascidos em Pelotas ou que nela passariam a exercer suas atividades intelectuais, encontravam um lugar culturalmente fértil para realizar sua formação e colocar em circulação suas produções poéticas, entre os quais Bernardo Taveira Júnior (*Poesias Americanas*. Rio Grande: Typ. da Arcádia, 1869), Juvêncio Augusto de Menezes Paredes (*Parietárias*. Porto Alegre: Typ. da “Reforma, 1873) e Francisco Lobo da Costa (*Lucubrações*. São Paulo: Typ. J. Secler, 1874). Contribuem também para a formação de novos poetas a comercialização de livros com a abertura da Livraria Americana (em 1871), a criação da Biblioteca Pública Pelotense (em 1875), a constituição do acervo da biblioteca do Clube Caixeiral (fundado em 1879), o círculo de intelectuais que frequentava a Livraria Universal (inaugurada em

e cento e vinte e sete poemas – dos quais pelo menos oitenta aparecem ao lado de anúncios comerciais (o que, de fato, causa a impressão de que o trato com as letras, na urbe, tem o mesmo peso do que as relações comerciais).

1887), dentre outros. Neste período, em meio a tantos autores que publicam suas poesias num volume cada vez maior de periódicos na imprensa local, chegam ao livro novos poetas pelotenses como Alberto Borges Soveral (*Pedaços d'Alma*. Pelotas: M. Kratz & Cia Editores, 1881), Luísa Cavalcanti Filha (*Alvoradas*. Pelotas: Typ. Liv. Alemã, 1886), Francisco de Paula Pires (*Rimas*. Pelotas: Typ. Livraria Americana, 1888), dentre outros. Ainda na segunda metade do século XIX em Pelotas, surgem também antologias que reúnem poetas e poetisas locais e nacionais, das quais destacaríamos as obras: *Serpentinas* (Pelotas e Porto Alegre: Editores Carlos Pinto & Comp., 1884); *Charitas – Antologia Poética organizada em benefício do poeta Lobo da Costa* (Pelotas: Typ. Liv. Americana, 1887); e *Sonoras – Antologia poética de diversos* (Pelotas: Of. Gráf. Liv. Universal de Echenique & Cia., 1891).

Entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, muitos dos contemporâneos de Clodomiro Carriconde também passaram a ter contato com as edições anuais de *Almanaque*, alguns dos quais teriam longa duração e em cujas páginas veiculavam-se poemas de autores locais, nacionais e estrangeiros. É o caso, por exemplo, do *Almananak Litterario e Estatístico da Província do Rio Grande do Sul* (Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande: Carlos Pinto & Comp., Sucessores, 1889), impresso até 1917; do *Almanach Popular Brazileiro* (Pelotas e Porto Alegre: Echenique & Irmão – Livraria Universal, 1894), editado até o ano de 1908; e do *Almanach de Pelotas* (Pelotas: Typ. do Diário Popular, 1913), o qual seria publicado por mais de duas décadas. De outra parte, novos poetas pelotenses, bem como aqueles que acabaram por se radicar na cidade, lançavam suas primeiras obras poéticas, entre eles Lídio Regis Costa (*Lira matutina*. Pelotas: Livraria Americana, 1901), Januário Coelho da Costa (*Aspérulas*. Pelotas: Of. do Diário Popular, 1909), Josué da Costa Siqueira (*Musa morta*. Pelotas: sem editora, 1918) e Jorge Salis Goulart (*Auroras e poentes*. Pelotas: Of. do Diário Popular, 1919). Lembremos, por fim, que entre tantos novos periódicos em circulação no século XX, talvez nenhum outro tenha sido tamanha fonte de inspiração e de divulgação de poetas locais e nacionais quanto a Revista *Ilustração Pelotense*, sendo seu editor-chefe o poeta Januário Coelho da Costa, a qual foi lançada em 1919 e que duraria quase uma década.

É provável, portanto, que essa longa tradição em relação à poesia (alimentada continuamente por periódicos, editoras, bibliotecas, livrarias e diferentes tipos de edições), somada a um processo cultural intensamente envolvido com as artes,² tenha exercido influxo no modo como foi estruturado o *Álbum de Pelotas*. Que faz então Clodomiro Carriconde após deixar as páginas iniciais do livro para os textos “Município de Pelotas” (no qual é descrito o presente da cidade) e “Pelotas, cidade em flor”? (onde se visa resgatar seu passado histórico)? Ele consagra uma página inteira a “Lobo da Costa, o mavioso autor das *Auras do Sul*” (Figura 1), fazendo o mesmo mais adiante em relação aos poemas “Pelotas”,³ “O império livre” e “Recordações do

² Ver, neste sentido, o segundo volume do *Almanaque do Bicentenário de Pelotas* (Santa Maria/RS: Pró-Cultura-RS: Gráfica e Editora Pallotti, 2014) inteiramente dedicado às sete artes na cidade.

³ Lobo da Costa não nomeou o poema como “Pelotas”, mas sim sob a denominação de “À Cândida Isolina de Abreu”. Sobre este tema, ver: RUBIRA, Luís. “Cândida Isolina de Abreu, a ‘poetisa adorada de Lobo da Costa’”. *Diário Popular*, 20/11/2020.

passado”. Publicando ao todo dez poemas de Lobo da Costa, Carriconde presta-lhe uma homenagem como o poeta pelotense por excelência no século XIX (muitos de seus versos eram já popularmente conhecidos enquanto vivia e, após sua morte em 1888, ele teve muitas de suas obras resgatadas e editadas, as quais atingiram um público cada vez mais amplo).

A divulgação de uma nova geração de poetas pelotenses parece assumir, na sequência, o primeiro plano no *Álbum*, na medida em que se conferem páginas inteiras para seus poemas. Neste sentido, das outras seis páginas ao longo do volume dedicadas integralmente à poesia, três colocam em relevo poetas nascidos ou radicados

na cidade, a saber: Alcides de Oliveira Carracho (Pelotas, 31/7/1895 – s.d.), que no primeiro semestre havia lançado seu primeiro livro (*Musa Adolescente*. Pelotas: Typ. Guarani, 1922); Armando Paradeda (Pelotas, 4/4/1900 – São Paulo, 19/4/1976), o qual publicava seus poemas desde 1920 na *Ilustração Pelotense*, dentre os quais “Tarde (Para o Jorge Sallis Goulart)” (*Ilustração Pelotense*, 16/1/1922, p. 42); e de Theophilo Biaffra.⁴ As outras três páginas inteiras, por razões que não conseguimos averiguar, são atribuídas a: Affonso Moraes (Uruguaiana, 13/9/1889 – Itaquí, 27/4/1951), o qual havia publicado dois livros pela Livraria Americana entre 1910 e 1914; Ennio Guerra;⁵ e Clemente Ritz Teixeira de Freitas (Curitiba, 23/11/1888 – Lapa, 4/11/1935), poeta que já possuía pelo menos três livros editados no Paraná. Mas exceto por estes autores de outras cidades e estados, existem ainda outras três páginas inteiras dedicadas à divulgação de poetas nascidos ou radicados em Pelotas. A primeira delas é o texto “Escritores Pelotenses”, de autoria de Jorge Salis

Figura 1: Lobo da Costa. Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

4 Não nos foi possível identificar nem o local de nascimento nem de morte deste autor. As historiadoras Beatriz Loner e Lorena Gil dão notícia de um artigo de sua autoria no jornal *Diário Popular* de 1/1/1915 (Cf. “Histórias de uma cidade e de seus trabalhadores em tempos de guerra: Pelotas (1914-1918)”. *Oficina do historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 8, n. 1, jan./jun. 2015, p. 11-12). De nossa parte, localizamos poucas informações importantes a seu respeito: “Foi, ontem, exposta à venda nas livrarias o livro intitulado *Gymnastica Moral* de Theophilo Biaffra, pseudônimo de Joaquim Pinto Botelho, o antigo colaborador do *Diário Popular*” (*A Federação*, Porto Alegre, 18/5/1917, p. 3). Um trecho de seu *Gymnastica Moral* foi publicado na revista *Ilustração Pelotense* (1/1/1921, p. 14-15).

5 A única notícia que encontramos sobre o autor foi a seguinte: “Minerva – Foi distribuído, hoje, o 2º número desta excelente revista mensal ilustrada, que obedece à direção dos nossos colegas João Xyz e Ennio Guerra. *Minerva*, que presta, em sua primeira página, uma expressiva homenagem ao arcebispo d. João Becker, vem repleta de interessante e vasta colaboração a par dos nitidos clichés de atualidade” (*A Federação*, Porto Alegre, 1/9/1921, p. 5).

Goulart,⁶ no qual ele trata exclusivamente de um poeta, a saber: Januário Coelho da Costa (certamente o vate mais representativo na cidade naquele momento, sendo que, depois de Lobo da Costa, ele é o autor que tem mais poemas publicados no *Álbum de Pelotas*) (Figura 2). Já o texto “Literatura. Um poeta pelotense”, escrito por Alberto Rodrigues de Souza, é dedicado inteiramente a Pedro Alves de Azevedo Teixeira (Pelotas, 14/10/1895 – Pelotas, 27/11/1951), jovem que também não lançara livro, mas já colocara em circulação alguns de seus poemas como “Visão perdida” e “O rio” (*Ilustração Pelotense*, 16/11/1920, p. 12-13). Na sequência, ocupa praticamente uma página e meia o ensaio “Márcio Dias. A sua morte e a sua obra”, no qual aborda-se o poeta cujo nome verdadeiro era Tristão Velloso Nunes Vieira (Pelotas, RS, 2/2/1900 – Pelotas, 23/2/1919). E, por fim, embora ocupando meia página, o jornalista Arthur Hameister (1871-1934)⁷ redige o texto “Uma poesia”, no qual publica uma letra que Francisco de Paula Pinto de Magalhães (Pelotas, 6/4/1881 – Pelotas, 16/1/1951) escreveu para “a música popular do ‘Luar do Sertão’”. Aliás, no *Álbum*, também consta o poema “Deus”, de Francisco de Paula Pinto de Magalhães.

Se por um lado são raros os retratos de escritores no *Álbum*, por outro aqueles que aparecem pertencem, em sua maioria, a poetas nascidos ou radicados em Pelotas. Assim como no caso de Lobo da Costa, surgem os seguintes retratos: do “exímio poeta Theophilo Biaffra”; da “talentosa poetisa Exma. Sra. Honorina Torres” (Pelotas, s.d. – 4/6/1919),⁸ escritora que ao que tudo indica não chegou a publicar um livro (e cujos poemas ainda não foram objeto de localização e de investigação) (Figura 3); de Josué da Costa Siqueira (Pelotas, RS, 3/1/1899 – Porto Alegre, 4/4/1954), moço que dedica seu poema “Minha terra” a “Francisco Nunes Vidal”⁹ e que lançaria no primeiro semestre daquele ano o livro *Manhãs de Abril* (Pelotas: Brasil Meridional, 1922, com prefácio assinado por Alcides de Oliveira Carracho); de Januário Coelho da Costa (Dom Pedrito, RS, 24/10/1886 – Pelotas, RS, 8/11/1949), apresentado como “Tenente Coelho da Costa, brilhante poeta pelotense”;



Figura 2: Januário Coelho da Costa.

Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

⁶ Note-se que a fotografia é de Salis Goulart, estando a legenda errada (não se trata de “Coelho da Costa”).

⁷ Parte da trajetória biográfica de Arthur Hameister foi resgatada por Carlos Francisco Sica Diniz no livro *Eu conheci João Simões Lopes Neto* (Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020, p.130).

⁸ Embora não tenhamos localizado o local de nascimento de Honorina Torres, quando de seu falecimento foi publicada uma notícia que a trata como pelotense: “Falecimento – Pelotas, 4 – Faleceu a veneranda pelotense exma. Sra. D. Honorina Torres Correa” (*A Federação*, Porto Alegre, 4/6/1919, p. 5).

⁹ Francisco Nunes Vidal (Itaqui, 1899 – Pelotas, 1975) escreve no *Álbum* o texto “Recordações”.

de Alberto Rodrigues de Souza (Pelotas, RS, 12/1/1900 – s.d.), qualificado como “Exímio poeta pelotense”, autor de versos que também vinham sendo publicados, desde 1919, na Revista *Ilustração Pelotense*,¹⁰ de Armando Paradeda (também designado como “exímio poeta pelotense”); de Azevedo Teixeira; de Demerval Araújo (Pelotas, 8/6/1888 – Pelotas, 23/9/1952)¹¹ e, por fim, de Antonio Vidal (Uruguaiana, 1867 – s.d.), cognominado também como “poeta pelotense” (aliás um dos únicos que tece um elogio a Pelotas no poema “Princesa do Sul”).¹²



Figura 3: Honorina Torres. Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Em relação às dezenas de outros poemas presentes neste *Álbum* comemorativo ao centenário da Independência, eles ocupam, em sua maioria, meia página, incluindo aqueles que surgem ao lado dos anúncios de estabelecimentos comerciais da cidade. Caso levássemos em conta, por exemplo, apenas o local de nascimento dos poetas

10 Deveremos à revista *Ilustração Pelotense* uma das raras notícias sobre este poeta: “Regressou do Rio de Janeiro, após muitos meses de ausência, à terra natal, o jovem e talentoso poeta pelotense Alberto Rodrigues de Souza, uma das mais radiosas promessas da geração que desponta. O prezado patrício que é um grande amigo da *Ilustração*, conseguiu para ela, na capital da República, a colaboração honrosa de Lima Barreto, Luiz Carlos, Alvares Coutinho e Saturnino de Britto” (*Ilustração Pelotense*, 1/11/1920, p. 11).

11 O estudioso Luís Borges resgatou aspectos biográficos e parte da poesia deste autor no livro: Demerval Araújo. *Último canto*. Pelotas: Confraria Cultural e Científica Prometheu / Livraria Lobo da Costa, 1992.

12 Fernando Luiz Osório colocou o nome de Antonio Vidal entre os poetas pelotenses no livro *A cidade de Pelotas, corpo, coração e razão, 1822-1922*. É provável que se trate do “Major Vidal”, futuro proprietário do “Castelinho da XV”, construído no ano de 1936.

sul-rio-grandenses (muitos deles desenvolveram suas atividades intelectuais em outras cidades, nelas falecendo, inclusive), poderíamos dizer que estão representadas no *Álbum* as cidades de: Arroio Grande, Alegrete, Cachoeira do Sul, Dom Pedrito, Mostardas, Porto Alegre, Quaraí, Rio Grande, Rio Pardo, Santa Maria, Santana do Livramento, Santiago, Santo Antonio da Patrulha, São Gabriel, São Luiz Gonzaga e Uruguaiana. Já em relação aos demais autores, a federação estaria representada por pelo menos metade de seus estados, a saber: Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe e Piauí. Nessa constelação sul-rio-grandense e brasileira de poetas e poetizas, alguns possuíam vocação predominantemente para a poesia (como é o caso, por exemplo, de Clarinda da Costa Siqueira, Fagundes Varella, Francisca Julia César da Silva Münster e Olavo Bilac), sendo que, em sua maioria, seus nomes podem ser encontrados em dicionários bibliográficos ou em livros de referência da história da literatura em nosso país. Dito isto, detenhamo-nos, em contrapartida e sinteticamente, apenas naqueles autores que não figuram nos cânones literários, bem como em alguns aspectos dignos de esclarecimento ou de nota.

Pela sequência cronológica na qual os nomes dos autores surgem no *Álbum*, deparamo-nos primeiramente com o de Victor Silva, poeta e diretor da Biblioteca Pública de Porto Alegre, que faleceu em dezembro de 1922.¹³ Outro autor cujo óbito parece ter ocorrido por volta desta época é o arroio-grandense Leonel Fagundes.¹⁴ Há também o caso de Roberto Trompowskki, advogado no Rio de Janeiro que suicidou-se em dezembro de 1922.¹⁵ Levando em consideração que no *Álbum* também existem mais de duas dezenas de poemas cujos autores faleceram antes do Centenário da Independência, é importante observar que um destes é Annibal Theophilo (assassinado pelo escritor e político Gilberto Amado em junho de 1915). Há também aqueles acerca dos quais os dados biográficos e bibliográficos são bastante escassos. Figuram neste quadro: Pedro Gatti, de quem encontramos alguns poucos versos publicados Rio de

13 Victor Silva, natural do Rio de Janeiro, faleceu em dezembro de 1922 (Cf. *O Brasil*, Caxias, 16/12/1922, p. 2). Em Pelotas, seu falecimento também recebeu destaque no começo do ano seguinte: “Deixou de existir há pouco, em Porto Alegre, o mestre do parnasianismo em nossa pátria, o insigne poeta Victor Silva, justamente cognominado o Heredita brasileiro. Burlador de estrofes impecáveis, Victor Silva era um apaixonado da forma lapidária e em seu ermitágio de artista, no convívio apenas de alguns íntimos, vivia exclusivamente consagrado à arte e aos livros, lavorando versos marmóreos e imprimindo à Biblioteca de Porto Alegre, de que era diretor, uma feição admirável e nova. Contava 57 anos e era de uma aparência saudável e forte” (*Ilustração Pelotense*, 16/1/1923, p. 29-30)

14 No *Álbum* ele é identificado como “Poeta rio-grandense”, mas uma das raras informações a seu respeito registra: “Leonel Fagundes – Sob o patrocínio dos nossos talentosos colaboradores Olindo Flores da Silva e Aymoré Carronde, entrará, breve, para o prelo, o livro póstumo de Leonel Fagundes, o consagrado poeta arroio-grandense. *Penumbra* se intitulará a obra e será prefaciada pelo brilhante literato Luiz Vergara. A *Ilustração* sente-se satisfeita em dar esta notícia aos seus leitores, pois Leonel Fagundes tem permanecido no esquecimento, não obstante a beleza de seus versos” (*Ilustração Pelotense*, 15/7/1927, p. 18).

15 Acerca de sua morte, um jornal carioca registrou: “Uma notícia bastante dolorosa circulou, ontem, pela tarde, qual a do suicídio inesperado do dr. Roberto Tropowksi Junior, cavalheiro de fino trato, estimadíssimo, quer na sociedade, quer nas rodas esportivas, onde a sua atuação se fazia sentir muito brilhantemente. Moço ainda, pois contava pouco mais de trinta anos de idade, o Dr. Tropowksi Junior, que era bacharel em direito (...) [representou] o nosso país no estrangeiro por duas vezes, nas olimpíadas de Antuérpia e em Buenos Aires, como representante da Confederação Brasileira de Desportos, nas festas de nosso centenário” (*Correio da Manhã*, 22/12/1922, p. 3).

Janeiro (*Fon Fon*, RJ, 1/3/1913, p. 45);¹⁶ Nelson Cardia, que já na década de 1910 atuava como funcionário público em Porto Alegre e que publicou alguns poemas em revistas do país;¹⁷ Leopoldo Machado (aparentemente um futuro deputado sul-rio-grandense);¹⁸ e Maximiliano Guerra, autor de artigos políticos ligados ao movimento operário como “O momento perante a história e o internacionalismo” (*A luta*, Porto Alegre, 28/3/1918, p. 3).

Em relação aos aspectos não muito claros nas decisões editoriais de Clodomiro Carriconde, destacaria, por exemplo, o de colocar o poema “A lágrima”, de Urbano Duarte de Oliveira (Bahia, 2/1/1855 – Rio de Janeiro, 10/2/1902) ao lado das notas do texto de Fernando Luis Osório (e antes da página inteira dedicada a Lobo da Costa – momento no qual começa, realmente, o vasto repertório de poemas no *Álbum*). De outra parte, talvez o poema “À liberdade” (bem como “A velha ideia”, “Um quadro”, “Nova Conquista” e “A grande Nau”), atribuídos a “Damasceno Vieira”, sejam de autoria de João Damasceno Vieira Fernandes (Porto Alegre, 6/5/1850 – Salvador, 6/3/1910) e não de seu filho Arnaldo Damasceno Vieira (Porto Alegre, 22/4/1876 – Rio de Janeiro, 1949), embora este também tenha publicado no *Álbum* o poema “Um rio da minha terra”. Do mesmo modo, a abreviação de nomes, assim como o uso de pseudônimos, oferecem dificuldades aos leitores atuais, a exemplo de: “Francisco Ricardo”, cuja pesquisa indica tratar-se de Francisco José Pereira Ricardo (Porto Alegre, 10/10/1893 – Santa Maria, 23/4/1927); Mario de Artagão, pseudônimo de Antônio da Costa Correia Leite (Rio Grande, 16/12/1866 – 14/8/1934, Portugal), o qual, já residindo em Lisboa, enviou para Pelotas exemplares de alguns de seus livros (*Ilustração Pelotense*, 1/9/1920, p. 29). Há, igualmente, o problema de alterar nomes de poemas, como é o caso de “Soneto”, de D. Pedro de Alcântara (ou seja, de Dom Pedro II), cujo título é, na verdade, “Ingratidão”.¹⁹

Ao concluirmos este breve ensaio, muitas questões permanecem em aberto. Embora Clodomiro Carriconde deixe a entender que levou seis meses para organizar o *Álbum de Pelotas*, certo é que ele iniciou o trabalho com pelo menos um ano de antecedência.²⁰ Ao colocar em relevo toda uma nova geração de poetas pelotenses, teria

¹⁶ Talvez Pedro Gatti fosse gaúcho e estivesse fazendo formação no Rio de Janeiro nesta época, haja vista esta outra notícia décadas mais tarde: “Dr. Pedro A. Gatti, brasileiro, casado, médico, domiciliado em Rio Grande” (*Jornal do Dia*, Porto Alegre, 27/7/1955, p. 2).

¹⁷ Assinando alguns de seus textos como “Nelson L. Cardia”, são de sua autoria: “Soneto” (*Pacotilha*, Maranhão, 25/1/1918, p. 2); o texto “Rodolpho Machado vítima de um furto poético”, escrito em “Porto Alegre, 29 de Maio de 1919” (*Revista Souza Cruz*, RJ, Julho de 1919, p. 9). Nesta mesma revista, contribuiu com os poemas “Alegria íntima” e “Irma de Caridade” (*Idem*, Setembro de 1919, p. 19 e 32), “No inverno” (*Idem*, Janeiro de 1920, p. 127), “N’uma lousa” (*Idem*, Fevereiro de 1920, p. 18). E ainda localizamos: “Duas phases” (*Gil-Blas*, RJ, 21/4/1920, p. 11) e “Presságio” (*Máscara*, Porto Alegre, 11/12/1920, p. 23).

¹⁸ Neste sentido veja-se a notícia “Faleceu o ex-deputado Leopoldo Machado, constituinte de 1947” (*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 5/9/1968, p. 5).

¹⁹ Veja-se: FREIRE, Laudelino (Org.) *Sonetos Brasileiros – Século XVII-XX* (Rio de Janeiro, F. Briguet & Cia Editores, 1904) e RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak Litterario e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1906* (Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre: Editores – Pintos & C., 1907, p. 206).

²⁰ Noticiado em Porto Alegre: “Álbum de Pelotas – O Sr. Clodomiro Carriconde está organizando um artístico álbum da cidade

ele contado com a sugestão destes em relação à seleção de determinados poemas de outros autores para constar no *Álbum*? Do ponto de vista das fontes, é certo que muitos dos poemas do *Álbum* constavam já num livro organizado por Laudelino Freire, a saber: *Sonetos Brasileiros – Século XVII-XX*. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia Editores, 1904).²¹ Mas será que Carricande mesmo conhecia fontes como essa ou teria sido ele auxiliado por consagrados estudiosos como Alfredo Ferreira Rodrigues (Rio Grande, 12/9/1865 – Pelotas, 8/3/1942), organizador do *Almanaque Literário e Estatístico* (que teve um “soneto” de sua autoria também publicado no *Álbum*)? Ou por Arnaldo Damasceno Vieira, que havia sido convidado para representar o Rio Grande do Sul na organização de uma “Antologia Brasileira de Poetas e Prosadores Contemporâneos”, a ser publicada no Centenário da Independência (tal como noticiado em Pelotas no início daquele ano)?²² Ou ainda por Januário Coelho da Costa e Aristides Bittencourt (que contribuiu no *Álbum* com o poema “Mãos”),²³ editores à frente da *Ilustração Pelotense*, os quais recebiam, publicavam e interligavam muitos dos autores e autoras presente no *Álbum de Pelotas*? De todo o modo, se como escreveu Lobo da Costa em “Adeus, à sombra do Salgueiro” (poema que o ocupa aquela página inteira do *Álbum*): “O tempo que corrói a pedra bruta, / Também destrói os frutos da memória”, de nossa parte esperamos ter contribuído na recuperação de alguns elementos que ajudem o leitor a compreender algo tão rico e singular quanto é o significado da poesia no *Álbum de Pelotas*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar. Uma história editorial: Tipografias, editoras e livrarias em Pelotas. In: RUBIRA, Luís (Org.). *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*, volume 2. Santa Maria/RS; Pró-Cultura-RS: Gráfica e Editora Pallotti, 2014.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883-1902 (7 vol.).

de Pelotas para o centenário da independência. Esse álbum (...) conterá vistas da cidade, dos principais edifícios, do comércio e da indústria” (*A Federação*, 25/7/1921, p. 5).

21 É o caso de “No Azul”, de Alcides Pinto Brandão; “Decadência” e “Ignorabimus”, de Tobias Barreto; “No lado de Genesareth”, de Emílio de Menezes; “Ser e não ser”, de José Bonifácio de Andrade e Silva; “Estudo anatômico”, de Fontoura Xavier; “A lágrima”, de Carmen Freire; “O sonho dos sonhos”, de Múcio Teixeira; “Coração de mulher”, de Alexandre Fernandes; “Onde?”, de Miguel de Mello; “A agonia da vela”, de Hermes Fontes; “Depois da Batalha”, de Oscar Lopes; “Os argonautas”, de Francisca Julia da Silva; “Lyrio Branco”, de Lucídio Freitas; “A morta”, de Osorio Duque Estrada; e “O último Page”, de Egas Muniz B. de Aragão.

22 Eis a notícia: “Em comemoração ao Centenário de nossa Independência, vai ser organizada, no Rio de Janeiro, uma “Antologia Brasileira de Poetas e Prosadores Contemporâneos”. Estão à testa desse trabalho os talentosos escritores patrícios Tasso da Silveira e Andrade Muricy, os quais têm ainda a colaboração de um representante de cada unidade da Federação Brasileira. Foi designado para representar o nosso Estado o conhecido poeta rio-grandense Arnaldo Damaceno Vieira, ora no Rio de Janeiro” (*Ilustração Pelotense*, 16/2/1922, p. 5).

23 Aristides De Camilis Bittencourt (Porto Alegre, 10/09/1895 – s.d.) havia publicado pelo menos um livro antes de 1922, a saber: *A carta da mulher que pediste – versos* (Porto Alegre: sem editora, 1921).

BORGES, Luís; KOSCHER, Jaqueline. Literatura. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório. *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010.

CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1956.

CUNHA, Jaqueline Rosa da. *A formação do sistema literário de Pelotas: uma contribuição para a literatura do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LONER, Beatriz Ana; GIL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (Orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010.

MARTINS, A. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/IEL, 1978.

MOREIRA, Simone Xavier. *A formação da Princesa do Sul: primórdios culturais e literários*. Dissertação (Mestrado em História da Literatura) – Universidade Federal do Rio Grande Rio Grande, Rio Grande, 2013.

OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. 3a edição. Pelotas: Armazém Literário, 1997-1998, 2 vol.

RUBIRA, Luís (Org.). *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*, volume 2. Santa Maria/RS; Pró-Cultura-RS: Gráfica e Editora Pallotti, 2014.

VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. *Dicionário Bibliográfico Gaúcho*. Porto Alegre: Editora e Distribuidora Gaúcha, 1991.



5

A HISTÓRIA DE PELOTAS CONTADA NO ÁLBUM DE PELOTAS E UMA OUTRA NARRATIVA POSSÍVEL

Jonas Moreira Vargas

Lorena Almeida Gill

urante muitos anos a História abordada em livros, fossem mais gerais ou didáticos, tratava de enaltecer dois aspectos sobre as comunidades: os grandes personagens, especialmente os políticos ou pessoas proeminentes no campo da economia, em sua maioria homens, e o pioneirismo de uma região, seja no tocante às questões culturais ou ainda, por exemplo, no campo de progressos científicos.

A História encontrada no *Álbum de Pelotas* de 1922 trata a cidade dessa forma, ou seja, a partir de seus filhos mais ilustres e, aparentemente, possui uma narrativa sem contradições ou disputas. Pelotas é apresentada como uma região de intenso progresso, com uma economia promissora, que poderia receber muito bem forasteiros que aqui quisessem se fixar, bem como hóspedes que estavam de passagem para conhecer as paisagens ou desfrutar das atrações culturais existentes e pernoitavam nos glamourosos hotéis disponíveis para poucas parcelas da população.

As páginas relacionadas ao centenário apontam a maneira como Pelotas costumava ser conhecida no passado, e ainda no presente, ou seja, com o epíteto “Princesa do Sul”, o que assinalava, segundo o texto, sua importância no comércio, na indústria, no movimento intelectual e social. Quatro pessoas aparecem com destaque no *Álbum*: Coronel Pedro Luiz da Rocha Osório, apresentado como “chefe político do município de Pelotas”, conhecido como o rei do arroz; Pedro Luís Osório, Intendente Municipal

à época; Fernando Osório, aclamado como o mais importante historiador da cidade, o qual assina um texto em que procura abranger o contexto histórico de Pelotas desde meados do século XVIII até o ano de 1835, quando houve a elevação da vila à condição de cidade e Francisco Simões Lopes, médico pelotense, que havia feito o discurso de encerramento das comemorações do centenário de Pelotas, no qual chamava a atenção, especialmente, de aspectos vinculados aos grupos populacionais do lugar ao enaltecer a formação da cidade, dando ênfase aos sobrenomes de charqueadores.

Mas como era Pelotas em 1922? Segundo Magalhães (1993), tratava-se de um local que havia perdido importância econômica frente a outras regiões do Estado, já que o apogeu das charqueadas, produtoras de carne salgada e subprodutos, teria acontecido entre os anos de 1860 e 1890, quando chegou a contar com quarenta estabelecimentos, os quais se instalaram, especialmente, às margens do Arroio Pelotas com o Canal São Gonçalo.

De todo o modo, a importância da indústria saladeiril, ainda no século XIX, trouxe várias mudanças à cidade inclusive nas décadas seguintes, as quais imprimiram uma ideia de progresso para o lugar. São da virada do século XIX para o XX a ampliação da iluminação pública, que possibilitava um maior deslocamento noturno; novos meios de transporte, marcado pelo bonde elétrico instalado em 1915; fornecimento de água à população urbana através da instalação de uma caixa d'água importada da Europa; início da instalação de esgotos, no ano de 1913, em uma pequena área central; inauguração de Biblioteca Pública (ainda em 1875), além de clubes sociais, associações recreativas, literárias e de inúmeros jornais, os quais começaram com o pioneiro *O Pelotense*, no ano de 1851.

Uma outra questão importante se vinculou ao patrimônio edificado, já que vários casarões foram sendo construídos, principalmente, nas adjacências da então Praça da República (hoje Coronel Pedro Osório) e serviam para abrigar os familiares dos charqueadores, que não pernoitavam junto às charqueadas, tendo em vista o mau cheiro que era próprio da região em função da morte de animais que ocorria cotidianamente.

O objetivo deste texto será construir uma outra história, que dialogue com aqueles que foram invisibilizados pelo *Álbum*. A partir da década de 1960, surgiu o que ficou conhecido como a História vista de baixo, uma corrente historiográfica que pretendia abordar aqueles que comumente estavam às margens, e cujas trajetórias não costumavam ser contadas.¹ É a partir dessa perspectiva que o texto será escrito.

UMA HISTÓRIA CONTADA PELA ELITE CHARQUEADORA

As páginas escritas por Fernando Osório podem ser lidas como as fundadoras de uma narrativa que ainda permanece viva na memória de muitas pessoas na comunidade pelotense. Coletando relatos de viajantes, depoimentos de contemporâneos e dados de documentos oficiais, Osório buscou nas origens do município a construção de uma história sobre os chamados desbravadores e pioneiros que colaboraram com a grandeza

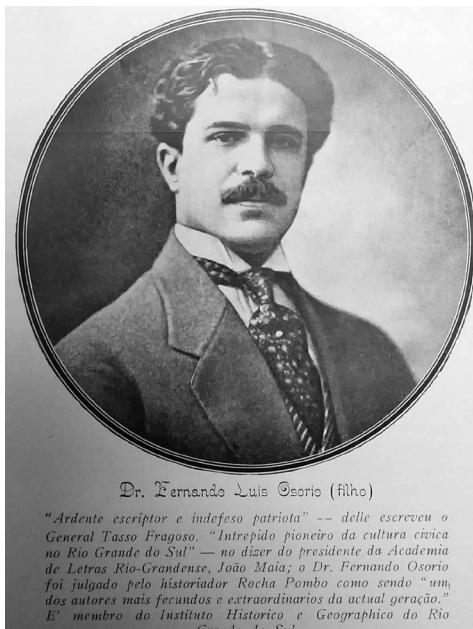
1 Para uma análise dessa perspectiva historiográfica, ver, entre outros, Sharpe (1992) e Thompson (2012).

da localidade no século XIX. Como toda narrativa glorificadora de um passado, alguns personagens quase míticos são evocados e não é coincidência que a sua própria família ocupe papel central na versão histórica contada por ele (Figura 1).

Tudo teria começado com o Coronel Tomás Luiz Osório, descrito como de “fidalga origem”, que liderou a repressão aos jesuítas e indígenas guaranis que não aceitaram o Tratado de Madrid, em 1750. Por tal feito e fidelidade à Coroa, ele foi retribuído com terras na região. No entanto, anos mais tarde, o coronel foi enforcado em Lisboa sob a acusação de traição à citada Coroa. Na ocasião, ele teria sido responsabilizado pela invasão espanhola em Rio Grande, em 1763, por não deter o avanço das tropas castelhanas. Desde então, a família Osório buscou desconstruir essa versão, tentando recolocá-lo no panteão dos “heróis” militares luso-brasileiros do período. Em 1922, por exemplo, Fernando Osório dedicou boa parte do texto em defesa de seu antigo parente, proprietário das terras que corresponderiam ao futuro município de Pelotas.

Embora não tenham sido charqueadores na época do auge da produção das carnes, os Osório estavam intimamente aparentados a eles. O General Manuel Luís Osório, por exemplo, foi muito perspicaz ao unir, por matrimônio, seus herdeiros com os das ricas famílias charqueadoras dos Moreira, Assumpção e Antunes Maciel. Portanto, memória, história e feitos familiares se misturam na narrativa, e são bastante representativos do passado glorioso que Fernando queria rememorar e que havia conduzido a cidade até o seu *status* de opulência e riqueza naquela fronteira sul. Nesse sentido, os mitos fundadores precisavam

ser homenageados e eles estavam todos ali no *Álbum*, do Coronel Tomás ao charqueador Pinto Martins. Enquanto o primeiro servia como modelo de militar e desbravador — uma típica figura dos muitos capítulos da história da nossa colonização — o segundo era o pioneiro empreendedor que trouxe a solução para o desenvolvimento econômico da região. Sobre Pinto Martins, hoje se sabe que ele não foi o pioneiro da indústria saladeiril local, pois quando chegou em Pelotas o charque já era produzido e exportado em larga escala (VARGAS, 2013).²



Dr. Fernando Luís Osório (filho)

“Ardente escritor e indefeso patriota” — delle escreveu o General Tasso Fragoso, “Intrepido pionero da cultura cívica no Rio Grande do Sul” — no dizer do presidente da Academia de Letras Rio-Grandense, João Maia; o Dr. Fernando Osório foi julgado pelo historiador Rocha Pombo como sendo “um dos autores mais fecundos e extraordinários da actual geração.” E’ membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Figura 1: Fernando Osório.

Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

² A história de Pinto Martins também foi revista por VIEIRA JÚNIOR (2009) e MONQUELAT (2012).

Como todo memorialista da época, e refletindo o sucesso da oricultura pelotense nos anos 1920, Fernando Osório preocupou-se até com o mito fundador do arroz. Segundo ele, “em começos da mesma era de 1800 fez-se o cultivo do arroz na “Galatea” (estância Machado) como prova uma velha carta referida ao autor destas linhas pelo Coronel Manoel Simões Lopes, digno filho do Visconde da Graça” (*Álbum de Pelotas*, 1922). Para o autor, não importava muito refletir sobre a pouca importância da oricultura na economia local ao longo de todo o século XIX, mas, sim, situar num distante passado os pioneiros nesse cultivo. Nesse sentido, ele vinculava a origem dessa lavoura no mesmo círculo das grandes famílias locais que, no seu presente, tinha no Coronel Pedro Osório (maior oricultor do Brasil na época) um representante dessas famílias.

Os protagonistas da narrativa, na sua maioria, são todos homens nascidos na terra ou de origem lusitana. Descritos como grandes empreendedores, a eles era atribuído o sucesso e opulência da chamada Princesa do Sul e era essa memória que o texto buscava construir e preservar. Contudo, sabemos que não existe uma única história e que outras narrativas, com outros protagonistas, também podem e devem ser contadas. Se as charqueadas trouxeram grande riqueza para a região, Pelotas não se reduzia a elas. Além do mais, a riqueza promovida pelo charque foi gerada a partir da exploração da mão de obra escravizada. Na década de 1880, Pelotas era o município com o maior número de trabalhadores cativos no Rio Grande do Sul. Em 1873, chegou a ter mais de 8.100 escravizados. Nas origens do município, mais da metade da população era cativa, dentre os quais 65% vieram diretamente da África. Em 1833, por exemplo, somente 1/3 da população pelotense foi classificada como branca. Portanto, Pelotas nasceu como uma cidade negra (VARGAS, 2013). Apesar de utilizar como fonte o relato de Nicolau Dreys (que esteve em Pelotas nos anos 1820), Fernando Osório não usou os longos trechos no qual o viajante francês fala da escravidão negra na cidade.

A abolição da escravidão, em 1888, foi uma das principais causas da crise das charqueadas e a campanha abolicionista foi fundamental para a aprovação da Lei Áurea. Na década de 1880, em todo o Brasil, houve enorme pressão social por meio da imprensa, de associações e clubes de todo o tipo. Em Pelotas, advogados e jornalistas abolicionistas, trabalhadores e lideranças negras atuaram publicamente condenando a instituição escravista (LONER, 1999). Também ausentes na narrativa de Fernando Osório, as mulheres participaram do movimento, experimentando, pela primeira vez, um protagonismo público para uma causa social e política importante (NUNES, 2019). Se as palavras de Fernando Osório silenciaram sobre outros agentes históricos do período, as imagens escolhidas pelos editores do *Álbum*, em 1922, insistiam em dar visibilidade a eles. Nessa fotografia (Figura 2) podemos ver uma mulher caminhando em frente à Biblioteca Pública, ao lado de um jovem menino negro, que carregava alguma mercadoria sobre a cabeça.



Figura 2: Rua XV de Novembro, trecho em frente a Praça Coronel Pedro Osório. Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

UMA HISTÓRIA NÃO CONTADA: A POPULAÇÃO POBRE DA CIDADE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

A vida da maioria da população pelotense era bastante difícil na década de 1920. A cidade era composta por um total de 82.294 habitantes (sendo 48.225 da área urbana e o restante de 34.069 distribuído entre os distritos rurais de Monte Bonito, Retiro, Buena, Quilombo e Arroio do Padre),³ dos quais cerca de 30% eram negros e pardos.

A maior parte deles era remanescente das antigas charqueadas e, após o final da escravidão, tiveram que buscar ocupações em um mercado de trabalho bastante restrito, o qual continuava a lhes oferecer as piores ocupações. Segundo Dornelles (1998, p. 98), que investigou um período um pouco anterior (1905-1910), relacionado à questão da raça, cabiam às mulheres negras especialmente os “serviços de costura, amas-de-leite, cozinha, criadagem, engomadeiras, empregada, copeira, lavadeira”. De qualquer maneira, havia restrições a elas, como pode ser demonstrado no anúncio publicado no jornal *Correio Mercantil*, de 21 de agosto de 1909, p. 1, no qual é solicitado ama de leite

³ Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1920, volume IV, 1 parte, ano de publicação 1926, Sala do Rio Grande do Sul, BPP.

de preferência da cor branca ou, ainda, no reclame publicado no periódico *A Opinião Pública*, em 22 de julho de 1908, p. 3, através do qual pedia-se criada para dormir no emprego, de preferência alemã (DORNELLES, 1998).

Para o mesmo autor, algumas das profissões exercidas pelos negros nas charqueadas continuaram a ser praticadas no pós-abolição, assim foram auxiliares de cozinha, pedreiros, sapateiros e carpinteiros, mas alguns poucos alçaram outros voos, sendo quitandeiros, estivadores ou, então, trabalhando em serviços gráficos, o que os possibilitou, por exemplo, que atuassem na construção do jornal *A Alvorada*,⁴ a partir do ano de 1907. O certo é que necessitavam de um ofício que possibilitasse a sobrevivência e, dessa forma, estavam disponíveis para o que aparecesse como possibilidade.

Como tinham poucos recursos, moravam mal, especialmente em cortiços ou ainda nas chamadas áreas suburbanas da cidade, costumavam ser os mais vulneráveis com relação às doenças. Ainda que o Código de Construções de 1915 impusesse regras para novas edificações, especialmente nos seus parágrafos 41 e 42, que eram definidas como: “a relação entre a área destinada a espaços livres e área total do terreno não seria inferior a 1 por 3; a largura das ruas internas não seria menor do que seis metros, sendo que estas deveriam ser calçadas e iluminadas; havia a necessidade de que cada casa tivesse um pátio próprio de, pelo menos, 4 m² e latrinas instaladas de acordo com o regulamento sanitário” (GILL, 2006, p. 47), o que se via era a construção de loteamentos irregulares, bastante distantes do centro da cidade que, segundo Alberto Coelho da Cunha,⁵ um escrevente municipal, serviam apenas para aumentar a renda de novos “empreendedores” do período, uma vez que não apresentavam condições adequadas de moradia (Figura 3).

Fruto dessa situação de morar mal, comer pouco, trabalhar duro e ter quase nenhuma assistência médica é que se vê notícias como a de Manoel Henrique Corrêa, contadas pelos jornais *Correio Mercantil*, *A Pátria* e *Democracia Social*. Manoel era um chapeleiro fulista, que trabalhava mais de 12 horas diárias e morreu de tuberculose pulmonar e fome (sua alimentação diária consistia em um café com pão no almoço), deixando seus cinco filhos desamparados, já que tão logo sua esposa soube de sua morte, teve um ataque cardíaco fulminante.

Estudo realizado sobre a tuberculose pulmonar, entre os anos de 1890 e 1930, em Pelotas, apontou que a maior parte daqueles que ficavam enfermos ou morriam pelas doenças contagiosas — que mais sofrimento provocava nessas décadas — era justamente os negros e pardos, chegando a um percentual de 55% (GILL, 2004). Tal fato pode ser explicado tendo em vista as suas condições de vida, ou seja, “a maioria era analfabeta, possuía trabalhos temporários extremamente mal remunerados e vivia aglomerada em cortiços, corredores ou vilas desprovidas de qualquer infraestrutura, o que propiciava a disseminação, com mais intensidade, de várias doenças, dentre elas a tuberculose” (GILL, 2004, p. 119).

4 Para saber mais sobre o jornal *A Alvorada*, ver SANTOS (2003).

5 Alberto Coelho da Cunha exerceu a função por 40 anos e analisou vários assuntos relacionados à cidade. A Biblioteca Pública Pelotense possui um fundo documental que leva seu nome.



Figura 3: Bairro Simões Lopes. Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Mas o certo é que, mesmo com todas as dificuldades existentes, mulheres e homens negros buscaram se organizar criando instituições políticas, educacionais, recreativas e esportivas, as quais possibilitaram que vivessem um pouco melhor, conforme foi demonstrado por Loner, em vários de seus textos,⁶ mas especialmente em sua tese de Doutorado (1999). Será, para a autora, principalmente, na década de 1920 que membros da etnia negra passarão a se preocupar ainda mais com questões vinculadas à educação, por meio da promoção de aulas públicas; sociabilidade e recreação, a partir da fundação de clubes carnavalescos⁷ e de futebol, como a Liga José do Patrocínio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se em 1922 as charqueadas estavam longe de apresentar o auge vivenciado na época da escravidão, não se pode dizer que Pelotas fosse uma cidade decadente nesse período. As indústrias, teatros, restaurantes, hotéis e o Banco Pelotense, entre outros espaços de lazer e sociabilidade, ainda demonstravam a sua pujança econômica regional. Nesse sentido, se cada geração escreve e reescreve a sua história de acordo com preocupações e problemas do seu próprio presente, a narrativa realizada pelo *Álbum*, em 1922, organizada e redigida por intelectuais pelotenses, não se trata de uma história presa ao seu passado. Ela também reflete os anseios, ilusões e esperanças das elites pelotenses

⁶ Vários textos sobre a temática, escritos por Beatriz Ana Loner e alguns de seus parceiros acadêmicos, foram reunidos no livro organizado por Gill e Koschier (2019).

⁷ Para saber mais ver: LONER e GILL (2009).

nos anos 1920. E a história, para eles, certamente seria resultado da sucessão de grandes feitos e realizações promovidas por “grandes homens”, como eles próprios se viam.

Portanto, é provável que as linhas escritas por Osório elucidassem uma certa nostalgia por parte de algumas famílias da elite local, dentre as quais estava a sua própria família. Apesar da sua importância regional, Pelotas já não rivalizava mais com Porto Alegre pela proeminência política e econômica como nos velhos tempos. Em 1865, por exemplo, o próprio Conde D’Eu, em visita à cidade, relatou que Pelotas deveria ser a capital do Rio Grande do Sul em vez de Porto Alegre. No entanto, em 1922, outras regiões do estado, como a serra gaúcha e o planalto norte, com grande entrada de imigrantes europeus, iniciava um rápido desenvolvimento econômico, rivalizando com a metade sul. Nessa perspectiva, a história que Fernando Osório quis contar foi a dos pioneiros que contribuíram para o auge do tempo dos velhos aristocratas e barões do charque. Assim sendo, há uma certa semelhança com o mesmo sentimento de nostalgia que fez Gilberto Freyre escrever “Casa-grande e Senzala”, com vistas a rememorar um passado glorioso dos decadentes senhores de engenho pernambucanos.

De toda a forma, se as chamadas elites empreendedoras sentiam nostalgia pelo desenvolvimento experimentado no final do século XIX, o mesmo não se pode dizer dos mais pobres, que não vivenciaram uma vida digna nem nos anos de 1800, nem no século XX. Estes, continuavam morando mal, se alimentando de forma inadequada, tendo pouco ou nenhum acesso à educação e à saúde, além de ocupar os piores postos de trabalho.

Se há, portanto, uma outra narrativa possível a ser construída é justamente aquela que inclui a maior parte da população — negros, mulheres e pobres —, infelizmente não contemplados pelo *Álbum do Centenário da Independência* e que precisam ser a cada dia mais abordados pela historiografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DORNELLES, João. Profissões exercidas pelos negros em Pelotas. *História em Revista*, Volume 4, n. 1 (1998), dezembro, p. 95-138. <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12019/7634>>. Acesso em 9 de julho de 2021.

GILL, Lorena Almeida. *Um Mal de Século: Tuberculose, Tuberculosos e Políticas de Saúde em Pelotas (RS), 1890-1930*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. <<https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/04/Um-Mal-do-S%C3%A3culo.pdf>>. Acesso em 15 de julho de 2021.

GILL, Lorena. Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS), 1890-1930. *História Unisinos*, Volume 10, n. 1 (2006), janeiro/abril, p. 45- 52. <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6169/3334>>. Acesso em 10 de julho de 2021.

GILL, Lorena e KOSCHIER, Paulo. *A Família Silva Santos e outros escritos: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019. <<https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2019/06/familiasilvasantos.pdf>>. Acesso em 5 de junho de 2021.

LONER, Beatriz. *Classe Operária: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937*, volumes I e II, Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2018/08/Classe-oper%C3%A1ria-mobiliza%C3%A7%C3%A3o-e-organiza%C3%A7%C3%A3o-em-Pelotas-1888-1937-Vol.-I.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2021.

LONER, Beatriz e GILL, Lorena. Clubes carnavalescos negros em Pelotas. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009, p. 145-162. <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/5798>>. Acesso em 5 de junho de 2021.

MAGALHÃES, Mario. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Ed. UFPel: Coedição Livraria Mundial, 1993.

MONQUELAT, Adão F. *Desfazendo mitos* (notas à história do Continente de São Pedro). Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2012.

NUNES, Etiane de C. “*Não, a mulher brasileira não é escravocrata*”: a participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas. Monografia (Graduação em História Bacharelado) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

SANTOS, José Antônio dos. *Raiou a Alvorada*: intelectuais negros e imprensa. Pelotas: Editora da UFPel, 2003.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 39-62.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organização de Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico*: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. De Família, Charque e Inquisição se fez a trajetória dos Pinto Martins (1749-1824). *Revista Anos 90*. Porto Alegre, v. 16. N. 30, dez, 2009, p. 187.214. <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/18931>>. Acesso em 23 de agosto de 2021.

6

PELOTAS E AS ELITES DO PASSADO NO *ÁLBUM DE PELOTAS*

Débora Clasen de Paula

Jonas Moreira Vargas

As elites políticas, econômicas e administrativas de Pelotas ocuparam espaço privilegiado no *Álbum de Pelotas* de 1922. Sobrenomes conhecidos de toda a população repetem-se em diversas páginas da obra que, na época em que foi escrita, buscava conferir uma narrativa histórica não apenas voltada para um passado de grandeza da cidade, mas para o enaltecimento de um presente que se pretendia moderno. Nesse sentido, o *Álbum* estabelece uma forte relação entre o passado e o presente na qual a ação dos grandes homens – forma típica da escrita da história daqueles tempos – ganha certo protagonismo. Se as elites se constituem nos grupos que ocupam o topo da hierarquia social e conseguem impor com melhores condições os seus projetos de sociedade, elas também buscam legitimar a sua posição por meio da construção de uma memória pública favorável e o *Álbum* também pode ser lido como expressão narrativa e parte desse projeto de um determinado grupo local.

Contudo, como toda e qualquer narrativa, os protagonistas são frutos de uma escolha, na qual o destaque recai sobre alguns, geralmente simpáticos aos anseios do narrador, em detrimento de outros. Os chamados “pelotenses ilustres” presentes nessa seção eram, em sua maioria, homens brancos provenientes de determinadas classes sociais mais abastadas. Nossa texto procura analisar quem eram eles e qual o motivo de sua presença ao invés de outros indivíduos. Aspectos relacionadas aos espaços de poder mais valorizados na época, assim como as posições e práticas que mais conferiam prestígio social, constituem-se nos critérios centrais que determinavam

uma posição de destaque na memória que buscava se construir naquele contexto. Portanto, buscaremos nessas poucas páginas refletir a respeito desses aspectos, assim como da presença e da ausência de certos atores sociais no quadro histórico em questão.

AS ELITES E OS SEUS ESPAÇOS DE PODER

Os grupos sociais que ocupam o topo da hierarquia em determinada sociedade buscam legitimar o seu poder exercendo influência em certos espaços públicos. Muitas vezes, a influência sobre tais espaços também se constituiu em uma das formas pelas quais as posições de elite se reproduzem, formando novos membros com os mesmos interesses ou garantindo a permanência de seus familiares e grupos aliados. Geralmente, riqueza, poder e prestígio social tendem a concentrar-se nas mãos de algumas famílias, e o acesso a esses recursos materiais e imateriais sempre é fruto de disputa entre os diferentes grupos que o cercam. A identificação desses espaços de poder e dos agentes que dão as cartas aos que os frequentam e/ou os controlam, sempre requer uma investigação histórica mais profunda. E cada documento é parcial, revelando as escolhas de quem os produziu ou os grupos mais proeminentes no contexto em que o mesmo foi produzido.

Assim sendo, a escolha dos pelotenses a serem homenageados no *Álbum* com fotografias de página inteira ou mesmo sob o título “Pelotenses Illustres” não recaia sobre a totalidade da elite, mas se dirigia principalmente aqueles com reconhecida participação no Partido Republicano Rio-grandense. Essa agremiação política, fundada em 1882, sempre contou com importantes lideranças em Pelotas. Quando chegou ao poder, após o 15 de novembro de 1889, seu contingente político foi ampliado, reunindo antigos liberais e conservadores (pertencentes aos partidos monárquicos). Pertencer ou não pertencer ao PRR era fator fundamental para acessar alguns espaços de poder regionais, como a direção e a chefia de diversas instituições públicas e privadas, assim como favores e recursos controlados pelas mesmas. O PRR governou o Rio Grande do Sul durante quase todo o período da Primeira República (1889-1930). Nesse intervalo, Borges de Medeiros esteve à frente do Executivo por longos 25 anos, o que justifica a sua fotografia de destaque na seção do *Álbum*.

Em Pelotas, em 1922, os membros de destaque do PRR eram políticos como Ildefonso Simões Lopes, ministro da Agricultura, Comércio e Indústria, Carlos Barbosa Gonçalves, senador, e José Barbosa Gonçalves, ex-intendente e deputado federal. Sendo ministro naquele momento, Ildefonso recebeu maior destaque e teve uma página reportando sua chegada na Estação da Estrada de Ferro em Pelotas, bem como o prédio que o acompanhou até o palacete da família Simões Lopes (Figura 1).



Figura 1: Residência Ildefonso Simões Lopes. Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Como o próprio *Álbum* informa, nascido em 1867 e formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1890, Ildefonso pertencia a uma família já estabelecida em Pelotas desde as primeiras décadas do século XIX e havia ampliado sua fortuna com a produção charqueadora. Seus ancestrais familiares, o comendador João Simões Lopes, seu avô, e João Simões Lopes Filho (o Visconde da Graça), seu pai, estavam entre os 10 charqueadores mais ricos da cidade no século XIX. A família teve muitos membros na burocracia local, assim como em todos os níveis da política, e diversificou seus negócios na agricultura, na pecuária, no comércio e na indústria.

A família Simões Lopes se fazia representar ainda em outra página, a que destacava o Fórum de Pelotas. Trazendo a fotografia do prédio ao centro, esta era ladeada pelas fotografias de Esperidião de Lima Medeiros, Juiz de Comarca, Augusto Simões Lopes, Suplente do Juiz Federal, Alexandre Machado Mendonça, Juiz Distrital, e Antero Moreira Leivas, Promotor Público. Esperidião de Lima Medeiros teria sua foto repetida na página do *Álbum* dedicada a Faculdade de Direito (Figura 2).

Desde a época da independência do Brasil, os bacharéis em Direito constituíram-se no principal grupo da elite política do país. Inicialmente, os rio-grandenses enviavam seus filhos para cursar Direito em Coimbra (Portugal). A partir de 1827, passaram a enviá-los para São Paulo e Olinda/Recife. Somente em 1900, foi inaugurada a Faculdade de Direito de Porto Alegre, fruto de um projeto de poder do próprio PRR.

A Faculdade de Direito em Pelotas, oriunda de um projeto da congregação do Ginásio Pelotense em 1912, teve sua organização a cargo do professor do Ginásio e também advogado José Júlio de Albuquerque Barros. José Júlio que se tornou diretor interino, era filho do Barão do Sobral, magistrado que ocupou cargo no Supremo Tribunal Federal e foi um dos primeiros procuradores da República. Outros nomes que ganharam destaque no *Álbum* uma vez que haviam desempenhado funções no curso foram Henrique



Figura 2: Fórum de Pelotas.

Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

professores até 1917, quando ocupou o cargo de diretor o Juiz de Comarca de Pelotas Luiz Mello Guimarães. A Faculdade, ainda sem instalações próprias, tem suas atividades desenvolvidas em prédios particulares, dentre eles uma das salas da Biblioteca Pública Pelotense. O *Álbum* destacava que, naquele momento, o corpo discente da Faculdade, sob o patrocínio da Congregação, intentava a aquisição de um edifício para estabelecimento da Faculdade, o que é conseguido em 1929, quando foi inaugurada sua sede própria. Com as aulas iniciadas em 1913, a Faculdade já havia formado 4 turmas, e trazia no centro da página do *Álbum* um grupo de alunos que posava para fotografia no ano de 1921 (Figura 3).

de Ávila Gonçalves, Alípio Telles, Ulysses Segismundo de Araújo Batinga, Antônio Gomes da Silva, Arnaldo Ferreira, Fernando Luiz Osorio, Francisco Carlos de Araújo Brusque, João Carlos Machado, Alexandre Machado de Mendonça, Francisco J. Rodrigues de Araújo, A. A. Maciel Moreira. Assim como a faculdade de Porto Alegre, a de Pelotas também teve forte influência dos membros do PRR local.

Em fins de 1914 a Faculdade se desligou definitivamente do Ginásio, local onde funcionava em um prédio anexo e “foi constituir vida a parte, elaborando novos estatutos que foram devidamente registrados” (*Álbum de Pelotas*, 1922). Os cargos de diretor, vice-diretor, tesoureiro e secretário foram preenchidos mediante revezamento entre os mesmos

Faculdade de Direito de Pelotas

O projeto de fundação de uma faculdade de Direito em Pelotas, partiu da congregação do "Gymnasio Pelotense", que em sessão realizada a 7 de Setembro de 1912, de acordo com o regulamento de existir então vigente, (a chamada lei Mendes), publicada com o Decreto Federal de 3 de Abril de 1911 aprovou o prospecto do novo instituto, segundo



Dr. José Júlio de Albuquerque Barros

o qual a escola seria constituída pela Congregação, soberana em tudo quanto se referisse a questões científicas e profissionais, e os estudos pertencentes à respectiva direção e Congregação do Gymnasio, no tocante às resoluções de ordem econômica e administrativa. Foi incumbido de sua organização o advogado e professor do Gymnasio, dr. José Júlio de Albuquerque Barros, que assumiu direção intensa e competente da cadeira de direito comercial, nomeando tesoureiro da Faculdade o dr. Henrique de Ávila Gonçalves que tomou a si a regência da cadeira de direito público e constitucional.

A congregação nomeou professor de economia social, dr. Erico, em dia 9, ofícios aos demais professores convidados e que foram os seguintes: dr. Ulisses Seixasundo de Araújo Batista (direito romano) acatado jurisconsulto, mais tarde eleito presidente honorário da Faculdade; dr. Antônio Gomes da Silva (direito criminal), dr. Arnaldo Ferreira (história geral do direito), dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque (direito civil), dr. José Carlos Machado (teoria e prática do processo civil e comercial), dr. Alexandre Machado de Mendonça (direito internacional), dr. Francisco J. Rodrigues de Araújo (medicina pública e higiene).

A primeira reunião realizou-se no dia 12 de Setembro, sendo aprovados uns estatutos provisórios e tendo ficado resolvido que as aulas tivessem início em 1º de Outubro de 1913 e que, até lá, se fizesse uma extensa propaganda a favor da escola.

Nesse dia, considerou-se definitivamente criada a Faculdade de Direito de Pelotas; desse foi publicada a noticia e se manteve no mesmo nível por quase um ano.

Desse ano, iniciado o dia 12 de Setembro, considerando como oficial da fundação o novo estabelecimento de ensino superior.

Abertas as inscrições, em Março de 1913, apresentaram-se três alunos a saber: Patrício Farias, Ovíncio Sávio e Octávio Pires, com os quais foram iniciados os estudos, assistindo o dr. Fernando Luis Osorio, nomeado regente da cadeira de direito romano em substituição ao dr. Batista.

Em final de 1913, foram convidados o dr. Fernando Luis Osorio, foi convidado para substituir o dr. A. A. Maciel Moreira, que também entrou para o conselho docente da Faculdade.

No decurso de 1913, matricularam-se muitos alunos como ouvintes; o ano correu sem incidentes, encerrando-se as aulas em Novembro, época em que se realizaram os exames.

Antes de abrirem o segundo ano letivo, houve reunião da Congregação da Faculdade, quando se discutiu sobre os actos anteriores, considerando como catedráticos os lentes nomeados e os que já haviam lecionado na Faculdade.

Nessa ocasião, foi eleita a seguinte diretoria: dr. José Júlio de Albuquerque Barros, director, dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, vice-director, dr. Henrique de Ávila Gonçalves, tesoureiro e dr. Alípio Telles, secretário.

Em fins de 1914, a Faculdade desligou-se do Gymnasio Pelotense e foi constituída, a parte, elaborando novas estatutas que foram devidamente registradas.

Em 1915, elegue-se nova diretoria que é composta pela direção da antigo Carlos de Araújo Brusque, director, vice-director, o dr. Henrique de Ávila Gonçalves, tesoureiro e o dr. José Júlio de Albuquerque Barros e secretário o dr. Alexandre Machado de Mendonça.

Esta diretoria serviu até 1917, época em que foi substituída pela seguinte:



Dr. Luiz Mello Guimarães

Desembargador Luiz Mello Guimarães, desse tempo, era o Conselheiro de Pelotas, diretor do Francisco Carlos de Araújo Brusque vice-diretor, o dr. Alexandre Machado de Mendonça secretário e o Bruno de Mendonça Lima, tesoureiro.

Instituiu-se também os serviços das bibliotecas, que eram os que a Faculdade prestaram os drs. — director, vice-diretor e tesoureiro.

A actual diretoria da Faculdade é composta dos seguintes membros: dr. Esperidião de Lima Medeiros, director, dr. José Júlio de Albuquerque Barros, vice-diretor, dr. Bruno de Mendonça Lima, tesoureiro e dr. José Francisco Dias da Costa, secretário.

Registra-se, neste momento, um sympathico movimento do corpo docente da Faculdade, sob o patrocínio da Congregação, no sentido de ser adquirido um edifício para o alludido estabelecimento de ensino superior.

Alguns recursos já foram obtidos para esse fim.

Quatro turmas de bachareis já saíram formados pela Faculdade de Direito de Pelotas.

Actualmente, conta a Faculdade com maior frequência de alunos e está completo o quadro de professores.



Um grupo de alunos da Faculdade de Direito de Pelotas, no anno de 1921

As matérias do curso acham-se a cargo presentemente dos seguintes mestres:

- Theoria Geral do Direito** — dr. José Francisco Dias da Costa;
- Direito Público e Constitucional** — dr. Henrique d'Ávila Gonçalves;
- Direito Romano** — dr. Vicente Russomanno;
- Direito Civil** — drs. José Júlio de Albuquerque Barros e Francisco Carlos de Araújo Brusque;
- Direito Commercial** — drs. Sérgio A. Silveira e Jóio da Costa Goulart Junior;
- Direito Criminal** — dr. Alvaro da Silva;
- Direito Administrativo** — dr. Antero Leivas;
- Direito Internacional Público** — dr. Alvaro Cabeda;
- Direito Internacional Privado** — dr. Alexandre Machado Mendonça;
- Economia Social e Ciéncia das Finanças** — dr. Manoelito Moreira;
- Processo Civil e Commercial** — dr. Bruno de Mendonça Lima;
- Processo Criminal** — dr. Esperidião de Lima Medeiros;
- Medicina Pública** — dr. Luiz Moraes.

Em 21 de Setembro de 1921 o dr. Luis Cavalcanti Filho foi nomeado lentamente substituto das cadeiras de Direito Internacional Público e Privado.

Pelotenses, 9 — 1º — 1922.

Figura 3: Faculdade de Direito de Pelotas.
Fonte: Álbum de Pelotas. Acervo: NDH/UFPel.

Se no campo educacional, a Faculdade de Direito era motivo de orgulho das elites, que buscaram dar um lugar de destaque para esse espaço social, no campo do associativismo de classe, não poderia faltar uma homenagem ao espaço de poder que defendia os interesses agrários do grupo. Nesse sentido, outra instituição que recebeu destaque no *Álbum* e que congregava certamente a maior parte da elite econômica daquele período foi a Associação Rural. Por meio de um texto de Manoel Luiz Osório, se ressaltava o protagonismo de Pelotas como a sede da primeira Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul. Enfatizava o autor em suas primeiras linhas que, quando da fundação, em outubro de 1898, não havia outra entidade como aquela no Estado. Esse fato, entretanto, em 1922, já havia se modificado ocorrendo a abertura de inúmeras outras associações no Rio Grande do Sul, motivo pela qual ela havia mudado seu nome inicial e agora se chamava Sociedade Agrícola de Pelotas. Fundada por iniciativa dos redatores do periódico mensal editado pelos professores do Liceu Riograndense de Agronomia, a *Revista Agrícola do Rio Grande do Sul*, a Sociedade Agrícola teve 53 sócios fundadores, dentre os quais o primeiro diretor foi Cipriano Nunes Vieira, naquele momento diretor do Liceu e também chefe do serviço de clínica da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (MAGALHÃES, 2010, p.22). O Liceu de Agronomia Artes e Ofícios havia nascido em 1883 com o nome de Imperial Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática. Tratava-se inicialmente de um projeto para construir em terreno pertencente a Câmara, uma escola municipal com recursos da família Maciel, a fim de homenagear o coronel Eliseu Antunes Maciel (MAGALHÃES, 1983, p.13).

O *Álbum*, como expresso anteriormente, ressaltava a família Simões Lopes como expoente ilustre da cidade, assim como a família Osório. Com destaque de uma página inteira, o Coronel Pedro Luiz da Rocha Osório aparecia como “Chefe político do município de Pelotas”. Coronel da Guarda Nacional, Pedro Osório havia iniciado o cultivo do arroz em sua propriedade no Cascalho no ano de 1907. Embora a produção do arroz em Pelotas, de forma artesanal, remonte ao ano de 1832, ela obteve maior desenvolvimento a partir de 1903 (ROSELLI, 2014, p. 433). Em 1909, Pedro Osório fundou a primeira sociedade, a firma Osório & Schild, e tornou-se, posteriormente, o maior proprietário de arroz do país, conhecido como o Rei do Arroz. As famílias Osório e Simões Lopes constituíram sociedade voltada ao cultivo deste cereal e, não por acaso, em 1914 João Simões Lopes escreveu o livro a “Cultura do arroz” (ROSELLI, 2014, p. 437). Desnecessário dizer que ambas as famílias eram as mais poderosas no interior do PRR local, encarnando em seus membros os maiores aliados de Borges de Medeiros e do governo do estado em Pelotas.

Essas famílias e seus aliados próximos exerciam influência política nessas e em outras instituições locais, como o Banco Pelotense, a Câmara municipal, a Escola de Agronomia, a Associação Comercial, a Biblioteca Pública, entre outros. Além disso, também eram sócias em empreendimentos industriais e rurais. Contudo, as elites não se importavam somente com riqueza e poder político. Outros espaços que conferiam prestígio social às suas famílias, como a presença nos teatros, clubes e associações também atraía as suas atenções. Ser visto, ser notado, ser imitado, era algo que também

conferia valor a essas famílias. Soma-se a isso a prática da caridade. Desde o período colonial, irmandades e instituições católicas, como a Santa Casa de Misericórdia, sempre receberam doações e apoio das elites locais. Ser um benfeitor colocava em evidência os membros de determinada família, pois as práticas caritativas eram publicizadas na imprensa local e os mais “caridosos” recebiam retratos nos salões de honra dessa e de outras instituições, como o Asilo de Mendigos e o Asilo de Órfãos São Bendito. Augusto Simões Lopes e João Simões Lopes Filho, por exemplo, são figuras homenageadas nos espaços dessas instituições, assim como Pedro Luís Osório e Fernando Luís Osório. Ao lado dos nomes de ruas e avenidas, seus retratos nas galerias de honra e os monumentos que foram construídos em sua homenagem, também fizeram parte da memória pública que os mesmos quiseram legar.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como os álbuns de famílias abastadas dos oitocentos que reservavam suas primeiras páginas para as fotografias dos membros da família imperial visando demonstrar os laços estreitos que as vinculavam ao poder, bem como operavam cuidadosa seleção do que deveria ser guardado e rememorado, constituindo assim uma memória comum, o *Álbum de Pelotas de 1922* trazia a imagem de Borges de Medeiros, presidente do Estado naquele momento, demonstrando o alinhamento político e o estreito relacionamento da cidade com o poder estadual. Além disso, ao reforçar constantemente os sobrenomes de famílias integrantes do Partido Republicano Rio-grandense, buscava fixar sua importância na construção histórica da cidade ao mesmo tempo em que promovia estrondoso silenciamento de opositores políticos.

Nesse sentido, outras famílias de elite tiveram destaque nesse contexto histórico e sua presença não foi evidenciada nas páginas do *Álbum*. Os fatores de exclusão podem ter sido muitos e não pretendemos aqui investigá-los de forma aprofundada. No entanto, os critérios políticos talvez fossem aqueles que mais pesasse no momento de seleção dos protagonistas da narrativa histórica e da memória comum que se queria preservar. A família Antunes Maciel, por exemplo, era bastante proeminente na política local, regional e nacional. Esteve presente desde os primeiros anos de fundação da Escola de Agronomia, que inclusive recebeu o nome de um de seus membros: “Eliseu Maciel”. No entanto, provavelmente por estarem vinculados fortemente ao Partido Federalista – principal adversário político do PRR no Rio Grande do Sul, seu protagonismo deve ter sido invisibilizado. Inclusive, chama atenção que todos os nomes dos professores da Faculdade de Direito de Pelotas tenham sido citados por extenso e que o único membro dessa família tenha sido mencionado como “A. A. Maciel Moreira”. Nesse sentido, o *Álbum* se constitui em preciosa fonte histórica para estudarmos as disputas de poder entre as elites locais, assim como as suas práticas de silenciamento, uma das muitas armas utilizadas em meio a essa própria disputa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EICHOLZ, Josué. *Elites locais e caridade*: um estudo sobre os benfeiteiros do Asilo de Mendigos e do Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas-RS (1880-1920). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

JUNQUEIRA, Eduardo. BARROS, Albuquerque. Disponível em: [www http://cpdoc.fgv.br](http://cpdoc.fgv.br); Acesso em: 04.09.2021.

MAGALHÃES, Mario Osorio. Associação Rural. In: LONER, Beatriz Ana, GILL, Lorena Almeida, MAGALHÃES, Mario Osorio (Orgs.) *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. p.22-23.

MAGALHÃES, Mario Osorio. *Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel 1883-1983*. Pelotas: Ed. da UFPel, 1983.

PAULA, Debora Clasen de. *Família, Guerra, Política, Negócios e Fronteira*: os Antunes Maciel desde o século XVIII aos inícios do século XX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

ROSSELLI, Gabriela Brum. O cultivo do arroz: a imprensa local e o desenvolvimento desta cultura em Pelotas do século XIX ao XX. In: RUBIRA, Luis (Org.) *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*. V. 3. Pelotas: Pró-Cultura-RS/ Editora João Eduardo Keiber ME, 2014.

VARGAS, Jonas Moreira. *Os Barões do charque e suas fortunas*: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.



7

ARQUITETURA PELOTENSE NO ÁLBUM DE PELOTAS

Aline Montagna da Silveira

Ana Lúcia Costa de Oliveira

Ester Judite Bendjouya Gutierrez

INTRODUÇÃO

Este texto se estrutura a partir de três fotografias do *Álbum de Pelotas*, de 1922. Essas fotografias foram escolhidas entre um total de doze sugeridas pelos coordenadores da presente publicação: *Vista panorâmica da praça de República* [atual Coronel Pedro Osório], *o mais bello e formoso jardim da América do Sul. Vista tirada do alto da torre do Club Caixeiral* (Figura 1); *Um trecho da rua 15 de Novembro* (Figura 2) e *Rua Marechal Floriano* (Figura 3). No desenho do Segundo Loteamento da cidade, na esquina da Praça, a rua Quinze de Novembro, com direção norte-sul, cruzou com a rua Marechal Floriano, com direção leste-oeste. As três fotografias deram conta das linhas retas do reticulado do centro histórico de Pelotas.

Possivelmente, em 1922, essa região tenha sido das mais importantes e movimentadas da localidade, com lojas que ofereciam artigos nacionais e estrangeiros luxuosos; estabelecimentos que comercializavam roupas, joias, eletrodomésticos modernos, comidas, livros, bebidas; confeitorias que vendiam gelados; casas de câmbios e de seguros. O Mercado Público Central fornecia toda sorte de alimentos. As pessoas frequentavam clubes e teatros e a biblioteca. Tudo isso favorecia o vai e vem dos endinheirados. Fora da urbanização e da fotografia, a Rua Marechal Floriano terminava

na margem esquerda do antigo leito do Arroio Santa Bárbara. Na frente, na margem direita, frequentada pelos trabalhadores pobres, localizava-se a Praça das Carretas.

Praticamente plana, a área urbana de Pelotas foi assentada por meio do procedimento usual das povoações luso-americanas, através da construção de uma capela. Em 1815, o terreno com a igreja, o átrio, o espaço circundante, o Passeio Público (atual Avenida Bento Gonçalves), limite com a área rural, e as áreas destinadas a aforamento, foram medidos pelo Piloto Maurício Inácio da Silveira. Em terras do Capitão Antônio Francisco dos Anjos, essa planta constituiu o Primeiro Loteamento. No reticulado heterogêneo, as travessas, mais estreitas, acompanhavam a direção leste-oeste; e as ruas, mais largas e numerosas, norte-sul.

A Rua Quinze de Novembro iniciou nesse primeiro risco. Em 1835, em terrenos de Mariana Eufrásia da Silveira, a retícula heterogênea elaborada pelo arquiteto da Câmara de Vereadores, Eduardo Krestchmar, deu, no sentido sul, continuidade à trama existente. Nessa planta estavam previstas a Rua Marechal Floriano e a Praça Central. Portanto, o centro urbanizado tinha duas praças, uma da Igreja, religiosa e, outra, profana, a antiga Praça da República.

Ao apreciar a cidade de Pelotas como cenário moderno entre 1913 e 1930, através das representações fotográficas existentes nos relatórios de intendentes, nos almanaque e no *Álbum* de 1922, sobretudo em imagens de ruas, prédios, parques e praças, Francisca Michelon (2004) demonstrou que as publicações desejavam apresentar a perspectiva de uma modernidade em construção. A autora afirmou que, ainda que não explicitada nas fotografias, essa modernidade em construção se colocava *a priori*, a celeridade e a aceleração eram implícitas. Francisca Michelon apontou que nesses documentos estavam os projetos governamentais e os particulares e observou um padrão que se dava pelo tipo de “enquadramento, ângulo de tomada e eleição dos planos de imediata visibilidade”, sintetizados no título da foto (MICHELON, 2004, p. 126). Para ela, a perspectiva foi usualmente mostrada com ponto de vista central, que alargava o espaço de cada via, fazendo equivaler as massas dos prédios em ambos os lados. Ao mesmo tempo, as fotos salientaram os trilhos como paralelas, ajudando a manter a continuidade do olhar em direção, muitas vezes, ao movimento aglomerado de pessoas no horizonte da rua. A autora ainda notou que essa divisão transversal do quadro foi bastante frequente, pois enfatizava a geografia plana. A exaltação da reta construía um sentimento de vastidão frente ao horizonte, como no caso da fotografia da Rua Quinze de Novembro (Figura 1). Tal percepção não se mantinha quando, algumas vezes, o ponto de fuga estava colocado em uma das laterais (MICHELON, 2004, p. 126-139), como aconteceu na foto da Rua Marechal Floriano (Figura 3). Para comprovar suas afirmações, Michelon citou o livro escrito por Fernando Osório, em 1922, salientando os elementos importantes do ambiente e apontando para a “excelência” do calçamento, da iluminação e da arborização; o “encanto” dos jardins; a “topografia” das ruas retas e higiênicas; os bondes elétricos que anunciam a ideia da “pressa e da energia” (OSÓRIO cit. por MICHELON, 2004, p. 129). A autora organizou três

grupos presentes nas fotos: energia e transporte; pavimentação e calçamento; praças e jardins (MICHELON, 2004, p. 129-144).

O título sugerido pela coordenação da publicação para o presente capítulo foi *Arquitetura pelotense no Álbum*. Considerando o que as fotografias da praça e das duas vias mostraram, a presente reflexão sobre a arquitetura estruturou-se nesse contexto urbano central, com foco nas melhorias, portanto, na modernidade.

A aparência das fachadas urbanas das fotos denotou casarões ecléticos, em sua maioria implantados no alinhamento predial, cuja composição clássica apresentava a divisão tripartite de base, corpo e coroamento. No coroamento, construíram platibandas cegas e/ou vazadas ornamentadas com frontões curvos, triangulares ou retos e por compoteiras, vasos e estátuas. No corpo, estava demarcado o ritmo dos cheios e vazios, numa cadência a perder de vista. Nas fotos selecionadas, aparecem construções térreas e alguns sobrados. Em razão de ser uma área de comércio, serviços e habitação, as fachadas apresentavam no térreo muitas portas com vergas retas, em arco pleno e algumas em arco ogival. O uso habitacional ficava no segundo pavimento ou no fundo do lote, deixando o uso comercial ou de serviços no térreo ou na frente. O segundo pavimento apresentava janelas ou portas com sacadas de púlpito ou corridas. Na base, algumas das edificações apresentavam porões com suas gateiras, mas o mais frequente eram os acessos no rés do chão. Algumas dessas construções nasceram com a linguagem luso-brasileira (colonial) e foram adaptadas ao eclético, outras já partiram do ecletismo, em construções com porão alto, com recuos frontais ou laterais. Na cobertura, telhados em duas ou quatro águas eram revestidos de telha cerâmica, capa e canal ou francesa. Na proteção quanto à insolação, as casas comerciais possuíam dispositivos de toldos recolhíveis. No quesito publicitário (placas e letreiros), foram observados tanto a pintura dos letreiros diretamente na fachada como painéis indicativos do tipo de comércio.

Os códigos de posturas estabeleciam os regramentos construtivos da época. O texto apresentado em 1915 pelo engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos, intendente municipal, buscava atender ao aumento expressivo do número de edificações do início do século XX, que deveriam estar em consonância com os preceitos de higiene e segurança. O intendente lamentava que determinadas disposições ainda não estavam regulamentadas em função da implantação das redes de esgoto e do abastecimento de água na área central. Essas obras, por serem em sua maior parte subterrâneas, não estavam visíveis nas imagens das ruas retratadas no *Álbum* de 1922, mas contribuíram significativamente para a modernidade do período.

A apresentação dos projetos e planos para aprovação pela Intendência Municipal era uma condição exigida desde a publicação do Código de Posturas de 1895. No Código de Construções e Reconstruções de 1915 (publicado em 1920), foram reiteradas recomendações referentes à paisagem urbana que já estavam vigentes no final do século XIX e conferiram à arquitetura da cidade uma leitura que se revelou nas imagens do período. A determinação dos alinhamentos e nivelamentos por parte da Intendência foi um dos aspectos que garantiu a uniformidade na composição formal da paisagem edificada. A documentação indicava a liberdade na escolha da forma ou arquitetura

do edifício, determinando a observância dos regramentos e a conformação de um conjunto harmônico, que admitia edificações de qualquer linguagem arquitetônica (MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1920).

Essa regularidade foi reforçada pela determinação de que as edificações com as fachadas no alinhamento predial deveriam ser projetadas com platibandas ou beiral ornamentado na frente da rua, inserção de calhas e condutores para captar as águas da chuva e conduzi-las sob o passeio até as sarjetas. A indicação de dimensões mínimas para a altura interna dos ambientes (pé-direito) conferiu uma uniformidade ao conjunto urbano. A presença dos porões na base das construções, com dimensões variáveis entre 60 centímetros e 2 metros e cinquenta centímetros, contribuiu para a imponência das novas edificações que se inseriram na paisagem. O tratamento das esquinas foi regrado, indicando que os pavimentos térreos das edificações deveriam possuir uma terceira face, chanfrada ou arredondada que, em muitos casos, foi destacada na edificação, com a inserção do acesso principal.

As imagens da cidade mostravam as obras de infraestrutura urbana que começaram a ser implementadas no último quartel do século XIX. O abastecimento de energia elétrica tornou-se evidente pela presença do posteamento e da fiação elétrica, decorrentes da instalação da Usina de Força, administrada pela empresa Light & Power. A iluminação pública, cujo abastecimento anteriormente era realizado a gás, passou a ser elétrica e possibilitou a ampliação dos horários noturnos de uso dos espaços públicos pela população (MICHELON, 2004).

A diversidade de formas de circulação nas ruas e avenidas foi organizada pela pavimentação das vias públicas, cujo leito foi revestido com blocos regulares e irregulares de pedra de granito cinza e as calçadas, usualmente, com tapetes de ladrilho hidráulico. A delimitação das ruas retas, pavimentadas, com meio-fio de granito definindo a transição entre as calçadas e sarjetas, contribuiu para o escoamento das águas pluviais em direção aos arroios Santa Bárbara e Pepino. O calçamento determinou os espaços de circulação de transporte público, bondes elétricos, de veículos privados e de pedestres.

A arborização urbana foi documentada nas imagens dos canteiros das avenidas próximas à área central. As atuais ruas Sete de Setembro, General Osório e Marechal Deodoro possuíam canteiros centrais arborizados. As praças, em especial a antiga Praça da República, manifestavam a preocupação da administração pública com os espaços de convívio e lazer da área central da cidade (Figura 1).

“O mais bello e formoso jardim da América do Sul” expressou como a administração pública municipal e as classes favorecidas locais se sentiam em relação ao Brasil e aos vizinhos sul-americanos: nenhuma outra cidade da América meridional tinha um jardim tão “bello” e “formoso”. A área central estava composta por dois espaços com características diferentes: a antiga Praça da República e seu entorno e a área adjacente de comércio central.

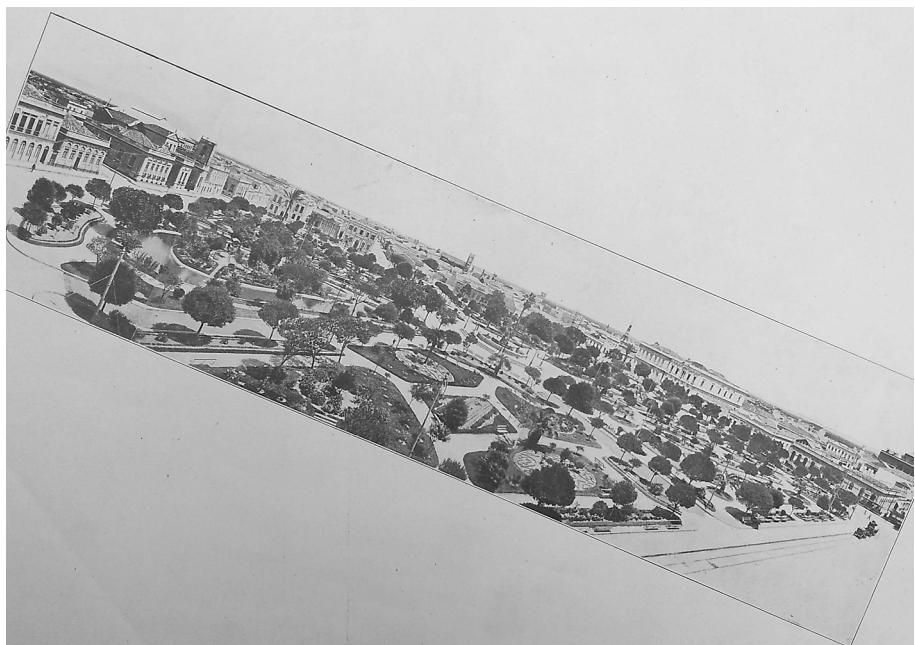


Figura 1: Vista panorâmica da Praça da República, o mais belo e formoso jardim da América do Sul. Vista tirada do alto da torre do clube Caixeiral. Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Quando do Segundo Loteamento, em 1827, foi apresentada uma lista de terrenos doados para a servidão do povo, entre os quais estava um para praça da povoação, hoje Coronel Pedro Osório, medindo 176 m². Em 1832, quando da instalação da Vila de São Francisco de Paula, futura cidade de Pelotas, a praça, conhecida como “Campo”, teve no seu centro erigido o pelourinho, símbolo da autonomia municipal, local de suplício público de escravizados e cativos que habitavam a área urbana da vila. No mesmo ano, a praça foi chamada de Regeneração; em 1865, Dom Pedro II; em 1889, outra vez Regeneração; em 1895, Repúblca; e em 1931, Coronel Pedro Osório, conhecido como Rei do Arroz. Em 1899, Pedro Osório tinha sido escolhido chefe do Partido Republicano de Pelotas. Uma semana após a sua morte, o prefeito fez o decreto de nomeação da praça principal da cidade (ABUCHAIM, 2013, p. 288-289). Em escala monumental, profusamente decorada em composições clássicas, a arquitetura recorria a adornos que reverenciavam diferentes períodos históricos e apresentavam os povos originários, a flora, a fauna e a cultura local.

Ali foram localizados o Mercado Públco, o Paço Municipal, a Biblioteca Pública Pelotense, a antiga Escola de Agronomia, a confeitaria Brasil, o Hotel Brasil, os clubes Comercial e Caixeiral, cuja torre propiciou a presente foto panorâmica, os teatros 7 de Abril e Politheama, a Casa Louvre, a Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres

Pelotense, a Casa Hercílio e vários prédios comerciais e residenciais (BASTOS, 2013, p. 95). Um pouco mais afastada, completamente coberta de hera que muda de coloração conforme as estações do ano, a Igreja Anglicana – popular e carinhosamente chamada de *Igreja Cabeluda* – é um dos raros exemplos do que poderia ser classificado como “neogótico inglês”.

Até a instalação do chafariz, em 1873, a praça não teve melhoramentos. Entre os anos de 1876 e 1877, a Câmara tratou de arborizar com acácia, eucaliptos e cedro e de cercar a praça com um gradil de ferro com oito portões. O traçado, ainda presente, foi uma estrutura geométrica, centralizada mediante uma cruz, com duas diagonais, em um centro materializado inicialmente no pelourinho, para, em um segundo momento, ser substituído por uma fonte. Em 1878, o ex-jardineiro da chácara da Baronesa dos Três Serros, *monsieur G. Beauvalet*, começou a trabalhar no ajardinamento (GUTIERREZ, 2004, p.246-252). Além de ser usada para festas, atividades circenses e outras manifestações recreativas, os passeios pelos jardins eram bastante concorridos.

O chafariz de ferro, concebido pelos escultores Jean-Baptiste Jules Klagmann e Ambroise Choiselat, foi fundido na metalúrgica de Antoine Durenne, localizada perto de Paris. Destinava-se ao abastecimento de água potável. A composição atual da fonte data da década de 1910, quando foi realizada uma intervenção de elevação do chafariz, de pavimentação em mosaico (ladrilho hidráulico) na área central da praça e de modificação dos quarteirões ajardinados. A Fonte das Nereidas foi fixada em uma plataforma octogonal elevada, em cujos vértices foram instaladas luminárias de ferro fundido. O chafariz foi implantado ao centro do espelho d’água, delimitado por uma mureta de alvenaria almofadada. No interior desse espelho d’água foram colocados os esguichos, em figuras equestres assentadas em bases de alvenaria.

As intervenções realizadas na praça incluíram a pavimentação dos caminhos com mosaicos, a modificação da arborização e do ajardinamento, com a substituição da vegetação existente por árvores de menor porte, e a reforma do lago, da ilha e da gruta. Na imagem, observou-se a presença de luminárias destinadas à iluminação pública e os bancos, que se localizavam tanto nas faces orientadas para a rua como nos interiores, voltados para a contemplação dos jardins ornamentados. A Praça da República tornou-se um espaço de sociabilidade para a camada abastada da população pelotense (GONÇALVES, 2019).

Nas plantas de 1815 e de 1834, a Rua Quinze de Novembro chamava-se São Miguel. A partir de 1835, ficou popularmente conhecida como Rua dos Canários, em alusão a imigrantes vindos das Ilhas Canárias. Em 1895, definitivamente, passou a se chamar Rua Quinze de Novembro. Na esquina da Quinze de Novembro com a Rua Marechal Floriano e a Praça Coronel Pedro Osório, em primeiro plano e cortado em mais da metade na fotografia, localizava-se o prédio Torre Eiffel. Construído em dois pavimentos, pelo arquiteto José Isella, era propriedade de Antônio Raimundo Assumpção, morador do andar superior. No térreo, sua loja oferecia artigos de malha e roupas francesas para meninos e meninas; confecções brancas; luvas de pelica para “homens e senhoras”; perfumarias inglesas e francesas (LOPES NETO, 1911, p. 10).



Figura 2: Um trecho da rua XV de novembro, entre a Praça Coronel Pedro Osório e a Rua Sete De Setembro.

Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Com menor dimensão, maior ornamentação, coroada no centro com um frontão triangular interrompido, em cujo meio foi colocado o busto de Miguel Ângelo esculpido em cimento pelo arquiteto, o frontispício da Marechal Floriano recebeu os acessos principais da residência e do comércio (CHEVALLIER, 2002, p. 196). Quase imperceptíveis na foto, na mesma calçada ficavam a Confeitoria A Gioconda, conhecida pelos seus *gelatos*; a Casa Caringi, chapelaria desde 1896; a confeitoria Nogueira, fundada em 1899 e famosa por seus doces, solicitados por todo o Brasil, que vendia champanhe, vinhos e licores estrangeiros (DEVANTIER, 2013, p. 77, 78, 80, 174). Havia ainda a Casa Levy Frank & Cia, estabelecida em 1860, com matriz em Paris e filiais em Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires e Montevidéu, que negociava prata, brilhantes, pérolas, pedras preciosas em geral, mantinha oficinas de joalheria e de ótica e representava a ourivesaria Christofle, fabricante de talheres, e os relógios Omega e Zenith. A Casa possuía também galeria de arte, assinadas por artistas estrangeiros, com esculturas em bronze dourado e marfim; mármores e colunas de Carrara e pinturas. Ao lado, estava a Casa de Câmbio Levy Frank & Cia., que comprava e vendia ouro amoedoado e papel estrangeiro (LOPES NETO, 1911, n.2, p.5 e 8). Na sequência, situavam-se a fábrica de máquinas de escrever e cofres de Luiz Morales e a Livraria do

Globo. Na esquina com a Rua Sete de Setembro, com projeto de Caetano Casaretto, ficava a Livraria Universal (DALTOÉ, 2012, p. 106). Em uma das faces da Rua Quinze, entre a Rua Sete de Setembro e a Praça Coronel Pedro Osório, no lado direito da fotografia pouco definida, em construções térreas, estavam: a Casa Coates, que vendia máquinas de escrever, eletrodomésticos, transmissores Philco e refrigeradores Frigidaire; a Engraxataria Pelotense; a Casa Baptista Lhullier, que negociava objetos de bazar e para fumantes (DEVANTIER, 2013, p. 124, 134, e 174); a Casa Krentel, fundada em 1871, especializada em artigos para dentistas, mas que também vendia joias, relógios, armas, munições e óculos (LOPES NETO, 1911, n.1, p. 4, 5 e 48); e a Casa Cosmos, assobradada.

A descrição reforçava a importância da Rua Quinze de Novembro, eixo comercial e luxuoso no ano 1922, constatação observada na imagem, que apresentava a movimentação de pedestres e de veículos. A presença do aparato publicitário nas edificações evidenciava o caráter do local. As fachadas urbanas eram formadas por planos contínuos, demarcados por uma sequência de portas que davam acesso às edificações.

Primeiro, a rua foi chamada de São Jerônimo. Em 1895, mudou para Marechal Floriano, ex-presidente da República, na época recentemente falecido. A Marechal Floriano iniciava na lateral norte da atual Praça Pedro Osório e seguia em direção sul até a orla esquerda do arroio Santa Bárbara, onde terminava. Na margem direita, ficava a Praça das Carretas, destinada, pela Câmara, às carroças que chegavam para comercializar alimentos e lenha. Era um lugar de socialização de trabalhadores pobres e mal visto pelas autoridades e classes abastadas. Também foi chamada de Praça da Constituição e Vinte de Setembro, data que homenageia a Revolução Farroupilha. O grande terreno que possuía, pouco a pouco foi sendo doado e quase sumiu. Nessa praça, começava a estrada do Fragata. Os bondes passavam pelo cemitério e alcançavam o Parque Pelotense, que constituiu o principal acesso meridional à cidade (GUTIERREZ, 2004, p. 253-257 e 270). No início da Marechal Floriano, junto à Praça Coronel Pedro Osório, localizava-se a Casa Hercílio, com venda de calçados, e a confeitoria de Domingos de Souza Moreira. No mesmo lado, na esquina da Rua Andrade Neves, em 1916, sob a responsabilidade dos arquitetos Peres, Monteiro & Cia., inaugurou-se o prédio do Banco Pelotense, projetado para abrigar as funções administrativas, atendimento aos clientes e residências (apartamentos) do gerente e funcionários. Formalmente, o corpo do edifício apresentava o recuo de uma colunata em ordem colossal, ocupando o segundo e terceiro pavimentos. No coroamento (pavimento residencial) mansardas para iluminar e ventilar. A base era composta pelo porão alto, cujos vazios (janelas para ventilação e iluminação) possuíam vergas em arco pleno, e os cheios, rusticação. Em diagonal, na outra esquina, junto à Rua General Osório, situava-se a Bromberg & Cia, que tinha lojas em Rio Grande, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires, e trabalhava com arados, máquinas para ventilar cereais, cortar abóboras, debulhar milho, beneficiar madeira, furar, dobrar, moldar, cortar redondo e virar beira de metais e ainda oferecia automóveis (LOPES NETO, 1911, n.3, p. 34, 66).

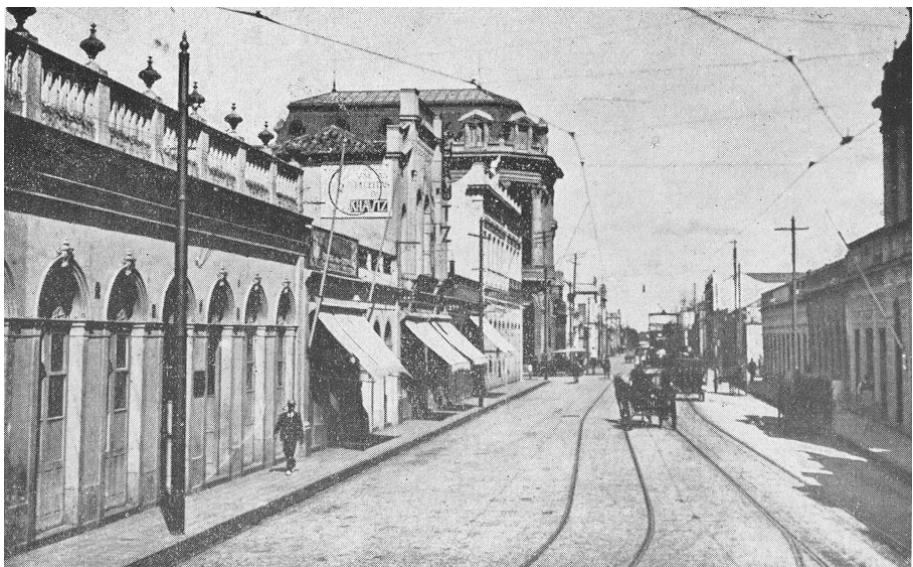


Figura 3: Rua Marechal Floriano.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse lugar de encontro da Praça Coronel Pedro Osório com as ruas Quinze de Novembro e Marechal Floriano, primeiramente, os nomes dos logradouros diziam respeito aos moradores e aos santos; na sequência, ao Império; a seguir, a fatos ou a eventos constitucionais e republicanos nacionais. Por fim, homenagearam os líderes e os feitos republicanos regionais e ou locais, incluindo, a antiga Revolução Farroupilha. Quanto às fotografias, a análise reforçou os achados da tese de Francisa Michelon. Em síntese, as fotografias apresentavam a construção da modernidade pelotense, com ruas retas, fruto das retículas projetadas em 1815 e em 1835, exaltação das obras governamentais, da força do comércio e da cultura no centro urbano. As imagens sublinharam a energia elétrica nos serviços públicos de transporte e de iluminação. Acentuaram trilhos, postes, pavimentações, calçamentos, praça e jardins. Abrangeram o ruído da movimentação das pessoas e dos bondes.

O cenário era de uma arquitetura urbana praticamente eclética, de ordem monumental, às vezes térrea, outras, assobradada, quase sempre baseada na composição e na abundante ornamentação clássica, mas trazendo alguns elementos de inspiração local. A maioria ostentava distintas platibandas, completadas com frontões, compoteiras, vasos e/ou esculturas. Poucos prédios mantinham os beirais. Iniciava o afastamento dos limites laterais dos terrenos. Frequentemente, os edifícios seguiam o alinhamento predial. As obras deveriam obedecer aos códigos de posturas que determinavam alinhamentos,

nivelamentos e, com liberdade na escolha da composição formal do prédio, resultaram em harmonia na paisagem construída.

Sem abandonar o uso residencial, o centro da cidade abrigou as melhores e mais diversas casas comerciais, com luxuosos e diferentes artigos nacionais e estrangeiros. Junto às lojas, bancos, livrarias, clubes, teatros, Biblioteca, Mercado Público Central, hotéis e confeitorias propiciavam a movimentação de pessoas entre os estabelecimentos. A praça, com seu chafariz, mobiliário e ajardinamento, recebia as famílias ricas. O subtítulo da fotografia, “o mais bello e formoso jardim da América do Sul”, representou os poderes econômico e político que os dirigentes e as classes abastadas tinham em relação não só ao Brasil, mas ao continente sul-americano. Expunham uma modernidade vinda da Europa.

No final da Rua Marechal Floriano, onde a lente da máquina fotográfica e a urbanização não alcançavam, em terreno na margem direita do Arroio Santa Bárbara, situava-se a Praça das Carretas, lugar dos trabalhadores pobres que, com doações, pouco a pouco, praticamente desapareceu. Era um dos raros espaços públicos da cidade onde os menos favorecidos tinham alguma possibilidade de socialização.

REFERÊNCIAS

- ABUCHAIM, Vera Rheingantz. *O tropeiro que se fez rei*. Porto Alegre: Mosca, 2013.
- BASTOS, Michele Souza. *Arquitetura ausente. O centro histórico de Pelotas, RS. 1835 - 2011* Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.
- CHEVALLIER, Ceres. *Vida e obra de José Isella*. Arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX. Pelotas: Mundial, 2002.
- DALTOÉ, Guilherme. *Caetano Casaretto. Arquitetura Urbana em Pelotas/RS (1892-1931)* Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.
- DEVANTIER, Vanessa da Silva. *Visões do urbano: a rua Quinze de Novembro*. Pelotas/RS. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) –Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.
- GONÇALVES, Mariana Couto. A Praça da República enquanto espaço de sociabilidade de uma cidade moderna (Pelotas, 1912-1930). *Mouseion*, Canoas, n. 34, dez. 2019, p. 27-36. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/5919>. Acesso em 14 set. 2021.
- GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e sangue. Mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas. 1777-1888*. Pelotas: UFPel, 2004.

GUTIERREZ, Ester J. B. Negros, charqueadas & olarias. Um estudo sobre o espaço charqueador pelotense. 3 ed. Passo Fundo: Ed. UPF, 2011.

LOPES NETO, João Simões (org.). *Revista do 1º centenário de Pelotas*. Pelotas: s. ed. 1911,

MICHELON, Francisca. A cidade como cenário do moderno: representações do progresso nas ruas de Pelotas (1913-1930). *Biblos - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, Rio Grande, v. 16, p. 125-145, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23295>. Acesso em: 26 ago. 2021.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Código de Construções e Reconstruções*. Pelotas: Officinas typographicas da Fábrica Guarany, 1920, 41p.



8

AS MULHERES E A FOTOGRAFIA NO ÁLBUM DE PELOTAS

Taiane Mendes Taborda

Era o ano de 1922 e o Brasil comemorava o Centenário da sua Independência em um cenário particularmente emblemático. Estava em curso a articulação de diferentes setores sociais que questionavam o regime oligárquico fundiário. Como exemplo, é icônica a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), que coroava um período de intensa mobilização operária através de greves e protestos. A Semana de Arte Moderna, movimento artístico e cultural que foi além da estética, refletia um descontentamento geral com os arquétipos culturais e ideológicos dominantes. Do exército partiu, em julho de 1922, um motim de alguns jovens oficiais no Forte de Copacabana, na capital, com o intuito de derrubar o governo. A ação dos oficiais teve uma repressão violenta, mas mostrava a conjuntura hostil que viria a culminar na Revolução de 1930.

Foi neste clima de mudança que, para marcar a passagem do centenário, várias cidades brasileiras lançaram publicações comemorativas com imagens e textos que contemplavam o desenvolvimento urbano, as personalidades locais que se destacavam e as principais empresas que evidenciavam o crescimento econômico de cada região. Pelotas, que contava com uma elite sustentada pelo acúmulo de riquezas advindo da indústria saladeiril (VARGAS, 2013), publicou o *Álbum de Pelotas* de 1922 estampando uma cidade que se pretendia moderna e desenvolvida.

Nas primeiras décadas republicanas a cidade ainda vivia os efeitos da “Belle Époque” do charque cujo auge teria sido entre os anos de 1860 e 1890 (MAGALHÃES, 1993) e passou a contar com a expansão de redes de água e esgoto, bondes elétricos, iluminação, energia e serviços de telefonia. O projeto urbano do engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos, eleito três vezes para o cargo de intendente, visava a higiene e a

civilidade (GONÇALVES, 2019), mas não alcançava a zona suburbana que crescia rapidamente abrigando trabalhadores e trabalhadoras pobres (GILL, 2006). Entre os anos de 1900 e 1920 o número de habitantes urbanos quase dobrou em Pelotas e a cidade chegou a ocupar o 8º lugar em rendas municipais em 1920, superando municípios como Campinas e Santos (LONER, 2016).

O censo populacional realizado em setembro de 1920 e publicado em 1926 contabilizava 42.547 habitantes para a área urbana de Pelotas, excetuando estrangeiros e pessoas de nacionalidade ignorada.¹ Desse total, 23.009 eram mulheres e 19.538 eram homens. Este capítulo se dedicará a pensar o lugar dessa maioria de habitantes, as mulheres, na sociedade pelotense através de suas imagens no *Álbum* de 1922.

As mulheres da Primeira República ainda não tinham garantido o direito ao voto, e, embora os índices de analfabetismo diminuíssem entre o sexo feminino, poucas alcançavam o ensino superior. Às mulheres de melhores condições sociais era facilitado o acesso à uma intelectualização, endossada pelo positivismo científico, mas esse incentivo ao estudo não tinha o objetivo de formá-las para o mercado de trabalho, o intuito era exibir o capital cultural das famílias em áreas de lazer da alta sociedade como em saraus e bailes (TABORDA, 2012), as “famílias demonstravam sua ‘distinção social’, entre outras coisas, pela dedicação de suas mulheres exclusivamente aos papéis familiares [...]” (PEDRO, 2007, p. 285, grifos da autora).

Já as mulheres pobres tinham chances reduzidas de estudo, muitas dedicando-se ao trabalho ainda na infância, gratuitamente em tarefas domésticas e de cuidados ou no trabalho remunerado. Para elas a dedicação exclusiva aos papéis sociais esperados da mulher como donas de casa, esposas e mães esbarrava na necessidade de sobrevivência. Realidade ainda bem atual, as mulheres de baixa condição social acumulavam as tarefas remuneradas e não remuneradas tendo raros momentos de descanso e lazer.

Para as mulheres da elite frequentar bailes como os do *Clube Caixeiral* ou do *Clube Comercial*, casas de vestuário como *A Moda Elegante* ou a *Casa Bertoli*, lojas de calçados como a casa *Americana* e *Clark*, comer uma torta na *Confeitaria Brasil* eram as formas mais comuns de circularem na cidade. As mulheres pobres ocupavam os espaços das fábricas e dos estabelecimentos comerciais, por exemplo, como trabalhadoras. Elas também desempenhavam atividades de cuidado junto aos hospitais e asilos.

De fato, as imagens do *Álbum* de 1922 “contam” que as mulheres de Pelotas eram “circulantes” e acompanhadas ou sozinhas, com ou sem chapéus, cruzavam as ruas da cidade e ocupavam os mais variados espaços. Ao todo elas foram capturadas em 34 fotografias do *Álbum* e, embora em algumas delas as mulheres apareçam com grande destaque, em outras imagens é preciso fixar bem o olhar e são os seus vestidos que ajudam a distinguir as suas presenças.

Para proceder uma análise da fonte imagética, esta abordagem recorre ao conceito estabelecido por Ana Maria Mauad (2018), para quem a fotografia “é uma elaboração do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, ou ainda, uma leitura

1 Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1920, volume IV, 1ª parte, ano de publicação 1926, Rio de Janeiro: Typ da Estatística.

do real realizada mediante o recurso a uma série de regras que envolvem, inclusive, o controle de um determinado saber de ordem técnica” (MAUAD, 2018, p. 31). As imagens capturadas são a consequência de um recorte, de uma escolha consciente que fornece indícios sobre uma realidade. Assim, são revelados determinados aspectos do passado, conformando uma visão de mundo específica e intencional que será interpretada por quem recebe a imagem a partir de seu próprio contexto.

As fotografias que compõe o *Álbum* de 1922 são monumentos (MAUAD, 2018), símbolos do que a sociedade pelotense do passado escolheu eternizar. Nesse sentido, o que quiseram salientar sobre as mulheres? Elas estão presentes em fotografias que registraram a sua circulação em ruas da cidade, em locais de trabalho, em espaços de lazer e descanso, espaços educacionais, em posição de destaque na arte ou na caridade e em lugares de cuidado, como asilos e hospitais.

Foram duas imagens de mulheres na Santa Casa, na primeira aparecem em área de circulação do hospital e na outra ocupam leitos da enfermaria feminina. Consta no *Álbum* também uma fotografia de religiosas com um grupo de meninas asiladas no asilo de órfãs *Nossa Senhora da Conceição*.

Em apenas três fotografias as mulheres foram retratadas em espaços de lazer e descanso. Em uma das imagens há um grupo de cinco mulheres sentadas nos bancos da Praça Júlio de Castilhos, acompanhadas por um homem. Outra fotografia foi capturada no interior da Confeitaria Brasil e mostra algumas mesas com ocupantes do sexo masculino e outras ocupadas por mulheres. A terceira imagem expõe uma mulher sentada, sozinha, no jardim ensolarado do Sr. João Leão Sattamini. O número reduzido de fotografias nesse contexto pode indicar que descanso e lazer não eram exatamente o que se esperava das mulheres, embora as mulheres ricas tivessem mais possibilidade de ócio e divertimento.

O mesmo acontecia com os espaços educacionais, pois há somente duas imagens referentes a esse aspecto. Em uma delas aparece uma multidão de meninas na solenidade de encerramento das atividades do ano do *Collégio Elementar Félix da Cunha*, educandário de ensino público e laico inaugurado em 1913. O texto que acompanha a imagem exaltava a instituição por ensinar música e artes manuais, habilidades que permitiriam às crianças mais favorecidas constituírem o encanto do lar e as de menos posses um meio para vencerem as dificuldades. Um dado específico no texto chama a atenção para pensar as mulheres pelotenses de 1922 e suas possibilidades de instrução e vida profissional. De acordo com a publicação, nos nove anos transcorridos do colégio passaram 5.023 crianças das quais apenas 54 jovens concluíram o curso do colégio. Segundo a publicação, “algumas” seguiram carreiras se diplomando em farmácia e em odontologia e “outras” se dedicaram para o comércio, o que leva a pensar que o dado se tratava especificamente de representantes do sexo feminino.

O número reduzido de meninas que conseguiam dar sequência aos estudos pode ser resultado da precariedade em que viviam muitas famílias pelotenses, exigindo que as mulheres trabalhassem desde muito jovens abandonando, com isso, os estudos. Outro fator é a ideia consolidada socialmente de que a missão principal das mulheres era

o casamento, logo seria desnecessária uma formação mais ampla para a preparação profissional.

Nesse sentido é icônica a outra imagem do *Álbum* em que aparece uma mulher em espaço educacional. A fotografia da figura 1 evidencia um grupo de alunos da Faculdade de Direito no ano de 1921. São quinze homens, elegantemente vestidos, e uma mulher, bem no centro da imagem. A única aluna trajava um vestido sóbrio, de cor escura, que cobria quase todo o corpo, deixando a mostra apenas parte dos braços, o pescoço e as canelas cobertas por meias.

O cenário é imperceptível, o fotógrafo delineou os perfis dos alunos, destacando a mulher. Esse destaque sugere a exceção, pois não era comum que as mulheres cursassem o ensino superior, principalmente a carreira do Direito. O texto no qual a imagem está inserida exalta os fundadores, diretores, professores da faculdade, mas não tece uma só linha para o grupo da foto, cuja identificação só é possível pela legenda. A Faculdade de Direito, de acordo com o *Álbum*, era um lugar de homens, cidadãos potenciais para orgulhar a cidade, mas lá estava uma mulher mostrando uma ruptura na narrativa. A presença da estudante anuncia que as barreiras para as mulheres se dão nas construções sociais de gênero, de classe, e de raça,² já que uma mulher branca de condições sociais favorecidas poderia ser uma aluna de nível superior de um curso elitizado e masculino, conforme a imagem insinua.

A carreira mais comum das mulheres instruídas era a docência, pois estava dentro do âmbito de atividades tidas como naturais para as mulheres, a educação. Se o *Álbum* de 1922 foi comedido com as estudantes, deu bastante visibilidade para as trabalhadoras. Ao todo foram dez fotografias sobre o tema, só se igualando em número com as imagens em que as mulheres figuram circulando nas ruas da cidade ou em frente aos estabelecimentos comerciais.

Duas mulheres de cor branca foram fotografadas trabalhando na farmácia da Santa Casa, número igual de mulheres brancas aparece cuidando de crianças na enfermaria infantil da Santa Casa. Na lavanderia do hospital foram registradas em suas atividades laborais duas jovens, uma negra e uma branca, há mais duas pessoas na imagem, mas não foi possível definir o sexo. Na rouparia do Asilo de Mendigos, três meninas foram fotografadas trabalhando, duas brancas e uma negra. Na cozinha do asilo aparecem três trabalhadoras de cor branca. O que se percebe é a atuação das mulheres em atividades também desenvolvidas em suas casas, como cuidar de pessoas, cozinhar e limpar.

O breve levantamento permite observar onde as mulheres negras se inseriam quando se tratava de trabalho em Pelotas de 1922. O espaço que as mulheres negras ocupam no *Álbum* é o de asseio e limpeza, pois as imagens, sobretudo nas propagandas que evidenciam o setor comercial, somente contemplaram mulheres brancas. Uma propaganda da loja *Flor da Syria* revela três trabalhadoras brancas entre as peças de tecidos expostas. O anúncio da Casa Bertoli mostra três mulheres brancas atrás do

2 Sobre o conceito de gênero, ver a discussão bem fundamentada proposta por Joan Scott (1990). A intersecção entre feminismo, antirracismo e luta de classes pode ser pensada a partir das reflexões de Ângela Davis (2016).



Figura 1: Um grupo de alunos da Faculdade de Direito de Pelotas, 1921.

Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

balcão, além de uma menina próxima de uma vitrine. O fato de não existir imagens de mulheres negras trabalhando como vendedoras é um indicador dos desdobramentos de uma sociedade consolidada no escravismo e na herança de exploração e desvalorização da etnia negra.

A peça publicitária da casa de modas e fantasias *A Moda Elegante* (Figura 2) optou por fotografar as instalações do luxuoso prédio que ocupava desde a fachada até a oficina de costura, destacando as mulheres que lá trabalhavam. Nessa sala foram fotografadas doze costureiras dispostas ao redor de uma grande mesa sobre a qual repousavam tecidos espalhados. Nenhuma delas parece ser negra. O anúncio exibe ainda a sala de vendas, onde foi retratada uma trabalhadora branca, além das salas de prova e de espera. Na primeira imagem é possível notar a fachada da loja, uma mulher na porta do estabelecimento e quatro modelos de vestidos expostos na vitrine.

O texto que acompanha as imagens da loja cita o proprietário, Álvaro O. Caetano, o endereço, rua XV de novembro, e destaca o sortimento de peças e a seção de confecções de “gosto extremo e a mais rica e interessante da cidade”. O anúncio buscava cativar mulheres com potencial consumidor que se identificassem com a descrita elegância do local. As fotografias projetavam um suposto refinamento envolvendo mulheres brancas. Assim, o *Álbum* de 1922 marca as posições sociais que refletiam aquela sociedade através do que mostrava, como mostrava e do que deixava de mostrar.

O lugar dos homens, das mulheres, das mulheres pobres e das mulheres negras são facilmente percebidos na narrativa visual criada no *Álbum comemorativo*. São esses marcadores sociais exemplos de como se formam os imaginários que justificam uma hierarquização social baseada na raça. Nas primeiras décadas que se seguiram ao fim da escravidão “a vida dessas mulheres negras não tiveram alterações significativas, continuando a exercer funções idênticas de quando eram escravas” (SANTOS, 2019, p.135).

As fábricas também eram espaços possíveis para as mulheres negras, conforme atesta a fotografia da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense. As operárias e operários do setor de fiação pararam as suas atividades e se voltaram para alguém que os registrava (Figura 3). A fábrica, cujas atividades iniciaram em 1910 e que era motivo de orgulho entre os investidores pelotenses que a constituíram por meio da venda de ações, contava com um número superior de mulheres em seu quadro funcional, fato reforçado pela imagem. O recorte fotográfico deixa ver mulheres brancas, mulheres negras e crianças, força de trabalho mais barata e desvalorizada na divisão do trabalho observada a partir das variantes de gênero, classe e raça.

Quando terminava o dia de trabalho nas fábricas, nas casas comerciais, nos hospitais, nas casas de famílias que as empregavam essas mulheres circulavam e cruzavam com outras mulheres de diferentes realidades, que desfrutavam do trabalho das menos favorecidas. As imagens que flagraram mulheres em áreas externas da cidade, caminhando por ruas e praças somaram dez. Elas estavam lá, apesar de ser mais difícil observar as suas diferenças em função da distância em que foram retratadas pelas lentes dos fotógrafos.

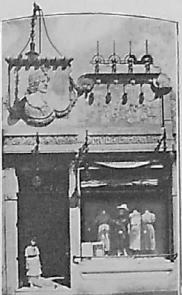
O *Álbum* de 1922 deu espaço de destaque para seis mulheres brancas. Eram essas as mulheres que a sociedade pelotense queria eternizar, ou seja, eram da elite. Mulheres com talento artístico e de posição social privilegiada, mulheres que fossem caridosas. As distintas “grandes benfeitoras” da Santa Casa Dona Zeferina da Luz Lopes, conhecida como Viscondessa da Graça, Dona Matilde Rodrigues de Oliveira e Dona Anna da Conceição Barbosa Pinheiro aparecem em meio a nove homens benfeiteiros. Ganhou destaque também a benfeitora da Santa Casa e da Beneficência Portuguesa Dona Flora Felisbina Antunes da Costa, a Baronesa do Arroio Grande, fotografada em página com texto intitulado *A Caridade*, juntamente com quatro homens.

A poetisa Honorina Torres ganhou uma página de destaque com um poema de sua autoria e uma imagem sua em paisagem da cidade do Rio de Janeiro. Também Zola Amaro, a reconhecida soprano pelotense, foi ressaltada em imagem exclusiva.

A MODA ELEGANTE

Entre as varias e luxuosissimas casas de Modas e Phantasiás, que Pelotas possue, ocupa lugar de destaque A Moda Elegante, a bella e bem sortida casa de propriedade do distinto cavalheiro Álvaro O. Caetano. Em se passando pela frente do edificio da A Moda Elegante não ha como deter a emoção de deslumbramento que nos empolga.

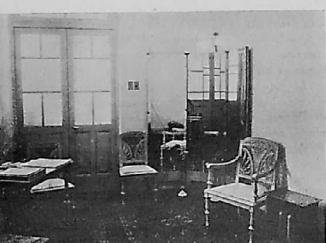
E' incontestavelmente uma preciosí-



gosto extremo, é a mais rica e interessante da cidade, não menos bella e interessante a sala de espera, de provas e de vendas.

A officina de costura, confortavel, offerecendo todas as commodidades, é attendida por pessoal de reconhecida competencia.

A Moda Elegante cuja grande vitrine bem illuminada nada fia a dever ás grandes montras Euro-peás, rapidamente tornou-se a pre-





Officina de costura

Frente do magestoso edificio de A MODA ELEGANTE

dade pelo gosto que preside os seus magestosos stocks e pela variedade infinita dos artigos que submette á apreciação do sua numerosa clientela.



Sala de vendas

férda do publico elegante de Pelotas, que nella sabe encontrar tudo o que ha de moderno e bello.

Com bastante prazer publicamos algumas vis-



Sala de espera

A Moda Elegante está installada á rua 15 de Novembro, em pleno centro do movimento commercial e social.

A bellissima secção de confecções, organizada com um

tas da luxuosa casa A Moda Elegante, assim como a frente do magestoso edificio.

Figura 2: A Moda Elegante Fonte: Álbum de Pelotas. Acervo: NDH/UFPel.



Figura 3: Uma seção de fiação da Fábrica de Fiação e Tecidos Pelotense.

Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar a cidade retratada no *Álbum* percebe-se, na verdade, duas. Uma Pelotas da elite, com inúmeras possibilidades, inclusive para as mulheres, e uma Pelotas de pessoas empobrecidas, grupo constituído por aquelas e aqueles que trabalhavam anonimamente para o funcionamento daquela sociedade.

Através das imagens do *Álbum* de 1922 se reconstitui uma idealização desejada pela sociedade pelotense daquele contexto, ao abordar mulheres excepcionais, seja pelo talento ou pela alma caridosa. A disposição das fotografias, dos anúncios, dos textos foi pensada para perpetuar o que os autores consideravam signos ideais. As imagens de mulheres dizem muito sobre o que aquele contexto exigia delas. Seus papéis eram cambiantes de acordo com a sua posição social e a sua etnia, assim como as suas possibilidades.

Havia circulação de mulheres e visibilidade, mas elas andavam por caminhos distintos. Lazer, estudo e consumo eram reservados para as de posses mais abastadas, enquanto o trabalho para as mulheres de condições inferiores e mesmo essas se

diferenciavam. Mulheres pobres negras desempenhavam as tarefas ainda mais desvalorizadas.

Diante dessas reflexões acerca das fotografias de mulheres no *Álbum* de 1922 é de se perguntar... e se o *Álbum* fosse de 2022? Seriam muito diferentes as imagens?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016.

GILL, Lorena Almeida. Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (1890-1930). *Revista História UNISINOS*. Vol. 10, n. 1 – janeiro/abril de 2006. p. 45-52. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6169/3334> Acesso em: 15 ago de 2021.

GONÇALVES, Mariana Couto. “*Andei sempre tendo que ver e ainda não fora visto*”: a modernização urbana pelotense a partir de crônicas e fotografias (1912-1930). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. 2ª. ed. - Pelotas: Ed. UFPel, 2016.

MAGALHÃES, Mario. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*: um estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Ed. UFPel: Coedição Livraria Mundial, 1993.

MAUAD, Ana Maria. *Poses e Flagrantes*: ensaios sobre história e fotografias. Niterói : Editora da UFF, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 9. Ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 278-321

SANTOS, Geilza da Silva. O engenho bom fim e o lugar social da mulher negra no pós-abolição (AREIA-PB, 1890-1920). *Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*. Manaus, Volume 11, número 2, p. 122-141, out./dez. 2019.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

TABORDA, Taiane Mendes. *Senhorinhas perfeitas*: a representação de mulher ideal através das páginas da revista Ilustração Pelotense entre os anos de 1919 e 1922. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.



9

O PROTAGONISMO NEGRO SILENCIADO: QUAL O LUGAR DOS NEGROS E NEGRAS NO ÁLBUM DE PELOTAS EM 1922?

Carla Ávila

Caiuá Cardoso Al-Alam

Adentramos o *Álbum de Pelotas*, publicado para a celebração do Centenário da Independência do Brasil, como num pedido a Bará, com a licença do senhor Antonio Chaves, porteiro do Asilo de Mendigos da cidade, naquele ano de 1922. Na fotografia da 96^a página, consta que Antonio tinha mais de um século de idade. Ele está sentado, com as mãos sob as pernas, com olhar ressabiado e parece sugerir um sorriso. Guardião daquele espaço de assistência, não sabemos se anteriormente fora um escravizado, mas seguramente foi testemunha da perversidade do sistema escravista (Figura 1). E, certamente, observou os meandros das formas de controle e disciplinamento, a gestão dos pobres por parte das elites (TOMASCHEWSKI, 2007; EICHOLZ, 2017), que instituições de caridade, como o Asilo, acabavam realizando, principalmente no pós-abolição focalizando a população negra, para além do acolhimento dos tidos desvalidos. Eram tempos em que homens e mulheres negras não podiam andar em algumas calçadas da cidade, não podiam adentrar em clubes e outras instituições de sociabilidade da sociedade branca. Parece nos dar um recado sobre os silenciamentos impostos às comunidades negras da região, e que refletem e sobressaem na obra a ser analisada.

O *Álbum de Pelotas*, publicado em 1922, celebrava o projeto de modernização na cidade, que experienciava o desenvolvimento urbano na primeira metade do

século XX (GONÇALVES, 2018), mas o documento não faz referência alguma sobre os protagonismos negros no lugar. Fica evidente que o projeto de modernização do município, não incluía a contundente comunidade negra que na cidade vivia. Com exceção do poeta Theophilo Biafra, escritor negro, colaborador assíduo atuante nas páginas do jornal *Diário de Pelotas* nas décadas de 1910 e 1920,¹ que na 40^a página do *Álbum de Pelotas*, registrou poesia intitulada “O Romance de Laura”, não encontramos outra referência direta (Figura 2).



Figura 1: Antonio Chaves. Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

1 Sobre Theophilo Biafra, ver pontuais informações na sua escrita com avaliações sobre o infortúnio da Primeira Guerra Mundial (LONER, GILL, 2015) e também na postura crítica sobre a moral feminina (MICHELON, SANTOS, 2006).

Mesmo sem evidenciar os protagonismos da comunidade negra no documento, diferentes momentos, lidos nas entrelínhas ou numa leitura subjetiva de resistência, sugerem pensarmos nestes homens negros e mulheres negras. A ocupação do território que hoje conhecemos como Pelotas, foi marcada pela escravidão de populações africanas que para cá foram trazidas à força. O uso deste tipo de mão-de-obra foi indiscriminado e a cidade esteve conectada com a diáspora africana. Para além da produção do charque, homens e mulheres escravizados/as foram responsáveis pelo trabalho na lida campeira, criação do gado, nas chácaras, no trabalho urbano, doméstico, enfim. Foram fundamentais para a produção das riquezas do lugar. Nas diversas fotos que constam imagens referentes ao mundo do trabalho,² como no comércio, em lojas, na Santa Casa de Misericórdia, no Asilo de Mendigos, enxergamos homens e mulheres negros e negras. Mesmo que a condução da narrativa do *Álbum* não visibilize estas comunidades, elas estão lá nas fotografias, impossíveis de serem escondidas, pois eram as que realizavam toda sorte de trabalho na cidade. Pelotas era uma cidade negra.

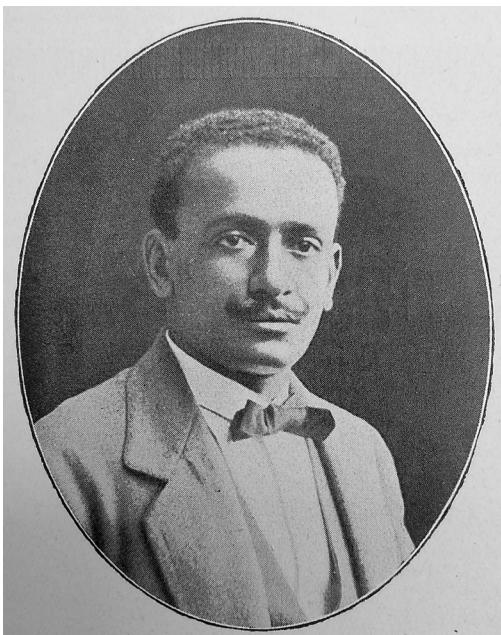


Figura 2: Theophilo Biafra.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Durante a escravidão, diferentes homens e mulheres, africanos/as ou crioulos/as (nascidos/as no Brasil), mesmo com toda repressão, utilizaram-se de amplas estratégias de resistência, das mais comuns marcadas no cotidiano, até as mais contundentes como fugas e construção de quilombos (AL-ALAM, 2008). Na 26^a página, há uma fotografia em que no primeiro plano está um jovem homem negro na Cascata. Com as mãos nos bolsos, ativo, seu olhar pode nos sugerir o amplo conhecimento que as comunidades negras tinham do território da Serra dos Tapes. Muitos/as trabalharam nas chácaras, pequenas propriedades de indivíduos abastados ou até mesmo aqueles que tinham pequenas posses e viviam com o trabalho de pelo menos um/a escravizado/a. Muitos/ as destes/as escravizados/as eram deslocados da zona urbana de Pelotas ou daquela marcada pelas charqueadas, para as chácaras de seus senhores/as na Serra. Este trânsito do mundo do trabalho, acabou também potencializando o conhecimento da região, sendo

² Observar, por exemplo, as imagens nas páginas 46^a, 59^a, 76^a, 93^a, 134^a e 187^a do *Álbum*.

utilizado nas correrias das fugas e formações de quilombos. O caso dos quilombolas liderados por Manoel Padeiro é exemplar. Mantinham amplo conhecimento da região da Serra dos Tapes. Alguns dos quilombolas já haviam feito outras correrias pelo território, e cultivavam também forte rede de alianças com comunidades de senzala e libertos, que disponibilizavam informações e mantimentos (AL-ALAM, MOREIRA, PINTO, 2020). No *Álbum de Pelotas* não aparece esta leitura do protagonismo, desta rede de conexões negras, mas no entrecruzar de narrativas, abrem-se oportunidades reflexivas, porque a experiência histórica foi densa, e muitas vezes emana nas sutilezas da documentação.

Como já comentado acima, diferentes homens e mulheres, negros e negras, aparecem anônimos nas fotos que representam o mundo do trabalho. Poderiam ser desapercebidos e alegóricos nestas fotos do *Álbum*, que não os/as valorizam e não os/as identificam. Estas pessoas tinham nomes, famílias, experiências de vida que são nossas ascendências, como bisavós/ós, avós/ós, mas também representavam amplo protagonismo, nada anônimo nas redes de associativismo da cidade. Em 1922, ano de publicação do *Álbum*, Pelotas já contava com uma tradição de sociedades organizadas pelas famílias negras. Aliás, é preciso dizer que o movimento operário de Pelotas, que tanto mobilizou a classe trabalhadora nas grandes greves no início do século XX, contou com expressiva participação da comunidade negra. Muitas sociedades como as benfeitorias, recreativas, carnavalescas, dramáticas, esportivas, de representação política, estavam articuladas na época da feitura do *Álbum*, mantendo uma rede do associativismo negro no local (LONER, 2001). E com um contundente protagonismo na imprensa negra também, com o jornal *A Alvorada*, que na época realizava debates sobre o racismo, a importância de políticas reparativas à população negra, como a educação, e que serão campanhas ainda mais contundentes nos anos de 1930, chegando à formação da conhecida Frente Negra Pelotense, vinculada à Frente Negra Brasileira (OLIVEIRA, 2017). Rodolpho Xavier, um dos fundadores em 1907 e contundente colunista do *A Alvorada*, expressou nas páginas daquele órgão da imprensa negra, diferentes olhares sobre o intenso protagonismo da comunidade negra, que o *Álbum* ignorou, como se não existisse. Num olhar “moderno”, elitista e com referencial na comunidade branca da cidade.

Na 31^a página, observamos um alvoroço nas ruas com a chegada do Bispo de Pelotas, D. Joaquim Ferreira de Mello. Vemos as ruas da cidade ocupadas, com a participação da comunidade católica local. Vemos estandartes e certamente ali, mesmo que findada um pouco antes da publicação do *Álbum*, estavam as pessoas que participaram da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.³ A Irmandade foi fundamental para a articulação das famílias negras em práticas que buscassem fortalecer ações de solidariedade entre elas, inclusive durante a escravidão a cotização para compras de alforrias. Mesmo que houvesse uma doutrinação católica, e muitas vezes a condenação das práticas das

3. A comunidade negra local, “gente de cor, livre e cativa”, esteve vinculada a pelo menos três irmandades: a Irmandade Nossa Senhora da Conceição (1820-1915), Irmandade de Nossa Senhora Assunção da Boa Morte (1829-1915) e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1831-1915). Ver: (SILVA, 2011, p. 21).

religiões de matriz africana como o Batuque, as famílias negras agenciaram os usos destes espaços em busca de práticas associativas que melhorassem a qualidade de suas vidas. Lidando com a imposição das políticas de branqueamento, manejaram tais espaços a fim de proporcionar acesso a trabalho, educação e outras vivências cidadãs, não raras vezes mesclando suas ritualizações das divindades dos orixás com os santos católicos.

Ainda que tratando com invisibilidade os protagonismos das comunidades negras da região, na 108^a página o *Álbum* evidencia uma imagem extremamente preconceituosa, denotando a forma como a sociedade naquele momento perversamente enxergava trabalhadores negros (Figura 3).



Figura 3: Propaganda da Fábrica Rio-grandense de Adubos e Productos Chimicos.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Num anúncio da “Fabrica Rio-grandense de Adubos e Productos Chimicos”, há uma caricatura com a seguinte legenda: “Usando adubos da nossa fábrica centuplica o senhor a produção do seu campo”. De um lado há um quadro com trabalhadores negros magros, esguios, cabisbaixos, apoiados uns aos outros e um deles com os pés virados para dentro, no topo escrito “campo não adubado”; no outro quadro há os mesmos trabalhadores, mas sendo representados enfadados, com caracterização pejorativa da obesidade, e no topo escrito “campo adubado”. A caricatura é preenchida de elementos preconceituosos, a começar pela referência à palavra “senhor” que mesmo que aparente ser dirigida a quem lê o anúncio, faz alusão à expressão usada ainda na escravidão. E passa esta leitura racista pela representação dos corpos negros dos trabalhadores, vinculando-

os ainda à perspectiva da ideia de “malandragem”, por isto a necessidade de adubo, em referências ao plantio, e aos corpos destes trabalhadores. Podem ser nas sutilezas, como no silêncio dos protagonismos da época, mas pode ser na forma escrachada, como no anúncio acima citado, que ficam evidentes as visões racistas e elitistas daquela sociedade na década de 1920 expressas no *Álbum de Pelotas*.

Visões racistas e elitistas pertencentes a uma teoria eugênica que moldava o pensamento social e científico do início do século XX. Ideologia incompatível à constituição racial do país, bem como da cidade de Pelotas. Pensamento herdado do recente passado colonial, no qual fazia-se cópia das formas de pensar e viver da metrópole, postergando-se até final da primeira metade do século XX (ORTIZ, 2012). Acreditava-se na existência de uma hierarquia racial entre os diferentes grupos étnico-raciais formadores do Brasil. Hierarquia demonstrada na ausência e/ou anonimato de pessoas não-brancas nas fotos que compunham o *Álbum* em 1922. Pode-se questionar-se (ou não) quais foram/são os motivos da não presença de negros e negras nos veículos representativos da cidade em processo de modernização. Esse questionamento, ou não percepção do mesmo, é fruto de um pensamento estruturado e naturalizado tanto nas Ciências Sociais brasileiras e no próprio imaginário social brasileiro. Quais são os biotipos permitidos fazer parte desse projeto de nação brasileira? Para Renato Ortiz (2012), os percussores das Ciências Sociais brasileiras possuíam uma visão racista sobre os diferentes grupos constituidores da identidade nacional. Acreditavam na suposta superioridade branca de descendência europeia, respaldada no evolucionismo, positivismo e darwinismo social. Um pensamento que idealizava um projeto civilizatório por meio da incorporação dos padrões eurocêntricos de ser e de humanidade. As teorias racialistas do século XIX, elaboradas por Arhtur Gobineau (1816- 1882), propunham a existência de hierarquias raciais na humanidade, sendo as diferenças culturais biologicamente determinadas. Assim, a ideia de raças superiores e inferiores foram respaldadas pela Antropologia Física e, posteriormente, pela Ciências Sociais. Para o filósofo Silvio Almeida, o projeto iluminista de transformação social que influenciou tanto as teorias racialistas, como o projeto civilizatório de matriz europeia, propõe as ferramentas teóricas que possibilitam os processos de classificação, comparação entre os distintos grupos que compunham a humanidade, forjando a ideia de povos civilizados e selvagens. Estrutura ideológica que sustenta, tanto a diferença entre negros e brancos que constituem o cenário representativo do imaginário social, bem como da própria dinâmica de mobilidade social negra nos países diaspóricos (ALMEIDA, 2019).

A segregação racial brasileira é um elemento constituinte da formação social, política, econômica e cultural de diferentes fases da sociedade brasileira. “Uma ferida que não cicatriza”, assim como menciona a portuguesa Grada Kilomba (2019) ao retratar a continuidade da violência colonial para os descendentes de africanos na atualidade. O racismo enquanto uma ferida, aqui o podemos constatar tanto quanto a segregação racial nas ausências, nos silêncios sobre as organizações negras pelotenses. O retrato, ou os retratos de uma cidade que apagaram, ou subalternizaram a presença e a própria historicidade do protagonismo negro em sua história, apresentam resquícios de

um pensamento racista e elitista que naturaliza tais ausências. Silêncios que estruturam outras ideologias como a do branqueamento e de uma miscigenação não racializada. A postura de minimizar as diferenças raciais, feita pelo Estado brasileiro, também pode ser percebida a partir das políticas de branqueamento e miscigenação – mestiçagem não apenas de forma biológica, mas cultural –, operadas pelo Estado e que, ainda hoje, afetam o processo de implementação de políticas públicas de corte racial. Outro fator a ser considerado é no que tange às consequências da política de branqueamento adotada pelo Estado brasileiro, ainda no século XIX, no sentido de exterminar as características fenotípicas negras da população brasileira. A política de branqueamento, explicitamente, apostou em um processo de clareamento da população brasileira na Primeira República como concretiza-se a partir da política de imigração, desejando um biótipo mais próximo ao do branco colonizador (SEYFERTH, 1996; AVILA, 2008).

Posteriormente, nos anos 1930, no sentido de resolver o “problema” de constituição racial do Brasil, focou-se na figura do mestiço não-racializado como um elemento chave para a formação da recente República. O mestiço branqueado como símbolo de um futuro promissor com uma população que carregasse em sua cor a marca do progresso (SEYFERTH, 1996). A ideia de mestiçagem não-racializada, em conjunto com a política de branqueamento e o mito da democracia racial, constituíram os elementos fundamentais para a compreensão dos impasses atuais referentes à formação racial do povo brasileiro. Nessa perspectiva o ideal de mistura harmônica é considerado como parte da formação do imaginário social brasileiro. Construía-se uma narrativa favorável à manutenção das desigualdades raciais no Brasil: o mito da democracia racial. Ou seja, que pretos e brancos tinham as mesmas oportunidades de mobilidade social, e até mesmo econômica, que o problema não era da raça e, sim, das desigualdades sociais. (NASCIMENTO, 1978). Destaca-se que nos anos 1920, pouco mais de três décadas após a assinatura da Lei que acabava com a escravidão no Brasil, caracterizou-se também como um momento no qual o país vivenciava um novo projeto econômico que não pautava a inserção e presença negra nessa nova face da história nacional (AVILA, 2008). Nesse contexto histórico, as manifestações culturais negras se constituem como espaço de organização social e política, em resposta à segregação racial de fato presente na sociedade brasileira. O sentimento de descarte da presença negra é fortalecido e executado nas ausências, silêncios dos registros da realidade racial brasileira, descarte originário e justificado por teorias que não percebiam civilidade e humanidade nos descendentes africanos recentemente libertos e excluídos do projeto de modernidade vigente em todo território brasileiro.

Ainda, entre ausências e silêncios de negros e negras no *Álbum de Pelotas de 1922*, destaca-se a inexpressiva representação das mulheres, bem como das mulheres negras. A luta pela representatividade social e política das mulheres negras nas Américas foi marcada pela denúncia do projeto colonial e de suas continuidades no século XX. Patrícia Hill Collins (2019), ao apresentar uma teoria crítica oriunda do pensamento e produção das mulheres negras, evidencia três estruturas de dominação da economia moderna capitalista alicerçadas em domínios econômicos, políticos e ideológicos. No

que tange à construção social do lugar de inferioridade destinado aos corpos negros, está relacionado aos campos de opressão conectados às dimensões de raça, classe e gênero, apresentando o conceito também de controle de imagem.

Voltamos à fotografia do senhor Antônio Chaves, porteiro do Asilo de Mendigos, com seus mais de 100 anos de vida. Seu Antônio, em uma foto solo, segregado, separado dos demais homens brancos. Uma exceção à regra da sociedade pelotense branca, civilizada e benevolente. Sentado de pernas cruzadas, vestido de branco e sandália, em contraponto à primeira foto, na mesma página em que se apresentam homens em sua maioria de pé, vestidos com ternos pretos, todos de sapatos. Homens que naquela captura de imagem e representação social não foi necessário mencionar suas idades. A cor de suas peles já carregava o sinônimo de humanidade pretendida no projeto social, econômico e cultural almejado pela sociedade brasileira, bem como pelotense, no início do século. Imagens que representam ideologias materializadas em construções sociais racializadas, que hoje, mesmo depois de cem anos, para os negros e negras restam as exceções, pois a regra se sofistica. A sociedade pelotense mantém-se racializada e segregada, possibilitando que poucos negros e negras ocupem o lugar destinado e moldado pela hegemonia da branquitude que ainda sustenta essa estrutura. No entanto, mesmo sem estar em todos os registros, negros e negras seguiram a tradição do ato de reinventar sua (re)existência. Nas histórias, cantigas e costuras da Mestra Sirley Amaro, no *Tum Tum Tum* do SOPAPO do Mestre Baptista, na doce voz da Gamaré, personalidades que hoje habitam o *Orum*. Protagonistas que marcaram um novo cenário de organização social e política negra através de políticas públicas que permitem olhar para trás, nestes 100 anos, e perceber que mesmo com a tentativa de silenciar ou nos sub-representar, muitos/as resistiram, forjaram e registraram com outras formas e linguagens, a história e presença negra na cidade de Pelotas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Edição do autor / Sebo Icária, 2008.
- AL-ALAM, Caiuá Cardoso; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; PINTO, Natália Garcia. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. São Leopoldo: Editora Oikos, 2020.
- ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólem ,2019.
- AVILA, Carla Silva de. *Negros em Movimento, o movimento dos negros: A mobilização negra em Pelotas 1987-2007*. Monografia (Especialização em Sociologia e Política) – Universidade Federal de Pelotas, 2008.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a política do empoderamento*. São Paulo : Boitempo, 2019.

EICHOLZ, Josué. *Elites locais e caridade: Estudo sobre os benfeiteiros do Asilo de Mendigos e do Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas RS (1880-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

GONÇALVES, Mariana Couto. “*Andei, sempre tendo o que ver e ainda não fora visto*”: a modernização urbana pelotense a partir de crônicas e fotografias (1912-1930). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódio de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LONER, Betriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930*. Pelotas: Ed. Universitária; Unitrabalho, 2001.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. Histórias de uma cidade e de seus trabalhadores em tempos de guerra: Pelotas (1914-1918). *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 8, n. 1, jan./jun. 2015, p.7-20.

MICHELON, Francisca Ferreira; SANTOS, Denise Ondina Marroni dos. A roupa do moderno: representações da moda na década de 1920. *Conexão – Comunicação e Cultura*, UCS, Caxias do Sul, v. 5, n. 10, jul./dez. 2006, p. 125-143.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. *A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935*. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Cortez, 2012.

SEYFERTH, Giraldia. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Org.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz/CCBB, 1996, p. 41-58.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em pelotas (1820- 1943)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS: 1847-1922.* Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.



10

AS INSTITUIÇÕES HOSPITALARES E DE CARIDADE NO ÁLBUM DE PELOTAS

Larissa Patron Chaves

No século XVI, os primeiros hospitais criados no Brasil tiveram como objetivo o atendimento aos marinheiros e viajantes que chegavam ao país. Por isso, localizavam-se em regiões litorâneas, entre os quais se destacava o Hospital de Todos os Santos que, seguindo o modelo do grande hospital em Lisboa da mesma invocação, foi inaugurado em Santos, por Brás Cubas, em 1543, sob a divisa: *Casa de Deus para os homens – porta aberta ao mar*. Tudo indica que o segundo hospital implantado no Brasil colonial pertencia já a uma Santa Casa de Misericórdia, seguindo o modelo da irmandade fundada pela rainha Dona Leonor de Lancastre em 1498 em Lisboa, provavelmente aberto primeiramente em Vitória (1555), seguido por Olinda (1560), Ilhéus (1564) e Salvador até chegar, já tarde, ao Rio de Janeiro (1840).

Na Província de São Pedro do Rio Grande, região já incorporada ao Brasil desde finais do século XVIII, temos um panorama próximo a organização dos hospitais e de associações de caridade. Eles são contemporâneos a formação das cidades na região, corroborando com o projeto colonial da cidade portuguesa, como forma de adaptar e organizar a política e sociedade.

Em Porto Alegre, a primeira Santa Casa de Misericórdia foi criada a partir de 1803 com o objetivo de atender à população carente. A irmandade surgiu quando a cidade cresceu e se fez necessária uma nova profilaxia sanitária geral, incluindo melhorias no remodelamento da cidade para a resolução de problemas de saneamento básico, conforme o que havia sido feito no Rio de Janeiro. É face a esta desastrosa situação da saúde pública sofrida no município de Porto Alegre decorrente do consequente aumento da população no seu centro urbano, multiplicado pelo fenômeno da imigração que, no decorrer do período Imperial, essa e outras Províncias do Brasil vivenciaram o

surgimento de muitas outras instituições hospitalares. Esse movimento se expande para as freguesias e cidades do interior, como o que ocorreu em Pelotas.

Na segunda metade do século XIX, Pelotas vivenciou a ascensão da produção do charque, modificando o panorama econômico da cidade e região. O reflexo do progresso econômico se fez sentir no núcleo urbano, visto que a riqueza acumulada permitiu a continuidade do processo de valorização desse espaço, iniciando uma fase de grandes manifestações artísticas com obras de valor no campo da arquitetura e das artes plásticas, modificando a visualidade de uma cidade que tem suas origens predominantemente do campo. Concomitante a essas questões, as associações hospitalares nascem com o objetivo de suprir o atendimento aos enfermos na doença e na morte, em face a uma população cada vez mais crescente, decorrente do êxodo do campo, da população nas charqueadas, da chegada de imigrantes, entre outros fatores. As associações de caridade objetivaram e ampliaram o atendimento a essa população carente em outras setores, tais como o educacional e o cultural. Além de atender aos associados na enfermidade e na morte – objetivo, principal dessas instituições –, proporcionaram suporte cultural e financeiro para muitas atividades e manifestações sócio culturais que não mobilizavam o interesse das autoridades governamentais, entrecruzando suas atuações com a formação e projeção de elites locais.

São muitas as instituições fundadas na cidade, tais como a Santa Casa de Misericórida em 1847. Sua fundação surge da necessidade de um atendimento clínico e cirúrgico que suprisse a demanda já existente em meio a guerras e conflitos, como a Revolução Farroupilha, visto que era fundamental a existência de um local de atendimento com uma estrutura maior do que as enfermarias já existentes na cidade. Em 20 de junho de 1847, foi fundada oficialmente a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas e eleita a mesa administrativa da irmandade, regendo assim o futuro do hospital até 30 de junho de 1848. Seguiram a essa fundação, a Sociedade Portuguesa de Beneficência, em 1857 e o Asilo de Mendigos, em 1885.

Diferentemente da Santa Casa de Misericórdia, que tinha parte de sua administração subvencionada pelas autoridades governamentais, a Sociedade Portuguesa de Beneficência e o Asilo de Mendigos eram instituições privadas, ou seja, ainda que regidas de forma simbólica pelos princípios norteadores de uma forma de assistência de origem portuguesa, funcionavam a partir das doações e mensalidades de seus associados.

O Asilo de Mendigos, que atendia a população a partir da prática da benemerência, agia na resolução de problemas sociais que afetavam o centro urbano da cidade, tais como o recolhimento de mendigos e inválidos desprovidos de meios para viver e, por consequência, o conter a mendicidade. Tendo como primeiro diretor o português Antônio Joaquim Dias, obteve desde seus primórdios a ajuda de associados de boa situação econômica na cidade, articulando bens para a fundação de seu edifício sede.



Figura 1: Interior da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

As atividades econômicas do final do século XIX, início do XX, contaram com o apoio do Banco Pelotense, um banco que chegou a ter representatividade em todo o território Nacional, promovendo também a participação das famílias em boa situação econômica em várias das associações de benemerência. Nesse período, verifica-se a solicitação dos ricos para que os demais sujeitos da sociedade ajudem quem está necessitado, o que compete também as ações de caridade uma obrigatoriedade moral e social. “Enquanto para os pobres era considerado humilhante pedir, para os ricos, governantes e religiosos não o era, simplesmente porque estes não pediam para si, mas para a caridade ou para o bem comum” (TOMASCHEWSKI, 2014, p. 126).

Associações de caridade são sempre inspiradas em estatutos de suas congêneres, como no caso da Santa Casa de Misericórdia e Sociedade Portuguesa de Beneficência. Comumente constituíram-se dos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro e, em alguns casos, mordomos e procuradores. Esses cargos faziam referência ao corpo administrativo institucional, evidenciando o cumprimento das atividades previstas nos estatutos e sanando as possíveis eventualidades que pudessem surgir em decorrência dos problemas econômicos da instituição. Com o tempo, a proteção a associados, viúvas e população carente fez-se necessária para além do atendimento hospitalar e no desdobramento da vida funcional da Instituição.



Figura 2: Salão de Honra do Asilo de Mendigos.

Fonte: Álbum de Pelotas. Acervo: NDH/UFPel.

O papel central da ideia de *assistência* comparece sempre descrita como fomentadora e patrocinadora do bem-estar social, em comunhão com uma benigna ideia do *papel cristão e civilizador* do colonialismo português. Percebe-se que, o significado de filantropia e de sua relação com a caridade está alicerçado na religiosidade cristã, mística fundadora de Portugal. Nesse sentido, a reprodução do ideário cristão relaciona a perspectiva de identidade e de prolongamento do coroa portuguesa no além mar, incluindo as instituições de caridade.

O papel assistencial descrito nos estatutos adquire nos relatórios um sentido dinâmico desfibrando a vida institucional e social das instituições nos seus aspectos mais práticos. A caridade e a filantropia, proclamadas como função maior das Instituições, pode ser compreendido através de uma investigação atenta da documentação primária também como estratégia de reciprocidade social tanto em relação às comunidades locais, quanto em relação à representação enquanto veículo de produção de uma identidade imaginada com projeção nos jogos de competição das elites locais.

A fundação da Instituição de Beneficência na cidade de Pelotas conta com um número significativo de imigrantes portugueses entrados na Província de São Pedro pelo porto de Rio Grande. É pela necessidade de amparar filhos, viúvas, irmãos e compatriotas que a Beneficência Portuguesa é criada, e nesse sentido, o consentimento do Presidente da Província sobre a existência das Associações é garantido a partir

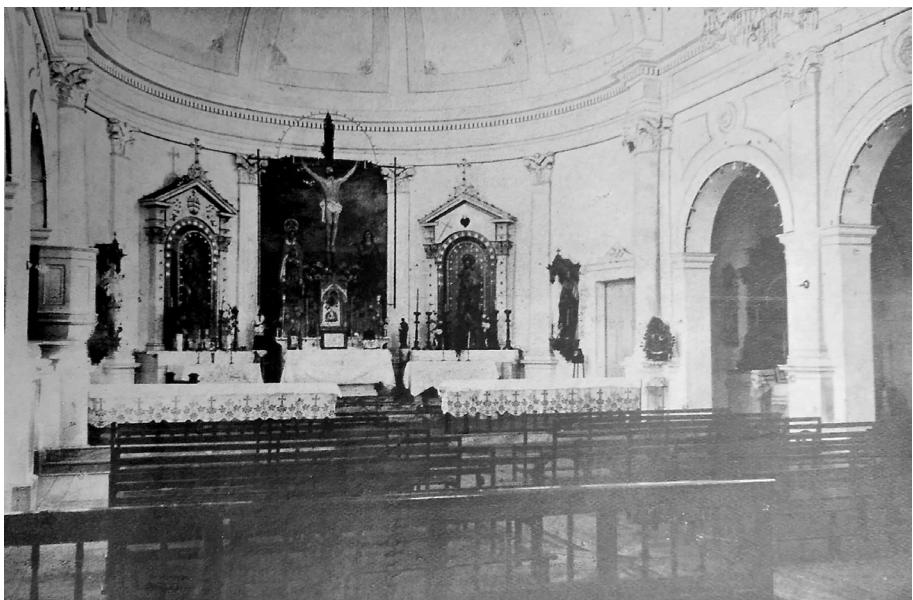


Figura 3: Interior da Capela da Sociedade Portuguesa de Beneficência.

Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

dessa justificativa. Assim, algumas personalidades de maior destaque social originam as Instituições, como no caso da constituição da beneficência Portuguesa cuja diretoria inicial é composta pelo vice-cônsul Francisco Luiz Ribeiro (o primeiro presidente), Manuel José Fernandes Lima, e José Vieira Pimenta, este último conhecido pela historiografia oficial das Instituições como o idealizador da Sociedade. Embora José Vieira Pimenta não seja o primeiro presidente da Instituição, seu nome esteve ligado a mesma desde os seus primórdios, enquanto primeiro secretário e grande benemérito.

Vieira Pimenta esteve vinculado diretamente ao trabalho assistencial na cidade de Pelotas. A primeira mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia teve a sua participação como escrivão, ainda em 1847. Como construtor, também participou da idealização de ambos os edifícios sede das instituições, tendo uma vida ativa no funcionamento das administrações. Por muitos anos, o luso foi provedor da Santa Casa de Misericórdia, o que de alguma forma justifica o seu envolvimento com a Sociedade Portuguesa de Beneficência, não enquanto presidente e sim como membro da diretoria. Em 1853, escreveu “Principais acontecimentos desta freguesia”, relatando o início da vida urbana na cidade.

É interessante pensar que os cargos diretivos de muitas das associações, tais como Asilo de Mendigos, Beneficência Portuguesa e Santa Casa de Misericórdia têm, por vezes, os mesmos membros nas provedorias. Tal fato, promove a prerrogativa de que os

cargos funcionam como a perspectivação de poder e prestígio social, da mesma forma que garantem também a relação e troca de favores entre as associações.

A concessão de pensões às viúvas de sócios, recolhimento de órfãos, empréstimos financeiros faziam da assistência uma prática muito além do atendimento hospitalar, relembrando a origem leonorina de uma caridade que organizava a estrutura da incipiente sociedade portuguesa moderna. Em Pelotas, a Beneficência Portuguesa concedia passagem para Portugal aos sócios desvalidos e empobrecidos no Brasil. A sua aplicabilidade apareceu nos relatórios institucionais mais do que em qualquer outra associação analisada, conforme ilustrou o Relatório de 1887. Nos relatórios dos anos subsequentes (1888, 1889, 1890), continuou destacando tais funções, algumas vezes concedendo, de fato, as passagens para Portugal, ainda que fossem de caráter extraordinário.

Ao longo da trajetória histórica de associações, beneméritos contribuíram com o bom funcionamento da administração financeira da Instituição. No ano de 1887, a incorporação dos membros da Caixa de Socorros da Fábrica Aguiar na Sociedade Portuguesa de Beneficência teve um significado estratégico, uma vez que esse apadrinhamento filantrópico trazia interesses. De um lado, a Sociedade de Beneficência incorporava um número significativo de associados, que, mesmo isentos de pagamento, contribuíam nas subscrições realizadas e festividades ao padroeiro da associação. De outro, os membros da Caixa de Socorros eram beneficiados pela oportunidade de se vincularem a uma Instituição de maior representatividade.

Caridade, amizade, assistência, afeição e compatriotismo constituíam ideais para avaliar as relações de sociabilidade estabelecidas pelas associações enquanto expectadoras de reciprocidade. A dádiva intercambiava-se com o mercado, uma vez que é através do discurso da caridade que as formas de integração das entidades funcionavam, cumprindo o seu papel de fomentadora do bem estar social.

A história das instituições de caridade se entrecruza com a história das cidades onde se localizaram. Em Pelotas não é diferente, refere a momentos importantes e a relevância para a cidade sobretudo na transformação e modernização da cidade.

Passados os primeiros anos do século XX, percebemos algumas mudanças circunstanciais na estrutura das instituições, a questão das nacionalizações no que refere a participação imigrante, novas alianças que implicaram em uma ampliação dos hospitais, novos espaços que projetaram a participação e a representatividade de associados da elite econômica local. Tudo isso corrobora para pensarmos na importância das instituições hospitalares para a cidade, seu patrimônio edificado e memória. Capelas, estatuárias sacras, mobiliário, manuscritos, partes de uma trajetória que precisam ser salvaguardadas no presente, para a população de Pelotas e para a manutenção de seus papéis sociais em tempos de crise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAVES, Larissa Patron. “Honremos a Pátria Senhores!” *As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro (1854-1910)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

CHAVES, Larissa Patron. *Beneficência Portuguesa de Pelotas: 160 anos de Assistência no Rio Grande do Sul*. Pelotas: Santa Cruz, 2017.

SEABRA, Isabel Leonor. *A Misericórdia de Macau (séculos XVI a XIX): irmandade, poder e caridade na idade do comércio*. Macau: Universidade de Macau; Porto: Universidade do Porto, 2011

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das Irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c.1847-c.1891*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.



11

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SECUNDÁRIO NO ÁLBUM DE PELOTAS

Giana Lange do Amaral

Início este texto sinalizando que as considerações que realizo a seguir têm por base reflexões sobre a temática que envolve o ensino secundário em Pelotas na virada dos séculos XIX para o XX apresentadas em Amaral (1999, 2003 e 2008).

No período que corresponde à República Velha ou Primeira República brasileira (1889-1930) os Ginásios e Colégios eram instituições educacionais que ministriavam o ensino secundário, ou seja, a etapa média de escolarização, posterior ao ensino primário e que antecedia o superior. Neste período, o emergente governo republicano buscou através de várias reformas educacionais – Benjamin Constant (1890), Epitácio Pessoa (1901), Rivadávia Corrêa (1911), Carlos Maximiliano (1915), Rocha Vaz (1925) – superar o caráter propedêutico do ensino secundário que era voltado essencialmente para o ingresso no ensino superior. Seu currículo era estruturado por cursos preparatórios e exames parcelados de disciplinas exigidas nos cursos superiores pretendidos pelos alunos. Em alguns momentos, com legislações educacionais inspiradas no Positivismo, que previam a “liberdade de ensino”, não foi exigida a seriação e a frequência dos alunos às aulas, e nem aos alunos ingressantes no ensino superior, que tivessem cursado o secundário. O caráter propedêutico do ensino secundário ou médio, diga-se de passagem, até os dias atuais se constitui em um desafio no que tange os seus objetivos, estruturação e identidade.

Para que se entenda a estrutura organizacional de estabelecimentos de ensino secundário e superior nas primeiras décadas do período republicano brasileiro, deve-se partir da compreensão de que ele estava atrelado a uma legislação federal que impunha um modelo a ser seguido, através do sistema de equiparação. A equiparação servia para

uniformizar o ensino secundário no Brasil. As escolas públicas e particulares de nível secundário deveriam ter sua estrutura organizacional equiparada à instituição estabelecida como modelar: o Ginásio D. Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, capital do país. Os alunos oriundos dos estabelecimentos equiparados podiam ingressar no curso superior sem prestar exames. Portanto, a equiparação era um indicador da qualidade do ensino ministrado na instituição escolar. Dessa forma, a questão das equiparações, por representar um mecanismo de controle do governo sobre o ensino secundário, esteve presente em todas as tentativas de reorganização educacional que ocorreram nas primeiras décadas da República. Dependendo do decreto de reforma do ensino que estivesse em vigor, as equiparações eram facilmente conseguidas pelas escolas ou, em alguns períodos, era necessário atender a todo um conjunto de exigências para serem concedidas as “regalias” da equiparação.

Na Primeira República, as reformulações, na prática, não surtiram efeitos positivos na solução dos problemas educacionais mais graves. O curso secundário continuou sendo elitista, uma vez que mesmo nas escolas públicas eram cobradas mensalidades. Era eminentemente propedêutico, consistindo-se num preparatório para o ingresso no curso superior, sendo que sua ligação e dependência chegavam ao ponto de ambos serem reformulados pelo mesmo decreto. Pode-se afirmar que os esforços do regime republicano em realizar reformas modernizantes no ensino, atingiram mais o ensino primário com a implantação de espaços escolarizados baseados no modelo dos grupos escolares, que eram instituições públicas de ensino. Neste contexto, no que tange ao ensino secundário, pode-se afirmar que ficou predominantemente a cargo da iniciativa privada, com destaque à Igreja Católica.

Em Pelotas, desde o século XIX, refletindo uma situação presente em outros centros urbanos do país, o ensino secundário ocorria em aulas avulsas de determinadas disciplinas, sem seriação, sendo ministradas por professores em suas casas ou em espaços escolares. Este era um tempo em que jovens de diversas localidades do estado já acorriam à “Atenas Rio Grandense” em busca de um ensino de maior qualidade. Na virada do século XIX para o XX são criadas em Pelotas duas importantes instituições de ensino: os Ginásios Gonzaga (1894) e o Pelotense (1902), seguidas do Colégio São José (1910) e do Ginásio Brasileiro (1917).

O Gonzaga, o Pelotense e o São José, que até os dias de hoje são uma referência como instituições educacionais na cidade, surgiram num período em que se assistia no Brasil e no mundo intensas disputas ideológicas entre a Igreja Católica e a Maçonaria. E essas instituições representaram a concretização dessas duas ideologias no campo educacional. O Gonzaga, criado pelos padres jesuítas, foi o primeiro colégio religioso de ensino secundário da cidade. O Pelotense, criado pela Maçonaria, representou uma alternativa de ensino laico de elevada qualidade que se contrapunha ao ensino ministrado no Gonzaga. Ambos se destinavam inicialmente ao público masculino. O Colégio São José, criado pelas irmãs de São José de Chamberry, se destinava ao público feminino. O Ginásio Brasileiro, instituição privada criada pelo professor Dr. João C. de Freitas, teve duração efêmera. No curso secundário, essa escola se dedicava mais à

preparação para os exames de ingresso no ensino superior, pois nos primeiros anos não se enquadrava no mecanismo de equiparação, o que impedia aos alunos o acesso direto no curso superior. Para esses estabelecimentos educacionais acorreram estudantes de diversas cidades gaúchas, pois funcionavam com internato e externato.

É importante destacar que nessas instituições secundárias de ensino masculinas, seguindo o prescrito pelas legislações educacionais, era constituída uma cultura “cívico-físico-militar” que privilegiava a organização do escoteirismo, linhas de tiro e instrução militar. Assim, num período em que o mundo viva o contexto e os reflexos da Primeira Guerra Mundial, tanto no Pelotense quanto no Gonzaga, havia uma estrutura de quartel, inclusive com armamentos e instrutores do exército nas escolas. Dessa forma, os alunos se formavam também como soldados da pátria.

É inegável a constatação de que a educação foi um meio estratégico para a inculcação dos ideais católicos – no caso do Gonzaga e do São José – e dos ideais maçônicos, laicos e positivistas – no caso do Pelotense. Essas escolas, buscando constantemente atender às exigências do mecanismo de equiparação ao Ginásio Pedro II, foram uma referência de educação formal na cidade e no estado, formando a elite intelectual e econômica da região.

O GINÁSIO GONZAGA

No Rio Grande do Sul, são criados, a partir da década de 1890, vários estabelecimentos de ensino católicos, dentre os quais, em 1894, a então Escola São Luiz Gonzaga, que foi a primeira instituição católica de ensino primário e secundário da cidade de Pelotas destinada a meninos, obra do pioneirismo dos padres jesuítas Anselmo de Souza e Gustavo Locher. Os jesuítas chegaram à cidade em 1888. Nos primeiros anos, desenvolveram intensa atividade pastoral não só em Pelotas, mas, também, nos municípios vizinhos encontrando condições adversas e pouca receptividade. Foi difícil a aceitação da atuação da Companhia de Jesus, não só nessa cidade, mas em toda zona da campanha gaúcha, devido à forte presença da Maçonaria e ao espírito anticlerical reinante. Situação bem diferente da encontrada nas regiões de colonização alemã e italiana na metade norte do estado, onde havia uma maior predisposição à aceitação das concepções ultramontanas. Sendo assim, os jesuítas passaram a utilizar-se de um meio bastante eficaz na complementação de sua ação pastoral: a educação escolar. O corpo docente que inicialmente era composto por três padres, foi sendo acrescentado, a cada ano que passava, por outros professores, todos religiosos. Somente a partir dos anos de 1920 é que se constata a presença de professores leigos. Os padres jesuítas do Gonzaga, desde 1910, passaram a ser auxiliados pelos irmãos maristas, os quais se responsabilizaram pelo curso primário da escola, até 1926. Nesse período, lecionaram naquela escola 15 irmãos maristas de origem francesa e alemã. A Companhia de Jesus dirigiu o Gonzaga até o ano de 1926, quando os Irmãos Lassalistas assumiram a sua direção, tarefa à qual se dedicaram até o ano de 2003. Em 1922 o Gonzaga possuía um curso de principiantes, que aceitava crianças a partir dos 7 anos, três cursos de ensino primário, cinco anos

de ensino secundário ginásial e dois de ensino comercial (correspondentes ao 2º e 3º anos do ginásial). O corpo docente era composto de 13 lentes (Padres da Companhia de Jesus), 5 professores (Irmãos Maristas) e 4 professores leigos (LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA, 1922).



Figura 1: Vista do magestoso edifício do Gymnasio Gonzaga.

Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

O prédio onde funcionou inicialmente o Ginásio Gonzaga foi herdado pelo então seminarista João Francisco Braga – posteriormente, D. João Braga, bispo de Petrópolis e arcebispo de Curitiba – e doado aos jesuítas. Buscando o pleno desenvolvimento das atividades escolares, em 1905, foi reformado, passando a ter dois andares. Com o passar dos anos foram sendo adquiridos várias casas e terrenos que possibilitaram a ampliação dos prédios e demais áreas que constituíam um conjunto arquitetônico de configuração jesuítica. Um espaço escolar retangular, com suas alas voltadas para os pátios internos de recreação, que eram divididos conforme seu público: alunos menores, alunos maiores e pensionistas. Essa disposição espacial tem forte conotação, refletindo na sua materialidade um sistema de valores reguladores como ordem, disciplina, controle e vigilância, inerentes à liturgia acadêmica que aí reinava.

Segundo Escolano (1998), os espaços educativos e a arquitetura escolar, ao mesmo tempo em que se impõem como organizações disciplinares, estão carregados de significados que transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos

e valores do chamado currículo oculto, ou seja, aquele que é invisível e silencioso. Nesse sentido, esse autor nos diz, também, que a localização da escola e suas relações com a ordem urbana, o traçado arquitetônico do prédio, elementos simbólicos que lhe são próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende. O Ginásio Gonzaga localizava-se estrategicamente em frente à Catedral e ao Palácio Episcopal, constituindo um importante núcleo religioso e educacional do catolicismo na cidade.

O GINÁSIO PELOTENSE

O Ginásio Pelotense, criado em 1902, representou a concretização, no campo educacional, de uma disputa político-ideológica, servindo ao projeto contra-hegemônico maçom em relação à Igreja, se contrapondo ao ensino ministrado no Gonzaga.

Inicialmente, o Pelotense foi instalado provisoriamente na antiga residência do Dr. Miguel Barcellos, Barão de Itapitocai, um dos mais antigos casarões da cidade de Pelotas, à rua que hoje leva o seu nome. Atualmente ali funciona a Escola Estadual “Monsenhor Queiroz”. Em setembro de 1903, o Ginásio Pelotense foi transferido para outro palacete. Esse, adquirido pela Maçonaria e situado à rua Félix da Cunha esquina Tiradentes. O Pelotense permaneceu aí até 1961, quando mudou-se para o amplo e moderno prédio construído para acolhê-lo, onde está até os dias atuais.

Com relação à estrutura Ginásio Pelotense, uma grande modificação foi ocasionada pela implantação da Lei Orgânica de 1911, proposta pelo ministro Rivadávia Correa, que era ligado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Nessa legislação havia forte influência do ideal positivista de liberdade e de desoficialização do ensino. Esta Lei permitia, inclusive, que os estabelecimentos de ensino criassem cursos de ensino superior. Sem existir mais o sistema de equiparação ao Ginásio Nacional (D. Pedro II), foram eliminados os privilégios escolares, representados no ensino secundário, pelas cartas de bacharel e pelos certificados de exames ginásiais ou de preparatórios, que permitiam o ingresso no ensino superior aos estudantes do Ginásio Nacional ou instituições a ele equiparadas. Isto significava que para ingressar nos cursos superiores bastava que o aluno fosse aprovado nos exames vestibulares, independente do seu grau de escolaridade.

No Pelotense, a autonomia prevista por esta lei serviu para que no Ginásio fossem fundados três cursos de ensino superior: a Faculdade de Farmácia e Odontologia já no primeiro ano da vigência dessa lei e, no ano posterior, a Escola de Agrimensura e a Faculdade de Direito. A Maçonaria pelotense cogitou, também, da fundação de uma Faculdade de Medicina, que fosse anexa ao Ginásio. Deve-se ressaltar, ainda, que a Maçonaria tinha interesse de que a partir do Ginásio Pelotense e dos cursos superiores a ele anexados, se constituísse uma Universidade. Este fato demonstra o grau de adiantamento da cidade em assuntos relativos à educação, e a própria posição de vanguarda assumida pela Maçonaria pelotense, uma vez que a primeira universidade

brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, somente foi fundada pelo governo federal em 1920.

Em 1915, o Ginásio Pelotense passou a constituir, oficialmente, turmas mistas nos cursos primário e secundário, o que sem dúvida correspondia aos interesses maçônicos de se contrapor à concepção católica de ensino diferenciado para meninos e meninas. Desde os primeiros anos, a qualidade do ensino do Pelotense passou a ser garantida pelos professores, escolhidos entre a elite intelectual da cidade e que em sua maioria tinham diploma de curso superior (médicos, dentistas, advogados e engenheiros).

A situação do ensino secundário brasileiro voltou a se “normalizar” com a implantação da reforma Carlos Maximiliano, em 1915. Esta lei restabeleceu a influência do governo federal sobre o ensino secundário e superior através da reoficialização do ensino. Houve reintegração do Ginásio D. Pedro II à sua função de estabelecimento modelo e a manutenção dos vestibulares como meio de acesso às escolas superiores. Mas esta legislação restringiu as equiparações somente a estabelecimentos estaduais de ensino, o que gerou um grave impasse no estado do Rio Grande do Sul, pois sua Constituição vetava a existência de estabelecimentos de ensino secundário estaduais. O ensino secundário, neste estado, deveria ficar a cargo da iniciativa privada ou dos municípios. Inicia-se, então, uma grande luta para que o Ginásio Pelotense obtivesse a sua reequiparação.

Dentro desse processo de busca da reequiparação, em 1917, o Pelotense foi entregue à administração municipal, embora tenha a Maçonaria continuado a exercer sua ingerência sobre ele através de um contrato estabelecido com a municipalidade que vigorou por 50 anos.

COLÉGIO SÃO JOSÉ

O Colégio São José foi o primeiro educandário feminino católico de ensino secundário da cidade de Pelotas, fundado em 19 de março de 1910 pelas irmãs de São José de Chambéry. No mês de agosto do mesmo ano foi criada a Diocese de Pelotas e o Bispado, em 1911, que na figura do primeiro Bispo, Dom Francisco de Campos Barreto, passou a centralizar a parte administrativa da Igreja Católica na região. Neste contexto, a atuação da Igreja Católica se fortaleceu na região. A criação de um colégio católico para moças reforçava os preceitos do catolicismo junto às famílias, aumentando o controle doutrinário da Igreja.

A fundação do Colégio recebeu especial apoio do então intendente municipal, José Barbosa Gonçalves, que buscava uma instituição em que sua filha pudesse estudar sem se afastar da cidade, tendo ele cedido provisoriamente o primeiro prédio do educandário, localizado na esquina a Rua XV de Novembro com Gomes Carneiro. Com a crescente procura por parte de alunas no internato e externato, o Colégio mudou de prédio e passou a funcionar de 1912 a 1915 na mesma rua, n. 207 (ARRIADA, 2008; SANTOS, 2012). Em 1916 passou a ocupar o prédio moderno construído especificamente para

abrigar o educandário, estruturado para ser também internato, localizado na Rua Félix da Cunha esquina com Três de Maio.



Figura 2: Vista Geral do Colégio São José.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Pelo que é apontado no *Álbum de Pelotas*, podemos constatar que a formação das moças estava alicerçada em “uma séria instrucção religiosa, litteraria e scientifica, uma perfeita e sólida educação elevando seu espírito e seu coração, preparando-as assim para todos os deveres que as esperam no mundo, como filhas esposas ou mães” (CARRICONDE, 1922, s/p). Essa era a expectativa destinada às filhas das camadas mais abastadas da sociedade católica de então. Lemos ainda que “o curso completo do Colégio São José é de 8 anos [...] e abrange todas as matérias do curso primário e secundário, ensinando-se a língua franceza e toda espécie de trabalhos de agulha, gymnastica de salão e civilidade” (CARRICONDE, 1922, s/p). Havia, também, cursos facultativos de Inglês, Italiano, música e pintura.

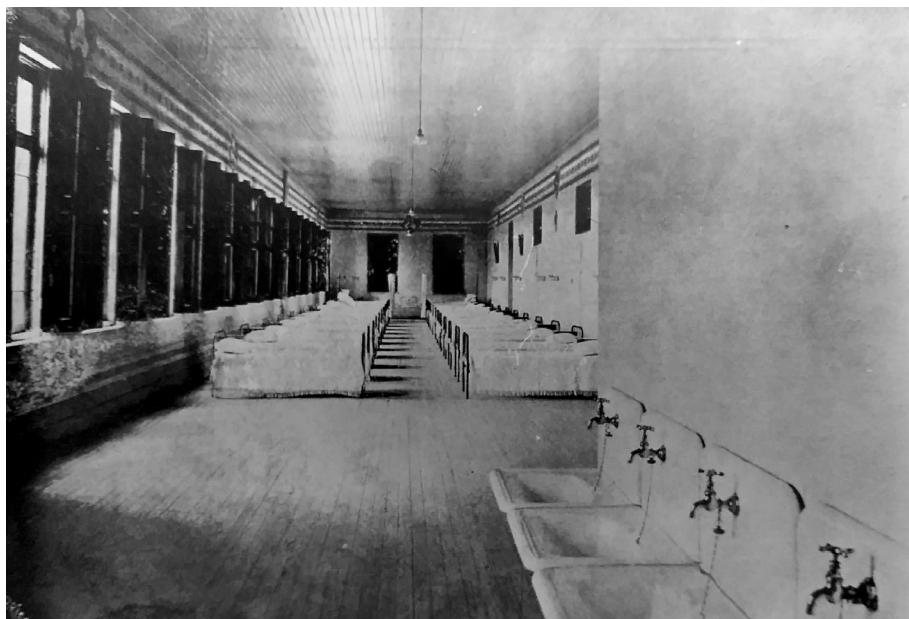


Figura 3: O dormitório do Colégio São José.

Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

GINÁSIO BRASILEIRO

Como já afirmado anteriormente, o Ginásio Brasileiro, fundado em 1917 pelo Professor João Freitas, não conseguiu manter-se por muito tempo, como ocorreu com as demais escolas aqui apresentadas. É curiosa a sua denominação que remetia, quem sabe, a uma ideia de nacionalidade e patriotismo tão em voga neste período, de “maior abrangência” num contexto urbano em que tínhamos o Ginásio Pelotense (de Pelotas!) que neste mesmo ano passava ao poder público municipal. Não foi uma instituição criada pelo poder público ou por um grupo religioso ou ideológico constituído. Com um prédio bem estruturado e bem localizado, no centro da cidade, à Rua Marechal Floriano, nº158 d 158A, o Ginásio Brasileiro ofertava ensino primário e secundário, possuindo um internato que recebia alunos de várias partes do estado. Como não possuía equiparação, no secundário, desenvolvia cursos preparatórios para o ingresso no ensino superior, sem deixar de lado o desenvolvimento da cultura cívico-físico-militar, necessária aos alunos secundaristas. Também funcionavam em anexo mais dois cursos, como é destacado no *Álbum de Pelotas*: “Annexas funcionavam uma Escola Nocturna de Commercio, talvez a mais concorrida, e aulas de Cultura Doméstica, assistidas pessoalmente pela directora Exma. Sra. D. Ubaldina B. de Freitas, esposa do Dr. João C. de Freitas.” (CARRICONDE, 1922, s/p).

Finalizando este texto, pode-se afirmar que a cidade de Pelotas, nas primeiras décadas do século XX, destacava-se dentre as demais cidades brasileiras no que se refere à robusta oferta de ensino secundário e superior. Os indivíduos das classes mais favorecidas aos quais se destinavam estas modalidades de ensino poderiam, inclusive, escolher entre instituições públicas, laicas, privadas ou confessionais; masculinas, femininas ou mistas (que aceitavam que alunos e alunas estudassem num mesmo espaço). É importante ressaltar que o Gonzaga e o Pelotense, tiveram sua história intimamente ligada ao desenvolvimento do ensino superior público e privado em Pelotas, pois a partir deles foram criadas faculdades que, juntamente com outros cursos, deram origem à Universidade Católica de Pelotas, fundada em 1960, e à Universidade Federal de Pelotas, fundada em 1969.

REFERÊNCIAS

ARRIADA, Eduardo. O olhar de Deus: a educação de meninas no Colégio São José de Pelotas [101 – 134]. In: TAMBARA, Elomar; COSETTI, Berenice (org.). *Instituições Formadoras de Professores no Rio Grande do Sul*. Vol. 02. Pelotas: UFPel/Seiva, 2008.

AMARAL, Giana Lange do. *O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas*. Pelotas: Seiva Publicações, 1999. (Série História da Educação em Pelotas, nº 1).

AMARAL, Giana Lange do. *Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960)*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

AMARAL, Giana Lange do. O ensino secundário laico e católico no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX: apontamentos sobre os ginásios Pelotense e Gonzaga *Revista História da Educação*, Pelotas: UFPel/ASPHE, vol. 12, núm. 26, 2008, p. 119-139.

CARRICONDE, Clodomiro. *Álbum de Pelotas. Centenário da Independência*. Pelotas: Livraria Universal Echenique & Cia. 1922.

LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA, 1922.

SANTOS, Rita Grecco dos. “*A educação das meninas em Pelotas*”: a cultura escolar produzida no Internato Confessional Católico do Colégio São José (1910-1967). Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, 2012.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO BENITO, Agustín. *Curriculum, espaço subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

12

COLLEGIO ELEMENTAR CASSIANO DO NASCIMENTO E COLLEGIO ELEMENTAR FELIX DA CUNHA: LUGARES DE ENSINO DESTACADOS NO ÁLBUM DE PELOTAS¹

Eliane Peres

Lisiane Sias Manke

Quando o *Álbum de Pelotas* foi publicado, em 1922, e nele foi destacado duas escolas pelotenses, a instalação dos colégios elementares – o modelo de escola graduada – já contava doze anos no Rio Grande do Sul (1910) e nove anos para o caso da cidade de Pelotas (1913). Trata-se, contudo, de um modelo de difusão global que transformou a escola ao redor do mundo, em especial ao longo do século XIX (MEYER; RAMIREZ; SOYSAL, 1992). Da tradição de escola isolada, com um único professor/a, com turmas de alunos/as de todos os adiantamentos e idades em uma mesma sala de aula, a escola graduada representou a adoção de um outro modelo escolar criado e aperfeiçoado desde o século XVI na Europa.

É, porém, durante o século XIX, com o fenômeno da estatização da escolarização, da obrigatoriedade e da expansão do ensino, somado ao esforço de laicização da escola, que o modelo escolar cujas características principais eram prédios com várias salas de aulas, classes homogêneas, ensino simultâneo, organização sequencial de um plano de estudos, organização rígida e controlada do tempo, práticas de avaliação classificatórias, uma direção única, tornou-se, como destacou Nóvoa (1995), o único sistema imaginável

¹ Os dados mais gerais sobre os colégios elementares aqui apresentados foram apresentados na tese de doutoramento de Peres (2000).

ou aceitável de organização escolar. Trata-se, como afirmou Barroso (1995, p. 117), de uma organização e de um ensino cuja premissa básica era “ensinar a muitos como se fossem um só”.

No caso do Rio Grande do Sul, diferentemente de outras províncias, tal modelo escolar foi, inicialmente, denominado de colégios elementares e sua criação data de 1909, no contexto da política positivista do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Os primeiros esforços em legitimar esse modelo escolar vieram na forma de reforço das suas supostas vantagens: a reunião de professores sob direção impessoal, a divisão graduada dos alunos, a emulação, a fiscalização, a perspectiva da melhoria dos prédios, os cuidados com a higiene escolar e a uniformidade dos grupos de alunos/as.

Considerando essas e outras vantagens os colégios elementares foram criados no Rio Grande do Sul, pelo Decreto n. 1.479, de 26 de maio de 1909. Nove deles foram instalados e começaram a funcionar no ano seguinte, em 1910, nas seguintes cidades: Rio Pardo, Encruzilhada, São Jerônimo, São Sebastião do Caí, Bento Gonçalves, Montenegro, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Bagé. Esse número aumentou para doze em 1911; quinze em 1912; finalmente, em 1913 foram criados dezessete novos colégios elementares, chegando ao número de trinta e dois. Desse total, apenas vinte e um estavam instalados e em funcionamento em 1913, entre eles estava o *Collegio Elementar Cassiano do Nascimento* e o *Collegio Elementar Felix da Cunha*, de Pelotas. O primeiro foi estabelecido em 17 de junho de 1913 e o segundo em 14 de julho de 1913 (BARROZO, 2014; LEAL, 2015).



Figura 1: Colégio Elementar Cassiano do Nascimento.
Fonte: Álbum de Pelotas. Acervo: NDH/UFPel.

No *Álbum de Pelotas*, em relação ao *Collegio Elementar Cassiano do Nascimento*, além da fotografia do prédio em que a escola funcionava, em 1922, os dados destacados são: as supostas características do edifício, qualificado como amplo, confortável e higiênico, a co-educação (crianças de ambos os sexos), o número de alunos/as (335 matriculados), a direção, sob responsabilidade da professora Genny de Oliveira e Souza, e o corpo docente, em que figuram oito mulheres e um homem: as professoras Dolores Fontoura Coelho, Ottília Lopes, Maria C. Furtado Ponz, Joaquina dos Anjos Petrucci, Helena Pillmann, Alice Moraes d'Ávila, Elisabeth P. de Souza, Wanda Weise, e o professor Maurício Rodrigues Filho. Há uma diferença importante nessa composição em relação aos colégios elementares de outras cidades gaúchas. Como mostrou Peres (2000), a maioria deles foi dirigida por homens, especialmente até os anos de 1930. Ao contrário, em Pelotas, a direção dos dois primeiros colégios elementares contou com a presença de mulheres desde muito antes. Além delas, o corpo docente era composto, se não exclusivamente, majoritariamente por mulheres. Algumas delas ocuparam depois, na história da educação pelotense, outros importantes cargos, tanto na Escola Normal da cidade, quanto em órgãos gestores da educação pública. A questão de gênero não pode, aqui, ser desconsiderada. Para o caso da implantação da escola graduada na cidade de Pelotas as mulheres foram as principais protagonistas.

Em relação ao *Collegio Elementar Felix da Cunha*, o referido *Álbum de Pelotas*, passados nove anos de instalação do educandário, destacou os seguintes aspectos: igualmente o edifício e o endereço de seu funcionamento, o número de alunos, aspectos do currículo escolar, com destaque para as aulas de música e artes manuais, a primeira diretora, Maria Delfina Caminha, já falecida no momento em que o *Álbum* foi publicado, e a que ocupava o cargo à época, Anna Velloso Silveira, a composição do corpo docente, com a presença de dez mulheres: professoras Euphrosyna E. da Porciuncula, Braulinda Fernandes, Adelaide Torres Araujo de Aguiar, Maria da Gloria Duarte Fortes, Maria da Gloria Pancinha, Vitalina Teixeira, Ondina Cunha, Eugenia Brinco, Noemia Fernandes e Joaquina dos Anjos Petrucci também referida como professora do colégio *Cassiano do Nascimento*. A presença exclusiva de mulheres no quadro docente também chama a atenção nesse caso e indica, como se destacou, para a ação das mulheres no contexto da educação pelotense no período, em especial em um momento em que a escola estava sendo reconfigurada como escola graduada que impunha muitos desafios.

Duas fotografias do *Collegio Elementar Felix da Cunha* foram escolhidas para serem publicadas no *Álbum de Pelotas*: uma do prédio em que a escola funcionava em 1922 e outra de uma solenidade de encerramento. Sobre essa última, chama a atenção que não se trata de uma fotografia pousada, comum à época quando o objetivo era retratar a realidade das escolas. Nela se vê um grupo grande de crianças que estão com os rostos voltados tanto para as pessoas que estão à frente do grupo – dois homens vestindo terno e uma mulher usando chapéu, possivelmente a diretora e inspetores de ensino ou autoridades –, como para o lado da câmera. Embora a qualidade da reprodução da fotografia deixe a desejar, alguns aspectos podem ser observados: aparentemente as/os alunas/os vestem uniforme, há mais pessoas – mulheres, ao que tudo indica – usando

chapéu, revelando um hábito feminino comum à época, em especial entre professoras, cuja vestimenta era razão de regulamentações e punições. Os adornos das paredes e da sala também chamam a atenção, indicando para uma cultura escolar em voga: a presença das bandeiras e dos quadros murais nas paredes.



Figura 2: Colégio Elementar Felix da Cunha.
Fonte: Álbum de Pelotas. Acervo: NDH/UFPel.

A fotografia talvez tenha sido escolhida justamente pelo que ela revela: a reunião de alunos e alunas e autoridades em um ritual importante no contexto da cultura escolar do período: a solenidade de encerramento de um ano letivo, o ápice do trabalho de docentes e discentes.

Considerando a referência ao número de alunos/as e de professoras em ambos os casos, tanto para o *Collegio Elementar Cassiano do Nascimento*, quanto para o *Felix da Cunha*, vale algumas considerações: o critério para que uma escola fosse considerada escola elementar isolada, grupo escolar ou colégio elementar era o número de matriculados e o número de professoras/es. No caso dos colégios elementares, era necessário legalmente o número de 200 ou mais crianças matriculadas. O *Collegio Elementar Cassiano do Nascimento* à época de sua fundação contava com 273 alunos/as, já em 1921 havia 335 matriculados, conforme referido e indicado no *Álbum de Pelotas*. No que diz respeito ao *Collegio Elementar Felix da Cunha*, no mesmo *Álbum* consta que, em 1921, a matrícula era de 569 alunos/as, com média de 338 frequências. Isso significa que ambos tinham um número suficiente de matriculados que permitia manter a condição de colégio elementar.

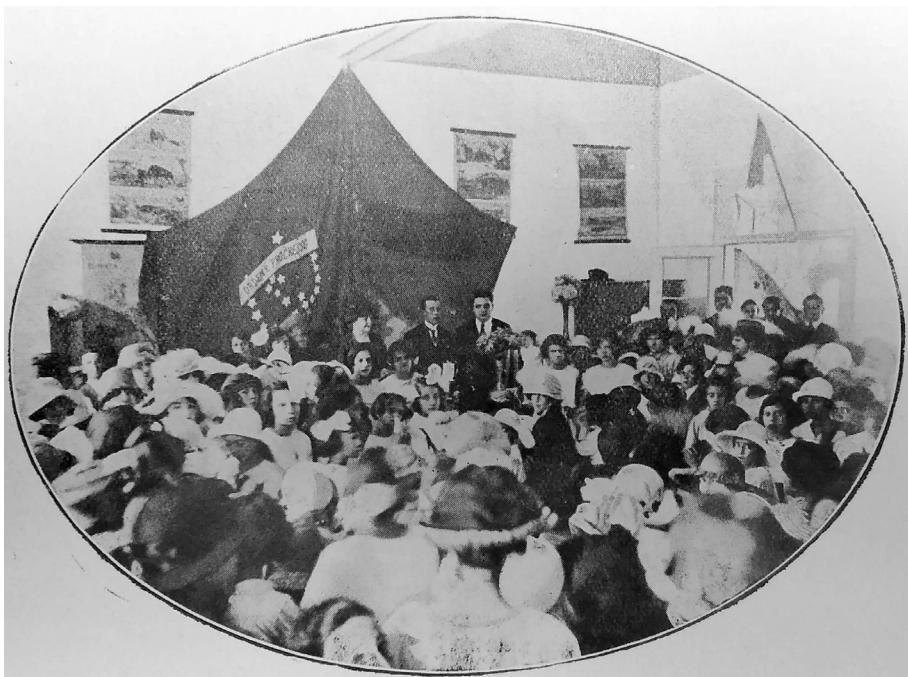


Figura 3: Alunos do Colégio Elementar Félix da Cunha.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

A respeito do número de matriculados, a diretora do *Cassiano do Nascimento*, por exemplo, expediu uma correspondência, na mesma data de publicação do *Álbum de Pelotas*, 1922, em que expressa a preocupação com a manutenção do número de alunos:

Colégio Elementar “Cassiano do Nascimento” - Pelotas, outubro de 1922.

Exmo. Dr. Secretário do Interior

Havendo o Exmo. Dr. Intendente Municipal criado em setembro último, uma escola municipal, localizada no Porto desta cidade, zona donde afluem a maior parte dos alunos que frequentam este Colégio e funcionando na referida escola três professoras, com exercício em horas diferentes, a matrícula na mesma atingiu a cento e trinta alunos, mais ou menos.

Vendo nisso uma ameaça à matrícula do “Cassiano do Nascimento” e visto que o povo não sabe fazer distinção entre Colégio Elementar e Escola Municipal e com o intuito único de pôr a salvo a minha responsabilidade, levo o presente fato ao conhecimento de V. Excia.

Antes de tratar deste assunto, visitei a escola em questão e verifiquei aproveitar-se da mesma unicamente o prédio, o qual foi edificado de acordo com os preceitos de higiene escolar.

Como prova do que ficou exposto acima, junto a este algumas cartas, em que vários pais comunicam a retirada de seus filhos deste colégio, a fim de matrículá-los na mencionada escola.

Aproveitando a oportunidade comungo a V. Excia. que, além de estarmos cercados de colégios particulares e aulas municipais, há uma aula estadual que está funcionando a meia quadra de distância deste Colégio.

Saúde e Fraternidade.

Jenny de Oliveira e Souza – diretora. (Correspondência Expedida. Colégio Cassiano do Nascimento, 1922).

Esta correspondência revela, além da preocupação quanto ao número de matriculados, que os colégios elementares disputavam espaço com as aulas (escolas isoladas). Parece indicar que a crença na suposta superioridade dos colégios não era ainda compartilhada por todos. Nessa correspondência fica claro, por um lado, que alguns pais preferiram a escola municipal – é óbvio, contudo, que outros fatores como a facilidade ou dificuldade de acesso à escola, as exigências no ingresso, as distâncias geográficas, também determinavam as “preferências” – e, por outro lado, que havia, também, uma aula estadual concorrendo com o colégio elementar, o que parece revelar que escolas isoladas e colégios elementares continuaram convivendo lado a lado por um bom tempo, mesmo no espaço urbano e disputando alunos e alunas de uma determinada região.

Em relação à organização escolar, o ensino ministrado nos colégios elementares foi, inicialmente, dividido em três classes com duas seções cada, perfazendo, portanto, seis anos de escolarização. A regulamentação era a de que houvesse uma primeira classe mista, sempre a cargo de uma professora e as duas últimas, uma para cada sexo, privativamente. Na maioria dos casos, em várias cidades do estado, as classes femininas estavam a cargo de mulheres e as masculinas a cargo de homens. Em algumas situações, mulheres se ocupavam de classes masculinas, embora o inverso não apareça nos relatórios consultados na pesquisa realizada por Peres (2000). Os primeiros colégios elementares tinham, em média, cinco docentes em seus quadros.

Para o caso de Pelotas, no início da década de 1920, depois de nove anos de funcionamento dos dois colégios elementares, como se viu pelo registro no *Álbum de Pelotas*, têm-se que um deles contava com nove docentes, mais a diretora, e o outro, com dez professoras, mais a diretora. Infere-se, pelo número de docentes, que havia muitas classes em funcionamento no colégio e que todas funcionavam em regime de co-educação com professoras mulheres, não havendo as divisões incialmente previstas.

O relatório da diretora do *Collegio Elementar Félix da Cunha*, ao inspetor escolar, em 1927, revela as dificuldades que as diretoras e as professoras tiveram em relação a esse novo modelo escolar, especialmente no que tange à organização das classes por grau de adiantamento escolar. Ao assumir a direção do *Collegio Elementar Félix da Cunha*, a diretora registrou em seu Relatório Escolar:

Encontrei matriculados 736 alunos, distribuídos entre 13 professoras. Observei que a distribuição dos alunos não estava de acordo com o programa das respectivas classes e seções, pois em uma mesma classe havia alunos de 1º, 2º e 3º graus; isso impedia que o ensino se fizesse simultaneamente, e, por essa razão resolvi começar um trabalho de reorganização. Reuni os alunos da 1ª e 2ª seções e formei uma média, composta de 100 alunos, que distribui entre duas professoras, uma das quais assumiu o exercício de seu cargo após a minha chegada (Relatório Escolar. Colégio Félix da Cunha, 1927).

A observação da diretora, passados já dezessete anos da instalação dos primeiros colégios elementares no estado, revela que o ensino era feito ainda de forma individual, já que em uma mesma classe havia alunos de vários graus de adiantamentos.

Outro aspecto que merece destaque são as disciplinas ministradas nos colégios elementares. O currículo escolar era composto por Português, Geografia, História Pátria, Noções de História Geral, Aritmética e Geometria práticas, Contabilidade e Noções de Escritação Mercantil e Agricultura, Desenho, Música e Trabalhos Manuais (Decreto nº 1575, de 27 de janeiro de 1910). O intuito principal era, contudo, garantir o preparo dos/as alunos/as para a vida prática. Muitos exemplos indicam a preocupação do governo gaúcho com o ensino prático e profissional já desde a escola primária. O texto do *Álbum de Pelotas*, 1922, destaca as disciplinas ministradas no *Collegio Elementar Felix da Cunha*, que, assim como em todos “collegios elementares do Estado, ministra urdimentos de musica e o ensino de innumerias artes manuais, onde a creança pôde iniciar-se no preparo de mil adornos que constituem o encanto e a beleza de um lar”. De igual modo ocorre no texto que apresenta o *Collegio Elementar Cassiano do Nascimento*, ao destacar “as classes de trabalhos manuaes, solfejo e gymnastica”, que evidencia o esforço em criar uma nova cultura escolar com o advento dos colégios elementares e a preocupação com o ensino prático e profissional.

No Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior de 1912, por exemplo, há referência ao interesse da contratação de “professoras de costura” para as aulas na Escola Complementar da capital. Nesse Relatório, o Diretor Geral da Instrução Pública, Aurélio Veríssimo de Bittencourt, afirmava que não era interesse, ao dar ênfase ao ensino prático, “transformar a escola em oficina”, mas que era necessário manter *pari passu* o ensino de “noções abstratas que tangem o cérebro” com o ensino profissional. Essa é uma questão recorrente nos Relatórios da Secretaria do Interior e do Exterior nesse período. Indica uma política curricular para a escola primária em consonância com o modelo da escola graduada. Nesse sentido, o ensino público teria “uma feição moderna, manipulatória, experimental, de caráter proximamente utilitário” (Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior, 1910).

Por fim, talvez o aspecto mais importante dos destaques dados no *Álbum de Pelotas* no que diz respeito as escolas primárias pelotenses: a escolha em retratar os dois colégios elementares, símbolo de modernidade, de novos tempos, de progresso, de liberdade e de possibilidade de plena participação de todos na vida do país. O discurso corrente em cem anos de Independência era de que pela educação e pela escolarização da população seria possível a construção de um país forte e independente. Erigir uma nova escola estava de acordo com esses princípios. Adotar o mais moderno modelo escolar – o da escola graduada – e com ele construir prédios monumentais era parte do projeto da nação, especialmente no pós-República.

Assim é que ao escolher publicar as fotografias dos prédios dos dois colégios elementares pelotenses no *Álbum de Pelotas*, em 1922, era, de alguma forma, associar-se à uma espécie de “espetáculo da Independência”. Se os prédios dos colégios elementares da cidade não envergonhavam – como acontecia em alguns outros lugares do estado e

do país –, uma vez que funcionavam em casas, palacetes da elite pelotense, também não estavam isentos de problemas e inadequações.

O *Collegio Cassiano do Nascimento*, por exemplo, inicialmente estava situado na rua Andrade Neves, esquina Independência (atual rua Gomes Carneiro). Em outubro de 1914, mudou de endereço e passou a funcionar na Rua 15 de Novembro, 266, tal como aparece referido no *Álbum de Pelotas*. Interessante observar que o curto espaço em que funcionou no primeiro endereço possivelmente tem a ver com uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo governo do estado: os prédios para instalação dessas escolas. Sem investimento na construção de prédios, diferente de outras províncias e diferente das municipalidades, que construíram prédios monumentais nos espaços urbanos para demarcar a nova ordem política, social e escolar,² o governo gaúcho optou por alugar espaços para instalação dos colégios, via de regra pagando altos valores mensais de aluguel. Historicamente isso configurou-se como um problema sério no/do ensino primário gaúcho.

O *Álbum de Pelotas* menciona que o *Collegio Elementar Felix da Cunha*, em 1922, estava “esplendidamente localizado em edifício pertencente ao Estado, sito á rua Gonçalves Chaves, voltado a face do lado sul para rua Barão do Butuhy”. Naquele ano o estado já tinha adquirido o referido prédio. Antes disso, porém, a casa havia sido alugada. O aluguel da residência onde funcionou o colégio foi motivo de notícia em um jornal local, o *Diário Popular*, em 1914:

O Collegio Elementar Felix da Cunha, competentemente dirigido pela exma. sra. D. Maria Delfina Caminha, vae funcionar, de ora em diante, num magnifico predio, muito proprio para um estabelecimento dessa natureza. É a casa de propriedade da exma. viuva do dr. Alvaro Drummond de Macedo, á rua Gonçalves Chaves, esquina Barão de Butuhy n. 601. O governo do Estado acaba de alugar o esplendido predio, devendo por estes dias effectuar-se a mudança do Collegio Elementar Felix da Cunha, que se reabrirá a 1º de março (DIÁRIO POPULAR, 1914, p. 1. In: SICCA; VIEIRA; AMARAL, 2013).

O prédio foi comprado pelo governo do estado em 1917, também segundo notícia do jornal *Diário Popular*: “a transação foi effectuada por 50 contos de réis, quantia essa entregue, ante-hontem, pela Mesa de Rendas do Estado, à Exma. viúva do Dr. Drumond de Macedo (DIÁRIO POPULAR, 1917, p. 2. In: SICCA; VIEIRA; AMARAL, 2013).

Como se lê e como se pode ver nas fotografias de ambos os colégios se tratava de antigas residências que, não sendo construídas para serem escolas, embora fossem amplas e localizadas na região central da cidade, funcionaram como educandário. Os problemas disso decorrentes eram muitos. A questão da inadequação dos prédios escolares e dos altos valores dos aluguetéis pagos pelas salas e pelas casas em que funcionavam as aulas nas zonas urbanas e rurais é mencionada em praticamente todos os relatórios consultados na pesquisa de Peres (2000).

Sobre a localização dos colégios elementares pelotenses retratados no *Álbum de Pelotas*, considerando a composição da malha urbana da cidade na década de 1920, e as decorrentes transformações ocorridas no espaço urbano, pode-se dizer que ambos

2 Também foi o caso de Pelotas com a construção do prédio da escola Joaquim Assumpção, em 1927, sob a responsabilidade do governo municipal.

se localizavam na área central da cidade, estando, à época, o *Collegio Elementar Felix da Cunha* situado a leste da praça central da cidade, a atual Praça Coronel Pedro Osório, na rua Gonçalves Chaves, n. 601, cruzamento com a rua Barão de Butuí, onde atualmente está localizada a 5º Coordenadoria Regional de Educação. Desde os anos 1940 a escola funciona na região do Porto de Pelotas.

Já o *Collegio Elementar Cassiano do Nascimento* estava posicionado seis quadras a sudoeste da referida praça, na rua XV de Novembro, n. 266, esquina com a atual rua Gomes Carneiro, onde hoje está localizado um prédio residencial de servidores do estado. Atualmente a escola está localizada na região norte da cidade.

Para finalizar, pode-se perguntar: passados mais de cem anos de publicação do *Álbum de Pelotas*, como se apresenta a realidade dos dois colégios elementares da cidade, hoje escolas estaduais, neste ano de 2022? Pode-se dizer que, infelizmente, são escolas ainda funcionando em prédios inadequados, insuficientes e com baixos investimentos, entre outros problemas da educação gaúcha e pelotense que fogem ao escopo deste trabalho. Não há, contudo, como não refletir o que significa e significou duzentos anos de história da educação no estado e na cidade. Ainda mais, pergunta-se: o que acontecerá com/nesses estabelecimentos nos próximos cem anos? O que escreverão desse momento e sobre isso os pesquisadores e pesquisadoras em 2122? Quiçá a realidade possa mudar nos próximos cem anos e um novo capítulo dessa história possa ser escrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, João. *Os liceus. Organização pedagógica e administrativa (1836-1960)*. I Vol. Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Lisboa, 1995.

BARROZO, Vanessa Teixeira. O Ensino primário em Pelotas (1912-1980). In: RUBIRA, Luis (Org.). *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*. Volume 3. Pelotas: Editora João Eduardo Keiber, 2014.

CARRICONDE, Clodomiro C.. *Álbum de Pelotas: 7 de setembro de 1922*. Pelotas, 1922.

LEAL, Carmen Beatriz Pereira. *Colégio Elementar Félix da Cunha (1913-1934): aspectos da cultura escolar*. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

NÓVOA, António. *Prefácio*. BARROSO, João. *Os liceus. Organização pedagógica e administrativa (1836-1960)*. I Vol. Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Lisboa, 1995.

PERES, Eliane. *Aprendendo formas de ensinar, de pensar e de agir – A escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares na escola pública primária gaúcha*

(1909-1959). 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

SICCA, Aline Dauniz; VIEIRA, Nitéri Ferreira; AMARAL, Giana Lange do. Collegio Elementar Felix da Cunha: memórias de uma instituição educacional (1913 – 1930). XI Congresso Nacional de Educação. EDUCERE, 2013. *Anais...* PUC: Curitiba, 2013. Disponível em https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7262_5221.pdf Acesso: 21 ago. 2021.

VIEIRA, Nitéri Ferreira; SICCA, Aline Dauniz; AMARAL, Giana Lange do. Escola Elementar na Primeira República: os primeiros anos do Collegio Elementar Cassiano do Nascimento – Pelotas/RS – (1913-1923). XI Congresso Nacional de Educação. EDUCERE, 2013. *Anais...* PUC: Curitiba, 2013. Disponível em https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7614_5368.pdf . Acesso: 30 ago. 2021.

FONTES DOCUMENTAIS

DECRETO nº 1.479 de 26 de maio de 1909. Modifica o programa do ensino complementar e cria colégios elementares no Estado. (Acervo da Biblioteca da Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul).

DECRETO nº 1575 de 27 de janeiro de 1910. Institui o Programa dos Collegios Elementares. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

GRUPO ESCOLAR FÉLIX DA CUNHA. Relatórios Anuais. 1939-1947.

GRUPO ESCOLAR CASSIANO DO NASCIMENTO. Livro de correspondências expedidas (copiador). 1917-1924.

REGIMENTO INTERNO DOS COLÉGIOS ELEMENTARES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. 1910. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Pelo Dr. Protásio Antonio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Em 08 de setembro de 1910.

RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Pelo Dr. Protásio Antonio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Em 08 de setembro de 1911.

RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Pelo Dr. Protásio Antonio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Em 09 de setembro de 1912.

13

AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS NO ÁLBUM DE PELOTAS

Jonas Klug da Silveira

Sob o título “*A Religião Catholica em Pelotas*”, o Álbum de 1922 descreve de forma sucinta a história religiosa da cidade, desde a criação da Freguesia¹ de São Francisco de Paula, por Alvará Régio de 7 de julho de 1812, até o início do governo de seu segundo bispo diocesano (1921-1940), Dom Joaquim Ferreira de Melo.

Duas fontes documentais ampliam tais informações. A primeira, publicada em 1916, intitula-se “*Primeiro Lustro da Diocese de Pelotas*”. Como o nome indica, trata-se do relatório dos cinco anos de atividades que se seguiram à posse do primeiro bispo, e o histórico e *status* detalhado de cada paróquia da Diocese – que se estendia, então, de Mostardas a Bagé. A segunda fonte é o “*Almanach de Pelotas: Variedades – Informações – Propaganda*”, dirigido pelo também proprietário Florentino Paradeda – em 1922, na décima edição. O interesse dessa publicação, além dos textos, está no fato de incluir na brochura, em papel comum, várias das mesmas fotos do Álbum, impressas em papel *couché*, como um produto mais acessível ao bolso do grande público.

Para entender-se a situação religiosa de Pelotas nas primeiras décadas do século XX é preciso voltar a meados do século XVIII, no início da colonização portuguesa do território, após a dispersão das Missões Jesuíticas espanholas. Subordinada ao distante bispado do Rio de Janeiro, a assistência espiritual do Rio Grande do Sul se tornou precária, mesmo já no Brasil independente. A criação e demarcação das paróquias, vinculada ao Governo em razão do Direito do Padroado, foi lenta e insuficiente em proporção ao avanço do povoamento da Província. O mesmo se diga do provimento de párocos e coadjutores, e dos necessários recursos financeiros para a construção das

¹ Antigo termo, ainda em uso em Portugal, equivalente a “paróquia” – subdivisão territorial de uma diocese, ou “bispado” – e governada por um pároco, ou, na terminologia corrente na época, “vigário”.

igrejas e demais elementos necessários ao culto. A imensidão dos territórios paroquiais, bem como a distância de mais de 1500km da sede da Diocese, não estimulavam a disciplina do escasso clero, nem contemplavam a instrução religiosa do povo. A descrição da situação religiosa na Província, apresentada em um relatório pelo então Conde de Caxias, nomeado governador durante a Revolução Farroupilha, e constatada *in loco* pelo Bispo Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, que a visitou com o Imperador em 1845², favoreceu a decisão de elevar o Rio Grande do Sul à condição de bispado autônomo, por bula do Papa Pio IX de 7 de maio de 1848 – embora, por entraves burocráticos, o idoso bispo Dom Feliciano José Rodrigues Prates tenha sido empossado apenas em 1853 (HASTENTEUFEL, 1984). Seu governo de tão somente cinco anos implantará, não obstante, ações levadas adiante por seu enérgico sucessor, o baiano Dom Sebastião Dias Laranjeira, quem virá a nomear pároco de Pelotas, em 1873, o Cônego Dr. Augusto Joaquim de Siqueira Canabarro (RUBERT, 1998, p. 53). Laureado em Filosofia e Teologia em Roma, grande orador e fervoroso abolicionista, Canabarro tomou a iniciativa, em 1888, de trazer para a cidade os primeiros padres jesuítas – sob ferrenha oposição da Maçonaria local, em reflexo do conflito que precipitou a queda do Império, conhecido como a Questão Religiosa. Os jesuítas principiaram sua atividade assumindo as capelâncias dos hospitais e instituições de caridade locais. Convencidos, porém, de que sua principal influência seria através da formação educativa de uma elite masculina católica, fundam, em 1895, o *Gymnasio*, depois Colégio Gonzaga. O jesuíta alemão P. Francisco Xavier Diebels conta, em suas memórias, que o primeiro diretor do Gonzaga, o baiano P. Anselmo de Souza, diante da missão de fundar, três anos mais tarde, uma escola em Rio Grande, lhe teria dito: “No Rio Grande, como padres não valemos nada; só valemos como professores...” (DIEBELS, 1988, p. 24). Em 1926, por contingências internas da Ordem, os jesuítas venderam o educandário aos Irmãos das Escolas Cristãs (Lassalistas), mantendo apenas o serviço da capelania (PARMAGNANI et al, 1995).

Entre as fotos de 1922, destaca-se a da antiga capela, onde aparecem, ladeando o altar-mor, as imagens dos santos fundadores da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola e Francisco Xavier, em pedestais com dosséis. Ambas, juntamente com um dos altares laterais foram levados pelos padres para compor a capela de sua nova Residência³, um antigo hotel de dois andares, característico até hoje por seu mirante, na Rua Lobo da Costa.

O progresso religioso originado no trabalho dos jesuítas lançou as bases para a eleição de Pelotas como sede de uma das três novas dioceses (sendo as outras Santa Maria e Uruguaiana) em que foi desmembrada, por uma Bula do Papa Pio X de 15 de agosto de 1910, a única Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, constituindo-se

² Nessa visita, foi lançada a pedra fundamental da futura nova Matriz, no quarteirão ao lado da Biblioteca Pública, que não se realizou. Um século após, foi aproveitado o projeto da cúpula para a reforma da Catedral, culminado com a pintura de Emílio Sessa e Aldo Locatelli.

³ Nome que designa as casas menores da Companhia de Jesus, que não são “colégios” nem “casas profissas”, de maior porte.

Porto Alegre como Arquidiocese, já sob o governo do também baiano Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão. Nessa escolha, na qual concorreram Rio Grande e Bagé, teve influência o então Ministro Plenipotenciário (embaixador) junto à Santa Sé, o médico pelotense Dr. Bruno Gonçalves Chaves. No ano seguinte, tomará posse o primeiro bispo, Dom Francisco de Campos Barreto, oriundo de Campinas. Jovem e seguro de si, enfrentou sem muito tato os problemas encontrados, especialmente a presença de maçons e anticlericais em importantes irmandades leigas. A recusa, por parte de alguns membros da Mesa Administrativa da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, em reformar seus estatutos e prestar contas da gestão de seus bens ao bispo gerou um insólito processo cível, no qual teve ganho de causa a Irmandade. O escândalo somente cessou mediante a autodissolução da mesma enquanto entidade civil, com a outorga dos bens móveis e imóveis à Santa Casa de Misericórdia e ao Asilo São Benedito (RIBEIRO, 2011, p. 5). Esse e outros conflitos possivelmente influenciaram a transferência do bispo, em 1920, para sua cidade natal.



Figura 1: Capela do Ginásio Gonzaga.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

A escolha do sucessor, portanto, seria extremamente delicada, recaindo sobre o Vigário-Geral de Fortaleza, Monsenhor Joaquim Ferreira de Melo, que tomou posse em 1921. A figura madura e conciliadora desse cearense de primorosa formação intelectual, e que trouxe de seu Estado natal valiosos colaboradores, conquistou de

imediato seus diocesanos. Ilustram isso dois fatos anedóticos narrados por seu biógrafo e “braço-direito”, Monsenhor Francisco Silvano de Souza. O primeiro deu-se logo ao ser recebido em Rio Grande, onde desembarcara da viagem de navio, desde Fortaleza. Em uma roda de conversa informal com padres e leigos, Dom Joaquim espontaneamente puxou do bolso uma carteira de cigarros e ofereceu aos presentes, boquiabertos com aquela simplicidade. O segundo, foi o comentário de um pelotense, já idoso, após ouvir o discurso de posse do novo prelado: “Este é o bispo de que precisamos – velho e ‘burro’ (gordo). Queria dizer que o outro não servia porque era moço e elegante” (SOUZA, 1964, p. 32). Não por acaso, portanto, uma página inteira do *Álbum* está dedicada ao registro fotográfico de sua recepção em Pelotas, desde a espera do trem, vindo de Rio Grande, até sua entrada cerimonial na Catedral para a tomada de posse. A residência ou Paço Episcopal, na Praça José Bonifácio, está contemplada no *Álbum* com fotos da fachada, capela e sala do trono. A Catedral São Francisco de Paula aparece nessas fotos ainda na configuração da grande reforma de 1850, data que permanece em seu frontispício, podendo-se observar também o desaparecido relógio da torre Sul. O corpo da igreja, que aparece lateralmente na foto, com suas duas ordens de aberturas coloniais, foi totalmente modificado nas sucessivas reformas de 1933 e 1948, com a elevação do telhado e a construção da cúpula.

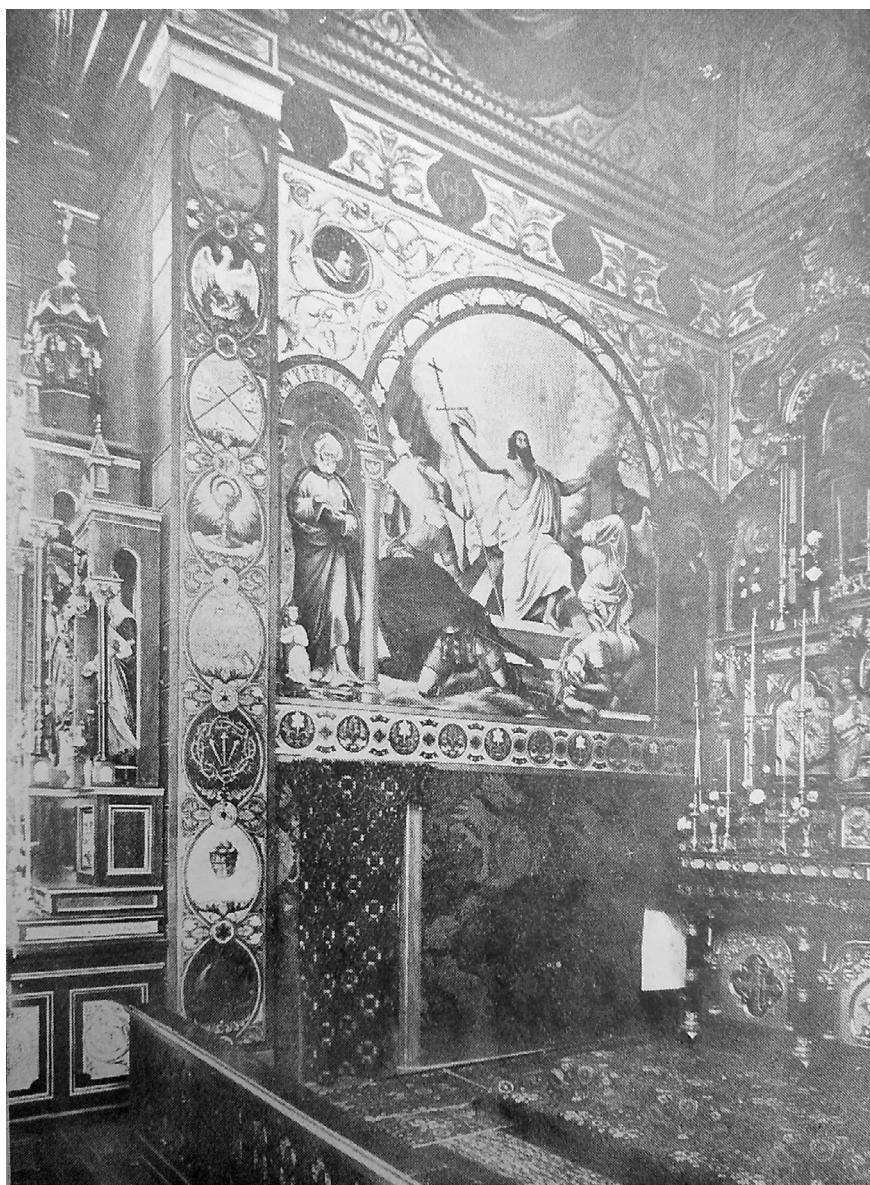
Uma das primeiras decisões do Bispo Barreto, em 1911, fora desmembrar o território do município em mais duas paróquias. A primeira, restrita ao território urbano, visava o atendimento religioso da população operária da zona próxima ao porto, constituída em grande parte por imigrantes portugueses, italianos e poloneses. O novo templo, dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, foi construído por etapas, contando com doações de famílias abastadas. A foto externa da “igreja do porto”, no *Álbum*, apresenta a torre constituída apenas pelo patamar das sineiras, logo abaixo do zimbório coroad com a imagem do Sagrado Coração de Jesus. Posteriormente, sob a longa gestão de Monsenhor Luiz Gonzaga Alfino Chierichetti, foi construído o segundo nível com o mesmo padrão de aberturas vazadas, o que deu grande imponência ao edifício, tornando o campanário visível a longa distância. Esse pároco também foi responsável pela idealização de um evento religioso que, na frequente expressão dos que o vivenciaram, “só era superado em multidão pelo carnaval na XV”: a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes nas águas do São Gonçalo.

A segunda paróquia criada, que passou a abranger a maior parte da zona rural, aproveitou como Matriz a capela de Nossa Senhora da Luz, inaugurada em 1900, no lugar da primitiva ermida, erigida em pagamento de uma promessa em 1824. A devoção dos fiéis foi grandemente responsável pela povoação do “arrabalde da Luz” e a consequente ampliação do traçado urbano em direção Norte.

As instituições hospitalares, de ensino e caridade, em maior ou menor grau vinculadas à Igreja Católica, já foram abordadas nos três capítulos anteriores. As informações a seguir dizem respeito apenas às três capelas construídas propriamente como templos abertos ao público: Santa Casa, Beneficência Portuguesa e Asilo de Órfãs. A capela da Santa Casa de Misericórdia não está contemplada no *Álbum* com foto interna.

Dedicada inicialmente a São João Batista, existiu junto ao primeiro hospital, na Rua Marechal Deodoro esquina Marechal Floriano, erguido em 1848 (NASCIMENTO, 1989, p. 167). Transferido o complexo hospitalar para a Praça Piratinino de Almeida, a nova capela, com o orago mudado para Nossa Senhora Mãe dos Homens, foi benzida pelo Bispo Laranjeira em 1884.





Figuras 2 e 3: Vista do Altar-mor e parede lateral da Capela do Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

O aspecto do presbitério da capela de São Pedro, da Sociedade Portuguesa de Beneficência, como aparece na foto do *Álbum*, é semelhante ao atual. Isso porque vários acréscimos feitos posteriormente foram retirados na reforma efetuada por Adail Bento Costa na década de 1960, segundo o critério de aproximá-la da feição original. É constituído por falsa ábside sob uma meia-cúpula com decoração em estuque, cujo altar central dá suporte ao grupo escultórico, em madeira policromada de oficina portuguesa, do Cristo crucificado entre a *Mater Dolorosa* e São João Evangelista. Dois outros altares ladeiam o principal, dedicados ao padroeiro da capela, São Pedro, e ao Sagrado Coração de Jesus, cujas imagens, também em madeira, de fatura alemã e primorosa policromia, atualmente encontram-se dispostas sobre mísulas fixadas à parede.

Uma matéria veiculada no *Almanach de Pelotas*, intitulada “Os estabelecimentos pios de Pelotas – Asylo de Órfãs N. S. da Conceição” (PARADEDA, pp. 301 a 304), narra que a loja maçônica “União e Concórdia”, ao encerrar suas atividades, em 1855, determinou que o prédio onde se reunia e o terreno do quarteirão fossem destinado à construção de um asilo para meninas órfãs, o qual foi confiado, quanto ao serviço interno, à congregação das Irmãs do Puríssimo Coração de Maria, fundada no Rio de Janeiro em 1849 (COSTA, 2010). A administração, entretanto, seria exercida por uma diretoria leiga, sobre a qual permanecia a influência da Maçonaria. Isso gerou certa oposição ao ensino religioso ministrado pelas freiras e, sobretudo, à possibilidade de as órfãs sentirem-se inclinadas à vocação de suas mestras (CALDEIRA, 2014, p. 167), no panorama de boicote às ordens religiosas vigente no Brasil do Segundo Império. A situação, aliada a conflitos internos da própria Congregação, levou ao cancelamento do contrato com as religiosas em 1863, passando o cuidado das asiladas a senhoras seculares⁴. Em 1888, acalmados os ânimos, o vigário Canabarro, assim como fizera em relação aos jesuítas, solicitou da madre superiora provincial da congregação das Irmãs Franciscanas de Penitência e Caridade Cristã da Ordem Terceira Regular, em São Leopoldo, três religiosas que ministrassem a devida formação às recolhidas. A partir de 1893, o sucesso da administração das franciscanas determinou uma total reestruturação do prédio, com a renovação completa da antiga capela provisória e a criação de um externato pago – a Escola São Francisco de Assis – que ao mesmo tempo atenderia às órfãs e garantiria o sustento às freiras. Um ano depois, as mesmas assumirão o serviço interno da Santa Casa e, em 1906, do Asilo de Mendigos.

A nova capela, cujo interior se observa em quatro fotos, tanto no *Álbum* quanto no *Almanach*, teve sua pintura mural decorativa executada por um artista franciscano alemão. Florentino Paradeda comenta que foi considerada, na época, uma das mais belas igrejas do Estado. A foto tirada desde o coro alto mostra o altar-mor (que ainda existe, embora despojado de alguns elementos) presidido pela imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, representada conforme à iconografia tradicional francesa da chamada “Medalha Milagrosa” – conhecida popularmente no Brasil, como “Nossa Senhora das Graças”: a Virgem pousando sobre o orbe celeste, do qual emergem as extremidades douradas do crescente lunar, e pisando sobre a cabeça da serpente, símbolo

⁴ As irmãs voltariam a Pelotas em 1912, para atendimento das órfãs do Asilo (hoje, Instituto) São Benedito, fundado em 1901.

do pecado original. Nos nichos laterais, figuram as imagens de São Francisco de Assis e Santo Antônio de Pádua. Na nave, ladeando o arco-cruzeiro, veem-se dois altares laterais, de três nichos, dedicados ao Sagrado Coração de Jesus (E) e São José (D).

A grandiosidade do conjunto pictórico, executado com farto emprego de folhas de ouro, está documentada nas duas fotos das paredes do presbitério. A da esquerda mostra um grande painel representando a Ressurreição de Cristo, entre as figuras dos evangelistas São Mateus e São Marcos – fazendo par, na direita, com a Ascensão do Senhor entre São Lucas e São João. Pintados na parede do fundo, lateralmente ao altar-mor, São Pedro e São Paulo. Ao longo das colunas que sustentam o arco-cruzeiro, medalhões com os instrumentos da Paixão de Cristo e diversos símbolos eucarísticos. Outras cenas e emblemas, juntamente com as imagens secundárias dos altares laterais, aludiam às duas ordens atuantes na instituição, franciscana e jesuítica, e aos santos protetores da juventude, formando um harmônico programa iconográfico que seria desintegrado no final da década de 1960, pela desastrosa decisão de cobrir de tinta toda a pintura mural, já um pouco deteriorada pelos anos e o clima desfavorável da cidade, e o desmonte dos dois altares laterais, com a retirada da maioria das imagens.

Por fim, é necessário apontar a presença, no *Álbum*, de um templo não-católico romano: a *Egreja do Redemptor*, hoje Catedral Anglicana, popularmente chamada “igreja cabeluda”, inaugurada em 1909. Nessa época, a hera que lhe rendeu o apelido ainda não cobrira a torre que impressionou a cidade pela altura e novidade do estilo, de inspiração gótica. Instalada em Pelotas por missionários norte-americanos em 1892, a futura Igreja Episcopal Anglicana do Brasil passou a dar assistência à diminuta comunidade de fiéis de língua inglesa de sua confissão religiosa, mas, sobretudo apresentou-se como uma alternativa de confissão cristã entre o Catolicismo Romano e as vertentes Evangélicas Luteranas já presentes entre os descendentes de alemães. Com isso, angariou adeptos de cultura luso-brasileira inclusive para seu clero – como o pároco da época do *Álbum*, Rev. José Severo da Silva – consolidando seu prestígio através da fundação de um internato feminino, o Colégio Santa Margarida, em 1934.

REFERÊNCIAS

PRIMEIRO Lustro da Diocese de Pelotas (1911-1916). Pelotas, Meira & Cia., 1916.

CALDEIRA, Jeane dos Santos. *O Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas – RS* (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, UFPel. Pelotas, 2014. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/ri/2809> Acesso em: 19 de agosto de 2021.

COSTA, Carla. *Bárbara Maix – da Áustria ao Brasil*. Porto Alegre, Congregação das Irmãs do Imaculado Coração, 2010.

DIEBELS, Francisco Xavier. *Rosas e espinhos*. Publicações Avulsas nº 9. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas – UNISINOS, 1988.

NASCIMENTO, Heloísa de Assumpção. *Nossa Cidade era assim*. Pelotas, Mundial, 1989.

PARADEDA, Florentino (coord.). *Almanach de Pelotas 1922*. X Ano. Pelotas (?), 1922.

PARMAGNANI, Jacob; RUEDELL, Otto; BERTUOL, Olírio. *Memorial do Colégio Gonzaga: 100 anos dedicados à educação*. Porto Alegre: Palotti, 1995.

RIBEIRO, Caio Duarte. Elite dirigente e elite religiosa – disputas e conflitos na República Velha em Pelotas/RS (1910–1920). Anais do III Encontro Nacional do GT história das religiões e das religiosidades – ANPUH – Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá-PR: v.III, n.9, jan/2011. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html> Acesso em: 17 de agosto de 2021.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*, v. 2. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998.

SOUZA, Francisco Silvano de. *Dom Joaquim Ferreira de Melo*. Caxias do Sul, Tipografia e Editora São Paulo – São Ciro, 1964.



14

A PRESENÇA DOS HÓTEIS NO ÁLBUM *DE PELOTAS: HOTEL BRASIL, HOTEL GRINDLER E HOTEL ALIANÇA*

Dalila Müller

Dalila Rosa Hallal

PELOTAS, INÍCIO DOS ANOS 20 DO SÉCULO XX

O viajante que chega à cidade vai encontrar diferentes estabelecimentos de hospedagem, desde pensões e restaurantes até hotéis “de primeira ordem”, com maior destaque na cidade e na região, seja pelas suas características estruturais, pelos serviços oferecidos ou pelos seus proprietários, ou por todos esses fatores agrupados. Alguns desses hotéis estão presentes no “Álbum de Pelotas” através de seus anúncios de meia página cada um. Os anúncios enfatizam os proprietários, a localização, a infraestrutura e, a partir das fotografias, as fachadas e as áreas internas de maior relevo, como os restaurantes e os jardins.

O foco de nossa análise não recai especificamente sobre os anúncios dos hotéis presentes no Álbum e, sim, sobre os três hotéis presentes nesses anúncios, o Hotel Brasil, o Hotel Grindler e o Hotel Aliança. Discutimos a narrativa construída sobre eles, seus serviços, a sociabilidade nesses espaços, buscando entender o que esses hotéis representam para a cidade do início do século XX.

José Del Grande, André Konrad & André David Raupp, Caetano Gotuzzo são os proprietários, em 1922, dos hotéis Brasil, Grindler e Aliança, respectivamente. As famílias Del Grande, Grindler e Gotuzzo são conhecidas no ramo da hotelaria pelotense

desde o século XIX. Gotuzzo desde o início da década de 1850, quando compra o Hotel Aliança. Del Grande e Grindler desde o final do século, quando os irmãos Del Grande compram o Hotel Brasil e Carlos Grindler abre a Pensão Grindler, que, em menos de um ano, passa a ser denominada Hotel Grindler, ambos no final da década de 1890.

José Del Grande e seu irmão Jeronymo, de nacionalidade italiana, compram o Hotel Brasil em 1897. Antes disso, no início da década de 1890, inauguraram o Hotel Federativo (1891-1893) (DIÁRIO POPULAR, 08.11.1891, p. 2) e também o Hotel do Globo (1893-1897) (DIÁRIO POPULAR, 28.08.1894, p. 3), sendo o primeiro vendido e esse último “extinto”. O Hotel Brasil foi aberto em 1878 (CORREIO MERCANTIL, 31.03.1878, p. 2) passando por diversos proprietários até ser vendido para os irmãos Del Grande. Jeronymo permanece na sociedade até 1906 e, a partir desta data, José é proprietário individual do hotel até sua morte em 1942. O hotel foi arrendado por alguns períodos, porém, na década de 1920 era dirigido por José e gerenciado por seu filho, Mário Del Grande (DIÁRIO POPULAR, 05.08.1921, p. 3).

Santyago Prat e Thomaz Gotuzzo (pai de Caetano Gotuzzo), também italianos, compram o Hotel Aliança em 1853, dez anos após a sua abertura, pois há indícios de que o hotel abriu suas portas ainda durante a Revolução Farroupilha, no ano de 1843. Destacamos que o Hotel Aliança (1843-1968) é considerado, até o momento, o primeiro hotel aberto em Pelotas e o hotel que funcionou por mais tempo na cidade (MÜLLER; HALLAL; TEIXEIRA, 2020). Após o falecimento de Thomaz Gotuzzo, pai de Caetano, este assume a sociedade com Santiago (casado com sua prima) e, após o falecimento de Santiago, em 1899, dirige sozinho o hotel até sua morte em 1925.

André Konrady e André David Raupp, sobrinhos de Carlos Grindler, proprietário do Hotel Grindler, arrendam o hotel em 1909, em função da doença e morte de Carlos. Diferentemente de José e Caetano, Carlos Grindler, de nacionalidade holandesa, abre seu próprio empreendimento de hospedagem em 1897 (CORREIO MERCANTIL, 29.06.1897, p. 3). A firma Konrady & Raupp gerencia o hotel de 1909 até 1927, quando André Raupp falece e André Konrady se torna o único proprietário (O LIBERTADOR, 29.09.1927, p. 2) até 1937, quando vende para Ascendido Canez (DIÁRIO POPULAR, 08.04.1937, p. 3). A partir da venda, o hotel não faz mais parte da família Grindler.

Os proprietários gozavam de grande prestígio na sociedade pelotense, exaltado pelos redatores dos jornais locais. Carlos Grindler é destacado pelo seu trabalho, atividade e honradez (DIÁRIO POPULAR, 26.06.1904, p. 1), Caetano Gotuzzo é considerado “prodígio em obséquios, forte em delicadezas, [...] um perfeito cavalheiro, [com] fino trato” (DIÁRIO DE PELOTAS, 20.10.1885, p. 2), e José Del Grande, um “operoso” proprietário (DIÁRIO POPULAR, 24.01.1915, p. 1).

Outro aspecto destacado nos anúncios é a localização dos hotéis. Praça da República (atual Praça Cel. Pedro Osório), nº 162, rua Andrade Neves, nº 653 esquina Sete de Setembro e rua XV de Novembro, 666 são os endereços dos hotéis Brasil, Grindler e Aliança, respectivamente. A rua XV de Novembro e Andrade Neves são as ruas mais centrais e importantes de Pelotas, por concentrarem outros estabelecimentos

comerciais e de sociabilidade. E, da mesma forma, a Praça da República é a praça central da cidade, cujo entorno se localiza o teatro, a prefeitura, a biblioteca, os principais sobrados residenciais, e é onde é construído o Grande Hotel, inaugurado em 1928, um marco na história da hotelaria pelotense e da cidade (MÜLLER, 2004).

O Hotel Brasil destaca o fato de estar “situado junto ao Theatro” Sete de Abril oferecendo diversas “petisqueiras” para “depois de concluído o espetáculo” e, para o intervalo do segundo ato, “superior chocolate” (DIÁRIO DE PELOTAS, 20.06.1878, p. 3). Onde esteve localizado o Hotel, do lado esquerdo do Teatro Sete de Abril, temos hoje o Edifício Del Grande, construído no final dos anos 1940.

A localização do Hotel Grindler também é destacada nos jornais, por ocupar um prédio localizado “na quadra mais preferida pelo comércio” (DIÁRIO POPULAR, 01.09.1940, p. 6), ou seja, junto às casas comerciais. Apesar do primeiro prédio do Hotel não se localizar na esquina, mas ao lado, a localização mais conhecida e divulgada pelos anúncios é o sobrado da esquina. Hoje, a rua Andrade Neves mantém a característica de abrigar grande número de lojas e, no prédio da esquina da rua Sete de Setembro, funciona a farmácia “Khauth Manipulação”.

O Hotel Aliança esteve “localizado num dos melhores pontos da cidade” (O REBATE, 06.08.1916, p. 11), na rua XV de Novembro entre as ruas General Neto e Voluntários da Pátria. Nos anos 1960 o Hotel foi demolido para a construção de uma galeria e de um prédio residencial com 12 andares – Galeria e Edifício Zabaleta. A rua XV de Novembro era a rua dos cafés e confeitorias mais chiques, das livrarias, das procissões e passeatas, dos desfiles carnavalescos, do *footing*, um espaço de sociabilidade.

Esses hotéis se localizavam nas principais vias de circulação, com maior concentração populacional, coincidindo com o centro econômico, político e cultural da cidade, ou seja, nos melhores pontos da cidade. Podemos dizer que esses eram os hotéis melhor localizados na cidade de Pelotas.

A localização nos melhores pontos da cidade se soma às características construtivas desses hotéis. Os hotéis abertos no século XIX e nas primeiras décadas do século XX se instalaram em casas e sobrados residenciais ou comerciais já existentes, por esse motivo, e também para acompanhar o “desenvolvimento” de Pelotas, passam por “melhoramentos de toda ordem”, ou seja, por constantes reformas. Somente no final dos anos 20 do século XX, que temos o primeiro hotel cujo prédio foi construído especificamente para a hospedagem, o Grande Hotel.

O Hotel Brasil ocupa, inicialmente, a casa onde esteve localizada a Câmara Municipal (CORREIO MERCANTIL, 31.03.1878, p. 2) e, um ano depois, passa pela sua primeira reforma estrutural, “conforme o exigiam as conveniências e comodidades de seus numerosos fregueses” (CORREIO MERCANTIL, 25.09.1879, p. 3). Em 1885, seu proprietário realiza “uma grande reforma”, adquirindo a “propriedade, contigua ao hotel, para assim proporcionar aos srs. passageiros melhores cômodos” (DIÁRIO DE PELOTAS, 08.10.1885, p. 2). A aquisição de prédios vizinhos é uma possibilidade de aumentar os cômodos do hotel, proporcionando um maior número de quartos, salas e salões e também de áreas para lazer.

Após ser adquirido por José e Jeronymo Del Grande, novas e constantes reformas são realizadas (1899, 1900, 1901, 1904, 1906, 1908, 1913, 1915, 1921), seja para melhorar a quantidade e o tamanho dos cômodos ou a decoração dos mesmos. Todas as reformas e “melhoramentos” fazem com que o hotel fique “à altura de seus créditos e dos da cidade” (DIÁRIO POPULAR, 05.08.1921, p. 3).

O Hotel Grindler, aberto em 1897, ocupa o prédio onde o Clube Caixeiral se instalou em 1889 (DIÁRIO DE PELOTAS, 15.06.1889, p. 2) e, onde, por mais de 40 anos, funcionou o Hotel do Comércio (O PELOTENSE, 25.11.1851, p. 4). No início do ano de 1898 passa pela sua primeira reforma (CORREIO MERCANTIL, 22.02.1898, p. 4), sendo novamente reformado no final do ano.

Da mesma forma que o Hotel Brasil, Carlos Grindler expande seu hotel para o prédio contíguo, na esquina da rua Andrade Neves e Sete de Setembro, onde residiu a família Jouclá, no “vasto pavimento da antiga casa Scholberg” e onde esteve o Consulado Francês. As “novas e caprichosas instalações” “estão montadas em condições de proporcionar aos srs. hóspedes as confortáveis e higiênicas comodidades exigidas em uma casa de tal ordem” (DIÁRIO POPULAR, 08.01.1908, p. 1-2).

No ano de 1924, os proprietários, Konrady & Raupp, “dilataram-lhe o raio de ação adquirindo os altos de esquina á rua 7 de setembro para aumentar as acomodações que já se tornavam insuficientes para a crescente preferência dada ao seu estabelecimento” (O LIBERTADOR, 27.06.1924, p. 2).

As constantes reformas e ampliações do Hotel Grindler (1899, 1900, 1904, 1908, 1917, 1918, 1924, 1927) buscam “mantê-lo sempre na altura do crescente desenvolvimento de Pelotas” (DIÁRIO POPULAR, 07.10.1900, p. 2).

O Hotel Aliança sempre se localizou na rua XV de Novembro, porém, até 1857 em uma casa térrea, passando a ocupar um sobrado na mesma rua, que foi reformado para sua instalação, disponibilizando “espaçosas salas para bilhares, mesas redondas e particulares, numerosos e decentes aposentos para os viajantes” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 11.02.1857, p. 2). No final do século XIX o hotel já ocupa três sobradinhos, com fundos e uma abertura para a rua Padre Anchieta (DIÁRIO POPULAR, 01.01.1898, Folhinha), demonstrando, mais uma vez, que a aquisição de sobradinhos contíguos era uma estratégia para aumentar o estabelecimento e oferecer o maior número cômodos.

O Hotel passa por constantes reformas (1857, 1885, 1888, 1889, 1891, 1903, 1908, 1910, 1916) o que lhe garante, já em 1888, o comentário de que não tinha “competidor no sul da Província” (CORREIO MERCANTIL, 08.08.1888, p. 2). No início do século XX é considerado “Um estabelecimento que acompanha o progresso de Pelotas”, “sendo em seu gênero o estabelecimento que maiores comodidades oferece aos forasteiros e ao público” (DIÁRIO POPULAR, 03.03.1916, p. 1).

Simultaneamente às reformas estruturais, os hotéis vão sendo dotados dos serviços básicos como água encanada, luz elétrica e esgoto, telégrafo e telefone. Nos anúncios do *Álbum de Pelotas*, o Hotel Brasil destaca que “Este estabelecimento tem luz elétrica, esgotos e banhos quentes e frios a toda hora” e o Hotel Aliança que possui “Telefone e encanamento hidráulico em todos os quartos”. À medida que esses serviços vão sendo

instalados na cidade de Pelotas, principalmente nas suas ruas centrais, os proprietários instalam em seus hotéis, acompanhando as mudanças que ocorrem no espaço urbano, mas também contribuindo para imprimir nesse espaço novas características. Em 1922 os três hotéis – Brasil, Grindler e Aliança – já contavam com água encanada e telefone (década de 1880), luz elétrica e esgotos (década de 1910).

As reformas também respondem à necessidade de aposentos mais higiênicos, em um período de preocupação com miasmas, epidemias e endemias, dando importância à iluminação e ventilação natural. O Hotel Brasil possui “compartimentos dispostos de forma que recebem muita luz e ar, o que se torna sobremaneira higiênico” (ONZE DE JUNHO, 05.11.1889, p. 2); o Hotel Grindler, “excelentes quartos, bem ventilados”, com “todas as comodidades confortáveis e higiênicas” (CORREIO MERCANTIL, 16.09.1904, p. 2); e o Hotel Aliança, goza “dos foros de ser o primeiro hotel de Pelotas, quer no conforto, no tratamento, na higiene e ordem do serviço” (DIÁRIO POPULAR, 02.07.1912, p. 1).

Desse modo, as reformas estruturais, visando ampliar os cômodos ou tornar o hotel mais higiênico, estão em sintonia com a cidade de Pelotas. É nesse período, último quartel do século XIX e primeiras décadas do século XX, que Pelotas vai efetivar mudanças significativas em seu espaço urbano, com a instalação de luz, água, esgoto, telégrafo, telefone, transporte público, melhoria nas ruas, avenidas e praças, controle de doenças, da higiene e da criminalidade, mesmo vivendo um período de estagnação econômica.

Todas as reformas visam dotar os estabelecimentos de cômodos adequados para atender “viajantes, *touristes* e fregueses” (DIÁRIO POPULAR, 16.05.1913, p. 3), como os diferentes tipos de quartos: para hóspedes, para casal, especiais para noivos, para famílias numerosas, “próprios para pessoas que tragam em sua companhia crianças, junto aos quais, há compartimento com mobília apropriada” (ONZE DE JUNHO, 05.11.1889, p. 2). Além dos quartos, disponibilizam diversas salas e salões: sala de visitas com piano, de leitura, sala reservada para família, sala “especial para mostruário de caixeiros viajantes” (CORREIO MERCANTIL, 08.01.1908, p. 2), salões para refeições, refeitórios e restaurantes, quartos de banho e latrinas, cocheira “com todos os acondicionamentos” (CORREIO MERCANTIL, 02.07.1878, p. 4), áreas e pátios, também denominados jardins.

Os hotéis atendem seus viajantes, turistas e fregueses oferecendo-lhes espaços para hospedagem, para alimentação e também para seu entretenimento, assim, os hotéis se constituem em local de hospedagem, possibilitando o encontro fortuito, efêmero e relativamente anônimo com quem está de passagem, mas também em local de sociabilidade, favorecendo o convívio, o contato mais direto entre os moradores da cidade através da conversação, dos banquetes, das festas e dos jogos que aconteciam nos seus espaços internos (MÜLLER, 2010).

A sociabilidade está relacionada a gozar a vida em grupo, buscar estar com o outro, a “ver e ser visto” (AGULHON, 1992). De acordo com Müller (2010), os hotéis se inserem no âmbito das práticas de sociabilidade efetivadas em recintos fechados

e explorados empresarialmente, cujo acesso está vinculado ao pagamento dos seus serviços, sejam eles a hospedagem, a alimentação e a bebida ou os entretenimentos disponibilizados pelos estabelecimentos.

Nesse sentido, merecem destaque as salas e salões de jogos, de visitas, de refeições, os restaurantes e os jardins, com “soberbos” caramanchões, utilizados, principalmente, na “estação calmosa”.

Os salões para refeições ou refeitórios ou, ainda, restaurantes, atendem aos hóspedes para as refeições diárias – almoços, jantares, cafés, refrescos, mas também para banquetes. O banquete possibilitava que se consumisse não só a comida e a bebida, mas, simbolicamente, “a diversão e as relações que ocorrem entre seus frequentadores” (MÜLLER, 2010, p. 199).

Os banquetes são realizados para homenagear personalidades civis, religiosas ou artísticas, ou faziam parte da programação das festas cívicas, ou ainda, para comemorações diversas (aniversários, posses, etc.). No Hotel Grindler foi servido um “lauto banquete” pelo Clube Caixeiral às “comissões das sociedades que virão de Rio Grande” para as comemorações do “10º aniversário de sua excelente banda musical” (DIÁRIO POPULAR, 13.08.1908, p. 2). No Hotel Brasil um banquete foi oferecido para os reservistas italianos de Pelotas e Porto Alegre (O REBATE, 07.06.1915, p. 2). No Hotel Aliança, o Centro Industrial do Charque ofereceu um banquete “ao importante capitalista e comerciante da Bahia Raymundo Magalhães” (DIÁRIO POPULAR, 06.04.1909, p. 2). Esses são alguns exemplos dos inúmeros banquetes oferecidos nos salões e restaurantes dos hotéis.

O Hotel Aliança oferece banquetes em suas dependências desde a década de 1850, podendo ser considerado o “pioneiro no oferecimento de ceias e banquetes, tanto nas dependências do próprio hotel, como fora do mesmo, sendo destacado pela qualidade dos seus serviços e do atendimento dos seus proprietários” (MÜLLER; HALLAL; TEIXEIRA, 2020, p. 169).

O salão de refeições do Hotel Aliança (Figura 1) é “um retângulo vastíssimo, dividido por arcos em dois compartimentos”, cujas paredes são ornamentadas por “9 deslumbrantes medalhões, especialidade do Sr. Geovanni, e representando cenas de um primor inexcedível”, é iluminado por “6 lustres de gás corrente e por duas estatuetas contendo cada uma 6 bicos de gás em forma de palma” (CORREIO MERCANTIL, 08.08.1888, p. 2).

Um dos espaços do hotel ocupados pelos viajantes e fregueses, entre eles, os moradores de Pelotas, é o jardim, que é utilizado para refeições, “recreio” ou banquetes. O jardim é destacado com fotografias nos anúncios por dois dos três hotéis presentes no *Álbum de Pelotas*, pelo Hotel Grindler (Figura 2) e pelo Hotel Aliança (Figura 3).

O Hotel Grindler inaugura sua “vasta, arejada e aprazível área” ajardinada com um “soberbo caramanchão” seis meses após abrir seu hotel (CORREIO MERCANTIL, 18.12.1897, p. 3). Nesse espaço, seu proprietário oferece concertos todas as noites, onde “se servem fiambres”, bebidas geladas, sorvetes, etc. (DIÁRIO POPULAR, 01.01.1898, p. 1, 3).

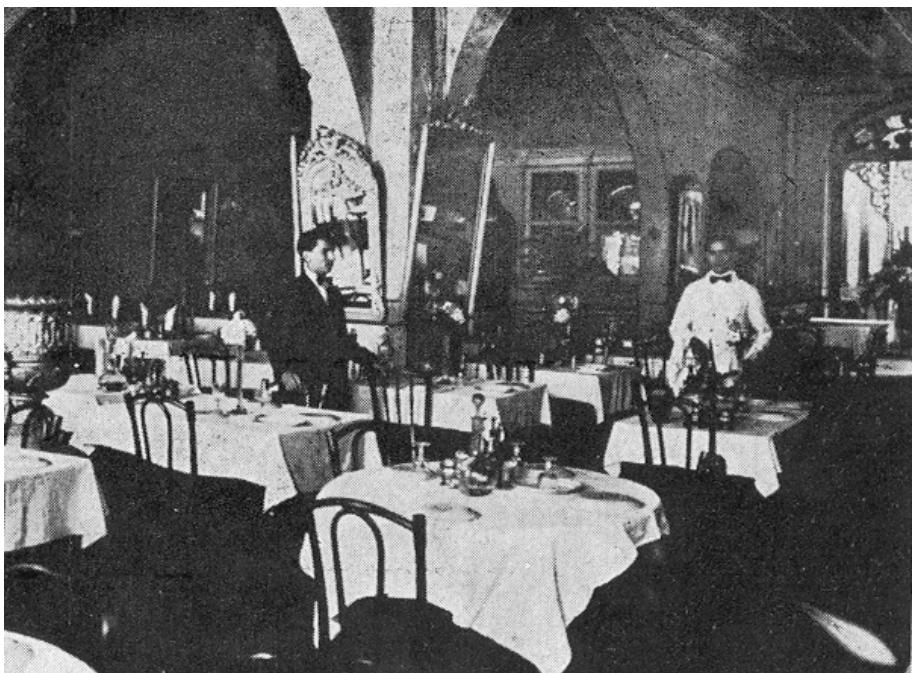


Figura 1: Salão de Refeições do Hotel Aliança.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

O jardim do Hotel Aliança é palco para concertos com “excelente banda de música”, ficando repleto de “exmas. famílias e cavalheiros” (DIÁRIO DE PELOTAS, 14.03.1888, p. 2), para banquetes (DIÁRIO DE PELOTAS, 16.02.1889, p. 2) ou, simplesmente, para “boas horas em animada palestra” debaixo da “boa parreira” (DIÁRIO DE PELOTAS, 01.01.1886, p. 2).

As paredes da “espaçosa área” apresentam “uma bonita vista com anúncios de diversas casas de comércio e estabelecimentos industriais, em número de cento e tantos” (DIÁRIO DE PELOTAS, 20.02.1889, p. 2). A área também é ornamentada com um chafariz e um “grande e lindíssimo aquário” (DIÁRIO POPULAR, 28.11.1906, p. 2). Todas essas características fazem do jardim do Hotel Aliança um “dos locais que estão em condições de proporcionar às famílias e cavalheiros algumas horas de recreio” (DIÁRIO DE PELOTAS, 01.01.1886, p. 2).

Mesmo não apresentado seu jardim no anúncio do *Álbum*, o Hotel Brasil também possuía uma área, com um “elegante caramanchão”, onde, “todas as noites as exmas. famílias e cavalheiros poderão servir-se de líquidos gelados e fiambres” (CORREIO MERCANTIL, 24.12.1885, p. 2), como “sorvetes, cerveja gelada de todas as marcas, vinho de todas as qualidades e águas minerais” (DIÁRIO DE PELOTAS, 27.12.1885, p. 3).



Figura 2: Jardim do Hotel Grindler.

Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

O jardim e o caramanchão do Hotel Brasil, “que é todo ladrilhado de mármore, [e] está cercado de plantas e paisagens belíssimas”, tendo, ainda, “um excelente piano mecânico para alegrar-nos os ouvidos” (CORREIO MERCANTIL, 22.11.1887, p. 2) é “assaz digno de receber as famílias que quiserem, durante as noites calmosas, servir-se de quaisquer fiambres, líquidos, etc.” (DIÁRIO DE PELOTAS, 21.11.1887, p. 2).

Aos poucos, essas características dos hotéis não vão satisfazendo mais aos viajantes, turistas e fregueses, e nem a cidade, que se quer elevar a um nível superior de progresso e civilidade. Os hotéis vão sendo substituídos por empreendimentos com instalações mais modernas e amplas, com maior número de quartos e banheiros, e com administração profissional.

Os hotéis Grindler e Brasil persistem até a década de 1940. O Grindler, depois de ser administrado pelos sobrinhos de Carlos Grindler e vendido para Ascendino Canez, é vendido para Luiz Seixas em 1942, trocando de nome para Rio-Hotel, encerrando a trajetória do Hotel Grindler, iniciada no final da década de 1890. Ficando o nome Grindler somente na memória.

O Hotel Brasil fecha suas portas após a morte de José Del Grande, em 1942, e seu prédio é demolido para a construção do edifício residencial Del Grande, com 12

andares, cujo nome faz alusão à família de seu proprietário. A construção desse edifício se insere no processo de verticalização da cidade, iniciada nessa década de 1940, com a construção de grandes edifícios na área central da cidade.



Figura 3: Jardim do Hotel Aliança.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

O Hotel Aliança, atingido pelo mesmo processo de verticalização, se mantém por mais tempo, fechando suas portas no final da década de 1960, sendo também demolido para a construção da atual Galeria e do edifício residencial Zabaleta, também sobrenome da última família proprietária do hotel.

O Grande Hotel, um “moderno” hotel, inaugurado em 1928, se insere nesse processo de modernização da cidade e também dos meios de hospedagem, passando a “fazer parte do cotidiano da elite local e a satisfazer os viajantes que Pelotas recebia” (MÜLLER; HALLAL; TEIXEIRA, 2020, p. 187).

Nos anos que se seguem, hotéis com características mais modernas são abertos na cidade, como o Rex Hotel (final da década de 1930), o Palace Hotel (final dos anos 1950), o Curi Hotel e o Hotel Estoril (anos 1960), Curi Palace Hotel e Hotel Manta (anos 1970), por exemplo.

Pensar na hotelaria no cenário atual, nos obriga a contextualizar a pandemia de Covid-19 que vem causando impactos sem precedentes na hoteleira. Uma combinação de *lockdowns* e restrições de viagens gerou uma queda generalizada de clientes que procuram hospedagem, o que resultou em muitos hotéis tendo que fechar temporariamente ou operar com capacidade reduzida, reduzindo o número de trabalhadores ou a jornada, ou ainda, recorrendo a medidas de suporte governamental.

Nesse contexto, a pandemia está acelerando investimentos em tecnologia, introduzindo serviços digitais e remotos, como *check-ins* móveis; investindo em áreas abertas como jardins, valorizando a arte, a cultura e experiências locais, o que contribui para uma mudança na experiência do cliente em todo o setor, mostrando que a hotelaria terá que oferecer algo além da hospedagem, diversificando suas atividades.

O *Álbum* marca as alterações na hotelaria, na cidade exibida por ele, representando uma época distinta da de hoje e de um lugar que guarda ainda, em alguns trechos, a mesma feição física. O *Álbum* traz os hotéis que, na época, foram capazes de provocar o olhar do viajante e da parcela da população sobre sua cidade, seus costumes, seus produtos e serviços.

Se fossemos pensar hoje, quais hotéis iriam compor a narrativa de uma Pelotas atual? Assim como a cidade, a hotelaria pelotense passou por transformações econômicas, sociais e urbanas durante este um século de história. As transformações vividas pela população da cidade, com a introdução de novas tecnologias, infraestrutura urbana e a criação de imagens-signos, formam um modo novo dos homens perceberem tudo o que os cercam, fazendo com que percebam uma Pelotas e a hospedagem na cidade de forma plural e diversa.

REFERÊNCIAS

AGULHON, Maurice. La Sociabilidad como Categoría Histórica. In: FUNDACION MARIO GONGORA. *Formas de Sociabilidad em Chile 1840-1940*. Santiago do Chile: Vivaria, 1992.

CORREIO MERCANTIL, Pelotas, 08.01.1908, p. 2; 16.09.1904, p. 2; 22.02.1898, p. 4; 18.12.1897, p. 3; 29.06.1897, p. 3; 08.08.1888, p. 2; 22.11.1887, p. 2; 24.12.1885, p. 2; 25.09.1879, p. 3; 02.07.1878, p. 4; 31.03.1878, p. 2.

DIÁRIO DE PELOTAS, Pelotas, 15.06.1889, p. 2; 20.02.1889, p. 2; 16.02.1889, p. 2; 14.03.1888, p. 2; 21.11.1887, p. 2; 01.01.1886, p. 2; 27.12.1885, p. 3; 20.10.1885, p. 2; 08.10.1885, p. 2; 20.06.1878, p. 3.

DIÁRIO DO RIO GRANDE, Rio Grande, 11.02.1857, p. 2.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 01.09.1940, p. 6; 08.04.1937, p. 3; 05.08.1921, p. 3; 03.03.1916, p. 1; 24.01.1915, p. 1; 16.05.1913, p. 3; 02.07.1912, p. 1; 06.04.1909, p. 2;

13.08.1908, p. 2; 08.01.1908, p. 1-2; 28.11.1906, p. 2; 26.06.1904, p. 1; 07.10.1900, p. 2; 01.01.1898, Folhinha; 01.01.1898, p. 1, 3; 28.08.1894, p. 3; 08.11.1891, p. 2.

MÜLLER, Dalila. “*Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza*”: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MÜLLER, Dalila. *A Hotelaria em Pelotas e sua Relação com o Desenvolvimento da Região: 1843 a 1928*. 2004. 158 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2004.

MÜLLER, Dalila; HALLAL, Dalila R.; TEIXEIRA, Larissa P. Hotel Aliança: mais de 100 anos de história em Pelotas/RS (1843-1968). In: PORTIGLIATTI, Bruno; MONTEIRO Ricardo; BRAMBILLA, Adriana; VANZELLA, Elídio. *Turismo & hotelaria no contexto da história*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

O LIBERTADOR, Pelotas, 29.09.1927, p. 2; 27.06.1924, p. 2.

O PELOTENSE, Pelotas, 25.11.1851, p. 4.

O REBATE, Pelotas, 06.08.1916, p. 11; 07.06.1915, p. 2.

ONZE DE JUNHO, Pelotas, 05.11.1889, p. 2.



15

AS POMPAS FÚNEBRES NO ÁLBUM DE PELOTAS

Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho

Na primeira metade do século XX, a cidade de Pelotas movimentou forte comércio em torno das pompas fúnebres. As pompas fúnebres estão entre as manifestações referentes ao luto e à morte, que podem ser analisadas no grande grupo de itens que compõem o que chamamos de arte funerária. Se a arte cemiterial é aquela que adorna os cemitérios e seus túmulos – com rica carga escultórica, arquitetônica e ornamental – a arte funerária contempla uma vasta gama de artefatos e itens (incluindo também os da arte cemiterial). São fotografias, álbuns, anúncios, catálogos de marmorarias e produtos relacionados ao morrer, lembranças de missas de sétimo dia e velórios, carruagens fúnebres e paramentos usados pelas parelhas de cavalos, vestimentas, coroas de flores e caixões que trazem informações para conhecermos os ritos fúnebres de outrora. Nisso aparecem também as performances relacionadas aos atos funerários, os rituais e diferentes comportamentos e atos fúnebres, que possuem valor histórico e antropológico.

O Rio Grande do Sul possui ainda nos dias de hoje cemitérios belíssimos – alguns que são verdadeiras joias da arte funerária, como os cemitérios das cidades de Porto Alegre e de Jaguarão – e o Cemitério da Santa Casa de Pelotas – que está dentre os mais importantes do estado. Este cemitério possui em sua área nobre, um desenho muito equilibrado, dividido em quatro quadrantes repletos de arte cemiterial: estátuas de anjos, pranteadoras, alegorias, bustos, Cristos, mausoléus, ornamentos, florões, obras de arte únicas e seriadas. Possui áreas de sepultamentos diversas, de acordo com a classe social dos falecidos, suas etnias e confissões religiosas. Esquecido ao fundo deste cemitério, jaz

o território dos protestantes, igualmente adornado em mármore como a área nobre, com belas esculturas e destaque para as lápides de porcelana.

A necrópole da Santa Casa de Misericórdia começa a receber as inumações no final do ano de 1855, seguindo o preceito higienista de afastamento do morto das zonas urbanas de maior concentração para evitar a proliferação de doenças. Anteriormente os sepultamentos de Pelotas ocorriam em cemitério bastante central, como o que antecede a necrópole do Fragata – o Cemitério da Rua do Passeio – que funcionou de 1825-1855, em região da Avenida Bento Gonçalves, delimitada por Andrade Neves, General Argolo e General Osório. O novo cemitério teve de ser providenciado com brevidade devido ao cholera morbus (AIRES, 2018, p. 51-53).

Ainda hoje, mesmo diante do esquecimento em que caiu nossa joia tumular, podemos rememorar e imaginar o quanto linda deveria ser essa paisagem fúnebre, com jazigos ricamente decorados com coroas e guirlandas de saudades. Para termos uma ideia, basta olharmos para a fotografia mais importante da vida deste cemitério, a que ilustra nosso *Álbum* de 1922. A fotografia aparece em numerosos trabalhos acadêmicos e em algumas publicações sobre a cidade, pois até o presente momento é a única imagem conhecida do cemitério nas primeiras décadas do século XX. Vemos ao fundo a Capela do Bonfim, quando abrigava missas e exéquias, e uma pequena multidão, que parece sair da capela. A foto mostra o acervo funerário do cemitério plenamente consolidado, com seus principais túmulos. À esquerda, onde está a concentração da multidão que parece sair da capela, está o mausoléu do Dr. Frederico Bastos, hoje totalmente descaracterizado, mas que já foi um dos túmulos mais bonitos do cemitério. Vemos ainda o hábito de passear e admirar os monumentos funerários, como uma forma de revisitar velhos conhecidos, rememorar os que se foram, descobrir algo que encanta o olho e cativa a curiosidade quando se olha para um túmulo. O sol desenha na calçada das alamedas as sombras das cruzes, enquanto gentes de branco e preto passeiam entretidas com a paisagem pétreia, desfilando na memória a despedida de quem se foi nesse dia. O movimento na necrópole e a profusão de flores nos monumentos indica que a emblemática fotografia foi provavelmente obtida no dia de finados. A imagem aparece solta no *Álbum*, como um ponto ou aspecto cultural que se quer destacar ao elencar os aspectos culturais de uma cidade.

O belíssimo cemitério que vimos na foto provoca mais curiosidade: a de saber quem adornava a linda necrópole com seus monumentos pétreos. As marmorarias poderiam possuir ateliês e empregar escultores, fazendo por encomenda principalmente trabalhos menores como bustos, efigies, inscrições em lápides e colocação de todo tipo de túmulos, a maioria deles importada da Europa. Boa parte da ornamentação tumular dos grandes cemitérios gaúchos provém principalmente da Alemanha e da Itália. Em Pelotas, alguns túmulos no cemitério apresentam a pedra de lioz, o que pode significar importação de Portugal. As marmorarias ofereciam aos clientes modelos de túmulos que poderiam ser montados ao gosto do freguês, por escolha de monumentos elencados em um catálogo para encomendas, ou pela escolha de peças disponíveis na própria loja, como verificamos no anúncio da empresa de Angelo Giusti.



Figura 1: Vista geral do cemitério da Santa Casa de Caridade de Pelotas.

Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Porto Alegre teve na sua ‘Lomba do Cemitério’ diversas marmorarias que foram responsáveis pela ornamentoção de seus cemitérios, localizados nos altos da Azenha, hoje Avenida Oscar Pereira: Casa Aloys (1884); Floriani (1908); A Irmãos de Angeli com a Graniteira (1921); Irmãos Piattelli (1921); Lonardi e Teixeira (1928); Bertanha, Keller e Cia. (1933), dentre outras. Pelotas não fez diferente: trouxe suas principais obras importadas de outros países, por meio dos catálogos da Marmoraria Barsanti e da Marmoraria Giusti. De fato, há no cemitério de Pelotas obras da Marmoraria Casa Aloys e da Marmoraria Lonardi (ambas de Porto Alegre), mas boa parte do que se encontra ali e que se destaca veio das firmas pelotenses de Alfredo Barsanti e de Angelo Giusti. Sabemos também da existência de outras marmorarias em Pelotas: José Antonio dos Santos, José dos Santos Sobrinho e de Antonio Antunes Fernandes da Cruz.

O anúncio da marmoraria de Giusti mostra um homem na porta, talvez o próprio marmorista, que espera seu público com sua rica e permanente exposição de monumentos, cruzes, figuras e lápides, de todos os gostos e preços. A variedade se evidencia ao público que poderá escolher as formas pétreas que melhor transmitem seu peso relativo a perda de seu ente querido falecido. Giusti ainda aceitava encomendas de outros lugares, tal como acontecia com a cidade de Bagé, onde granjeou a antipatia do principal marmorista local, José Martinez Lopes (BASTIANELLO, 2016, p. 118-121). As cartas enviadas com as fotografias dos túmulos, mencionadas no anúncio, são um tesouro, até hoje intocado pelas mãos dos pesquisadores. Infelizmente, se perderam, mas era uma prática comum deste tipo de comércio a troca de cartas com as fotos dos projetos tumulares.

A necrópole deveria ser muito bem ornamentada e seus altares repletos de oferendas florais para festejar a memória de seus mortos e a vaidade dos vivos que se fazem lembrar ao erigir os túmulos. Assim, manter o cemitério bem florido fazia parte das pompas e da celebração post mortem. As flores “lembram-nos da beleza e da brevidade da vida. Elas têm servido como símbolos de lembrança desde que começamos a homenagear nossos mortos” (KEISTER, 2004, p. 41).



Figura 2: Officina de Marmores Angelo M. Giusti.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Sabe-se que desde a era paleolítica há sepultamentos com oferendas florais, e que tal prática se reproduz em diferentes sociedades, com variadas simbologias. Nossa costume de oferendas florais funerárias parece dever bastante à tradição mexicana, de origem asteca, do Día de los Muertos, mas certamente associam-se outras simbologias das flores. Mais do que ornamento, as flores funerárias representam sentimentos e intenções de quem as depõe, e podem expressar uma variedade de simbologias, conforme as flores e arranjos escolhidos. As casas de pompas fúnebres ofereciam as coroas de flores para os túmulos a preços competitivos (tal como os monumentos marmóreos) como vemos no anúncio do Estabelecimento Funerário de Constantino Ribeiro. Outro estabelecimento funerário que se fez marcar no *Álbum* foi a Casa de Pompas Fúnebres Moreira Lopes, fundada em 1882. O prédio, no centro da cidade, é até hoje uma das mais belas arquiteturas não somente de Pelotas, mas do Rio Grande do Sul, tanto pela sua fachada quanto por ser uma funerária, algo incomum mesmo nas cidades que possuem vistosos cemitérios. A Moreira Lopes sabia disso e por isso destacou em seu anúncio, também no *Álbum*: “instalada em vistoso prédio (...) e no melhor ponto da cidade a casa Moreira Lopes conserva magnífica exposição permanente de artigos concernentes ao seu ramo”.



Figura 3: Estabelecimento Funerário Constantino da S. Ribeiro.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Era usual que os estabelecimentos funerários distribuissem aos seus clientes “lembraças” como pôsteres e chaveiros, com uma estampa de outra particularidade funérea da cidade: as carroagens fúnebres, com suas elegantes parelhas de cavalos tordilhos paramentados para o evento de conduzir os falecidos até sua última morada. As funerárias utilizavam das carroagens como um símbolo publicitário, por atribuir o prestígio e elegância do enterro, o adorno, à classe social (FERNÁNDEZ, 2015, p. 251)

As carroagens circularam pela cidade até alguns anos da década de 1970 e marcaram a memória de muitas pessoas, tal como podemos ver no romance *A Superfície das Águas*, de Hilda Simões Lopes, publicado em 1997:

(...) Olhava as bandeirolas quando se aproximou um enterro. Na frente, a carroagem de madeira recoberta por esculturas preto e dourado, era puxada por três parelhas de cavalos tordilhos com as cabeças encimadas por plumas negras, em passo marchador solene, tinham os lombos encobertos por redes arrematadas em borlas quase arrastando o chão. As correias eram de couro preto, tais como as rédeas nas mãos do boleiro, que vestia sobrecasaca, luvas e cartola. O cortinado, em veludo negro arrematado por franjas e borlas douradas, apojava-se em quatro colunas trabalhadas em baixo relevo, e entre elas estava o caixão do morto – madeira esculturada, adornos em bronze. Em cima, alcançando vôo, dois anjos dourados. Depois, automóveis de capotas arriadas cheios de coroas de flores. Logo atrás a fila de carros, com mulheres de olhos vermelhos e lacrimejantes, nos quais escorregavam lenços de cambrai e rendas valencianas; os homens tinham olhos profundos. Em algumas casas, repetiam o comportamento de anos passados: cerravam portões e portas e os moradores espiavam a passagem do cortejo por detrás das frestas. Na porta da casa onde habitara o morto, estaria a mão de bronze agarrando gazes negras e roxas; ou alvas, caso de criança ou moça virgem. Então as carroagens eram azul-claro, ou brancas; mas sempre com ornamentos dourados e as madeiras, tão mais esculturadas quanto a categoria social de quem morrera. (SIMÕES LOPES, 1997, p. 142).

Diante deste texto, podemos imaginar, como deveria ser o cortejo, da condução do morto ao destino final da fria lápide que encerra a sepultura.

Por meio dos belíssimos anúncios do *Álbum* de 1922, pudemos conhecer um pouco da história da arte funerária de Pelotas e ver o quanto essas manifestações eram importantes para a sociedade dos anos 1920. Os anúncios sempre são destinados a quem pode comprar, e aqui, não fogem à regra. Cultuar a memória dos mortos, ao erigir monumentos funerários solenes na área nobre do cemitério e por ali passear deixando belas flores fazia parte do status social, da vida cívica e patriótica (MOTTA, 2009, p. 54). Era a morte dos ricos, pois os pobres iam até o cemitério no velho ‘Bate-Bate’ – como era chamado o carro fúnebre dos desfavorecidos economicamente – uma carroça simples que não tinha pompa alguma e que ganhou esse nome por causa do caixão ficar solto, batendo de lado a lado conforme o passo dos cavalos já bastante exigidos.

A propaganda da bela morte elencou nos anúncios tanto o cemitério quanto os principais estabelecimentos do ramo ao anunciarem sua presença em um documento tão importante quanto o *Álbum* de 1922. Vemos aí a importância do morrer bem. A cidade, mesmo na hora da morte, afirmou sua identidade social e construiu forte valor cultural, provando que as exequias desta cidade eram mais que pompas fúnebres, eram um verdadeiro elogio aos mortos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIRES, Anderson Pires. *A cidade cemiterial: Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1855-1976)*. 2018. 227 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.
- BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. *A memória retida na pedra: a história de Bagé inscrita nos monumentos funerários (1858-1950)*. Bagé: Ed. do Autor, 2016.
- CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. *História e Arte Funerária dos Cemitérios São José, em Porto Alegre*. São Leopoldo: Oikos, 2020.
- CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. Os cemitérios, lugares de cultura: um novo olhar e a patrimonialização desses espaços – o Minicurso de Arte Funerária. In: BACHETINI, Andréa Lacerda; BOJANOVSKI, Silvana de Fátima (org.). *Anais da Semana dos Museus da UFPel*. 2020. Pelotas: UFPel, 2018.
- DAMASCENO, Juliana Iost. *O anjo melancólico de Dora: réplica e alegoria no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas*. Monografia (Graduação Bacharelado em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis) – Universidade Federal de Pelotas, 2019.
- FERNÁNDEZ, Ana María Ojeda. *Los rasgos culturales de la muerte 1860-1930: Cerro Panteón Valparaíso*. Valparaíso: Departamento Histórico Patrimonial y Archivo Histórico, 2015.
- KEISTER, Douglas. *Stories in stone: a field guide to cemetery symbolism and iconography*. Salt Lake City: Gibbs Smith, 2004.
- MACHADO, Luciane Pacifico dos Santos. *Iconografia maçônica nas carroagens fúnebres de Pelotas*. Monografia (Graduação Bacharelado em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.
- MOTTA, Antonio. *À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros*. Recife: Massangana, 2009.
- SABALLA, Viviane. SILVA, Sérgio Roberto Rocha da. *Pelotas: A Arte Imortalizada*. Pelotas: Ed. Universitária – UFPel, 1998.
- SIMÕES LOPES, Hilda. *A superfície das águas*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1997.

16

CONFEITARIAS, CAFÉS E RESTAURANTES: ALIMENTAÇÃO E SOCIABILIDADE NO *ÁLBUM DE PELOTAS*

Fábio Vergara Cerqueira

O *Álbum de Pelotas* de Clodomiro Carriconde é uma fonte muito rica para o conhecimento dos serviços destinados a suprir necessidades de alimentação da população pelotense do início da década de 1920, seja de lugares onde se adquirem mercadorias para serem consumidas em casa, seja para consumo no local, como espaço de sociabilidade. Entre os 34 estabelecimentos que adquiriram espaço no *Álbum de Pelotas* para anunciar seu negócio ligado à economia da alimentação, podemos classificá-los em quatro categorias:

1. Casas comerciais especializadas na venda de produtos alimentícios mais gerais, mas que podem comercializar também produtos de ordens variadas (total de 15), podendo ser identificados como Armazéns ou Depósitos (5), Secos e Molhados (10) e Importados (1);
2. Estabelecimentos industriais que processam e vendem alimento beneficiado, no caso, incluem-se aqui os engenhos de arroz (4) e um armazém que refina açúcar, mas há casas comerciais ou padarias que atuam também no beneficiamento de açúcar ou café;
3. Estabelecimentos que fabricam pães e biscoitos (6), sendo três padarias e três fábricas de biscoitos, cabendo lembrar que as atividades de fabrico, venda e consumo no local se misturaram, inclusive com as confeitarias;

4. Locais de sociabilidade, para o consumo e degustação local de alimentos (7), sendo quatro confeitarias (duas de propriedade da mesma família), dois cafés e um restaurante.

Difícil avaliar o quanto este conjunto de anunciantes é representativo do conjunto da atividade econômica local ligada à cadeia de alimentos. Mas algumas estimativas podem ser feitas. Simões Lopes Netos (1911, p. 13), em relatório publicado em 1910, informava que neste ano estavam ativas em Pelotas 188 fábricas, 278 oficinas e 822 casas de negócios. Os anúncios veiculados no *Álbum* mostram como nem sempre é fácil discernir, apenas com base nos reclames, quando se trata de um estabelecimento industrial (“fábrica”) ou comercial (“casa de negócios”), visto que em muitos estabelecimentos anunciados estas funções se sobrepõem. Por esta razão, é difícil comparar relatórios diferentes, que podem adotar critérios variados para classificação do setor em que o estabelecimento atua.

Em 1920, conforme estudo de Alfredo da Costa (1920, p. 73), haveria 724 indústrias em Pelotas. Improvável imaginar que exatamente na década de 1910, com ciclo de crise que se estendeu por no mínimo quatro anos, tenha havido um crescimento da ordem de 300%. O relatório, entretanto, fornece-nos números mais precisos sobre os estabelecimentos alimentares que fabricavam os produtos, datados de dois anos antes da publicação do *Álbum*, de sorte que nos permite avaliar melhor a representatividade dos negócios anunciados face à atividade econômica local naquele momento. O estudo consta de 24 padarias, ao passo que no *Álbum* anunciam três; duas fábricas de biscoitos e duas de massas, enquanto no *Álbum* aparecem reclames relativos a três estabelecimentos deste tipo.

Alfredo da Costa menciona duas fábricas de torrar e moer café. Já na publicação de Carriconde encontramos duas referências à fabricação do café, mas sempre associadas a outros estabelecimentos alimentares que disporiam de chaminé, como é o caso da “Padaria e Fábrica de Biscoitos” da firma Xavier, Duarte e Cia, proprietária de diversos empreendimentos, ou do “Armazém Rocha Negra”, de Bento Agostinho Peixoto, ao lado do qual funcionava uma “Fábrica de Café Movida a Vapor”, não mencionada no reclame mas evidenciada na fotografia constante neste. Sabe-se, porém, pelo reclame que este armazém oferecia o serviço de “moagem de pimentas e cominho a vapor” – e como a fotografia mostra apenas uma chaminé, informando ainda sobre a moagem do café, deduz-se daí que o mesmo estabelecimento funcionaria como fábrica de café e armazém de produtos variados – tudo isto em um negócio formado por dois prédios (ao menos se vêm duas fachadas distintas), sobre os quais o telhado foi substituído por uma laje, que unifica as duas construções e serve de base para uma casa de madeira, talvez moradia do proprietário. Este é um exemplo de como a fotografia pode agregar informações relevantes não constantes no texto do anúncio. Alfredo da Costa menciona dois estabelecimentos fabris para refino do açúcar. Um destes pode ser o negócio de Nogueira & Neves, armazém que também oferecia o serviço de “refinação de assucar” (sic.).

Mas a onomástica comercial também desperta interesse, pois pode indicar vinculações políticas ou identitárias dos proprietários, assim como representações culturais da época. Sobre a razão do nome estabelecimento acima, “Rocha Negra”, ficamos na curiosidade, diante de duas possíveis explicações: os proprietários poderiam ser de origem árabe, numa referência à pedra negra encravada na Caaba em Meca (vale lembrar que nas duas primeiras décadas do século XX ocorre forte entrada na região sul de imigrantes de origem levantina), ou fariam uma alusão simpatizante à Loja Maçônica “Pedra Negra” de São Gabriel, conhecida pela sua primazia abolicionista, com a alforria de mais de 900 escravizados em 1884. No momento, difícil ir além dessas conjecturas.

Minha análise focará o setor de confeitorias, cafés e restaurantes, visto que permite refletir também sobre as mudanças de hábitos no tocante às sociabilidades urbanas, ao mesmo tempo que agrupa à compreensão da condição da cultura doceira pelotense como patrimônio cultural nacional intangível.

CONFEITARIAS

O ramos de confeitorias, situadas nas artérias mais nobres da cidade, tornou-se um dos grandes símbolos do sentido de vida urbana à época, lugar de encontros das famílias mais abastadas, nos seus passeios pela rua XV de Novembro, na qual, segundo imagem literária que nos passa Salis Goulart (1925, p. 4-5), em sintonia com uma visão mais elitista da cidade, os grupos populares, como operárias e operários, circulariam somente durante o Carnaval, e bastante deslocados frente aos costumes mais refinados. Trata-se de um provável exagero essa visão de Salis Goulart, mas traduz a concepção imaginária de cidade aristocrática da época, na qual essa rua era sentida como espaço das elites e seus costumes modernos e refinados – costumes emulados pelos setores médios urbanos que alargavam a base social consumidora dos negócios aí localizados, entre os quais as confeitorias (GONÇALVES, 2018, p. 116-117). Na rua XV, as distintas confeitorias eram lugares frequentados pelas “belas mulheres” da sociedade local, isto é, mulheres de famílias da elite, pois, como lembra o cronista social Dagoberto:

Pelas ruas, lindezas que passam. Mulheres... como tudo é formoso! Na Confeitora Nogueira, adoçam ainda mais os seus sorrisos, pequenas encantadoras... Lucy Amaral Bordini, acompanhada da senhora Alice Kramer Amaral. Depois Vera Nogueira e com a Sra. Olga Nogueira. (Dagoberto, “Pelotas Social”, *A opinião pública*, 30/05/1930, p. 4).

Mas estas confeitorias, assim como os cafés, eram também locais em que os cavalheiros debatiam política, às vezes avançando no horário, pois a eletrificação o permitia (GONÇALVES, 2018, p. 18), talvez como os senhores que vemos, nas fotos constantes nos anúncios do *Álbum*, em algumas das mesas dos salões da “Confeitora Dalila” e da “Confeitora Brasil”.

De um conjunto mais amplo de estabelecimentos, três são as doçarias que anunciam no *Álbum*, notando-se a ausência, por exemplo, de uma das maiores da época, a “Confeitora Nogueira”, de João Nogueira, a mais antiga, que em 1920 tinha endereço concorrido na XV de Novembro, atual nº 559, “fundada em 1898, especializada em

doces artesanais”, que “exportava para Portugal, Itália, França, Inglaterra e Estados Unidos (BOLOGINI, 2010, p. 52), cujos reclames encontramos nos exemplares do *Almanach de Pelotas* (RAMIREZ, 2017, p. 40-41) – é possível que em muitos casos houvesse algum compromisso de não anunciar em outros veículos da imprensa, como é o caso do *Álbum* de 1922, visto que a receita de anúncios era talvez a principal fonte de recursos para essas publicações.

No *Álbum*, encontramos um anúncio duplo das confeitorias “Dalila” e “Gioconda”. Mesmo que no anúncio informe sociedades não exatamente iguais – “Dalila” sendo de D. Souza Moreira e “Gioconda” de Moreira e Irmão – sabemos que a segunda é uma ampliação da primeira, a partir da incorporação de uma terceira, a “Confeitoria Brauner”, pertencente a Tancredo Braga, que era especializada em “finos BONBONS de crême” e que anunciava no *Almanach de Pelotas*. Em um reclame publicado nos dois primeiros números, em 15 de outubro e em 25 de novembro de 1911, anuncia-se que esta confeitoria possui uma fábrica de “caramelos e compota de pecegos Marca AGUIA” e que foi “premiada com medalha de OURO e PRATA na Exposição Nacional de 1908”. Ali o cliente encontrava “grande sortimento de Confeitos, Chocolate com crême e outros artigos da phantazia e caixas com finos BONBONS de crême”. Esta casa, que já estava ativa há algum tempo em 1908, ao ponto de ter condições de participar na exposição nacional na capital da República e sair com dupla condecoração, foi então vendida em 1921 a Domingos Moreira, que era proprietário da “Confeitoria Dalila”, que vai reabrir o estabelecimento como seção de bebidas (lembrando que ambas se comunicavam por dentro), dando-lhe o nome de “Confeitoria Gioconda”, que conquistou a clientela com os “gelados” (sorvetes) que fabricava (DEVANTIER, 2013, p. 78). Sem dúvida, com esta aquisição o proprietário não somente amplia e diversifica seu negócio, como elimina um forte concorrente, muito bem conceituado.

Quanto à diversificação, observe-se que, de fato, no anúncio, querem chamar atenção não somente pelos doces, mas também por dispor de “salas especiaes para bebidas”, o que nos faz pensar que o público de senhores ou senhoras pode ser organizar, entre os espaços para doces e espaços para bebidas, visto que implicam em sociabilidades e frequentaçāo de gênero distintas. A entrada da “Dalila” era pela Marechal Floriano, próximo à esquina da XV, ao passo que a entrada da “Gioconda” era na XV. Pelo cronista “V.M.”, que assina somente com suas iniciais, sabemos que a “Dalila” fazia parte da programação obrigatória dos lugares elegantes da cidade, aos quais denominava por horários. Assim, para o Cine Capitólio, tinha a “hora capitoleana”, para o Teatro Guarany, a “hora guaraniana”, e para as reuniões na “Confeitoria Dalila”, a “hora dalilana” (*Diário Popular*, 13 jun. 1930, p. 4).

Diferentes de outros negócios que vinculam ao anúncio prioritariamente a fachada ou o parque fabril, D. Moreira opta por colocar uma fotografia do salão interno da confeitoria, lugar de encontros das senhoras e senhores das famílias que circulavam pelo comércio mais requintado da rua XV, ou simplesmente por aí flanavam nas horas

vagas. A fotografia mostra o mobiliário, com balcões e armários com estilo *art nouveau*, mesas e cadeiras onde se acomodam clientes, além dos atendentes, com aventais brancos.



Figura 1: Salão da Confeitaria Dalila.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Uma segunda confeitoria que anuncia no *Álbum* é a “Confeitaria Brasil”, fundada em 1915 e pertencente a Manoel Leandro Gaspar e Cia., bem posicionada em uma esquina, em frente à Praça da República (atual Praça Cel. Pedro Osório), pela XV, “lugar de maior movimento da cidade”. Entre suas especialidades, a “Confeitaria Brasil fabrica diariamente as especiaes e procuradas ballas de Ovos, Nozes e Amendoadas”, que podem ser acompanhadas do Guaraná Espumante, fabricado em São Paulo, de que são o único representante.

O anúncio chama a atenção que “anexo à confeitoria está installada com luxo e gosto a sala especial para familias, onde tem sempre variedade de finos bon-bons, licores, doces, sorvetes e gelados”. Por “familia”, aqui, entende-se não famílias de operários, mas dos grupos sociais mais abastados, visto que é a estes que o espaço das confeitorias se destinava. O anúncio torna claro que o público alvo da confeitoria é um público com poder aquisitivo mais alto, visto apresentar-se como “casa de primeira ordem, especialidades em doces para casamentos, baptisados e banquetes”. A concorrente, “Confeitaria Nogueira”, também atende a todo tipo de encomenda e para tal “dispõe de peritos doceiros e confeiteiros”, como anuncia em um reclame do ano anterior, no

Almanach de Pelotas (1921, p. 262). Ou seja, as confeitorias destinadas ao consumidor de classes mais altas possuem salões confortáveis para o consumo no local, e a “Confeitaria Brasil” faz questão de mostrar no anúncio a foto do salão; mas estes estabelecimentos também estão preparados para receber encomendas para grandes festas.



Figura 2: Salão da Confeitaria Brasil.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Em ponto privilegiado que conecta a rua XV e a Praça Cel. Pedro Osório, a “Brasil” era bastante concorrida durante os festejos de Carnaval, e aí muitos recorreriam a ela não em busca de doces, mas de mesas para descansar e tomar uma bebida gelada, como na cena evocada no romance *A Vértigem* de Salis Goulart: “Na Confeitaria Brasil, em frente, os empregadores, empunhando garrafas de cerveja (...) e havia gente, a esperar que as mesas repletas se esvaziassem (...)” (SALIS GOULART, 1925, p. 3-4)

Por fim, a terceira doçaria a anunciar no *Álbum* é a “Confeitaria Gaspar”, de propriedade de Luiz D. Cunha e localizada na XV de Novembro n. 625, “em um dos pontos de mais movimento desta cidade”. Trata-se de uma doçaria que mais tarde se tornará muito forte, na memória da cidade sendo lembrada como concorrente da mais

conhecida, a “Nogueira”. Fundada em 1910, de fato era em 1922 razoavelmente nova (se comparada com a “Nogueira” e a “Brauner”, mas alegava como qualidade o fato de rapidamente se tornar popular: “Eis uma casa, que não sendo das mais antigas, é no entanto uma das mais populares desta cidade”, pois “dia a dia vem conquistando a preferência de todos os apreciadores de finos BONBONS, DOCES, CHOCOLATES e LICORES, não somente pela modicidade dos preços, mas também pelo rico e variado sortimento e pela gentil maneira com que a casa attende á freguezia”. Vê-se que a “Gaspar” defende, neste momento, uma outra linha de marketing, com um foco de mercado diferenciado das doçarias mencionadas acima: ao colocar a “modicidade dos preços” como um atrativo, busca conquistar para o consumo de suas guloseimas grupos menos abastados, talvez grupos médios de poder aquisitivo moderado, que igualmente estariam ávidos pelos finos produtos aí disponíveis. Talvez por adotar essa linha comercial e a todos atender bem, não importando o padrão socioeconômico do cliente (diferente do que ocorreria na “Nogueira” conforme sugere Salis Goulart), a “Gaspar” foi uma das confeitorias que mais cresceu nos anos que se seguiram, mantendo-se por muito tempo com as portas abertas. O editor do *Álbum*, Clodomiro Carriconde, que aparece como narrador na primeira pessoa do plural em vários reclames, manifesta especial gratidão e simpatia pela forma como fora acolhido pelo proprietário da “Gaspar” em sua visita à confeitoria, para preparar o reclame. Talvez nesta ocasião tenha feito a fotografia veiculada como parte do anúncio, na qual o senhor Luiz D. Cunha aparece, atrás do balcão.

Note-se na fotografia do interior da doçaria, em destaque, o proprietário, mas também os funcionários, e uma visão geral dos balcões e armários, dando ideia da diversidade de doces e bebidas disponíveis. Aqui não há interesse em se mostrar um salão com mesas e cadeiras para acomodar os consumidores, talvez sua ênfase sendo mais a venda para levar.

Como vimos, os estabelecimentos denominados confeitorias ganharam centralidade no modo de vida urbano da Pelotas dos anos 1920, escolhendo a agitada rua XV de Novembro e arredores como endereço, para acolher clientes de setores mais abastados, senhoras das famílias mais ricas acompanhadas de suas filhas, e senhores que se reuniam para debater política. Os produtos que se encontravam aí, para serem consumidos no local, levados para casa, ou encomendados para grandes festas da alta sociedade pelotense, eram muito diversos, como tipos variados de bombons, doces em conserva, chocolates e sorvete. Assim, nos tórridos dias de Carnaval, muitos, para “aliviar o calor”, encontrariam “sorvetes e gelados” nas “confeitorias Dalila, Gioconda, Gaspar” e em cafés e bares da XV, como o bar do Sete de Abril, “o Bar Pelotense, nos cafés Brasil, do Comércio e no popular Ba-Ta-Clan (endereço à Rua Andrade Neves)”, cujo nome, copiado do famoso congénere parisiense, por si só manifestava as intenções do local (DEVANTIER, 2013, p. 99).

Pelos sobrenomes dos proprietários das confeitorias mencionadas aqui, vemos que a totalidade dos proprietários são luso-brasileiros ou portugueses de origem: Braga, Cunha, Gaspar, Moreira, Nogueira e Souza. Por fim, leitor, ainda sobre as confeitorias,

cuidado para não confundir a “Confeitoria Gaspar”, fundada em 1910 por Luiz Cunha, com a “Confeitoria Brasil”, fundada cinco anos mais tarde, sem aparente nexo causal para a coincidência, por Manoel Leandro Gaspar.

CAFÉS

Em paralelo às confeitorias, espalharam-se pela cidade nas primeiras décadas do século XX os cafés, outro símbolo do conceito de “vida moderna” de então, marco das novas formas de sociabilidade. Entretanto, quando surgem na cidade estabelecimentos com esses nomes, e nos primeiros anos que se seguem, parece se confundirem um pouco, não havendo ainda a diferenciação mais clara de seus escopos como teremos nos anos 1920.

O *Almanach*, em sua primeira edição, de 15 de outubro de 1911, veicula um reclame do “Café Corrêa”, que ficava na rua XV de Novembro, em que anuncia “serviço especial em Café, Chá, Chocolate”, assim como “Fiambres, Sandwichs” e “Gelados para Banquetes”. Ao lado do anúncio do “Café Corrêa”, está a “Confeitoria Abelha” de Bernardino Barroso, que importa artigos de confeitoria, presta serviço de “refinação de assucar e torração de café”, mas disponibiliza também “armazém de seccos e molhados”.

Na década de 1920, cafés e confeitorias tornam-se duas alternativas independentes e diferenciadas como espaço de sociabilidade urbana. Diferentemente das confeitorias, abertas à frequentaçāo de homens e mulheres, os cafés tendem a ser espaços mais masculinos, e seu regime de horários muitas vezes extrapola o que seria recomendado a pessoas de famílias bem conceituadas na sociedade, pois alguns divulgam em seus anúncios estarem “abertos até altas horas”. Sabemos do surgimento de uma série de cafés na cidade, muitos nas artérias mais nobres, mas também os grupos mais populares vão dispor da oferta de cafés que aparecem também em locais mais distantes da XV e seus entornos. O mais conhecido nas primeiras décadas do século XX foi sem dúvida o “Café Nacional”, que, nas palavras de Salis Goulart, cujas percepções traduzem muito de como a cidade se pensava nos anos 1920, de um ponto de vista mais aristocrático,

Nos últimos tempos se tornara um verdadeiro formigueiro de boatos e de sussurro partidários, se agitava agora num arrastar de cadeiras, num murmúrio de xícaras que se abandonam, indicando movimento de atenção para a conversa próxima (SALIS GOULART, 1925, p. 31).

No *Álbum*, são anunciados dois cafés, o “Colombo” e o “Novo”. O “Café Colombo”, de propriedade de Antonio L. Moreira, na rua Vieira Pimenta esquina com Tiradentes, era um local mais popular, distante do burburinho da XV. Ali não se procurem requinte ou esmero. O foco principal é a venda de “bebidas nacionaes e estrangeiras”, bem como de “cigarros de todas as marcas”, além de “frios”. É um “café” de bairro portanto, próximo talvez do que hoje chamariamos de bar ou boteco de esquina, mas no qual se podem também comprar frios, para consumo de um sanduíche no local, ou para levar para casa. Mas preste-se atenção ao detalhe mais importante que diferencia este local das confeitorias: “conserva-se aberto até altas horas da noite”. Estamos aqui em

outra Pelotas, não aquela em que os setores mais abastados desfilam suas melhores roupas e se divertem em conversas elegantes saboreando deliciosos doces e chocolates, alguns fabricados no local pelos “peritos doceiros e confeiteiros”, outros importados. Não, aqui é um lugar mais popular, em que operários se sentiriam à vontade para frequentar, com suas roupas mais humildes, e esticar a conversa até altas horas, sem a “frescura” de doces delicados, mas com bebidas fortes. A fotografia veiculada com o reclame mostra uma charrete com o cavalo estacionada na frente do local, não mostrando preocupação em caracterizar como um lugar moderno. Tampouco divulga telefone ou telégrafo para qualquer encomenda, até porque seus clientes não teriam acesso a estes. Note-se que o proprietário deste estabelecimento, a crer em seu sobrenome Moreda, tem origem espanhola e não lusitana, talvez descendente de um destes tantos “orientais” (uruguaios) que vieram para Pelotas na segunda metade do século anterior.

O “Café Novo”, pertencente a Francisco Solano Pereira, era um estabelecimento ainda mais humilde, como revelam sua localização e seu prédio, quer pela dimensão diminuta, quer pelo estilo construtivo, que se manteve alheio às renovações arquitetônicas do ecletismo e do *nouveau*. Ficava na Praça da Constituição, a qual estava na margem direita do Canal Santa Bárbara, portanto do outro lado da ponte da Floriano, hoje na área abarcada pelo camelódromo *Pop Center*. Esta praça também era conhecida como Praça das Carretas, pois era um vazio que funcionava como um grande estacionamento para as carretas que vinham da campanha e da colônia, para vender seus produtos, principalmente gêneros alimentares. Esta região foi por muito tempo marginalizada e considerada mal frequentada. É aí que se situa este modesto café popular, que vende “cigarros, bebidas e variado sortimento de frios”.

A fotografia incorporada ao reclame deste Café apresenta três crianças de idades variadas, que talvez aí estivessem acompanhando e ajudando seus pais ou irmãos mais velhos, quando vinham da colônia trazendo produtos para venda na cidade. Alguns relatos de descendentes de imigrantes da Colônia Maciel, no 8º distrito de Pelotas, reportam exatamente suas recordações de infância, quando acompanhavam seus pais na carreta, e lembram de parar em locais em que havia portas com aberturas, fazendo as vezes de janelas, em que a pessoa podia se debruçar, tal qual essa que vemos no “Café Novo” (o senhor João Casarin, entre outros descendentes de imigrantes italianos da Colônia Maciel, nos narrou no início dos anos 2000 essas memórias que teriam ocorrido nos anos 30 e 40 do século passado).

Ao se observar o que está pintado na fachada do prédio, além do nome do proprietário, anunciam-se “frios e bebidas”, mas também “comidas a laminuta”. Ora, neste ponto da cidade, com grande afluxo de agricultores e viajantes que vinham ao centro urbano para vender seus produtos, era importante ter um lugar para se alimentarem. Nada do requinte das gulodices que se degustariam nas confeitarias da XV. Interessante observar já o uso do termo “a la minuta” para uma refeição simples, básica, de preparo rápido, como indica sua origem francesa, “à la minute”, ou seja, uma refeição feita em um minuto. Hoje no Rio Grande do Sul se compõe de um combinado de bife

de rês (ou frango) – mais usual dizermos “chuleta” –, ovo frito, batata frita, arroz, feijão e salada. Curiosidade: quais ingredientes comporiam o “a laminuta” do seu Francisco?

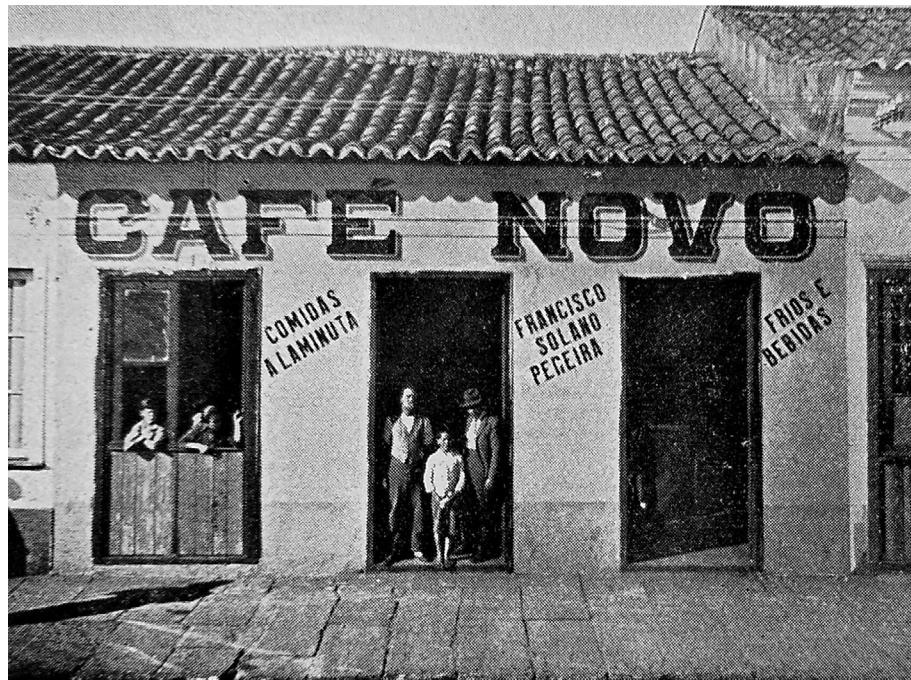


Figura 3: Fachada do Café Novo.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

RESTAURANTES

E já que falamos em servir refeições, apresentamos aqui o último entre os estabelecimentos alimentares anunciados no *Álbum*, o “Restaurante Antoninho”, de propriedade de Antonio Santos, que se localizava na rua XV de Novembro, n. 612. Seu objetivo primeiro – mas não único – era servir refeições, pois, segundo o reclame, o local oferecia “serviço de almoço, jantar, ceia”, e, para os mais apressados, assim como o “Café Novo”, oferecia o “serviço a la minuta” – aqui com uma grafia mais correta! Interessante que o local funcionava também como uma hospedaria, que “aceita pensionistas e dispõe de commodos”. O salão de seu restaurante podia ser usado também para a realização de banquetes.

Quanto ao hábito de fazer as refeições principais fora de casa, ainda não era algo bem visto nesta época. Portanto, essas refeições eram oferecidas principalmente

a viajantes, mas também a trabalhadores que precisavam comer fora de casa. Antes do “Antoninho”, sabemos da existência do restaurante “A Bohemia”, em 1920, na Rua XV de Novembro nº. 613, vizinho ao “Antoninho”, além do “Garage Fonseca”, que funcionaria desde aproximadamente 1915. É no final da década de 1930 que vão surgir mais restaurantes, com função específica de servir refeições. Só na XV, temos notícia do “Restaurante Gago”, fundado em 1935, substituído em 1937, neste endereço, pelo “Restaurante do Aymoré”, inaugurado em 1937, mesmo ano em que abre as portas o “Restaurante Bianchi”; dois anos depois, inicia o restaurante do “senhor Primitivo Pereira” (DEVANTIER, 2013, p. 176-177, 183). São avanços nas opções de serviços proporcionados pelas mudanças na vida urbana que não estavam contemplados na visão de modernidade própria das elites pelotenses dos anos 1920, que tinham a frequentaçāo das confeitarias como momento preferido de sociabilidade pública, fora dos domínios domésticos, em uma época em que o comer em restaurantes não era ainda tão bem visto.

Do mesmo modo como o “Café Colombo”, o “Restaurante Antoninho” está aberto “até altas horas da noite”. Pode-se pensar sim na alternativa para os hóspedes, no caso do “Antoninho”. Mas o anúncio da abertura até horário avançado da noite sinaliza para novos costumes, o início do que décadas mais tarde convencionou-se chamar de “vida noturna”.

Contudo, a abertura em horários avançados, mesmo que se sirvam ceias, destina-se principalmente ao consumo de bebidas e ao divertimento. Ainda não se trata aqui dos costumes boêmios de que a imprensa do fim dos anos 1940 reclamará, quando rapazes sairão bêbados a fazer arruaça e a perturbar o sono de famílias que dormiam em horários convencionais. Mas podemos enxergar nestes dois estabelecimentos, o “Café Colombo” e o “Restaurante Antoninho”, as primeiras manifestações, em termos de serviço e consumo, dos novos hábitos de vida noturna que se tornarão marca da vida urbana de algumas décadas depois. E a mim parece instigador observar o interesse do editor Clodomiro Carricande em dar visibilidade a esses negócios mais populares ou ao menos nem tão aristocráticos em suas concepções, que são espaços para hábitos nem tão bem vistos, mas que apontam para mudanças da sociedade, uma sociedade em que os grupos mais populares e trabalhadores terão maior visibilidade e maior peso político, a partir dos anos 1930 a 1950, e uma sociedade que vai passar a conviver, aos poucos, com “costumes noturnos”, em que a eletrificação permitiu todo um desenvolvimento de formas de sociabilidade e divertimentos “até altas horas”, e que colocam em xeque costumes estabelecidos.

REFERÊNCIAS

COSTA, Alfredo da. *O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o estado*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1920.

DEVANTIER, Vanessa da Silva. *Visões do Urbano. A rua XV de Novembro, Pelotas/RS*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

GONÇALVES, Mariana Couto. “*Andei, sempre tendo o que ver, e ainda não fora visto*”. A modernização urbana pelotense a partir de crônicas e fotografias (1912-1930). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

LOPES NETO, João Simões. *Revista do 1º Centenário de Pelotas*. Pelotas, 15 de outubro de 1911, n. 1.

RAMIRES, Adriane Pires Rodrigues. *Alma de Almanaque*: moda e modos de vida a partir dos reclames do *Almanach de Pelotas*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Católica de Pelotas, 2017.

SALIS GOULART, Jorge. *A Vertigem*, Porto Alegre: Globo, 1925.



17

AS ATIVIDADES COMERCIAIS NO ÁLBUM DE PELOTAS¹

Sidney Gonçalves Vieira

Dione Dutra Lihtnov

APRESENTAÇÃO

O presente texto faz uma análise dos anúncios contidos no *Álbum de Pelotas* de 1922, referentes às atividades de comércio, de serviços e outras de natureza semelhante ali anunciadas, bem como acerca da Associação Comercial de Pelotas e do Clube Comercial de Pelotas, também exibidos naquela edição. O tema ensejou uma análise, a partir da realidade atual, do setor terciário na cidade e sua importância para a formação do centro e de outras centralidades urbanas. Ficou evidente que a pujança das atividades comerciais observadas hoje no centro, possuem uma vinculação muito estreita com o desenvolvimento do setor já nos anos 1920. Fortemente impulsionada pela riqueza acumulada pelos grandes produtores de charque, a cidade assistiu, naquele tempo, à instalação de um grande aparato comercial, que lhe garantia o desenvolvimento cultural e o acompanhamento das grandes novidades apresentadas ao mundo. Em que pese os estabelecimentos já não serem mais os mesmos, a localização naquela época e a atual reforçam a importância do setor comercial na formação do centro da cidade. As mudanças nas tipologias, nas formas e nas próprias atividades denotam as transformações sociais e econômicas ocorridas na sociedade. Hoje, a popularização do centro e a formação de novas centralidades são consequências inevitáveis do crescimento populacional e físico da cidade, mas que, apesar de tudo,

1 Trabalho realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico—CNPq.

mantém o setor terciário com grande destaque para a economia local. Desse modo, foi possível uma análise dialética da realidade, fundamentada nas permanências e rupturas observadas no tempo e no espaço.

COMÉRCIO E SERVIÇOS NO ÁLBUM DE PELOTAS DE 1922

Quando o *Álbum de Pelotas* foi publicado, em 1922, a cidade contava com pouco mais do que os 45.000 habitantes contabilizados no censo de 1920 na área urbana, além dos cerca de 37.000 que habitavam a zona rural, totalizando uma população para o município com cerca de 82.000 habitantes (DE BEM, In: LONER; GILL; MAGALHÃES; 2012, p. 218 e segs.). Era uma cidade em pleno crescimento não apenas populacional, mas também social e econômico. Desfrutava ainda dos últimos benefícios trazidos pela riqueza acumulada pela indústria saladeril, grande motor do desenvolvimento urbano desde o final do século XIX e ainda no primeiro quartel do século XX (VIEIRA, 2005). A cidade vivia o alvoroço da modernização, que chegava pela instalação da energia elétrica, pelo funcionamento dos bondes elétricos, pela pavimentação das ruas e, sem dúvidas, pela excelência de sua praça comercial. Mas era uma modernização de limites precisos, pois as ruas centrais, verdadeiras definidoras da cidade, eram poucas, no total das 59 ruas existentes, das quais menos da metade era dotada de calçamento (GONÇALVES, 2018). O projeto de urbanização de Cipriano Corrêa Barcellos, de 1912, ainda estava promovendo a experiência desses benefícios trazidos pelas novas tecnologias.

Uma vista aérea da cidade mostraria os claros limites entre o espaço urbano e a periferia ainda a ser explorada. Os arrabaldes eram mais efetivos no Porto, Fragata, Três Vendas e Areal, mas como núcleos em formação, sem qualquer das características experimentadas pelo centro. Assim, o centro seguiu a tendência de se concentrar no entorno da elite dominante que habitava a cidade, constituindo, em algumas de suas ruas, a maior densidade de estabelecimentos comerciais, de serviços e instituições públicas e privadas que atendiam às demandas da sociedade, sobretudo dos hábitos compartilhados pela elite dominante. Afirmava-se, assim, a lógica da “economia de escala”, quando atividades semelhantes buscam a proximidade, com o intuito de se aproveitarem dos benefícios de uma pequena escala espacial, onde um maior número de ofertas está disponível para todos. Essa lógica permanece até que os efeitos benéficos dessa localização privilegiada se tornem negativos, pelo excesso de pessoas, movimento e as dificuldades que isso traz. A lógica se transforma em uma “deseconomia de escala”, promovendo, então, o afastamento dessas mesmas pessoas e a tendência de que as atividades se dispersem. Mas aqui ainda estamos na gênese da formação do centro da cidade de Pelotas, que se dá não apenas pela concentração de atividades, que se traduzem pelos fixos no espaço, representados pelas lojas, cafés e espaços de sociabilidade, mas, e principalmente, pela capacidade dessas atividades gerarem fluxos em direção a essa área, fazendo com que esse seja o lugar onde todos queiram estar e para onde todos queiram se dirigir, quando se trata de suprir necessidades de comércio, de serviços e de consumo.

Desse modo, não surpreende que a localização dos estabelecimentos comerciais, naquela época, se desse preferencialmente em torno dos mesmos endereços. Algumas ruas serão privilegiadas em função de conterem atrativos que se multiplicam uns após os outros, como os já citados referentes ao calçamento, iluminação, transporte e facilidade de acesso. Sobretudo, também estava garantido outro fator essencial na formação do centro, a proximidade das camadas de alta renda, que representam os principais consumidores desse mercado (VIEIRA, 2020).

O *Álbum de Pelotas* conta com 252 páginas, para fins desta análise, foram considerados 61 anúncios, sendo 47 referentes às atividades do comércio varejista de modo geral e 14 relativos a outras atividades, principalmente de prestação de serviços. Alguns estabelecimentos possuíam atividades que muitas vezes abarcavam o comércio varejista e o atacadista ao mesmo tempo, bem como realizavam também serviços (principalmente conserto, reparação e manutenção) e atividades de confecção de roupas, abrangendo outras classificações, além da comercial. Como se observou, por exemplo, no ramo da venda de confecções, que em muitos casos também oferecia o serviço de alfaiataria. Do mesmo modo, as livrarias, além do comércio tradicional de livros e artigos de papel em geral, em alguns casos, ofereciam serviços de impressão, típicos da indústria de transformação e tipografia, classificada como uma atividade técnica, entre outras atividades.

Como metodologia de classificação das atividades anunciadas no *Álbum*, se utilizou a CNAE 2.0 (Classificação Nacional das Atividades Econômicas, Versão 2.0), elaborada pela CONCLA (Comissão Nacional de Classificação), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (IBGE, 2021b). Para este fim, foram consideradas as classificações da Seção G (Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas), Divisão 47 (Comércio Varejista) e os respectivos Grupos, Classes e Subclasses, sempre que as informações permitiram o maior detalhamento da atividade. As atividades não correspondentes ao comércio varejista foram classificadas em suas respectivas Seções, que corresponderam aos seguintes resultados: C (Indústria de Transformação); H (Transporte, armazenagem e correio); M (Atividades profissionais, científicas e técnicas); e, S (Outras atividades de serviços).

As 47 atividades classificadas na Seção G, Divisão 47, referente ao comércio varejista, estão distribuídas da seguinte maneira: 19 atividades se referem ao comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho; 5 de comércio varejista de ferragens e ferramentas; 3 de comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria; 2 destinadas ao comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal e as demais divididas entre diversos ramos com uma atividade em cada.

Portanto, a maior parte dos estabelecimentos anunciantes se referia às atividades de roupas, confecções, peças do vestuário e acessórios ligados à moda de vestimenta pessoal. São comuns os destaque nos anúncios referentes à atualidade dos produtos comercializados e seu alinhamento ao que era oferecido na Europa, sobretudo em Paris. Tratava-se, como se vê, de um comércio fino e refinado destinado àqueles que podiam

ostentar a riqueza de suas origens sociais. Mais do que atender necessidades essenciais, o que se observa aqui é um comércio que atende ao consumo da moda para a elite.

O anúncio “Aos Grandes Armazens Herminios”, localizado na rua 15 de Novembro, deixa evidente, já pelo nome, o vínculo com a origem portuguesa de seu proprietário, Sr. J. A. Carvalho, e o estabelecimento presta uma homenagem a um dos mais destacados estabelecimentos de comércio da cidade do Porto, em Portugal, os *Armazens Hermínios*, que seguia a forma comercial dos *grand magasins* de Paris, ao melhor estilo do *Bon Marché*, cuja fama chega até nós. O anúncio da casa, fundada em 1902 em Pelotas, destaca que é a “que primeiro recebe as grandes variedades e modas de Paris”.

AOS GRANDES ARMAZENS HERMINIOS

..... DE

J. A. CARVALHO

CASA FUNDADA :: EM 1902 ::

Sr. J. A. CARVALHO
Proprietário da casa "Aos Grandes Armazens Herminios"

É A CASA QUE PRIMEIRO RECEBE AS GRANDES VARIEDADES E MODAS DE PARIS. ☺ ☺ ☺

SEMPRE GRANDE DEPÓSITO EM MERCADORIAS DE LEI.

CONFECÇÕES PARA SENHORAS E CRIANÇAS ASSIM COMO ARTIGOS PARA HOMENS. ☺ ☺ ☺

TEM TELEPHONE

RUA 15 DE NOVEMBRO, esquina GENERAL NETTO

PELOTAS - Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

End. Tel. "HERMINIOS"

AOS GRANDES ARMAZENS HERMINIOS

AOS GRANDES ARMAZENS HERMINIOS

Figura 1: Aos Grandes Armazens Herminios.

Fonte: Álbum de Pelotas. Acervo: NDH/UFPel.

A presença dos imigrantes no comércio local é uma tônica importante desde esse período, quando se observa o nome de estabelecimentos, como “*A Portuguesa*”, no Mercado Central, ou “*Flor da Syra*”, na Praça da República (atual Praça Coronel Pedro Osório), ou mesmo o nome dos proprietários como Aziz Al-Alam, da casa “*A Favorita*”, na rua Marechal Floriano, ou da casa “*Via. F. Behrensdorf & Cia*”, outro estabelecimento da rua 15 de Novembro. Evidencia-se, assim, que sempre foi comum o comércio praticado pelos imigrantes portugueses, sírios, libaneses, alemães, entre outros que vieram a constituir a elite do comércio em Pelotas.

A presença das livrarias no Álbum é outro ponto que merece destaque, não apenas pela oferta de variada bibliografia nacional e internacional, como também pela edição

de obras locais e de outros lugares. As livrarias desempenharam um papel importante no desenvolvimento cultural da cidade e gozavam de grande prestígio pela importância que tinham no cenário social (ARRIADA, 2012; SEGOVIA, 2014). No *Álbum*, os anúncios da “Livraria Universal”, da “Livraria do Globo” e da “Livraria Commercial” evidenciam a variedade de produtos disponíveis aos consumidores, bem como a diversidade de serviços incluindo tipografia, impressão, douração, encadernação, entre outros. As livrarias cumpriram um importante papel no acesso à leitura e na produção editorial, permitindo o desenvolvimento intelectual e a difusão da cultura na cidade.

LIVRARIA COMMERCIAL

TELEGRAMMAS: MEIRA M E I R A & C O M P. CAIXA DO CORREIO N. 18

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Casa Matriz: PELOTAS — Rua Andrade Neves, 604-606-608 — Filial: RIO GRANDE — Rua Marechal Floriano, 217

ENCOMENDAS

Dispondo esta casa dos mais ativos correspondentes no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Buenos Ayres, Montevidéu, Hespanha, Portugal, França, Inglaterra, Alemanha, Suissa, Estados Unidos, etc., etc., encarrega-se de mandar vir toda e qualquer encomenda de livros e outros artigos de qualquer ramo por modica comissão-

ESPECIALIDADE

em livros em branco, cadernos, caderetas, livros para borradores, costeiras, copiadores de todos os formatos, livros caixa, diário, razão, auxiliar, e executamos todo e qualquer modelo de livros para escripturação, em cujos trabalhos empregamos material de primeira ordem e o maior cuidado na fabricação. ☺ ☺ ☺



Vista geral da Livraria Commercial

FABRICAÇÃO DE CAIXAS DE PAPELÃO

Especialidade em obras de luxo Preços fóra de toda a competencia

PELOTAS — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Figura 2: Livraria Commercial.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Em termos de localização dos estabelecimentos comerciais, a organização do mapa mostrado na Figura 3, a partir da fonte propiciada pelo *Álbum de Pelotas*, demonstrou, em 1922, a preferência pela rua 15 de Novembro, desbanhando a rua Félix da Cunha na localização dos principais comerciantes. Observa-se que em seguida aparece a escolha das ruas Marechal Floriano, General Osório e 7 de Abril (atual D. Pedro II), entre outras destacadas no *Álbum*. Nesses logradouros irá se concentrar boa parte da atividade de comércio e de serviços, configurando o centro da cidade de Pelotas. Aliás, em estudos anteriores, se demonstrou que essa tendência à concentração nessa mesma área, perdurou até os anos 1960 e que somente a partir dos anos 1970 é que começa a surgir, ainda que de forma incipiente, o deslocamento de atividades centrais para o exterior da área original, processo que continuará até a formação de novas centralidades (LIHTNOV; VIEIRA, 2016).

Alguns endereços, como os da rua Andrade Neves, não puderam ser georreferenciados, tendo em vista que os anúncios não continham informações completas, ou as ruas onde se localizavam tiveram sua nomenclatura e numeração alteradas. Além disso, muitos lotes passaram por alterações, desde então, na forma do parcelamento do solo. Devido à impossibilidade imposta pelas restrições sanitárias decorrentes da pandemia por Covid-19, não foi possível a consulta às fontes primárias que poderiam esclarecer tais discrepâncias.

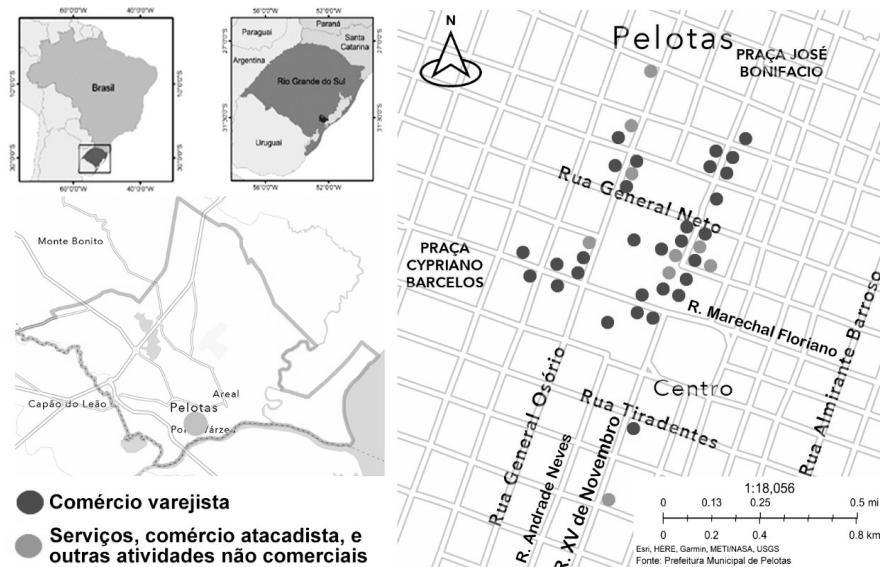


Figura 3: Mapa de localização e da distribuição de estabelecimentos comerciais no centro de Pelotas, conforme anunciado no *Álbum de Pelotas*, de 1922, de acordo com sua classificação. Fonte: Mapa base da Prefeitura municipal de Pelotas, 2021, editado pelos autores.

Além dos 47 anúncios que tratam de atividades comerciais, dos quais 30 aparecem no mapa, aqui também foram arrolados os anúncios cuja atividade principal anunciada não corresponde à atividade comercial varejista ou atacadista. O total de anúncios dessa tipologia corresponde a 14, dos quais 9 aparecem no mapa. O principal ramo de atividade encontrado nesses anúncios diz respeito à alfaiataria, cuja classificação, apesar de ser uma atividade diretamente ligada ao comércio de roupas e de tecidos, tecnicamente, está entre as atividades industriais, mais especificamente relativa à indústria de transformação, que diz respeito, entre outras, às atividades de confecção, sob medida, de peças do vestuário. Nesse segmento foram encontrados 7 anúncios. Depois, seguem as atividades de serviços propriamente ditas, correspondentes às atividades de serviços pessoais, caracterizados por 2 barbearias. Outros anúncios se referem às atividades de ourives, importação e exportação, consultório médico, entre outras.

A rua 15 de Novembro foi eternizada na memória social pelas vivências experimentadas pela sociedade da época e traduzidas nas crônicas de jornais e fotografias recorrentes, sempre destacando a modernidade e o desfrute da rua por uma elite que dela se apropriou. O pequeno trecho desta rua, entre a praça da República (atual Praça Coronel Pedro Osório) e a rua Voluntários da Pátria, foi onde se concentrou o principal comércio da cidade nos idos de 1922, conforme os anúncios observados no *Álbum*. Ali estavam lojas de modas, relojoarias, alfaiatarias, bazares, cafés, restaurantes e livrarias. Foi o local preferido para a realização dos passeios, dos encontros e de festas, como o carnaval. O trabalho de Devantier (2013) ao analisar a sociabilidade desta rua apresenta uma descrição precisa da apropriação da rua por uma parte da sociedade identificada com os ideais da modernidade da época. A rua 15 de Novembro concentrou não apenas os estabelecimentos fixos, mas, sobretudo, mobilizou os fluxos de deslocamentos tanto para o consumo no espaço das lojas ali localizadas quanto o consumo do espaço, representado pelo acesso ao lugar por onde transitava a sociedade dominante na época.

A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PELOTAS

Outro fato importante de se referenciar entre os anúncios contidos no *Álbum de Pelotas* de 1922 é a alusão à *Associação Commercial de Pelotas*. Respondendo aos anseios da época, um distinto grupo de mercantes locais se articulou em prol do comércio e da indústria instituindo, em 7 de setembro de 1873, a Associação Comercial de Pelotas. Por decreto, esta mesma instituição viria a ser considerada de utilidade pública pelo governo federal em 2 de janeiro de 1918. Ao longo de sua história, a entidade trouxe proeminentes contribuições ao espaço terciário pelotense, atuando como impulsionadora da estrada de ferro na província, uma poderosa alavanca de desenvolvimento do comércio à época. Considerada um dos órgãos de defesa de comerciantes mais antigos do país, a associação atuou em benefício de projetos que viabilizassem o desenvolvimento econômico e social da região sul do estado do Rio Grande do Sul, com destaque para a fundação da Gráfica Diário Popular Ltda.; o Centro da Legião Brasileira de Assistência de Pelotas; a incorporação em seu quadro de sócios, em 1919, da Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência (CTMR), atualmente extinta do mercado; a sugestão ao Banco do Brasil da criação de uma Câmara de Compensação de Cheques, em 1952; a inauguração do tráfego mútuo entre a CTMR e a Companhia Telefônica Nacional; além da reivindicação do asfaltamento da rodovia Pelotas–Rio Grande e a construção da ponte sobre o canal São Gonçalo, entre outros de relevância regional (IBGE, 2021). Desde a inauguração de sua sede, em 1942, a associação passou a figurar no Edifício Palácio do Comércio, situado à rua Sete de Setembro, 274. Atualmente, a entidade atua em diferentes segmentos do comércio local, sendo participante ativa nos Conselhos Municipais e no grupo Aliança Pelotas, que reúne lideranças empresariais da cidade. Cabe destacar ainda a filiação da instituição à Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande Sul (FEDERASUL) além da criação da Diretoria do Jovem Empreendedor e a Diretoria das Mulheres Empreendedoras, em 2017, ações que tiveram por objetivo

aproximar jovens empreendedores do protagonismo empresarial e comercial da região. (ACP, 2021).

A associação, desde seu início mostrou a força do empresariado comercial local, sendo capaz de articular não apenas o desenvolvimento do comércio, propriamente dito, mas também de uma série de melhorias para a cidade e a região. Por outro lado, há que se destacar, que pouco se vê na obra em análise acerca dos comerciários, importante força de trabalho imprescindível para o sucesso das atividades aqui destacadas.

O CLUBE COMERCIAL DE PELOTAS

Ainda, atesta a grandiosidade do empresariado comercial local o Clube Comercial de Pelotas. O Clube Comercial tem como marco de fundação a data de 17 de agosto de 1881, tendo na figura de Francisco Alsina seu primeiro presidente. Cabe destacar que a instituição foi concebida com o propósito de ser um espaço eminentemente masculino, pressuposto que foi superado ao longo do tempo. A primeira sede do Clube localizava-se na antiga Praça D. Pedro II, 106 (atual Praça Coronel Pedro Osório) onde atualmente está situado o Clube Caixeiral, espaço utilizado até outubro de 1888, quando se transferiu para a sua atual sede, situada na rua Félix da Cunha, 663, esquina com a rua General Neto. Transcorridos quase um século e meio de história, o clube viu seus dias gloriosos ficarem no passado.

Tombado no ano de 1983 como patrimônio cultural da cidade de Pelotas, o prédio histórico que abriga a sede da instituição sofre com a ação do tempo e falta de reparos adequados. O clube que chegou a ter milhares de sócios, já no ano de 2015, contava com apenas 80 sócios efetivos, fator que afetou diretamente sua monetização de modo que, em novembro de 2019, o clube foi forçado a fechar suas portas. Atualmente o clube enfrenta inúmeras adversidades em busca de recursos que viabilizem as reformas estruturais necessárias à reabertura de sua sede (DIÁRIO POPULAR, 2020).

No *Álbum* de 1922 as fotografias exibem o luxo e a beleza do Clube, expondo seus sumptuosos salões de baile, de leitura, de bilhar, entre outros. A vista geral do clube exalta a beleza da fachada de esquina, com destaque para o local onde funcionava o correio. As belas colunas internas da Grande Galeria aparecem adornadas por exuberantes cortinas, tapete e mobiliário destacado. O saguão e a escadaria da entrada são mostrados também em destaque. Até mesmo os corredores do clube ostentam mobiliário digno de nota.

Trata-se de um conjunto de fotografias que representam muito bem a importância do comércio para a cidade e da atividade dos comerciantes, enaltecidas em seu principal clube.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anúncios contidos no *Álbum de Pelotas* permitem uma análise muito rica não apenas das atividades comerciais e correlatas, ali presentes, mas também da formação do centro da cidade. Do mesmo modo, são reveladoras de importantes aspectos da sociedade

pelotense à época, deixando claro seus hábitos com relação ao consumo e o aparato a ele associado. A riqueza de detalhes das fotografias ao revelar as fachadas dos prédios, o entorno no qual estão inseridos, permite concluir acerca da qualidade do espaço urbano. Por outro lado, a imagem do interior dos estabelecimentos, permite inferir sobre a organização e a forma de apresentação dos produtos, entre outros elementos do consumo. Tudo isso, constituiu um raro exemplar de memórias da cidade, que nos permite, então, analisar as relações sociais existentes no período e melhor compreender as permanências que encontramos na atualidade e as rupturas que se geraram ao longo do tempo.

Certamente que as imagens contêm muito mais informações do que foi possível revelar neste espaço, deixando claro para estudiosos e pesquisadores que o *Álbum de Pelotas* de 1922 se constitui em uma fonte muito rica, que merece ser profundamente explorada.

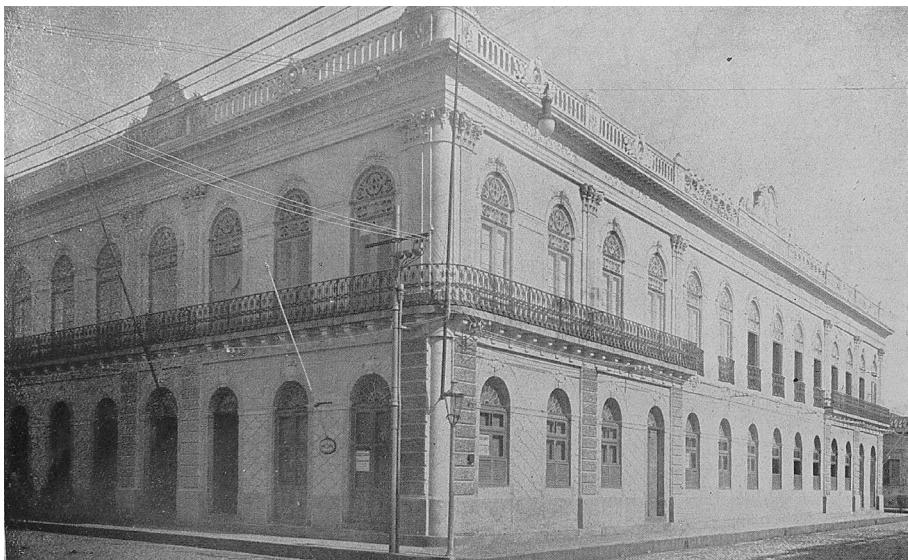


Figura 4: Clube Comercial de Pelotas.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

REFERÊNCIAS

- ACP. *Associação Comercial de Pelotas*. ACP, 2021. Disponível em: <https://acpelotas.com.br/>. Acesso em 29/08/2021.
- ARRIADA, Eduardo. Livrarias e editoras no Rio Grande do Sul: o campo editorial do livro didático. *35ª Reunião Anual da ANPED*, Ipojuca, PE, 2012. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/livrarias-e-editoras-no-rio-grande-do-sul-o-campo-editorial-do-livro-didatico>. Acesso em 30/08/2021.
- DE BEM, Emmanuel. População. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osório (org.) *Dicionário de História de Pelotas*. 2.ed. Pelotas: Editora da UFPEL, 2012. 295 p.
- DEVANTIER, Vanessa. *Visões do urbano. A Rua XV de Novembro, Pelotas/R.S.* Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.
- DIÁRIO POPULAR - Clube Comercial reabrirá as portas em três meses (20/07/2020). Disponível em: <https://www.diariopopular.com.br/geral/clube-comercial-reabririra-as-portas-em-tres-meses-152945/>/. Acesso em 29/08/2021.
- GONÇALVES, Mariana Couto. “*Andei, sempre tendo o que ver e ainda não fora visto*”: a modernização urbana pelotense a partir de crônicas e fotografias (1912-1930). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.
- IBGE. *Biblioteca*. IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=445809&view=detalhes>. Acesso em 30/08/2021.
- IBGE. *Classificação Nacional de Atividades Econômica Versão 2.0*. IBGE, 2021b. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas/classificacao-nacional-de-atividades-economicas>. Acesso em 30/08/2021.
- LIHTNOV, Dione Dutra; VIEIRA, Sidney Gonçalves. Localização comercial no tempo e no espaço: dinâmica na cidade de Pelotas, RS. In: V Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade. 2016, São Paulo. *Anais do V Colóquio internacional sobre Comércio e Cidade*. São Paulo: 2016. Disponível em: <http://www.labcom.fau.usp.br/?evento=v-cincci>. Acesso em: 27/08/2021.
- SEGOVIA, Gigiane Ferreira. O papel desempenhado pela Livraria Universal na cidade de Pelotas no período de 1887 a 1934. 2014, 122 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.
- VIEIRA, Sidney Gonçalves. *A Cidade e seu Centro*. Curitiba: Appris, 2020. 291 p.
- VIEIRA, Sidney Gonçalves. *A cidade fragmentada. O planejamento urbano e a segregação do espaço urbano em Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2005. 238 p.

18

OS ESPORTES NO ÁLBUM DE PELOTAS

Christian Ferreira Mackedanz

O desenvolvimento de práticas esportivas em Pelotas ocorreu em consonância ao contexto nacional. O Brasil no final do século XIX e início do século XX empreendia um processo de transformação de uma sociedade patriarcal para uma sociedade burguesa moderna. A chegada de imigrantes, o fim do trabalho escravizado e o deslocamento populacional para os centros urbanos favoreceram o desenvolvimento de um estilo europeu de vida, inspirado na Inglaterra e na França e marcado pelo deslocamento de uma vida centrada na família patriarcal para um viver por si, mais individualista (LUCENA, 2000).

A mudança da concepção de jogo para a de prática esportiva decorre destas mesmas mudanças que estão em curso, que buscam através do esporte reforçar o processo civilizatório através de valores como educação e autocontrole, tidos como fundamentais para um esportista (ELIAS; DUNNING, 1992).

O poder e a extensão do Império Britânico no século XIX favoreceram a difusão dos esportes modernos ingleses por todo o planeta. As próprias palavras inglesas *sport* e *sportsman*, que foram amplamente utilizadas nos demais países, atestam essa relação (FRANCO JÚNIOR, 2007). O ápice do processo de esportivização que ocorria por todo o planeta foi a retomada dos jogos olímpicos, em 1896, adequados ao ideário esportivo moderno. Em geral os países europeus, até pela proximidade geográfica e cultural com a Inglaterra, começaram a praticar os esportes modernos antes das nações dos demais continentes. Por isso, muitos dos imigrantes alemães, italianos, franceses, etc. que chegavam a Pelotas no final do século XIX traziam consigo essas práticas, o que explica os sobrenomes europeus nas diretorias de vários dos primeiros clubes esportivos da cidade. Os portos de Pelotas e Rio Grande também foram importantes

por oportunizarem trocas comerciais e culturais com os ingleses e com países vizinhos como Uruguai e Argentina.

Antes dessas mudanças culturais do final do século XIX a prática esportiva mais adaptada à lógica colonial/imperial brasileira era o turfe, por não demandar esforços braçais, na época associados aos escravizados, pela atitude senhorial e elegante do esportista e pela dominação de cavalos ser uma prática do universo da aristocracia rural do período. No final do século XIX o remo torna-se uma prática esportiva importante nas cidades costeiras, já fruto desta mudança de concepção acerca das práticas corporais, pela aquisição de músculos e pela exibição pública (MELO, 2001).

Na cidade de Rio Grande/RS, em 1860, foi realizada a primeira corrida de barcos (canoas, escaleres e botes à vela) do Rio Grande do Sul. Anos depois, em 1865, outra grande corrida foi assistida por Dom Pedro II, que visitava a cidade. Já Pelotas possuiu a primeira associação esportiva do Rio Grande do Sul dedicada à prática de competições náuticas, o Club de Regatas Pelotense, fundado em 1875. No entanto, a primeira cidade gaúcha a realizar o remo com todos os elementos do esporte foi Porto Alegre, através do Club de Regatas Porto-Alegrense, de 1884 (SILVA, 2015).

O primeiro clube de Pelotas já adequado aos elementos do esporte foi o Club Sportivo Pelotas, que foi fundado em 1908 e em 1910 realizou regatas oficiais. Em 1912 o Club de Regatas Almirante Barroso, fundado em 1905, em Porto Alegre, visita Pelotas, o que parece ter movimentado os esportes náuticos e aquáticos da cidade. Em 1914 é fundado o Club Natação e Regatas Pelotense. No quadro de fundadores constavam brasileiros, mas também seis integrantes com sobrenomes estrangeiros (os alemães Adolpho Schwab, João Stosch e Júlio Gross, o italiano João Fiorda, o francês Auguste Durand e o uruguaio Trajano Ignacio de Medeiros), o que demonstra a multiplicidade de culturas da cidade. O clube se coligou com clubes de Porto Alegre e movimentou o cenário dos esportes náuticos e aquáticos da região, inclusive com a implantação do Polo Aquático (uma modalidade semelhante ao handebol, mas praticada numa piscina), cuja primeira disputa realizada na região Sul do Rio Grande do Sul ocorreu na regata anual do clube, em 1915 (SILVA, 2015).

O Club de Natação e Regatas Pelotense foi o primeiro do interior a competir no Campeonato Estadual da Liga Náutica Rio-Grandense, tendo conseguido o segundo lugar na prova Liga Náutica da competição de 1916. Outras fontes indicam que foi em 1917 que o clube participou pela primeira vez da competição. De qualquer forma, estes dados indicam que o clube foi o primeiro do interior do estado a adotar o sentido de esporte moderno predominante no período. Também é conhecido por relacionar outras manifestações culturais a prática do remo, como a Canção do Remador, cuja letra enfatizava o nacionalismo, o clube e a cidade de Pelotas através do seu apelido, Princesa do Sul (SILVA, 2015).

Outro feito do clube, considerado importante para a expansão dos esportes náuticos e aquáticos no interior, foi a organização de uma guarnição composta por mulheres, chamada de Nymphas, numa nítida referência a divindade dos rios na

mitologia grega. Elga Stoch foi a primeira representante da guarnição feminina. Várias gerações da família Stoch estiveram ligadas ao clube (MEDEIROS, 2004).

O clube foi um importante espaço de lazer, com a organização de piqueniques e bailes. Outras duas atividades passaram a ser organizadas pelo clube em 1917, os saltos ornamentais e a luta romana (SILVA, 2015).

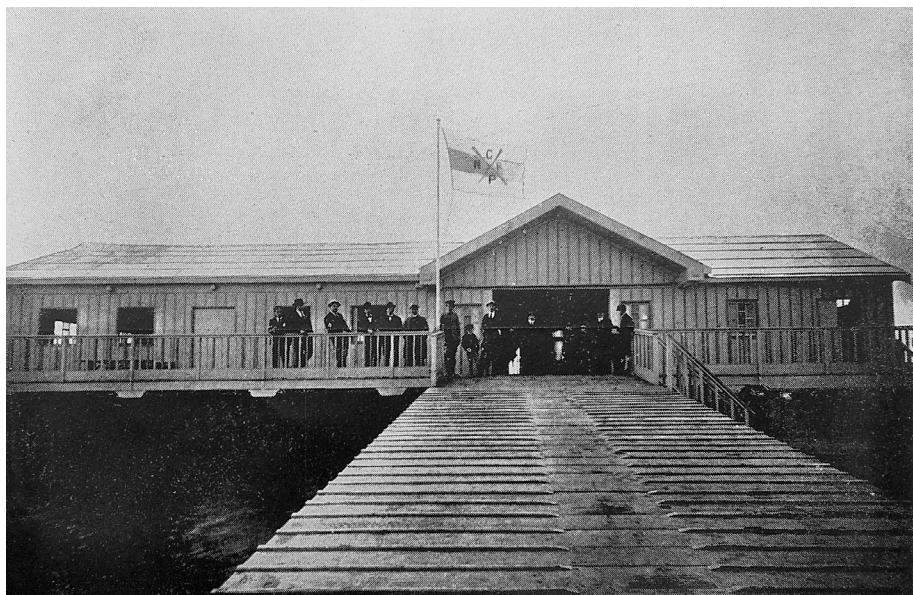


Figura 1: Sede Social do Club de Regatas e Natação Pelotense.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

O futebol é mais um produto de exportação inglês que desembarca no Brasil no final do século XIX e rapidamente se adequa ao ideário de modernidade e higienismo do período, buscando a adesão a uma vida atlética e saudável por parte da população (MASCARENHAS, 2014).

A primeira partida de futebol disputada em Pelotas teve relação direta com as características portuárias das cidades de Pelotas e Rio Grande, que propiciaram a criação do Sport Club Rio Grande, clube fundado por descendentes de alemães e ingleses em julho de 1900, reconhecido nacionalmente como o clube mais antigo em atividade do Brasil. Em 6 de outubro de 1901 o S. C. Rio Grande veio à Pelotas e disputou uma partida de futebol no Parque Fragata (RIGO, 2004).

Já o primeiro clube de futebol de Pelotas foi materializado através da proximidade com o Uruguai, país onde o futebol já era praticado a mais tempo. Octávio Mascarenhas

trouxe a bola e as regras do jogo de Montevidéu e fundou o Athlético Foot Ball Club, cuja camisa era azul celeste (ALVES, 1984).

A partir de 1906 vários clubes de futebol são criados, o que indica que este esporte ia aos poucos caindo nas graças da população pelotense e ganhando mais espaço nos jornais, antes dominados pelo turfe, principalmente, e pelas regatas.

A 99^a e a 100^a páginas do *Álbum* de 1922 percorrem a cronologia do crescimento do futebol pelotense entre 1906 e 1922, ressaltando momentos importantes, como a fundação da Liga Pelotense de Foot-Ball em 1907, cujo primeiro campeonato ocorreu em 1908, e a fusão do Club Sportivo Internacional e do Foot Ball Club, em 1908, que originou o Sport Club Pelotas (RIGO, 2004). Importante também o destaque dado a estrutura esportiva do S. C. Pelotas, pois o Estádio Boca do Lobo, antigamente chamado de Estádio da Avenida, foi inaugurado em 25 de outubro de 1908 e é reconhecido como o estádio de futebol mais antigo do Brasil em atividade.

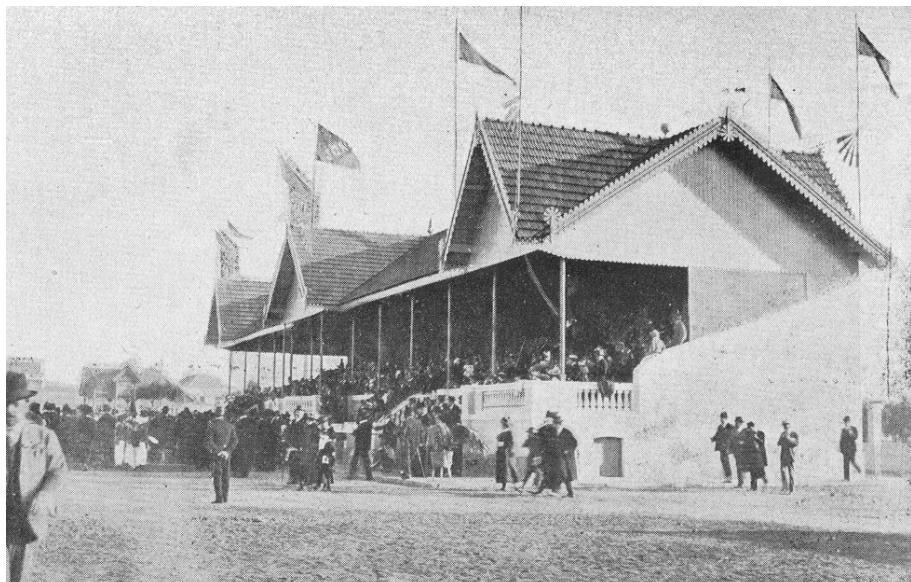


Figura 2: Pavilhão do S. C. Pelotas cheio de torcedores que apreciam uma importante partida.

Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Outros acontecimentos futebolísticos narrados pelo *Álbum* são: a aclamação do S. C. Pelotas em 1911 como Campeão Estadual, após vencer amistosos contra equipes de outras cidades gaúchas, título reconhecido pelas equipes derrotadas, mas não oficial e muito questionado à época, principalmente por clubes da cidade de Rio Grande (ALVES, 1984); a reorganização da Liga Pelotense de Foot-Ball em 1912 e a retomada dos campeonatos em 1913; o título de Campeão Estadual do Grêmio Sportivo Brasil, conquistado logo na primeira edição da competição, em 1919.

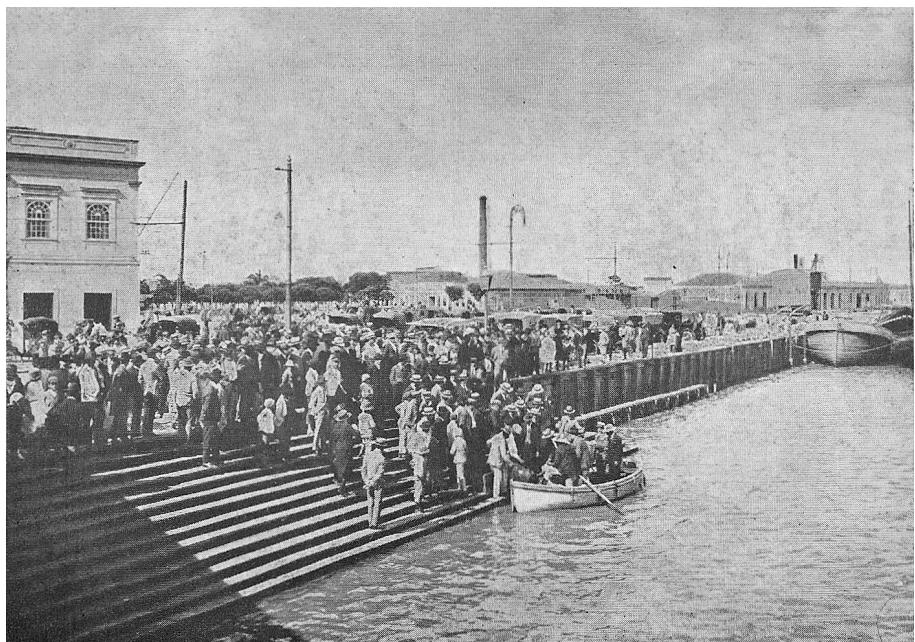


Figura 3: A chegada do G. S. Brasil, campeão Estadual em 1919.

Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

O *Álbum* também destaca a existência, em 1922, de quatro ligas de futebol na cidade: a Liga Pelotense, a Liga Cassiano do Nascimento, a Liga Acadêmica e a Liga José do Patrocínio, no entanto, não faz maiores esclarecimentos sobre as motivações para a existência de diferentes ligas e as origens e vínculos sociais dos clubes que as integravam.

A Liga Pelotense de Foot-Ball abrigava as equipes de maior poder aquisitivo da cidade. Algumas mais ligadas à elite, como o S. C. Pelotas, outras, constituídas por imigrantes, comerciantes e seus empregados/operários, como o G. S. Brasil, que somente na segunda metade da década de 1920 começou a incorporar jogadores negros de forma mais consistente no seu elenco (MACKEDANZ, 2016), característica que hoje é muito forte na identidade do clube. Uma ausência importante, que deve ter sido percebida pelo leitor, é a do G. A. Farroupilha, clube que ainda não havia sido fundado em 1922. A equipe foi criada em 1926 por militares, com o nome de G. A. 9º RI (Regimento de Infantaria) e trocou de nome após conquistar o campeonato estadual de 1935, que comemorava os cem anos do início da Guerra dos Farrapos (ALVES, 1984).

Em 1914 surge uma segunda liga na cidade, a Liga Cassiano do Nascimento, fundada por clubes com os mesmos vínculos sociais descritos acima, mas com menos recursos financeiros. Esta Liga se tornou uma espécie de segunda divisão da cidade, pois o G. S. Pelotense, campeão de 1914 da Liga Cassiano do Nascimento disputa a Liga Pelotense de Foot-Ball em 1915.

Mas nem sempre os clubes da Liga Pelotense aceitaram facilmente o ingresso dos clubes campeões da Liga Cassiano. O vencedor de 1915, S. C. Democrata, não disputa nenhuma das duas Ligas em 1916. O vencedor de 1916, Colombo F.C., até começa a disputar a Liga Pelotense em 1917, mas dias depois o S. C. Pelotas, o G. S. Ideal e o S. C. Rio Branco decidem abandonar a competição. A pressão parece dar resultado e o Colombo F.C. é retirado da Liga Pelotense. A equipe, indignada, informa que irá fazer parte da Liga de Futebol da cidade de Rio Grande, porque lá poderá ser da primeira divisão (MACKEDANZ, 2016).

A Liga de Foot-Ball José do Patrocínio foi criada em 1919 por clubes de operários negros da cidade de Pelotas. O clube negro mais antigo da cidade era o S. C. Juvenil, fundado em 13 de maio de 1908 (no aniversário de 20 anos da Abolição da Escravatura). A segunda equipe negra foi o S. C. América do Sul, fundado em outubro de 1911. A terceira foi o S. C. Universal, fundado em agosto de 1912. Estes três clubes, mais o S. C. Vencedor, fundam a referida liga em junho de 1919 após alguns meses de tentativas frustradas de ingresso na Liga Pelotense de Foot-Ball (MACKEDANZ, 2016). Ao longo da sua existência a Liga de Foot-Ball José do Patrocínio desempenhou também um importante papel político, sendo entendida como uma questão de honra “para todos os jovens e velhos pertencentes à nossa camada social, que veem e sabem como somos tratados pelos invejosos que por aí andam a pregar a bestialógica separação das raças” (A ALVORADA, 14/09/1919). Nos anos seguintes outros dois clubes negros ingressam na Liga, o S. C. União Democrata e o G. S. Luzitano (MACKEDANZ, 2016), completando assim as seis agremiações citadas pelo *Álbum*.

A Liga Desportiva Acadêmica foi fundada em 1920 e, como o nome sugere, era composta por alunos dos cursos superiores da cidade. A sua primeira diretoria era composta por: “Pres. Olavo de Carvalho Freitas (direito); sec. Olavo Torres (agronomia); tes. Ely de Azambuja Germano (FFO)” (O REBATE, 22/06/1920).

Uma busca nos jornais da cidade do período indica os clubes que disputavam a competição. O G. S. Assis Brasil foi fundado em agosto de 1912 pelos alunos da escola de Agronomia, o G. A. Tamandaré foi fundado em abril de 1915 pelos alunos da Faculdade de Farmácia e Odontologia e de Direito de Pelotas (MACKEDANZ, 2016). Embora os nomes das diretorias dos clubes não sejam os mesmos da Liga, o que é provável já que se passaram mais de cinco anos entre as publicações, o que chama a atenção é que a diretoria da Liga é composta justamente pelos cursos desses dois grêmios apresentados acima: Direito, Agronomia e Faculdade de Farmácia e Odontologia (FFO).

Portanto, ao destacar o Clube de Natação e Regatas Pelotense e os clubes e ligas de futebol pelotenses, o *Álbum de Pelotas* de 1922 demonstra que a cidade está inserida nas práticas esportivas mais avançadas da época. O lugar de destaque ocupado por Pelotas no âmbito esportivo do período se deve, principalmente, ao capital econômico que a cidade possuía no final do século XIX, a significativa presença de imigrantes europeus tanto na zona rural quanto na zona urbana, e a sua localização geográfica, pois os portos de Pelotas e Rio Grande conectavam a cidade diretamente com viajantes e comerciantes

ingleses, bem como com Buenos Aires e Montevidéu, cidades que começaram a praticar esportes anteriormente à maioria dos centros urbanos brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Eliseu. *O futebol em Pelotas*. Pelotas: Livraria Mundial, 1984.
- CUNHA, Aline Nunes. Um Estudo Genealógico dos clubes de remo em Pelotas: Regatas Pelotense e Náutico Gaúcho. In: *Horizontes Urbanos*. GILL, Lorena Almeida; LONER, Beatriz Ana; MAGALHÃES, Mário Osório (Orgs.). Pelotas: Armazém Literário, 2004.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
- FRANCO JÚNIOR, H. *A Dança dos deuses*: futebol, cultura e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *O esporte na cidade*: aspectos do esforço civilizador brasileiro. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- MACKEDANZ, Christian Ferreira. *Racismo “nas quatro linhas”*: os negros e as ligas de futebol em Pelotas (1901-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.
- MASCARENHAS, Gilmar. *Entradas e Bandeiras*: a conquista do Brasil pelo futebol. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- MELO, Victor Andrade. *Cidade Sportiva*: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- RIGO, Luiz Carlos. *Memórias de um Futebol de Fronteira*. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2004.
- SILVA, Carolina Fernandes da. *Esportes Náuticos e Aquáticos no Rio Grande do Sul, Brasil*: esportivização e contatos culturais nos clubes. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

19

AS FÁBRICAS NO ÁLBUM DE PELOTAS

Aristeu Elisandro Machado Lopes

Apartir da segunda metade do século XIX, Pelotas já possuía uma diversidade de estabelecimentos fabris com linhas de produção variadas. A multiplicidade das atividades fabris permaneceu nas primeiras décadas do século XX, sofrendo um decréscimo a partir de então com o fim das pequenas fábricas. Muitos produtos que ainda tinham uma fabricação menor e local já não conseguiam competir com as grandes indústrias, inviabilizando a continuidade dos negócios. Determinados tipos de produtos não acompanharam as transformações tecnológicas e as necessidades da sociedade enquanto outros foram substituídos por produtos fabricados em larga escala e por grandes companhias.

Neste capítulo, serão averiguadas as propagandas das fábricas de Pelotas veiculadas no *Álbum*, o que permite perceber que, em 1922, havia uma diversidade de estabelecimentos fabris. Na publicação constam 26 anúncios nos quais a palavra “fábrica” antecedia os estabelecimentos divulgados ou apareceram no texto de suas apresentações. Nesse total, também estão inclusas aquelas nas quais aparecem a palavra “fabricação” (duas propagandas) e “manufatura” (uma propaganda). Como será constatado na sequência do texto, algumas fábricas tinham uma produção em maior escala (as cervejarias, por exemplo), outras, em média escala (como as de velas e de sabões); certas fábricas manufaturavam determinados produtos (conforme atestam aquelas de moagem de café e de fumo) enquanto determinadas fábricas ainda atuavam em uma produção que pode ser considerada manual (panificação e biscoitos).

No período entre os anos de 1890 e 1925, o município de Pelotas contava com fábricas de balas e caramelos, biscoitos, banha, calçados, conservas, carroças, chapéus, cerveja, café, elixir, escovas e vassouras, fumos, louças, malas e baús, móveis, roupas, refinação de graxa, sabão e velas, vidros, massas, destilação de álcool, tijolos e ladrilhos,

refinamento de açúcar e curtumes (LONER, 2016, p. 335-337). Essa relação — que não representa a totalidade dos tipos de fábricas — demonstra as necessidades de consumo daquele tempo e aponta para as tecnologias de produção do período. As fábricas de calçados, chapéus e roupas estavam relacionadas com o vestuário da época e poderiam ser direcionadas a grupos sociais distintos, produzindo desde sapatos mais baratos para os mais pobres até chapéus elegantes para as moças e senhoras mais ricas.

O *Álbum de Pelotas* apresentava em suas páginas propagandas de variadas fábricas, algumas delas dos mesmos segmentos já apontados. A publicação, no entanto, não contempla o universo dos estabelecimentos, mas oferece uma possibilidade para analisar os diversos produtos que eram confeccionados ou manufaturados nos anos 1910 e 1920. Além disso, algumas propagandas traziam a descrição do produto, outras informavam o(s) nome(s) do(s) proprietário(s) e, quase todas, indicavam a localização e uma imagem, sobretudo uma fotografia. Em sua maioria, os registros fotográficos enquadravam a fachada da fábrica, enquanto outras registraram o seu interior. Em praticamente todas as fotografias, transeuntes ou trabalhadores compuseram o registro.

Algumas fábricas constam no *Álbum* em página inteira, como, por exemplo, a Fábrica Leão, de Garcia, Massot & Cia, localizada na Rua Almirante Barroso, 602 (Figura 1).



Figura 1: Fábrica Leão.

Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

A propaganda destacava que era uma “indústria brasileira”, com duas seções de produção. Uma dedicada aos “sabões e velas”: “Sabão. Especialidade das marcas: Rajado, Econômico, Sólido e Progresso. Sabão de côco: Branco e Azul Hespanhol. Sabonetes: de côco e alcatrão. Velas Sebo, pacotes n.4, 6 e 8”. Esta seção ainda contava com uma “Refinação de Graxa”. A segunda “de Destilação”: “Conags, Aniz, Vermouth, Genebra,

Quinado, Aguardente, Vinhos de Frutas, Licores”. O anúncio informava também que a fábrica possuía um “Permanente depósito do especial vinho engarrafado marca Barbera”. A fotografia apresentava “O grande prédio da Fábrica Leão”. O fotógrafo se posicionou de forma a enquadrar todo o prédio, destacando, de fato, a sua amplitude. A entrada da fábrica se dava por duas portas, sendo uma delas na esquina, a qual era encimada, na platibanda, com o nome do estabelecimento guarnecido, logo acima, por duas esculturas de leão, uma de cada lado. Além das portas e janelas abertas, estavam estacionadas na rua três carroças, as quais, possivelmente transportavam os produtos da fábrica. Nota-se que os condutores também estão nas carroças parecendo indicar que foram previamente informados sobre a captação da imagem.

Os demais fotografados talvez fossem transeuntes, que passavam ao acaso e pararam para o registro ou, então, clientes convidados para se posicionarem diante da fachada. Já os três homens encostados na parede entre as duas portas, com roupas mais simples que os demais parecem indicar se tratar de trabalhadores, talvez da Fábrica Leão. Os dois homens que estão na porta da esquina, com roupas distintas em relação àquelas dos demais, poderiam ser os proprietários da fábrica, uma vez que eles estão em uma posição privilegiada para o registro. A organização da captação da fotografia, o prédio com as portas abertas, as carroças e seus condutores e a presença das demais pessoas, sugere que o fotógrafo — ou os proprietários da fábrica — escolheu um dia útil da semana para a realização, demonstrando uma atividade fabril em movimento e um negócio próspero.

A fotografia ainda captou duas pessoas na janela, na parte esquerda da fotografia. Não está nítido se são duas mulheres ou uma mulher e uma criança. Talvez fossem também trabalhadores, mas igualmente relevante apontar a hipótese de que ela fosse a esposa de um dos proprietários e, quiçá, uma parte da fábrica também servisse de residência a pelo menos um deles.

Outros estabelecimentos que também foram destacados em página inteira e igualmente produziam bebidas são a Companhia de Cervejaria Ritter e a Cervejaria Sul-Riograndense. A primeira estava instalada na esquina das atuais ruas Marechal Floriano e Professor Araújo. A propaganda destacava o “grande edifício” da Cervejaria, a qual era “incontestavelmente uma das mais acreditadas fábricas do nosso estado”. O texto enfatiza que “o visitante que porventura percorre as diversas seções da poderosa fábrica Ritter, fica logo impressionado pelo conforto e completa apropriação das instalações dos diferentes compartimentos”. As marcas das cervejas produzidas também constavam no anúncio: “Pelotense, Pilsen, Ritter, Brau Preta e Maerzen Bier”. Por fim, igualmente ressaltava que a cervejaria “muito honra a indústria Riograndense”.

A segunda estava localizada na região do Porto de Pelotas, na Rua Benjamim Constant. A propaganda, da mesma forma que aquela da cervejaria concorrente, também ressaltava o “alteroso e confortável edifício” que abrigava a fábrica. Fundada em 1889, “é atualmente uma das mais poderosas fábricas de cerveja do Estado do Rio Grande do Sul”. Num discurso valorativo da atividade do capital e dos supostos qualificativos pessoais de seu fundador, Leopoldo Haertel, a publicação afirmava: “tem

ficado justamente célebre nos anais da indústria nacional, como exemplo do que pode produzir neste grande e maravilhoso país, o espírito da iniciativa aliado à força de vontade e à inteligência que vencem obstáculos”. Além de apresentar as marcas, destacava-se o maquinário importado da Alemanha e a produção diária que ultrapassava “a elevada soma de 18.000 garrafas. As cervejas produzidas eram: “Perú, Moreninha, Preta, São Luiz e Comercial”.

As duas cervejarias pelotenses, apesar da imponência com a qual se apresentaram nas páginas do *Álbum*, acabaram sucumbido diante da concorrência de outras grandes companhias nacionais da época. A primeira nem mesmo o seu prédio restou na paisagem urbana da cidade, destruído, deu lugar às instalações da Receita Federal em Pelotas. A segunda foi adquirida pela Cervejaria Brahma, nos anos 1940, visando acabar com a concorrência do mercado de cerveja local (BRITTO, 2011, p. 97).¹

Outras três fábricas com propagandas de página inteira são: Fábrica Santa Cruz, Fábrica Rio-Grandense e O viajante Fábrica de Malas. A primeira produzia fumos, foi fundada em 12 de abril de 1892 e pertencia ao “digno cidadão José Rodrigues Gomes”. Seu depósito, o qual foi fotografado para compor a página do anúncio, ficava na Rua Marechal Deodoro, nos números 654 e 656. As marcas dos fumos “são a melhor recomendação para nossa indústria. Há alguns anos já que as marcas Mercurio, Triumpho, Plata, Santa Cruz e America vêm sendo as mais reputadas e de maior consumo”. A segunda produzia adubos, produtos químicos e “fabricação de cola de primeira qualidade”, estava instalada no Bairro Areal, mas sem a especificação do endereço. Já a fábrica de malas foi fundada em 1905 e ficava na Rua Sete de Setembro, número 455. O texto informava que a sua produção era “muito acreditada em todo o estado, devido ao esmero de sua fabricação e modicidade em preços” o que levava seus produtos a terem “considerável procura”. Anunciava ainda que o sortimento de artigos poderia ser encontrado no “grande empório”, ou seja, a loja que comercializava os produtos e estava instalada, desde 1919, no número 569 da Rua XV de novembro, uma das principais da cidade. A casa O Viajante preenchia “sensível lacuna no comércio de artigos para viagens e esportes, tendo-se imposto à consideração pública, a qual não lhe tem regateado franco e decidido apoio”.

Esses três estabelecimentos fabris já não existem mais no cenário industrial da cidade. Semelhante à situação das cervejarias, a fabricação de adubos e o manufaturamento do fumo, na atualidade, são atividades desenvolvidas por grandes companhias. Da fábrica O Viajante, nem mesmo seu empório restou. Não é possível averiguar se algo sobrou do seu prédio, já que, em 2022, a fachada do estabelecimento comercial instalado no número 569, da Rua XV de novembro, está coberta por madeira. O *Álbum de Pelotas* torna-se, assim, um importante registro de um passado fabril que já não existe mais, mas sinaliza os vestígios dessa história ao indicar os nomes dos estabelecimentos e seus endereços.

Entre as demais propagandas constantes no *Álbum*, localizadas em suas últimas páginas, pouco restou das construções fotografadas. A edificação da Fábrica União, de

1 Atualmente, o complexo pertence à Universidade Federal de Pelotas.

torrefação e moagem de café, é um dos poucos exemplares arquitetônicos que ainda permanece no espaço urbano, localizado na Rua Padre Anchieta, esquina com a Rua Três de Maio. A propaganda enfatizava que o prédio era propriedade de seu fundador, Manoel da Silva Ferreira e havia sido “recentemente construído”. A torrefação e a moagem eram “movidas a eletricidade” e o espaço da fábrica “tem sempre em depósito especial café em grão e moído, trabalhando também com cominhos e pimentas”.

Torrefação de café e comercialização de pimentas e cominhos em grão ou moídos também eram atividades desenvolvidas na Fábrica Confiança, de Santos, Oliveira e Cia, localizada Rua XV de Novembro, 522. Além desses produtos, vendiam “cigarros, charutos, papéis e palhas de cigarros e os afamados fumos Paraguassú e Primor”. Café e cigarros, ao que tudo indica, eram produtos manufaturados e/ou comercializados em conjunto, já que outra fábrica assim também operava. Trata-se da Fábrica F. C. Ritter, localizada na Rua Santa Cruz, 811 e com escritório na Rua Dr. Cassiano, 101.

Ainda entre a fabricação de produtos alimentícios, constava no *Álbum* outras três fábricas: Fábrica de Canjicas, de Hermínio Gomes Soares, localizada na Avenida Bento Gonçalves, 289 esquina com a Rua Deodoro da Fonseca; a Fábrica de Biscoitos Pelotense, de Sophia Bastos, na Rua Voluntários da Pátria, n. 201 e a Fábrica Santa Rosa, de Carlos Rodrigues, fundada em 1911, localizada na Rua XV de Novembro esquina com a Rua Três de maio.

A propaganda da Fábrica de Biscoitos Pelotense destacava que era uma “indústria particular” que produzia “variado e escolhido sortimento de biscoitos, d’água e doces, krackneis, rosquetes, les oublies, rosquinhas, mignon, raminhos cobertos, gemada”. O anúncio destacava que a fábrica foi “premiada com medalha de prata na Exposição Nacional de 1918”. No conjunto das informações sobre as fábricas essa é a única com uma mulher como proprietária. A indicação “indústria particular” parece reforçar essa condição, ou seja, ela era a única responsável pela fábrica, sem sócios. Outra possibilidade para essa identificação também pode ser vista a partir do fato de se tratar de uma fábrica artesanal, provavelmente com a produção realizada na residência da proprietária. Já a fábrica Santa Rosa foi anunciada como um “grande estabelecimento de panificação” com “permanente depósito de especiais biscoitos, fabricados com esmero” e, também, “fabrico de massas alimentícias, com farinhas de qualidade extra”.

Outro grupo de fábricas se dedicava à fabricação de velas e sabões. Além da Fábrica Leão, havia a F. C. Lang e Cia, “grande fábrica a vapor de sabão e velas”, localizada na Rua Gonçalves Chaves, 1150. Nela eram produzidas “velas de stearina, velas de cera, velas de sebo, sabão líquido Spumol, sabão comum, sabão perfumado, sabonetes e pós de sabão”. Já a Fábrica de Sabão e Velas de Antonio Maria Cortez, instalada na Rua Marquez de Caxias, 503, anunciava: “Tem sempre grande depósito de velas e sabão em caixas. Óleo de mocotó e fios de algodão. Vende graxa grossa e refinada”.

Outra fábrica era a R. Neumann e Comp., sucessores de Roberto Neumann, que não informou seu endereço. No texto era explicado que se tratava de um negócio familiar: “Fundada em 1887, pelo distinto cidadão Roberto Neumann” e “Após 34 anos de trabalho associou ao negócio seus filhos Frederico, Leonel, João e Carlos,

quatro moços trabalhadores, cavalheiros distintos que vinham já cooperando pelo desenvolvimento da empresa". Assim como as outras duas fábricas, os produtos também eram anunciados: "Os produtos desta fábrica são manipulados com todo o esmero e cuidado e empregando sempre materiais de primeira qualidade". Ainda informavam que "não é pequeno o número de seus empregados e as máquinas modernas e aperfeiçoadas vindas recentemente da Europa". O texto ainda anunciava que a fábrica estava "construindo um grande prédio para onde vão transferir seu estabelecimento e criar novas seções de velas de cera, estearina, etc".

A produção de itens do vestuário e do setor têxtil constou no *Álbum* com três fábricas. A Fábrica Fiação e Tecidos Pelotense foi anunciada com duas fotografias, uma de sua fachada e outra da seção de fiação. Já a Villas-Boas & Farias, fundada em 1919, era uma "manufatura de roupas para homens, mulheres e crianças", localizada na Rua Sete de Setembro, 457.

A terceira era a fábrica de chapéus de sol e bengalas A Ibéria, de J. A. Fernandes, situada na Rua Sete de Setembro, 314, que comercializa seus itens "por atacado e varejo" e possuía "variado sortimento de artigos de armário, para homens" (Figura 2).



Figura 2: A Ibéria.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

A fotografia enquadra o interior do estabelecimento, mas não se tratava da sua linha de produção, e sim o espaço da sua comercialização. No registro, são vistos os diversos tipos de chapéus de sol — atualmente identificados como sombrinhas — e também as bengalas. Ainda é possível perceber alguns dos itens de armário, como os tecidos vendidos por metro. No interior da loja, e atrás de um dos balcões, um homem, possivelmente o proprietário. Essa fotografia ainda permite duas considerações. A primeira, que a fábrica era parte daquela atividade econômica, ou seja, a comercialização dos produtos fabricados também acontecia, provavelmente, no mesmo endereço, já que somente uma localização foi indicada na propaganda. A segunda, a propaganda no *Álbum* era uma oportunidade para ampliar as vendas, sobretudo aquelas realizadas por atacado, por isso a opção por registrar o interior da fábrica/loja ao invés da fachada. Dessa forma, a fotografia poderia ser uma importante vitrine para a divulgação dos chapéus de sol e das bengalas, acessórios importantes na composição do bem vestir e da boa apresentação das senhoritas e senhoras, bem como dos cavalheiros, respectivamente.

Três fábricas de móveis foram divulgadas no *Álbum*. A primeira, A Moda Inglesa, de Miguel Galanternick, localizada na Rua General Osório, 663. Além de “fábrica de móveis” também possuía “depósito de mobílias e cadeiras das principais fábricas de Porto Alegre”. A segunda, Oficinas de móveis de vime, de Arthur J. Boeckel, situada na Rua General Osório, 920. Vendia “por atacado e varejo” e informava: “Grande fabricação de mobílias de vime, cestos, etc, para todos os pontos do estado. É a casa que mais barato vende”. A terceira era a Fábrica Pelotense de camas de ferro Rocco e Comp., fundada em 1914, localizada na Rua Félix da Cunha, 672 e 674 (Figura 3).

Como o nome da fábrica antevia, as camas de ferro eram o principal móvel produzido: “depósito permanente de camas de luxo, bronze, douradas e esmaltadas com guarnições nickeladas. Engate exclusivo. Patente n.9994”. Também fabricavam outros produtos: mosquiteiro Ideal, com patente registrada: “Pela sua forma quadrada, torna-se agradável e higiênico e serve de adorno”; Enxergões; Telas de galinheiro “fabrica-se por encomenda malhas de qualquer tamanho, arame de qualquer grossura”; colchões “travesseiros e almofadões de palha, crina vegetal, crina animal e lá”; móveis “lavatórios, estantes, cadeiras, mesas, bidets, e, por encomenda, tudo o que se pode fabricar de ferro”. A descrição das linhas de produção demonstrava que a fábrica era diversificada, o que tornava importante apresentar, na fotografia, os seus produtos, mas o registro foi além disso.

A fotografia se distingue da grande maioria das demais que compõe o *Álbum*, já que apresentou os trabalhadores e, possivelmente, seus proprietários em um cenário produzido com as camas e os colchões. A variedade das cabeceiras, os colchões posicionados nas laterais e outros produtos revelam que o local escolhido para o registro foi o interior da fábrica. É perceptível, no fundo da fotografia, uma grande porta, com uma das folhas entreabertas. O grupo é formado por homens, mulheres e crianças, os quais foram estrategicamente posicionados, o que não permite perceber com nitidez quais os papéis e funções desempenhados por eles na fábrica. A exceção está naqueles

que seguram instrumentos de trabalho: o primeiro, na parte mais alta, os dois no centro da terceira fila e as crianças que estão nas laterais da fila do chão.

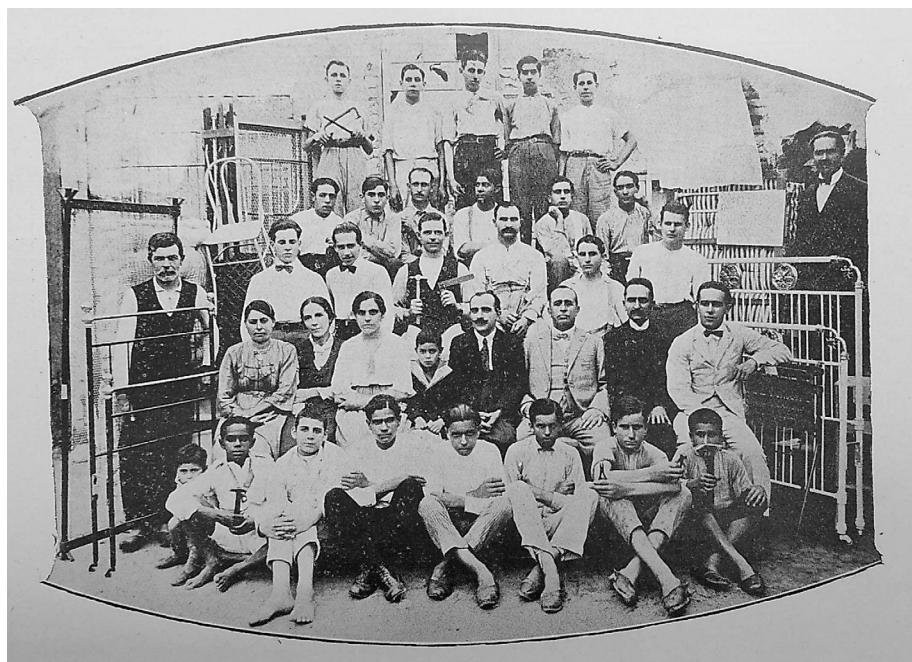


Figura 3: Fábrica Pelotense de camas de ferro Rocco e Comp.

Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Ainda sobre as crianças, é provável que a primeira que está sentada no chão, praticamente escondida atrás da outra, e aquela sentada no centro, entre as três mulheres e os quatro homens, fossem filhos das mulheres, e, talvez, apesar de suas tenras idades, poderiam ser “trabalhadores”, auxiliando em pequenos serviços. Sobre as mulheres, não é possível apontar se eram as esposas dos proprietários ou se trabalhadoras. Já entre os homens, é nítida a diferença nos vestuários. Os quatro sentados e aquele que está no canto direito usam ternos completos enquanto a maioria dos demais não usa casaco nem gravata, com exceção dos dois na parte esquerda, com gravatas borboletas, os quais, possivelmente, trabalhavam na comercialização dos produtos. A fotografia da fábrica de camas, apesar de apontar algumas incógnitas, se constitui em um documento visual importante para a história das fábricas e, também para àquela do trabalho em Pelotas, já que, apesar de não ser possível distinguir quem é quem no registro — nem mesmo

saber seus nomes — a fotografia conservou os produtos e seus trabalhadores nas páginas do *Álbum*.

O conjunto das propagandas sobre as fábricas de Pelotas² demonstra que, em 1922, “fábricas” eram os estabelecimentos de “fabricação” de produtos de uso pessoal/coletivo ou de consumo (comidas e bebidas). O capítulo abordou grande parte desse conjunto, demonstrando quais eram esses segmentos fabris anunciados no *Álbum*. As propagandas são importantes documentos textuais e visuais à compreensão do universo fabril da cidade demonstrando a relevância da industrialização naquele momento e apontando uma prosperidade almejada, a qual, não se confirmou nas décadas seguintes, uma vez que os estabelecimentos registrados não integram mais as atividades industriais de Pelotas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITTO, Natália. *Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas (RS)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe. Operários de Pelotas e Rio Grande*. 2^a Edição. Pelotas: Editora da UFPel, 2016.



² Não foram tratadas no capítulo as propagandas dos curtumes (Gomes Silva e Cia, Julio Hadler, Manoel Lopes Rodrigues, Zitzke e Seus), da Olaria Santo Amor (cujo anúncio constava “fábrica de tijolos”), da Fábrica de armas Scholberg & Cia, da Boujunga e Cia, (“fabricação” de roupas para tratamentos de saúde e “aparelhos ortopédicos (braços e pernas artificiais)”) e o Frigorífico Anglo. Contudo, consideram-se esses estabelecimentos como importantes setores da atividade fabril da cidade no momento da publicação do *Álbum*.

PARTE II

**PELOTAS DE
2022 PARA O
FUTURO**

1

A EVOLUÇÃO URBANA DE PELOTAS

Adriano Luís Heck Simon

Os mapas de uma cidade se constituem na história dos modos como ela foi cartografada e das condições que possibilitaram essas cartografias ao longo do tempo, referentes aos avanços tecnológicos de cada momento (MARZOLA FIALHO, 2010). A cartografia das cidades também está atrelada a um ideal de representação e às narrativas históricas da geografia e da paisagem urbana, podendo ser vistas como discurso que dá visibilidade aos significados constituídos historicamente (MARZOLA FIALHO, 2007).

A cartografia urbana possui relevância nos estudos sobre a dinâmica do crescimento das cidades, pois ao confrontar representações cartográficas históricas (plantas, mapas, croquis, entre outros) tem-se a possibilidade de capturar, evidenciar e entender mudanças e conflitos. Contudo, é preciso ter em mente que a simples representação espacial das alterações do espaço urbano não se refere a todas as transformações da cidade propriamente ditas, e requer a interpretação, a análise e o decifrar individual e coletivo de tais mudanças (SIMONI, 2011). Oliva et al. (2016) reforçam essa questão ao afirmar que os mapas históricos se constituem em um dos aspectos que expressam a ‘vazão’ dos elementos dinâmicos que estão modificando a cidade de forma importante (e constante).

Este texto procura compreender a evolução urbana da cidade de Pelotas por meio de duas representações cartográficas: a Planta da Cidade de Pelotas do ano de 1922 e o Mapa da Cidade de Pelotas, com as informações espaciais mais recentes da área urbana. Recorre-se à análise da organização espacial da morfologia urbana para compreender os aspectos do sítio urbano de 1922 e os elementos que possibilitaram, naquele momento, deduzir perspectivas futuras de crescimento da cidade. As interpretações traçadas a partir da análise desse cenário inicial são confrontadas com o mapa da Pelotas atual, a fim de

examinar os rumos da urbanização ao longo de um século, bem como as principais derivações deste processo.

Pelotas é uma cidade situada no extremo sul do território brasileiro, fundada em 7 de julho de 1812 à sombra do Ciclo do Charque. A população estimada do município de Pelotas para o ano de 2021 é de 343.826 pessoas, das quais 93% vivem na área urbana (IBGE, 2021). A cidade se destaca como importante polo regional de prestação de serviços e possui protagonismo nacional por sediar importantes instituições de ensino e pesquisa. Pelotas também é nacionalmente reconhecida na cena artística e pela existência e preservação de um rico patrimônio histórico-cultural fortemente atrelado ao espaço urbano.

A análise pretendida aqui não encerra as possibilidades de compreender os distintos atores, dinâmicas, fenômenos e conflitos que atuaram e atuam na produção do espaço urbano pelotense e de seu arranjo espacial durante o período depreendido entre a primeira e a segunda representação espacial. Conforme afirma Corrêa (2019), o arranjo espacial urbano descreve a organização espacial da cidade, resultado de longos e também complexos processos que não podem ser vistos como pura morfologia, analisada exclusivamente de modo descritivo. Todavia, considera-se que a análise visual das transformações espaciais, por meio de mapas, democratiza a leitura e torna a interpretação das transformações ocorridas acessível, tanto por parte do público leigo quanto pelos especialistas.

A Pelotas do *Álbum* de 1922 apresentava um traçado urbano bastante incipiente em comparação com o atual. Os limites do sítio urbano pelotense eram definidos por uma relevante feição hidrográfica a sul – o Rio São Gonçalo (atual Canal São Gonçalo), e por cursos d’água mais modestos a leste e oeste (Arroio Pepino e Arroio Santa Bárbara, bem como suas áreas úmidas, respectivamente). A norte, a evolução da cidade seguia por alguns poucos quarteirões para além da Avenida Bento Gonçalves, expandindo-se até a Rua Nogueira (atual Rua José Pinto Martins) (Figura 1).

Importantes elementos da urbanização também foram evidenciados na cartografia do espaço urbano pelotense de 1922. Destacam-se praças e pontes, bem como a localização de prédios com funções administrativas, comerciais, recreativas, religiosas, culturais, de prestação de serviços, instituições de ensino e segurança. Os principais elementos são descritos em uma “convenção”, que se aproxima de uma legenda, enquanto outros são especificados diretamente sobre o mapa. Muitos destes marcos estruturais permanecem na atualidade como herança daquele momento histórico, alguns mantendo sua função original, a exemplo do Mercado Público Municipal de Pelotas.

Apesar da delimitação acanhada, a Pelotas cartografada no *Álbum* de 1922 já dava sinais de crescimento e expansão. Inúmeras ruas se estendiam para além dos quarteirões já edificados, como querendo indicar a direção do progresso. O contato destes prolongamentos de ruas com as margens do mapa faz parecer que o espaço ocupado pela cidade de Pelotas era pequeno e precisava se ampliar, porém sem ter certeza da direção correta a seguir.

O sítio urbano de Pelotas em 1922 se restringia a um conjunto de terras mais elevadas, denominadas de terraços. Apesar de serem as áreas mais propícias para receber a expansão urbana, os terraços se organizam de forma muito irregular e fragmentada no município de Pelotas, dificultando uma ampliação homogênea da urbanização e o prosseguimento do plano xadrez do traçado urbano, característico da cidade no mapa do *Álbum* de 1922 (Figura 1).

Nas bordas destes terraços ocorrem terrenos de várzea, onde é comum a organização de áreas úmidas que sustentam sistemas regionalmente conhecidos como banhados. Os banhados absorvem lentamente as precipitações e controlam a dinâmica de circulação da água nos ambientes terrestres. A existência dos banhados também é importante para a manutenção dos ecossistemas locais e regionais. Na cidade e no município de Pelotas, os banhados ocupam as margens dos principais arroios e são muito comuns nas terras inundáveis marginais à Lagoa dos Patos e ao Canal São Gonçalo.

A representação do Arroio Santa Bárbara e do Arroio Pepino no mapa de Pelotas do *Álbum* de 1922 já indicava a importância que estes cursos d'água e seus banhados marginais tinham para a cidade, sobretudo no desenho do traçado urbano e na definição dos limites da expansão de uma cidade que começava a se prolongar para além dos terraços e queria ocupar as várzeas. Nas várzeas, entretanto, a existência de banhados constantemente alagados devido à dinâmica natural das chuvas se colocava como uma barreira à ampliação de uma urbe que não tinha intenção de parar e parecia ter pressa para crescer.

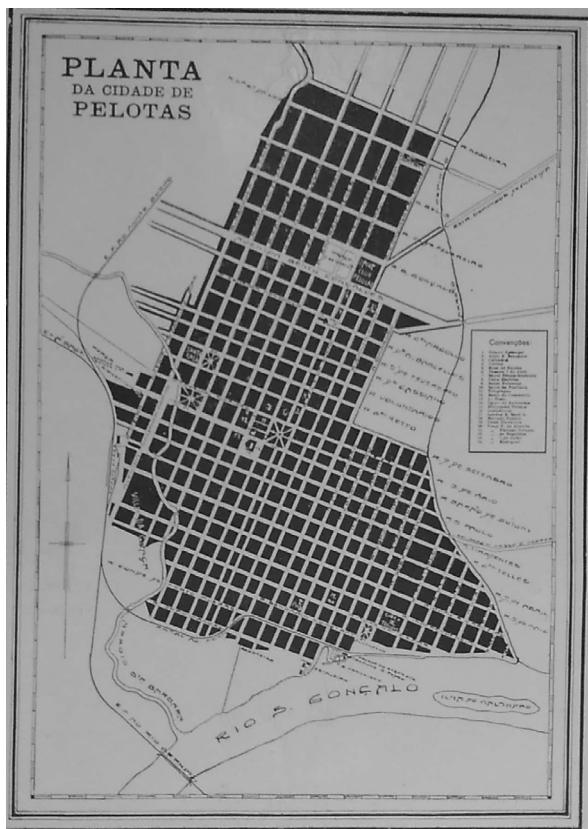


Figura 1: Planta da cidade de Pelotas.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Importantes indicadores desse movimento de ocupação das várzeas já podiam ser verificados na planta da cidade de Pelotas do *Álbum* de 1922 (Figura 1). Destaca-se o ‘abraço controlador’ dos quarteirões construídos nas margens alagáveis do Arroio Santa Bárbara, formando as porções baixas do centro da cidade que se expandiram até o contato com a Vila da Graça (atual Simões Lopes) e com a Praça da Constituição (atual praça Vinte de Setembro), em direção do que hoje é a região administrativa Fragata.

Soares (2001) indica uma orientação recebida pela Prefeitura de Pelotas por parte do engenheiro Saturnino de Brito, no ano de 1927, para que o Arroio Santa Bárbara e suas margens passassem por imediata regulamentação para evitar consequências mais graves à população (riscos de inundação e propagação de vetores de doenças). Caso contrário, a única alternativa seria a drenagem das áreas úmidas de várzea (consideradas como terras inúteis), que seriam valiosas para a expansão urbana.

Outra relevante evidência das intervenções exercidas pelo processo de urbanização de Pelotas sobre as terras de várzea no mapa do *Álbum* de 1922 se refere, de modo geral, ao conjunto de arruamentos situados a leste da Rua Barroso, conformando as áreas atualmente abrangidas pelo Porto-Várzea (Figura 1). Tais quarteirões já se manifestavam como resultado da expansão urbana realizada sobre porções aterradas das áreas úmidas de várzea.

De acordo com Soares (2001), em alusão ao Relatório da Intendência de 1922, naquele momento da história a Prefeitura de Pelotas vinha atuando na constante drenagem das áreas úmidas em terras de várzea, por meio da construção de canais artificiais e retilinização de arroios já existentes, em consonância com a abertura de novas avenidas e construções. Tais ações eram justificadas para a manutenção da higiene pública e pelo crescimento da população que, consequentemente, implicou na expansão urbana pelotense.

Apesar de não terem sido cartografadas no *Álbum* de 1922 (Figura 1), as áreas úmidas de banhado podem ser verificadas na representação cartográfica da Pelotas atual (Figura 2). A figura que ilustra o espaço urbano pelotense na contemporaneidade nos faz entender que a cidade se expandiu, e muito, para além dos limites do sítio urbano apresentado no *Álbum* de 1922. Essa expansão se deu por meio do aproveitamento quase que integral das áreas de terraços e da pressão constante sobre as áreas de várzea.

Entender a organização espacial da Pelotas da atualidade significa interpretar os resultados da produção do espaço geográfico ao longo das últimas décadas. Essa leitura parte da mancha acinzentada representada na figura 2, que faz referência à localização do sítio urbano pelotense no ano de 1922 (Figura 1). A primeira questão perceptível diz respeito à escala das informações: se há um século todo o traçado urbano de Pelotas cabia em uma planta com informações bastante detalhadas; na atualidade, a mancha do sítio urbano de 1922 se apresenta como uma das partes que compõem um complexo arranjo espacial urbano. Embora interpretados a partir de suas morfologias, ambos cenários da cidade de Pelotas se encontram carregados de processos históricos, contradições socioeconômicas e modos de apropriação territorial por parte de distintos grupos sociais ao longo do tempo.

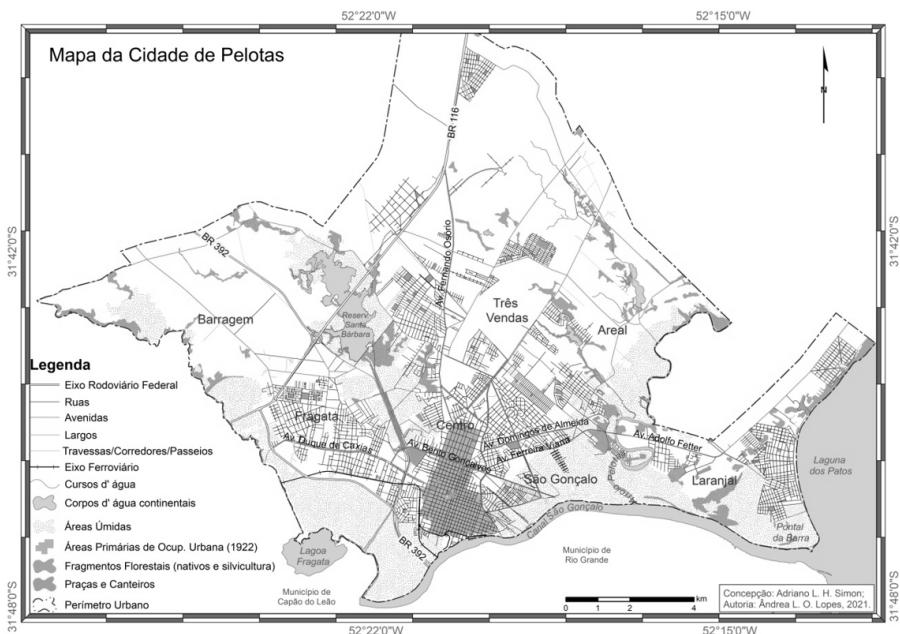


Figura 2: Mapa da Cidade de Pelotas.
Elaborado pelo autor.

Os prolongamentos de ruas que indicavam a direção do progresso na planta da cidade de Pelotas em 1922 de fato se consolidaram como os principais eixos de circulação e conexão intermunicipal da Pelotas do presente. Destacam-se as Avenidas Fernando Osório (que conecta a porção central de Pelotas com a zona norte da cidade – Região Administrativa das Três Vendas – até sua ligação com a BR 116); a Avenida Duque de Caxias (que interliga o centro da cidade com a zona oeste – Regiões Administrativas Fragata e Barragem – até sua conexão com a BR 392, conhecida como Rodovia da Produção); e o eixo das Avenidas Domingos de Almeida e Ferreira Viana, que em seus prolongamentos formam a Avenida Adolfo Fetter (que conecta a porção central da cidade com a zona leste – Regiões Administrativas Areal e Laranjal, bem como as ocupações da recente Região Administrativa São Gonçalo).

A tríade formada pelos principais eixos de conexão e expansão do núcleo urbano pelotense seguiu, prioritariamente, o contorno das áreas elevadas de terraços mencionados anteriormente. A nomenclatura destas avenidas foi destacada no mapa da Pelotas contemporânea, dada sua relevância histórica e atual. O traçado predominantemente retilíneo destas grandes avenidas parte do centro da cidade e se coloca como porta de entrada e saída para quem chega e sai de Pelotas, bem como vias

coletoras para quem circula diariamente pela cidade para trabalhar, estudar ou desfrutar de atividades de lazer.

Outras avenidas também são caracterizadas no mapa da cidade de Pelotas atual (linhas vermelhas contínuas). Embora não denominadas, estas vias possuem crucial importância para a mobilidade urbana, pois permitem capilarizar o fluxo desde as avenidas principais até as ruas, largos e travessas, e vice-versa, possibilitando o pulsar do cotidiano urbano.

A expansão das avenidas da Pelotas também promoveu a conexão entre os três principais eixos viários descritos anteriormente. Tal contato desencadeou um drástico processo da expansão urbana para além das porções mais elevadas de terraços em direção às áreas de várzea, onde ocorrem os banhados. Destacam-se, nesse sentido, as avenidas Francisco Caruccio e Theodoro Muller, assim como o prolongamento da Avenida Bento Gonçalves (que conectam as avenidas Fernando Osório e Duque de Caxias); e também a Avenida Ferreira Viana, que irrompe com as áreas úmidas marginais ao Canal São Gonçalo viabilizando uma urbanização recente de Pelotas, vinculada às Regiões Administrativas Laranjal e São Gonçalo.

As avenidas da cidade de Pelotas foram acompanhadas e acompanharam a expansão de loteamentos, vilas e ocupações que estão representados no mapa da Pelotas atual pelas ruas, largos e travessas/corredores/passeios. São estes logradouros que nos concedem o entendimento da atual configuração espacial da cidade de Pelotas.

O processo histórico de organização espacial das ruas, largos e travessas/corredores/passeios sempre esteve na corda bamba da expansão urbana pelotense, desde as áreas mais elevadas de terraços até as áreas de banhado. A apropriação intensa dos terraços tornou essas áreas mais encarecidas e distantes de uma ocupação espacial que fosse social e economicamente justa e viável.

Cabe mencionar que esse processo não é específico da Pelotas atual (muito embora faça parte da maior gama de conflitos de ocupação espacial na atualidade), mas caminha com a história da evolução urbana pelotense e já aparece no mapa do *Álbum* de 1922, quando podemos verificar a pressão que o centro começa a desempenhar sobre os banhados das várzeas adjacentes. Dessa forma, há mais de cem anos esse processo tem sido constante e desigual.

A ocupação das áreas úmidas pela expansão urbana de Pelotas é representada pela sobreposição dos arruamentos sobre as hachuras pontilhadas de cor azul (Figura 2). A evolução da estrutura urbana de Pelotas sobre os banhados ocorreu com o início da construção de aterros, que causaram a gradual e constante supressão e controle dos banhados. Os aterros são depósitos artificiais constituídos com o uso de diversos materiais (rochosos, pedológicos, orgânicos, derivados de entulhos urbanos, entre outros), para o estabelecimento de superfícies mais elevadas, acima das cotas de inundação, que podem ser utilizadas para distintas finalidades, dentre elas a expansão de espaços urbanizados.

Em Pelotas, os aterros sustentam o antigo e o novo, o tradicional e o moderno, o regular e o irregular (em termos de ocupação urbana) e demarcam espaços de elitização e segregação espacial que se constituíram ao longo do tempo. A estrutura dos aterramentos

também reflete aspectos da segregação espacial e da desigualdade socioeconômica: nos loteamentos regulares e bairros planejados os aterros são geralmente construídos com materiais selecionados e pré-concebidos pela lógica da engenharia; nas ocupações irregulares, desprovidas de suporte de políticas habitacionais, os aterros são garbicos, apressados e heterogêneos, usualmente concebidos para os planos de vida de quem está à margem do urbano central. Em comum, o fato de que ambos caracterizam uma Pelotas secular que precisou encontrar lugar para se ampliar, porém sem de fato saber planejar essa expansão.

Associados às áreas úmidas de banhado ocorrem cursos d'água caracterizados na Pelotas contemporânea pelo Arroio Santa Bárbara, Arroio Pepino e Arroio Pelotas (Figura 2). Apesar de terem sido mencionados na descrição da planta de Pelotas no *Álbum de 1922*, estes cursos d'água se encontram, na atualidade, fortemente alterados ou pressionados pelo processo de ocupação urbana que adentrou as áreas úmidas.

As maiores transformações espaciais dos recursos hídricos, decorrentes da expansão urbana pelotense, ocorreram no Arroio Santa Bárbara e em sua área de várzea. Simon (2007) destaca que no início da década de 1950 foram propostas intervenções nas terras úmidas do setor de várzea do Arroio Santa Bárbara por meio de obras de engenharia que incluíram a drenagem dos banhados, bem como a transposição, a canalização e a retilinização do curso d'água principal. As obras previam também a construção do Reservatório Santa Bárbara, que iria suprir a demanda por abastecimento de água que não atendia mais a crescente população pelotense.

O forte traçado retilíneo do Canal Santa Bárbara se destaca na porção oeste do mapa da Pelotas contemporânea (Figura 2). As alterações promovidas possibilitaram distintas fases de ocupação de um trecho nevrálgico do perímetro urbano pelotense: o vazio situado entre as Regiões Administrativas Três Vendas e Fragata. A transposição do Arroio Santa Bárbara, no contato do Centro com o Simões Lopes, viabilizou o aterramento quase que integral das áreas de várzea e do antigo leito do curso d'água, descaracterizando espaços da natureza para a ampliação dos espaços da sociedade.

Em dias de chuva forte, a água que escoa das áreas mais elevadas do centro de Pelotas e suas adjacências continua a procurar o antigo leito do Arroio Santa Bárbara. Como não o encontra, tenta se esvair pelos sistemas pluviais construídos. Percebendo que não consegue escapar com rapidez e que seu lugar foi tomado por construções, asfalto e pessoas; a água extravasa, mostrando que ali sempre foi o seu lugar, e que existe um custo para todas as intervenções realizadas.

Apesar do destaque dado às modificações no baixo curso do Arroio Santa Bárbara, cabe destacar que outros corpos hídricos urbanos de Pelotas também foram intensamente alterados, como o Arroio Pepino (confinado pela Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira) e o Canalete da Rua General Argolo, que drena para um dos últimos remanescentes de banhado no interior da área urbana de Pelotas.

Se, em 1922, praças e parques apareciam no traçado urbano, na atualidade é possível verificar uma permanência destes componentes no arranjo espacial da cidade de Pelotas (Figura 2). Tais locais se antecipam como os principais espaços de contato

da população urbana com a natureza e, portanto, importantes para a qualidade de vida na cidade.

Entretanto, a concentração destas áreas verdes é desproporcional nos vários loteamentos e vilas, e sua existência, às vezes, se coloca como insuficiente para responder a uma população urbana estimada em quase 320 mil habitantes para o ano de 2021. Se, em 1922, a cidade planejava os seus parques, praças e grandes canteiros de áreas verdes, a Pelotas da contemporaneidade precisa de mais esforços para democratizar estes espaços e manter os mesmos aprazíveis para o lazer e bem estar da população urbana.

Para além das áreas verdes planejadas nos parques e praças, a cartografia atual da cidade de Pelotas revela os fragmentos da vegetação nativa que ainda resistem ao avanço das avenidas, ruas, loteamentos, condomínios e indústrias. Estes espaços de conectividade da natureza e de seus ecossistemas precisam ser respeitados pela expansão de uma cidade que ocupa posição regional, estadual e nacional de destaque, sobretudo em tempos de políticas ambientais fragilizadas e ameaçadas.

Destaca-se, nesse sentido, a relevância ambiental que deve ser dedicada aos remanescentes florestais do complexo Mata do Totó/Dunas do Laranjal (e sua importante associação com os banhados do Pontal da Barra), bem como as áreas de mata nativa marginais ao Arroio Pelotas (Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul). Os remanescentes florestais marginais ao Reservatório Santa Bárbara também são importantes para a manutenção da qualidade da água desse corpo hídrico que abastece grande parte da cidade de Pelotas

A evolução urbana pelotense deve ser compreendida como um fenômeno constante, produzido por forças e atores sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais. Todas estas forças são dinâmicas e conflitantes, compondo um arranjo complexo que, nesse texto, foi interpretado a partir de sua organização espacial expressa em mapas, do antigo e do recente. Logo, o fenômeno da evolução urbana tende a continuar na sequência em que esse texto se encerra. Cabe a nós, pelotenses ou que escolheram Pelotas para viver, uma participação ativa na produção desse espaço urbano, para que os próximos cem anos possam contar a história das nossas ações e das nossas decisões coletivas e democráticas, sempre consoantes com a justiça social, econômica e ambiental.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. L. Tempo, Espaço e Geografia – um ensaio. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 64, n. 1, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE Cidades@*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>>. Acesso em: 01 de set. de 2021.

MARZOLA FIALHO, D. Uma leitura sensível da cidade: a cartografia urbana. *Nuevo mundo mundos nuevos (online)*, n. 12 março de 2007, p. 1–13, 2007.

MARZOLA FIALHO, D. *Cidades Visíveis: para uma história da cartografia como documento de identidade urbana*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 480. 2010.

OLIVA, J. T. et al. Cartografia digital geo-histórica: mobilidade urbana de São Paulo de 1877 a 1930. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 64, 2016.

SIMON, A. L. H. *A dinâmica do uso da terra e sua interferência na morfohidrografia da Bacia do Arroio Santa Bárbara - Pelotas (RS)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, p. 185. 2007.

SIMONI, L. N. A Planta da cidade de São Paulo de 1897: uma cartografia da cidade existente ou da cidade futura? *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG*, v. 20, n. 2- Cartografia Histórica- Tomo II, p. 301–328, 2011.

SOARES, P. R. R. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. *História em Revista*, v. 7, n. 7, p. 1–14, 2001.



2

FOTOGRAFIAS, MEMÓRIA E HISTÓRIA DE LUGARES DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE PELOTAS

Ana María Sosa González

Francisca Ferreira Michelon

A fotografia é um produto do seu tempo (histórico, tecnológico, cronológico e outro, se houver). E, também, do tempo de quem a vê, no presente em que faz. Como agora, cem anos após a publicação das fotografias nas quais vemos as imagens de fábricas, que nas décadas seguintes deram lugar a outras fábricas, inclusive, no mesmo segmento de transformação dos alimentos. Somos cientes de que a processualidade dos acontecimentos não tira a qualidade documental dessas fotografias impressas, nem mesmo os recursos gráficos que se apresentam na ou no entorno da imagem. Ao contrário, intuímos ainda mais o tempo no qual foram feitas, justamente pela presença de tais elementos. Portanto, não estranhamos a fumaça que sai da chaminé da Cervejaria Sul Riograndense (Figura 1), mesmo na sua notória falsidade, sabida impossível de ter sido registrada no ato de sua tomada. Somos cientes de que foi acrescida depois, na possível tentativa de maior verossimilhança com o objeto do registro. Em cada uma dessas fotografias (Figuras 1, 2 e 3) vemos um conjunto e dentro dele uma paleta de tons significantes. Colorimos o passado como conseguimos ou como nos convém (sempre há escolhas, interesses, interpretações nessas seleções em que damos a conhecer através desses registros imagéticos).

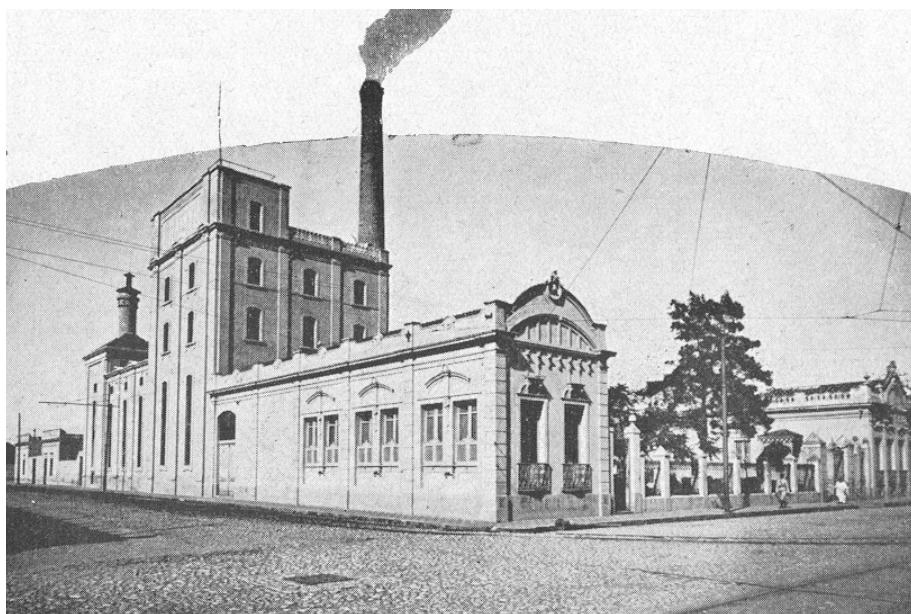


Figura 1: Cervejaria Sul Riograndense.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

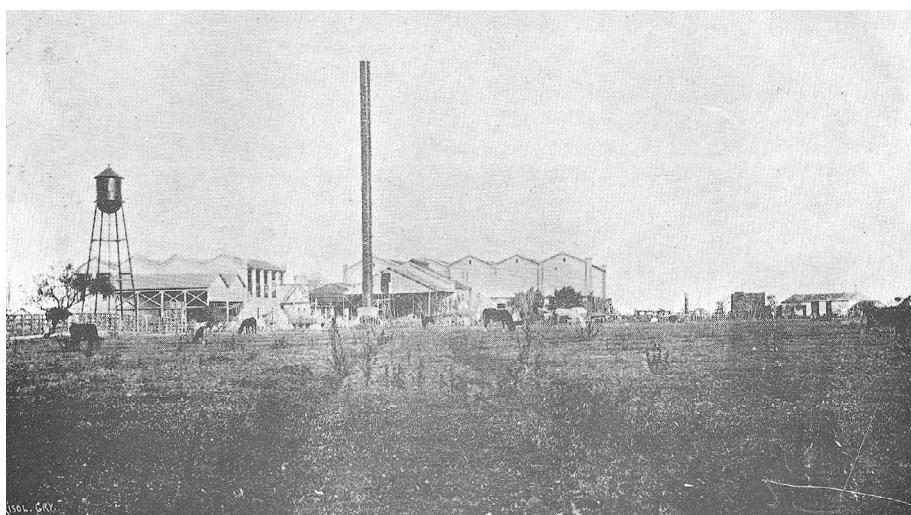


Figura 2: Frigorífico Pelotense (Frigorífico Anglo).
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

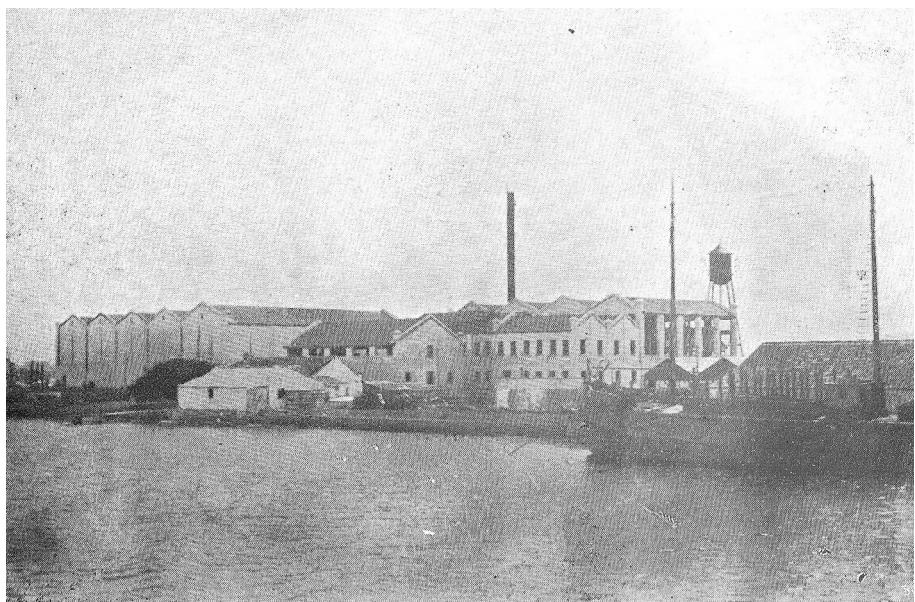


Figura 3: Frigorífico Pelotense (Frigorífico Anglo).
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

A monocromia da cor preta, a falta de definição em alguns planos, a textura reticular própria da técnica de impressão da época, se foram desvalorizadas em algum momento, quando o avanço tecnológico atribuiu obsolescência ao resultado da técnica então empregada, hoje são vistas de outro modo. O processo fotoquímico (único existente no período em que foram feitas as imagens reproduzidas no *Álbum de 1922*) durante toda a sua trajetória — o que equivale dizer do início do século XIX ao final do XX —, foi se tornando evidente quanto aos necessários modos de construção da imagem, já que tanto o ato de seleção e enquadramento quanto as demais decisões no processamento do negativo e do positivo poderiam resultar em imagens diversas da mesma cena. As divisões do trabalho na produção da fotografia especificaram-se para atender as necessidades da indústria e do comércio fotográfico, sobretudo, com vistas a ampliar o público não especializado. Foi por essa ampliação que as fotografias chegaram às páginas dos impressos, sempre com a possibilidade de intensificar ou melhorar aspectos da cena.

Em tese ou como possibilidade, a fotografia é análoga ao processo memorial, vive e revive em contínua reinvenção. Diante destas imagens, parte de nós, espectadores do presente, sentimos a força do passado, não como uma pressão opressiva sobre o nosso intelecto, mas como um sopro suave de uma nostalgia sem razão, que toca o nosso pensamento. Não se trata de saudade, porque o tempo ao qual a representação se refere

não nos pertence, mas de um murmúrio que, como disse Siza, a nós chega “através de alguns nomes e muitos silêncios” (SIZA, 2002, p. 7).

No entanto, quando a fotografia se torna o único registro disponível, sobre ela recai o compromisso documental. Para quem conhece o espólio do Frigorífico Anglo, ver a imagem do extinto Frigorífico Sulriograndense com a legenda que a acompanha é, sem dúvida, um sinalizador de antecedências, de histórias e lugares que se sobrepõem, os mais recentes sombreando os mais antigos. É, de fato, um pedaço de tempo e acontecimento quebrado da sua existência. E mesmo sendo fragmento, tão pouco falta a essa imagem impregnância, sugestão e apelo através do que não se vê o porquê, tal como escreveu Domenech: “A fotografia se comporta do mesmo modo como é para um arqueólogo, um pequeno pedaço de um jarro de uma cultura desconhecida. Sua condição fragmentária não obsta sua eloquência [...]” (DOMENECH, 2003, p. 101). Não seria, então, uma precariedade da fotografia ser apenas uma pequena parte. Não é isso que a destitui do valor documental que lhe é atribuído, tão comumente, não seria isso que a investiria de falsidade desoladora.

A solução para o que parece ser a precariedade dela está no fato de que se continua atribuindo à fotografia: a função de um registro e, na mesma medida de qualquer outra forma de registro, aceitando que seja circunstancial, parcial e imperfeita. E, não se situa no âmbito dessa condição de registro o potencial que a fotografia possui como meio para instalar-se como evocação e, sim, pela decorrência de ser registro, como um evocador de sentimentos reativos, processados na memória. Para além de um suporte, a fotografia é uma ferramenta que sustenta sensações, algumas vezes intraduzíveis, como é (sempre, somente para parte de nós) a surpresa de um encontro inusitado. Olhemos bem para a imagem da Cervejaria Sul Riograndense. Nesse exercício, reconhecemos bem a sua presença, em volume ainda presente no cenário da cidade. Desconhecíamos, portanto, até o encontro com essa fotografia, a integridade que teve. Às vezes, a fotografia encanta, outras vezes, desampa. O fato é que fomos acostumando nosso olhar a essa imagem em um longo processo de avanços técnicos que a tornaram mais eficaz para captar um momento de fluxo, retirando do irrefreável movimento do tempo a cena fugidia, detendo o transcurso de modo permanente e adquirindo a força da percepção tácita que estava por acontecer (DYER, 2008, p. 27).

Franklin Baumer, teórico da História das Ideias, enuncia que há questões perenes nas quais atravessam os elementos tempo e espaço e que, no pensamento europeu moderno, funda-se a percepção, que parte de Bacon e aprofunda-se nos séculos que se sucederam, “de que existe um fluxo essencial e contínuo na ordem das coisas que está em oposição à visão de um mundo estático” (BAUMER, 1990, p. 11). De Baumer, a reflexão que agita o paradoxo fotográfico é a de ter que admitir que, no fim, “tudo é mudança, tudo é processo, rapidez e migração” (BAUMER, 1990, p. 35). E, contrapondo a essa fluidez acelerada e irrefreável, a fotografia, no campo das representações, pode ser entendida como o termo de controle, de um equilíbrio simbólico e controlador da diluição provocada pelas mudanças. No campo visual, onde os atravessamentos impulsionam múltiplos sentidos, é o *continuum* que a fotografia aparenta estancar.

No entanto, a fotografia também permite imaginar, conectar através da imagem, mesmo que essa conexão não represente algo conhecido previamente pelo espectador. Por isso, seu valor de registro, documento (fonte histórica), testemunho de algo existente que pode não estar mais. Através desse registro é possível também delatar uma ausência, como é o caso das antigas fábricas da cidade de Pelotas que já não existem mais porque foram demolidas ou, ao não estarem em funcionamento, foram alteradas e ficaram muito descaracterizadas, sendo muito difícil reconhecer o que ali havia no passado.

As duas fotografias do Frigorífico Sulriograndense exemplificam essa afirmação. A história desse frigorífico está diretamente relacionada com o advento da Primeira Grande Guerra, por conta de que:

Em 1915, a indústria frigorífica já estava em patente desenvolvimento nas repúblicas do Prata e, portanto, exportavam para os países aliados tanto a carne congelada como a enlatada, que era fartamente consumida pelos soldados em campo. Essa situação agravou a vontade dos investidores em formar uma sociedade mantenedora de um Frigorífico que seria capaz, frente ao vantajoso mercado exportador, de garantir melhores preços para os pecuaristas. Em decorrência da iniciativa, fundou-se a “Companhia Frigorífica de Pelotas” que elaborou os Estatutos do Frigorífico Nacional que, posteriormente, mudaria de nome. (MICHELON, 2012, p. 42)

Todavia, a intenção local não teria sido possível sem o Banco Pelotense que, segundo Lagemann, teve “[...] participação direta na modernização da indústria da carne como maior acionista da Companhia Frigorífica Rio Grande” (LAGEMANN, 1985, p. 108). Cabe ressaltar que a nomenclatura, tanto da Companhia como do Frigorífico, aparece de um modo, conforme a fonte. Assim, ele foi chamado de Frigorífico Sulriograndense, Frigorífico de Pelotas e Frigorífico Rio Grande em momentos muito próximos.

Alguns registros fotográficos desse Frigorífico aparecem no *Almanach de Pelotas* de 1919. Em matéria sobre o empreendimento, há uma foto na qual se vê parte do cenário da construção dos prédios e outra que apresenta o descarregamento de barricas de cimento, do vapor Santo Antônio, parte delas depositadas no trapiche da área de construção. Dois anos depois, o *Almanach de Pelotas* voltaria a publicar matéria (1921, p. 291 a 293) sobre o frigorífico e é nessa que ficamos sabendo que a execução do projeto foi obra de dois construtores de Buenos Aires, Scott e Hume, responsáveis por vários frigoríficos na Argentina. Portanto, a semelhança com outros edifícios industriais, na época, deveu-se, também, a esse fato. Nessa publicação, encontram-se as duas fotografias que seriam publicadas no *Álbum*, no ano seguinte.

A expectativa com esse empreendimento era grande, mas com o fim da Guerra, problemas internos e o período de recessão econômica que se anunciava resultaram na venda do frigorífico ao grupo inglês *Vestey Brothers*. Anos depois, por ocasião da inauguração do Frigorífico Anglo, o *Diário Popular* publicou um material contando que, com a venda do Frigorífico, os antigos proprietários transformaram o recurso da transação no “[...] estabelecimento do Grande Hotel de Pelotas, que veio preencher enorme lacuna e que foi encampado pelo Município” (DIÁRIO POPULAR, 17/12/1943, p. 8). Foram, portanto, vinte e um anos para que essa estrutura se transformasse no grande Frigorífico que deixaria sua marca indelével às margens do São Gonçalo. E, novamente,

um conflito mortífero e sangrento, a Segunda Grande Guerra, foi o promotor do investimento.

Um outro empreendimento industrial que surgiu no século XIX e se impunha com sua “alterosa e confortável” (Figura 1) presença na cidade de Pelotas foi a Cervejaria Sul Riograndense (fundada por Leopoldo Haertel em 1889), empreendimento industrial que funcionou até 1946 quando foi adquirido pela Companhia Brahma, passando a ser utilizado como depósito.

O prédio do moinho, um dos mais altos da cidade no início do século XX, foi frequentemente procurado por fotógrafos devido a sua localização privilegiada que rendia uma excelente visão do entorno, possibilitando o registro do desenvolvimento da região. A cervejaria cresceu e, desde 1911, começou a passar por diversas reformas de ampliação, aumentando seu maquinário e sua produção, assim como o número de operários, “passando a produzir 18 mil/dia já no início da década de 1920” (ALMEIDA, 2013). Chegou a ter uma produção de 25.000 garrafas diárias (CARDOSO, 2018, p. 10), e capacidade de transporte de 1,5 mil garrafas com a compra do novo caminhão.

Como muitas empresas do ramo consideradas menores, a cervejaria Sul Riograndense também sofreu com a concentração industrial das décadas de 1920 e 1930 quando as grandes cervejarias do polo Rio-São Paulo começaram um processo de fusão, englobando indústrias menores. Foi assim que as cervejarias Ritter, Anselmi e Haertel fundiram-se, em 1931, para criar a Cervejaria Sul Brasil, como estratégia para barrar a entrada das grandes marcas no mercado pelotense. Apesar disso, em 1946 a Companhia Cervejaria Brahma comprou o complexo da antiga Sul Riograndense, que já vinha desativando sua produção. A partir de então, o complexo foi utilizado apenas como depósito, garagem e centro de distribuição no local, uma vez que toda a produção que passava por ele vinha da cervejaria sede em Porto Alegre.

Devido à importância, tanto econômica como arquitetônica da antiga cervejaria, em 1983 a Prefeitura Municipal de Pelotas, através do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, iniciou um processo de tombamento do complexo que não se concretizou; e, em 1995, quando a empresa Brahma deu sinais da intenção de demolição de todo o complexo para a criação de um novo prédio, mais adequado às necessidades da época, a intervenção da Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura de Pelotas foi decisiva para impedir a demolição do edifício. Em 1999, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE realizou um inventário, o qual foi atualizado em 2004 com a intenção de preservação da fachada e volumetria do prédio.

Nos anos 2000, deu-se início a uma pesquisa por parte da Construtora Roberto Ferreira para a adequação do prédio industrial em residencial, o que não se concretizou. Nesse contexto, a Universidade Federal de Pelotas entrou em acordo com a Prefeitura com o intuito de uma revitalização do Bairro do Porto. Em 2012, a Prefeitura fez a doação do complexo com um projeto que visava criar o Mercosul Multicultural, o qual também não se concretizou por falta de verbas. Diante disso, foi acondicionada apenas

uma parte do prédio, hoje ocupado pela Editora e Livraria da UFPel junto a uma galeria de arte¹.

O projeto de pesquisa (desenvolvido pelas autoras deste capítulo), que trata sobre o Patrimônio Industrial adquirido pela Universidade Federal de Pelotas, trabalha com esses registros fotográficos com o intuito de reconstruir a história da Pelotas industrial, uma história que se estendeu por mais de seis décadas e que, muitas vezes, aparece pouco percebida pelos habitantes da cidade ou pelos seus visitantes. Através desses documentos, se preenchem lacunas sobre a história desses edifícios dedicados à produção industrial (dada as escassas e/ou fragmentadas fontes com as que se conta). Essas fotografias também são testemunho de aquele passado próximo, ao mesmo tempo em que ajudam a criar consciência do valor desse legado para promover sua preservação e novos usos cuidadosos que preservem sua memória ou em seu defeito que permitam aos novos usuários conhecer e reconhecer esses lugares como patrimônio industrial.

O projeto trabalha com as antigas indústrias da cidade de Pelotas, cujos prédios foram adquiridos pela Universidade Federal de Pelotas, sendo as fotografias daquele tempo uma valiosa fonte para essa reconstrução. A Universidade, ao tê-los adquirido, reativou esses antigos lugares de produção propondo novos usos; agora, acadêmicos. Se essa ação não vai acompanhada de uma devida informação sobre o que eram no passado, corre-se o risco de não serem reconhecidos como um legado da produção industrial passada. Por terem um novo uso, uma nova função, nem sempre se reconhece ou se tem conhecimento sobre o que foram originalmente. A fotografia se apresenta com um forte potencial para ajudar não só na reconstrução dessa história como também acessar a essa memória, estimular a imaginação de quem não viveu naquele tempo, dar visibilidade e melhor compreensão à informação que o mencionado projeto difunde na sua página *web* e nas redes sociais.²

Essas fotografias servem também para acessar lembranças por parte de quem foi protagonista daquele tempo, dado que, entre outras coisas, o projeto busca também produzir fontes orais através das narrativas de ex-trabalhadores e, assim, promover maior envolvimento das comunidades (não só抗igos operários como os moradores —抗igos e atuais — desses bairros onde se encontram esses remanescentes industriais). Por outra parte, outro objetivo importante do projeto em questão é promover diversas instâncias de educação patrimonial com a comunidade em geral (SOSA GONZÁLEZ, 2019b). As imagens das figuras, aqui apresentadas, (assim como outras produzidas durante o funcionamento das antigas fábricas) são também fontes interessantes para essas instâncias educacionais.

Ao analisar as memórias do trabalho — ainda vivas —, a partir das lembranças daqueles que ali atuaram, as fotografias também auxiliam na evocação dos抗igos

1 As informações aqui apresentadas são uma síntese do Trabalho de Conclusão de Curso em Conservação e Restauração de Bens Culturais, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas (2019), de Elisa Cabete.

2 Desde outubro de 2020, produto das limitações impostas pela pandemia de COVID-19 que impediam dar seguimento ao projeto de forma presencial, foi criado um *site* e promovida a divulgação de informações nas redes sociais sobre essas antigas fábricas como forma de dar a conhecer a um amplo público essa história da cidade. Ver: <<https://wp.ufpel.edu.br/patrimonioindustrial/>>.

espaços laborais dessas pessoas, permitindo, por exemplo, identificar o que era feito naquele lugar, descrever ciclos produtivos ou, simplesmente, narrar algo sobre aquela paisagem urbana e industrial.

Hoje, esses espaços deixaram de ser lugares de produção industrial, uma vez adquiridos pela UFPel, um novo uso e função lhe foi dado, sendo fundamental trabalhar na construção dessas informações históricas para sensibilizar, difundir e valorizar esses locais e, assim, estabelecer continuidades e rupturas em relação ao passado.

A fotografia se apresenta como possibilidade e potencialidade nessa reconstrução, como suporte de memória, que permite recriar paisagens produtivas, uma Pelotas que se industrializava, crescia, se urbanizava empregando muitas pessoas e promovendo o crescimento econômico da cidade. Esses antigos lugares de produção que as fotografias testemunham, condensam ricas e variadas memórias, ajudando a não silenciar a história que carregam, permitindo que as novas gerações — as que agora usufruem desses bens patrimoniais — adquiram conhecimento sobre eles e possam conectar o passado do local com a história da cidade e da região com um todo. É possível, então, a partir das fotografias que aparecem no *Álbum de Pelotas* de 1922, trabalhar sobre um tempo passado e, assim, escrever um trecho de história que pode ser contada a partir dela.

Ao concluir, lembra-se de que a fotografia também demonstra, constata uma existência, por isso se transforma em testemunho daquilo que funcionava na época, uma fábrica como tantas outras que a cidade tinha ou chegaria a ter nas décadas de 1920, 1930 e 1940. Tantas fábricas que existiram, funcionaram e dinamizavam uma Pelotas industrial que oferecia emprego, que atraía novos moradores e intensificava o comércio. Ou seja, esses registros são testemunhos dessa época e, a partir deles, é possível reconstruir a história dos processos produtivos da cidade, da sua paisagem, da sua urbanização e expansão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme Pinto de. *Cervejaria Sul-Riograndense de Leopoldo Haertel*. Série para o Jornal Diário da Manhã, 2013.

BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno: Séc. XVII e XVIII*. Lisboa: Ed. 70, 1990.

CABETE, Elisa Elias. *Conservação e reutilização do patrimônio industrial: o caso da cervejaria Sul Riograndense*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Bacharelado em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis) – Universidade Federal de Pelotas, 2019.

CARDOSO, Paula Bez. *Mercosul Multicultural Reabilitação da Antiga Cervejaria Sul-Riograndense. Pelotas – RS*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura) – e Universidade Federal de Rio Grande, 2018.

DIÁRIO POPULAR. Um acontecimento na vida da cidade: A inauguração do Frigorífico Anglo. Pelotas, 17/12/1943, p. 9-10.

DOMENECH, Ernesto E. *Crimen y Fotografía*. Buenos Aires: La Azotea, 2003.

DYER, Geoff. *O instante contínuo*. Uma história particular da fotografia. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

LAGEMANN, Eugenio. *O Banco Pelotense e o Sistema Financeiro Regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

MICHELON, Francisca Ferreira. *Sociedade Anônima Frigorífico Anglo de Pelotas*: o trabalho do passado nas fotografias do presente. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2012.

MICHELON, Francisca Ferreira (Org.). *O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas* [recurso eletrônico] – Pelotas: Ed. UFPel, 2019. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4869>>.

PARADEDA, Francisco (Edit.). *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Ed. F. Paradeda, 1919 - 1921.

SIZA, M.T. Introdução. In: Centro Portugués de Fotografia (CPF). *Murmúrios do Tempo*. Porto: CPF, 2 ed., 2002, p. 6-7.

SOSA GONZÁLEZ, Ana María (a). Patrimônio industrial: um legado para conhecer, reconhecer e preservar". In: MICHELON, Francisca (Org). *O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas* [recurso eletrônico]. Pelotas: Ed. UFPel, 2019. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4869>>.

SOSA GONZÁLEZ, Ana María (b). A UFPel, a cidade de Pelotas e seu patrimônio industrial: uma reflexão e sistematização a partir do projeto “Memória, identidade e patrimônio industrial adquirido pela UFPel”. In: MICHELON, Francisca (Org). *O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas* [recurso eletrônico]. Pelotas: Ed. UFPel, 2019. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4869>>.



3

PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL: AS FÁBRICAS DE COMPOTAS DE PÊSSEGO NOS BAIRROS FRAGATA E TRÊSVENDAS (1950- 1990)

Alcir Nei Bach

A agroindústria urbana de conservas de pêssego em Pelotas, a exemplo de outros empreendimentos alimentícios no país, alcançou crescimento significativo no pós-Segunda Grande Guerra. No decorrer dos anos 1950 ocorreram investimentos técnicos, de desenvolvimento e adaptação do cultivo de frutícolas, adequando o pêssego às condições climáticas da região sul do Estado, com o objetivo de aumentar seu período de safra.

A segunda metade do século XX representou o auge da produção fabril conserveira na cidade de Pelotas, pela atuação de empresas de pequeno, médio e grande porte. Foi o período em que a produção industrial formou “a maior concentração industrial de conservas vegetais do país” (GRANDO, 1989, p. 06).

A atuação destas fábricas parece ter sido decisiva no modo de vida da população urbana e rural, até seu declínio, na década de 1990. Sua aposta na produção local, com abertura de frentes de trabalho, estimulou o deslocamento de pessoas e produtos, catalisando a ocupação de novas áreas urbanas e de alguns serviços de infraestrutura urbana.

Inicialmente localizadas na antiga zona fabril da cidade, posteriormente as fábricas de conserva acompanharam e influenciaram na ocupação de espaços periféricos àquele

núcleo. Esse descolamento ajudou a consolidar e a constituir as zonas a oeste e ao norte da cidade, regiões dos bairros Fragata e Três Vendas, respectivamente.

O desenvolvimento da indústria fabril conserveira nesses locais envolveu a construção planejada, em maior ou menor grau, de edifícios-sede. O trabalho procura registrar estes diversos exemplares arquitetônicos, destacando aqueles com uma intenção de projeto mais elaborado. Essas estruturas, apesar do abandono, conservam importantes vestígios materiais de uma cultura agroindustrial significativa na trajetória econômica e urbana de Pelotas.

O trabalho tenta buscar estes vestígios, ainda presentes no interior de diversas fábricas cujos parques entraram em desuso. Equipamentos corroídos, relógios-ponto parados, latas vazias, caixas e papéis constituem um conjunto de elementos inter-relacionados, capazes de evidenciar as etapas de fabricação, desde a chegada da matéria-prima até as tecnologias empregadas, entre outros aspectos.

Tais elementos confirmam a noção de patrimônio industrial como “um campo de investigação vivo”, não limitado “a um conjunto de bens arquitetônicos que se detém sobre máquinas, equipamentos e instalações e móveis, onde se processou a produção industrial” (MELLO E SILVA, 2006, p.01).

A pesquisa desta cadeia produtiva permitiu observar ainda aspectos da movimentação da economia local e regional, responsáveis pela projeção da cidade de Pelotas a uma posição destacada, em nível nacional, no setor conserveiro. Essa projeção chegou a lhe conferir, informalmente, a fama de “Capital do Pêssego”, na década de 1970.

Os bairros Fragata e Três Vendas são caracterizados por terem dois acessos históricos como elementos responsáveis pelo seu desenvolvimento. Ao passo que estas duas “entradas da cidade” foram importantes para o crescimento destas zonas urbanas, também foram fatores decisivos para o deslocamento das fábricas do setor conserveiro da zona central e portuária.

O crescimento populacional do Município de Pelotas, entre 1920 e 1950, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocorreu nas zonas urbana e rural de formas distintas acentuando as diferenças existentes. Havia um predomínio da população urbana sobre a rural. Observa-se, também, que a população urbana no período de 1920 a 1950, cresceu 69,7%, isto é, 33.638 pessoas passaram a residir na cidade, possivelmente atraídas pelas condições socioeconômicas favoráveis que Pelotas apresentava nesse período. O mercado de trabalho, fortemente impulsionado pela indústria de alimentação e seus derivados, gerava uma auspiciosa cadeia de trabalho direto e indireto, bem mais diversificada que na zona rural e em municípios vizinhos. A cidade contava, em 1947, além de indústrias de alimentação como frigorífico, matadouro, moinho, fábrica de conservas, fábrica de óleo, com “indústrias como o sabão e velas, de papel e papelão, curtumes, fábrica de tecidos, adubos, engenho de arroz, etc” (ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1947, p.41).

A cidade de Pelotas crescia, as indústrias se desenvolviam, o comércio se apresentava com varejos e atacados fortes. Depósitos de produtos coloniais e armazéns de secos

e molhados (entrepostos) se localizavam nas principais entradas da cidade, os bairros Fragata e Três Vendas, principalmente: 1) a oeste da cidade, ao longo da avenida Daltro Filho (atual avenida Duque de Caxias) (Figura 1); 2) ao norte da cidade, junto às estradas do Retiro (Figura 2) e da Barbuda.

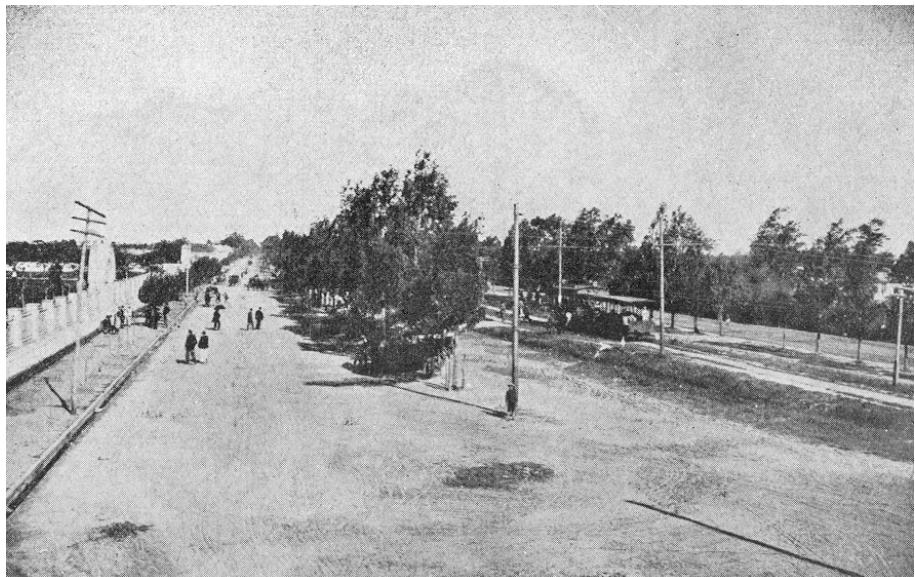


Figura 1: Um trecho da Avenida Duque de Caxias.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Foi essa população migrante, transformada em mão de obra industrial urbana, centrada principalmente na agroindústria conserveira, que passou a viver nas proximidades das fábricas de compotas de pêssego, as quais se localizavam na periferia, principalmente nos bairros Fragata e Três Vendas.

Em Pelotas, a necessidade de transporte coletivo, que facilitasse o acesso ao trabalho e o deslocamento, se evidenciou quando as populações migrantes passaram a ocupar as periferias. Em 1915, como uma solução eficiente para o transporte coletivo de passageiros, a Intendência Municipal e a empresa *Light* substituíram os bondes puxados a burros pelos elétricos.

Semelhantemente ao que fazia em Porto Alegre, a empresa *Light* também disponibilizava, para algumas linhas, preços diferenciados para operários em horários determinados, pela manhã e pela tarde. Esta informação foi ratificada pelo Senhor Willy Partzsch, morador no Fragata (entrevista 11 mar. 2013) quando trabalhava na Fábrica de Conservas Pelotense, de 1943 a 1947, localizada nas Três Vendas, utilizando o bonde

da linha do Fragata até a Cervejaria Ritter - Ponte de Pedra (AXT, 1996, p.149-173). O bonde fez parte da cidade de Pelotas por 82 anos, de 1873 até 1955, quando foi substituído pelo ônibus. Os serviços de ônibus em Pelotas foram inicialmente prestados pela Sociedade de Transportes Urbanos e Rurais (STUR) (DIÁRIO POPULAR, 01 jan. 1953, p.07).

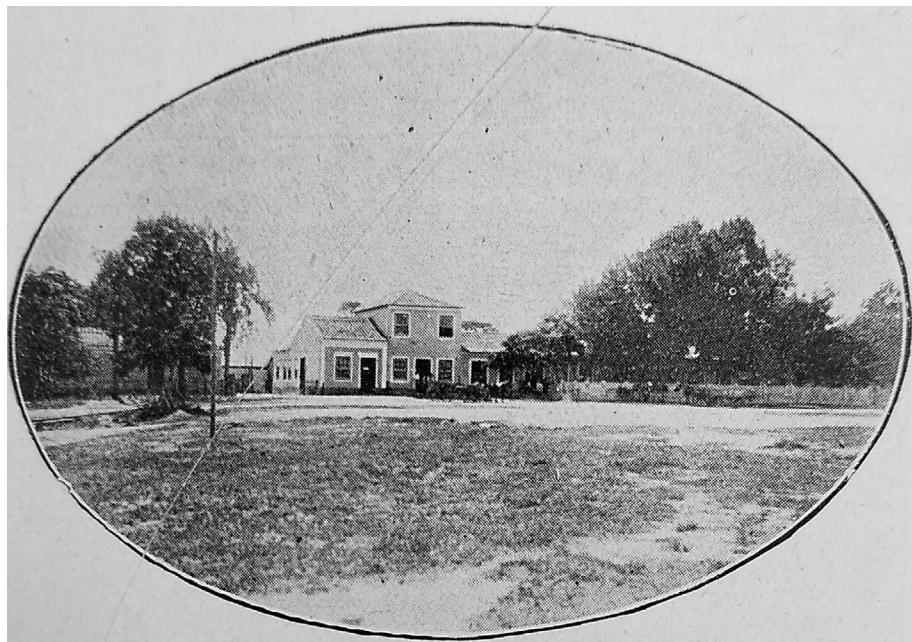


Figura 2: Casa de Secos e Molhados, Fazendas e Ferragens de Gustavo Brauner Filho. Estrada do Retiro.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

O Distrito Industrial de Pelotas seria oficialmente instituído após a concretização de suas obras, através da Lei Municipal nº 2.096, de 06 de dezembro de 1973. Desta forma, existiu primeiro de fato e, somente depois, de direito. Possuía uma área de aproximadamente 600ha, situada na antiga Estrada da Produção, ao longo da BR-392 (trecho Pelotas-Canguçu), e na margem sudeste, atravessada pela BR-116, Bairro Fragata (ROSA, 1985, p.206).

A implantação do Distrito Industrial em Pelotas permitiu, além de reunir empresas produtivas, congregar esforços políticos e econômicos em prol de uma dinamização espacial e estrutural para o município. Porém, esses estímulos não foram atrativos suficientes para promover o deslocamento das diversas empresas conserveiras historicamente instaladas nas avenidas Fernando Osório e Duque de Caxias, tampouco

das situadas na antiga zona fabril portuária. Junto a estas primeiras localizações, a mão de obra era abundante e os acessos viários consolidados. O Distrito Industrial pelotense parece ter sido pensado antes em virtude da chegada de grandes investidores oriundos do sudeste brasileiro. Nos depoimentos colhidos pela pesquisa, foi expressa diversas vezes a ideia – corrente, portanto – de que o Distrito Industrial “foi criado para atender a CICA e a VEGA”.

A base artesanal dessa indústria permitia que os ensinamentos e técnicas empregados fossem adquiridos de forma empírica, através de alguns produtores que repassavam aos demais. Nessas fábricas, os vestígios dos prédios e maquinários constituem exemplos de patrimônio industrial, pois revelam sistemas construtivos (técnica e concepção espacial), equipamentos (máquinas e instrumentos) e, inclusive, conhecimento, cujo repasse se deu pela tradição oral familiar, tal como o cultivo da fruta e a feitura do doce em calda.

Percorrendo-se a área dos bairros Fragata e Três Vendas, ainda é possível encontrar prédios em que funcionaram essas agroindústrias conserveiras; alguns em flagrante situação de abandono. Suas edificações, maquinário, equipamentos e instalações em geral constituem patrimônio agroindustrial, juntamente com os conhecimentos transmitidos e apreendidos em seu interior. Homens e mulheres, ao longo de décadas, conviveram em um mesmo ambiente fabril, estabelecendo relações diversas, espacialmente dadas nas fábricas e no seu entorno.

O patrimônio da agroindústria conserveira pelotense apresenta, entre suas principais características, o aspecto de “inversão de funções e sentidos”, apontado por Ferreira (2009, p. 22) como remetido pela noção de patrimônio industrial em si. Conforme a autora, de um lugar de trabalho, as fábricas em questão se transformaram em lugar de memória, a qual se perpetua entre agricultores, empresários e safristas.

Algumas indústrias, mesmo depois do encerramento das atividades produtivas, mantiveram vestígios materiais, em maior ou menor grau. Destaca-se o caso das Conservas Peter, cujo prédio foi desativado em 2004, mantendo em seu interior grande parte de suas instalações e maquinários.

As fontes orais remetem-se às fábricas de compotas estudadas como verdadeiras referências nos seus bairros. A fábrica, muitas vezes, era o local de promoção de diversas atividades comunitárias, prestigiadas pelos funcionários e pela comunidade, como festas, bailes e futebol. Ou seja, a fábrica tinha importância logística, social, esportiva e cultural junto à população que com ela se relacionava. Alguns depoentes comentaram que “acertavam o relógio pelos apitos da fábrica”. Outros, quando indagados sobre onde moravam, respondiam fazendo referência a estas fábricas, para só depois mencionar o logradouro. Isso demonstra que essas fábricas mantinham relações históricas, culturais e afetivas com as comunidades em seu entorno (FONTES, 2006, p.02).

A partir da década de 1950, a indústria conserveira urbana se concentrou junto às duas principais vias de acesso à cidade: as atuais avenidas Duque de Caxias e Fernando Osório. Essa localização favorecia a recepção de matéria-prima do interior do município, o escoamento da produção e, principalmente, a entrada de mão de obra, consolidando, assim, o sistema viário dos séculos XIX e XX.

Essas agroindústrias conserveiras se situavam geralmente ao lado ou nos fundos da residência do proprietário. Algumas surgiram a partir de uma casa de comércio de produtos coloniais, geralmente instalado em uma das vias que ligava a zona rural à área urbana, também denominadas “venda” ou “armazém”, que comercializavam desde ferramentas, produtos de origem colonial, armário e tecidos. Eram literalmente “entrepostos” entre a colônia e a área urbana. Seu papel foi importante na configuração urbana dos locais em que se instalaram muitas das fábricas de conservas, como aglutinadores da população migrante (colonos), que passou a se fixar em seu entorno. Foi o caso do estabelecimento comercial da família Brod, que, funcionando desde o início do século XX na Estrada do Retiro (hoje avenida Fernando Osório) (Figura 3), deu origem às Conservas Brod, fabricante de compotas de pêssego.



Figura 3: Depósito Colonial de Alberto Brod. Três Vendas. Estrada do Retiro.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

A grande maioria das fábricas era construída de forma bastante simples, sem projeto formal ou preocupações maiores de ordem arquitetônica ou estética. Muitas vezes seguiam apenas a intuição dos proprietários, resultando em plantas carentes de racionalidade funcional e segurança. Em geral, as sedes fabris constituíam grandes volumes, que adotavam a solução de galpão, com grandes vãos cobertos por telhados cerâmicos estruturados em tesouras de madeira. Influenciada por este novo padrão de

projeto, exceção digna de nota em relação à arquitetura é a sede definitiva da Indústria da Alimentação AGAPÊ S.A., de propriedade do agrônomo Hugo Poetsch. Seu projeto é exemplo de preocupação estética, com a funcionalidade da planta e a previsão de expansão do conjunto arquitetônico. Em 1961 foi construído o núcleo inicial, projetado pelo arquiteto Geraldo Delanoy, com emprego de *sheds* (ou “dentes-de-serra”), aspecto inovador para a região.

A cidade de Pelotas, no pós-guerra, gerava algumas oportunidades que possibilitavam alterar o tipo de trabalho (trocar a lavoura pela fábrica, ou construção civil) e o padrão de vida (deixar as dificuldades da roça pelas “facilidades” da vida na cidade). Por conta dessas “oportunidades” a cidade obteve, entre as décadas de 1950-1960, um aumento populacional urbano de 47.654 habitantes, bem superior ao acréscimo de 15.570 habitantes, ocorrido entre as décadas de 1940-1950. Ou seja, a população urbana pelotense triplicou no Pós-Guerra.

Foi essa população rural migrante que em Pelotas, como em outras cidades, ocupou áreas periféricas, alastrou os limites urbanos, movimentou serviços, criou comunidades sociais, religiosas e serviu de mão de obra, principalmente, para a indústria conserveira.

Com relação às fábricas localizadas na região do Bairro Fragata, é possível observar uma distribuição pulverizada dos edifícios fabris. A primeira fábrica a se instalar na região foi a Almeida, em 1936, com edifício à antiga avenida Daltro Filho, atual avenida Duque de Caxias. Logo após, em 1943, foi criada a Wipa, que em 1959 passou a localizar-se na mesma avenida, principal via estruturadora do Fragata. Ao todo, ao longo do tempo, seis fábricas viriam a se localizar ao longo desta avenida.

Posteriormente, com a criação do Distrito Industrial e os incentivos da municipalidade, na década de 1970, algumas fábricas ali se localizaram, no total de quatro. As únicas duas fábricas a terem no Distrito Industrial seus locais de origem foram a CICASUL e a Clatar. A primeira foi instalada em dezembro de 1971, logo da constituição do Distrito Industrial. A segunda, instalada em 1986, foi a mais efêmera de todas as levantadas, não chegando a completar um ano de existência. As outras duas fábricas, VEGA e Cantarelli, viram naquele distrito um local definitivo para suas instalações, inicialmente situadas em outros locais. A VEGA teve sua origem na zona rural no ano de 1964 e, em 1973, passou a se localizar no Distrito Industrial. Outro grupo – três fábricas – localizava-se no extremo oeste do bairro, totalizando treze fábricas.

Ainda que a atual avenida Duque de Caxias seja uma importante via estruturadora, os grupos de fábricas localizadas junto ao Distrito Industrial e a oeste do bairro tinham posição privilegiada em termos de logística, pois estavam próximos de rodovias federais (BR-116 e BR-392). Tanto o recebimento de matéria-prima quanto a expedição de produtos ficavam, assim, facilitados.

Com relação ao Bairro Três Vendas, das 20 fábricas que ali se localizaram, 18 estavam situadas no eixo da atual avenida Fernando Osório, representando 90%. Dentre estas 18, duas fábricas, apesar se situarem perpendicularmente àquela via estruturadora, pela avenida Assis Brasil, foram consideradas como pertencentes ao mesmo grupo.

Outras duas fábricas, representando os 10% restantes, estão situadas mais a leste, distantes entre si.

Até 1950 se pode perceber a preferência das iniciativas habitacionais pela localização junto à porção oeste da cidade, primeiramente, e ao norte, posteriormente – a maior quantidade de fábricas (20) se deu nesta zona norte da cidade. Foi o que o I Plano Diretor de Pelotas diagnosticou como uma tendência em forma de “V”, simbolicamente pronunciado pela ocupação ao redor do eixo da atual avenida Duque de Caxias (antiga Estrada de Piratini) e junto ao eixo da atual avenida Fernando Osório (antiga Estrada do Retiro). Tal qual a figura de espinha dorsal, como ocorre nos peixes, este “V” tinha nas vilas e loteamentos os prolongamentos laterais de um espinhaço (PLANO DIRETOR DE PELOTAS, 1967).

Sobre a mão de obra, além do aspecto familiar, teve como características a proeminência, em sua quase totalidade, da figura da mulher, com os homens pontuando tarefas braçais. Os homens eram a totalidade nos cargos de chefia e diretoria. Havia, no entanto, a preferência pela delicadeza da atuação das mulheres em boa parte das atividades. De uma forma geral, o trabalho infantil foi uma constante e estava ligado à presença de famílias entre os safristas. Os depoimentos obtidos dão conta de que os períodos de safra – especialmente a de pêssego – ocasionavam a escassez de empregadas domésticas, que então migravam para o trabalho como safristas. Esta atitude era essencialmente motivada pela garantia de diversos direitos, representada pela assinatura na carteira de trabalho pelas fábricas. Ao fim da safra, retornavam à atividade doméstica.

O presente estudo, que não tem pretensão de esgotamento do tema, busca, antes, contribuir para um conhecimento parcial do setor conserveiro de pêssego e suscitar, talvez, um maior reconhecimento de sua importância para a comunidade. A constatação da situação deste patrimônio agroindustrial, em seus aspectos material e imaterial, através das fichas de inventário, poderá suscitar discussões acerca de seu valor cultural para a comunidade.

REFERÊNCIAS

BACH, Alcir Nei. *Patrimônio Agroindustrial: As fábricas de compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990)*. 2017. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, 2017.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 01 jan. 1953, p. 1-9. Relatório apresentado pelo Prefeito Mário Meneghetti à Câmara de Vereadores em 20 de dezembro de 1952.

ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO. Saneamento de Pelotas. Relatórios de Projetos – Novos Estudos, 1947. Pelotas: Globo, 1947.

FERREIRA, Maria Letícia. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. *Museologia e Patrimônio*. Vol.II, nº 1 – jan/jun de 2009, p. 22-35.

FONTES, Paulo Roberto R. Mapeando o Patrimônio Industrial em São Paulo. *Revista Eletrônica do IPHAN*. n. 4 – Herança Industrial, 2006.

GRANDO, Marinês Zandavalli. *Agricultura em crise: o caso da “Colônia Francesa” no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Fundação da Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), 1989. Coleção Teses, nº. 14.*

MELLO E SILVA, Leonardo G. Patrimônio industrial: passado e presente. Patrimônio – *Revista Eletrônica do IPHAN*. n. 4 – Herança Industrial, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Plano Diretor de Pelotas. Porto Alegre: ORPLAN [Organização e Planejamento], 1967.

ROSA, Mário. *Geografia de Pelotas*. Pelotas: UFPEL, 1985.



A

BAIRROS E LUGARES DE MEMÓRIA: A COLÔNIA DE PESCADORES Z3

Jerusa de Oliveira Michel

Constituída por pescadores profissionais e artesanais, a Colônia de Pescadores Z3 foi fundada em 29 de junho de 1921 e está localizada na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, com uma extensão de 472 km², que abrange a vila sede da colônia, às margens da Laguna dos Patos e o Posto Branco, próximo a BR-116. O local é considerado área rural, e encontra-se a 20 km de distância do centro da cidade de Pelotas. A região também é conhecida como Colônia de São Pedro ou Arroio Sujo.

De acordo com o Sindicato dos Pescadores da Colônia de Pescadores Z-3, existem atualmente cerca de 700 pescadores e pescadoras associados. Destes, aproximadamente 600 estão licenciados. Os que não se envolvem diretamente na pesca, trabalham em outras atividades tais como: peixarias, galpões, ancoradouros, comércio tradicional artesanal de pescados e frutos do mar.

Para Figueira (2009, p. 43) “a Colônia de Pescadores Z3 se organiza produtiva e culturalmente a partir de um processo que envolve saída para pesca, coleta de pescados, comercialização e manutenção de suprimentos e equipamentos de trabalho”. A maior parte dos problemas enfrentados pela comunidade pesqueira da Colônia Z3 sempre estão atrelados ao clima, à baixa produtividade, à desvalorização do pescado e seus derivados e à relação estabelecida com os atravessadores.

Mas para entendermos a história da colônia Z3, precisamos antes conhecer um pouco sobre a origem das comunidades pesqueiras e seus processos de criação. Sabe-se que no início do século XX a Marinha de Guerra passa a trabalhar no intuito de institucionalizar o trabalho dos pescadores artesanais, transformando comunidades caiçaras em colônias de pescadores.



Figura 1: Pórtico de entrada da Colônia de Pescadores Z3.
Fonte: Acervo da autora 2021.



Figura 2: Pescadores voltando para casa.
Fonte: Acervo da autora 2021.

Nesta época dois grandes fatores se sobressaem para que o Estado passasse a investir na criação das colônias pesqueiras: a primeira era a importação de peixe, apesar do vasto litoral brasileiro e uma diversidade de águas interiores e a segunda, a defesa da costa brasileira após a Primeira Guerra Mundial (1914-1917).

Em função deste interesse na defesa nacional, o discurso instituído para a criação das colônias pesqueiras foi de que ninguém entendia melhor os segredos de rios e mares que os pescadores. Estes possuíam vasto conhecimento sobre a geografia dos lugares, conheciam rios, canais, atalhos, lugares rasos e lugares fundos e todo este conhecimento era de grande interesse para o Estado.

Indo, então, ao encontro aos interesses do Estado, a Marinha cria, em janeiro de 1923, o primeiro estatuto das colônias de pescadores, definindo as mesmas como “agrupamento de pescadores ou agregados associativos”, este estatuto obrigava os pescadores que queriam trabalhar a se matricular nessas colônias, permitindo ao estado um maior controle sobre a atividade.

Alguns anos mais tarde, no início dos anos 30, durante a era Vargas, o governo tenta dinamizar o setor pesqueiro artesanal instituindo a Divisão de Caça e Pesca através do Decreto nº 23.134/33, e os pescadores saem da tutela do Ministério da Marinha e passam a estar subordinados ao Ministério da Agricultura.

Com a chegada da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Decreto-Lei nº 4.890 de outubro de 1942 passa a tutela dos pescadores artesanais novamente para a Marinha Brasileira. Posteriormente, na década de 1960, o Governo Militar institui o novo Código de Pesca através do Decreto nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, retornando a atividade pesqueira para a tutela do Ministério da Agricultura. Este, por sua vez, instituiu um estatuto único para todas as colônias pesqueiras brasileiras através da Portaria nº 471 de 26 de dezembro de 1973.

Em 1988 os pescadores artesanais conquistaram alguns avanços com a promulgação da nova Constituição, tais como a possibilidade de as colônias elaborarem os seus próprios estatutos, levando em conta a realidade de seus municípios, uma vez que tiveram seus direitos sociais elevados ao mesmo nível dos sindicatos de trabalhadores rurais. Nesta época, os pescadores artesanais também conquistaram o direito ao benefício do seguro-desemprego nos períodos de desemprego.

Em 1º de janeiro de 2003, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 103 (hoje Lei nº 10.683), que criava a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, órgão ligado a Presidência da República que passaria a ser responsável por desenvolver políticas voltadas ao setor pesqueiro. Posteriormente, em 29 de junho de 2009, Dia do Pescador, foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil, através da Lei nº 11.958. A criação do Ministério veio atender a um anseio histórico dos pescadores brasileiros.

Entendendo como se deu a criação e expansão das colônias de pescadores podemos nos voltar para a Colônia Z3. Como já dito anteriormente, a Colônia de pescadores Z3 foi fundada em 1921 e sua expansão ocorreu em quatro grandes momentos. Sua constituição deu-se através de umas poucas famílias de pescadores que viviam em casas de madeira e palha, oriundas de diversas regiões, todas do Rio Grande do Sul, como

Rio Grande, Piratini, Tapes e Viamão. Em entrevistas realizadas com a comunidade, alguns moradores mais antigos afirmam que a família “Costa” foi uma das primeiras a se estabelecer na região e citam o casal Olegário e Adelaide Costa, como precursores na colonização do local, sendo que hoje algumas ruas da colônia são batizadas em homenagem a esta família.

A segunda fase se dá a partir da década de 50 com a vinda de famílias oriundas do Estado de Santa Catarina, das cidades como Laguna, Itajaí, Florianópolis, entre outras. Estas famílias eram constituídas por pescadores e a pesca era uma atividade familiar, passada de pai para filho.

A partir da década de 1960, quando acontece a terceira fase, temos uma migração de famílias oriundas da “Ilha da Feitoria”, localizada na Lagoa dos Patos. A localidade costumava ser uma comunidade cheia de vida e que contava com igreja, escola, comércio e até mesmo times de futebol, mas o difícil acesso, que se dava somente por barco em uma viagem que durava cerca de uma hora, fez com que os moradores migrassem para o continente em busca de uma vida melhor, a maior parte dos moradores que viviam da pesca se estabeleceram na colônia Z3 e a ilha foi sendo abandonada.

A quarta fase se dá, então, na década de 1990 quando começaram a surgir grupos vindos das periferias urbanas e também da zona rural de Pelotas com o objetivo de uma melhoria da qualidade de vida, através da atividade pesqueira na Lagoa dos Patos.

Embora a última fase de expansão da Z3 tenha trazido grupos que não eram diretamente ligados a pesca, a comunidade é organizada basicamente a partir da cadeia produtiva da cultura da pesca. A realidade da Colônia de Pescadores Z3 está baseada na possibilidade de boas safras, possibilidade essa muitas vezes frustrada. Segundo o presidente do Sindicato dos Pescadores, Nilmar Conceição, a safra de 2013 foi a última com um ótimo resultado. Naquele ano os pescadores capturaram cerca de 6 mil toneladas de camarão, que é direcionado para o comércio e garante o sustento de muitas famílias durante todo o ano. Em 2020, a expectativa era de que os números da safra de 2013 se repetissem, mas isso não aconteceu.

COLÔNIA Z3 – UM LUGAR DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

Hoje a Colônia de Pescadores Z-3 é uma comunidade já centenária e traz consigo uma infinidade de memórias e experiências de vida – muitas alegres, muitas sofridas – de uma das atividades econômicas mais tradicionais do Brasil, a pesca artesanal. Uma atividade ainda hoje baseada na simplicidade, em que os próprios pescadores desenvolvem suas artes e seus instrumentos de trabalho, criando uma cultura e uma identidade própria, mantidas pela memória e transmitidas em sua maioria de forma oral com a função de assegurar a reprodução de um modo de vida e isso não poderia ser diferente na referida comunidade.

Ao falar de memória, não podemos deixar de trazer o conceito de Halbwachs (1990) que nos diz que a memória é construída coletivamente, que mesmo as lembranças mais íntimas e pessoais não podem ser separadas da compreensão de que

o homem é um ser social. É no fundamento coletivo da memória que se encontra sua capacidade social de fortalecer os sentimentos de pertencimento sociocultural, já que ao articular memória individual com a memória coletiva, sua prática permite duração e continuidade do que é vivido coletivamente.

Esse vivido coletivamente é lembrando constantemente na colônia de pescadores Z3. São memórias de constituição do local, famílias tradicionais, métodos de pesca, safras grandes e pequenas, fé... Ao andar pelas ruas da Z3 e conversar com os moradores podemos entender como essas memórias e estas histórias são importantes na constituição da identidade daquelas pessoas, pois são lembradas, contadas e recontadas constantemente por quem as vivenciou ou por aqueles que as ouviram e se comprometeram a passá-las adiante, mantendo viva a história de comunidade.

Relatos dos moradores mais antigos nos trazem fragmentos de memória que contribuem para a conformação da história da comunidade. Eles relatam que inicialmente eram aproximadamente 40 famílias que moravam na colônia Z3. Olegário Costa, João Motta, Silvino Costa, Ildefonso Barcelos, Miguel Irigon, Inácio Motta, Francisco Costa e Fausto Carrenha foram alguns dos primeiros moradores.

A comunidade sempre enfrentou muitas dificuldades e a vida do pescador nunca foi fácil. Os barcos não possuíam motor e eram movidos pela força do vento e das correntes, as redes eram confeccionadas em algodão e embebidas em óleo de linhaça para que ficassem mais resistentes. O peixe era comercializado após ser seco e vendido em arrobas (pacotes de 15kg). O camarão, que hoje dá fôlego à comunidade, naquela época não tinha valor algum, assim como o siri.

Em 1928, sete anos após a sua fundação, uma comissão liderada por Fausto Carrenho foi à prefeitura solicitar a construção do prédio para que funcionasse a escola, batizada de Escola Municipal de Ensino Fundamental Almirante Raphael Brusque. As primeiras atividades da escola foram desenvolvidas pela diretora Maria Carvalhal, juntamente com as professoras dona Olga e dona Amélia.

Na década de 60, mais precisamente no dia 1º de setembro de 1965, as terras onde se localiza a sede da Colônia Z3, foram doadas à comunidade pela firma Coronel Pedro Osório, grande latifundiário, produtor de arroz muito estimado pelos pescadores mais antigos. Este momento representa uma espécie de independência e oportunidade de cada família ter o seu próprio espaço.

Ainda na década de 60 tem início a construção do Santuário em homenagem à Nossa Senhora dos Navegantes, tida como protetora dos pescadores, construído através de doações de uma porcentagem do lucro que os pescadores obtinham com a safra. Porém, como nem todo ano as safras eram boas, a igreja demorou para ser finalizada (Ecomuseu da Colônia Z3, 2020, s/p). Apesar de todas as dificuldades enfrentadas ao longo dos anos, ainda hoje os moradores da colônia Z-3 celebram com muita fé e devoção a Festa de Navegantes, sendo este o maior evento que ocorre anualmente na comunidade, trazendo pessoas de todas as partes da cidade. Após a tradicional missa realizada no santuário, a imagem de Nossa Senhora é embarcada e as embarcações saem uma a uma, atrás da imagem. O padre dá bênção aos fiéis que ficam às margens da lagoa,

à espera da passagem da procissão. Dezenas de embarcações seguem a imagem até o cais do porto da cidade, onde a imagem segue em procissão terrestre até a Paróquia Sagrado Coração de Jesus, no bairro Porto.

O deslocamento até a cidade era também uma grande dificuldade que a comunidade enfrentava, pois não havia uma estrada pública que ligasse a colônia de pescadores à zona urbana. Para chegar até o centro os moradores iam a pé, a cavalo ou de carroça, passando entre as fazendas, e muitas vezes tinham que voltar para a Z3 pois a passagem não era permitida através das propriedades particulares. Frequentemente a solução era ir de barco até a praia do Laranjal, distante 12 km da comunidade, e de lá seguir para a cidade, ou ir diretamente para a zona portuária e seguir a pé até o seu destino.



Figura3: Divinéia. Acervo da autora 2021.

Somente em 1950 chega o primeiro ônibus trazido por Leão Vasconcelos. Os Moradores mais antigos relatam que as janelas eram protegidas apenas por cortinas e em períodos de chuva o veículo ficava preso no barro e os passageiros tinham que descer e empurrar. Em 1978 é construída a estrada que liga a Z3 ao Balneário dos Prazeres, estrada que ainda hoje não é pavimentada, e somente por volta de 1979 que é criada a primeira linha comercial de transporte. Hoje, embora o transporte seja melhor e mais seguro, os moradores ainda enfrentam dificuldades nessa área, o que faz com que as histórias antigas sejam sempre lembradas.

Outra grande dificuldade enfrentada pela comunidade era a carência de energia elétrica, que primeiramente era fornecida por um gerador ligado ao entardecer e que fornecia energia elétrica somente até às 23 horas, sob os cuidados do senhor Adão Pinto. A primeira rede elétrica é trazida pela indústria de pescado Souto Oliveira, a SOLISA, em 1970. Figueira no diz que

Com a abertura da Avenida Rubens Machado Souto (ligando a Colônia Z3 ao centro de Pelotas por uma rota mais curta, rápida e segura), e com a implantação de luz elétrica (processo que fomentou um período de urbanização no local), grande parte dos problemas locais, no que tange logística e isolamento, são minimizados. Isto permitiu aos moradores a introdução de elementos que configuraram uma nova concepção de produção e organização socioeconômica, baseada principalmente numa melhor distribuição para o comércio pesqueiro. (FIGUEIRA, 2009, p.48)

Para muitos esse foi um momento de reorientação do processo socioeconômico tradicional e permitiu a inserção de novos processos de produção e comercialização focados na instalação de câmaras frias nas peixarias e o pescado pode ser congelado e distribuído ao seu destino final por meio do uso de caminhões.

Podemos dizer que hoje, muitas das dificuldades do passado foram superadas ou sofreram modificações. A comunidade criou uma Cooperativa de Pescadores Profissionais Artesanais chamada “Lagoa Viva” e com ela conseguiu subsídios para a construção de uma fábrica de gelo; foi criada a “Feira do Peixe”; o velho posto de saúde, um antigo chalé de madeira, foi substituído por um novo posto de saúde; houve ampliação da iluminação pública; o surgimento e liberação de “Seguro Desemprego” durante os períodos de “defeso”; os programas de créditos do governo federal, financiamentos e assistência ao pescador; extensão da rede de água potável oriunda do “Bairro Laranjal” entre tantas outras coisas, entretanto outras dificuldades surgiram, principalmente a desvalorização do pescado e a falta de investimento público na comunidade.

Foram tantas adversidades e tantas vitórias ao longo de mais de 100 anos de existência. Tantas histórias, tantas vidas que moldaram a comunidade e foram moldadas por ela. Tantos narradores que se dispuseram a contar suas histórias e com elas costurar a história da Z3. Histórias como do seu Polaco, que se mudou para lá em 1914, antes mesmo da fundação oficial da colônia como uma colônia de pescadores. Histórias como a do seu Pitanga, um dos primeiros presidentes do sindicato dos pescadores, que sozinho, matou 1.200 kg de bagre com o seu espinhel. Histórias como a da Dona Adelina do Amaral, pessoa simples, trabalhadora na pesca e salga e bisavó de mais de 70 moradores da Z3 os quais ajudou a criar. Histórias como a da dona Laura Mateus, escritora da Z3, que publicou seus contos na revista *Caros Amigos* e no livro *Literaturas Marginais* e em jornais locais. O trabalho dela foi comentado no “Fantástico” e na *Folha de São Paulo*. Onde se tecem as redes, dona Laura tecia seus textos, sempre inspirados na comunidade e na vida do pescador. Histórias como a da Dete, que mantém vivas receitas culinárias tradicionais tão apreciadas pelos moradores da comunidade e de fora dela. São tantas pessoas e tantas histórias, que se fundem à história da Z3 criando a identidade da comunidade.

Mesmo com tantos relatos, não podemos recompor o passado na sua integralidade e ver a história como um todo, mas podemos compreendê-lo através da análise de

determinados aspectos, embora seja um desafio, é um desafio possível de ser realizado e cabe à história e à memória executar essa tarefa, evitando que o ser humano perca suas referências e se perca da sua identidade coletiva. A colônia de pesadores Z3 é um local rico em fragmentos, cabe a nós juntá-los e manter viva a memória e a identidade desta comunidade, assegurando que uma das atividades econômicas mais tradicionais do Brasil, a pesca artesanal, não se perca no tempo.

REFERÊNCIAS

FIGUEIRA, Michel Constantino. *Colônia de Pescadores Z-3, Pelotas/RS: da crise na pesca à expansão do turismo com base no patrimônio cultural*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

FIGUEIREDO, Dalva. Memória e Identidade. In: SILVA, Leonardo Santana da; RONCO, Adriana Patricia (org.). *História Social: Tradições e modernidades: ensaios interdisciplinares sobre economia, cultura e política como forma de linguagens, identidades e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

HALBWACH, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

NIEDERLE, Paulo André; GRISA, Catia. *Uma Análise das Transformações no Universo Social da Pesca Artesanal do Estuário da Laguna dos Patos, RS*. (s/d). Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e14-02.pdf>. Acesso em: 14. ago. 2017.

O PESCADOR. Edição número 02, de junho de 2000.

O PESCADOR. Edição número 17, de janeiro e fevereiro de 2003.

O PESCADOR. Edição número 27, de março de 2004.

ECO-MUSEU DA COLONIA Z3. Disponível em: <http://ecomuseudacoloniaz3.blogspot.com.br/>. Acesso em 21 out 2020.



5

BAIRROS E LUGARES DE MEMÓRIA: O BAIRRO PORTO

Guilherme Pinto de Almeida

Retomando os primórdios do espaço do bairro Porto, estudos arqueológicos realizados pela Universidade Federal de Pelotas nas últimas décadas apontam para a presença indígena nesta região. Grupos das etnias Tapes e, em maior número, Minuanos fixaram-se em alguns pontos da orla do canal São Gonçalo e da Laguna dos Patos. Vagando, nômades, aqui estiveram também Charruas e Guaranis. Tal presença remonta há aproximadamente 2.500 anos, e teria perdurado cerca de 1.300 anos (MILHEIRA, 2014).

No século XVII, os padres Jesuítas introduziram o gado na porção oeste do território. Com o fim das Missões o animal espalhou-se, chimarrão, alcançando estas bandas. A numerosa quantidade do animal à disposição fez popularizar-se a solução de navegação chamada pelota, pequena embarcação feita com couro do gado e estruturada em madeira e fibras naturais. Considerada prática, foi bastante utilizada para realizar a travessia de uma ou duas pessoas – geralmente a mulher e alguma criança – em um pequeno trecho de rios e arroios. A tração era realizada pelo homem através de uma corda presa aos dentes, de forma a dispor dos braços livres para nadar (DEBRET, 2020).

Seguindo o exemplo dos indígenas, os colonizadores portugueses também utilizaram a pelota, empregando escravizados na tração. A recorrência de seu uso local levou a que um dos afluentes do canal São Gonçalo fosse nomeado como arroio Pelotas. Sobre as margens do arroio Pelotas, principalmente, bem como sobre parte da margem esquerda desse canal se assentariam as charqueadas, motores do rápido desenvolvimento econômico local, a partir do final do século XVIII. Em junho de 1835, quando a Vila de São Francisco de Paula foi alçada à condição de cidade, recebeu o nome de Pelotas. O

canal São Gonçalo, por sua vez, deve seu nome à existência do Forte de São Gonçalo, obra de defesa contra os espanhóis erguida pelos portugueses na foz do rio Piratini com aquele. Ligação entre a Lagoa Mirim e a Laguna dos Patos – esta conectada ao Oceano Atlântico –, o canal São Gonçalo, antigamente chamado Sangradouro da Mirim, era valorizado por sua localização estratégica (ALMEIDA, 2022).

Ainda que, em geral, os saladeiros possuíssem seus próprios atracadouros, a necessidade do estabelecimento de um porto público se impôs, como equipamentos urbano necessário à manutenção e promoção do progresso local. Uma das primeiras medidas dos vereadores da recém-criada vila, tomada em 10 de outubro de 1832, foi proibir construções em uma faixa de 22 metros perpendicular às margens daqueles cursos d’água, “a fim de não embaraçarem o trânsito público nestes veículos do nosso comércio”. Na mesma sessão foi dado parecer favorável a “um trapiche no porto mais apropriado para a facilidade do comércio e à construção de um outro porto no arroio Pelotas”. Em outubro de 1834, um trecho de margem do canal São Gonçalo seria reservado como logradouro público. A planta urbana, aprovada em junho de 1834, já assinalava a localização do porto de Pelotas junto ao canal São Gonçalo, a sudeste do núcleo urbano. (GUTIERREZ, 2014).

As terras sobre as quais viria a existir o porto público de Pelotas haviam sido reivindicadas e obtidas pela imigrante açoriana Mariana Eufrásia da Silveira em 1813 (GUTIERREZ, 2014). Anos pós sua morte, através de um acordo foram cedidas por seus descendentes à municipalidade, e usadas na expansão do primeiro núcleo urbano. Na primeira metade da década de 1830, quinze novas ruas foram projetadas nesta porção sul da cidade – o chamado segundo loteamento urbano –, incluindo a área do incipiente porto e adjacências. Dentre estas novas vias estava a atual rua Benjamin Constant, originalmente chamada rua Da Indígena (ARRIADA, 1994).

Em outubro de 1832, por iniciativa de Domingos José de Almeida, iniciou viagens regulares pelo canal São Gonçalo a Barca Liberal, segunda embarcação a vapor do país e a primeira do tipo a navegar o Rio Grande do Sul. Construída em um estaleiro junto à foz do arroio Santa Bárbara, a Liberal manteve viagens regulares a Rio Grande com saída do porto de Pelotas, transportando passageiros e mercadorias (DUVAL, 1946). Meses depois, em março de 1833, foi pela primeira vez articulada a desobstrução da barra do canal São Gonçalo. O melhoramento era fundamental para permitir o acesso de navios de maior calado e potencializar os negócios, sobretudo dos charqueadores. Ambas iniciativas foram interrompidas pelo início do conflito farroupilha. Somente após o fim da guerra civil, o porto voltou a receber atenção do município (GUTIERREZ, 2014).

A solução de um segundo litígio entre municipalidade e a família Rodrigues Ribas levou à doação do terreno para a praça Domingos Rodrigues (Figura 1). A medição do logradouro se deu em 1846, tendo a família imposto a condição de que o nome da praça, dado em homenagem a seu patriarca, jamais viesse a ser alterado, sob pena de devolução da posse (GUTIERREZ, 2014). Traçadas, as ruas da região do porto do canal São Gonçalo ainda se encontravam obstruídas por chácaras e plantações, e seriam franqueadas, de

fato, em preparação à segunda visita de Dom Pedro II à cidade, em outubro de 1865 (MAGALHÃES, 2000).



Figura 1: Cais do Porto e praça Domingos Rodrigues, com o panorama da cidade, ao fundo. À esquerda, na altura do centro da fotografia, estão boa parte dos prédios ocupados pela UFPel no Bairro Porto. Vista na direção noroeste.
Fotografia Nei Borges.

Euclides Franco de Castro, em sua revista *Princesa do Sul*, conta que em meados do século XIX, o canal São Gonçalo era utilizado como balneário. O cronista registrou a memória da célebre “Prainha”, segundo ele a praia de banhos predileta dos antigos moradores. Localizava-se no trecho em que, a partir de 1914, passou a ser sediado o Clube Natação e Regatas Pelotense, ainda existente. (*Princesa do Sul*, 1944)

No compasso do ciclo áureo do charque pelotense, durante as décadas de 1860 a 1890 (MAGALHÃES, 1993), o porto, assim como a cidade, recebeu melhoramentos executados por meio de companhias privadas. No ano de 1870, entrou em vigor um contrato de 35 anos com a Companhia Ferro-Carril e Cais de Pelotas, para administração e exploração do cais do porto do canal São Gonçalo. Em 9 de novembro 1873 a empresa inaugurou um serviço de transporte de passageiros e de cargas em bondes movidos a tração animal. A primeira linha implantada ligava o porto ao centro, pelas atuais ruas Benjamin Constant e Félix da Cunha (SILVEIRA, 2009).

Em 1871 foi criada a Companhia Hidráulica Pelotense, responsável por implantar o sistema de abastecimento de água encanada. Por sua importância, em 1874 o porto recebeu um dos quatro chafarizes importados da França, que foi colocado no – então – limite leste da atual rua Benjamin Constant. Também na década de 1870 foi instalado o Gasômetro Municipal, em terreno na extremidade sul do trecho compreendido entre as atuais ruas alm. Barroso e Santa Cruz, após negativa dos vereadores em ceder espaço da praça Domingos Rodrigues.

Em 1867 fora, enfim, estabelecida a Companhia de Desobstrução da Foz do Rio São Gonçalo. Este primeiro grande trabalho de dragagem do canal foi concluído no final do ano de 1875, tendo sido o vapor Guayba o primeiro navio nacional de grande calado a atracar no porto do canal São Gonçalo, em 11 de outubro daquele ano. O primeiro grande navio estrangeiro aqui aportado foi o palhabote norte-americano Tampico, em 11 de fevereiro de 1876 – acontecimento assaz festejado, por seu enorme significado para a economia local, e descrito em minúcias por João Simões Lopes Neto em sua Revista do 1º Centenário de Pelotas (SIMÕES LOPES NETO, 2012).

A navegação desempenhava papel protagonista no desenvolvimento local quando, em 1884, foi inaugurada a Ferrovia Rio Grande-Bagé. Pelotas passou a ligar-se a Rio Grande através de uma ponte ferroviária, estendida sobre o canal São Gonçalo, a oeste de seu porto, próximo da foz do leito original do arroio Santa Bárbara. Nesses últimos anos do século XIX, as charqueadas já se aproximavam do ocaso, ao passo que outros tipos de fábricas foram surgindo, instaladas nas proximidades do porto.

Na primeira década do século XX, com o final do contrato da Companhia Ferro-Carril e Cais, a municipalidade promoveu uma reforma do espaço portuário. Algumas edificações foram demolidas para franquear o prolongamento da rua Benjamin Constant. O cais, até então estruturado em estacada de madeira – pranchões de madeira eram prensados à margem por sucessão de estacas, solução que necessitava ser reconstruída de tempos em tempos –, ganhou estrutura de alvenaria de pedra. O abundante granito das pedreiras regionais também foi usado na pavimentação das ruas.

No ano de 1905 foi concluída a Estação Fluvial do ramal ferroviário do porto, conectado à Ferrovia Rio Grande-Bagé. Essa primeira remodelação urbana do porto do canal São Gonçalo e seu entorno imediato contemplou ainda a arborização, em 1910, da praça Domingos Rodrigues. Em 1907 Pelotas conseguiu consolidar a existência de uma alfândega própria, depois de muita disputa política com Rio Grande (ALMEIDA, 2022).

Em 1925 foi inaugurado o prédio do Almoxarifado Municipal, com frente para a rua Benjamin Constant esquina rua Santa Cruz e conectado pela rua Conde de Porto Alegre com os trilhos do ramal ferroviário. Foram iniciadas articulações políticas para a remodelação ainda mais profunda do porto de Pelotas, tratativas garantidas por decreto em dezembro de 1928, e confirmadas por novo decreto em junho de 1934. As obras deste novo porto tiveram muitos percalços, prolongando-se de novembro de 1933 a janeiro de 1940, quando as operações começaram. O novo porto, organizado, foi construído sobre o antigo e ganhou em área de operação avançando São Gonçalo adentro com uma

nova estrutura em concreto armado, sobre a qual três espaçosos armazéns foram erguidos (ALMEIDA, 2022).

Na segunda metade do século XX, operando sob administração do Estado, o porto experimentou alguma prosperidade, antes de sentir o impacto da rodovia e o paulatino declínio econômico, vivenciado por Pelotas e região. A queda sensível no movimento de cargas ao longo da segunda metade do século passado teve nos anos 1990 sua acentuação, com a crise econômica conjuntural. Alguma movimentação de transporte de grãos permaneceu. A zona do porto tornara-se uma sombra do que fora. Apenas algumas festas, sediadas em antigos galpões e prédios antigos mantinham alguma animação, esporádica.

Uma porção da zona portuária de Pelotas digna de menção é a área de sua doca fluvial, equipamento urbano destinado à atracação segura de embarcações de pequenas dimensões, junto ao canal São Gonçalo (Figura 2). Construída no final da década de 1950 através de uma subtração da margem do canal, a estrutura de concreto armado proporciona acostagem e embarque protegidos do fluxo da correnteza do canal. Situa-se pouco a oeste do cais principal do referido porto, na extremidade sul da rua Alberto Rosa. Apesar de sua forma poligonal assimétrica, a doca fluvial pelotense é conhecida popularmente como “Quadrado”, e a comunidade que lhe circunvizinha é chamada de Doquinhas.



Figura 2: Panorama da porção oeste do Porto de Pelotas, junto ao canal São Gonçalo, avistando-se o Quadrado, as Doquinhas, as pontes ferroviária e rodoviária e a Lagoa do Fragata, ao fundo.
Fotografia Nei Borges.

Neste mesmo período foi providenciada a necessária reforma de uma avaria na porção oeste do novo cais. Apesar de promover tais obras, o governo federal priorizaria a indústria automobilística e o modal rodoviário. Na década de 1960, foi concluída a primeira ponte rodoviária sobre o canal São Gonçalo, batizada de Alberto Pasqualini. Até então, a conexão rodoviária com a cidade de Rio Grande era realizada por meio de uma balsa, cujo ponto de partida ficava no encontro da rua Tiradentes com o referido canal. Devido a problemas estruturais, uma segunda ponte rodoviária fez-se necessária, tendo sido inaugurada em 1976, batizada de Engenheiro Léo Guedes.

Ao longo do tempo, para além de sua função primordial, o espaço do Quadrado tornou-se um dos únicos pontos da orla do canal São Gonçalo acessíveis à população em geral, depois do gradeamento do complexo do porto, compreendido entre a praça Domingos Rodrigues e a sede do Clube Natação e Regatas Pelotense. A doca passou a ser ponto preferencial para a pesca, para a contemplação e a sociabilização. Na década de 2010, ao encontro do reconhecimento como tal pelo poder público, recebeu a instalação de uma escultura metálica em formato de pelota.

Essa região de várzea ribeirinha do canal São Gonçalo também foi uma das primeiras áreas de habitação periférica da cidade. Ainda na primeira metade do século XX, há registros de ocupação, por moradores em situação menos privilegiada de condições materiais de vida, dos terrenos alagadiços em torno da mencionada usina do gasômetro. (MOURA, 2006)

Relevante para o entendimento da ambiência das Doquinhas nas últimas décadas é o Bar Katangas, atualmente Instituto Hélio de Angola. Seu fundador foi Jorge Luis Chagas Oliveira, conhecido como Hélio, nascido em 1963 e frequentador desde menino das margens do canal São Gonçalo. Em 1986, já adulto e ao lado de sua companheira Gilda, decidiu criar um bar no espaço compreendido entre a margem e a doca, local considerado ermo. Ali foi instalado inicialmente um modesto quiosque, que aos poucos foi ganhando frequentadores. O nome Katangas foi adotado após a sugestão de visitantes congoleses.

O local tornou-se, aos poucos, um *point* noturno apreciado pelos jovens. No ano 2000, com apoio de clientes, amigos e colaboradores, um galpão maior foi construído para o bar e o local ganhou ainda mais força na cena cultural pelotense, sediando shows de bandas locais, entre outros eventos.

Hélio tinha uma forte verve de luta pela garantia do espaço, tornando-se ativo líder da comunidade das Doquinhas. Seu falecimento de Hélio, em 1º de outubro de 2015, coincidiu com o início de uma nova etapa para o Porto de Pelotas. Poucos meses depois, o porto iniciaria a renovação tão esperada, propiciando que sua viúva Gilda desse continuidade ao trabalho social e cultural que realizavam; ampliando-o, inclusive.

Em 2016 tiveram início as atividades de transporte de madeira da *Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones* (CMPC), empresa de matriz chilena, com destino à fabricação de celulose em sua planta industrial de Guaíba, zona metropolitana. O esquema logístico, que reativou o potencial hidroviário local, é de autoria e execução da empresa rio-grandina Sagres Agenciamentos Marítimos.

Para estas operações, foi asfaltado o trecho sul do trajeto em direção ao porto, a fim de minimizar o impacto do ruído. Foi também cedido o uso do armazém nº 1 do porto, além de uma área contígua a oeste, que foram adaptados em um terminal, com espaço para depósito e manobras de expedição de toras de madeira – o Terminal Porto Público (TPP) (Figura 3). Também o complexo da antiga fábrica de óleo Olvebra foi reformado e reativado pela Sagres, que nele instalou o seu Terminal Logístico Pelotas (TLP). Ali é armazenado e despachado o clínquer – minério utilizado na fabricação de cimento. O transporte desse material foi o principal responsável pela maior movimentação da história do Porto de Pelotas – a marca de 130.148 toneladas, registrada no mês de março de 2021. Ambas operações empregam barcaças, que trafegam continuamente, 24h por dia.



Figura 3: Panorama da porção leste do Porto de Pelotas, com o terminal de toras em primeiro plano e, ao fundo, o Campus Anglo da UFPel, a região da antiga Balsa e o Passo dos Negros. Vista em direção à Laguna dos Patos. Fotografia de Nei Borges, maio de 2021.

A instalação destas empresas teve impacto positivo na comunidade por conta das contrapartidas que puderam ser realizadas. Ações de cunho social e cultural foram articuladas através da atuação do produtor cultural Duda Keiber, que realizou de forma bem sucedida a interface entre as empresas e os coletivos e iniciativas a serem apoiadas.

Keiber também foi responsável pela criação de outras iniciativas no mesmo sentido, através de uma associação, primeiramente chamada Porto das Artes, depois renomeada formalmente para OTROPORTO Indústria Criativa, e que hoje tem sede própria junto à porção leste do complexo do porto, em prédio cedido pela Superintendência dos Portos do Rio Grande do Sul.

Desta forma, viabilizou-se também maior apoio ao Katangas, providenciando-se sua transformação em Instituto Hélio de Angola, forma legal que o habilita na obtenção de recursos oriundos de editais de projetos. Em 2021, Sagres e OTROPORTO providenciaram junto à municipalidade a celebração de um contrato formal de cessão de uso por empréstimo do espaço do IHA, realizando o sonho de Hélio (*in memoriam*) e Gilda, de alcançar tranquilidade para o desempenho das atividades.

Além do apoio ao IHA, Sagres e CMPC, através da OTROPORTO, vêm desde 2016 realizando projetos e outras ações de divulgação e pesquisa da história do porto; artísticos, com grafite, hip hop e dança e galeria de arte; de esporte, com basquete e futebol; de educação, com reforço escolar e ensino de ciências. As ações procuram valorizar os artistas locais e trabalham em conjunto com as escolas municipais da região portuária, em parceria com a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Educação.

Em 14 de junho de 2019, a prefeitura entregou a reforma do acesso ao Quadrado, que recebeu pavimentação asfáltica, limpeza, drenagem, meios-fios, sinalização viária e recuperação do calçamento de paralelepípedos de granito. Na mesma senda, foi realizado o projeto e construção da sede da Patrulha Ambiental (PATRAM) da Brigada Militar local, inaugurada em 17 de junho de 2019.

Nada disso seria possível, entretanto, sem o movimento inicial de atenção e aproximação da região portuária empreendido pela Universidade Federal de Pelotas. O processo teve por base a longa luta de construção da conscientização patrimonial, desde a Carta de Pelotas de 1978, passando pelos inventários urbanos, até a elaboração das legislações vigentes, como o atual Plano Diretor. O reconhecimento da zona portuária como valiosa para o entendimento da história, da cultura e do patrimônio pelotense, teve nessa aproximação importante culminância.

Em 1984, durante o Seminário Sobre o Plano de Desenvolvimento Físico da UFPEL, que apontou a necessidade de criação de um novo campus da universidade, foi levantada a proposta de trazer a instituição para mais próximo da área urbana de Pelotas. No ano de 1986, a UFPEL promoveu o projeto de extensão Universidade na Cidade, com coordenação das professoras da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Ester Gutierrez e Ana Lúcia Oliveira, o qual “propôs trazer unidades que ainda não possuíam prédios próprios no campus universitário do Capão do Leão da UFPEL para a antiga área portuária da cidade de Pelotas”, na forma de um Corredor Cultural de ocupação de prédios ociosos da atividade fabril-industrial significativos culturalmente. Esta iniciativa obteve resposta favorável da comunidade acadêmica. Outras iniciativas neste sentido, também de professores da FAURB-UFPEL ocorreram nos anos de 1984, 1987-1988 e 1989, aprofundando os estudos e robustecendo os argumentos favoráveis (GUTIERREZ; OLIVEIRA; SANTOS, 2016).

Em 1999, foi concluído o dossiê intitulado “Patrimônio Cultural, Cidade e Inventário”, levado a efeito pela Universidade Federal de Pelotas, novamente em parceria com a Prefeitura Municipal. Esse estudo contribuiu para a elaboração de duas leis; uma estadual (Lei nº 10.499/2000) e outra municipal (Lei nº 4.568/2000). Essas legislações definiram as Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPCs), valorizando e consolidando os trabalhos anteriores. Duas ZPPCs contemplaram o espaço portuário, ao sul da cidade: a III ZPPC - Sítio do Porto e a IV ZPPC - Sítio da Caeira. A III ZPPC, mais a Leste, incluiu o atual cais, enquanto a IV ZPPC, a Oeste, faz referência a um antigo forno de cal (da Caeira Carpena), cujas ruínas persistiram até recentemente (ROIG; POLIDORI, 1999).

Posteriormente, durante a elaboração do III Plano Diretor de Pelotas (2008), as ZPPCs foram incluídas em Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural (AEIACs), e especificadas na forma de Focos de Especial Interesse Cultural (FEICs). No inciso I do Artigo 70 do referido plano, consta a definição da AEIAC - ZPPC como englobando as quatro ZPPCs (Primeiro Loteamento, Segundo Loteamento, Porto e Caeira), corroborando a proteção da Lei Municipal nº 4.568/2000. Na definição consta ainda que nesta grande zona de proteção é “onde se encontra a maioria dos prédios históricos tombados e inventariados, denotando um caráter arquitetônico e urbanístico de interesse” e acrescenta-se que a região “apresenta uma **importância histórico-cultural que está relacionada com a formação urbana da cidade** [grifo nosso]”.

O Artigo 71º, em seu Inciso I, define a FEIC - Zona Portuária:

b) Caracterização: Considerado foco de interesse da ZPPC por ser referência histórico-cultural devido à presença do Porto, por sua singularidade na relação entre espaços construídos e abertos, percebida através do conjunto de edificações industriais, vias e cais do porto, pela possibilidade de visualização da paisagem aberta em direção ao Canal e pelo conjunto de unidades arquitetônicas com potencial de reciclagem (PELOTAS, 2008, p. 32).

As diretrizes, dispostas na alínea C, apontaram no sentido de qualificação da área, por meio da “viabilização de acesso ao canal São Gonçalo e incentivo à reciclagem de prédios que estão em desuso e valorização do patrimônio arquitetônico da área”. Com relação à FEIC Zona do Porto, o artigo 76º, Inciso I, item LXXXV, ficou definido o Eixo Rua Benjamin Constant, entre a Rua XV de Novembro e o Cais do Porto, incluso o trecho da Rua Cel. Alberto Rosa, entre ruas Almirante Tamandaré e Conde de Porto Alegre (PELOTAS, 2008).

O III Plano Diretor de Pelotas colocou ainda a questão das Áreas de Preservação Permanente Ocupada (APPOs), reconhecendo áreas-alvo de “processos de uso e ocupação consolidados, que atendam o interesse social, público e comunitário”, passíveis de “regulamentação mediante ações mitigatórias e compensatórias e de recuperação do meio-ambiente, proporcionais ao dano causado e sua escala”. O documento elencou como ocupações e atividades passíveis de estudo específico para regularização, dentre outras: as Doquinhas, os Clubes Náuticos, o Cais do Porto; Atracadouros, Estaleiros, Marinas, Ocupação por Marinas e Atracadouros Particulares; Ocupação de Pescadores (PELOTAS, 2008).

Em 2005, coordenado pela professora Ester Gutierrez, seguiu-se o projeto de pesquisa “A Inclusão da Ociosidade”, que

(...) inventariou 35 prédios ociosos, sobretudo antigos estabelecimentos fabris, localizados em áreas privilegiadas em relação à estrutura e à distribuição de facilidades urbanas. Do total, 57% dos edifícios foram erguidos para serem fábricas. Os dados encontrados foram reveladores quanto à qualidade da paisagem histórico-cultural do lugar. Em 30 prédios puderam ser observadas regras de composição. Além disso, verificou-se que 15 edifícios indicaram estado de conservação superior e, portanto, com opção de utilização a curto prazo. Ainda em 2005, a UFPel comprou o Frigorífico Anglo (GUTIERREZ; OLIVEIRA; SANTOS, 2016, p. 03-04).

Os resultados e conclusões dessa pesquisa foram incorporados ao III Plano Diretor de Pelotas em 2008 (GUTIERREZ; OLIVEIRA; SANTOS, 2016).

Em 2002, a cidade já havia sido alvo de uma edição do projeto Atelier SIRCHAL (Seminários Internacionais de Reabilitação em Centros Históricos da América Latina). O projeto, que em Pelotas focou no estudo da zona portuária, consistia de:

(...) uma rede para a reabilitação de centros históricos da América Latina e Caribe, patrocinada pelo Governo da França, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre outras instituições. Com envolvimento dos governos locais, os ateliês SIRCHAL têm sido realizados em cidades brasileiras, utilizando a metodologia de diagnóstico participativo, visando a definição de programa de ações integradas para a conservação do patrimônio nas cidades em estudo (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, s/d.).

O atelier SIRCHAL corroborou as intenções e diretrizes que a UFPEL propunha para o sítio.

No ano de 2007, foi instituído o Programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, via Decreto no. 6096/2007. Desta forma, a UFPel, através de um Plano de Desenvolvimento da Educação, teve a possibilidade de ampliar significativamente o número de cursos, instando a necessidade de aumentar sensivelmente suas instalações (GUTIERREZ; OLIVEIRA; SANTOS, 2016).

Importante observar que as propostas de ocupação de prédios ociosos do sítio portuário pelotense pela UFPEL estão em consonância com as postulações relativas ao Patrimônio Industrial, pautado por documentos como a Carta de Nizhny Tagil, de julho de 2003. Conforme a carta,

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (TICCIH, 2003).

Vemos, portanto, com alegria, o acerto com que a UFPEL, baseada em acurado diagnóstico, percebeu e reconheceu o potencial do bairro Porto e, com coragem, protagonizou a iniciativa de sua revitalização. A presença da universidade, aliada à chegada de novas e promissoras perspectivas econômicas, sociais e culturais, parece nos assegurar que o Porto de Pelotas ainda terá muitas histórias para contar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guilherme P. de. *Porto Memória*. 2 ed. Pelotas: 222, 2022.
- ARRIADA, Eduardo. *Pelotas. Gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém Literário. 1994.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. SIRCHAL. Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programa_des_urbano/programa_des_urbano/infra_estrutura_setor_publico/prsh/saibaMais.asp. Acesso em 10 set. 2019.
- DEBRET, Jean B. Pelota, embarcação brasileira. In: BANDEIRA, Julio; LAGO, Pedro Corrêa do. *Debret e o Brasil: obra completa. 1816-1831. [catálogo raisonné]*. 6 ed. rev. Rio de Janeiro: Capivara, 2020. p. 236.
- DUVAL, Paulo. A barca de vapor Liberal. Início da navegação a vapor no Rio Grande do Sul e na Marinha de Guerra do Brasil. In: *Anais do Quarto Congresso de História e Geografia Sul Rio-grandense*. Vol. I. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1946. p.135-201.
- GUTIERREZ, Ester J. B. (coord.). *A inclusão da ociosidade*. Relatório Técnico de Pesquisa. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2005.
- GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas [1777 – 1888]*. Pelotas: UFPel, 2004.
- GUTIERREZ, Ester J. B.; OLIVEIRA, Ana L. C.; SANTOS, Carlos A. A.. *Universidade na Cidade: história do Patrimônio Agroindustrial da Universidade Federal de Pelotas, RS - BR*. Pelotas, 2016.
- MAGALHÃES, Mario O. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: UFPel/ Livraria Mundial, 1993.
- MAGALHÃES, Mario O. *Os passeios da cidade antiga*. Guia histórico das ruas de Pelotas. 2 ed. revista. Pelotas: Armazém Literário, 2000.
- MILHEIRA, Rafael G.. Pelotas: 2.500 anos de história indígena. In: RUBIRA, Luís (Org.). *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*. v. 3. Pelotas: PRÓ-CULTURA-RS/ João Eduardo Keiber ME, 2014.
- MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Habitação popular em Pelotas : 1890-1950 : entre políticas públicas e investimentos privados*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- PELOTAS. *III Plano Diretor de Pelotas*. Pelotas, 2008.

Princeza do Sul. Apontamentos histórico reminiscêntico, comemorativo, estatístico de Pelotas por Euclides Franco de Castro. 1º ano. 2º fascículo. Nov. 1944.

ROIG, Carmem Vera; POLIDORI, Maurício C.. *Patrimônio Cultural, Cidade e Inventário. Um Caminho Possível para a Preservação.* FAURB/UFPEL, 1999.

SILVEIRA, Aline M. da. *De fontes e aguadeiros a penas d'água:* reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial do final do século XIX em Pelotas - RS. 2009. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SIMÕES LOPES NETO, João. *Revista do 1º Centenário de Pelotas.* 2 ed. [Recurso eletrônico]. Concepção, elaboração e editoração de Guilherme Pinto de Almeida. 1 CD-ROM. Pelotas: G. Pinto, 2012.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH). *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial.* Julho, 2003. Disponível em: <https://tccihbrasil.org.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>. Acesso em 20 mar. 2022.



6

A REGIÃO DO ANGLO: BALSA E NAVEGANTES

Noris Mara Pacheco Martins Leal

Acidade de Pelotas, em seu sítio urbano, é uma cidade reconhecidamente plana, localizada na Planície Costeira, e é banhada por diversos cursos d'água, dos quais podemos salientar o Canal São Gonçalo, o Arroio Pelotas e o Canal Santa Bárbara. Na sua formação possui uma parte mais alta, na qual está localizado o centro da cidade, e na sua periferia encontra-se uma área mais baixa próxima ao Canal São Gonçalo denominada de baixada, onde encontramos bairros periféricos, como Porto, Fátima, Balsa e Navegantes.

Aqui vamos tratar dos dois últimos, Balsa e Navegantes, regiões em que por cerca de dez anos desenvolvi um projeto de extensão denominado Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Região do Anglo. Estes locais fazem parte da área mais baixa da região, sujeitas, ao longo dos tempos, às ameaças de enchentes pelas águas do canal São Gonçalo.

Lugares fortemente marcados pela sua ocupação histórica, ali se localizaram, durante o século XIX e o início do XX, diversas charqueadas, sendo que algumas sedes destas ainda permanecem como testemunhos arquitetônicos dessa atividade, formando um conjunto patrimonial de significativa importância para a cidade e para o Rio Grande do Sul. Fazendo parte daquilo que denominamos hoje de Núcleo Charqueador Pelotense, conforme Gutierrez (2004), é a região situada no encontro do arroio Pelotas com o canal São Gonçalo, ligação natural entre as lagoas Mirim e dos Patos.

Ao transitarmos pelas ruas destes bairros, ainda encontramos dois imóveis que testemunham este período. Um deles é a Escola Municipal Ferreira Vianna, na Balsa, que utiliza como sede a casa da Charqueada de José Gonçalves Silveira Calheca, avô de

Antônio Ferreira Vianna, homenageado no nome do educandário. O outro é a Casa da Charqueada do Barão de Santa Tecla (Figura 1), na estrada do Engenho.



Figura 1: Casa pertencente à Charqueada do Barão de Santa Tecla – Estrada do Engenho.

Fonte: Fotografia Heron Moreira – Acervo do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Região do Anglo.

No início do século XX, instalou-se nessa região o Frigorífico Anglo. Nos anos 1940-60, o Anglo, frigorífico e matadouro, chegou a empregar cerca de 15.000 operários, funcionando como abatedouro até 1985, fechando suas portas, definitivamente, em 1991. Num terceiro momento, em 2008, instalou-se a Universidade Federal de Pelotas, a princípio com a reitoria e as pró-reitorias; com o passar do tempo, cursos foram ocupando as antigas instalações do Anglo.

Estes três diferentes momentos de ocupação influenciam a conformação da região, sendo que as duas primeiras ocupações aconteceram exatamente pela proximidade da área com os cursos d'água, fundamentais para o escoamento da produção. O propósito deste capítulo não é o de aprofundar sobre o primeiro momento no período charqueador, mas, sim, de falar da ocupação desta área que deu a conformação atual, a partir da primeira metade do século XX.

UM FRIGORÍFICO NA REGIÃO DAS CHARQUEADAS

No final do século XIX, as charqueadas pelotenses já demonstravam seu declínio. Isto acontece principalmente pela precariedade da forma de produção da carne salgada frente à modernização advinda da industrialização e frigorificação da carne na Europa e em outros países da América, como Argentina, Uruguai e Estados Unidos. Segundo Pesavento (1980), a produção das charqueadas, ainda, se mantém até a Primeira Guerra Mundial e, no período do conflito, o desabastecimento de alimentos permitiu que a carne de qualquer qualidade tivesse consumidores.

Numa tentativa de modernização da produção de carnes na região sul do Estado e tentando fazer concorrência com os frigoríficos de outros países da América do Sul, em 1917, conforme Michelon (2012), fundou-se a Companhia Frigorífico Pelotas, mais tarde denominada Companhia Frigorífica Rio Grande, que, em 1918, iniciou a construção de um frigorífico, assemelhando-se na infraestrutura aos existentes em outras regiões produtoras de carne. Este empreendimento foi realizado com recursos de produtores locais, com o aval do Banco Pelotense, e chegou a abater gado durante o ano de 1920, como salientado pela autora, mas, em seguida, foi adquirido pelo Grupo *Vestey Brothers*, em março de 1921. A princípio com o nome The Rio Grande Meat Company, e depois, em 1924, com a mudança nos estatutos, passa a ser Frigorífico Anglo de Pelotas, com uma produção muito baixa. Devido à conjuntura internacional, em 1926, as portas são fechadas. Por quinze anos o prédio à beira do Canal São Gonçalo ficou abandonado na paisagem, sem movimento, sem produção.

A situação só mudou em 1942, quando um novo conflito mundial assolou a Europa, o consumo de carne aumentou, e o cenário impulsionou a retomada da produção no Sul do Brasil. Segundo Michelon (2012), a Sociedade Anônima Frigorífico Anglo incorporou outros empreendimentos do grupo inglês, entre eles o Frigorífico Anglo de Pelotas, investindo recursos na modernização do prédio, na drenagem da região alagadiça no seu entorno, e preparando as instalações para se transformar no maior empreendimento da região naquele momento:

O projeto do complexo previa o abate de mil bois por dia, concomitante a quinhentos suíños, quinhentos ovinos e mil aves. A produção diária incluía as conservas de legumes e frutas. Sabe-se que nas décadas seguintes o número de suíños abatidos por dia chegaria a dobrar. As conservas foram sendo diversificadas conforme as safras. (MICHELON, 2012, p. 58)

A reabertura do Frigorífico transforma a cidade e principalmente a região em que se situou. Segundo Janke (1999), a empresa empregava mensalmente de 1.000 a 1.500 pessoas e podia chegar a 2.500 na época da safra. Estas pessoas moravam em diferentes regiões da cidade, outros chegavam de municípios vizinhos em busca de emprego. A partir da retomada da produção, percebemos a ocupação da região do entorno do empreendimento industrial; são os próprios funcionários que vão ocupando esta área, por comodidade e facilidade de locomoção para atender aos diferentes turnos de trabalho. O banhado vai tomado forma como bairro a partir do final da década de 40.

Como Janke (1999) salienta, a administração do Anglo não teve nenhuma atitude para que isso acontecesse, mas por causa do frigorífico o bairro nasceu.

A imensa área livre de banhados, apenas ocupada pelo Anglo, pela sede do Asseio Público e pela casa dos funcionários responsáveis pela balsa que fazia a travessia Pelotas-Rio Grande, aos poucos foi sendo ocupada de forma desordenada. Ainda hoje, quando caminhamos pelas ruas do bairro, podemos notar que ali não existe a forma quadricular que tanto marca a urbanização de outras regiões da cidade, já que os logradouros acompanham o contorno do canal e do próprio terreno do frigorífico. Cada morador ia aterrando o seu terreno e construindo a sua moradia, a princípio sem nenhum tipo de serviços urbanos, fato contado pelos moradores mais antigos, como relata o sr. Dercy Milah, pescador e morador da beira do Canal:

Quando vim morar aqui no bairro da Balsa (há mais de 40 anos), não existia rua... era um caminho, uma estradinha. Naquela época não tinha aquela barragem. E o aterro tinha uns cruzamentos de água, que invadia as vilas. Chegava a passar sete meses cheio d'água. O pessoal não tinha nem como caminhar, tinha que ser embarcado. Era uma dificuldade. Aqui tinham poucas moradias. A maior parte dessa zona era banhado e tinha até peixes: traíra, jundiá... (LEAL, 2016, p. 31)

Nesta paisagem alagada, vemos a grande construção do frigorífico e, muito próximo a ele, os galpões do asseio público onde era realizada a limpeza dos cabungos, além dos depósitos de carroças da prefeitura, mangueiras para animais de tração e galpão no qual moravam os funcionários da seção. Segundo a moradora Rosane Esteves:

Nós não tínhamos casa naquela época, a prefeitura tinha um lugar chamado barracão era dividido dependendo do tamanho da família era uma ou peças, não tinha pia, o piso era chão batido e com teto de zinco em cima assim, não tinha forro e era uma altura mais ou menos assim, não sei vamos botar dois metros, a gente se comunicava com as pessoas com o vizinho do lado assim, se precisava de alguma coisa alcançava por aquele vão onde seria o forro. (LEAL, 2016, p. 77)

Além destes locais, há a casa dos trabalhadores da balsa, como já foi mencionado, a sede Escola Ferreira Vianna (a partir de 1957) e, bem ao longe, o Engenho de Arroz Pedro Osório. Segundo os moradores da área, até a década de sessenta, existiam basicamente duas ruas, a Paulo Guilayn (Figura 2) e o corredor das tropas ou corredor do Anglo, por onde transitavam as tropas de gado que iam para o abate no frigorífico. Muitos ainda contam histórias a respeito dos animais que ficavam nas mangueiras, ao lado do corredor. Algumas vezes, eles escapavam e corriam pelas ruas, causando agitação na comunidade.

Aos poucos, esta área foi sendo ocupada pelos trabalhadores do Anglo e de outros empreendimentos industriais sediados na região e na área do porto, além de pescadores, uma região desprovida dos serviços fornecidos pelo estado, sem urbanização, sem esgotos, calçamento e serviços de saúde. Esta divisão do solo, de forma desordenada, até meados da década de 1970, preenche todo o espaço triangular formado pela Rua Tiradentes, o Anglo e o Canal Pepino.



Figura 2: Rua Paulo Guilayn – 2016.

Fonte: Fotografia Ubirajara Buddin Cruz – acervo do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Região do Anglo.

NOVOS BAIRROS SE ORGANIZAM

Com o início da década de 1970, Pelotas era reconhecida como capital nacional do pêssego, tinha um número grande de indústrias de beneficiamento de frutas, além de outras atividades de produção e comerciais. Esse foi o período, também, no qual ocorreu uma grande modernização da cidade, a construção civil deu um grande salto com a construção de muitos edifícios que dão nova conformação à paisagem urbana. Este movimento de desenvolvimento da economia chamou novos habitantes para a cidade, principalmente trabalhadores de baixa renda, que precisaram morar perto do seu trabalho.

Com o espaço livre da Balsa terminado, a forma encontrada por essa população, tão acostumada ao se adaptar em lugares críticos, foi fazer, aos poucos, o aterramento dos banhados existentes na região que ficava à esquerda da rua Tiradentes. Primeiro, a área da Ambrósio Perret foi sendo ocupada de forma desordenada, formando uma rede de estreitas vielas, rodeada por água. Isso é relatado pelos moradores, como a fala de Luiza Vitória moradora dali desde a infância:

Quando me mudei para Perret era nossa casa e mais uns três moradores depois era um banhado que dizem que escavaram para construir a Tiradentes. Então, lá, a gente brincava de fazer exploração no meio do banhado, a gente brincava de esconder na rua até tarde. (LEAL, 2016, p. 61)

A modernização da cidade só aconteceu nas áreas nobres da cidade com abertura de avenidas, calçamento e infraestrutura. Na periferia, foram organizados, pela prefeitura, loteamentos precários. Nessa região de análise, primeiro foi o Navegantes I, onde as famílias recebiam a posse de um terreno, sem infraestrutura, sem água encanada, esgoto ou outro tipo de serviço público. Até para a construção das casas as pessoas passavam por muitas dificuldades; apesar de ser impulsionado pelo poder público, não tinha o mínimo necessário. Como construir uma casa sem água? Para quem estava acostumado a viver em condições insalubres, a criatividade é uma característica, como conta Marlene Sanches:

Era bem no início, a gente não tinha nem água para construir a casa. A gente tirava da esquina que tem aquelas tampas. A gente tirava daqui porque tinha bica bem na esquina da Dona Maria, mas a gente não podia tirar água dali, né? Que eles diziam a água dali era mais para as pessoas... para a lida da casa, né? Não era pra construção. Tinha uma menina que vinha sempre com a gente que era pequena e entrava no bueiro para nós enchermos a lata d'água. (LEAL, 2015)

Mais tarde, quando é loteada a área que passa a ser denominada Navegantes II, a prefeitura se habilitou junto ao Banco Nacional de Habitação – BNH, para receber recursos para infraestrutura em regiões de baixa renda. Desta forma, cada família recebeu um terreno com um banheiro construído, e estas famílias já tinham, assim, água direto na sua casa, não mais no sistema de bica coletiva. Não se tratava mais de posse, pois os terrenos foram vendidos conforme as normas do BNH. A construção do restante da casa, a partir do banheiro recebido, muitas vezes, aconteceu através dos mutirões, conforme nos conta Sandro Mesquita:

E, depois o restante o pessoal teve que construir e as pessoas que já viviam aqui ou no pátio da mãe ou do pai quando conseguiram a casa no Navegantes II se reuniam com o pessoal da comunidade e iam lá no final de semana na casa do fulano ajudar a levantar as cinco paredes e tal. (LEAL, 2016, p. 82)

Quando o poder público não faz a sua parte, a comunidade vai se organizando, buscando formas de não ficar no abandono total. Assim, com a ocupação do espaço nos loteamentos, aos poucos, as pessoas criaram associações e grupos que buscaram a instalação de escolas, como a de Ensino Fundamental Nossa Senhora dos Navegantes, o posto de saúde e outros aparelhos estatais que dessem atendimento a essa comunidade.

Na década de 80, as indústrias da região foram fechando e o emprego diminuiu, mas a população não parou de crescer, seja pelo crescimento natural das famílias, ou pela chegada de migrantes de outras cidades ou mesmo daqueles que foram sendo expulsos de outras regiões de Pelotas pela especulação imobiliária. Tudo isso levou, em parte, à ocupação de áreas vazias, não loteadas, e, na margem dos dois loteamentos anteriores, organizou-se o Navegantes III. Novamente à revelia da prefeitura municipal, as pessoas vão ocupando e dividindo os lotes como foi possível, totalmente sem infraestrutura e de forma aleatória.

Essa região como um todo passou longos anos afastada da parte alta da cidade, afastada daqueles que possuíam condições financeiras de morarem longe das regiões alagadiças. O lugar ficou lá nos recantos da memória da cidade como local de periferia e de violência, sem ser percebida como local de trabalhadores, um espaço de beleza singular à beira de rios e canais de natureza e beleza pujante (Figura 3).



Figura 3: Canal São Gonçalo (2014).

Fonte: Fotografia Heron Moreira – Acervo do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Região do Anglo.

NOVO SÉCULO: O FRIGORÍFICO SE TORNA UNIVERSIDADE

O século XXI chegou com grandes transformações para a região, sendo que a principal modificação foi a compra do prédio do antigo frigorífico Anglo pela UFPel e a sua adaptação para receber atividades de ensino, extensão e pesquisa. As obras, que começaram a partir de 2005, já modificaram o cenário existente até então. A existência de um campus universitário em determinada área de uma cidade transforma toda a estrutura ao seu redor, há uma reestruturação urbana devido à maior circulação de pessoas e um aumento de serviços para atender às demandas da comunidade acadêmica.

As atividades da reitoria da universidade começaram em dezembro de 2008 e, a partir desse momento, a mudança é visível. Na rua Gomes Carneiro, que é a via de acesso ao local, o trânsito mudou, a circulação de ônibus aumentou e a infraestrutura de toda a região foi mudando com saneamento, calçamento de ruas e outros serviços melhorados. Ao mesmo tempo que melhoraram as condições da população local, também ocorre um aumento do valor dos imóveis, fato que, na maioria das vezes, empurra para locais mais distantes a população de baixa renda. Para tentar frear esta ocorrência, os líderes comunitários se uniram à UFPel, a fim de desenvolver diferentes atividades de apoio para formação e atendimento à comunidade vizinha do Campus, o que não foi um impedimento para a expulsão, mas foi uma abertura da Academia para a comunidade em que está inserida, principalmente aproximando os diferentes grupos para planejamento de atividades e de discussão de benefícios para todos.

O que percebemos, ao longo do século XX e no início do XXI, é essa constante adaptação dessa região aos empreendimentos existentes, sejam eles indústrias, como os frigoríficos, até a chegada de uma instituição de ensino superior. O que à princípio era local de moradia de trabalhadores de baixa renda, no novo século, passa a ser ocupado por pessoas com renda alta, não só pela existência de uma universidade, mas pelas áreas livres e pela beleza da paisagem antes não considerada.

REFERÊNCIAS

GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas, 1777-1888*. Ed Universitária, Pelotas, 2004.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, Charqueadas e Olarias: Um estudo sobre o espaço pelotense*. Ed. UPF, Passo Fundo, 2011.

MICHELON, Francisca Ferreira. *Sociedade Anônima Frigorífico Anglo de Pelotas: o trabalho do passado nas fotografias do presente*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária da UFPel, 2012.

LEAL, Noris Mara P. M. (Org). *A comunidade do Anglo: olhares diversos de um cotidiano*, Pelotas: Ed Buhring, 2016.

LEAL, Noris Mara P. M. (Org). *Narrativas e Imagens: histórias de vida da região do Anglo*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária da UFPel, 2016.

LEAL, Noris Mara P. M. (Coord) *Água ao Redor*: vídeo apresentado ao II CEC- <http://wp.ufpel.edu.br/congressoextensao/files/2015/11/Cultura.pdf>, 2015

RODRIGUES, Irajá Andara. *Uma revolução urbana em Pelotas*. Pelotas: ed. indep., 2012.

SILVA, Neuza Regina Janke da. *Entre os valores do patrão e os da nação como fica o operário (O Frigorífico Anglo em Pelotas: 1940-1970)* Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.



7

ANDAR, DESCANSAR E CONVERSAR: AS ANTIGAS ESTRADAS RURAIS

Daniel Vaz Lima

"Duma feita no Passo do Centurião, numa grande venda que ali havia, estava uma ponta de andantes, tropeiros, gau-chada teatina, peonada, e tal, quando descia um cerro alto e depois entrava na estrada, ladeada de butizzeiros, que se estendem para os dois lados, sombreando o verde macio dos pastos, quando troteava de escoteiro, o velho Lessa."

(SIMÕES LOPES NETO, "Deve um queijo!...")

As reflexões contidas neste texto propõem uma outra leitura da Zona Rural de Pelotas a partir das suas antigas estradas. Será defendida a tese de que estas não eram apenas conexões lineares entre dois pontos, entre uma origem e um destino. As estradas eram feitas pelos processos entre estes pontos, ou seja, pelos seus trânsitos. Embora tenham sido projetadas e planejadas, são as diferentes experiências dos andantes que as produzem ao longo do tempo. Tenho como referência as reflexões da arqueóloga Adriana Fraga da Silva (2006) que realizou estudos sobre os antigos caminhos das tropas nos Campos de Cima da Serra. A autora mostra que por esses caminhos trafegavam não somente tropeiros, gado, mulas e mercadorias, mas sim pessoas, ideias, espacialidades, modos de viver. Além disso, pelos caminhos, figuravam paradouros, armazéns, pousadas, *bolichos*, sendo locais de abastecimento, de descanso, de pouso, de relações. Os armazéns eram espaços de mediação, de conexões de diversas redes, onde os corpos que ali paravam, se alimentavam, descansavam, se informavam.

Inicialmente, gostaria de partilhar uma história contada por meu pai, na casa da família na colônia Santo Amor, atual município de Morro Redondo. Ela foi narrada em uma noite fria e chuvosa, quando nos reunimos para tomar chimarrão na beira do

fogão a lenha. Nesses momentos, os mais velhos recordam experiências vividas e outras histórias inscritas nas longas e tortuosas linhas de vida. Sentados em roda, aquecidos pelo fogo e pelo mate, pessoas, lugares e situações se tornam personagens e anedotas que, em suas experiências, ensinam sobre conviver.

A história daquela noite contava a seguinte situação. Meus avós eram produtores rurais na localidade do Marmeleiro, entre as décadas de 1940 a 1970, atualmente localizado no município de Cerrito. Também possuíam uma propriedade no sétimo distrito de Pelotas. O trânsito entre esses dois lugares era realizado de carroça ou de bicicleta. Eles cultivavam variados tipos de frutas, verduras e legumes, criavam bois, porcos, galinhas. Minha avó também fazia doces. Parte do que produziam tornava-se mercadorias que eram comercializadas nas Vila Cerrito e Olimpo (atuais cidades de Cerrito e Pedro Osório) e na cidade de Pelotas. Em uma carroça de quatro rodas e bom sistema de freios – fabricada pelo meu avô –, tracionada por dois bons cavalos, enchiam com mercadorias, próprias e dos vizinhos, e pegavam a estrada. Na cidade, tais produtos eram vendidos em comércios, feiras, de casa em casa – ou trocados por açúcar, sal, arroz, rapaduras, bebidas, ferragens, tecidos, panelas, querosene e outros bens de consumo. No retorno, tais bens eram vendidos ou trocados nos armazéns e com os vizinhos da região, ou destinados para o autoconsumo da família.

A história desta noite se passou por meados da década de 1950. A viagem era para as áreas urbanas de Vila Cerrito e Olimpo, cuja jornada de ida e volta demorava dois dias. Na noite, a pousada se dava em algum dos paradouros existentes nas beiras de estrada, próximos a estas áreas urbanas. Alguns eram completos, com galpões, armazéns, restaurantes, quartos, pastagens para os bichos, e até com *bailantas*. Outros, nem tanto. Um destes paradouros ficava no Alto Alegre. Era um estabelecimento onde paravam e/ou pernoitavam viajantes, carreteiros, carroceiros, tropeiros e tropas de gado que se direcionavam da região da campanha aos frigoríficos de Pelotas. Ao final da tarde, todos se reuniam em pequenos grupos embaixo de um galpão grande e faziam suas jantas em fogos de chão. Para isso, o estabelecimento disponibilizava para venda mantimentos como carnes, salames, cachaça, café, arroz, sal, lenha para o fogo, entre outros. Para os animais passarem a noite havia *poteiros* com disponibilidade de pastagens e água. Também se disponibilizava para os bichos, rações como milho, fava e outros bens alimentares. Durante a estada, se realizavam intercâmbios, trocas, negócios de compra e venda entre os próprios viajantes e destes com os proprietários.

Assim, conta que, ao pararem em tal estabelecimento, se encontrava em pernoite uma grande tropa de gado que saíra da região de Bagé em direção a um frigorífico em Pelotas. Enquanto a janta aprontava, os grupos conversavam, tomavam mate, jogavam cartas, consertavam alguma coisa, trocavam as ferraduras dos bois e cavalos, negociavam mercadorias. Chamou a atenção de meu pai os tropeiros sentados em volta do fogo para tomar mate, assar um churrasco, e apreciar os cantos de um deles que, ao mesmo tempo, dedilhava um instrumento musical diferente, uma viola. Já na madrugada, pouco antes de amanhecer, iniciou-se o movimento da tropa para voltar à estrada. Na memória, ele guarda os gritos e as silhuetas dos tropeiros em seus chapéus e ponchos, os latidos dos

cães, os ruídos dos cascos ferrados dos cavalos, o berro do gado e o movimento daquela imensa quantidade de bois ganhando a estrada.

A história desta noite, que permaneceu sempre com meu pai, passou a permanecer comigo. Ela me ensina e, ao mesmo tempo, me desafia a buscar as outras possibilidades de viver o rural, que não aquele homogêneo e sedentário. Ensina a atentar para a diversidade de modos de viver dos grupos humanos – e não humanos –, e destes dividindo os espaços, compartilhando experiências, tensionando suas diferenças e em constantes mobilidades. Nesse sentido que as vendas, *bolichos*, armazéns, os pousos e paradouros eram espaços de comércio, convívio e trocas entre viajantes e entre estes e os grupos locais. Ao parar nestes lugares, realizavam refeições e compravam coisas, mas também se informavam, partilhavam percepções, faziam rodas de conversas intercaladas com som de viola, jogatinas, entre outros. Vinculados a esses estabelecimentos havia uma rede de ferreiros, carpinteiros, agricultores e outros artífices, de perto e de longe, que ofereciam diferentes tipos de serviços e produtos. Além disso, o berro dos animais, a madrugada, o fogo aceso, os tropeiros montados, o atrito das patas com o chão, o frio, a geada, as chuvas, os ruídos das rodas da carroça eram elementos que participavam da composição das estradas rurais.

Por conseguinte, para uma leitura aproximada das intensidades das antigas estradas rurais, aliado às experiências das pessoas que as habitaram e conheceram seus processos, optei pela análise dos relatos dos viajantes que também cruzaram por elas, nos séculos passados. Estas leituras possibilitam compreender as visões de mundo daqueles que estavam atrás das câmeras fotográficas, que revelaram e escolheram as imagens que compuseram o *Álbum de Pelotas de 1922*. Também ajudam a compreender as representações daqueles que se permitiram fotografar. Como escreveu o sociólogo José de Souza Martins (2013), a fotografia faz parte do imaginário e cumpre funções de revelação e ocultação da vida cotidiana. A fotografia não consiste em um discurso em si, em que o fato social é congelado no momento de apertar o botão da máquina. Como uma construção social, a fotografia se faz polissêmica e permite e elaboração de diferentes discursos nela, sobre ela e através dela.

Diante disso, faço um convite para que possamos conhecer a estrada, que hoje, ao menos em partes, é a BR 293, junto ao geólogo norte-americano Hebert Smith (1922) que, na segunda metade do século XIX, a percorreu em uma diligência que saiu da cidade de Pelotas com destino à Bagé, sendo que o viajante apeou em Cacimbinhas – atual cidade de Pinheiro Machado. Na exploração dos terrenos em busca de riquezas minerais, o geólogo se preocupou em descrever os diversos lugares, as pessoas, os animais e as histórias deste percurso, possibilitando conhecer um pouco como era o cotidiano desta estrada.

Em uma madrugada fria de 1882, Smith saiu de um hotel, na área central de Pelotas, embrulhado em um poncho. Cruzando por ruas escuras e silenciosas, seguiu em direção ao “escriptorio da diligencia”. O viajante comenta que, na época, a estrada de ferro que ligava Rio Grande-Bagé, passando por Pelotas, estava em processo de construção, sendo a diligência um dos meios disponíveis para realizar o percurso. Tal

diligência, “uma cousa velha”, era puxada por seis cavalos que, no trajeto pelas ruas da cidade, seguiram ao trote. Entretanto, ao sair dessas ruas e iniciar o caminho de terra, iniciaram um galope desenfreado. Os gritos do boleiro, o sibilar dos ventos, as faíscas que saiam do encontro das rodas com as pedras, as guinadas e os trancos da diligência, são aspectos marcantes da saída da cidade, embora um pouco mais adiante a estrada ficava larga e boa.

Há duas léguas da cidade, quando o sol estava nascendo, deu-se a primeira parada em um “hotelzinho” para tomar um café, enquanto os cavalos eram trocados por mulas, que eram mais próprias para a estrada que viria pela frente. Passados alguns minutos, a diligência voltou à estrada. Junto aos terrenos planos e limpos, havia montes, vales, barrancos, pedras, arroios pequenos e grandes. Nas partes planas, o boleiro enfurecia-se e, aos berros e rebenques, fazia as mulas correrem como “doudas”. O exercício violento induzido pela diligência, tornava a viagem extremamente tortuosa, de tal maneira, que os passageiros entravam na “borracheira” de boleiro e das mulas, e gritavam, dançavam, bebiam, tentavam jogar cartas, atiravam lenços e chapéus e vaiavam os viajantes que encontravam pelo caminho. Em vez da superfície lisa do asfalto, como é hoje, a viagem era aos trancos pelo encontro das rodas com as pedras, com os buracos, com barrancos fazendo os passageiros entrar em um frenesi enlouquecido.

Mais adiante, outra parada para trocar as mulas, “alegres sem dúvida da tarefa acabada” (SMITH, 1922, p. 145). Soltas, voltariam para onde foram pegas ou ficariam na região até que precisassem delas novamente. Cada lote tinha uma madrinha que a mantinha reunido. Para pegá-las, bastava segurar e conduzir a madrinha para o local pretendido. As mulas possuíam habilidades para andar pelos terrenos ondulados por serras e cortados por coxilhas.

Em alguns trechos, a dificuldade de passagem era tanta que o grupo de passageiros tinha que descer e seguir a pé. Pelo caminho, o viajante encontrou escassas “casinhas brancas”, “cabanas” e alguns povoados que eram paradouros. Nesses locais sempre havia um “hotelzinho”. Em um deles, almoçaram carne seca com feijão, arroz e ovos. Na seguinte passagem, Smith comenta que encontrou nestas estradas, armazéns espaçosos e bem sortidos.

Armazéns destes são communs nas principaes estradas, e não lhe faltam freguezes. Embora a terra pareça deserta, ha muitas estâncias, ficando as casas em valles abrigados, invisíveis na estrada, aonde se vai por veredas de cinco ou seis kilometros de extensão. A gente, que por assim dizer vive a cavallo, acha que não é nada andar cinco ou seis leguas para fazer compras: um armazem destes pôde suprir grande extensão de terra, densamente povoadas. Também faz-se negocio considerável com os tropeiros que passam todos os annos e os viajantes. O dono desta casa sustentava uma especie de hotel, onde achámos excellentes camas e mesa soffrível por preços razoáveis. Aqui pousámos três dias. (SMITH, 1922, p. 153)

Após uma cruzada por “Piratinim”, o viajante retornou a Pelotas, desta vez, montado em um cavalo, demorando cerca três dias. Tal viagem de retorno não é detalhada na obra, embora indique que o percurso se deu pela Serra dos Tapes. Porém, as descrições evidenciam as intensidades que havia nestas estradas bem como as suas transformações, tais como a construção das estradas de ferro. O contexto em que o

viamjante cruzou por Pelotas, era de uma cidade que dava os passos iniciais para um massivo investimento em “modernização” com obras públicas, construção de pontes, estradas, investimentos em transportes, iluminação pública, água e esgoto, o que favorecia o estabelecimento de novas indústrias e comércios.

Como parte do processo de modernização, tem-se a formação de colônias de imigração europeia na Serra dos Tapes. Para as elites charqueadoras, estancieiras e comerciantes, as empresas de colonização consistiam em uma atividade bastante lucrativa já que, com a lei de terras de 1850, essa se tornou uma mercadoria. Sendo assim, abriu-se as portas para a venda de lotes para imigrantes e para políticas de colonização, e estas elites passaram a comercializar suas terras nas Serras dos Tapes. Se antes tinham o interesse na extração de madeira e formação de pequenas lavouras com mão-de-obra escravizada, a atividade de especulação imobiliária se tornou bem mais lucrativa (ANJOS, 1996, p. 43). Em paralelo, os relatos dos viajantes estrangeiros e mesmo dos estrangeiros já estabelecidos na região, que argumentavam sobre o vazio demográfico em uma terra selvagem e fértil esperando para ser cultivada, consistia em um atrativo para processos imigratórios para a Serra dos Tapes. “Toda a região é muito selvática; não passamos por nenhuma casa, e pouco gado encontramos numa corrida de seis léguas”, escreveu Herbert Smith (1922, p. 159).

Sustentadas nos ideais de progresso como evolução da sociedade, as políticas de formação de colônias com imigrantes europeus colocavam em prática as teses racistas que defendiam a necessidade de “branqueamento” da população rural que, em sua maioria, era negra, indígena e miscigenada. A imagem do “gosto pelo trabalho” e de uma “inteligência mais evoluída” atribuída a esses grupos imigrantes, articulava-se com a imagem de progresso vivido na região. A estes povos cabia explorar, comercial e industrialmente, as riquezas “naturais da terra”, desenvolvendo em pequenas propriedades localizadas próximas a cidade de Pelotas, a agricultura, a pecuária em pequena escala, o extrativismo e a manufatura (tais como olarias, moinhos, serrarias, sapatarias), produzindo uma infinidade de bens para abastecer o mercado interno.

Aliado a isso, tem-se o fato de Pelotas contar com uma estrutura viária com estradas de rodagem, articuladas entre si por pequenos ramais, que possibilitavam o acesso das colônias à zona urbana. Nesse sentido, as principais estradas de rodagem eram a do “Santo Amor”, que comunicava Pelotas com Canguçu, atravessando a Serra dos Tapes; a estrada do Retiro, que ligava Pelotas com a Vila São Lourenço, e a estrada do Monte Bonito.

Por elas cruzavam as tropas de gado, carretas e carroças com mercadorias como doces, banhas, manteigas, vinhos, frutas, verduras e legumes, vindo tanto das colônias quanto de outros lugares da pampa. A partir de 1884, com a inauguração da linha férrea entre Rio Grande e Bagé, abriu-se, pela estação do Capão do Leão, um novo caminho de escoamento dos produtos coloniais com destino às outras cidades, como Rio Grande, Bagé (ANJOS, 1996, p. 50).

Uma descrição dos aspectos das colônias se deu por Carl Ullrich, imigrante alemão que residiu na Colônia Santo Antônio. Sendo professor primário, agrimensor

e pastor evangélico, escreveu um texto, publicado em Berlim, no ano de 1898, com objetivo de estimular o interesse de imigrantes para a região. Suas descrições traziam os lotes à venda, seus valores e localizações, bem como aspectos dos modos de viver dos agricultores na Serra dos Tapes, o que era produzido por eles, as condições das estradas e suas possibilidades de transporte, as casas comerciais, as fábricas e manufaturas, as escolas, entre outros. Sendo o objetivo de estimular a vinda e fixação de imigrantes, Carl Ullrich argumenta sobre as vantagens existentes, sendo uma delas a facilidade de acesso à cidade, que permitia aos colonos escoar a produção de maneira direta com os compradores:

A pequena distância da cidade implica no fato de que, salvo poucas exceções, cada colono leve, com meios de transporte próprios, seus produtos diretamente para o mercado. Lá ele vende diretamente ao exportador, com freqüência aos próprios consumidores, fugindo assim completamente da exploração inescrupulosa dos intermediários. As carroças são de 4 rodas, fortemente construídas e produzidas aqui nas próprias colônias. (ULLRICH, 1984, p. 66).

Em função dessas relações diretas que, segundo o autor, os colonos estavam em “boas condições”. Porém, o levantamento de Ullrich referente as condições das colônias, mostra a existência de inúmeras “casas comerciais”, “armazéns de seccos e molhados”, “depósitos coloniais” nas beiras das estradas e cujas propagandas comerciais ocupavam as páginas de informativos, em uma evidente narrativa do suposto progresso vivido na região. O *Álbum de Pelotas* de 1922 apresenta propagandas de alguns estabelecimentos comerciais localizados na área rural da cidade. Junto ao texto do anúncio, a publicidade trazia uma imagem, em plano geral, de uma bela casa comercial. Em frente as portas do estabelecimento aparecem algumas pessoas, talvez o proprietário, sua família e alguns clientes, em trajes domingueiros. Parados no pátio de terra em frente a estas casas, cavalos, caleças e diligências (Figura 1).



Figura 1: Casa de Secos e Molhados, Fzendas, Ferragens, Louças e Miudezas de Eurico Fiss. São Domingos (Morro Redondo).
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

O fato de estas casas comerciais tomarem páginas inteiras do *Álbum*, indica que nestes locais se articulavam uma rede de consumidores e produtores composta pelos

viamjantes de outros lugares, por pessoas residentes nas colônias e residentes nas cidades. Estes últimos mantinham o hábito de realizar passeios pelas estradas rurais em caleças, *coupée*¹, diligências. No *Álbum de Pelotas* de 1922, se encontra um anunciado da “Cocheira Simões”, disponibilizando serviços de passeios na cidade e fora dela. A fotografia de um cocheiro, bem-vestido, que segura com leveza as rédeas dois belos cavalos, vai ao encontro do texto que anuncia a disponibilidade de um “pessoal habilitado e de confiança” (Figura 2).



Figura 2: Cocheira Simões.

Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

O trânsito por estas estradas possibilitava, por sua vez, a compra de gêneros coloniais a preços menores. Tais armazéns possuíam um sortimento de produtos vindos de agricultores do entorno e de manufaturas coloniais que fabricavam bens como ferragens, sapatos, couros curtidos, farinhas, vinhos e aguardentes, queijos e linguiças. Por outro lado, tais entrepostos, comercializavam aos habitantes do entorno artigos como tecidos, louças, vidros, esmaltados, arames, instrumentos de metais, querosene,

¹ Espécie de carroagem de luxo com uma cabine fechada de duas portas e janelas de vidro. Diferente de outras carroagens, possuía apenas um banco com capacidade para duas pessoas que viajavam viradas para a frente, o que a tornava mais curta.

açúcar, café, sal, arroz e outros que, de outra forma, eram obtidos somente no centro urbano (BACH, 2017).

Ao estudar armazéns de secos e molhados na cidade de Irati-PR na primeira metade do século XX, os/as historiadores/as Neli Maria Teleginski e Valter Martins (2014) mostram que para além de locais de abastecimento, os armazéns era espaços de encontros, de entretenimento e sociabilidades, onde se reuniam os diferentes grupos para conversar, negociar, se informar. Os armazéns de secos e molhados se diferenciavam das “bodegas”, termo que indicava os ambientes rústicos, “sujos”, destinados à venda de bebidas alcoólicas e comidas, em um ambiente com cantorias, jogos, sendo locais com muita diversão, alegria e descontração. As bodegas estariam próximas as categorizações dos “*bolichos*”, trazendo para o contexto da região de Pelotas.

Diferente dos pousos e paradouros, nos armazéns ou *bolichos* a privacidade da família proprietária se dava somente por intermédio do balcão. Assim, público e privado se entrecruzavam por vezes (SILVA, 2006). As relações das famílias proprietárias com os clientes eram mais próximas, permitindo a compra fiada, anotada em caderninhos, criando relações de compadrio, e fazendo com que os envolvidos compartilhassem entre si informações da região, de pessoas e dos perigos das estradas. Tais relações são evidenciadas naquelas pessoas que deixaram-se fotografar, se representaram com as suas melhores roupas em frente aos estabelecimentos comerciais (Figura 3).



Figura 3: Armazém de Secos e Molhados de Gaspar Alves de Pinho. Monte Bonito.
Fonte: Álbum de Pelotas. Acervo: NDH/UFPel.

Para concluir, observa-se o quanto as intensidades das estradas, apresentadas pelas fotografias, possibilitam novas percepções dos modos de conviver das populações rurais, permitindo questionar as suas dicotomias em relação à cidade. Pelo que cruzavam por estes caminhos e o que existiam nas suas margens, é possível perceber as ideias, os projetos de vida e modos de viver de uma época. Entretanto, embora neste texto foi falado dos principais caminhos da região, há que estar atento para os caminhos alternativos, ou até mesmo, escondidos, chamados “descaminhos”. O pesquisador Bruno Martins Farias (2013), ao estudar as antigas encerras para pouso das tropas na pampa, cujas ruínas é possível perceber ao longo das estradas, comenta a existência de caminhos clandestinos, trilhas e atalhos que seguiam por dentro das matas, pelas águas, pelos corredores, que eram rotas de contrabando que seguiam até o Uruguai. O pai e o avô de um interlocutor, apresentado pelo autor, eram contrabandistas e vendiam fumo no Uruguai trazendo de lá cintos de couro e armamentos. Os descaminhos eram linhas de fuga por onde circulavam ideias subversivas, contrabandos, sujeitos fora da lei, entre outros que estavam à margem do Estado.

Por outro lado, uma estrada pode se tornar um “descaminho”, a depender das estratégias de quem a circula em relação ao que é legal e ilegal. Histórias de saqueadores, ladrões de gado, de contrabandistas, de foras da lei circulando, parando e conversando nos armazéns e *boliche*s trazem a complexidade de relações vividas ao longo destes (des)caminhos. Ao escrever este texto, tenho em mente não fechar o assunto aqui, mas sim, estimular o interesse de novas leituras e debates sobre a vida rural a partir das mobilidades de seus habitantes, humanos e não humanos.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

BACH, Alcir Nei. *Patrimônio Agroindustrial: As fábricas de compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990)*. 2017. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, 2017.

FARIAS, Bruno Martins. *Geoglifos gaúchos: um estudo sobre o tropeirismo e as cercas e currais de terra, pedra e plantas no sudeste do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina*. Pelotas: Gráficas Sem Rival, 2013.

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Adriana Fraga da. *Estratégias materiais e espacialidade: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SMITH, Herbert H. *Do Rio de Janeiro a Cuyabá: Notas de um naturalista*. São Paulo: Melhoramentos, prefácio e tradução de Capistrano de Abreu, 1922.

TELEGINSKI, N. M.; MARTINS, V. Abastecimento, cotidiano e sociabilidade: o comércio bodegueiro de Irati-PR na primeira metade do século XX. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. V. 5, n. 1, Jan- Abr. 2014, p. 51-63.

ULLRICH, Carl Otto. As Colônias Alemãs no Sul do Rio Grande do Sul. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, 5(2): 57-74, 1984.



8

UM OUTRO OLHAR SOBRE A CIDADE: PELOTAS POR SUAS PERIFERIAS

Francisco Luiz Pereira da Silva Neto

Este ensaio pretende pensar Pelotas por meio de uma perspectiva pouco usual, por suas periferias. Esta escolha destaca a importância das narrativas de margem como formas de entender e de recriar a cidade. A proposta ao mesmo tempo epistemológica e metodológica está baseada em autores como Michel Agier (2011), ao defender os estudos de fronteiras como princípio para estudar a urbanidade contemporânea e Homi Bhabha (2010), que aborda o mundo pós-colonial a partir do conceito de entre-lugar. Os conceitos de fronteira e de entre-lugar como apropriados por estes autores oportunizam uma nova abordagem aos estudos socioculturais ao alertar para a importância dos espaços físicos e epistêmicos indefinidos e ambíguos como vetores de entendimento dos territórios contemporâneos.

A narrativa hegemônica da cidade a define pelo desenvolvimento das charqueadas no século XIX, o consequente enriquecimento das elites locais, a referência aos seus costumes e sua arquitetura de inspiração europeia. Tais aspectos formam uma narrativa de longa duração, que é referência para o conhecimento de Pelotas desde o século XIX até esses nossos tempos, o das primeiras décadas do século XXI. Em alguns momentos, nas falas e escritas de cronistas da cidade ou mesmo em conversas eventuais, se tem a impressão de que o período criativo da cidade se fixa entre meados do século XIX até o início do século XX, quando a pujança econômica das charqueadas deixa de se fazer presente na vida da cidade (GUTIEREZ, 2001).

Do ponto de vista do sociocultural, a atividade charqueadora configura duas presenças fortes entre os habitantes da cidade; a elite local, forjada pela riqueza

expressiva proporcionada aos detentores dos negócios e a população de escravizados, responsável pela mão de obra utilizada para a produção do charque. Evidentemente, como demonstram os trabalhos dos historiadores, há uma diversidade de grupos sociais que vão se constituindo a partir das oportunidades geradas pela força econômica da atividade charqueadora. Além de uma considerável oferta de serviços, temos, por exemplo, a presença de populações de imigrantes europeus que se fixam nas regiões rurais do entorno de Pelotas e são responsáveis pela produção e comércio de alimentos que mantêm a população urbana. Porém, é importante ressaltar que as imagens sobre a cidade, geradoras de referências para os habitantes se situarem como pertencentes a ela, passam por um referenciamento a hierarquias de valores que destacam imagens virtuosas de um cosmopolitismo pelotense. Este se estrutura pela incorporação de valores e da estética da “alta cultura” europeia articulado com um movimento para tornar invisível a presença e influência de outros valores, como os da cultura de origem africana.

O estímulo à diversidade que “faz a cidade” (AGIER, 2015) a torna algo complexo, desafiador, impossível de ser mantida através de imagens naturalizadas e inertes sobre a realidade que ela expressa. Exemplo desses deslocamentos é o resgate da realidade da escravidão como elemento central para pensar as relações sociais, econômicas e culturais que configuraram e que configuram a vida da cidade no presente. Há uma historiografia consistente desenvolvida há algum tempo sobre a escravidão em Pelotas que traz o debate sobre o papel ativo da população escravizada e de seus descendentes na constituição da vida na cidade. A importância dos escravizados africanos no âmbito do trabalho, como mão de obra nas charqueadas ou como trabalhadores especializados atuando em variadas atividades (DORNELLES, 1998), sua influência na alimentação e na religiosidade (MEZA & ZABALLA, 2020), a importância dos clubes associativos para negros (LONER, 1999), produzem marcas culturais incontestáveis na conformação da cidade tal como vemos hoje e, certamente, no futuro. Isso porque essa presença da escravidão e suas circunstâncias na história da cidade implica decisivamente as projeções sobre a cidade que vivemos. O exemplo do desvelamento da escravidão é um dos mais importantes para produzirmos “deslocamentos epistêmicos”, ou seja, diferentes formas de acessar a realidade da cidade que tem o efeito de estimular o reconhecimento de muitos de seus habitantes como cidadinos e cidadãos.

No caso de Pelotas, a visão normativa da cidade represou essa possibilidade, ao colocar o evento da escravidão na invisibilidade, “controlado” pela narrativa da conformação europeia da cidade, sustentada pela riqueza produzida pela produção do charque. Quanto aos habitantes das margens, como os escravizados e seus descendentes, ao se identificarem de forma criativa no espaço vivido, ao reconhecerem-se como parte substancial disso que é conhecido como Pelotas, tomam para si o desejo de fazer do lugar algo que se potencialize como uma forma de vida desejada para si e para os que consideram como coabitantes. Melhor ainda, que esse auto reconhecimento se dê através de uma perspectiva de cidade que reconheça a sua participação dentre uma diversidade de formas de existir, habitar e circular que dão forma à sua realidade.

O exemplo do estudo da escravidão como “deslocamento epistêmico” serve aqui para ressaltar a importância dos estudos das margens, daquilo que não é considerado cidade pela visão normativa (AGIER, 2015), para compreender a sua realidade em potência, em dimensões que permanecem encobertas, seja por razões epistêmicas ou políticas, na maioria das vezes as duas combinadas. O estudo das periferias de Pelotas entra nesta categoria de estudo, o das margens, visando descobrir outros pontos de vista sobre a cidade. Considero esse um caminho para abrir campos de debate importantes, ampliando as possibilidades de imaginar a cidade e, com isso, torná-la mais inclusiva e democrática.

No decorrer do texto trarei um exemplo etnográfico sobre Pelotas que dialoga com a perspectiva que aqui proponho. Ao estudar os territórios de periferia, é possível perceber em sua constituição a importância dos vínculos entre as pessoas do lugar e o regime moral que as caracteriza; assim como a improvável estabilidade de laços sociais mantida pelas redes de parentesco e vizinhança, em meio aos conflitos que caracterizam as instabilidades de um contexto de vida precarizado pelas condições socioeconômicas da sociedade brasileira.

A LONGA DURAÇÃO DO “IMPROVISO”: A MOBILIDADE EM TERRITÓRIOS DE PERIFERIA

Como se produz uma comunidade de periferia em Pelotas? Como qualquer território, o das periferias apresentam percursos de constituição diversificados. Podem apresentar a constituição prescrita pelo movimento do capital e a valorização dos terrenos urbanos, quando antigos moradores dos locais valorizados são deslocados para áreas mais distantes do núcleo central das cidades; também ocorrem por uma ocupação gradual e “espontânea” em áreas de menor interesse momentâneo do capital, quando bairros populares surgem em “franjas” ou interstícios da cidade legal. Não são projetados para a habitação popular, mas apresentam condições favoráveis de moradia para a população de baixa renda. As edificações via de regra são construídas pelos próprios moradores. Por estarem à margem de algo, estas modalidades de ocupação apresentam características distintivas comuns em relação ao que é normatizado para a constituição de um território urbano de uma cidade capitalista e moderna. De um ponto de vista sociológico, pode-se afirmar que esses territórios periféricos são fomentados pela experiência social estruturalmente desigual de seus habitantes: sujeitos com baixa renda e, em grande parte, pretos.

A atenção para a criação e manutenção do Loteamento Santa Marta (nome fantasia de uma comunidade na região das Três Vendas), em Pelotas, pode trazer para discussão algumas das características constitutivas dos territórios periféricos da cidade. Esta realidade foi trazida pela pesquisa etnográfica de Aline Fonseca, defendida como dissertação de mestrado em 2016 (FONSECA, 2016).

Na época da pesquisa a ocupação do bairro tinha por volta de 20 anos, porém seguia como área irregular para o zoneamento urbano da prefeitura. O loteamento com

48 unidades domiciliares se estabeleceu numa área em que parte pertencia à viação férrea e parte a uma escola privada vinculada à Igreja Católica. A escola até conseguiu a reintegração de posse na justiça, mas desistiu do processo e, em 2006, fez a doação da área para a prefeitura para que fosse feita a regularização fundiária. Dez anos depois nada havia sido feito nesse sentido.

As condições de moradia são precárias pela falta de condições estruturais. Há falta de saneamento básico, parte da energia elétrica instalada é através de uma rede ilegal e os moradores convivem com a instabilidade de muitos terrenos, com casas construídas à margem de um arroio. A contenção das encostas do arroio não é feita. A água potável foi instalada devido a pressão da liderança de moradores e de políticos locais.

Se pensarmos nas condições de criação destes territórios, uma das características é que sua população vive numa relação ambígua com as normas legais que procuram ordenar a vida na cidade, vivem entre o legal e o ilegal (TELLES & HIRATA, 2007). A posse dos territórios é uma questão de oportunidade, da possibilidade de usar “vazios urbanos”, áreas não ocupadas, que podem posteriormente serem regularizadas ou desapropriadas. Neste caso, motiva o deslocamento dos moradores para bairros populares em regiões no entorno da cidade, onde o terreno é de menor custo (facilitando o investimento público e privado nos novos locais), mas que conta com uma infraestrutura de saúde e educação precária, de transportes insuficiente, agravando a distância dos locais de trabalho, de produção de renda e de acesso aos principais centros de serviços públicos.

Estas condições de moradia certamente estão vinculadas a forte desigualdade que constitui a sociedade brasileira. No Loteamento Santa Marta, como em outras periferias do Brasil, se evidencia um déficit de investimento do poder público na melhoria das condições habitacionais da população de baixa renda. Porém, essa constatação não permite reconhecer esses territórios como passivos em relação às suas condições de existência. É possível perceber nas formas de vida das populações da periferia respostas criativas aos desafios colocados por suas condições de vida.

Parece-me que a pesquisa de Fonseca (2016) nos traz algumas evidências importantes sobre a constituição do território urbano do Santa Marta. Um primeiro elemento é que esses territórios fazem parte de um processo de mobilidade anterior, que foi a migração dos moradores das regiões do entorno de Pelotas para a cidade, seguindo o modelo de concentração populacional próprio à urbanização das cidades brasileiras. Muitos desses habitantes vieram de pequenas cidades ou da região rural do entorno de Pelotas. As mudanças constantes, impulsionadas de um lado pela busca dos moradores da cidade por lugares que permitam um modo de existir digno e, de outro, por processos de expulsão, empreendidos pelo mercado e Estado, que os empurra para áreas cada vez mais distantes.

A importância dos animais no Loteamento e muitas práticas de subsistência autônomas (pequenas hortas e pomares) revelam habilidades para manter o sustento que são importantes para reinventar sua forma de vida na cidade. Mais do que espelhar a vida no âmbito rural, essas habilidades se articulam com uma nova realidade para

a constituição do ambiente urbano. A conexão com o lugar através de relações com animais e plantas não é incomum em outros territórios da cidade, mesmo nos mais abastados. É só lembrar a “cultura pet” no ambiente urbano, onde os animais de estimação são exclusivos ao âmbito afetivo e não mais voltados para a subsistência. Essas interações expressam significados distintos da relação entre humanos e não humanos, e com isso são propostos códigos morais diferenciados que afetam a percepção da espacialidade da cidade e suas hierarquias impostas. Não tenho como ampliar a discussão, mas quero deixar sublinhado que a observação dos diferentes modos e dinâmicas de relação que produzem a ambientação dos territórios da cidade podem ajudar a desvendar outras formas de viver a cidade, com outros protagonistas urbanos que não aqueles vistos como representativos pela visão normativa da cidade.

Além dessa relação ecológica, o Loteamento Santa Marta também aponta para elementos na conformação das relações na comunidade que são importantes para caracterizar os vínculos entre as pessoas do lugar e o regime moral que as caracteriza. Como foi colocado, há uma insegurança legal e uma precariedade de recursos de infraestrutura que caracteriza a experiência das pessoas que habitam esse território. Diante desta situação, como pensar a longevidade de uma coletividade que existe há 20 anos numa condição marcada pela instabilidade?

Algumas características da ocupação do Loteamento trazem sugestões que indicam condições de estabilidade em meio a um contexto que se caracteriza pela instabilidade. Me parece que o que conecta as pessoas ao lugar não é a materialidade das casas, construídas preferencialmente com madeira ou outro material que evidenciam uma provisoriação sempre presente. A qualquer momento os moradores podem ser instados pelo poder público ou mesmo por conflitos internos à comunidade, a terem que deixar o lugar de forma permanente ou por um determinado período de tempo. O que a pesquisa de Fonseca mostra é que no Loteamento as redes de parentesco e compadrio são muito importantes para a consolidação de compromissos afetivos e morais, que organizam muitas das relações que configuram o sentido de comunidade no local. E mais, que essas redes não somente organizam a relação na localidade, mas possibilitam o acesso a postos de trabalho na cidade ou mesmo fora da cidade, a serviços e a benefícios de redes de proteção social e mesmo a possibilitam acessar outros locais de moradia em caso de necessidade.

A importância destas redes de parentesco e compadrio ou do que podemos definir também como famílias extensas, são percebidas também pela pesquisa de Girão (2020) ao trabalhar com trajetórias de moradia de mulheres moradoras do condomínio Residencial Eldorado, em Pelotas, surgido através do programa habitacional Minha Casa Minha Vida. A pesquisa mostra como crises decorrentes da falta de recursos financeiros ou produzidas pelos próprios conflitos familiares, acabam resultando em mudanças frequentes de locais de moradia dessas mulheres. Porém, o restabelecimento das condições de moradia é oportunizado pelos recomposição ou reordenamento dos mesmos laços familiares, que têm como característica a plasticidade de sua configuração.

Esta plasticidade se deve ao fato que a família extensa não se limita a laços consanguíneos, mas a vínculos políticos e afetivos que integram pessoas próximas ao âmbito da parentela.

No Loteamento Santa Marta foi possível perceber a presença de duas destas redes de parentesco integrando uma grande parte de seus domicílios. São famílias presentes desde o início da ocupação e mesmo com todas mudanças ocorridas, que incluem a chegada de novos moradores e a saída de outros, mantém uma presença forte na conformação dos vínculos que definem o Santa Marta como uma coletividade. Dos seus integrantes mais antigos é que se originam falas que exaltam um passado de comunidade para o local, que hoje apresenta uma desordem e um “desrespeito” muito grande entre os moradores. Os conflitos entre as pessoas da coletividade procuram ser resolvidos acessando princípios de valor que definem a hierarquia nas famílias, expressos nas manifestações de afeto e autoridade intergeracional. A autoridade, sobretudo da mãe, mas também de pais e parentes, é referência para produzir modelos de comportamento em âmbitos fora das relações familiares.

Essa importância de uma moral doméstica na vida da coletividade pode ser vista na centralidade do traficante de drogas local na vida da coletividade. Trata-se de um morador antigo, pertencente a um grupo familiar que vive há muito tempo no local. Está presente entre os moradores uma visão dúbia em relação a esta pessoa. De um lado, ela esteve no movimento de demarcação dos lotes do Santa Marta, na luta política para a instalação da infraestrutura básica para o Santa Marta mas, por outro lado, seu agenciamento para o acesso à moradia passou por benefícios pecuniários para proveito próprio. Mesmo que muitas pessoas não aprovem ações que indiquem a busca de vantagens próprias travestidas de interesse coletivo ou mesmo o uso e, especialmente, o tráfico de drogas no local; que se preocupem com seus jovens envolvidos nas atividades ilícitas e perigosas do tráfico; que condenem pequenas atividades ilícitas praticadas por algumas pessoas do Loteamento; há sempre o cuidado de entender quem é a pessoa que comete a falta, a que família pertence, quais os vínculos que sua família mantém no lugar e se estes vínculos são virtuosos ou não. Enfim, há uma série de referências morais de caráter doméstico que incidem na forma como as faltas morais serão resolvidas.

O que estes rápidos apontamentos sobre a realidade do Loteamento Santa Marta chamam a atenção é para a centralidade dessas redes de relações na conformação dos territórios periféricos. Ela garante a constituição de relações minimamente seguras num espaço tensionado pela escassez de recursos. Além disso, em função da plasticidade destas redes de parentesco e vizinhança, elas são capazes de ordenar a intensa mobilidade dos habitantes das periferias tanto nos diferentes espaços da cidade como fora dela; por exemplo, quando possibilitam o agenciamento de trabalho que leva pessoas do Loteamento a deslocarem-se para outras cidades e mesmo para fora do país. Ou seja, é uma rede suficientemente dinâmica para dar conta da intensa mobilidade necessária para garantir a reprodução da vida nas condições que são postas.

Penso que essa realidade indica cautela quando se projeta que o problema da habitação para as populações de baixa renda se reduz a oferta de edificações de melhor qualidade se comparadas com as casas menos duráveis que caracterizam as edificações

na periferia. O mais importante é entender que esses territórios são constituídos por relações sociais e culturais que tornam o espaço “domesticado” para o modo de vida de seus habitantes, e que a mudança desses para um outro espaço precisa primordialmente levar em consideração esses elementos que efetivamente tornam a vida possível nos bairros periféricos. Fica explícito que a solução proposta por políticas públicas habitacionais que se reduzam à oferta de conjuntos habitacionais populares insensíveis ao modo de vida dos habitantes da periferia, somente acrescenta dificuldades a uma vida que já oferece muitos desafios. Os problemas de mobilidade e violência a que são submetidos os moradores de condomínios populares desta natureza confirmam essa preocupação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio procurou mostrar que o olhar a partir das periferias pode produzir um deslocamento e uma ampliação sobre a realidade da cidade de Pelotas. O desejado, neste tipo de empreendimento intelectual, é que se consiga aproximar do que seria a visão de Pelotas a partir dos habitantes da periferia. Este movimento pretende proporcionar um efeito próximo ao que os estudos sobre escravidão trazem para o estudo da realidade de Pelotas, ao superar a visão estreita de uma história contada através de seus casarões e a exclusividade da experiência europeia na constituição da cidade. Quanto à visão através das periferias, o efeito de complexificação é semelhante, ao evitar reduzir a realidade da cidade às narrativas que motivam a construção dos grandes empreendimentos imobiliários que dominam as edificações tanto materiais como culturais na cidade hoje.

A importância de se olhar a realidade da cidade através da perspectiva de suas margens, dos lugares que os discursos oficiais não definem propriamente como cidade, é o de conectar sua definição intelectual e política com as ações de seus habitantes, em sua tarefa existencial de “fazer” a cidade. As consequências disso para o futuro da cidade são muito potentes. Abre-se aqui uma janela importante para construir uma cidade democrática e inclusiva, com a força que se apresenta quando os grupos sociais e as pessoas que os integram desenvolvem um sentimento de pertencimento ao lugar. Uma cidade em que a diversidade se faça pelo reconhecimento da diferença como força criativa.

A expectativa é que a incorporação de um olhar da margem sobre a cidade transforme os princípios e prioridades de diversas políticas públicas que incidem sobre a governança da cidade, sejam elas habitacionais, de segurança, de cultura, entre outras. Esta proposta não visa desconsiderar as narrativas e os discursos oficiais sobre a cidade, mas criticar sua forma simplificada de visão única e estreita, colocando-os sob o desafio desses novos olhares, para que se reconfigurem numa outra dimensão, capaz de perceber a diferença como caminho para potencializar comunidades mais autônomas, criativas e justas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. *Antropologia da Cidade*: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, v.21, n.3, p. 483-498, 2015.

BHABHA,Homi. *O local da cultura*.Belo Horizonte: Ed UFMG, 2010.

DORNELLES,João Batista Profissões exercidas pelos negros em Pelotas (1905-1910). *História em Revista*, v.4, p. 95-138, dezembro 1998.

FONSECA,Aline. *A cidade legal e ilegal*: Modos de habitar na constituição de territórios periféricos de Pelotas. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

GIRÃO, Ana Laura. *Bons vizinhos avocam para si a resolução de conflitos?* Uma etnografia com moradoras do Condomínio do Programa Minha Casa Minha Vida “Residencial Eldorado”, de Pelotas/RS, que participaram de um projeto da Justiça Restaurativa e seus desdobramentos. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

GUTIERREZ, Ester. *Negros, Charqueadas e Olarias*: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Editora da UFPEL, 2001.

LONER, Beatriz Ana. Negros: Organização e luta em Pelotas. *História em Revista*. Pelotas: UFPel, v.5, p. 01-17, dezembro de 1999.

MEZA, Elis. & ZABALA, Lino José. La Gruta: narrativas, resignificación y materialidades sobre la esclavitud en Pelotas (Brasil). *ILHA* v. 22, n. 1, p. 107-127, junho de 2020.

TELLES, Vera da Silva & HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, v.21, n.61, 2007, p. 173-191.



9

QUILOMBOLAS EM PELOTAS

Leandra Ribeiro Fonseca

Rosane Aparecida Rubert

Os denominados “remanescentes das comunidades dos quilombos” emergem na cena política, enquanto categoria específica de sujeitos de direitos, ao final da década de 1980, no bojo da promulgação da Nova Constituição – Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Vários dispositivos normativos infraconstitucionais, a partir de então, foram instituídos para normatizar a matéria, indicando intensas disputas semânticas e, principalmente, políticas, que perpassam o processo de nominação desses coletivos (LEITE, 2000; ARRUTI, 2006; MARQUES, GOMES, 2013). A emergência desse novo ator político ocasionou impactos significativos no espaço público brasileiro, seja pela exigência de políticas reparatórias, que tem por objetivo redistribuir recursos, especialmente fundiários, para um segmento historicamente preterido no acesso a bens e serviços que viabilizem condições básicas para uma vida material digna; seja pela urgência de inserir, nos debates sobre antirracismo e desigualdade racial, uma gramática do reconhecimento, ou seja, de se considerar, efetivamente, a contribuição desses segmentos nos processos de formação sociocultural da região e da nação (COSTA, 2001; NEVES, 2005). Esse segundo aspecto – do reconhecimento – significou interpelar narrativas hegemônicas, que no caso do Brasil, produziram a invisibilidade e negação da particularidade dos segmentos negros, especialmente os residentes no meio rural, em razão da prevalência da ideologia da mestiçagem e da democracia racial.

Na Região Sul do país, esse processo de invisibilidade foi potencializado pelos processos migratórios, especialmente da segunda metade do século XIX, quando se consolidaram no Brasil teorias raciológicas que propunham o branqueamento da população como solução para o que se julgava o inevitável fracasso de um país

preponderantemente negro, indígena e mestiço (MUNANGA, 2004; HOFBAUER, 2006). O privilégio para imigrantes provenientes de regiões localizadas mais ao norte da Europa consolidou, para todo o país, o imaginário do Rio Grande do Sul como um estado europeizado. Além do apagamento simbólico da presença negra, as políticas imigratórias tiveram por objetivo, especialmente, a constituição de uma campesinato parcelar autônomo, que teria o papel de produzir alimentos para o mercado interno. A acomodação das levas de imigrantes, no entanto, foi feita de forma a não contrariar os interesses da elite estancieira, razão pela qual as áreas de serras e matas foram as escolhidas para tal intento, reservando-se as áreas de planícies e campos para a pecuária extensiva, já devidamente consolidada enquanto atividade econômica preponderante (KLIEMANN, 1986; ZARTH, 2002). Com isso, áreas apossadas desde longa data por parentelas negras – assim como indígenas e mestiças, em outras regiões do estado – foram direcionadas para a instalação de “colônias”, gerando processos de esbulhos, assim como conflitos fundiários latentes, com forte cunho étnico-racial, que perduram até os dias atuais. Essa breve contextualização histórica é fundamental para compreendermos as condições de possibilidade de reprodução das comunidades quilombolas na chamada Serra dos Tapes, com o foco para o município de Pelotas. O retalhamento da Serra dos Tapes em lotes coloniais iniciou em 1858, a partir de São Lourenço do Sul, intensificando-se na década de 1870 para toda a região. Os impactos desse empreendimento sobre os territórios negros ainda não foram dimensionados em sua magnitude, embora, empiricamente, sejam evidenciados no precário acesso à terra e na itinerância das famílias negras desde o pós-abolição.

A atual definição de quilombo transcende o convencional entendimento que se construiu com base nas legislações e políticas repressivas coloniais e imperiais, o qual foi acatado pela historiografia por longa data: um esconderijo de escravizados em local de difícil acesso. A nova historiografia da escravidão e estudos antropológicos sobre comunidades quilombolas convergem ao apontar que essa concepção não contempla estratégias de resistência que supõe processos contínuos e cotidianos de negociação entre escravizados e classe senhorial, que viabilizaram experiências múltiplas de territorialização (ALMEIDA, 2002; MOREIRA et. al., 2013; GOMES, 2015). Ao fazer um apanhado sobre as comunidades do Rio Grande do Sul, Rubert (2008) pondera:

[...] A gênese desses territórios aponta para um complexo conjunto de estratégias de territorialização: o tradicional esconderijo/refúgio; doação testamental por parte do antigo(a) senhor(a)/estancieiro(a); compra com pagamento não só em dinheiro, mas também com trabalho e/ou outros bens, especialmente gado; simples aposseamento de terrenos impróprios às atividades produtivas dominantes; recompensa por participação em revoluções. (RUBERT, 2008, p. 169).

Essas complexas e intrincadas estratégias de resistência, forjadas no bojo de processos contraditórios de segregação étnico-racial e negociações intensas, operacionalizadas a partir de posições desiguais, configuraram os territórios quilombolas como espaços intersticiais, no interior dos quais procura-se gestar e perpetuar alguns princípios básicos de autonomia e dignidade. Princípios estes amalgamados em práticas e saberes produtivos, formas próprias de cura e espiritualidade, práticas de sociabilidade e solidariedade e relações fortemente articuladas por uma gramática do parentesco. Esses territórios

foram forjados pela tensão própria da transição entre escravidão e pós-abolição: a persistência em fincar raízes em uma área e tentar mantê-la entre os seus e, ao mesmo tempo, o imperativo de transitar em busca de condições mínimas de sobrevivência (RIOS, MATOS, 2005; GOMES, 2015). Esse difícil equacionamento entre projetos de enraizamento autônomo e mobilidade – espontânea ou forçada – marca as formas de reprodução desses coletivos até os dias atuais.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM PELOTAS: PRESENTE!

As comunidades quilombolas de Pelotas encontram-se situadas em distintos distritos e localidades rurais, mas todas em regiões de serranias, com núcleos de moradores dispersos entre propriedades de descendentes de imigrantes ou empreendimentos agropecuários ou extrativistas de médio/grande porte. Embora não tenham sido comprovadas, até o presente, relações diretas entre os integrantes dessas comunidades e as experiências quilombolas registradas no século XIX, a Serra dos Tapes persiste como ancoradouro geográfico das experiências negras rurais do município. Segundo Maestri (1996) e Moreira et. al. (2013), em meados do século XIX essa região acolheu as experiências de aquilombamento histórico mais intensas do estado, segundo registros documentais. O quilombo do General Manoel Padeiro, com intensa atividade na década de 1830, teria se configurado em uma das principais preocupações das autoridades da época, embora, certamente não tenha sido o único. Circulando por um amplo espectro geográfico, tanto quanto por uma intrincada trama de relações, que incluía senzalas rurais e das charqueadas, chacareiros, taberneiros, etc., o bando de Manoel Padeiro intercalou pilhagem, extrativismo e pequenas lavouras, no intento de sustentar um projeto mais amplo de mobilização escrava na cidade e região¹ (MAESTRI, 1996; MOREIRA et. al., 2013; ÁVILA, 2014). A presença negra na Serra dos Tapes não se resumia aos quilombos itinerantes. Abrigava escravizados em caráter permanente, em chácaras e fazendas, ou temporário, quando nas entressafras da produção do charque para lá se deslocavam para serem ocupados na produção agrícola, extração de madeira, fabricação de farinha ou no trabalho em olarias (GUTIERRÉZ, 2011; MOREIRA et. al., 2013). As parentelas que persistem espalhadas pela Serra dos Tapes, atualmente, possivelmente compreendem descendentes de antigo aquilombados, de integrantes das escravarias locais e de escravizados da região, que no pós-abolição empreenderam deslocamentos de um lugar a outro em busca de oportunidades para a reconstrução da vida.

Elvira Soares Lima, conhecida como Vó Elvira (Figura 1), nasceu no atual município de Arroio do Padre, no início do século passado. Desde criança, perambulou por várias propriedades e localidades da região, dedicando-se ao trabalho doméstico em troca de comida para si e a família, em condições análogas à escravidão. Casou-se

¹ As múltiplas experiências quilombolas na Serra dos Tapes encontra-se inscrita em topônimos, como Arroio Quilombo, Distrito Quilombo e Cerro do Quinongongo, sendo este último apontado pela tradição oral local como um dos principais esconderijos de escravizados fugidos (RUBERT, 2005, p. 70-71; ÁVILA, 2014, p. 124). Citando algumas fontes historiográficas, Ávila estabelece relações entre as experiências de aquilombamento da década de 1830 e uma revolta ocorrida em 1848, no distrito de Vila Nova, que teria sido debelada pelas forças repressivas, originando um cemitério no local (ÁVILA, 2014, p. 85-97).

aos 16 anos com Constantino Ribeiro, proveniente do 3º Distrito de Canguçu, onde atualmente também se localizam comunidades quilombolas. Constantino perambulava pela região em trabalhos temporários, quando seu caminho se cruzou com o da que seria a sua futura esposa. Depois de casados, Elvira e Constantino residiram, por alguns anos, nas fazendas em que trabalhavam, ainda na região do Arroio do Padre. Já tinham três filhos quando se mudaram de carroça para a localidade de Monte Bonito, em Pelotas, fazendo um rancho de pau à pique coberto de capim, em uma pequena área de terras devolutas, local em que os descendentes persistem até os dias atuais, incluindo netos e bisnetos (FONSECA, 2020). A história resumida de Vó Elvira e Constantino, como veremos, é exemplar das parentelas negras que compõem as comunidades quilombolas do município de Pelotas.

No ano de 2009, quando as famílias negras do 9º Distrito iniciaram a organização

para a autoidentificação como quilombola, Vó Elvira, na época, viúva, passou a emprestar seu nome para toda a comunidade, em reconhecimento à sua trajetória de resistência e como portadora de saberes e dedicação ao próximo, na condição de benzedeira. Faleceu em 2014, com presumidos 94 anos, mas sua trajetória se eternizou, com a consolidação do seu nome em etônimo, inscrito na Certidão de Auto-identificação da Fundação Cultural Palmares, que foi emitida em 5 de outubro de 2009.

Os Ribeiro-Fonseca, descendentes da parentela de Vó Elvira, formam um dos núcleos de moradores da comunidade. Os sobrenomes Silva, Soares, Freitas, Silveira, Rodrigues, Furtado, Ferreira e Goulart referem outras parentelas negras que compõem a comunidade, e encontram-se espalhadas pelo Monte Bonito. Em grande parte, se fixaram no local a partir desses processos de itinerância próprios do pós-abolição, com antepassados



Figura 1: Vó Elvira, na varanda de sua casa, com seu cajado, sua costureira caneca de café e seu gato de estimação.

Fonte: Acervo pessoal de Leandra Ribeiro Fonseca.

vindos de Canguçu, Piratini, Arroio do Padre, São Lourenço do Sul, Cerrito, etc., em busca de postos de trabalho ou para ocuparem áreas de terras que, embora exíguas, viabilizavam a autonomia ao menos sobre o espaço de moradia.

A Comunidade Alto do Caixão encontra-se localizada no 7º Distrito, denominado Quilombo, sendo constituída por aproximadamente 70 famílias, distribuídas em núcleos de moradores espalhados por várias localidades. A diversidade de sobrenomes – Nogueira, Freitas, Madruga, etc. – pode ser um indicativo da diversidade de origens, mas sobressai, nas referências à ancestralidade, o sobrenome Vieira, que nominaria um “índio” que se casou com uma mulher negra, Felisberta de Campos, que teria sido escravizada em uma fazenda localizada nas imediações do núcleo onde encontra-se a sede da comunidade. O casal teve como filho Pedro Vieira, nascido nos primeiros anos do século XX que, segundo a oralidade local, faleceu em 2000 com 98 anos. Ele foi um dos precursores do aposseamento da área que comporta um dos núcleos da comunidade, que além de íngreme, é marcadamente formada por rochas (RUBERT, 2005; ÁVILA, 2014). A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em fevereiro de 2010, contudo, a organização política interna passou a ocorrer ainda no início dos anos 2000.

A dispersão das famílias quilombolas por vários núcleos de moradia, situados em distintas localidades, configura também a territorialidade descontínua da comunidade do Algodão. Segundo Nilo Dias, presidente da Associação Quilombola, são seis os núcleos que compõe a comunidade: Picada do Arroio Grande, Aliança, Triunfo, São Francisco, Rincão da Cruz e Arroio Bonito. Os sobrenomes Dias, Lacerda, Nunes, Silva preponderam nas tramas do parentesco. Não há, ainda, pesquisas sistemáticas que apontem de forma conclusiva, a dinâmica de constituição desses núcleos de moradia. Mas novamente referimos o Sr. Nilo para indicar que a presença de um cemitério centenário na sede da comunidade, localizada no núcleo Triunfo, utilizado até pouco tempo exclusivamente para o sepultamento de pessoas negras, é um marcador de ocupação de longa duração. A pesquisadora Rosane A. Rubert, por meio de um levantamento de comunidades negras, realizado no ano de 2004 em todo o Rio Grande do Sul, que visava viabilizar o acesso das mesmas a um programa de combate à pobreza rural, teve a oportunidade de conversar com Natal Almeida Nunes, na época com 71 anos, quilombola do núcleo Arroio Bonito. Referiu que tanto ele como seu falecido pai, João Nunes, que teria nascido na primeira década do século passado, eram naturais do local. Detalhou, ainda, que sua avó paterna, chamada Leopoldina, teria vindo da África “por água” e, na condição de escravizada, teria sido “muito judiada”. Após a abolição, Dona Leopoldina passou a residir como “sócia” (agregada) nas terras de um fazendeiro local, onde criou nove filhos, que se dispersaram pelas redondezas em busca de trabalho. A mãe do Sr. Natal, por outro lado, na época também falecida, teria sua origem na comunidade quilombola Favila, localizada a poucos quilômetros de distância, mas no município de Canguçu (RUBERT, 2005, p. 70). Observa-se, assim, uma articulação entre fixação de uma parentela extensa em um local e negociação para manter a posse da área, geralmente um tanto diminuta e nem sempre legalizada,

e a circulação, entre esses núcleos de moradia, de pessoas de outros locais, por meio de alianças matrimoniais, articulando territorialidades em redes que se estendem por um determinado espectro geográfico, fundamentais enquanto estratégias de resistência e resiliência das comunidades quilombolas; estratégias estas, ademais, perceptíveis em todo o estado (RUBERT, 2008). A comunidade do Algodão foi uma das primeiras a formar Associação Quilombola, ainda em 2006, e obteve Certidão da Fundação Cultural Palmares em 2010.

A última comunidade a se organizar em busca do autorreconhecimento perante à Fundação Cultural Palmares foi Cerrito Alegre – o que não quer dizer que não existam outros núcleos de famílias negras espalhados pela zona rural que não venham a fazê-lo futuramente. O principal núcleo dessa comunidade é formado por aproximadamente 20 famílias, instaladas em precárias condições em uma área de apenas 1,3 hectares, de propriedades particulares de não-quilombolas, nas margens da rodovia RS 737. Mas além destas, há outros integrantes espalhados pelas redondezas, somando-se um total de 33 famílias. Segundo o sociólogo do Escritório Municipal da EMATER, Robson Becker Loeck, essas famílias possuem parentesco ou são egressas de outras comunidades do município, especialmente Algodão, compondo no rol de sobrenomes, especialmente, Farias, Marques, Nogueira, Gouveia e Azevedo. Contribuiu para a mobilização da comunidade a ameaça de despejo movida pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), sob a alegação de que as moradias não respeitam o distanciamento mínimo exigido em relação à rodovia, processo de remoção que encontra-se temporariamente paralisado. A formação da Associação Quilombola ocorreu em meados do mês de dezembro de 2018, sendo a Certidão de Autoidentificação emitida pela Fundação Cultural Palmares no final deste mesmo mês e ano.

Algumas características perpassam as quatro comunidades, em especial, o longo período de invisibilidade perante o poder público, pois alguns serviços básicos, como assistência técnica, energia elétrica, programa de moradias e melhoria no acesso à saúde e educação só passaram a ser atendidos, ainda que parcialmente, a partir dos processos de autorreconhecimento, ocorridos desde o início dos anos 2000. A questão fundiária é outro sério problema enfrentado, pois são raras as famílias quilombolas que possuem áreas próprias que ultrapassam o terreno da casa, pátio e horta. Na comunidade do Algodão, que agrupa 106 famílias, segundo Nilo Dias, apenas 6 fogem a esta situação, possuindo uma área um pouco maior para o plantio. Com isso, a tensão entre enraizamento autônomo *versus* mobilidade é atualizada, pois a persistência no território só se torna possível com a migração, temporária ou permanente, de alguns membros da família para outros locais – urbanos ou rurais – que possibilitem a inserção em postos de trabalho, e que passam a prover o restante da família com algum auxílio financeiro. Diante desse cenário, trabalhar em regime de parceria, como diaristas ou assalariados rurais, em fábricas de conserva, em pedreiras, carvoarias e serrarias tem se configurado como alternativas de sobrevivência, ao lado do usufruto de auxílios governamentais, como Bolsa Família, aposentadoria, etc. Como resultado desses fatores estruturais, as comunidades

são marcadas por uma constante situação de insegurança alimentar e condições socioeconômicas adversas (LOECK, 2020).

A constituição do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas, no ano de 2015, é apontado pelas diversas lideranças como um grande avanço no encaminhamento de demandas ao poder público local (Figura 2). Além das lideranças políticas das comunidades, participam dessa instância representantes de vários órgãos municipais e estaduais, com destaque para o Escritório Municipal da EMATER, um dos principais articuladores do Comitê. Dentre as diversas conquistas advindas dessa organização, destaca-se a inserção das comunidades no Programa de Aquisição de Alimentos, por meio do qual o poder público municipal adquire produtos agrícolas que são direcionados para a merenda escolar e equipamentos de assistência social. Não obstante a exiguidade das áreas de plantio, o Programa garante renda pra diversas famílias quilombolas produtoras de alimentos, sobretudo, hortaliças, frutas e leguminosas.²

O autorreconhecimento oficial como quilombola, por parte dessas comunidades, possibilitou, sobretudo, a visibilidade no espaço público e político, com o acesso a uma diversidade de políticas que passaram a se somar às tradicionais estratégias de sobrevivência física e de reprodução social. Dentre estas políticas, destaca-se o envolvimento permanente com órgãos de assistência técnica (EMATER, EMBRAPA, etc.); programas específicos de eletrificação, saneamento básico, moradia e saúde; fomento produtivo; cursos de qualificação e profissionalização, etc. O ingresso de jovens em universidades públicas, por meio de processos seletivos especiais ou políticas de ações afirmativas, configura uma nova fase de inserção na sociedade regional, uma vez que



Figura 2: da esquerda para a direita, Charles Dias da Silva (Alto do Caixão), Nilo Dias (Algodão) e Antonio Leonel Rodrigues Soares (Vó Elvira). Lideranças reunidas para reunião do Comitê Gestor Quilombola.

Fonte: Escritório Municipal da EMATER de Pelotas.

² Segundo Loeck (2020), outras conquistas do Comitê são: “o acesso ao Modelo 4 (talão do produtor rural); a qualificação do atendimento no Cadastro Único, devido às especificidades do público quilombola; a realização de mutirões para o (re)cadastramento do Bolsa Família nas próprias comunidades; e a realização de reuniões de capacitação ofertadas pela extensão rural e prefeitura municipal.”

forma mediadores qualificados para enfrentamento dos problemas das comunidades, por transitarem entre mundos de significados e conhecimentos distintos. Houve redefinição, ainda, dos princípios organizativos internos às próprias comunidades, rearticulando relações fragmentadas em razão de esbulhos territoriais e migrações forçadas por circunstâncias adversas. Uma das consequências das participações em fóruns internos e externos de debates (Figura 3) é a revalorização da memória coletiva e a atribuição de um novo estatuto aos saberes locais – artesanais, produtivos, de cura –, historicamente estigmatizados por estereótipos perpetuados no âmbito de fronteiras étnicas racializadas.



Figura 3: reunião na comunidade quilombola do Algodão.
Fonte: Escritório Municipal da EMATER de Pelotas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane C. (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. 1^a Edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV/ABA, 2002.

ARRUTI, José Maurício Andion. *Mocambo*: antropologia e história do processo de formação quilombola. 1^a Edição. Bauru: Edusc, 2006.

ÁVILA, Cristiane Bartz de. *Entre esquecimentos e silêncios: Manuel Padeiro e a memória da escravidão no distrito de Quilombo, Pelotas, RS*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) –Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

COSTA, Sérgio. A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. *Tempo Social*, São Paulo: USP, v. 13, n. 1, pp. 143-158, 2001.

FONSECA, Leandra Ribeiro. *Mulheres quilombolas*: trajetórias de luta e identidades em construção. Dissertação (Mestrado em Antropologia) –Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2020.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos*: uma história do campesinato negro no Brasil. 1^a Edição. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias*: um estudo sobre o espaço pelotense. 3^a Edição. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2011.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. 1^a Edição. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. 1^a Edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, Lisboa: Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

LOECK, Robson Becker. Organização dos quilombos em Pelotas. In: *Terra&Campo*: o jornal do homem rural. 08/06/20. Disponível em: <https://jornalterraecampo.com.br/noticias/noticia/organizacao-dos-quilombolas-em-pelotas>. Acessado em 16 de agosto de 2021.

MAESTRI, Mario. Pampa negro – quilombos no Rio Grande do Sul. In: REIS, J. J.; GOMES, F. S. (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. 1^a Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 291-331.

MAESTRI FILHO, Mario José. *Quilombos e quilombolas em terras gaúchas*. 1^a Edição. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias, 1979.

MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lilian. A constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos: limites e potencialidades. *RBSC*, São Paulo: ANPOCS, v. 28, n. 81, p. 137-153, 2013.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso; PINTO, Natália Garcia. *Os calhambolas do general Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes* (RS, Pelotas, 1835). 1^a Edição. São Leopoldo: Oikos, 2013.

MUNANGA, Kabengele. *Redisputando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 1^a Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NEVES, Paulo Sérgio. Luta antirracista: entre reconhecimento e redistribuição. *RBCS*, São Paulo: ANPOCS, v. 20, n. 59, pp. 81-96, 2005.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. 1^a Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RUBERT, Rosane Aparecida. Comunidades Negras no RS: o redesenho do mapa estadual. In: SILVA, G. F.; SANTOS, J. A.; CARNEIRO, L. C. C. (org.). *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. 1^a Edição. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 165-181.

RUBERT, Rosane Aparecida. *Comunidades negras rurais do RS: um levantamento socio-antrópico preliminar*. 1^a Edição. Porto Alegre: RS Rural/IICA, 2005.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. 1^a Edição. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2002.



10

O PASSADO INDÍGENA DE PELOTAS - E O PRESENTE

Rafael Milheira

O passado e o presente das populações indígenas no município de Pelotas e região contrastam gritantemente. Segundo o Censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010, apenas 317 pessoas identificaram-se como indígenas, o que equivale a aproximadamente 0,01% em uma população estimada de 343.000 pessoas. Há duas terras indígenas no interior do município que estão em processo de reconhecimento junto à FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Trata-se da aldeia *Kapy Ovy*, localizada no Morro Farroupilha, nas proximidades da Colônia Maciel, composta por não mais do que 10 pessoas (3 famílias) Mbyá-Guarani e a aldeia *Kaingang Girô*, que agrupa em torno de 48 pessoas (13 famílias), localizada na Vila Cascata. Em ambas aldeias indígenas, as pessoas vivem de sua produção alimentícia local, envolvendo a criação de animais domésticos como porco e galinha, assim como caça e pesca ainda disponível. Vivem também de doações a partir de entidades de assistência social, da municipalidade e de doações particulares, além de venderem no centro urbano de Pelotas suas produções artísticas.

As referências aos povos indígenas são bastante raras na cidade de Pelotas e se limitam a um busto na periferia do centro urbano e a alguns poucos nomes de empreendimentos comerciais. As referências históricas, da mesma forma, são praticamente nulas, cujo imaginário sobre os povos indígenas volta-se, normalmente, ao uso das barcas (pelota) puxadas pelos indígenas para atravessar o arroio Pelotas, um fato descrito por cronistas e que dá nome ao município desde sua oficialização no ano de 1835, quando deixou de ser a Vila de São Francisco de Paula. A historiografia também não foi nada generosa com os povos indígenas. A história indígena em Pelotas, assim como em todo

território sul-riograndense, foi sumária e ideologicamente esquecida e as populações indígenas condenadas à narrativa da conquista e ao desaparecimento iminentes, um projeto de esquecimento que se confunde com um processo de branqueamento bastante “comemorado” pela historiografia tradicional.

Em “A Sociogênese da Pampa Brasileira”, publicada no ano de 1927, uma ode poética e apaixonada pela formação da população do Rio Grande do Sul, o historiador Fernando Osório ressalta as grandezas do povo e da terra gaúcha, ficando bastante claro o esforço em exaltar o que ele chamou de “arianização da raça gaúcha”:

Proclama-se, ainda hoje, que nenhum desequilíbrio étnico apresenta o Rio Grande, cujos habitantes são os mais aria-nizados do Brasil, bem como o fato, aqui insofismável, da tendência, para a homogeneidade, com o predomínio das características nacionais, brasileiras, nos grandes grupos que representam oitenta por cento, talvez, da nossa população de origem estrangeira (OSÓRIO, 1927, p. 42-43).

Esta afirmação é trazida em nota no livro, e remete ao trabalho de Oliveira Vianna, intitulado “Evolução do Povo Brasileiro”, de 1923. Nesta nota consta que:

É rápida, no extremo-sul, a destruição da população negra. Em menos de um vintémio (quadro do recenseamento de 1872 a 1890) o seu coeficiente, que é de 18,3 cai a 8,7, com uma grande redução, portanto, de 9,6%. Por sua vez, o elemento indígena conserva-se, por assim dizer, estacionário, apresentando mesmo uma pequena redução de 0,5. Ao passo que é magnífico o movimento ascensional do tipo ariano, que, em 1872, representa quase 60% da população e que, em menos de vinte anos, em 1890, passa a representar os seus 70%. Mais 26%, portanto, do que a média geral do país (OSÓRIO, 1927, p. 42).

Essas passagens reforçam os seus escritos na obra “A Cidade de Pelotas”, de 1922, em que o autor dispensa não mais do que três páginas do capítulo intitulado “Primeiros Tempos” para comentar sobre a presença de indígenas no município, reforçando o estereótipo de “índios selvagens” e “errantes”:

Nestas paragens [os índios], viam-se a braços com tigre e infestam os banhados e matas baixas do São Gonçalo. E diz-se que os bugres tinham no Saco do Laranjal constituído reduto preferido para as pescarias que exercitavam sobre as costas ou que levavam em pirogas, ao lardo da Lagoa (...) E, ora fustigados pelas necessidades da caça e da pesca, eles acampavam – os tapes – nas costas das lagoas, sobre a margem ocidental; ora, pela margem oriental, apareciam os minuanos. (...) Mas outra voz, outra raça, devia aportar em breve, para o devassamento e o povamento do distrito pelotense; a voz de Portugal, a alma heróica dos vindícios, havia de entrar pela terra, confundindo-se com o êxtase do indígena maravilhado... E, depois, devia vir a África, com o braço trabalhador e a dedicação servil, a ternura do negro e o leite que havia de criar gerações e gerações... E a benignidade rio-grandense, feita a aliança dos três grupos, então soube criar, como um símbolo, a lenda genuinamente nossa do Negrinho do Pastoreio, que é a própria imagem do passado gaúcho perpetuando-se no futuro... (OSÓRIO, 1922, p. 29).

Com esta abordagem, o autor colaborou não apenas para a manutenção do estereótipo do indígena como um ser “natural”, algo bastante comum desde o século XVI, no pensamento popular brasileiro, mas também contribuiu para a ideia de um iminente apagamento dos povos indígenas do cenário social e histórico, fadados ao desaparecimento e à conquista em prol da chegada de novas populações. “Seres fósseis”, que tiveram a sua participação para constituição da população rio-grandense, embora condenados ao atraso e à necessidade de dar espaço aos novos atores vindos do além-mar,

teriam contribuído para a conformação nacional, sob a ótica do “mito da democracia racial”.

No entanto, esse panorama contemporâneo de baixa demografia indígena e raras referências urbanas que resultam de um projeto de homogeneização social, branqueamento e esquecimento da história indígena, contrasta drasticamente com o cenário existente antes da colonização europeia. Os achados arqueológicos dos lugares de moradia e acampamentos das populações indígenas demonstram que todas as áreas que compõem o que conhecemos como município de Pelotas foram povoadas em algum momento da história. Banhados, dunas, arroios, coxilhas, lagoas, praias e matas, enfim, todos os compartimentos entre as terras baixas da margem da laguna dos Patos e canal São Gonçalo, até as terras altas da serra dos Tapes, foram ocupados e territorializados por diferentes grupos indígenas no passado. As marcas dessa ocupação se confundem com a paisagem. São fragmentos de potes de cerâmica para armazenamento de água, produção de comida, sepultamento dos mortos; são artefatos feitos em pedra polida ou lascada, usados para cortar, serrar, martelar, moer; são restos de comida que, descartada após o consumo, se preservaram na terra, como ossos de animais, cascas de ovos e sementes; são aterros feitos em meio a banhados, manchas de terra preta resultadas pela decomposição das casas feitas de palha, juncos e madeiras. Enfim, uma gama de materiais que nos contam sobre alimentação, crenças, cosmologia, territorialidade e modos de vida dessas populações indígenas.

A história das populações indígenas em Pelotas deve ser entendida e estudada a partir de um cenário em uma escala geográfica muito maior, que envolve a bacia hidrográfica da Laguna dos Patos e Lagoa Mirim, cujas lagoas são ligadas pelo sinuoso Canal São Gonçalo. Com uma área de 10,227 km² – um dos maiores corpos d’água natural de água doce do mundo – as águas lagunares foram atrativos para as populações humanas, devido a grande quantidade de peixes e frutos do mar, bem como os ambientes alagados das margens, que conformam os banhados e marismas, os quais, por sua vez, abrigam um conjunto enorme de espécies de mamíferos de pequeno e médio porte, roedores e muitos tipos de pássaros. Nos diferentes ambientes das lagoas dispersa-se uma vegetação típica de banhados e o resquício meridional da mata atlântica. Além do ambiente lagunar, de topografia plana, as coxilhas e região montanhosa que formam a serra do sudeste, também foram certamente ambientes cobiçados, onde habitam outras espécies de fauna nativa e uma cobertura vegetal de matas densas com terrenos compostos por solos bastante produtivos, especialmente se comparados aos sedimentos litorâneos, de formação sedimentar (OLIVEIRA e BEMVENUTI, 2006).

Neste ambiente de lagoas já foram mapeados pelas equipes de arqueologia mais de 500 sítios arqueológicos, sendo em torno de uma dezena de sambaquis na restinga da laguna dos Patos – a faixa de areia que separa a laguna do mar – quase 400 cerritos e aproximadamente 200 sítios de ocupações Guarani. Os sambaquis configuram-se como morros de conchas que poderiam chegar até 50 metros de altura. Foram construídos por populações indígenas em todo litoral brasileiro, especialmente na faixa litorânea entre o litoral de São Paulo até o município de São José do Norte, já no litoral sul do

Estado do Rio Grande do Sul. As datações mais antigas que existem para estes sítios demonstram que eles começaram a ser construídos desde 6700 a.C e foram sendo ocupados até perto do ano 1000 d.C. (GASPAR, 2000). Infelizmente, as pesquisas em sambaquis na restinga da laguna dos Patos não avançaram ainda ao ponto de sabermos qual o período de construção e ocupação desses morros de conchas, o que nos permite apenas atribuir um horizonte cronológico em torno de 1500 anos a.C. ou menos, em comparação aos sambaquis datados por método de carbono 14 no litoral norte do estado (RIBEIRO e CALLIPO, 2000).

As ocupações dos grupos construtores de cerritos são bem melhor conhecidas e temos um quadro histórico mais detalhado atualmente. Entre as lagoas dos Patos e Mirim, são conhecidas centenas de cerritos desde o município de Santa Vitória do Palmar até Camaquã, com uma grande quantidade entre os municípios de Rio Grande e Pelotas. No entanto, são conhecidos sítios deste tipo em todo bioma Pampa, ao que já foram registrados mais de 3000 montículos desde o nordeste da Argentina, todo o território uruguai e o sul do Rio Grande do Sul. Os cerritos são morros de terra com alturas entre poucos centímetros até mais de cinco metros. São geralmente encontrados em ambientes como os típicos banhados à margem das lagoas e teriam sido construídos com a finalidade de servirem como plataformas para moradia nesses ambientes alagados, bem como área de sepultamentos humanos, plantio, depósito de lixo e demarcadores territoriais. Os cerritos mais antigos que conhecemos no entorno da laguna dos Patos têm datas de 1500 anos a.C e os mais recentes teriam sido usados até, pelo menos, 200 anos atrás. Alguns arqueólogos e historiadores discutem sobre quais povos indígenas teriam construído e ocupado os cerritos e, ao que tudo indica, seriam os índios pampeanos conhecidos como Charrua e Minuano (SCHMITZ, 1976; BASILE-BECKER, 2002; MILHEIRA, ATORRE e BORGES, 2019).

Em Pelotas, há três localidades em que há cerritos registrados, somando-se, até o momento, 43 sítios arqueológicos: o banhado da Lagoa Pequena e Ilha da Feitoria em que foram encontrados 14 cerritos, o banhado da lagoa do Fragata com 11 cerritos e o banhado do Pontal da Barra, em que foram registrados um total de 18 cerritos. Os estudos já realizados apontam que o banhado do Pontal da Barra teria sido ocupado inicialmente entre 1500 e 800 anos a.C. como uma área de acampamentos e, posteriormente, entre 800 a.C. e o ano zero, como uma aldeia. Ao longo deste tempo, este banhado se tornou um lugar central na rede de mobilidade e circulação de ideias, pessoas e coisas, que conectava as lagoas dos Patos e Mirim. A partir do banhado do Pontal da Barra, a circulação de pessoas seria controlada, assim como seriam observados e controlados os recursos lagunares como cardumes de peixes, aves migratórias e o restante da fauna regional (MILHEIRA, ATORRE e BORGES, 2019).

Nestes montículos de terra, através de escavações arqueológicas realizadas nos últimos 15 anos, vêm sendo registrados e coletados objetos de uso quotidiano dos povos cerriteiros, como panelas para cozinhar e armazenar bebidas e água, instrumentos feitos em pedra, sepultamentos humanos e muito resto de alimentação. Basicamente, pode-se dizer que em torno de 90% da alimentação do dia-a-dia era baseada em pesca de peixes

como miraguaias, corvinas e bagres (MILHEIRA, ATORRE e BORGES, 2019). No Pontal da Barra, além de restos de alimentação, têm sido encontrados os vestígios mais antigos de ossos de cão doméstico com data de aproximadamente 700 a.C. Não se sabe ainda qual o papel que os cachorros tinham na relação com os indígenas, mas alguns relatos de cronistas e viajantes desde o século XVI sugerem que os cães eram companhias de caça e pesca e para a lida quotidiana (MILHEIRA et al., 2016). Outro achado relevante no contexto dos cerritos na laguna dos Patos foi encontrado nas imediações do banhado da lagoa do Fragata, onde foram escavadas duas esculturas feitas em pedra representando uma ave com forma de pombo e um tubarão branco, associados a duas bolas de boleadeiras mamilares, objetos polidos e uma mó (uma espécie de panela de pedra usada para moer). A particularidade deste achado é que as esculturas em pedra, conhecidas pelos especialistas como zoólitos, são típicas de contextos sambaquieiros, já as bolas de boleadeiras mamilares, são normalmente encontradas em cerritos, o que sugere que este contexto seja exemplar das relações – talvez amistosas – entre duas populações indígenas (MILHEIRA e GONZALEZ, 2014a).

Outros grupos indígenas estiveram presentes mais recentemente neste contexto. Os sítios arqueológicos Guarani mais antigos que conhecemos na região são localizados no município de Rio Grande e datam de aproximadamente 900 anos atrás. Os Guarani são populações de origem amazônica, que de lá se dispersaram expandindo seus territórios ao longo de quase todas as regiões das terras baixas sul-americanas, envolvendo o Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai, um processo que deve ter iniciado em torno de 4000 anos atrás. Os sítios Guarani mais antigos que temos conhecimento no estado do Rio Grande do sul giram em torno de 500 anos d.C e o litoral do estado só veio a ser ocupado por volta de 1000 d.C. (NOELLI, 1999/2000)

No entanto, as escavações em sítios localizados na praia do Laranjal e matas do Totó, demonstram que as ocupações Guarani foram mais densas somente em torno de 100 anos antes da colonização europeia nas Américas. As praias à margem da laguna dos Patos foram ocupadas como acampamentos de pesca pelos Guarani, articulados a uma aldeia que deveria ter um papel central na territorialidade litorânea. O sítio Totó, datado em aproximadamente 1450 d.C. demonstrou ser uma aldeia pela grande variedade de tipos de vasilhas, grandes, pequenas e médias, vários tipos de instrumentos feitos em pedra, sepultamento humano e uma grande lixeira, que denota um uso permanente do espaço. Essa aldeia deveria se articular aos acampamentos dos sítios Camping, Las Acácias, Arroio Sujo, e Lagoinha, todos eles localizados em matas e dunas da região. Na região da serra dos Tapes, onde foram identificados 22 sítios Guarani, a ocupação parece ter sido muito mais massiva, talvez pelo tipo de vegetação e um solo mais produtivo, algo que seria um atrativo maior para os Guarani, grupos reconhecidamente horticultores e que manejavam as paisagens de maneira muito significativa. O sítio Ribes destaca-se na região do Morro dos Três Cerros, nas proximidades do arroio Andrade, pelo achado de uma aldeia com urnas funerárias ainda preservadas (datadas de 1500 d.C.) e de um espaço doméstico bastante evidente, onde foram encontrados centenas de fragmentos de vasilhas cerâmicas pintadas e com diversos tipos de decorações (MILHEIRA, 2014b).

É interessante notar que instrumentos feitos em pedra de quartzo foram encontrados no litoral lagunar, um tipo de pedra bastante comum na região da serra, o que sugere a interação entre as aldeias das terras baixas da laguna dos Patos e das terras altas da serra dos Tapes, bem como a exploração dos seus recursos em uma escala geográfica muito ampla. Da mesma forma, instrumentos em pedra do tipo calcedônias, arenitos friável e silicificado e basalto, localizados no sítio Totó, e que geralmente são encontrados em localidades a mais de 200km de distância da laguna dos Patos, também sugerem que a circulação de coisas e pessoas deveria ocorrer numa escala geográfica que envolve não apenas o ambiente lagunar, mas também as regiões interioranas do estado.

CONCLUSÃO

A história indígena da laguna dos Patos e lagoa Mirim é milenar. Sambaquis, cerritos e sítios Guarani contam histórias de populações distintas que habitaram as terras baixas lagunares e as terras altas da serra em diferentes momentos, muito antes da chegada dos conquistadores de além mar. Neste sentido, considerando a grande quantidade de sítios arqueológicos que remontam a acampamentos e aldeias com datas que podem chegar até 1500 a.C. ou mais, considerando os vestígios materiais desses lugares, que sugerem terem sido usados muito intensamente pelas populações indígenas no passado e entendendo que alguns contextos arqueológicos permitem pensar que as populações indígenas interagiam em uma escala muito ampla na paisagem, envolvendo todo o ambiente lagunar e o interior do estado, é importante deixar claro que a história milenar dos povos indígenas na região de Pelotas foi marcada por abundância e riqueza, um cenário que contrasta bruscamente com a realidade atual, em que as populações indígenas locais são demograficamente reduzidas e limitadas a pequenas porções de terra.

Cabe às gerações contemporâneas preservar os lugares dessas histórias, os sítios arqueológicos. Lugares de memória e história protegidos pela legislação dado o seu caráter patrimonial. Cabe também promover debates nacionais em busca da conscientização da singularidade e potência dos povos indígenas, algo extremamente importante para a sobrevivência dos modos de vida indígenas, que tantas soluções trazem para problemas contemporâneos, causados não por eles, mas pelo mundo ocidental moderno. Se o passado indígena foi esquecido como um projeto ideologicamente estruturado, cabe ao presente, lembrar. História e Arqueologia são disciplinas responsáveis por lembrar aquilo que a sociedade teima em tentar esquecer e este é um compromisso de todos.

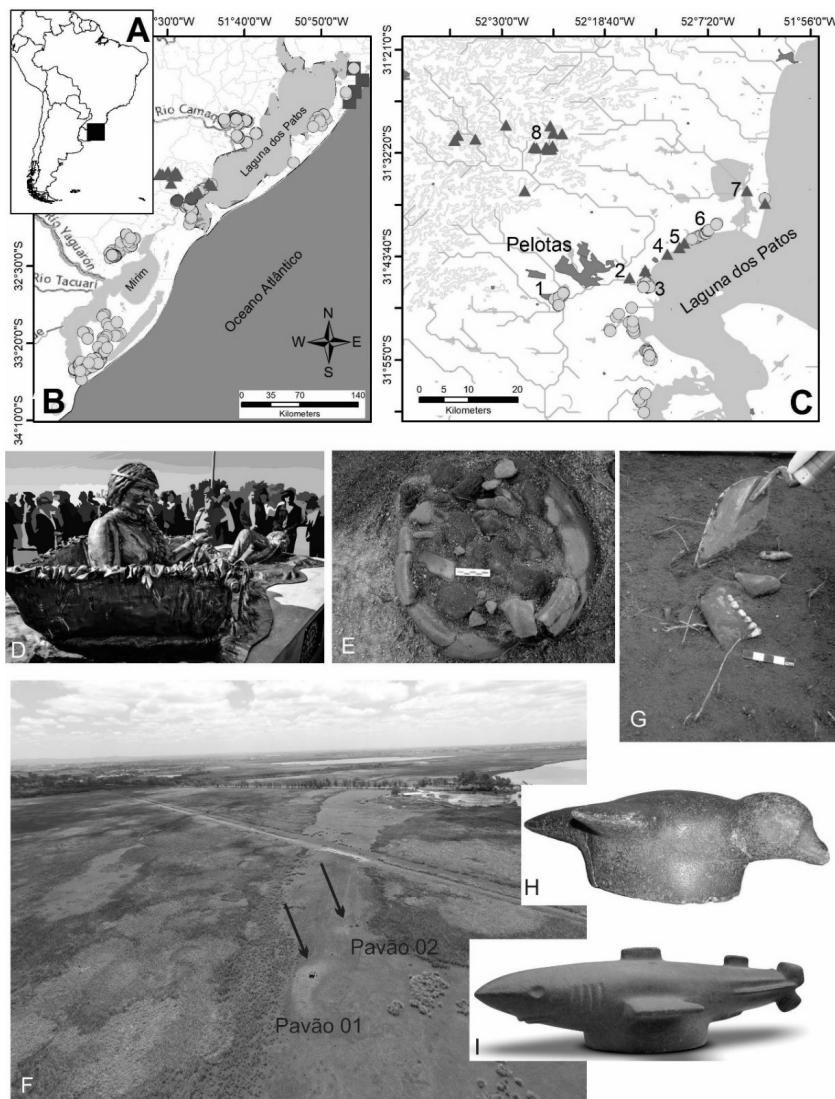


Figura 01: A) Posição da bacia hidrográfica Patos-Mirim na escala sul-americana; B) Localização dos sítios arqueológicos (Guarani = triângulos vermelhos, cerritos = círculos amarelos, sambaquis = quadrados verdes) na escala da bacia hidrográfica Patos-Mirim; C) sítios arqueológicos localizados em Pelotas: 1) Lagoa do Fragata, 2) Las Acácias, 3) Pontal da Barra, 4) Totó, 5) Camping, 6) Lagoa Pequena, 7) Lagoinha, 8) sítios Guarani da serra dos Tapes; D) Escultura representando uma mulher indígena em embarcação do tipo Pelota, puxada a nado; E) Vasilha cerâmica Guarani escavada no sítio Camping; F) Cerritos Pavão 01 e 02 à beira do canal São Gonçalo; G) mandíbula humana associada a pingente feito em dente de golfinho, localizado no cerrito PSG-02, no Pontal da Barra; H) Zoölitite em formato de pombo; I) Zoölitite em formato de tubarão branco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASILE-BECKER, Ítala Irene. *Os Índios Charruas e Minuanos na Antiga Banda Oriental do Uruguai*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.
- GASPAR, M. *Sambaqui*. Arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000.
- MILHEIRA, Rafael Guedes; GONZALEZ, Manuel. Reinterpretando o Zoomorfo de Tubarão de Coleção “Carla Rosane Duarte Costa”. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 4, n.02, p. 87-98, 2005.
- MILHEIRA, Rafael Guedes. *Arqueologia Guarani na laguna dos Patos e serra do Sudeste*. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2014b.
- MILHEIRA, Rafael.G, LOPONTE, D., ACOSTA, A., ESPONDA, C., ULGUIM, Y. The First Record of a Pre-Columbian Domestic Dog (*Canis lupus familiaris*) in Brazil. *International Journal of Osteoarchaeology* 27(3), p. 488-494, 2016.
- MILHEIRA, Rafael. G.; ATORRE, T.; BORGES, C. Construtores de cerritos na Laguna dos Patos, Pontal da Barra, sul do Brasil: lugar persistente, território e ambiente construído no holoceno recente. *Latin American Antiquity* 30 (1), p. 35-54, 2019.
- NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas – 1872/2000. *Revista da USP*. São Paulo: USP. nº 44, p. 218-269, 1999-2000.
- OLIVEIRA, A. F; BEMVENUTI, M. A. O ciclo de vida de alguns peixes do estuário da Lagoa dos Patos, RS, informações para o ensino fundamental e médio. *Cadernos de Ecologia Aquática*. 1 (2), p. 16-29, 2006.
- OSÓRIO, F. *A cidade de Pelotas*. Vol. 1, 3. ed. rev., 1997 [1922].
- OSORIO, F. *Sociogênese da Pampa Brasileia*. Pelotas: Livraria Commercial, 1927.
- RIBEIRO, P. A. M.; CALIPPO, F. R. Arqueologia e História Pré-colonial. In: P. R. Tagliani, P. A. M. Ribeiro, L. H. Torres, F. N. Alves (eds.). *Arqueologia, História e Socioeconomia da Restinga da Lagoa dos Patos*. Uma contribuição para o Conhecimento e Manejo da Reserva da Biosfera. Rio Grande: FURG, p. 13-40, 2000.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. *Sítios de pesca lacustre em Rio Grande, RS, Brasil*. (Tese de Livre Docência). São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976.

11

AS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS EM PELOTAS

Paulo Roberto Brum de Freitas

Ledeci Lessa Coutinho

Louise Prado Alfonso

Escrever sobre as Culturas/Religiões de Matrizes Africanas é uma grande responsabilidade, já que se acredita que existem atualmente, aproximadamente, 2000 Casas/Terreiros na cidade de Pelotas. Falamos em Religiões e em Matrizes Africanas no plural, pois aqui faremos uma abordagem mais geral, mas ressaltamos as diferenças entre a Umbanda, a Quimbanda, as diversas Nações do Batuque e Candomblé. Cada uma destas com suas peculiaridades que as aproximam e as distanciam.

Toda pessoa que vive em Pelotas é possível que já tenha entrado em contato, de alguma maneira, com elementos relacionados a estas religiões, já ouviu o som dos tambores durante a noite, já viu oferendas no cruzamento de ruas, ouviu dizer que o Bará está assentado no Mercado Público. Já passou na frente de uma loja que vende produtos religiosos no centro da cidade. Ou mesmo, já participou ou ouviu falar que em fevereiro se realiza o encontro das santas, Nossa Senhora dos Navegantes e Iemanjá, durante a Festa de Iemanjá, que faz parte do calendário de eventos e turístico da cidade. Não foi à toa que Carla Ávila denominou Pelotas de “A princesa Batueira” (2011).

Este texto está sendo escrito por muitas mãos e vozes e está pautado nas memórias de pessoas vinculadas aos Terreiros, lojas de produtos religiosos de Pelotas e de pessoas que pesquisam sobre a temática. São histórias antigas e recentes de vivências nestas Casas e sobre sua relação com a cidade.

Normalmente, a história que se conta do passado da cidade tem uma perspectiva eurocêntrica e invisibiliza a presença das comunidades negras em Pelotas, ao longo do tempo. Para falarmos destas Religiões temos que referenciar o passado, com o deslocamento forçado de pessoas negras para o Brasil. Pelotas ganha prestígio social e econômico com a produção do charque, realizada pela exploração da mão de obra escravizada de afrodescendentes no território brasileiro. Pesquisadores e pesquisadoras diversas aproximam algumas práticas destas Religiões ao cotidiano da produção saladeril, como exemplo, citamos a produção dos tambores com couro de animais e rituais de sacralização, que podem estar relacionados ao trabalho nas charqueadas (ÁVILA, 2011, p. 29).

Assim, com a entrada de africanos/as em território rio-grandense, pelo porto de Rio Grande e, e em Pelotas pelo Passo dos Negros, há a chegada, também, das tradições religiosas de Matrizes Africanas. Estas Religiões configuram-se em formas de resistência ao sistema hegemônico (GRAMSCI, 2017) imposto pela sociedade ocidental (ÁVILA, 2011; FREITAS, 2019) pautado, no contexto brasileiro, por um modelo cristão, patriarcal e capitalista. Para Freitas (2019), cada um destes Terreiros que existem na cidade são verdadeiros quilombos urbanos, pois tratam-se de locais de resistência da cultura negra.

As cidades são heterogêneas, as Casas de Matrizes Africanas devem ser consideradas parte do contexto citadino, os Povos de Terreiro possuem diferentes formas de viver e conceber a cidade de Pelotas e estas perspectivas devem ser valorizadas. Suas experiências estão, por exemplo, no comércio quando se movimentam para adquirirem materiais para os ritos (velas, flores, tecidos, alimentos, animais, ervas, doces, etc.), em lugares onde são feitas oferendas (axés) para as/os Orixás, como nas águas, em espaços verdes, nas encruzilhadas, nos cemitérios. Suas práticas religiosas constroem os territórios da cidade.

O Mercado Público é um lugar sagrado. A prática de entrar no Mercado, colocar moedas, sair, entrar em igrejas, ir até o quadrado¹ ou à praia, às feiras, faz parte de um ritual importante para o Batuque, por exemplo. Cada liderança define os lugares sagrados por onde passarão seus filhos no ritual do Passeio. Este ritual nos mostra que lugares que moradores e moradoras de Pelotas conhecem bem, onde frequentam regularmente, são lugares sagrados para outros grupos com quem convivem na cidade! Ao entrarem no Mercado Público muitas pessoas agradecem ao Orixá que ali está em movimento, o Bará, que é o dono dos caminhos, dos cruzeiros, das ruas, da chave, das regiões urbanas, de dia ou de noite, como nos conta a Ialorixá Gisa d’Oxalá. Todo o conhecimento destas Religiões vem sendo passado de geração para geração pela oralidade, no âmbito da hierarquia religiosa (Figura 1).

Hoje é possível que as pessoas circulem pelo centro de Pelotas paramentadas com roupas de Terreiro, guias etc, mas nem sempre foi assim. As religiosidades de Matrizes Africanas sempre foram vistas com muito preconceito e falta de aceitação quando comparamos com outras religiões (CAMPOS, 2015). O senhor Laurenci, que foi delegado da zona sul da União da Umbanda da Princesa do Sul em toda a região

1 O Quadrado trata-se de um antigo atracadouro localizado na zona portuária de Pelotas que, atualmente, é um importante espaço de lazer e convívio social.

de fronteira (Jaguarão, Pelotas, Rio Grande, Arroio Grande, Herval) nos relatou que em meados do século XX ainda era comum que a brigada militar entrasse nos Terreiros e tirasse “os caras incorporados no porrete e levavam para a cadeia”. Ele complementa dizendo que “naquele tempo era assim, um vizinho fazia queixa e a polícia abria a porta, botava abaixo a porta, prendia os médiuns”. Ele ainda relata que “quando foi fundada a União da Umbanda da Princesa do Sul, aí a polícia não podia invadir mais, passou a ser proibido” (dados de entrevista realizada em 2021 para este texto).



Figura 1: evento realizado por lideranças das Religiões de Matrizes Africanas no mercado Público Pelotense.
Fonte: Comunidade Beneficente Tradicional de Terreiro Caboclo Rompe Mato Ilê Axé de Xangô e Oxalá (CBTT)

Ele descreve a importância destas congregações naquela época para a proteção dos Povos de Terreiro. Segundo alguns interlocutores e interlocutoras, até a década de 1970 existiam a União da Umbanda da Princesa do Sul, presidida por Dinorá Feijó Leal e o Conselho da Umbanda de Pelotas, por Getúlio Ferreira Dias. Muito se fala sobre o Sr. Getúlio, que ele era um umbandista “ferrenho” e que foi deputado federal. Já sobre o Sr. Dinorá, dizem que seu Terreiro era o São Sebastião, que organizava a festa de Iemanjá lá no Bairro Barro Duro, e “um dia ele agarrou e disse: vou construir uma gruta e construiu”. Nos relataram que os dois foram “tomar cafezinho no Café

Aquários” e decidiram unificar a luta e a Umbanda em Pelotas, formando a Federação Sul-Riograndense de Umbanda.

Na década de 1980, formou-se a Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afros, da Confederação Pelotense de Umbanda e a Federação SulRiograndense de Umbanda. Campos (2015) afirma que nesta mesma década se incluem o Batuque à Federação, sendo representado por Paulinho de Oxum da nação Jejê e, posteriormente, pela Ialoroxixá Diacúi de Oxum.

Em nossas conversas com tantas lideranças, muitos nomes apareceram, algumas incoerências podem ser identificadas, mas o importante é que são personagens marcantes para o Povo de Terreiro. Mencionaram o Zé Coelho que tinha uma “casa do mel” dentro do Mercado Público, mel fabricado por ele que tinha criação de abelhas. “Ele era um homem muito estudioso e muito culto”. Nos contaram que no grupo dele estavam professor João Manuel que dava aulas de Umbanda, a Dona Aida Chiareli que era Batuqueira, além de umbandista. Falararam do Levi Medina Goulart que fez parte da primeira Fundação.

O João Mandail que era amigo do Dinorá. O Sr. Guaraci que “fumava sempre seu charuto, e não tinha vergonha de sair na rua e entrar no comércio com o cocar na cabeça”. O Pai João Carlos que gostava de dar pilão de presente, pois “dizia que nenhum Terreiro, nenhuma Casa ou uma cozinha de Batuque sem pilão funcionava”. O Claudio do Ogum, que era um “tamboreiro muito antigo” na linha de Umbanda. Afirmaram que todo mundo de Pelotas conhecia a Maria das Argolas, que é uma pessoa antiga, “fantástica na história de Pelotas”.

Nos contaram também que Pelotas era uma cidade que se queria católica, com descendência portuguesa, mas que desde muito tempo existiam médiuns individuais que atendiam em casa, os Terreiros eram escondidos devido à violência que sofriam constantemente. Falararam da importância do sr. Urobaldo, na Lobo da Costa, que desenvolveu muitos/as médiuns antigos/as, que já não estão entre nós. Foi o responsável pela existência do “São Sebastião, do Ogum Guerreiro e do Cobra Coral”, isso lá na década de 1930. Os médiuns e terreiros que foram feitos no Centro Espírita de Umbanda São Sebastião são: o Centro de Umbanda Jurema Flecheira que era Dona Araci, Análio Teixeira, Dino Cezar do Nascimento, Ângelo Colvara e esposa, representavam o Centro Jurema Flecheira, o Centro de Pesquisas Espiritualistas do professor Sérgio, o Centro de Umbanda Nossa Casa dos Médiuns Santos Laureci Martins e Sônia Martins, ali perto do Guanabara, o Centro de Umbanda Ogum Guerreiro do Pai Zé Carlos, onde o Caboclo Três Flores da Dona Eurestina trabalhava. Lembraram do Terreiro do Sr. Simplicio Soares – Sissi, hoje Comunidade Beneficente Tradicional de Terreiro Caboclo Rompe Mato Ilê Axé de Xangô e Oxalá – CBTT, que foi fundado em 1940. Do Caboclo Cacarandi, onde o Cacique era o seu Orlando.

Ainda foram lembrados o João Amaral, o professor Pedro Baggio, o Centro Espírita de Umbanda Ogum da Mogiana, fundado por Irineu Viana. O Sandro do Bará, o Rudinei, o Ailton de Oxum, a Noemi, que “era uma Mãe de Santo muito famosa”, a Dona Julia, a Dona Maria Amaro, Tia Maruca do Bairro Santa Terezinha, A Dona

Maria Helena da Rua Dona Mariana, a Dona Otilia que era do Centro de Umbanda do Ogum Guerreiro, o Sr.Tarcilio. O Reino Santa Rita de Cássia, “que é muito antigo”. Do João Carlos do pai Carlos e Sandro Ailtom do Francisco, Astilio Antunes e também o Pai Marinho de Xangô, a Mãe Neci de Oxalá, Rejane Urrutia, Dona Ernestina Leal, Yara Alves, Ângelo Colvara, Valdir Firmeman, Pai Ismar, Mãe Nara Louro de Xapanã e a Associação Olojukan.

Estes são alguns, dos tantos nomes lembrados pelas lideranças. Esses relatos nos mostram que estes Terreiros e lideranças formam uma rede que envolve diferentes linhagens, “Famílias de Santo”, diferentes vertentes destas religiões, relações de afinidades ou não, mas que são fortalecidas pelos eventos, pelas visitas entre os Terreiros e pelas lutas por direitos e contra o racismo religioso.

A luta das lideranças locais, se somou às lutas de lideranças de todo o Brasil, que possibilitaram conquistas muito importantes para a garantia da continuidade destas Religiões no país. Muitas lideranças ao conversarmos sobre o que deveríamos contar sobre os Terreiros em Pelotas nesta coletânea, nos pediram para ressaltar estas conquistas e legislações que garantem direitos fundamentais das Religiões de Matrizes Africanas, protegidas pelo Estado, que deve ser laico.

Um primeiro marco a ser ressaltado trata-se da Constituição Federal de 1988, que coloca como direito fundamental a liberdade religiosa, garantindo a proteção de seus locais de culto e de suas liturgias. O Poder Público e particulares são proibidos de qualquer ingerência na realização de cultos e não podem atuar de forma a dificultar a concretização dos ritos. A crença alheia deve ser respeitada. Também na Constituição Federal, por meio do artigo 215, o Estado deve proteger as manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras. No artigo 216, é prevista a promoção e proteção pelo Poder Público do patrimônio cultural brasileiro, dos diferentes grupos formadores da sociedade, em sua materialidade e imaterialidade.

O Estatuto da Igualdade Racial é destinado a garantir à população negra a igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, bem como o combate à discriminação e demais formas de intolerância. O Art. 2º do Estatuto define como dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todas as pessoas do Brasil, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, nas atividades políticas, econômicas, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus “valores religiosos e culturais”. Em seu Capítulo III - Do Direito à Liberdade de Consciência e de Crença e ao Livre Exercício dos Cultos Religiosos, no Art. 23º define que é “inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (BRASIL, 2010, 19). O Art. 24º garante o livre exercício dos Cultos religiosos de Matrizes Africanas, o Art. 25º assegura a assistência religiosa para praticantes de Religiões de Matrizes Africanas internados/as em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva e o Art. 26º define que é papel do poder público

adotar medidas necessárias para o combate à intolerância com as Religiões de Matrizes Africanas.

Por fim, cabe aqui destacar a decisão do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), do Recurso Extraordinário (RE) 494601 sobre a sacralização de animais, que apresenta uma análise da relação do direito de liberdade religiosa com a garantia ao direito à alimentação da população. A decisão define que o “abate religioso” tem relevância garantida do direito à alimentação adequada para população dos Terreiros, não há crueldade, nem intenção de causar dor aos animais, mas envolve aspectos simbólicos do oferecimento de alimento aos Orixás e divisão com as pessoas. Que deve ser reconhecido pelo direito à soberania alimentar e nutricional.

Em Pelotas a luta por estes direitos é constante, cabe destacar que há alguns anos, em 2015, aconteceu um ato de violência na gruta de Iemanjá no Balneário dos Prazeres. Colocaram fogo na gruta queimando a imagem de Iemanjá que estava há quase meio século naquele local. Destacamos a formação, em 2018, do Conselho Municipal do Povo de Terreiro de Pelotas e a articulação das lideranças junto aos movimentos negros. Uma luta que queremos aqui ressaltar é pela validação de suas narrativas, saberes e fazeres como patrimônios locais, estaduais e federais. A gruta de Iemanjá, no Balneário dos Prazeres, foi declarada Patrimônio Cultural e Religioso de Pelotas pela Lei 6.483/2017, bem como a Festa de Iemanjá que se tornou Bem Imaterial do Município (Figura 2).



Figura 2: Festa de Iemanjá no Bairro Barro Duro.
Fotografia Louise Prado Alfonso.

Outra luta tem sido pela vinculação, de forma não superficial, entre o sal e o açúcar, nas narrativas sobre Pelotas. Esta vinculação reforça que o doce só era possível na região devido às trocas comerciais com o nordeste do país com a venda do charque. Assim, existe uma relação direta entre a tradição doceira, as comunidades negras e as Religiões de Matrizes Africanas. Cosby (2009) afirma em suas pesquisas que há uma grande contribuição negra para a perpetuação da tradição doceira, pois “na vida não se pode ter só bravura, na religião cultuamos todas as doçuras”. Os doces tradicionais de Pelotas estão presentes nos Quartos de Santos, nos Terreiros que, ao longo do tempo, são responsáveis pelo consumo e produção de milhares de doces anualmente, em seus rituais. O reconhecimento da presença negra na elaboração e na ampliação de sentidos desta referência cultural, frequentemente referida como branca e aristocrática, foi apontado como essencial para a salvaguarda das Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas no parecer do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no ato de seu reconhecimento quanto patrimônio Imaterial brasileiro.

A inserção destas Religiões nesta publicação, 100 anos depois de sua invisibilização no *Álbum* de 1922, mostra que todo a luta das lideranças citadas aqui e, de tantas outras, não foi em vão. A história dos Terreiros de Pelotas deve ser contada, valorizada, visibilizada. Para Freitas (2019, p. 93), existe a necessidade de ocupação e de ser visto para ser aceito: “Ocupação, exposição, imposição, resistência e aceitação”. Que um dia as formas de pensar e vivenciar Pelotas pelos Povos de Terreiro possam ser grandes patrimônios da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Carla Silva de. *A princesa Batuqueira: etnografia sobre a interface entre o movimento negro e as religiões de matriz africana na cidade de Pelotas/RS*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, 2011.

BRASIL. *Estatuto da igualdade racial*. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010

CAMPOS, Isabel Soares. *Os prazeres do Balneário, sob as benções de Yemanjá: religiões afro-brasileiras e espaço público em Pelotas (RS)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, 2015.

COSTA FILHO, Aderval; VIANNA MENDES, A. Direitos dos povos e comunidades tradicionais. *Organizado por: Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social (CIMOS)-Ministério Público de Minas Gerais*, 2013.

Direitos dos povos de terreiro / *Organizado por Bruno Barbosa Heim; Maurício Azevedo de Araújo e Thiago de Pinheiro Hoshino*. – Salvador: EDUNEB, 2018.

FREITAS, Paulo Roberto Brum de. *Fluxo de axé em uma Pelotas sacralizada: etnografia da grande festa pelos passeios pela cidade*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, 2019.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2017.

KOSBY, Marília Floôr. “Se eu morrer hoje, amanhã eu melhoro”: Sobre afecção na etnografia dos processos de feitura da pessoa de religião no Batuque, em Pelotas/RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, 2009.



12

OS CLUBES CARNAVALESCOS NEGROS DE PELOTAS

Fernanda Oliveira

O carnaval é festa antiga, tendo seus primeiros registros ainda na época do Brasil colônia. No entanto, as formas de festejos aliadas às conjunturas históricas passaram por grandes transformações. Parte dessas estão relacionadas com os grupos sociais que protagonizam a festa, como o que ocorre em tempos de liberdade negra, ou seja, no pós-abolição. Pelotas não ficou de fora dessas mudanças e os Clubes Negros, alguns dos quais ainda em atividade, são exemplos disso.

Mas, mais que exemplos, são expressões da existência negra na cidade de Pelotas, articulando a um só tempo festejos – ou seja, lazer – ocupação da esfera pública, visibilidade da presença e política. Afinal, se em um primeiro momento carnaval hoje é entendido como parte da cultura brasileira, ele também é expressão política, sobretudo para grupos subalternos em termos de acesso aos espaços de poder.

É assim, em meio a tal emaranhado de significados, que conseguimos fazer apontamentos acerca da experiência histórica do *Depois da Chuva, Chove Não Molha, Fica Ahí P'rá Ir Dizendo* – doravante *Fica Aí* –, e suas interlocuções com *Está Tudo Certo* e *Quem Ri de Nós Tem Paixão*. Repletas de irreverência as nominações introduzem o primeiro formato que tais coletividades adquiriram, a saber, os cordões carnavalescos. Tendo por objetivo registrar essa existência, apresento na sequência os formatos e algumas das atuações desses grupos, de forma a explicitar a complexidade inerente aos mesmos, o que nos impede de observá-los tão somente pela lente dos festejos tomado por base depoimentos orais, fontes escritas, como atas e jornais, e diálogo com a historiografia. Vejamos.

O *Depois da Chuva* foi criado em 1916, aos 19 dias do mês de fevereiro. A data de fundação já denota os vínculos com os festejos de momo, enquanto o nome faz referência às suas fantasias e carros alegóricos utilizados durante os festejos tendo em vista o material utilizado ser basicamente papel, logo, só seria possível desfilar *depois da chuva*, tão tradicional durante os festejos, ocupando praticamente as vezes de um elemento membro do carnaval como prevalece na tradição oral compartilhada por antigos e antigas associadas. Identificada como *Sociedade Recreativa*, teve entre seus membros fundadores um grupo de jovens negros com o intuito de aproveitar o carnaval daquele ano, da mesma forma, dentre esses jovens, a tradição oral reporta às mulheres negras parte considerável da iniciativa, o que corrobora com a perspectiva de atividades para além do carnaval, tendo em vista o intuito de ter um espaço para sociabilizar com as suas, de forma não muito diferente daquela de outros clubes da cidade. No entanto, com um diferencial fundamental, a permissão da entrada de pessoas negras, muitas destas pobres.

Os Cordões da cidade informavam suas atividades a seus coirmãos e sócios, principalmente com o auxílio da imprensa. E, nesse sentido, destaca-se a dita imprensa negra, representada na cidade pelo jornal *A Alvorada*, que circulou entre 1907 e 1965 com algumas interrupções. Esses cordões apresentaram grande inter-relacionamento social, e também com associações classistas ou esportivas, com destaque para a *Liga de Futebol Independente José do Patrocínio*, fundada em 10 de junho de 1919, e políticas, como a *Frente Negra Pelotense*, fundada em 10 de maio de 1933.

O *Depois da Chuva* ocupou inicialmente as dependências da *Associação Beneficente Feliz Esperança* – cujo início das atividades remontam ao longínquo ano de 1878 sob a denominação *Associação Lotérica Beneficente Feliz Esperança* – sendo que esta deixou de existir no primeiro ano de existência do referido clube. Porém, acredita-se que o mesmo se manteve junto ao prédio da extinta associação, localizado na Rua 16 de julho, sob a forma de aluguel, mudando-se para uma sede própria no ano de 1929, localizada na mesma rua.

É possível ainda que o clube tenha absorvido a referida associação, o que se evidencia pela confluência entre sócios fundadores bem como primeiros associados do clube e membros da associação. Esta sede se localizava na atual Rua Cassiano do Nascimento, próxima a um local destinado ao depósito do lixo da cidade, o que, provavelmente, foi o responsável pela alcunha de cisqueiros (lixeiros) aos sócios desse clube, os quais, possivelmente, ocupavam as camadas econômicas mais baixas.

Neste clube ainda, as festas apresentavam um caráter mais popular. Manteve-se em atividade pelo menos até o último quartel do século XX estreitando relações com organizações classistas, como a *Liga Operária* (fundada em 1899 e em atividade até o impedimento imposto pelo Estado Novo), esportivas, como aquela vinculada a banda *União Democrata* – tradicional espaço de congregação de sujeitos negros na cidade fundada em 1896 e em funcionamento – bem como estimulou organizações internas, sobretudo de mulheres negras, como o bloco das levadinhas. E, não menos importante, o *Chuva* – como ficou imortalizado na memória de contemporâneos – manteve-se parte

de um circuito de associativismo negro na região sul, estabelecendo vínculos com os *côirmãos*, como eram definidos os clubes negros naquele momento. Evidenciando assim uma articulação em prol da manutenção de espaços seguros para a população negra.

O *Chove Não Molha* estava dentre os propiciadores de um circuito negro de sociabilidade e, aos moldes do *Chuva*, também teve início como um cordão carnavalesco. Fundado em 26 de fevereiro de 1919 em uma alfaiataria local, é o único clube que mantém a sua ata de fundação. Nesta constam os nomes dos fundadores, Otacílio Borges Pereira, dono da alfaiataria, além de profissional do ramo do qual partiu a ideia, somando-se a este os também alfaiates, Antonio Silveira Falcão, Henrique Câncio de Paula, Pedro Vargas e Antenor Vieira.

De início o objetivo era aproveitar o carnaval de 1919, intitularam-se *Grupo Carnavalesco Chove Não Molha*, que, conforme aponta a tradição oral, era uma referência à possibilidade de participar dos festejos sem ter suas fantasias deterioradas pela chuva, tendo em vista o material utilizado ser plástico, e não papel como aquele que se destacava no *Depois da Chuva*. A iniciativa foi bem recepcionada pela comunidade local e começou a se delinejar uma estrutura a qual se mantinha em funcionamento anualmente, tendo a sua frente uma diretoria responsável e eleita anualmente.

A primeira sede do clube *Chove Não Molha* localizou-se na Rua Andrade Neves, 676, em caráter provisório. A partir de 1924 as festas desse clube se realizavam em sua sede social, alugada, localizada nos limites do centro da cidade, a Rua General Osório esquina com a Rua Senador Mendonça. Dentre as atividades promovidas por este clube destacaram-se os bailes em homenagem ao 13 de Maio; o Baile da Primavera, o qual era realizado entre os meses de agosto e setembro, este baile a partir de meados da década de 1930 despertava muito entusiasmo entre os sócios, elegia-se uma rainha para tal evento; o Baile de São Pedro, realizado em fins do mês de julho, em alusão à data presente no calendário católico, assim como o Baile de Aleluia, o qual se realizava no sábado de Aleluia, entre os meses de março e abril.

Participavam ainda, quase que anualmente, dos festejos do momo local apresentando grande organização em relação ao seu cordão. Os bailes eram regidos pela orquestra do clube, a qual estava presente também no desfile de carnaval. A orquestra era composta por instrumentos de sopro e corda, e executava as marchas compostas para o carnaval. Estes, somados ao som extraído do piano, eram os responsáveis pela execução de músicas de salão, a serem dançadas em par nos bailes sociais do clube.

Em meados da década de 1920 os associados do *Chove Não Molha* começaram a articular uma forma de arrecadar fundos para a aquisição de uma sede própria. Isto em muito contribuiria com os cofres da associação, visto que em princípios de 1930, quando ocupavam uma sede localizada na Rua Cassiano do Nascimento, 203, o principal problema enfrentado era de ordem financeira. O clube *Chove Não Molha* era regido por um estatuto, dentre as normas destaco a participação feminina; exigências para associação e participação na diretoria. Os interessados em fazer parte do clube tinham de ser indicados por um associado e ao associarem-se adquiriam o direito de participar das eleições, norma que se estendia às mulheres. Porém, estas só puderam

ocupar cargos na diretoria depois de 1938. Antes dessa data, as mulheres podiam apenas administrar os blocos que se formavam dentro do clube, e nessa posição participavam das reuniões deliberativas do *Chove Não Molha* e eram presença marcante dentro do clube, chegando-se a formar uma *liga feminina pró-Chove* em 1930.

Destaco ainda, a interlocução mantida pelos membros do *Chove Não Molha*, com associações de caráter operário na cidade, como por exemplo, o Sindicato dos Alfaiates; Liga Operária e União Sindical. Dentre estas destaco o Sindicato dos Alfaiates, para o qual, no ano de 1936, o clube cedeu sua sede para a realização de reuniões, um dos membros da diretoria do clube era também membro do sindicato, Joaquim Cardoso. Lembrando ainda que o clube foi fundado por um grupo de alfaiates e em seus anos iniciais funcionou junto a uma alfaiataria, sendo possível, que não fosse este o único membro a ser sócio de ambas as associações. Não obstante, muitas trabalhadoras domésticas eram associadas, aos moldes do *Chuva*, o que alerta para o perfil dos associados e associadas. É possível inferir que o *Chove Não Molha*, possuía entre seus associados grande número de trabalhadores. Alguns destes podiam e deviam estar envolvidos com sindicatos locais, o que conferia um *status classista* aos membros desse clube.

Os anos 1950 e 1960 foram considerados a época áurea dos clubes negros, quando inauguraram suas sedes próprias alcançando uma relativa independência financeira. Inclusive já assumiam a denominação *clube* em seus nomes, vindo o *Chove Não Molha* a receber o reconhecimento como utilidade pública em 1966. No entanto, já não mais participavam com periodicidade dos festejos de momo, então mais vinculados às escolas de samba. Os anos 1980 marcaram uma diminuição das atividades em decorrência da reorganização do cenário cultural, sobretudo de festas, com a chegada das discotecas e diminuição do número de associados. Atualmente o *Chove* é um clube centenário que se mantém em atividade, no entanto, enfrenta uma série de dificuldades financeiras.

Também centenário e em atividade temos o *Fica Aí*, fundado aos 27 dias do mês de fevereiro de 1921, os amigos Osvaldo Guimarães da Silva, Renato Monteiro de Souza e João Francisco Ferreira reunidos na praça central da cidade, Coronel Pedro Osório, visando aproveitar os festejos do carnaval local criaram o cordão carnavalesco, o qual denominaram *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*, por iniciativa de Osvaldo, o qual indicou também as cores que identificariam o grupo – azul e branco. A denominação conferida reporta à irreverência do ato de ficar na Praça para contar aos demais sobre a criação.

No momento, vigorava a prática de impedirem os negros de frequentarem alguns locais, como por exemplo, os dedicados à sociabilidade. Seguindo o exemplo dos outros clubes voltados aos negros na cidade, surgia o novo clube, o qual de pronto instituiu uma diretoria responsável pela organização da sociedade. É possível que o clube *Fica Ahí* tenha surgido de uma dissidência do clube *Chove Não Molha*, ao atentarmos para os membros que estiveram atuantes nos anos iniciais de ambas as associações, encontramos dois nomes em comum – Antenor Vieira e Joaquim Rolo. Antenor esteve entre os fundadores de ambos os clubes enquanto Joaquim Rolo foi membro do *Chove Não Molha* e esteve na primeira diretoria do *Fica Ahí*.

A possibilidade de dissidência auxilia na compreensão do surgimento de dois clubes, os quais inicialmente nasceram com o mesmo ideal, construir um local em que os negros locais pudessem se encontrar com os seus sem o temor de passarem por uma série de constrangimentos de ordem racial. O *Fica Aí*, no entanto, diferenciou-se dos demais clubes negros locais ao colocar em prática um controle sistemático quanto aos seus sócios, atentava, principalmente, para a cor destes, apresentava em suas atas de diretoria inúmeras discussões quanto à cor dos pretendentes a sócios, os quais deveriam ser reconhecidamente membros da comunidade negra local, somado à preocupação com a moralidade, não apenas na sede, mas nos diferentes aspectos da vida destes. O clube ocupou sedes alugadas, todas localizadas nos limites do centro da cidade. A primeira situava-se na Rua Félix da Cunha, 815 e somente em 1954 inaugurou a sede própria e atual, localizada na Rua Marechal Deodoro, 368 e construída pelos próprios associados, dentre os quais muitos o eram trabalhadores da construção civil. Junto da inauguração deu-se início a época áurea do clube, com bailes memoráveis, não raras vezes animados por artistas negros nacionais, como a *Rainha do Rádio* Angela Maria, Jamelão e Blecaute.

A trajetória do *Fica Aí* proporciona exemplos explícitos acerca dos significados atribuídos a esses espaços por aquelas pessoas que os mantiveram, bem como em relação a forma como serviram de base para a efetivação da cidadania da população negra no pós-abolição. Referencio então a inauguração do Grupo Escolar Francisco Simões nas dependências de sua sede própria, mediante uma parceria com o governo do estado. O grupo deveria denominar-se José do Patrocínio, em homenagem ao abolicionista negro. Nas tratativas a secretaria de educação saiu vitoriosa na escolha do nome, o que não diminuiu a alegria daquela comunidade em mostrar publicamente ao que um espaço de negros servia. A sede foi compartilhada com o grupo escolar até meados da década de 1970.

Simultaneamente a atuação do grupo escolar na sede do *Fica* o clube mantinha estreita relação com uma escola de samba, que fora fundada no seu interior no ano de 1949, sob o nome *Academia de Samba do Fica Aí*. A escola que atualmente chama-se apenas *Academia do Samba* é considerada uma das mais antigas em funcionamento no estado.

Tais relações enunciam sobre a complexidade dos Clubes Negros que surgiram diretamente vinculados ao carnaval, mas tornaram-se por longas décadas os agentes centrais da sociabilidade negra pelotense. Ora em contato com clubes da mesma natureza como os já referidos *coirmãos* e mesmo aqueles mais efêmeros, como o *Quem Ri de Nós Têm Paixão*, fundado no ano de 1921 e o *Está Tudo Certo*, fundado no ano de 1931 (ambos em funcionamento até o início dos anos 1940), ora com associações mais amplas ou com objetivos especificamente classistas, já mencionadas, e educacionais.

E, simultaneamente, a especificidade da sociabilidade inerente a esses clubes, destaco ainda o papel político que desenvolveram, não por meio de política institucional – ainda que apoiassem determinados candidatos, por vezes associados, mas não só – mas principalmente por meio da efetivação da cidadania, ao proporcionar lazer, viabilizar acesso a cursos e, por vezes, educação nos moldes formais bem como bibliotecas e ciclos

de palestras. Talvez por parte disso, presente desde os primeiros anos de funcionamento desses espaços, mas sobretudo por conta da atuação de associados e associadas que se faziam presentes em outras iniciativas coletivas e realizavam os contatos entre os objetivos pretendidos, nos idos de 1933, a Frente Negra Pelotense, cujo objetivo era “a instrução, educação e elevamento da raça Negra” toma por suas “sócias protetoras o jornal *A Alvorada*” junto dos então cordões e clubes carnavalescos *Está Tudo Certo*, *Chove Não Molha*, *Depois da chuva e Fica Aí*, justificando que as mesmas muito estavam contribuindo para a Frente Negra, não apenas cedendo suas sedes, mas, como nas palavras presentes na matéria veiculada no jornal *A Alvorada* em 19 de novembro daquele ano: outros misteres.

As experiências históricas dos clubes trazem evidências acerca da dinâmica da racialização no pós-abolição enquanto sujeitos ativos que construíram espaços de efetivação da cidadania aos seus moldes. Este entendimento me fez fortalecer o argumento de que a análise da experiência dos clubes negros confere inteligibilidade às lutas políticas travadas por grupos negros e densidade histórica ao processo de racialização vivenciado ao sul das Américas no pós-abolição.

Não obstante, essa experiência não se restringe ao passado. *Chove Não Molha* e *Fica Aí* permanecem em funcionamento, enfrentando por vezes problemas outros que não aqueles aqui apresentados, mas ainda assim identificam-se e são identificados como referências negras. Vivenciam elementos que ainda permanecem atravessados pelos prejuízos de uma ideia de raça que hierarquiza enquanto buscam fornecer elementos de valorização e fortalecimento da consciência negra, possível de ser acompanhados por meio dos esforços de associados e associadas do *Chove* em mantê-lo ativo, bem como no *Fica Aí*, que resguarda em sua sede uma biblioteca com vasto acervo sobre cultura e história negra nas Américas e, assim como no *Chove*, aciona esforços por meio de novos e antigos associados e associadas para manter a sede e as atividades. Ambos lidando cotidianamente com os problemas de ordem financeira que ainda hoje informam muito sobre como o racismo segue operando de forma articulada com a classe no Brasil.

FONTES

Centro de Cultura Afro-Brasileira Clube Cultural Fica Ahí Prá Ir Dizendo (Pelotas)

Livro de Atas de Diretoria, Conselho e Assembléia, 1938-1943.

Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria, 1947-1957.

Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria, 1957-1966.

Fotografias e entrevistas: Celestina da Silva Pinto, Giselda Maria Marques Lima, Eloice Lopes da Cunha Maciel, Giselda Marques Lima e Gilberto Gomes.

Arquivo Histórico do Clube Cultural *Chove Não Molha*

Atas de Diretoria, Conselho e Assembléia de 1930 a 1931 e 1936 a 1941.

Ata de fundação do Clube *Chove Não Molha*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório. *Dicionário de História de Pelotas*. Universidade Federal de Pelotas, 2017.

LONER, Beatriz Ana e GILL, Lorena Almeida. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. *Estudos Ibero-Americanos* (PUCRS) v. 35, n.1, p. 145-162, 2009.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.



13

O CARNAVAL DE RUA EM PELOTAS: ACONTECIMENTOS MARCANTES ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 A 1990

Thiago Silva de Amorim Jesus

A constituição do carnaval brasileiro pode ser compreendida a partir de algumas origens principais que são provenientes de matrizes étnico-culturais diversas; o carnaval realizado na contemporaneidade – resultado de um complexo processo histórico, social e cultural –, por sua vez, é permeado por variados atravessamentos. Tal qual acontece em outros lugares do país, não há, em Pelotas, uma posição unânime a respeito da origem das primeiras manifestações carnavalescas presenciadas na cidade.

Há, pelo menos, dois fatores principais para declarar a gênese da folia momesca pelotense como de referência cultural africana: 1) “o contingente expressivo de negros na cidade, reflexo da produção econômica das charqueadas e seu uso extensivo do trabalho escravo” (que chegou a ser de um terço da população urbana em 1890); e, 2) “a atual configuração africanizada da festa momesca” (BARRETO, 1994, p. 2). Todavia, existem outros fatores que deflagram grande participação europeia na constituição do carnaval pelotense, sobretudo portuguesa (especialmente por meio do Entrudo) e que pode ser situada a partir do processo colonizatório e imigratório dos países do velho continente nas terras charqueadoras pelotenses.

Considerado o principal carnaval do interior na década de 1930, a festa momesca pelotense via-se influenciada pelos carnavais realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo, mais especialmente no que se refere ao carnaval de rua. Contudo, em Pelotas, acontecia algo diferente de tais capitais, uma vez que os espaços ocupados para a

realização dos desfiles eram os mesmos por parte da elite e do carnaval popular, ao contrário do que acontecia nos referidos centros, somente diferenciando-se os dias de realização. (LONER & GILL, 2009)

A constituição histórica das entidades carnavalescas chama a atenção para o sectarismo social e étnico que existia no período, separando, de modo bastante demarcado, os negros e os brancos, os pobres e os ricos. Assim, a existência das mesmas e também algumas atividades por eles realizadas denotam importantes indícios da função de resistência sócio-política e étnica que o movimento negro pelotense construiu através do carnaval.

Já na década de 1940, mais precisamente a partir de 1941, surgiram os primeiros blocos carnavalescos, que traziam nomes de animais, tratados pela imprensa da referida época como “um sucesso zoológico”. Os principais blocos carnavalescos criados neste período foram A Girafa da Cerquinha, Bode de Encruzilhada, Galo Tigre Real da Várzea, Canguru, Boi V-8, King Kong, Dromedário e o Dragão do Pepino, sendo, este último, o precursor da primeira escola de samba existente na cidade de Pelotas, a Estrela do Oriente, do Bairro Areal. Ainda nesta década, em 1949, é criada a Escola de Samba Academia do Samba, ainda em funcionamento nos dias de hoje, considerada a mais antiga do Rio Grande do Sul.

Na sequência, surgem as Escolas de Samba General Telles (em 1950, conhecida como a Escola dos Engraxates), General Osório e Ramiro Barcelos (em 1962) e Estação Primeira do Areal (em 1977). O primeiro concurso das escolas de samba ocorrido em Pelotas é datado do ano de 1953, quando a Escola de Samba Academia do Samba sagrou-se a grande campeã.

Segundo Kaufmann (2001, p. 102), a partir de 1953, os concursos começam a se tornar mais luxuosos e ostentados por bastante brilho, empregando pessoas para desempenhar funções na preparação e realização dos desfiles como costureiros, sambistas, coreógrafos e estilistas, e criando um novo espaço de trabalho, fazendo com que a festa se tornasse “um carnaval popular, mas com show estético e artístico”.

Outro aspecto importante do referido período é a crescente presença governamental e da iniciativa privada no subsídio e organização do carnaval:

Percebe-se a presença do poder público contribuindo financeiramente com a festa ao mesmo tempo em que estabelece regras, determina horários e ordem para a apresentação do desfile. Neste período também começa a acontecer a participação de empresas particulares instituindo concursos de cordões na rua enquanto que os clubes os instituem nos salões. Desta forma se alternam momentos de euforia carnavalesca e de tristeza por ocasião de ocorrência de fenômenos climáticos como seja excesso de chuva, falta de recursos financeiros e de policiamento (KAUFMANN, 2001, p. 102).

Nos anos sessenta, o carnaval de rua pelotense, diferentemente dos carnavais realizados na década de 1920, apresentava desfiles de rua com luxo e bastante animação, e o público, que prestigiava as comemorações, já não mais se vestia com o mesmo rigor das décadas anteriores. Neste momento, de acordo com Kaufmann (2001, p.109), também “era hábito o Rei Momo Vicente Rau, de Porto Alegre, vir a Pelotas para abrir o carnaval desta cidade, patrocinado pela Casa Procópio, uma empresa de comercialização de calçados”.

Em 1965, foram levantadas as primeiras arquibancadas para o público prestigiar os desfiles do carnaval pelotense, que foram instaladas em frente à Prefeitura Municipal. Nesta década, “o carnaval de rua mostrou muita animação, algum luxo, mas bastante diferente dos carnavais das décadas de 20, 30 e 40, sem o rigor das vestes usadas nesses períodos”. Neste ano, porém, constatou-se uma diminuição da intensidade do carnaval de rua pelotense, repercutindo em um crescimento do movimento e animação no carnaval dos salões.

Nos idos de 1970, aconteceram episódios importantes para a história do carnaval pelotense no âmbito da organização dos desfiles e concursos, assim como o aumento da profissionalização de algumas atividades, conforme segue nos seguintes trechos:

Nesta década de 70 os blocos carnavalescos foram transformados em Escolas de samba do segundo grupo, mas nenhuma conseguiu estrutura para continuar, como a Imperatriz da Zona Norte, antigo Bloco Catão; Alegria e Samba da Vila Castilhos; Manda Brasa e Arrastão do Bairro Fragata; Unidos de São Francisco da Vila São Francisco do Fragata. [...] No ano de 1972, o figurinista popular Carlos Alberto Costa (Carlinhos) lançou as cores oficiais da Escola de Samba [General] Telles, branco com detalhes vermelhos. A seguir, a Academia do samba adotou as cores azuis e brancas; a Estação Primeira do Areal, azuis e ouros; a Ramiro, verdes e rosas; a Unidos do Fragata, amarelos e brancos; a [Imperadores da] Guabioba, vermelhos, brancos e ouros (KAUFMANN, 2001, p. 113-114).

Até 1977 as escolas eram amadoras, porém a partir de 1978 com o surgimento da Estação Primeira do Areal e o profissionalismo do figurinista Portela que o carnaval ganhou adereços gigantes e passou a ter novas modalidades de disputa. Foi o Sr. Portela também o responsável pela introdução no carnaval pelotense do samba de enredo e do porta-estandarte (MANUAL DE PROCEDIMENTOS DO JULGADOR, [s.d.]).

Barreto (2011, p. 234-235) explica que os desfiles de rua do carnaval de Pelotas tinham como trajeto diversas ruas do centro da cidade; entretanto, havia um percurso que jamais podia faltar: a rua Quinze de Novembro, entre a rua General Neto e a Praça Coronel Pedro Osório. De acordo com o autor, há que se destacar que tal trecho, assim como o entorno da Praça, “era o espaço por excelência do carnaval pelotense até o início dos anos 1980”. Desde então, segundo ele, os desfiles foram realizados em diversos pontos da cidade, sem que se estabelecesse um local definitivo.

“*Bom mesmo era aquele carnaval na Quinze!*”. Esta foi umas das frases que mais escutei de simpatizantes e carnavalescos de diversas agremiações e procedências ao longo do período de investigação de campo que realizei para o Curso de Doutorado (2008-2013) em Ciências da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), seja em entrevistas ou mesmo em contatos informais de observação realizados mediante a participação em eventos ou visitas a barracões, quadras de ensaios de escolas de samba, bandas carnavalescas, escolas mirins e blocos burlescos, durante seis anos de pesquisa.

Esta referência ao “carnaval de antigamente” (como chamam alguns), via de regra, aparece associada a um conceito estético e político a respeito do carnaval cujas características principais demonstram-se recorrentes: a realização dos desfiles de carnaval acontecia em rua aberta, não eram cobrados ingressos, todos podiam participar, irrestritamente, o ambiente era seguro e as famílias completas saíam de casa para prestigiar

e participar da festa, os “mascarados” podiam desfilar e situações desconfortáveis como brigas e confusões eram esporádicas, excepcionais.

Neste ínterim, três décadas, em especial, podem ser consideradas como responsáveis por este espírito saudosista que se perpetua nas atuais gerações carnavalescas: “Nas décadas de 60, 70 e 80, Pelotas projetou-se no cenário nacional como o terceiro melhor carnaval do Brasil. Sujeitos da festa, turistas das mais variadas regiões do Brasil e dos países do Prata chegavam à cidade dispostos a desfrutar toda a diversão, cultura e folia que a cidade proporcionava” (Fonte: <http://www.pelotas.rs.gov.br/carnaval/>).

Kaufmann (2001, p. 114-115) relata que na década de 1980 ocorreu a fundação de mais duas escolas no segundo grupo, que foram a Escola de Samba Bambas do Mar, da Colônia de Pescadores Z3, e a Escola Princesa da Zona Sul, do Bairro Fragata. Em 1985, o desfile de rua do carnaval aconteceu em uma passarela na Avenida Bento Gonçalves, uma das mais importantes e movimentadas do centro da cidade, tendo uma estrutura de arquibancadas montada entre as ruas Andrade Neves e General Osório. Também neste ano, o Poder Público concedeu uma ajuda de custo para as escolas, em forma de subsídio, com valores iguais para cada categoria de entidades, ao invés de prêmios aos vencedores. O ano de 1989 foi um ano bastante marcante para a história do carnaval de Pelotas, pois, por ocorrência de uma insuficiência de recursos, a cidade deixou de realizar, pela primeira vez, o concurso das escolas de samba. (KAUFMANN, 2001, p.118)

Nos anos 1990, é possível identificar uma tentativa do Poder Público Municipal de não se responsabilizar mais integralmente pela organização do carnaval:

Ao finalizar o carnaval de rua de 92, a Fundapel e a Prefeitura Municipal manifestaram-se, pela imprensa, [...] propondo assumirem tão somente a infra-estrutura, esclarecendo que os recursos para as entidades chegarem à passarela deveriam resultar do trabalho de cada uma e de todos. Existiu um movimento durante o carnaval no sentido de entregar às entidades a gestão do carnaval de 93, e à Fundapel, o apoio da infra-estrutura (KAUFMANN, 2001, p. 119).

Em 1993 também não foi realizado o concurso oficial das escolas de samba, em função das dificuldades financeiras pelas quais passava a Prefeitura Municipal no referido período. De modo mais informal, os veículos de comunicação da imprensa local realizaram um “levantamento e seleção de informações”, onde apontaram como vencedora simbólica a Escola de Samba Ramiro Barcelos.

Este problema econômico, que não atingia somente o Poder Público, também chegou à iniciativa privada, repercutindo em prejuízos para os comerciantes particulares que locaram bancas ao redor da Praça Coronel Pedro Osório (imediato do local dos desfiles em 1994). Conforme Kaufmann (2001, p. 122-123), o número de locações foi bastante inferior ao realizado nos carnavais anteriores, o que constituiu um “retrato da crise que assolava o país e que se refletia no bolso de todos. Não havia muito para investir e, por consequência, menos para gastar”. Tal situação reforça, entre outras questões, a relação entre o desenvolvimento econômico e o investimento em atividades culturais, assim como acontece no país em toda a sua história.

No desfile do carnaval de 1998, os blocos burlescos acentuaram uma de suas principais características, presentes até a atualidade: a crítica social, neste caso, tratando

especialmente da área da saúde. Segundo relata Kaufmann (2001, p.133), o Bloco da Saúde apresentou-se criticando a falta de melhores condições de atendimento nesta área e o Bloco Linguarudas da Várzea trouxe como tema de sua apresentação “A saúde só melhora quando vem a eleição e o candidato fala”.

A autora também menciona algumas passagens referentes aos desfiles das escolas de samba e blocos pelotenses nos anos 1990, que auxiliam a ilustrar o carnaval realizado nesta década:

A Escola de Samba Unidos do Fragata participou do carnaval de rua em Pelotas pela segunda vez e foi a campeã do carnaval de rua de 1994, dando um show de brilho e luxo na passarela, com diversos destaques, carros alegóricos e muitos adereços, retratando fielmente o enredo da escola “Axé da Liberdade no Portal da Esperança”. Em segundo lugar, a Escola de Samba Alegria e Samba desfilou com 150 componentes, sem fantasias de luxo ou carros alegóricos, o que causou frustração ao público. A Escola de Samba Imperatriz da Zona Norte, criada em 1993, fez seu primeiro desfile no carnaval de rua de 1994; contudo, teve problemas mecânicos na entrada de seus carros na passarela e foi desclassificada por atraso apesar de haver desfilado na Rua Marechal Floriano com bastante animação. Na categoria de Escolas Mirins, a vencedora foi a Estrela de Luz, obtendo 70 pontos (dez em todos os quesitos), enquanto que a Unidos dos Simões Lopes obteve 66 pontos, perdendo 26 pontos devido ao atraso na entrada do desfile. Na categoria de Blocos Infantis venceu o Mickey, obtendo 40 pontos; em segundo lugar, Alegria e Samba, com 35 pontos; o terceiro lugar ficou com o Trem da Alegria, com 30 pontos, e o Bloco Infantil Lindóia perdeu 27 pontos, por atrasar na passarela. Os Blocos Burlescos contaram em seu desfile com a Girafa da Cerquinha que obteve 37 pontos em seu desfile; PC e Entre a Cruz e a Espada dividiram o segundo lugar com 36 pontos cada um; e o terceiro lugar ficou para Bico Doce e Candinhos da Cerquinha, ambos com 33 pontos. O prêmio de Conjunto Vocal ficou com Vocal Metanol com 40 pontos, segundo lugar foi para a Banda Nossa, com 38 pontos, e o terceiro lugar para Lobos da Cérca, com 35 pontos (KAUFMANN, 2011, p. 122-123).

No que diz respeito especificamente às Bandas Carnavalescas do carnaval pelotense, cabe mencionar alguns aspectos considerados relevantes. Apesar de terem surgido com um objetivo mais informal, de “curtir” o carnaval sem o compromisso de comparecer a ensaios anteriores, desfilando com fantasias individuais, cantando e dançando músicas populares, o movimento das bandas carnavalescas é crescente e, a cada ano, tem se mostrado mais competitivo e complexo.

Em um movimento paralelo à competição entre as Bandas Carnavalescas, vale destacar duas entidades cujo objetivo não tem vínculo obrigatório com este universo competitivo: a Banda Bandalha e a Banda Empolgação. A primeira já encerrou suas atividades e a segunda segue existindo, sendo a responsável pela abertura oficial da festa momesca nos últimos anos.

Conforme relata Kaufmann (2001, p.132), aconteceu, também em 1998, na Rua Quinze de Novembro, o desfile da Banda Bandalha, que lotou o espaço de foliões para prestigiar a apresentação desta entidade: “A Banda Bandalha, como tradicionalmente faz durante o desfile, confraternizou em frente à sede do Jornal Diário Popular, brindando com os foliões, homenageando a alegria, a irreverência e o pique da banda”.

Rosa (2004, p.41) explica que esta banda, fundada em 1980, nunca participou de concursos e/ou competições realizadas entre as Bandas Carnavalescas, assim como nunca esteve filiada a nenhuma associação ou entidade representativa, pois não era esse seu objetivo. Portanto, neste mesmo sentido, nunca foi subsidiada e nem teve apoio governamental para realizar suas atividades ou desfilar, optando, de um modo geral,

pela realização de eventos e outras ações (como promoção de churrascos e venda de camisetas) para angariar recursos.

A Banda Empolgação, cuja fundação remonta ao mesmo período, por sua vez, desenvolveu uma série de outras atividades, além das carnavalescas, enfatizando um papel social e sua condição de organização “sem fins lucrativos”. Este pode ser considerado um diferencial desta entidade em relação à atuação da maioria das outras agremiações carnavalescas atuantes à época. Em depoimento, o Diretor Geral da Banda Empolgação, Sr. Adão Cardoso Barbosa, explica tal atuação mediante o seguinte relato:

Esta banda não se mexe só no carnaval, ela se mexe fazendo ações sociais como Campanha de Inverno, Natal, Páscoa. É uma banda que se mexe todo o ano; fazemos campanha com as crianças. No nosso estatuto reza o seguinte: não pode sobrar nada de dinheiro, o que sobra tem que ser revertido em gêneros alimentícios, roupas, enfim... para uma entidade, creche, lar de idosos ou hospital. Esta é a finalidade da Banda (*apud* ROSA, 2004, p. 62).

O carnaval nos clubes sociais também se manteve aceso e movimentado neste período, com a realização de diversos bailes de carnaval e os tradicionais concursos de fantasias. Promoviam estes eventos os seguintes clubes: Clube Esportivo Gonzaga, Centro Português 1º de Dezembro, Clube Diamantinos, Clube Cultural Fica Aí, Sociedade Recreativa Quinze de Julho, Sociedade Recreativa Arealense, Laranjal Praia Clube, Clube Brilhante, Clube Comercial, Clube Caixeiral, Dunas Clube, Esporte Clube Cruzeiro, Parque Tênis Clube, Valverde Praia Clube, Sociedade Juventus e Esporte Clube Pelotas.

De acordo com o Manual de Procedimentos do Julgador, produzido pela Prefeitura de Pelotas, há que se destacar que a partir de década de 1980, “a organização do carnaval foi evoluindo progressivamente para o modelo que temos hoje, com a criação de novas entidades e/ou licenciamento de outras, através de uma Coordenadoria de Manifestações Populares que faz a ponte entre os carnavalescos e o órgão público além de qualificar e abrilhantar o carnaval pelotense”.

A seguir, um quadro com as vencedoras do concurso de Escolas de Samba do carnaval de rua de Pelotas (grupo especial), entre 1953 e 2013 (Fonte: JESUS, 2013):

Ano	Escola(s) Campeã(s) – Grupo Especial	Ano	Escola(s) Campeã(s) – Grupo Especial
1953	Academia do Samba	1984	General Telles
1954	Academia do Samba	1985	Estação Primeira do Areal
1955	Academia do Samba	1986	Academia do Samba
1956	General Osório	1987	Academia do Samba e General Telles
1957	General Osório	1988	General Telles
1958	General Osório	1989	Não houve concurso

1959	General Osório	1990	General Telles
1960	General Telles	1991	Ramiro Barcellos
1961	General Telles	1992	Não houve concurso
1962	Academia do Samba	1993	Não houve concurso*
1963	General Telles	1994	Unidos do Fragata
1964	Academia do Samba	1995	Unidos do Fragata
1965	Ramiro Barcellos	1996	Unidos do Fragata
1966	General Telles	1997	Unidos do Fragata
1967	General Telles	1998	Imperadores da Guabiroba e Estação Primeira do Areal
1968	Academia do Samba	1999	Unidos do Fragata
1969	General Telles	2000	Unidos do Fragata
1970	Academia do Samba	2001	Unidos do Fragata
1971	Academia do Samba	2002	Unidos do Fragata e Estação Primeira do Areal
1972	General Telles	2003	Unidos do Fragata
1973	General Telles	2004	General Telles
1974	Academia do Samba	2005	General Telles e Estação Primeira do Areal
1975	General Telles	2006	General Telles
1976	Ramiro Barcellos	2007	Estação Primeira do Areal
1977	General Telles	2008	Academia do Samba
1978	Estação Primeira do Areal	2009	Estação Primeira do Areal
1979	Estação Primeira do Areal	2010	General Telles
1980	General Telles	2011	Estação Primeira do Areal
1981	Estação Primeira do Areal	2012	Estação Primeira do Areal
1982	General Telles	2013	Estação Primeira do Areal
1983	General Telles		

* Apesar de não haver concurso oficial neste ano, a imprensa, após levantamento entre os veículos de comunicação locais, considerou campeã simbólica a Escola de Samba Ramiro Barcellos (KAUFMANN, 2001).

Ao propor uma espécie de síntese do Carnaval de Pelotas na segunda metade do século passado, Kaufmann (2001) sublinha:

Nesse período, de 1953 a 1999, o povo continuou tomando conta da passarela como aconteceu no período compreendido entre 1921 e 1952. Contudo, algumas características marcaram este novo capítulo do carnaval em Pelotas. Em 1953, surgiram os primeiros concursos para as escolas de samba, que aos poucos foram se tornando mais luxuosas, ricas em detalhes, recorrendo a técnicas de apresentação, como em 1972, quando foram lançadas as cores oficiais das escolas de samba. Cumpre destacar o profissionalismo que foi exercido pela Escola de Samba Estação Primeira do Areal no ano de 1978. Em período anterior, não havia uma integração entre as músicas interpretadas pelas escolas com suas fantasias, seus destaques e suas coreografias, tal como acontecia no início do século. Na década de 70, alguns blocos carnavalescos transformaram-se em escolas de samba sem conseguirem manter-se nessa categoria, principalmente por se defrontarem com problemas financeiros. Na década de 80 foi criada a categoria de escolas do segundo grupo. [...] Em 1984, são comercializados os camarotes e, em 1999, o carnaval montado na Praça 20 de Setembro surge com arquibancadas, praça de alimentação, instalação de equipamentos de som com infra-estrutura distanciando o povo do espetáculo. Permanece o carnaval participativo com o desfile do povo atrás da sua escola, cordão ou bloco preferido. [...] O retorno dos conjuntos vocais [ocorre] no ano de 1993. [...] Outra mudança significativa no período de 1953 a 1999 foi o local do desfile. Dos anos 20 até os anos 60, o desfile aconteceu na Rua Quinze de Novembro. A partir de 1971, começaram as alterações com acertos e desacertos sobre o local da passarela (KAUFMANN, 2001, p. 156-157).

Reis (2005) lembra que a festa na cidade foi se modificando progressivamente e acompanhando as transformações econômicas e sociais do contexto como qualquer outra atividade cultural: "... [o carnaval] é dinâmico e sofre influência do meio no qual está inserido e é, de certa forma, um espelho da sociedade que o realiza".

No caso de Pelotas, é possível constatar efetivamente tal condição, uma vez que a ascensão e queda do poderio socioeconômico da "Princesa do Sul" está diretamente relacionada com os investimentos e o apogeu do carnaval realizado na cidade, e, de modo mais presente e visível, nos acontecimentos do carnaval de rua presenciados até o final da década de 1990, com desdobramentos percebidos ainda nos anos 2000.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Álvaro. Carnaval pelotense: africano ou europeu? In: Dois ensaios sobre carnaval e sociedade no Rio Grande do Sul. *Cadernos do CPG em História da UFRGS*. 40p. vol. 9. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

BARRETO, Álvaro. Política da Festa: o que havia para se fazer no carnaval pelotense dos anos de 1910. In: BUSSOLETTI, Denise M. & GILL, Lorena Almeida. (org.) *Carnavales e carnavaís: fronteiras de uma outra história*. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2011.

JESUS, Thiago Silva de Amorim. *Corpo, Ritual, Pelotas e o Carnaval: uma análise dos desfiles de rua entre 2008 e 2013*. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2013.

KAUFMANN, Zunilda Maria Corrêa. *A trajetória do carnaval pelotense*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelota, 2001.

LONER, Beatriz Ana & GILL, Lorena Almeida. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. *Manual de Procedimentos do Julgador*. 4p. Secretaria Municipal de Cultura. Pelotas/RS, [s.d.].

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. *Manual do Julgador*. 46p. Secretaria Municipal de Cultura. Pelotas/RS, 2013.

REIS, Marcos Vinícius da Souza. *Reflexões teórico-práticas sobre o processo de produção cultural-carnavalesca da Escola de Samba General Telles (Pelotas/RS)*. Monografia de Graduação (Curso de Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

ROSA, Patrícia Milech. *O carnaval: uma análise do carnavalesco pelotense*. Monografia de Especialização (Curso de Pós-Graduação em História da Formação Social do Rio Grande do Sul) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2004.



14

O LEGADO DO ENSINO SUPERIOR EM PELOTAS: DE FACULDADES ISOLADAS AO SONHO DE UMA GRANDE UNIVERSIDADE

Eduardo Arriada

Elomar Tambara

Embora o esmerado esforço, a galhardia, o civismo assoberbado da época, essas instituições – Escola de Agronomia e Veterinária, Faculdade de Direito, Escola de Artes e Ofícios – ao longo de vários anos, mantiveram certa identidade, posteriormente em maior ou menor grau, demarcaram territórios, construíram representações em suas congêneres, ou seja, essas instituições do final do século XIX, caso da primeira, e das primeiras décadas do século XX, caso das outras duas, consolidaram no decorrer de vários anos, novos ideais, novos objetivos, e não poderia ser diferente, novas convicções. São e não são mais as velhas instituições do centenário (1922), agora com novas roupagens, constituem-se o que denominamos neste (2022), Faculdade de Agronomia, Faculdade de Direito e IFSUL.

De longa data as autoridades brasileiras nunca tiveram grande interesse de estruturar um ensino superior de qualidade e que realmente pudesse atender a maior parte da população, essas mazelas vinham da Colônia, Império e se perpetuavam nos primeiros anos da República. Além disso, não seria crível montar essa estrutura, quando tanto o ensino de primeiras letras como o ensino secundário, não cumpriam o seu desiderato, ou seja, havia uma precariedade educacional em todos os níveis de ensino.

Vem a República, e na análise de Anísio Teixeira faz a mesma coisa.

O governo federal cria escolas técnico-profissionais e não cria ginásios ou escolas secundárias. E, quanto ao ensino superior, mantém-se estritamente na ideia de ensino utilitário de preparo profissional, sem cuidar daqueles outros aspectos da cultura (TEIXEIRA, 1989, p. 84).

Perdura a tradição de escolas superiores isoladas, apenas depois da Revolução de 30, com o Estatuto da Universidade Brasileira de 1931, a legislação autoriza que a agregação de três instituições de ensino superior poderiam se constituir em Universidade.

Nesses moldes de escolas isoladas funcionavam com “professores e estudantes reunidos em certos períodos diários para um curso de conferências (aulas) que se previam boas, senão notáveis” (TEIXEIRA, 1989, p. 105).

Dentro dessa estrutura de poder, cabia à congregação dos professores catedráticos, e seu diretor, eleito por eles, o papel de administração e funcionamento da instituição.

No entendimento de Anísio Teixeira (1989), não é pela simples reestruturação dessas escolas isoladas em um conjunto mais racional e integrado, que iremos produzir uma Universidade, na concepção moderna do termo.

Nos anos de democratização (pós o regime militar), percebemos uma ambivalência em relação às políticas públicas relativas ao ensino superior. Em relação ao setor público, os governos empreendem uma ação de federalização de faculdades estaduais, devendo as mesmas, reunirem-se para se constituírem em universidades. No setor privado ocorre uma grande proliferação dessas novas instituições, agora com a denominação de Universidades, muitas delas recebendo verbas públicas.

No entendimento de Luiz Antônio Cunha (1989), as universidades brasileiras antes da Reforma Universitária de 68, embora tivessem a denominação de Universidades, na prática não passavam de institutos isolados. Nossa universidade, herdeira da reforma realizada em 1968, carregava as marcas indeléveis do Ato Institucional n. 5, ou seja, estava impregnada de controle, disciplinamento e falta de autonomia. Eram instituições que na ótica das autoridades deveriam comportar-se como empresas, baseadas em modelos de eficiência e competitividade, estando as estruturas administrativas (Reitoria), desvinculada do corpo técnico-científico, dos docentes e discentes.

Se antes, nossas primeiras instituições de ensino superior, denominadas de Faculdades, eram lugares privilegiados para a reprodução da estrutura de classes, das relações de poder e da ideologia dominante, típico do liberalismo vigente nas primeiras décadas do século XX, agora com essas novas rationalidades neoliberais, a universidade é vista como um empresa que forma mão-de-obra para o mercado de trabalho. Concebida, “como capital, é um investimento e, portanto, deve gerar lucro social” (CHAUÍ, 2001, p. 52).

No pós-68, diversos acordos de cooperação foram assinados entre o ministério da Educação e Cultura e a Agency for International Development (USAID) dos Estados Unidos.

Como decorrência dessa conjuntura, temos a Lei n. 5.540/68, que reformou profundamente o ensino superior no Brasil. Tendo como modelo a universidade norte-americana, adotamos o sistema de créditos, introduzindo a matrícula por disciplinas, criamos os departamentos. Essa reforma da universidade tinha como grande objetivo

estabelecer princípios de eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país.

Desse modo, nos últimos anos a educação superior das antigas faculdades isoladas que tinham o saber como princípio (mesmo que fosse exclusivamente para as elites), agora passam a ser espaços de domínio do mercado financeiro, delimitando as novas aprendizagens ao interesse do grande capital.

Nessa linha de tempo que delineamos de forma sucinta e esquemática as instituições de ensino presentes no *Álbum* de 1922 adaptaram-se às novas estruturas de modo que um século depois, não somente não feneçeram como muitas das instituições escolares da época, mas tornaram-se social e educacionalmente tanto em nível nacional como internacional, instituições reconhecidas pelo seu significativo desempenho acadêmico.

FACULDADE DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA

Em 1883 foi decretada a fundação de uma Escola de Veterinária e Agricultura, sendo escolhida a cidade de Pelotas para sede do estabelecimento.

A Câmara Municipal ofereceu para tal fim o edifício da Escola Maciel com o terreno adjacente, condicionalmente cedido pela Biblioteca Pública, e outro terreno na Praça então denominada Henrique d'Ávila (atual Cipriano Barcelos), concessão esta confirmada pela lei provincial nº 1424 de 29 de dezembro de 1883.

Temos em Alberto Coelho da Cunha, uma das primeiras narrativas sobre essa instituição. Tendo a Câmara Municipal recebido o edifício com todos os seus acessórios, em 26 de janeiro de 1888, resolveu no mesmo fundar um “Liceu de Artes e Ofícios”, para o que, depois de organizados os respectivos estatutos, foi a sua administração entregue a uma delegação de nove membros, previamente eleitos, presidida pelo Conselheiro Francisco Antunes Maciel, da qual faria parte como inspetor técnico dos aparelhos o lente de alemão Dr. José Cipriano Nunes Vieira.

As aulas do curso preparatório, bem como as do primeiro ano do curso geral foram inauguradas no dia 14 de março do mesmo ano, com 25 alunos e 40 matriculados, sendo: 7 em francês, 5 em alemão, 9 em escrituração mercantil, 8 em desenho, 11 em ginástica.

Com o estabelecimento da República, a junta municipal composta por Possidônio Mâncio da Cunha, José Gonçalves Chaves e Edmundo Berchon des Essarts assumem a responsabilidade do curso.

No ano de 1909, o Liceu passa a denominar-se Escola de Agronomia e Veterinária. Em 1926, a denominação passa a ser Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel (Figura 1). As autoridades locais, externavam a importância da cidade em contar com uma Escola de Agronomia e Veterinária, no relatório desse ano, o Intendente Municipal Augusto Simões Lopes relatava:

Pelotas é um centro ideal para o estudo da Agronomia, como bem observou o nosso eminente Diretor Dr. Rodrigues de Araújo. Poucos se encontram no Brasil que se lhe equiparem. É sede de frigoríficos e charqueadas, de fábricas diversas; possui grandes empresas agrícolas; tem a grande e a pequena propriedade rural; rebanhos seletos de várias raças; indústrias rurais florescentes; vastos e magníficos pomares; extensas plantações de árvores florestais, etc., etc. (RELATÓRIO, 1926, p. 84).

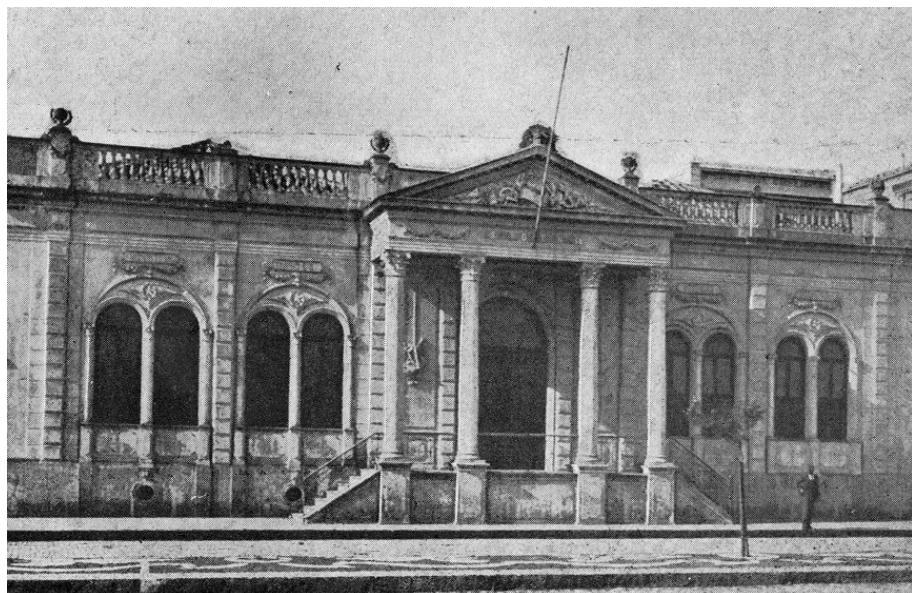


Figura 1: Escola de Agronomia e Veterinária.

Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Em março de 1959, contando com a presença do Presidente e Vice-Presidente da República, Juscelino Kubitscheck e João Goulart, além do Governador do Estado, Leonel Brizola, essa instituição passa a funcionar no distrito do Capão do Leão.

Em 1960, faz parte da Universidade Rural do Sul, que além desse curso, encobria também o de Ciências Domésticas e Veterinária. Em 1967, estando vinculada ao Ministério da Agricultura, passa para o Ministério de Educação e Cultura, para finalmente em 1969, ser incorporada à recém criada Universidade Federal de Pelotas.

Como unidade da UFPel a Faculdade de Agronomia constitui-se em uma das unidades que liderou processo de constituição da mesma como uma universidade de destaque na área agronômica em nível de Brasil, alavancando o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste momento com grande destaque na área de pós-graduação com mais de 500 alunos cursando os cursos de mestrado e doutorado.

FACULDADE DE DIREITO

A ideia primeira em relação à criação de uma Faculdade de Direito está vinculada às pretensões que Francisco José Rodrigues de Araújo, professor e médico, de criar uma instituição de ensino jurídico na cidade.

De qualquer forma esta ideia arrojada, gestada no interior da congregação do Ginásio Pelotense, teve a receptividade de uma série de próceres pelotenses dentre os quais se destacam: José Júlio de Albuquerque Barros e Fernando Luís Osório ambos que há pouco tempo haviam concluído sua formação acadêmica, 1908 e 1907 respectivamente e com a idade de cerca de 25 anos abraçaram o projeto de maneira audaciosa e trabalharam encarecidamente para um desiderato positivo.

De modo que em 12 de setembro de 1912 a Faculdade de Direito de Pelotas foi oficialmente fundada. Sendo que coube ao prof. José Júlio de Albuquerque Barros a incumbência de ser o primeiro diretor. Delegando-se a Fernando Luís Osório o encargo de proferir a primeira aula.

De início funcionou nas dependências do Ginásio Pelotense. Posteriormente peregrinou por alguns prédios particulares e terminou por ocupar espaço na Biblioteca Pública Pelotense. Não se deve olvidar que a criação da faculdade somente foi possível em função da Reforma Rivadavia Correa promulgada em 1911 que possibilitava a criação de faculdades livres.

Ao final da década de 1920 a instituição recebeu da Intendência Municipal, na gestão de Augusto Simões Lopes, um auxílio de 150 contos de réis, que somado ao valor de uma casa que a instituição já possuía e com donativos privados de toda ordem construiu-se o edifício situado no terreno entre as ruas Ruy Barbosa (Félix da Cunha) e General Vitorino (Anchieta) e de frente para a rua Três de Maio. Sendo o mesmo inaugurado em 11 de agosto de 1929.

O trabalho de reconhecimento da faculdade coube ao professor Bruno de Mendonça Lima, que em 1931 havia sido eleito para o cargo de diretor e que vai permanecer no mesmo por longo tempo. Um primeiro marco decisivo neste reconhecimento foi a concessão, em 1936, de Inspeção Federal permanente, o que legitimava a atuação da faculdade em âmbito legal e sendo nomeado para o cargo Ildefonso Simões Lopes Filho.

De qualquer forma, a faculdade particular sem uma instituição mantenedora na retaguarda enfrentava muitas dificuldades em sua manutenção e a alternativa era a estatização da mesma.

Essa ocasião se propiciou em 1947 com a “redemocratização” do país e a faculdade soube aproveitar a situação. Por ocasião da elaboração da constituição do Estado do Rio Grande do Sul o professor Joaquim Duval, catedrático de Direito Administrativo da Faculdade, apresentou uma emenda que transformava a Universidade de Porto Alegre em Universidade do Rio Grande do Sul, desde que satisfeitas as exigências da legislação em vigor.

Este período transcorreu com pequenas transformações entre as quais merece destaque a criação da Universidade do Rio Grande do Sul, iniciativa da UNESCO, da Faculdade de Direito de Pelotas e do Instituto de Sociologia e Política (ISP) em 1957. Para a direção foi designado o professor Mozart Victor Russomano e como secretário geral o professor José Pio de Lima Antunes (diretor da Faculdade de Agronomia).

Deste então, com a estadualização, as condições de funcionamento da faculdade de Direito efetivamente passam a ser gerenciadas pela Universidade do Rio Grande do Sul, esse contexto funcionou até o ano de 1969, quando ela é incorporada à Universidade Federal de Pelotas, sendo seu diretor, Delfim Mendes Silveira nomeado Reitor da nova Universidade, na condição de “*pro tempore*”.

A Faculdade de Direito de Pelotas, em 2022, constitui-se como uma das instituições de maior reconhecimento na área jurídica e advocatícia e na última década com forte investimento na sua área de pós-graduação consolida seu programa em nível de mestrado acadêmico.

ESCOLA DE ARTES E OFÍCIOS

A Escola de Artes e Ofícios, estabelecida em 1917, buscava atender as camadas mais populares e propiciar uma adequada preparação para o mercado de trabalho, agora considerado livre (Figura 2). Esse era o discurso da época, Fernando Luís Osório, em páginas do *Álbum de Pelotas* (1922), em alto e bom tom clamava: “O Brasil precisa de fazer o operário. Precisa de uma educação técnica que o habilite a produzir”. Na prática visava a valorização da atividade de trabalho, tendo um caráter recuperativo para diversos indivíduos considerados ociosos, vagabundos e incapacitados para o trabalho. Eivado de discursos pedagógicos, pregavam dentro de uma moralidade cristã a possibilidade de por meio de um ofício regenerar grupos de cidadãos que de outra forma estariam irremediavelmente perdidos para os diversos vícios, entre eles, a vagabundagem, o alcoolismo, a prostituição, a criminalidade, a falta de vontade e diversos outros epítomes que a sociedade civilizada imputava aos menos favorecidos.

Na década de 30, a instituição foi municipalizada, passando a denominar-se Escola Técnica Profissional, para em 1942, dentro do ideário getulista, receber o nome de Escola Técnica de Pelotas, tendo como diretrizes a política de industrialização do país, cria diversos cursos de ensino técnico, como mecânica, edificações, química, telecomunicações, eletrônica, etc.

No ano de 1999, passa a denominar-se CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica), passando a ter curso de ensino superior, para finalmente em 2008, sofrer nova alteração, agora com o nome de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Riograndense.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Riograndense é formado por 14 campi: campus Pelotas – Visconde da Graça, campus Pelotas, campus Sapucaia do Sul, campus Charqueadas, campus Passo Fundo, campus Camaquã, campus Venâncio Aires, campus Bagé, campus Santana do Livramento, campus Sapiranga,

campus avançado Jaguarão, campus Gravataí, campus Lajeado e campus avançado Novo Hamburgo.

A instituição, em 2022, atingiu um patamar que à época da criação da escola de artes e ofícios seria inimaginável de ser atingida com milhares de alunos frequentando seus cursos desde o ensino técnico de ensino médio até pós-graduação.

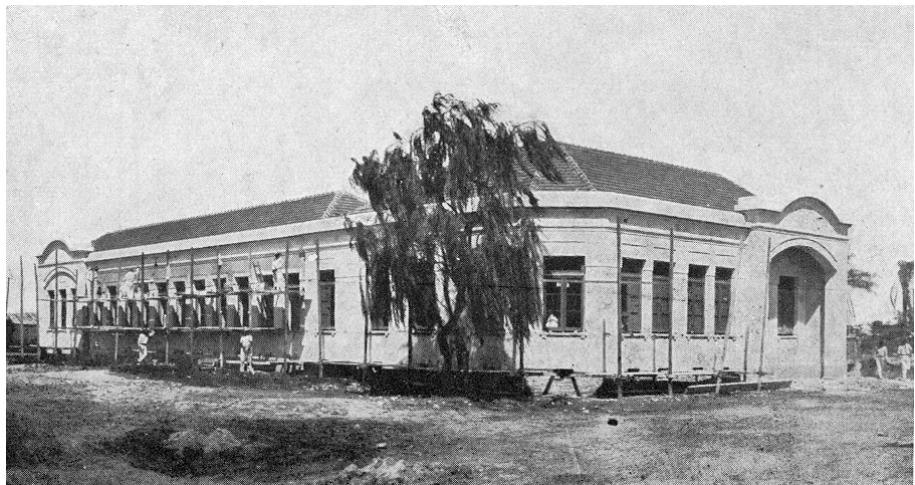


Figura 2: Escola de Artes e Ofícios.
Fonte: *Álbum de Pelotas*. Acervo: NDH/UFPel.

Voltando ao que explanamos no início do texto, embora o empenho, a luta, a galhardia de muitos cidadãos em prol do estabelecimento do ensino superior em Pelotas, temos a convicção da enorme dificuldade de se estruturar uma Universidade no sentido pleno da palavra, em grande parte isso ocorre em decorrência da estrutura autoritária da sociedade brasileira. No fundo sempre existiu um fosso, um murro, uma barreira, cursos superiores para uma elite “iluminada”, curso técnicos para as classes obreiras.

Não há dúvidas que a criação de instituições de ensino superior na cidade estava associada à perspectiva de atender as demandas da elite regional que reivindicava a existência de faculdades capazes de formar seus quadros na própria cidade. Para tanto, havia também a necessidade de cursos técnicos para atender os despossuídos, pois eles poderiam virar massa de manobra dos simpatizantes de regimes socialistas.

Ao longo de muitas décadas esse discurso reverberou por todos os cantos do Brasil, criando e consolidando a ideia de que o Brasil sempre foi um país pacífico, ordeiro, civilizado, que cabia aos “donos do poder”, na expressão de Raimundo Faoro, dirigir e governar os menos favorecidos. No fundo perpetuava um modelo excluente de acesso ao ensino superior. Abafando o real desse contexto, ou seja, o fato de ser um dos países mais discriminatório e violento do mundo.

Nossa sociedade, no dizer de Chauí:

Possui um modo peculiar de evitar o trabalho dos conflitos e das contradições sociais [...] uma vez que conflitos e contradições negam a imagem mítica da boa sociedade indivisa. Não são ignorados e sim recebem uma significação precisa: conflitos e contradições são considerados sinônimo de perigo, crise, desordem e a eles se oferece uma única resposta: a repressão policial e militar (CHAUÍ, 2001, p. 15).

O modelo neoliberal disciplina e cria padrões e normas, impondo a todos uma competição permanente, rasga os princípios do ideário iluminista, rege relações assalariadas segundo o modelo de mercado, naturaliza as desigualdades entre os indivíduos como algo inerente. Num conjunto de discursos, práticas e dispositivos, estabelecem o primado de governabilidade segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2106, p. 17).

Sob a racionalidade neoliberal, há uma busca de destruição do estado de bem-estar social. O Estado deve ficar basicamente ausente de todas as regulações, cabendo ao mercado esse papel. Nessa lógica, a própria universidade pública seria uma excrescência, devendo então ser eliminada e/ou privatizada. Nesse contexto, e quase imperceptivelmente o canto de sereia do neoliberalismo se espalha, passa a vigorar uma rigorosa avaliação, seja pelo critério de titulação e/ou de publicação, com total descaso pela docência; aceitação do critério de distribuição dos recursos públicos para pesquisa por “linhas”, critério que valoriza os cursos que operam com grandes laboratórios, mas que prejudica profundamente as áreas humanas; terceirização das atividades universitárias, onde a própria universidade acaba sendo uma prestadora de serviços ao interesse das empresas privadas.

Nessa longa trajetória – 1922-2022 – não podemos desmerecer o papel que as instituições de ensino superior têm para os mais variados aspectos do desenvolvimento da cidade de Pelotas. Seja formando profissionais qualificados, seja implementando políticas públicas de atendimento aos alunos, caso por exemplo, das cotas. O atendimento das mais diversas camadas da sociedade, a participação efetiva de uma pluralidade de discentes oxigenou todos os poros de nossa sociedade. Do mesmo modo, o florescimento de diversos cursos de pós-graduação trouxe a seriedade da pesquisa, o aprofundamento teórico, seus reflexos podem ser lentos, mas são irreversíveis na disseminação dos postulados da ciência.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Edusp, 2001.

CUNHA, Alberto Coelho da. *Instituição Superior*: Escola de Agronomia e Veterinária. [Manuscrito], 1916.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporânea*: da Colônia à Era de Vargas. 2º edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Crítica: o ensino superior na República Populista.* 2º edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo:* ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAORO, Raymundo. Os *Donos do Poder:* formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.

MEIRELES, Céres Mari da Silva. *Das Artes e Offícios à Educação Tecnológica:* 90 anos de história. Pelotas: Editora da UFPEL, 2007.

OSÓRIO, Fernando Luís. A Escola de Artes e Offícios. In: *Álbum de Pelotas:* Pelotas, Editora Globo, 1922.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho municipal pelo Intendente Dr. Augusto Simões Lopes em 20 de setembro de 1926. Pelotas: Globo, 1926.

RODRIGUES, José dos Santos. *Os Empresários e a Educação Superior.* Campinas: Autores Associados, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. *Ensino Superior no Brasil:* análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.



15

OS MUSEUS NA CIDADE DE PELOTAS

Annelise Costa Montone

Carla Rodrigues Gastaud

O PRIMEIRO

Quando o *Álbum de Pelotas* de 1922 foi publicado, o Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense (MH –BPP), o primeiro da cidade, já contava 16 anos. O Museu foi criado em 1904 pela direção da BPP, então presidida por Idelfonso Simões Lopes, com a ideia de promover a modernidade e o progresso intelectual.

A coleção do museu se formou em pouco tempo, com doações de livros, jornais, documentos, coleções de minerais, animais taxidermizados e de etnologia (BARBIER, 2015). Em sua longa trajetória, que se estende até hoje, o museu “acumulou uma imensa quantidade de material, que lhe confere um lugar entre os principais acervos históricos do Estado (sic) gaúcho”, como escreveu Beatriz Loner (2017, p. 36).

Em 2003, o Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense¹ foi revitalizado. Seu acervo, sempre em expansão, passou a valorizar as peças como o lenço Farroupilha e o sinete da república riograndense, entre outros objetos que contam a história da região sul.

Até os anos 1960, o museu da BPP foi o único museu da cidade. Nas duas décadas seguintes, vários museus foram criados na cidade, no estado e no país, ligados aos governos estadual, municipal e a diversas instituições ou empresas. Em Pelotas, criaram-se diversos espaços para guardar e mostrar diferentes aspectos da cidade: memórias da arte, da história, dos costumes, das ciências naturais e da alimentação, por exemplo.

¹ Página do MH –BPP disponível em http://museuhistoricobpp.com.br/index.php/o_mhbpp/

Foi um período profícuo em relação à criação de museus – tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul – que em geral eram espaços destinados à cultura das classes dominantes e mantinham atividades preservacionistas e contemplativas, com a exaltação de grandes vultos e datas comemorativas, uma situação bem comum para o período (LEAL, 2007), na contramão das tendências internacionais de renovação dos museus, que propunham a remodelação de espaços físicos e de exposições e a adoção de “[...] critérios e procedimentos adequados de conservação e segurança dos acervos, e, sobretudo, a implantação de serviços educativos, referenciados no princípio da participação do público na construção de relações culturais” (JULIÃO, 2006, p. 28).

MUSEUS DAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Em Pelotas, esse movimento resultou na criação de um museu municipal e de dois museus ligados à Universidade Federal de Pelotas (UFPEL): o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter (MCNCR), o Museu Municipal Parque da Baronesa (MMPB) e o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG). O primeiro iniciou suas atividades em 1970, os outros dois, respectivamente, em 1982 e 1986.

O MCNCR,² vinculado ao Instituto de Biologia da UFPEL, declara a missão de realizar atividades voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária (Figura 1). Sua temática foca na área das ciências naturais, em especial a Zoologia e a Paleozoologia, além das áreas do conhecimento biológico correlatas. Recentemente, este Museu passou a ocupar a Casa nº 1, da Praça Coronel Pedro Osório – edificação conhecida, junto com a Casa nº 3, como Residências Geminadas – que faz parte do conjunto patrimonial tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN), em 2018.

O MMPB,³ instituição ligada à Secretaria Municipal de Cultura, tem por missão salvaguardar os bens de valor histórico e cultural, móveis e imóveis, que representam os usos e costumes da sociedade pelotense, no período compreendido entre a segunda metade do século XIX e a década de trinta do século XX. Este Museu se localiza na antiga residência da Baronesa de Três Serros, que dá nome à instituição, e vem buscando formas de contar outras histórias da cidade, além das que originalmente consagrava (Figura 2).

Neste sentido, destaca-se o Projeto de Visibilidade do Negro no discurso do Museu da Baronesa, premiado no Edital de Chamamento Público nº 01/DDFEM/2018 – Modernização de Museus – Prêmio que, por meio de pesquisa, exposições e palestras, tem objetivo de incluir, nas narrativas do museu, o negro como elemento social presente no espaço doméstico, com importante participação na formação da sociedade pelotense.

2 Página do MCNCR. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/carlosritter/> Acesso em 10 ago. 2021.

3 Rede social do Museu da Baronesa – acesso em <https://www.facebook.com/museuparquedabaronesa/>



Figura 1: Fachada do MCNCR.

Fonte: [https://wp.ufpel.edu.br/rededemuseusdaufpel/museu –de –ciencias –naturais –carlos –ritter/#jp –carousel –1122](https://wp.ufpel.edu.br/rededemuseusdaufpel/museu-de-ciencias-naturais-carlos-ritter/#jp-carousel-1122).
Acesso em 10 ago. 2021.

O prédio e o parque em seu entorno foram tombados pelo IPHAN em 2018. A edificação, da década de 1870, foi contemplada, em 2019, com recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos – do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O projeto de restauro foi aprovado pelo IPHAN, em 2021, e logo a casa sesquicentenária receberá cuidados há muito esperados.⁴

O MALG,⁵ vinculado ao Centro de Artes da UFPel, é um museu universitário dedicado à preservação, estudo e divulgação da obra de seu patrono Leopoldo Gotuzzo⁶ e das diversas manifestações culturais expressas no acervo do Museu, principalmente relacionadas à cidade de Pelotas e ao Estado do Rio Grande do Sul, estimulando a vivência, a reflexão crítica, o ensino, a extensão e a pesquisa acadêmica e experimentação no campo das artes visuais e afins (Figura 3).

⁴ Informações disponíveis em <https://www.pelotas.com.br/noticia/projeto-de-restauro-do-museu-da-baronesa-e-aprovado-pe-lo-iphan>

⁵ Página do MALG disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/malg/>

⁶ (1887-1983). O acervo do MALG teve sua origem em uma doação do pintor feita com este fim.



Figura 2: Jardim principal do Museu da Baronesa.
Fotografia Annelise Montone.



Figura 3: Uma das salas de exposição do MALG.

Fonte: <https://wp.ufpel.edu.br/rededemuseusdaufpel/malg-museu-de-arte-leopoldo-gotuzzo/#jp-carousel-288>.
Acesso em 10 ago.2021

Já no século XXI, foi significativa a criação do Museu do Doce da UFPEL,⁷ em 2011. Este Museu está instalado no prédio, tombado pelo IPHAN, que serviu de residência para a família do Conselheiro Francisco Antunes Maciel (1836-1917), adquirido pela UFPEL e restaurado entre 2010 e 2013. O Museu do Doce tem como missão salvaguardar os suportes de memória da tradição doceira de Pelotas e da região, com o compromisso de produzir conhecimento sobre esse patrimônio; vinculado ao Instituto de Ciências Humanas da UFPEL

MUSEUS EM PELOTAS NO PRESENTE

Em maio de 2019⁸ havia 21 museus em Pelotas, de acordo com os dados do Cadastro Nacional de Museus (CNM). Cabe ressaltar que os dados são informados pelas instituições e que, naquela data, dos 21 museus cadastrados, declararam-se abertos ao público o Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, o Museu de Arte Sacra João Paulo II – INBRAJA, o Memorial da Praia do Laranjal Arthur Augusto de

⁷ Página do Museu do Doce disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/museudodoce/>

⁸ Em 2019, Cristiele Santos investigou a situação dos museus em Pelotas para Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Museologia da UFPel apresentado no mesmo ano.

Assumpção – INBRAJA, o Museu do Charque Itinerante, o Museu e Espaço Cultural da Etnia Francesa, o Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas, o Museu das Coisas Banais e o Museu de História Natural da Universidade Católica de Pelotas; declararam-se abertos mediante agendamento o Museu Farmacêutico Moura, o Museu do Colégio Municipal Pelotense e o Museu Maçônico Rocco Felippe; declararam-se fechados ou não foram encontrados o Museu do Telephone, o Museu da Farmácia, o Museu do CTG Cel. Thomas Luiz Osório e o Museu das Telecomunicações; estavam fechados para readequação a Sala Montserrat Caballé e o Museu Histórico Helena Assumpção de Assumpção (ambos geridos pelo INBRAJA) e o Museu Municipal Parque da Baronesa; informou que funcionava em endereço provisório o Museu Etnográfico da Colônia Maciel.

O Sistema Estadual de Museus, em levantamento também de 2019, registrou 32 museus na cidade de Pelotas. Este número, além dos listados acima, inclui a Casa Museu Estância do Laranjal, o HISALES – Centro de documentação História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares, o Museu Arqueológico e Antropológico da UFPel e o Memorial dos Ex-Prefeitos.

Em 2020, no contexto da pandemia, dois novos museus iniciaram suas atividades, o Museu Diários do Isolamento (MuDI) e o Museu Afro-Brasil Sul (MABSul), ambos *on-line*. O MABSul,⁹ vinculado ao Centro de Artes da UFPel, foi criado para preservar o patrimônio histórico material e imaterial do povo negro sul-brasileiro, promover a pesquisa e a construção do conhecimento acerca das peculiaridades regionais, simbologias e singularidades da cultura negra e sua difusão. O MuDI,¹⁰ projeto de extensão do Núcleo de Estudos sobre Museus, Ciência e Sociedade (NEMUCS, ICH-UFPel), por sua vez, se coloca como um “Museu de virtuais conexões, debatendo democraticamente a pandemia de COVID-19, conscientizando sobre a importância da ciência e do conhecimento”, e se soma a um esforço, perceptível em muitos lugares e instituições, no sentido de registrar a situação extraordinária que o planeta enfrenta, com seus imprevisíveis desenvolvimentos.

MUSEUS PARA O FUTURO

Os museus viveram uma crise na última década do século XX. Naquele contexto, muitos museus redescobriram sua função pedagógica e buscaram dialogia e interatividade para satisfazer um público muito diversificado, que quer participar, é curioso sobre si mesmo, sobre o estado das coisas e do mundo. Necessidades apontadas já em 1972, quando a Mesa Redonda de Santiago do Chile, promovida pela UNESCO, defendeu a renovação das práticas museológicas, por meio do abandono da ideia de museu como local de contemplação, depósito de objetos raros, curiosos ou representativos de uma classe e colocou o público no centro das atenções. Para além dos visitantes do grupo já tradicional, o museu deveria ser usufruído e acessível a todos (JULIÃO, 2006).

9 Página do MAB Sul disponível em <https://acervosvirtuais.ufpel.edu.br/museuafrobrasilsul/>

10 Página do MuDI disponível em <https://acervosvirtuais.ufpel.edu.br/mudi/>

Os museus se relacionam e se identificam com as pessoas e com as realidades do presente, por esta razão estão em constante processo de transformação.

Mudar deve estar na própria natureza do museu. Pode soar paradoxal, uma vez que um dos papéis principais do museu seria dar estabilidade às culturas, e que as ideias de estabilidade e de transformação são antitéticas. Entretanto, para existirem os museus precisam ter a capacidade de transformar-se para continuarem atendendo as necessidades das comunidades que os abrigam.

E agora? O que os museus devem ser? Mudou o mundo, mudou Pelotas, mudou o que se espera de um museu para o ano que vem, que dirá para os próximos 100 anos. Todavia, a resposta possível hoje, é que se espera que sejam polifônicos, polissêmicos, diversos, colecionadores e expositores das coisas materiais e imateriais da humanidade, do mundo real e do mundo virtual, não mais os tradicionais espaços de sua origem, mas museus que acompanham os processos e que nunca estão ou estarão prontos.

O final da segunda década do século XXI impôs, a todos os setores da sociedade mundial, uma pandemia provocada por um vírus que recebeu o nome de COVID-19, situação vivenciada, pela última vez, com a gripe espanhola, em 1918. Os maiores museus do planeta permaneceram fechados ao público e às suas equipes, pelo menos nos momentos em que foi necessária uma quarentena rigorosa. Isso provocou a busca de novas formas de comunicação entre os museus e seus públicos, agora à distância. Alguns já trabalhavam muito bem suas redes sociais, outros planejavam a implantação de inovações para expor, para publicar suas atividades, buscando meios diversos de interação com seus visitantes, virtuais ou não. A pandemia acelerou esse processo e para os museus de Pelotas não foi diferente.

Hoje, 30 de agosto de 2021, todos os museus de Pelotas estão com as portas fechadas. Muitos deles mantêm atividades on-line, com um aumento significativo de sua inserção nas redes sociais, como forma de criar e consolidar sua presença junto a seus públicos e de oferecer aos usuários oportunidades de fruição estética e de experiências museais, ainda que marcadas pelo distanciamento imposto pelas circunstâncias. É bastante possível que estas mudanças sejam permanentes e se mantenham mesmo após a reabertura dos museus e o retorno do público.

A esse contexto, soma-se o debate atual, proposto pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM),¹¹ que pretende atualizar a definição de museu, vigente desde 2007, para fazer frente aos novos desafios do mundo contemporâneo.¹² A redação atual possui os seguintes termos:

O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite (ICOM BR, 2021).

11 O Conselho Internacional de Museus (ICOM) é uma organização internacional de museus e profissionais de museus que está comprometida com a pesquisa, a conservação e a comunicação para a sociedade do patrimônio natural e cultural mundial, presente e futuro, tangível e intangível. Criado em 1946, reúne atualmente mais de 44.000 membros de 138 países.

12 Conforme processo descrito em https://www.icom.org.br/?page_id=2173

A nova definição, proposta após debates e oficinas que se estenderam de 2016 a 2019, foi a seguinte:

Os museus são espaços democratizantes, inclusivos e polifônicos que atuam para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros. Reconhecendo e abordando os conflitos e desafios do presente, mantêm artefatos e espécimes de forma confiável para a sociedade, salvaguardam memórias diversas para as gerações futuras e garantem a igualdade de direitos e a igualdade de acesso ao patrimônio para todos os povos.

Os museus não têm fins lucrativos. São participativos e transparentes, e trabalham em parceria ativa com e para as diversas comunidades, a fim de colecionar, preservar, investigar, interpretar, expor, e ampliar as compreensões do mundo, com o propósito de contribuir para a dignidade humana e a justiça social, a equidade mundial e o bem-estar planetário.

Os participantes da 25^a Conferência Geral do ICOM, em Kyoto, aos quais a proposta foi submetida para votação, deliberaram pela necessidade de prorrogar as discussões. Dessa forma, em 2020, foi estabelecida uma nova metodologia de trabalho, com quatro rodadas de consulta e dezoito meses de duração, que deverão apontar novos horizontes para os museus do futuro, a partir de 2022.

No Brasil, até 30 de agosto de 2021, pesquisa organizada pelo ICOM BR,¹³ listou os 20 termos mais indicados nos debates entre os profissionais de museus, que incluem palavras como **Experiência**, entendida como compromisso com a potência transformadora de experiências individuais e coletivas no campo sensorial, subjetivo e simbólico nas fronteiras da arte, ciência e vida; **Futuros**, pensados como possibilidades para a imaginação, experimentação, conhecimento e inovação, explorando oportunidades e desafios em cocriações de novas realidades; e **Inclusivo**, como compromisso de combater por meios e ações a exclusão, garantindo condições de acesso e participação a todos. A escolha destas três palavras para exemplificar os verbetes, impõe limites deste capítulo, não implica um critério de importância em relação às demais, mas cabe reconhecer que todas as três apontam para um futuro desejado de museus capazes de ir além de histórias únicas.

REFERÊNCIAS

BARBIER LEAL, Daniel. *A cidade e o museu*: a origem, em 1904, do Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: *Caderno de Diretrizes Museológicas I*. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN/DEMU, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006, p. 19 –32.

LEAL, Noris Mara Pacheco Martins. *Museu da Baronesa*: acordos e conflitos na construção da narrativa de um museu municipal – 1982 a 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.]

13 https://www.icom.org.br/?page_id=2249

LONER, Beatriz. Biblioteca Pública. In.: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osório (org.). *Dicionário da História de Pelotas*. 3^aed –Pelotas: Editora da UFPEL, 2017, p. 36. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/3735/1/Dicion%C3%A1rio%20de%20Hist%C3%B3ria%20de%20Pelotas.pdf>. Acesso em: 30 ago.2021.

SOUZA, Cristiéle Santos de. *Da Gaveta à Exposição: Um olhar sobre os acervos epistolares nos museus de Pelotas*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.



16

PELOTAS, A EPIDEMIA DE GRIPE ESPAÑOLA DE 1918 E A PANDEMIA DE COVID-19: PARALELOS POSSÍVEIS

Renata Brauner Ferreira

"Uma grave epidemia é sempre uma prova de fogo para a sociedade que a sofre, põe à prova a solidez e a eficiência das instituições e traz à superfície muitas virtudes e, também, muitas misérias que nos tempos normais passariam despercebidas".

Washington Buño

Quando das comemorações do centenário da Proclamação da Independência do Brasil em 1922, foi publicado, como parte das celebrações, o *Álbum de Pelotas*, este foi editado poucos anos após a passagem de uma epidemia de proporções mundiais que ficou conhecida como Gripe Espanhola. Curiosamente hoje, às vésperas do Bicentenário da Independência Brasileira, a humanidade é novamente confrontada com uma nova epidemia comparável em proporção e contágio à gripe espanhola: a pandemia provocada pelo novo coronavírus, a covid-19.

Com cerca de um século de distância entre a epidemia de gripe espanhola de 1918-1919 e a do novo coronavírus, em 2019, algumas singularidades e semelhanças podem ser notadas.

A gripe ou influenza é uma doença febril infectocontagiosa, endemo-epidêmica e, às vezes, pandêmica. A gripe e quase todas as demais enfermidades respiratórias produzidas por vírus são muito infecciosas, são liberadas em forma de gotas de saliva e são transmitidas muito diretamente a outras pessoas pelos espirros, tosses ou conversas.

O contágio indireto pelos objetos que estiveram em contato com o doente é discutível e difícil de ser comprovado. A Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2; a princípio ela parece apresentar as mesmas características de contágio.

A letalidade da primeira foi assustadora, pois em menos de um ano estimou-se que cerca de 25 a 50 milhões de pessoas morreram em decorrência da doença. Considera-se, assim, que nenhum outro acontecimento, seja infecção, guerra ou fome tenha matado tantos em um período tão curto (ECHEVERRI D'AVILA, 1993).

Sobre a letalidade da Covid-19 ainda não se pode concluir, pois a pandemia continua em ascensão e a velocidade da disseminação do contágio é ainda mais rápida, porque, diferentemente de 1918, em que a epidemia basicamente circulava por navios, o vírus hoje circula também em aviões, com maior tráfego e velocidade.

Há várias teorias sobre o porquê de a pandemia de 1918 ter ficado conhecida com o nome de gripe espanhola ou influenza espanhola. A hipótese mais recorrente seria a de que, como não havia censura na imprensa da Espanha nesse momento, teria sido a partir dela que grande parte do mundo ficou sabendo da existência dessa epidemia. No entanto, atualmente, a teoria mais provável sobre a origem da gripe é a que ela teria começado no Meio Oeste dos EUA e a partir daí teria se difundido em grande parte do mundo pelos movimentos das tropas na Grande Guerra (ECHEVERRI D'AVILA, 1993).

Já a doença provocada pelo novo coronavírus foi chamada de Covid-19 pela própria Organização Mundial da Saúde, OMS, e significa *Corona Virus Disease* (Doença do Coronavírus), enquanto que “19” refere-se ao ano da notificação dos primeiros casos na China, em dezembro de 2019.

Sobre as similaridades em relação à chegada da Gripe Espanhola e do Covid-19, pode-se destacar a reação das pessoas às primeiras notícias sobre a existência da epidemia. Em ambos os momentos, acreditou-se que se tratava de exagero, nada mais do que boatos e rumores. Segundo o historiador Jean Delumeau (1993) na história do ocidente este comportamento é recorrente. Percebe-se, em um primeiro momento, um discurso estoicista, que negaria a existência e a presença da epidemia. Evita-se ao máximo nomear o mal, como se isso impedisse a chegada e disseminação do contágio.

Quanto mais a epidemia alastrasse, tornando impossível negar sua existência, outra atitude comum, nos dois momentos históricos, é o de minimizar a gravidade e os impactos desta. Uma parte da imprensa começa a referir-se à pandemia de Covid-19 como uma gripe comum, ou, nas palavras do presidente da república, uma “gripezinha”, para a qual não haveria motivo para alarme ou pânico e que haveria uma tendência em perder força, diminuindo o contágio e a letalidade.

Pelo menos dois grandes grupos começam a se definir: um que enfatiza a gravidade da situação e que cobra do poder público ações para diminuir o impacto da epidemia e proteger a população da disseminação do contágio, e um outro grupo, em parte associado ao poder público, que procura minimizar a virulência e a mortalidade da epidemia, afirmando então, que o primeiro grupo teria como objetivo instalar o terror

e desestabilizar o governo, levantando a teoria de que existem setores da sociedade mal-intencionados incentivando o terror e o alarmismo.¹

Em ambos os séculos surgiram várias hipóteses sobre o surgimento de cada uma dessas epidemias. Assim surgem várias teorias sobre o aparecimento e a disseminação do vírus. Apresentar-se-á aqui algumas dessas teorias. Embora sejam bem diversas, apresentam uma questão em comum: várias hipóteses remetem ao que se pode chamar de “teoria da conspiração”.

Em 1918 estava-se em plena guerra mundial e, por isso, as teorias remetem a essa situação. Havia rumores de que seriam os gases tóxicos que se empregava na guerra que teriam contaminado a atmosfera provocando a epidemia. Outra hipótese mencionada apontava os alemães como responsáveis pela disseminação da enfermidade, inclusive, especulando que os alemães estariam usando a aspirina Bayer (empresa alemã) para expandir a doença. Outra hipótese aventada era a de que seriam os cadáveres insepultos da Grande Guerra que espalhavam o contágio, a partir de seus miasmas.

A Covid-19 também traz as mais variadas teorias sobre seu surgimento, as chamadas teorias da conspiração, também, vigoram hoje em dia, principalmente nas redes sociais, compartilhadas por centenas de perfis e grupos, atingindo milhares de pessoas, mas não só nelas, já que apareceram também em jornais de grande circulação – como, por exemplo, o estadunidense *Washington Times* e o britânico *Daily Star*. Entre estas supostas teorias aparecem hipóteses de que o vírus teria sido criado em laboratório com objetivo de ser usado como arma biológica. Há também os rumores de que o próprio Bill Gates teria criado o vírus ou uma outra, a de que o vírus foi criado pela China para que esta conquistasse o mundo, enquanto na China a teoria mais propagada é a de que o coronavírus teria sido criado pelo exército dos EUA.

Em ambos os casos não há certezas sobre como o vírus teria aparecido e o porquê de sua letalidade. Diante das incertezas em relação ao tratamento e cura de ambas as epidemias surge uma série de medidas e recomendações para evitar o contágio ou tratar a doença.

Em 1918 não se sabia como era a transmissão do vírus e o antibiótico ainda não havia sido descoberto. O hospital era considerado uma das últimas opções, sendo visto como um lugar para se esperar a morte mais do que um espaço de tratamento de doenças. Diante das incertezas, recorria-se tanto a médicos quanto a curandeiros e benzedeiras, mas nada foi eficiente para conter a epidemia ou sua letalidade.

No Brasil, a pandemia de 1918 deflagra uma crise sanitária de grandes proporções, no entanto, embora o fenômeno seja o mesmo, ele assume diferentes significados em cada Estado da Federação. O Partido Republicano Rio-Grandense após a vitória na Revolução Federalista de 1893, impôr ao Estado uma política de cunho autoritário e moralista, alicerçada na perspectiva positivista. O Rio Grande do Sul foi um dos poucos Estados do Brasil a ter sua imprensa sob a vigilância da censura no período da epidemia.

1 Para além desses grandes grupos que carregam ao universo social expressões muitas vezes do lugar comum, ressalta-se o discurso científico com suas orientações técnicas e relatórios. Veja-se, por exemplo, informações da Organização Mundial da Saúde: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>.

Chama a atenção as peculiaridades do processo político partidário no Rio Grande do Sul, após a Proclamação da República, enquanto nos outros Estados, reinava a monótona dominação dos Partidos Republicanos únicos, no estado gaúcho houve uma fragmentação polarizada dos partidos. Essa situação deu origem a um sistema bipartidário e em relação direta com o processo de competição político-eleitoral crescente (TRINDADE, 1979).

Os estudos sobre a gripe espanhola no Rio Grande do Sul não dão conta da dimensão política que a epidemia assume aqui no Estado. A cidade de Pelotas chama particularmente a atenção durante esse período por ser a única, depois da capital estadual, a sofrer a censura das autoridades em relação à doença.

Aborda-se aqui a doença como um fato político, destacando a apropriação política da epidemia pelos adversários do governo estadual e local, tendo na censura à imprensa sua maior evidência.

Na República Velha os jornais foram a grande fonte de informação e comunicação, eram em suas redações que chegavam os telegramas com as notícias nacionais e internacionais normalmente afixados em sua porta. Também era o melhor local para informar-se sobre o que estava acontecendo na própria cidade (LONER, 1998).

A República positivista baseava-se na grande centralidade do poder político nas mãos do presidente do Estado, cuja autoridade constitucional lhe dava poderes ditoriais. Até 1930 o PRR governará o Rio Grande do Sul, apesar de a oposição continuar sempre existindo e pressionando por um espaço de participação no poder.

Assim, a análise dos periódicos que circulavam em Pelotas à época da epidemia pode ser reveladora das tensões políticas da cidade, que ganham uma maior visibilidade nesta situação.

Os três jornais que circulavam na cidade nesse momento eram o *Diário Popular*, a *Opinião Pública* e *O Rebate*. O primeiro era o jornal oficial do Partido Republicano Rio-grandense, este que governou praticamente sem interrupções ao longo da Primeira República, enquanto os dois últimos se diziam independentes e exerciam uma oposição ao governo, estadual e municipal, provocando-os continuamente.

Essa oposição era incansável na procura de brechas na organização republicana. Assim, a crise sanitária, trazida pelo flagelo, constituiu mais uma oportunidade para os ataques ao governo.

No auge da epidemia, é enviada aos jornais locais, pela Delegacia de Polícia, uma circular que submete os artigos, as notícias, os anúncios e as demais publicações desses, relativas à gripe espanhola, à censura policial, a qualquer hora do dia ou da noite. Os jornais também são proibidos de publicarem lista dos atingidos pela gripe, os convites de enterro e o obituário. Todos os originais deveriam ser entregues na Intendência Municipal antes de serem publicados.

Logo, a censura nos jornais locais constituiu uma forma do poder estadual e municipal reafirmar seu poder em uma região de constante instabilidade política.

Observa-se que as críticas presentes na mídia de oposição vão além do problema da epidemia: questionam a organização do poder local como um todo: a ausência dos

hospitais de isolamento, de repartições de saúde pública, de um Delegado de Higiene permanente e até mesmo o que eles chamam de “a mania positivista” de negar a existência de micróbios (*Opinião Pública*, 21/11/1918).

Como mencionado, as críticas ao governo não se limitavam somente à temática da saúde pública, não se tratava somente de um debate em termos científicos – acreditavam ou não em micróbios –, mas esta crítica tinha um apelo especial visto que envolvia as próprias concepções políticas dos governantes, no caso, o Positivismo:

E é sumamente infantil e tolo, diante de uma classe médica capaz e ilustrada, como a que possui o Rio Grande do Sul, andar o mundo oficial, para justificar a ausência de hospitais de isolamento, de aparelhagem, de desinfecção, de repartições de saúde pública convenientemente instaladas, a pregar que é o medo que manda a gente para o outro mundo (...)

Porque o povo de Pelotas não pode por mais tempo admitir que lhe continuem a passar atestados de imbecilidade, trombeteando-se que tudo vai bem, quando não há censuras para os enterros que cortam a cidade cotidianamente (*Opinião Pública*, 21/11/1918).

O principal argumento da imprensa pelotense para questionar a censura é a de que o próprio governo da República Federal a tinha entendido como desnecessária, deixando que as notícias sobre a ‘espanhola’ circulassem cotidianamente na imprensa carioca.

Após a passagem da epidemia e dos jornais serem liberados da censura, o Jornal *O Rebate* publica um editorial no qual assevera que o número de mortes teria sido muito superior ao registrado e que calculando em torno de mil e poucas mortes, afirmando que, na listagem oficial do obituário, não figuraria a maior parte dos “pestosos” [sic] falecidos sem assistência médica, por exemplo, sobre os quais a polícia não teria fornecido os dados necessários.

Nos periódicos apareciam tratamentos milagrosos que diziam curar a doença, como mencionado no jornal local *Opinião Pública* (1918, p. 2): “ingestão de quinino, rama de maracujá, flor de sabugueiro, quitoco, e outros da farmacopeia indígena”, insistiam para “usar sem medida’ arsênico, quinino, naftalina, cânfora, persicária”.

Também havia outros tipos de tratamento à base de lavagens estomacais, diarreias provocadas, banhos quentes e lençóis frios, massagens, desinfecções da boca e do nariz, ingestão de bebidas quentes, principalmente o conhaque. Segundo Olinto (1996) foi utilizada, inclusive, a vacina *Jenneriana* (normalmente utilizada para a imunização contra a varíola), etc (Figuras 1 e 2).



Figura 1: *Diário Popular*. 10/12/1918.
Acervo: Biblioteca Pública Pelotense.



Figura 2: *O Rebate*. 01/11/1918, p. 2.

Acervo: Biblioteca Pública Pelotense.

Mas como afirmava o cronista pelotense Alberto Cunha (1927), marchava-se para a cova indiferentemente “tendo usado poções de acetato de amônia, benzoato de sódio, cognac, xarope de tolú ou codeína, canela, polygala, como tendo engolido a última colherada da infusão de rama de eucaliptos, com cachaça e açúcar queimado”.

No entanto, tanto no caso da gripe espanhola no século XX, quando na Covid-19 agora no século XXI, ainda não existe nenhum medicamento preventivo ao contágio, mas, felizmente, nos dias atuais, já dispomos de vacinas que inibem o aparecimento de sintomas mais graves.

Embora haja uma série de similaridades entre as duas epidemias há uma diferença enorme no perfil de morbidade e mortalidade das duas epidemias.

Uma gripe comum dificilmente desperta maiores temores na população, e sabe-se que, habitualmente, os mais prejudicados e com maiores problemas advindos da enfermidade são crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas, esses são considerados os grupos de maior risco em relação à mortalidade. O que tem se confirmado com a epidemia da covid-19 em relação aos idosos e pessoas com comorbidades, mas tendo pouca incidência entre crianças, embora, também, ressalte-se que a mortalidade está bem longe de ser considerada semelhante à de uma gripe comum.

No entanto, não era esse o perfil dos doentes e mortos em 1918. A mortalidade dessa epidemia grassava especialmente entre adultos jovens: “a gripe como a guerra preferiu suas vítimas entre os jovens” (ECHEVERRI D’AVILA, 1993).

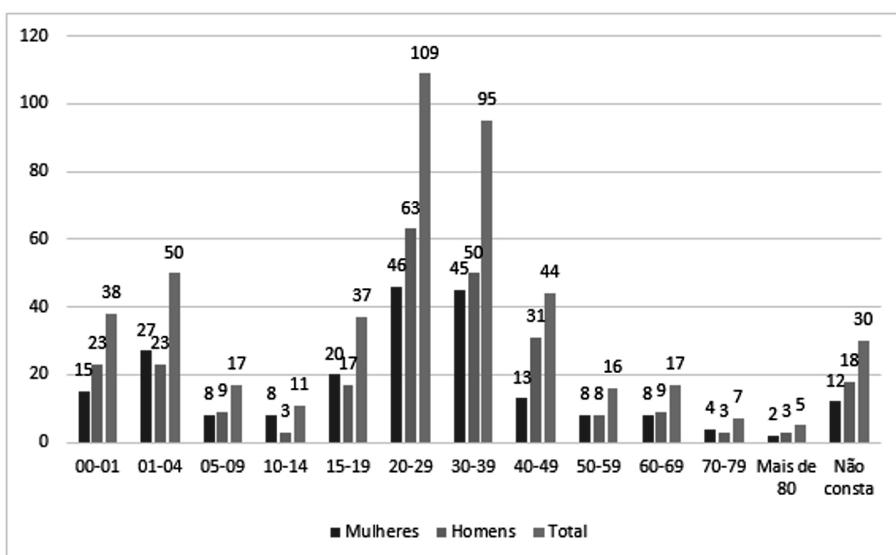


Gráfico: Taxa de mortalidade por gripe ou complicações gripais entre os anos de 1918 e 1919, em Pelotas, segundo idade e sexo.

Fonte: Gráfico feito a partir das informações do livro Obituário do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. SAME

A faixa etária mais atingida pela epidemia foi a situada entre 20 e 29 anos. Burnet e White (1982) ressaltam que a mortalidade provocada pela gripe nesta faixa etária não teria precedentes na história, constituindo uma das características mais extraordinárias da pandemia de 1918, pois, de forma geral, uma epidemia de gripe mata geralmente crianças e idosos, e surpreendentemente nesta epidemia a maior mortalidade registrou-se entre homens adultos jovens. A letalidade maior entre estas idades é ainda um dos mistérios que envolve a epidemia. Em relação a mortalidade provocada pela pandemia de covid-19, especificamente em Pelotas, dados da Secretaria Estadual de Saúde do governo do Rio Grande do Sul indicam que, até 21 de abril de 2022, foram confirmados 79.730 casos, dentre os quais, 1330 óbitos² (Figura 3).

As epidemias constituem um ponto de observação privilegiado de outros fenômenos e dimensões da vida social de uma época, e suas implicações sobre a vida humana não se limitam ao estritamente biológico e aos evidentes impactos demográficos (BRITO, 1997). Assim, evidencia-se que a compreensão dos fenômenos da saúde e da doença constitui um campo fecundo para analisar a sociedade.

² Dados disponíveis em: <https://ti.saude.rs.gov.br/covid19/> Acessado em 21/04/2022.



Figura 3: Trabalhadores da saúde protestam em Pelotas. *Diário Popular*, 11/11/2020. Fotografia Jô Folha.

Disponível em: <https://www.diariopopular.com.br/geral/ato-vira-apelo-por-testagem-e-homenagem-as-vitimas-da-covid-19-154430>/ Acesso em 01/10/2021.

REFERÊNCIAS

BRITO, Nara Azevedo de. La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde -Manguinhos*. Vol. 4, n.º 1. Rio de Janeiro, mar.-jun. 1997, p. 21-22.

BUR.NET, Sir MacFarlane;White, David. *Historia natural de la enfermedad infecciosa*. 4. ed. Madrid, Alianza Editorial, 1982.

CUNHA, Alberto Coelho. Reminiscencias de um contemporaneo. In: *Almanach de Pelotas*. Pelotas: s/ed. 1927.

DELUMEAU, Jean. *A história do medo no Ocidente: 1300 a 1800 – Uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Diário Popular – 1918-1919. (Museu – BPP)

ECHEVERRI D'AVILA, Beatriz. *La gripe española: la pandemia de 1918-1919*. Madri, Siglo veintiuno, 1993.

FERREIRA, Renata Brauner. *Epidemia e drama: a gripe espanhola em Pelotas*. Rio Grande: ed. FURG, 2001.

LONER, Beatriz Ana. Jornais pelotenses diários na República Velha. *Ecos Revista*. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas; EDUCAT, V.2, n.º 1, abril/1998.

O Rebate - 1918 - 1919. (Museu - BPP)

Obituário - maio de 1918 à dezembro de 1921. (SAME)

OLINTO, Beatriz. *Uma cidade em tempo de epidemia: Rio Grande e a Gripe Espanhola (RS - 1918)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

Opinião Pública - 1918 -1919. (Museu - BPP)

TRINDADE, Hélio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano riograndense (1882-1937): da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político-revolucionária de 30. In: DACANAL, José. GONZAGA, Sergius. RS: Economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 119-191.



SOBRE AS AUTORAS E AUTORES

ADRIANO LUÍS HECK SIMON

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Rio Claro). Professor Associado do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

ALCIR NEI BACH

Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

ALINE MONTAGNA DA SILVEIRA

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira.

ANA LÚCIA COSTA DE OLIVEIRA

Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira.

ANA MARIA MAUAD

Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-doutorado no Museu Paulista da USP. Professora Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF, desde 1992, do CNPq desde 1996 e Cientista do Nosso Estado FAPERJ desde 2013. Pesquisadora Visitante, Cátedra Celso Furtado, St. John's College, Universidade de Cambridge (2018).

ANA MARÍA SOSA GONZÁLEZ

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Visitante no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Coordenadora do projeto “História, Memória e patrimônio industrial adquirido pela UFPEL”.

ANNELISE COSTA MONTONE

Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Professora Auxiliar do Departamento de Museologia e Conservação e Restauro da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

ARISTEU ELISANDRO MACHADO LOPES

Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Associado III do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Coordenador do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Ensino em Entretenimento e Mídias da Universidade Federal de Pelotas– LIPEEM/UFPEL.

CAIUÁ CARDOSO AL-ALAM

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Jaguarão.

CARLA ÁVILA

Doutoranda em Política Sociais e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Professora da Universidade Católica de Pelotas (UFPEL) e da Escola Estadual de Ensino Médio Monsenhor Queiroz.

CARLA RODRIGUES GASTAUD

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta do Departamento de Museologia e Conservação e Restauro da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

CHRISTIAN FERREIRA MACKEDANZ

Doutor em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Técnico Administrativo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

DALILA MÜLLER

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora Associada do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

DALILA ROSA HALLAL

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Adjunta do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

DANIEL VAZ LIMA

Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Agricultor Familiar Ecológico na Colônia Santo Amor, município de Morro Redondo/RS.

DÉBORA CLASEN DE PAULA

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Jaguarão.

DIONE DUTRA LIHTNOV

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Colaborador junto ao Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (Leur/ICH/UFPEL).

EDUARDO ARRIADA

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-Doutorado na University of Illinois at Urbana-Champaign (Estados Unidos) e Pós-Doutorado na University of Canterbury (Nova Zelândia). Atualmente é Professor Associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

EDUARDO DEVENS

Mestre em Epidemiologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Acadêmico do Bacharelado em Artes Visuais da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Médico Esteta. Artista Visual e Fotógrafo.

ELIANE PERES

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Titular Aposentada da UFPEL. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

ELOMAR TAMBARA

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

ESTER JUDITE BENDJOUYA GUTIERREZ

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Titular aposentada da graduação em Arquitetura e Urbanismo e dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira.

FÁBIO VERGARA CERQUEIRA

Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular do Departamento de História e dos Programas de Pós-Graduação em História e em Memória Social & Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pesquisador CNPQ PQ-1d. Pesquisador da Fundação Humboldt, Alemanha. Pesquisador Visitante na Universidade de Heidelberg.

FERNANDA OLIVEIRA

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

FRANCISCA FERREIRA MICHELON

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Titular do Departamento de Museologia, Conservação e Restauro e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Estágio pós-doutoral no Arquivo Fotográfico da Câmara de Lisboa.

FRANCISCO LUIZ PEREIRA DA SILVA NETO

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Associado do Departamento de Antropologia e Arqueologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

GIANA LANGE DO AMARAL

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Titular do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pesquisadora CNPQ/PQ2.

GUILHERME PINTO DE ALMEIDA

Graduado e mestrando Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pesquisador-membro da associação OTROPORTO Indústria Criativa, onde desenvolve o projeto Porto Memória.

JERUSA DE OLIVEIRA MICHEL

Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Relações Públicas na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Professora convidada do Programa de Pós-Graduação MBA em Gestão de Eventos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

JONAS KLUG DA SILVEIRA

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Professor Adjunto no Curso de Música do Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

JONAS MOREIRA VARGAS

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de PósGraduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

LARISSA PATRON CHAVES

Doutora em História pela Universidade do vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Pós Doutora em História pelo Centro de Investigação em Ciéncia Política da Universidade de Évora, UP/ Portugal. Professora do Programa de Pós-Graduaçao em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

LEANDRA RIBEIRO FONSECA

Mestra em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Integrante da comunidade quilombola Vó Elvira (Pelotas-RS).

LEDECI LESSA COUTINHO

Mestra em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Professora concursada da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, Diretora da Escola Estadual de Ensino Monsenhor Queiroz. Tutora à distância da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Ativista do Movimento Negro Unificado(MNU), Membro do Coletivo de Mulheres Negras -O Melhor de Cada Uma em Pelotas.

LISIANE SIAS MANKE

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), com Estágio no Exterior (PDEE) na École Normale Supérieure de Lyon/França. Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

LORENA ALMEIDA GILL

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica Profª Beatriz Loner da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

LOUISE PRADO ALFONSO

Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

LUÍS RUBIRA

Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). É autor de *Vitor Ramil: nascer leva tempo* (Porto Alegre: Pubblicato Editora, 2015) e organizador dos três volumes do *Almanaque do Bicentenário de Pelotas* (Santa Maria: Pró-Cultura-RS/Gráfica e Editora Pallotti, 2012-2014).

LUIZA FABIANA NEITZKE DE CARVALHO

Doutora em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta do Departamento de Museologia, Conservação e Restauração da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Membro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC).

MARIANA COUTO GONÇALVES

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora da rede privada de ensino de Porto Alegre e Canoas.

MAURO DILMANN

Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor Adjunto do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

NORIS MARA PACHECO MARTINS LEAL

Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Professor Adjunta do Departamento de Museologia, Conservação e Restauração da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

PAULO ROBERTO BRUM DE FREITAS

Paulo de Xangô é mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Técnico Administrativo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e presidente da Comunidade Beneficente Tradicional de Terreiro Caboclo Rompe Mato Ilê Axé de Xangô e Oxalá (CBTT).

RAFAEL MILHEIRA

Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP). Professor do Bacharelado em Arqueologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Coordenador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ/UFPEL). Pesquisador Produtividade do CNPq, nível 2.

RENATA BRAUNER FERREIRA

Doutora em Planejamento Urbano na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Autora do livro *Epidemia e Drama: a gripe espanhola em Pelotas, 1918*, lançado pela Editora da FURG.

ROSANE APARECIDA RUBERT

Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

SIDNEY GONÇALVES VIEIRA

Pós-Doutor pelo Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona, Espanha (CAPES/FUNDACIÓN CAROLINA). Doutor em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Rio Claro, com estágio no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidad de Lisboa. Professor Visitante na Facultad de Filosofia y Letras, Instituto de Geografía de la Universidad de Buenos Aires, Argentina. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisador visitante no Departament Geografia, Facultat de Geografia i Història, Universitat de Barcelona, Espanha, (FUNDACIÓN CAROLINA). Professor Titular do Departamento de Geografia e Docente Permanente nos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (Leur/ICH/UFPEL).

TAIANE MENDES TABORDA

Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Professora de Ensino Médio no Colégio Gonzaga, Pelotas-RS.

THIAGO SILVA DE AMORIM JESUS

Doutor em Ciências da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Professor Associado do Curso de Dança-Licenciatura do Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e dos Programas de Pós-Graduação em Artes Visuais e em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Centenário do Álbum de Pelotas

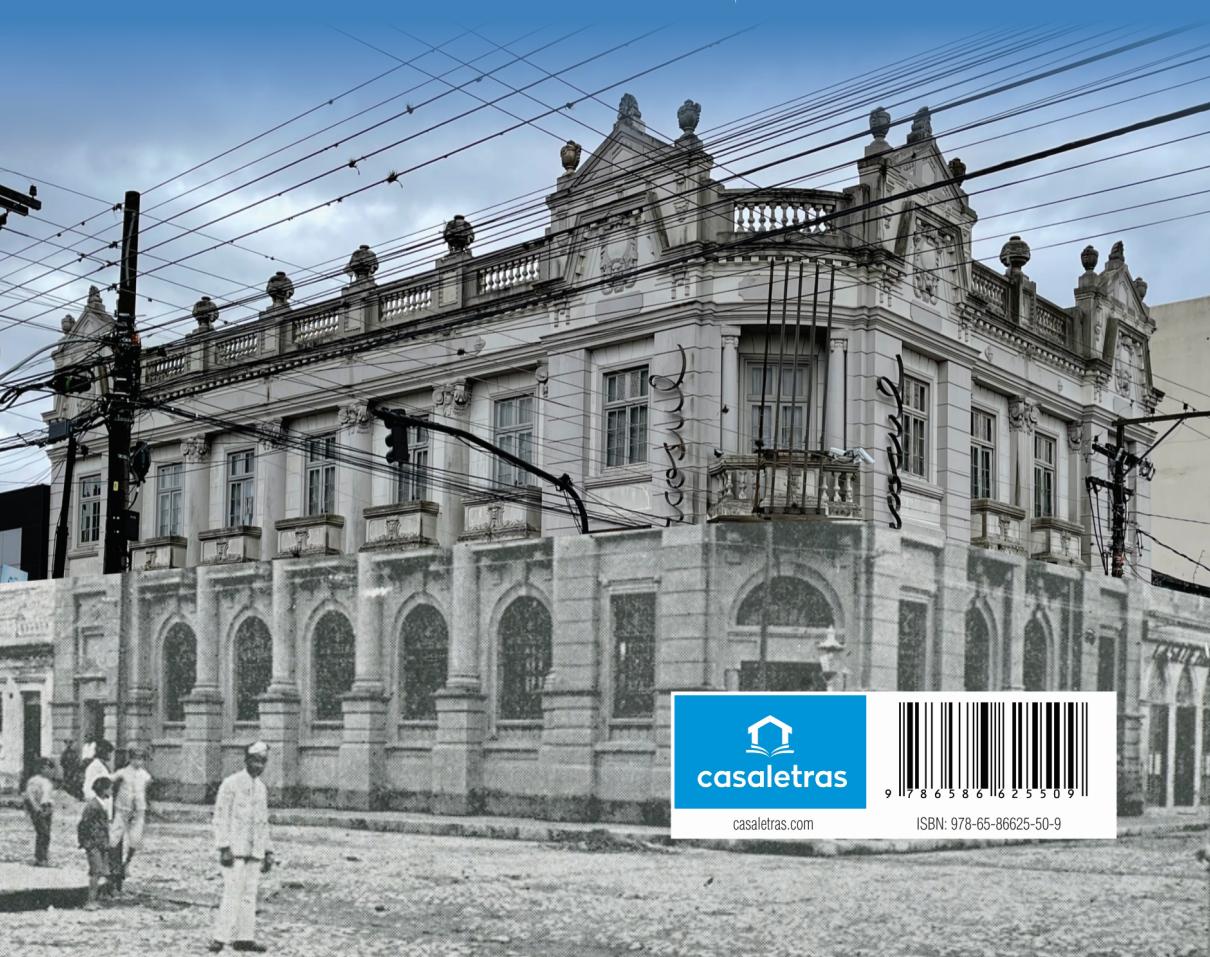
de 1922: fotografias, memória e história

Em setembro de 2022 o Brasil comemora o bicentenário da sua Independência e o Álbum de Pelotas completa 100 anos. Esta coletânea, de textos e imagens, celebra o centésimo aniversário do Álbum com diversas análises sobre a história e a memória da cidade, além de fotografias comparativas entre o passado e o presente.

Patrocínio:



Apoio:



casaletras.com



9 1178658611625509

ISBN: 978-65-86625-50-9